



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL
LINHA DE PESQUISA: IDENTIDADES, TRADIÇÕES E PROCESSOS

**O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em
C&T: histórias para não dormir, contadas
pelos seus técnicos (1975-1995)**

Doutoranda NANCY A. CAMPOS MUNIZ

Matrícula 04/25605

Orientadora: Profa. Dra. MÁRCIA DE MELO M. KUYUMJIAN

Brasília-DF, 14 de novembro de 2008.

NANCY A. CAMPOS MUNIZ

**O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T:
histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos
(1975-1995)**

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa.Dra. Márcia de M. M. Kuyumjian (UnB)

1 Examinador: Prof. Dr. Fernando Antonio Faria (UFF)

2 Examinador: Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrósio (USP)

3 Examinador: Prof. Dr. Ronaldo Conde Aguiar (UNIEURO)

4. Examinador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (UnB)

5. Examinador (Suplente): Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães (UnB)

DEDICATÓRIA

*A Cristiano,
que com seu amor, colonizou a minha vida.*

AGRADECIMENTO

A realização de um doutorado é uma empreitada difícil, na maior parte do tempo solitária. Determinação e persistência são qualidades desenvolvidas no decorrer da trajetória, quase sempre marcada por desafios intelectuais que exigem superação constante e o concurso de pessoas que integram nosso círculo de trabalho, de amigos e de familiares.

Nesse sentido, quero agradecer:

Ao CNPq, pelo afastamento concedido através do Programa de Capacitação Institucional, que me proporcionou a estabilidade financeira necessária para a dedicação exclusiva às atividades do doutorado;

Ao meu companheiro Cristiano Alberto Muniz, pelo incentivo e suporte intelectual nas discussões teóricas constantes, grande interlocutor deste trabalho;

Aos amigos Cristian, Gabriel e Carolina, que devido àquelas conjunções favoráveis dos astros, são também meus filhos, pela compreensão e ajuda nesses longos períodos de suspensão do cotidiano familiar;

Ao concurso das colegas do CNPq: Maria Odete, da SECAC, Ilíada Muniz(Lili), da COPQV, Leleta e Patrícia, bibliotecárias da Biblioteca Ligia Portocarrero, do CNPq, pelo carinho e presteza no atendimento aos meus pedidos de informação, contatos e empréstimos;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História, pelo acolhimento caloroso, em especial à Elizângela Carrijo e Ana Cristina Campos, pela amizade e discussões produtivas;

À professora Márcia de Melo M. Kuiumjian por ter acolhido meu projeto e me acompanhado até aqui;

À todos os técnicos do CNPq que, generosamente, compartilharam comigo suas memórias, precioso substrato da realização deste trabalho; e, em especial,

Ao colega Luiz Miguel de Oliveira, técnico do CNPq, por ter se constituído no referencial mais importante das minhas próprias memórias.

“... O tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar”. (SARAMAGO,1998, p.168)

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a construção da história do planejamento em ciência e tecnologia no CNPq, a partir das representações de seus técnicos, no período compreendido entre 1975-1995. A pesquisa tem por objetivo analisar as representações dos técnicos do CNPq, enquanto formuladores de políticas públicas de ciência e tecnologia, mediante a construção de uma história do planejamento da instituição que a partir de 1974 passa por momentos de inflexão. O estudo se desenvolve através da construção de dois cenários históricos constituídos a partir dos períodos 1975-84, período da ditadura militar e 1985-95, período dos governos civis. Através da comparação entre os cenários, a trajetória do técnico em planejamento do CNPq foi sendo reconstruída, iluminando a história do campo de C&T no Brasil que se entremeia com a história do próprio CNPq. O delineamento dessa trajetória permite a identificação das transformações ocorridas nas representações da importância das atividades de planejamento no setor de C&T bem como nas representações dos técnicos sobre si mesmos e sobre o próprio CNPq. Foram realizadas trinta entrevistas com os sujeitos, a partir da metodologia de história oral que possibilitou a emergência dos seguintes subtemas da pesquisa: tecnocracia, CNPq e comunidade científica, espírito de corpo, liberdade de expressão, status e competência técnica, e saber técnico institucional. Assim, a pesquisa procurou identificar as representações dos técnicos segundo as temáticas mais exploradas nas falas, expressas nos subtemas, por meio da análise de discurso. Através do enfoque da história cultural, procuramos demonstrar como uma rede de significados vai sendo construída e desconstruída através da força performática dos discursos governamentais e institucionais, estabelecendo inscrições e apagamentos. Com ancoragem na história do tempo presente e na história cultural, nosso referencial teórico principal é constituído a partir de diálogos com Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Le Goff, De Certeau e Castoriadis.

Palavras-chave: C&T, CNPq, técnico, planejamento, representações.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to study the construction of the history of planning in science and technology in CNPq, from the representations of its technicians in the period between 1975 and 1995. The research aims to analyze the representations of CNPq technicians, as formulators of public policies in science and technology, in the face of the construction of a history of planning at the institution which starts going through moments of inflection in 1974. Being based on the history of the present time and also on cultural history, our main theoretical reference is made from dialogues with Roger Chartier, Bourdieu, Le Goff, De Certeau and Castoriadis. The study is developed through the construction of two historical scenarios made up of the periods 1975-84, a period of military dictatorship and 1985-95, a period of civilian governments. By comparing the scenarios, the trajectory of the technician in planning at the CNPq has been being rebuilt, lighting the history of the field of science and technology in Brazil that is overlapped with the history of the CNPq itself. The design of the trajectory allows the identification of changes in the representations of the importance of planning activities in the sector of science and technology as well as in representations of the technicians on themselves and on CNPq itself. Thirty interviews were conducted with the subjects, using the methodology of oral history that has allowed the emergence of the following subthemes of the research: technocracy, CNPq and scientific community, sense of body, freedom of expression, status and technical competence, and institutional technical knowledge. Thus, the study sought to identify the representations of the technicians according to the themes explored in the interviews, expressed in subthemes, by analyzing their speech. Through the focus of cultural history, we try to establish the way a network of meanings is constructed and deconstructed through performance force of governmental and institutional discourses, setting entries and deletions.

Keywords: S&T, CNPq, technician, planning, representations

FONTES ORAIS

| ENTREVISTADOS | DATA |
|----------------------|------------------------|
| CABID | 30/11/2006 |
| CABRIN | 06 e 09/11/2006 |
| CABMG | 14/11/2006 |
| CABTER | 20/11/2006 |
| CABCRA | 22 e 29/11/2006 |
| CABMIGO | 11 e 13/12/2006 |
| CBLOR | 18/12/2006 |
| CABMAR | 07/05/2007 |
| CABLD | 04/06/2007 |
| CABMRO | 14/06/2007 |
| CABGA | 05/06/2007 |
| CABCAR | 06/06/2007 |
| CABLUM | 22/06/2007 |
| CABCRE | 23/06/2007 |
| CABJA | 31/06/2007 |
| CABTAO | 31/06/2007 |
| CABLIL | 31/06/2007 |
| CADION | 02/07/2007 |
| CAYA | 23/07/2007 |
| CAUER | 06/08/2007 |
| CBEAR | 26/09/2007 |
| CALYN | 01/10/2007 |
| CABALP | 06/11/2007 |
| CABIGAM | 07/11/2007 |
| CABAFE | 29/11/2007 |
| CBPL | 10/12/2007 |
| CABLNC | 14/12/2007 |
| CABCBQ | 14/12/2007 |
| CABMAG | 15/12/2007 |
| CABMA - CABQV | 25/02/2008 |

FONTES ICONOGRÁFICAS¹

| | |
|--|-----|
| Foto 1 - Posse de Álvaro Alberto no CNPq _____ | 56 |
| Foto 2 - Almirante Álvaro Alberto _____ | 57 |
| Foto 3 - Getúlio Vargas e Álvaro Alberto _____ | 58 |
| Foto 4 - Sede CNPq RJ - Av. Marechal Câmara, 350 _____ | 59 |
| Foto 5 - Capa do II PBDCT* _____ | 65 |
| Foto 6 - José Dion de Melo Teles _____ | 121 |
| Foto 7 - Presidente Geisel, Ministro Reis Velloso e José Dion _____ | 128 |
| Foto 8 - Capa III PBDCT* _____ | 131 |
| Foto 9 - Posse de Maurício Matos Peixoto na presidência do CNPq _____ | 134 |
| Foto 10 - Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque _____ | 136 |
| Foto 11 - Visita do Presidente João Figueiredo ao CNPq _____ | 142 |
| Foto 12 - Visita de Flávio Pécora ao CNPq _____ | 170 |
| Foto 13 – Placa do CNPq* _____ | 176 |
| Foto 14 - Capa do I PND-NR* _____ | 224 |
| Foto 15 - Ministro Renato Archer _____ | 226 |
| Foto 16 - Presidente Sarney recebe comunidade científica _____ | 230 |
| Foto 17 - Roberto Santos _____ | 231 |
| Foto 18 - Crodowaldo Pavan _____ | 247 |
| Foto 19 - Pavan, Archer e Adrian Levinson _____ | 250 |
| Foto 20 - Gerhard Jacob _____ | 263 |
| Foto 21 - Mares Guia _____ | 277 |
| Foto 22 - Lindolpho C. Dias _____ | 281 |
| Figura 1 - CNPq Mutilado (Jornal da ASCON- Ano VII, nº 25, 1992) _____ | 241 |
| Gráfico 1 - Evolução da evasão dos servidores de nível médio, de nível superior e de pesquisadores do CNPq, no período 1990 e 1992 _____ | 296 |
| Gráfico 2 - Evolução da perda de pessoal no CNPq entre 1990 e 1992 _____ | 297 |
| Quadro 1 – Estrutura do SNDCT _____ | 140 |

¹ Fotos do acervo iconográfico do Centro de Memória do CNPq.

* Fotos: Campos Muniz, outubro, 2008.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| ASCON | Associação de Servidores do CNPq |
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CA | Comitê Assessor |
| CACEX | Carteira de Comércio Exterior |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPES | Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (1951) |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| CCCA | Comissão de Coordenadores de Comitês Assessores |
| CCT | Conselho de Ciência e Tecnologia |
| CD | Conselho Deliberativo |
| CET | Coordenação de Estudos do CNPq |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CNEN | Comissão Nacional de Energia Nuclear |
| CNPq | Conselho Nacional de Pesquisas (1951-1974) |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COCAR | Comissão de Cartografia |
| CONIN | Conselho Nacional de Informática |
| CPCT | Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica |
| CPO | Centro de Política |
| CPOR | Centro de Preparação de Oficiais da Reserva |
| CTI | Centro Tecnológico para a Informática |
| DASP | Departamento de Administração do Serviço Público |
| DAU | Departamento de Assuntos Universitários |
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras e Saneamento |
| EMBRAFILME | Empresa Brasileira de Filmes |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMBRATEL | Empresa Brasileira de Telecomunicação |

| | |
|---------|---|
| EPEA | Escritório de Pesquisas Econômicas e Aplicadas |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAPESP | Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FioCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| FNDCT | Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| FUNASA | Fundação Nacional de Saúde |
| FUNTEC | Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico |
| GOCNAE | Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais |
| IAA | Instituto do Açúcar e do Alcool |
| IBAMA | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente |
| IBC | Instituto Brasileiro do Café |
| IBBD | Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação |
| IBBD | Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IDORT | Instituto de Organização Racional do Trabalho |
| IMPA | Instituto de Matemática Pura e Aplicada |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| INT | Instituto Nacional de Tecnologia |
| IPEA | Instituto de Planejamento Econômico e Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas |
| IPR | Instituto de Pesquisas Rodoviárias |
| LNCC | Laboratório Nacional de Computação Científica |
| LNLS | Laboratório Nacional de Luz Síncrotron |
| MAST | Museu de Astronomia e Ciências Afins |
| MCT | Ministério de Ciência e Tecnologia |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |

| | |
|-----------|---|
| MIC | Ministério da Indústria e do Comércio |
| MP | Medida Provisória |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PADCT | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| PBDCT | Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| PED | Programa Estratégico de Desenvolvimento |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PICD | Plano Institucional de Capacitação Docente |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PNPG | Plano Nacional de Pós-Graduação |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| PORTOBRAS | Empresa de Portos do Brasil S.A. |
| PRDBR | Programa de Desenvolvimento Estratégico de Informática no Brasil |
| PRODASEN | Processamento de Dados do Senado Federal |
| PROTEM | Programa Temático Multifuncional da Ciência da Computação |
| RNP | Rede Nacional de Pesquisas |
| SCT/PR | Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República |
| SAPS | Serviço de Assistência Psicossocial |
| SEI | Secretaria Especial de Informática |
| SELAP | Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento da Presidência da República |
| SERPRO | Serviço Federal de Processamento de Dados |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SIDERBRAS | Siderurgia Brasileira S.A. |
| SNDC | Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia |
| SOF | Secretaria de Orçamento e Finanças |
| SUFRAMA | Superintendência da Zona Franca de Manaus |
| SUP | Superintendência de Planejamento do CNPq |

| | |
|----------|--|
| TELEBRAS | Telecomunicações Brasileiras S.A. |
| UCLA | University of Califórnia, Los Angeles |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UBES | União Brasileira de Estudantes Secundaristas |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1 | 25 |
| RAZÃO INSTRUMENTAL E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: A | |
| CATEGORIA DE TÉCNICOS NO CNPq | 25 |
| 1.1 RAZÃO INSTRUMENTAL E TÉCNICA: FUNDAMENTOS DO | |
| CONCEITO DE PLANEJAMENTO..... | 25 |
| 1.2 A PRIMAZIA DA TÉCNICA..... | 29 |
| 1.3 AS ORIGENS DO PLANEJAMENTO | 31 |
| 1.4 PLANEJAMENTO E RACIONALIDADE TÉCNICA NA | |
| ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO | 34 |
| 1.5 O TECNOCRATA E O TÉCNICO EM PLANEJAMENTO | 41 |
| CAPÍTULO 2 | 53 |
| O CNPq E A TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO EM C&T NO BRASIL: | |
| ENTRE O INSCREVER E O APAGAR..... | 53 |
| 2.1 A CRIAÇÃO DO CNPq: UMA INSCRIÇÃO NO IMAGINÁRIO DA | |
| GUERRA | 53 |
| 2.2 PRIMEIRO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO | |
| CNPq – O APAGAMENTO DA COMPETÊNCIA DE | |
| COORDENAÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR | 60 |
| 2.3 O CNPq e o imaginário da C&T | 63 |
| 2.4 SEGUNDO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO | |
| CNPq - INSCRIÇÃO COMO COORDENADOR DO SNDCT..... | 64 |
| 2.5 O CNPq E O “CAMPO DE C&T”..... | 68 |
| 2.6 TERCEIRO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO | |
| CNPq – O APAGAMENTO DA COMPETÊNCIA DE | |
| COORDENADOR DO SNDCT. A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO | |
| DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (MCT)..... | 72 |
| CAPÍTULO 3 | 76 |
| METODOLOGIA DE PESQUISA | 76 |
| 3.1 A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS COMPARATIVOS | 76 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 3.2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DOCUMENTAL ESCRITA | 80 |
| 3.3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA ORAL | 80 |
| 3.1.1 | As entrevistas..... | 82 |
| 3.1.2 | A escolha dos entrevistados..... | 87 |
| 3.1.3 | O roteiro de entrevistas..... | 88 |
| 3.1.4 | A marcação das entrevistas..... | 89 |
| 3.1.5 | A filmagem das entrevistas..... | 90 |
| 3.1.6 | Tratamento das entrevistas: a transcrição | 92 |
| 3.1.7 | O sistema de codificação dos sujeitos | 95 |
| 3.4 | PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS | 96 |
| 3.3.1 | Os temas | 96 |
| 3.3.2 | A análise de discurso | 97 |
| | CAPÍTULO 4..... | 102 |
| | Cenário A: 1975-1984..... | 102 |
| | CNPq: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM C&T NOS GOVERNOS MILITARES..... | 102 |
| 4.1 | PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974- 1979)..... | 105 |
| 4.1.1 | Gestão José Dion de Melo Teles – presidente do CNPq no período 1975-1979 | 121 |
| 4.2 | PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO DO GENERAL JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (1979 – 1985)..... | 129 |
| 4.2.1 | Gestão de Maurício Matos Peixoto – presidente do CNPq no período 1979 - 1980 | 133 |
| 4.2.2 | Gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – presidente do CNPq no período 1980-85 | 136 |
| 4.3 | SUBTEMAS: CENÁRIO A..... | 149 |
| 4.3.1 | SUBTEMA A1: TECNOCRACIA..... | 149 |
| 4.3.2 | SUBTEMA A2: O CNPq E A COMUNIDADE CIENTÍFICA | 158 |
| 4.3.3 | SUBTEMA A3: PERFIL E STATUS DO TÉCNICO | 171 |
| 4.3.4 | SUBTEMA A4: LIBERDADE DE EXPRESSÃO | 183 |

| | | |
|---|---|--------------------------------------|
| 4.3.5 | SUBTEMA A5: ESPÍRITO DE CORPO..... | 198 |
| 4.3.6 | SUBTEMA A6: SABER TÉCNICO INSTITUCIONAL | 208 |
| 4.4 | CONCLUSÕES PRELIMINARES DO CENÁRIO A | 213 |
| CAPÍTULO 5..... | | 219 |
| CNPq: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM C&T NOS GOVERNOS CIVIS..... | | 219 |
| Cenário B: 1985-1995 | | 219 |
| 5.1 | PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DA NOVA REPÚBLICA.... | 222 |
| 5.1.1 | O Governo do Presidente José Sarney (1985-1989)..... | 223 |
| 5.1.4 | Gestão Roberto Figueira Santos – Presidente do CNPq no período 1985- 1986 | 231 |
| 5.1.5 | Gestão de Crodowaldo Pavan – Presidente do CNPq no período 1986 -1990 | 246 |
| 5.2 | PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO (1990-1992) | 261 |
| 5.2.1 | Gestão Gerhard Jacob – presidente do CNPq no período de 1990- 1991..... | 263 |
| 5.3 | PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1995)..... | 276 |
| 5.3.1 | Gestão Marcos Luiz dos Mares Guia – presidente do CNPq no período 1991- 1993 | 277 |
| 5.3.2 | Gestão Lindolpho de Carvalho Dias – presidente do CNPq no período de junho de 1993 a janeiro de 1995 | 281 |
| 5.4 | SUBTEMAS CENÁRIO B: | 283 |
| 5.4.1 | SUBTEMA B1: TECNOCRACIA..... | 283 |
| 5.4.2 | SUBTEMA B2: CNPq E COMUNIDADE CIENTÍFICA | 292 |
| 5.4.3 | SUBTEMA B3: PERFIL E STATUS DO TÉCNICO | 294 |
| 5.4.4 | SUBTEMA B4: LIBERDADE DE EXPRESSÃO | 311 |
| 5.4.5 | SUBTEMA B5: ESPÍRITO DE CORPO | 312 |
| 5.4.6 | SUBTEMA B6: SABER TÉCNICO INSTITUCIONAL | 325 |
| 5.5 | CONCLUSÕES PRELIMINARES CENÁRIO B | 327 |
| CONCLUSÕES..... | | Erro! Indicador não definido. |
| REFERÊNCIAS | | 347 |
| ANEXO A – ARTIGO “AS DEZ PRAGAS DO FOMENTO” | | 358 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO B – A MEMÓRIA DO CNPq – COOE/SUP/CNPq | 359 |
| ANEXO C – CARTA DE PEDIDO DE DEMISSÃO DE IVAN ROCHA NETO 15/04- 1991 | 360 |
| ANEXO D – CHARGE: ONDE ESTÁ WALLY? | 361 |
| ANEXO E – MODELO DE CARTEIRAS FUNCIONAIS DO CNPq..... | 362 |
| ANEXO F - INFORME ESTATÍSTICO DO CNPq (abril, 1993)..... | 363 |
| ANEXO G - A DEVASTAÇÃO NO CNPq e DOCUMENTOS DOS SEVIDO- RES ENVIADOS À ADMINISTRAÇÃO DO CNPq..... | 364 |
| ANEXO H - JORNAL DA CIÊNCIA -SBPC- 02/10/1992 - Ano VII nº 261..... | 365 |
| ANEXO I - RECORTE DE JORNAL - Correio Braziliense de 29/07/1990..... | 366 |

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o domínio da ciência e da tecnologia nos processos de produção está na base do sucesso econômico dos países desenvolvidos. A aplicação da ciência no desenvolvimento das sociedades revolucionou nossas vidas no século XX, e tem avançado velozmente conduzindo ao entendimento de que a ciência e a tecnologia são vertentes distintas de uma mesma atividade humana. Essa percepção transformou a formação de recursos humanos e a geração de novos conhecimentos e de novas tecnologias, em poderosa alavanca que institui relações de dominação e dependência entre os homens e as nações do planeta.

O desenvolvimento tecnológico ocorrido durante a Segunda Guerra e, principalmente, o lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki estabeleceu o domínio da ciência a partir de uma lógica política e econômica fundada na relação do saber-poder entre as nações. Nesse contexto, onde o poderio dos povos ricos sobre os pobres começava a resultar basicamente das diferenças no domínio e utilização da ciência e tecnologia, foi criado no Brasil em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Passados mais de cinquenta anos e uma grande reconfiguração em 1974, constatamos que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) resistiu ao tempo. Em vários momentos de sua trajetória, mudanças políticas desestabilizaram profundamente o órgão, dando origem a expectativas de extinção, ou de fusão com outras entidades. A cada novo gestor, a cada nova diretoria, novas interrogações quanto aos destinos da instituição, tão marcada por incertezas políticas e econômicas.

Mas o fato inquestionável é que o CNPq resistiu bravamente a todas as intempéries que atravessaram o País e o afetaram significativamente. De guardião dos minérios radioativos e dos interesses nacionais no setor de energia nuclear no Pós-Guerra, a coordenador do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), nos anos 70 e 80, atualmente as atividades do CNPq se limitam à implementação de bolsas de formação de recursos humanos e concessão de apoio financeiro em forma de auxílios à pesquisa. Entre passos para frente e para trás, sua trajetória foi se constituindo no decorrer do tempo entre desvios, perdas e mutilações, evidenciando que os discursos governamentais de

apoio à ciência e tecnologia (C&T) no Brasil estão profundamente vinculados às determinações políticas e sociais de cada época.

No período compreendido entre 1975 e 1984, as fontes documentais escritas estabelecem uma forte vinculação entre os governos militares e a criação de um grande aparato estatal indutor do desenvolvimento de C&T, no Brasil, onde o CNPq assumiu o auge de suas competências técnicas e políticas, enquanto coordenador do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). A partir de 1985, com o advento da Nova República e a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), as atribuições do CNPq são esvaziadas e sua estrutura de planejamento foi aos poucos sendo desmontada. A década de 90 transcorreu em meio a turbulências internas das mais diversas ordens ficando marcada pelo êxodo da capacidade técnica da instituição, principalmente aquela vinculada às atividades de planejamento.

A percepção desses pontos de inflexão e a busca da compreensão de seus desdobramentos é que motivou a constituição do presente trabalho, que se destaca em meio aos diversos estudos já realizados sobre o órgão. Nossa pesquisa apresenta uma nova perspectiva de análise das atividades desempenhadas pelo CNPq tomando por objeto de estudo a trajetória das representações dos técnicos do CNPq acerca das atividades de planejamento e gestão em C&T desenvolvidas na instituição, no período compreendido entre 1975 e 1995. Essa trajetória analítica será elucidada através de um referencial teórico da história cultural, a partir da premissa de que os sujeitos da pesquisa são sujeitos sociais (TOURAINÉ, 1994), e, portanto, atuantes nos processos de transformações ocorridos no Órgão, ativando estratégias de luta para dar sentido ao mundo onde estão inseridos, compreendê-lo e nele encontrar uma identidade social.

Trata-se, pois, da reconstrução de uma história contada “de dentro” da instituição, forjada na captura das representações dos técnicos do CNPq na perspectiva do movimento da história das atividades de planejamento do Órgão.

A pesquisa teve como objetivo geral iluminar o percurso histórico da própria instituição por meio da análise das representações de seus técnicos. Como objetivos específicos, a pesquisa procurou analisar:

- 1) as representações dos técnicos relativas a importância da C&T no desenvolvimento nacional, no período relativo aos governos militares (1975-84) e aos governos civis (1985-95);
- 2) a importância conferida a atividade de planejamento no campo da C&T, nos dois períodos indicados;
- 3) a representação dos técnicos relativa à criação do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT em 1985;
- 4) o movimento de valorização e desvalorização do papel do técnico no CNPq e suas consequências no período abarcado pela pesquisa;
- 5) as mudanças ocorridas na representação do técnico do CNPq quanto a percepção de si e da instituição.

O período escolhido para a pesquisa se justifica em função de importantes marcadores que geraram dois pontos de inflexão na trajetória do Órgão. O primeiro diz respeito à transformação do Conselho Nacional de Pesquisas criado em 1951, em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1975. Tal transformação ocorreu no período dos governos militares (1975-1985), onde o discurso fundador da importância da C&T para o desenvolvimento nacional foi constituído, valorizando as atividades de planejamento em C&T tendo por sustentação a constituição de um corpo de técnicos especializados em políticas de C&T. O segundo ponto de inflexão é marcado pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), com o advento da Nova República (1985) que num período de descompressão das liberdades individuais e coletivas promoveu o início de um processo de desvalorização e silenciamento dos técnicos através de deslocamentos e descredenciamentos políticos.

Os discursos característicos desses cenários políticos e econômicos diferenciados, nos limites dos quais os sujeitos da pesquisa construíram suas trajetórias, promoveram deslizamentos de sentidos, institucionalizaram representações e apagaram práticas que tomamos por desafio reconstruir.

A partir do delineamento dos cenários históricos compreendidos nos períodos analisados, 1975-84 governos militares e 1985-1995 governos civis, procuramos analisar e

compreender o movimento da história da C&T no Brasil, que colocou o CNPq, e seu quadro técnico, no centro do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) e, posteriormente, com o advento da Nova República, os rebaixou a meros expectadores de uma reforma.

O fio condutor estabelecido para este estudo foi a trajetória cronológica das atividades de planejamento e gestão desenvolvidas no Conselho, analisadas numa perspectiva das práticas dos sujeitos. Através do enfoque da história cultural (CHARTIER, 1990, 1996, 2002, 2004, 2007) procuramos demonstrar como uma rede de percepções decorrentes da incorporação de significados vai sendo construída e desconstruída através dos discursos governamentais e institucionais, hierarquizando e estabelecendo relações de inclusão e exclusão. Nossa intenção é considerar a força performática dos discursos governamentais imantada nas práticas e representações dos técnicos, que ora os instituem na figura do planejador de políticas públicas de C&T, ora os silenciam e os ressignificam na figura do servidor público. Como esteio para essas reflexões tomamos ainda as noções de imaginário social (CASTORIADIS, 1982) e campo social (BOURDIEU, 1989, 1990, 1998).

Apesar de todos os percalços, no que respeita à história do planejamento de ciência e tecnologia no Brasil nas décadas de setenta e oitenta, não há qualquer sombra de dúvida de que se trata também de uma boa parte da própria história do CNPq reconfigurado a partir de 1974. E muito já se escreveu sobre ela.

O CNPq, cuja criação em janeiro de 1951 marcou o reconhecimento e a institucionalização da ciência no País, tem sido objeto de diversos estudos, sob variados enfoques, nas diversas áreas do conhecimento, Sociologia, Administração, História da Ciência, etc. A maior parte das abordagens traz como característica comum a manutenção de uma perspectiva analítica vinculada aos discursos oficiais. Dentre os trabalhos que tiveram por objeto de estudo o percurso do CNPq e sua atuação como órgão formulador da política do setor de C&T nacional, destacamos alguns que se tornaram citação recorrente em artigos, teses e dissertações. No que se refere a:

- apreciação da evolução histórica da C&T no País, tendo por cenário as condições sociais, políticas e econômicas nos períodos analisados (FERREIRA, 1974; SANT'ANNA, 1974;

MOREL, 1975; LOPES, 1978; RIBEIRO;BARBOSA FILHO, 1979; ROMANI, 1977 ; BRUNETTI, 1983; MOTOYAMA, 1984);

- atuação do CNPq nas origens da C&T no País, vista como um sistema isolado, independente de condicionantes políticos ou sócio-econômicos (GÓES, 1972; FERREIRA, 1973 e 1975; e SOUZA, 1978);

- o processo de institucionalização das relações entre ciência e Estado, a partir da trajetória institucional do CNPq (ALBAGLI, 1988; e MOREL, 1975);

- análise dos mecanismos institucionais de decisão interna do Órgão, especialmente aqueles referentes às formas de participação da comunidade científica, tanto do ponto de vista descritivo (NICOLETTI, 1985), como do crítico, propondo modelos alternativos de participação (DAL ROSSO; TEIXEIRA, 1985);

- análise crítica do sistema nacional de C&T no Brasil onde o CNPq desempenhava o papel de coordenador da política nacional de C&T até 1985 (CARVALHO, 1972 e RAPPEL, 1981);

- atuação do CNPq como órgão executor direto de pesquisas, através do estudo das atividades científicas dominantes nos Institutos de Pesquisa a ele vinculados (OLIVEIRA, 1985);

- avaliação do Órgão como fomentador da pesquisa no País, através da concessão de bolsas e /ou auxílios, seja sob um enfoque geral (FROTA MOREIRA, 1972), seja pela análise do apoio dado às diversas áreas do conhecimento (ROMANI, 1977; BRUNETTI, 1983; CAGNIN, 1983; MORCELI, 1985; YAMAMOTO; SILVA, 1985; e AQUINO, 1986). E certamente ainda outros estudos de divulgação interna à instituição ou de circulação mais restrita.

Abordagens mais recentes focando gestão (planejamento estratégico, administração de recursos humanos, sistemas gerenciais da informação, avaliação); mecanismos de fomento e apoio à pesquisa (programas institucionais como PIBIC e PRONEX); têm sido produto de dissertações de mestrado e teses de doutorado graças ao Programa de Treinamento e Capacitação de servidores do Órgão.

No que se refere à abordagem histórica, a produção ora se apresenta voltada para a fundação do órgão e os aspectos da organização institucional (ALBAGLI, 1987); ora para o enfoque apologético e comemorativo, de onde se destacam o book “Cinqüentenário do CNPq: Notícias sobre a Pesquisa no Brasil”, publicado pelo CNPq por ocasião da comemoração de seu cinqüentenário em 2001, e a publicação, organizada por Shozo Motoyama² (2002), “50 anos do CNPq: contados pelos seus presidentes”, que reuniu os relatos dos ex-presidentes da instituição sustentados na versão oficial das políticas implementadas ao longo da trajetória do Órgão.

Invariavelmente, a cada dez anos é pensada uma publicação comemorativa que envolve o esforço quase sempre dos técnicos mais experientes, cujo trabalho de organização e análise das informações é feito a partir dos relatórios de atividades do Órgão e das atas de reuniões do Conselho Deliberativo. Os acontecimentos, portanto, são datados a partir de leis, decretos, decretos-leis ou ainda, instrumentos de gestão internos como resoluções normativas, portarias e ordens de serviço.

O valor de registro dessas publicações é reconhecido, mas também não podemos deixar de observar o caráter laudatório que as reveste. Justamente porque esse é o papel intrínseco às publicações comemorativas, uma vez que promovem uma blindagem na instituição produzindo e/ou reproduzindo o verniz que mantém intacta a “imagem social” do Órgão. O objetivo que permeia tais iniciativas é a preservação ou ainda a promoção de suas atividades voltadas para a formação de recursos humanos de alto nível e o apoio à pesquisa, quase sempre ancoradas no resgate do mito fundador, que no caso do CNPq é a saga empreendida pelo Almirante Álvaro Alberto, na fundação do Órgão e na defesa dos interesses nacionais na exploração dos minerais radioativos, durante a década de 1950 (GARCIA, 2000).

Tais iniciativas colocadas sob análise crítica nos permitem perceber que o registro da história ocorre no âmbito da luta das forças sociais pelo poder, e que a memória coletiva “é um instrumento e um objetivo do poder” na medida em que controlar o passado “é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses

² MOTOYAMA, S.(org). *50 anos do CNPq contada pelos seus presidentes*. São Paulo: FAPESP, 2002.

mecanismos de manipulação da memória colectiva” (LE GOFF, 1984, ps 46 e 13). Travestidas de legitimadoras do consenso, as publicações contendo “histórias oficiais” desviam a atenção das contradições, das fraturas e oposições existentes na instituição.

Ao contrário, a história reconstruída a partir da percepção dos sujeitos, faz emergir nas narrativas, os indivíduos, ou melhor, os agentes dos acontecimentos, a partir da atuação dos quais a história coletiva se desenrola. Tal perspectiva promove percepções inusitadas, uma vez que os liames que vinculam a história à memória permitem um olhar para além das blindagens e fazem emergir camadas subjacentes ao verniz oficial. E só então, as fissuras e as discontinuidades da história se fazem visíveis e tornam-se passíveis de serem conhecidas e analisadas.

A Pesquisa

A partir do levantamento documental relativo ao planejamento do setor de C&T e das entrevistas realizadas com os sujeitos que vivenciaram os períodos analisados, o papel do técnico foi colocado em discussão. Uma reflexão sobre técnica (CASTORIADIS, 1987), razão instrumental (HABERMAS, 1975; ADORNO e HORKHEIMER, 1985; WEBER, 1991, 1996) e planejamento (MANNHEIM, 1972) nos permitiu melhor compreender a utilização do termo tecnocrata, numa perspectiva da história dos conceitos (KOSELLECK, 1992) e de apropriação e uso das palavras (CHARTIER, 2004).

Nesse sentido, o planejamento é aqui percebido como um instrumento de alteração e/ou consolidação de uma estrutura de poder, na medida em que se configura como uma forma de ideologia que se estabelece através de um discurso pronunciado pelo Estado. Processual, com contínua correlação entre a racionalidade formal e material, foi a via através da qual a administração pública se relacionou com o processo de desenvolvimento, traduzindo as decisões políticas em função do modelo econômico então adotado.

No período referente aos governos democráticos (1985-1995), o campo de C&T se apresentou em nossa pesquisa como alvo de intensa disputa política, e o resultado desses embates foi a criação do MCT com a missão de coordenar o campo, e a devolução do CNPq à comunidade científica, fato representado pela metáfora da “casa do cientista”. Como

conseqüência observou-se um deslocamento de competências, a drenagem da capacidade técnica para o Ministério e o silenciamento do corpo técnico do Órgão. A apreensão e a interpretação das representações dos efeitos dessas reconfigurações do CNPq foram possíveis através da análise das narrativas dos sujeitos.

O trabalho realizado através das entrevistas não se limitou à análise de como pessoas e um grupo social constroem suas identidades, mas buscou também iluminar práticas particulares, usos determinados e perceber as práticas institucionais que fixaram e produziram falas, consolidaram sociabilidades e prescreveram comportamentos individuais e coletivos (CHARTIER, 2004). Os relatos denunciaram a urdidura de uma cultura institucional estabelecida na trajetória da instituição no decorrer do tempo, a partir dos dois pontos de inflexão anteriormente mencionados.

O primeiro ponto de inflexão diz respeito à reestruturação do CNPq, em 1975, promovida através de uma nova “inscrição” jurídica e social do órgão, refletida em sua nova denominação: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tal “inscrição” trazia em seu bojo a intenção do “apagamento” do velho Conselho Nacional de Pesquisas, cuja origem remonta ao início da década de 50, e às discussões apaixonadas sobre a energia atômica e à necessidade de formação de recursos humanos para a pesquisa científica no Brasil. Uma instituição reconhecida como importante, dada sua finalidade de apoiar o desenvolvimento da ciência no Brasil, mas até então, sem brilho próprio, com sérias limitações de recursos e administrada por cientistas. A nova “inscrição” do CNPq foi promovida sob o discurso da importância da C&T para o desenvolvimento nacional, e acompanhada do status e do prestígio que tal discurso conferia quando pronunciado pelos governantes. Principalmente, em se tratando de um período de ditadura militar, onde os Planos Nacionais de Desenvolvimento ratificavam tal prioridade.

O segundo ponto de inflexão se estabeleceu a partir da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, em 1985 onde novamente o movimento de “apagamento” se faz sentir sobre o CNPq, agora silenciado pela “inscrição” do novo MCT, concebido sob os discursos entusiásticos da Nova República, mas embotado pelo luto e a ausência de seu principal mentor e articulador. Inicia-se então, um processo de drenagem promovido no CNPq, que deveria fornecer as condições vitais necessárias para o funcionamento do novo

corpo, o Ministério. A competência legal para coordenar o SINDCT e formular políticas públicas de C&T foi então transferida para o MCT, juntamente com grande parte do quadro técnico mais qualificado.

A metáfora construída por Chartier “inscrever e apagar” (2007, p. 79), ao analisar a tipologia de empregos do termo *libros de memória*, utilizado por Lopes de Vega, refere-se à imagem que designa a memória como uma tabuleta envernizada que, contrariando a idéia tradicional da memória como um arquivo, seria como algo frágil e inconstante: “a memória não é de bronze, mas sim como uma tabuleta envernizada que facilmente se apaga e sobre a qual se escreve de novo”. No caso do CNPq, a metáfora do “inscrever e apagar” refere-se à inconstância das políticas dos sucessivos governos, que ora o inscrevem como responsável pelas políticas relativas à energia nuclear, ou como coordenador do sistema de C&T e ora o apagam, destituindo-o de suas competências, para inscrever um “outro”.

A pesquisa foi realizada entre duas grandes demarcações a partir das quais foram estabelecidos dois cenários distintos: 1975-85 – Cenário A, relativo à reestruturação do CNPq implementada a partir do estabelecimento de uma política de C&T, nos governos militares; e 1985-1995 – Cenário B, configurado a partir da criação do MCT e o conseqüente esvaziamento do CNPq. É no contexto desses dois cenários que se inscreve e se apaga a história do planejamento da C&T no CNPq, marcada por descontinuidades e rupturas. Como atores privilegiados da construção dessa história atormentada estão os nossos sujeitos, os técnicos do CNPq a quem demos voz a partir da história oral, tornando-os narradores da própria história.

A estrutura da tese

O Capítulo 1 foi elaborado em torno de uma reflexão sobre a razão instrumental e a técnica, bases do estabelecimento das atividades de planejamento que caracterizaram o desenvolvimento capitalista durante o século XX. Tais noções se mostraram importantes na compreensão do valor dado ao planejamento no período 1975-1985, pelos governos militares, onde o termo “tecnocrata” assumiu conotação específica, fornecendo-nos substrato para a análise das representações do papel do técnico em C&T, em todo o período coberto pela pesquisa.

Utilizando a já referida metáfora do “inscrever e apagar” criada por Chartier (2007), no Capítulo 2, buscamos apresentar uma análise das inflexões identificadas na trajetória do CNPq partindo da existência de um imaginário social da Guerra Fria, que é constituído e alimentado pelos discursos governamentais durante a década de 1970 com ênfase na importância da C&T para o desenvolvimento e a segurança nacional, e seu posterior silenciamento a partir da segunda metade da década de 80. Entretanto, como poderá ser observado pelo leitor, tendo em vista proporcionar maior coerência às análises referentes ao período coberto pela pesquisa (1975-1995) e permitir a percepção dos movimentos da história, estendemos nosso olhar até a fundação do CNPq em 1951, onde apontamos o primeiro ponto de inflexão da história do Órgão: a transferência de suas competências de supervisor das atividades ligadas à área da energia atômica para a então criada Comissão Nacional de Energia de Nuclear (CNEN).

A concepção do método de pesquisa é apresentada no Capítulo 3, bem como o detalhamento dos procedimentos utilizados para a elaboração das entrevistas por meio da história oral, e suas interpretações pela análise do discurso. No capítulo 4 desenvolvemos as análises referentes ao Cenário A – Planejamento e gestão em C&T no CNPq, nos governos militares, e no Capítulo 5 as análises relativas ao Cenário B - Planejamento e gestão em C&T, no CNPq, nos governos civis, ambas elaboradas a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados. A organização e apresentação desse trabalho de análise se constituiu em grande desafio, diante de nossa intenção de manter as vozes dos sujeitos no comando sequencial das narrativas, a partir das abordagens estabelecidas na metodologia. O resultado foi a definição por dois grandes capítulos (4 e 5) de cerca de 100 páginas cada um. Embora tenha sido desejável uma divisão do trabalho de análise numa maior quantidade de capítulos, optamos por manter a coerência estabelecida pelas análises temporais nos dois cenários da pesquisa, evitando o risco de quebra do contexto das narrativas dos sujeitos. Ao final do trabalho foram inseridas as Conclusões e Considerações Finais, seguidas das Referências Bibliográficas e do Anexo.

Julgamos ainda importante destacar que, na medida em que o espaço no qual a pesquisa foi realizada nos é familiar, a situação de proximidade passou a compor a nossa problemática e o nosso ângulo de observação (GEERTZ, 2000; VELHO, 2003) merecendo

aqui algumas considerações. Nossa inserção no espaço institucional do CNPq enquanto servidora ocorreu em 1980, configurando uma trajetória individual rica em experiências forjadas na atuação em diversas instâncias técnicas da instituição, o que dimensionou a nossa dupla inserção na presente pesquisa, como pesquisadora e “nativa”, o que implicou também num estranhamento do familiar (VELHO, 1978), uma vez que “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento”³ (1980, p.15). Isto porque, mesmo tendo partilhado com alguns dos sujeitos entrevistados um cotidiano institucional, nem por isso conhecíamos suas percepções pessoais diante das situações relatadas, e essa atitude de estranhamento levou-nos também a buscar compreender como esses técnicos percebiam e assimilavam suas experiências profissionais.

Quanto ao trabalho de interpretação e análise, é certo que nossa subjetividade, apesar de contida pelas amarras do método e da vigilância permanente, acabaram fazendo ecoar seus gritos de participação uma vez que “ a recuperação do teórico não é uma abstração, ela passa pela recuperação do pesquisador como sujeito [...] que não se expressa somente no campo cognitivo, uma vez que sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores e todos aqueles aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva” (REY, 2005, p. 36).

Consideramos ainda, importante, compartilhar a nossa percepção pessoal desta viagem em torno do CNPq, por meio dos sentidos plurais capturados na trajetória. Na medida em que líamos as narrativas produzidas pelos sujeitos, dois sentimentos emergiam. O primeiro pode ser traduzido como privilégio do contato com este grupo pertencente a uma elite técnica e acadêmica; o segundo, de gratidão, pela confiança em nós depositada. Por tudo isso, acreditamos que os resultados de nossas interpretações representem apenas alguns dos muitos ângulos possíveis de análise, em função da riqueza e da densidade das narrativas desenvolvidas durante as entrevistas, verdadeiro compartilhamento de memórias, que nos foi generosamente concedido.

³ VELHO, G. “Observando o familiar” in: A Aventura Sociológica – objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social (Edson de Oliveira Nunes - org.) Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CAPÍTULO 1

RAZÃO INSTRUMENTAL E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: A CATEGORIA DE TÉCNICOS NO CNPq

O estudo das representações dos técnicos do CNPq relativas ao período 1975-1995, objeto do presente trabalho, perpassa a compreensão da atividade de planejamento em ciência e tecnologia a partir da perspectiva do conceito de razão instrumental. Nesse sentido, noções como técnica e razão técnica assumem relevância na compreensão da constituição das práticas profissionais dos técnicos, sujeitos da pesquisa. Tais noções fundam as atividades de planejamento no Brasil tanto do setor industrial como do Estado, nas primeiras décadas do século XX, promovendo a configuração de um perfil profissional que assume conotações diferenciadas no decorrer do tempo. Essa perspectiva tornou-se visível no caso do emprego do termo tecnocrata, consagrado no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970.

Nossa intenção é apresentar a vinculação dessas noções ao conceito de planejamento como técnica dos meios por excelência (BOURDIEU, 1979) e a sua aplicação no campo da Ciência e Tecnologia, dando origem à categoria profissional de técnicos especializados que animaram as atividades do CNPq, durante o período abarcado pela pesquisa. A reflexão aqui proposta tem como finalidade subsidiar a análise das falas dos sujeitos apresentadas no Capítulo 4 do presente trabalho, na perspectiva de compreendermos como esses profissionais se percebiam e foram socialmente percebidos enquanto tais.

1.1 RAZÃO INSTRUMENTAL E TÉCNICA: FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE PLANEJAMENTO

Embora muito já tenha sido escrito sobre razão instrumental, iniciamos nossa abordagem com base na interpretação da narrativa de Ulisses, na *Odisséia*, realizada por Adorno e Horkheimer (1985), num trabalho intitulado *O conceito de esclarecimento*. É na metáfora da saga de Ulisses que os mais célebres integrantes da Escola de Frankfurt foram

buscar a origem da “ação racional com relação a fins” ou “razão instrumental” explicando a relação entre trabalho e dominação⁴.

Ulisses, advertido pela poderosa ninfa Circe, enfrenta o inebriante e mortífero canto das sereias tramando um arдил que lhe permite ouvir o canto e, no entanto, resistir a ele. A estratégia de Ulisses constituiu-se em se deixar atar fortemente ao mastro do seu navio, enquanto seus companheiros, com os ouvidos tapados por cera, remavam vigorosamente pela região encantada sem nada ouvir, nem o canto das sereias e nem as súplicas dele para ser libertado. Dessa forma, são e salvo, longe dos encantos e dos perigos, Ulisses seria, assim, segundo a Odisséia, o primeiro mortal a conseguir ouvir o canto das sereias e escapar vivo. Mas, na leitura de Adorno e Horkheimer (1985), haveria um preço a pagar por tal façanha.

Ao ordenar que os trabalhadores atassem-no ao mastro e tapassem-lhe os ouvidos com cera, Ulisses estabeleceu a divisão do trabalho em seu barco, utilizando-se de procedimentos racionais para resistir às sereias, instituindo, metaforicamente, os princípios da ordem social. Ao ordenar aos trabalhadores que o prendessem ao mastro, condenando-se à impotência e ao aprisionamento para poder usufruir do canto, condenou-os também a nada ouvir. Dessa forma, Ulisses teria assumido uma realização incompleta e individualista, visto que não se entregou completamente a esse prazer indefinível, pois teve de negá-lo a sua tripulação, para não correr risco de morte ou de fracasso em sua missão. Já seus trabalhadores, com os ouvidos tapados com cera, nada souberam da beleza do canto das sereias, conhecendo apenas o perigo que ele implicava permanecendo fiéis ao seu papel social, reproduzindo a vida do opressor e, ao mesmo tempo a sua própria. A tentação foi neutralizada em puro objeto de contemplação, no qual o prazer foi separado, para sempre, do trabalho.

Adorno e Horkheimer (1985) utilizam a história de Ulisses como metáfora da ação racional com relação a fins ou razão instrumental, ou seja, a utilização do pensamento racional como meio para se conseguir com eficácia um fim previamente estabelecido. Trata-se do homem moderno na busca do sucesso, vencendo potências míticas por si mesmo, embora

⁴ ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. Ulisses ou Mito e Esclarecimento. Dialética do Esclarecimento, Trad. de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 60.

tenha de sacrificar o seu prazer para se tornar senhor do mundo, conquistar o sucesso individual e aprovação social, reprimindo seus impulsos vitais para poder decidir o melhor caminho a tomar, mas, acabando por se tornar escravo de si próprio.

Tal interpretação encontra-se também associada a Weber (1991) segundo o qual as sociedades ocidentais, nomeadamente as protestantes, tendem a enfatizar a vida de trabalho, o sacrifício para obtenção de bens. Weber atrelou o surgimento da modernidade à primazia de um tipo específico de ação ao qual estariam condicionadas as ações humanas: a ação racional com relação a fins. Nessas sociedades, o homem procura atingir fins sem discutir se eles são bons ou legítimos onde a única preocupação é encontrar os meios mais adequados e eficazes.

Segundo Weber (1991, p. 16), o indivíduo age de forma racional com relação a fins quando “[...] orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si”. E é esse tipo de comportamento que, segundo o autor, estaria dominando todas as esferas da sociedade, gerando o que ele denominou de “desencantamento do mundo”, ou seja, a racionalização de todas as atividades e comportamentos humanos. Tal racionalização, além de trazer para o homem autonomia relativa diante das forças da natureza, dotando-o de maior poder e domínio sobre esta, promove sua própria escravização numa verdadeira “jaula de ferro” de procedimentos e de condutas racionalmente condicionadas, reprimindo, portando, a sensibilidade, a afetividade, a emotividade e as demais formas sensíveis de conduta humana. Nesse sentido, esse processo estaria gerando os “especialistas sem espírito e sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado” (WEBER, 1996, p. 131).

Da mesma forma, Habermas refletiu sobre as origens e as principais características da forma de procedimento que caracteriza a modernidade, a ação “racional com relação a fins” ou “razão instrumental”. Ao contrário da visão pessimista de Weber em relação ao futuro da humanidade, Habermas é defensor do projeto iluminista que via, no crescente desenvolvimento da razão e na crença no progresso, as bases para a emancipação humana. Contudo, isto não obstou a elaboração de uma profunda crítica à perspectiva de universalização do “agir racional com relação a fins”, na qual o autor já emprega o conceito do agir comunicativo que, somente alguns anos mais tarde, seria a questão central de sua

Teoria da Ação Comunicativa. Essa noção de racionalidade comunicativa e sua dimensão discursiva fundamentam o estabelecimento de um diálogo crítico com a visão sociopolítica de Marcuse (apud HABERMAS, 1975) sobre a razão instrumental e sua ligação intrínseca com a tecnociência.⁵

Segundo Habermas (1975), Marcuse discerniu o viés ideológico, assumido pela técnica e pela ciência, ao identificar as premissas de uma concepção de racionalidade despojada de sua força crítica (iluminista). Nesse sentido, a técnica cientificizada – e a ciência tecnicizada – não deveriam ser compreendidas apenas como forças produtivas neutras, uma vez que no discurso da ciência e da técnica esconde-se um projeto de mundo determinado por interesses de classe e situação histórica. O progresso técnico-científico caracterizar-se-ia por ser, de forma simultânea, força produtiva e ideologia. Por sua vez, a racionalização, decorrente desse progresso, permearia as estruturas sociais tornando-se culturalmente hegemônica, criando determinada visão de mundo.

Essa racionalidade conduziu à industrialização do trabalho e gerou processos de racionalização, ligados à institucionalização do progresso técnico-científico, que se estenderam a todas as esferas da sociedade. Dissemina-se nesse contexto, o “agir racional com relação a fins”, tipo de ação que objetiva o alcance de metas orientado, precisamente, pela lógica da racionalização das atividades sociais. Como consequência, o mundo prático da administração, no qual a técnica ocupa o posto da teoria e os métodos dos “meios” são transformados em “fins”, subjugam a humanidade pela hegemonia positivista no mundo científico. Essa perspectiva leva ao desmonte das visões tradicionais e ao consequente enfraquecimento de antigas legitimações como as ligadas aos mitos e às crenças religiosas e, como desdobramento disso, à secularização da sociedade, aliada ao desencantamento do mundo de Weber. A legitimação social passa, agora, pela racionalidade instrumental da tecnociência que se afirma como uma instância imprescindível para organizar, explicar, justificar e fazer o mundo funcionar sob a égide inexorável da primazia da técnica.

⁵ Tecnociência – contexto social onde o conhecimento científico e tecnológico tornou-se um sistema codificado por redes de comercialização de inovações tecnológicas. Ver: LATOUR, B. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

1.2 A PRIMAZIA DA TÉCNICA

Analisando a modernidade, Castoriadis (1997), observa que “a questão da técnica deixou de ser simples objeto de pesquisa científica ou reflexão filosófica para tornar-se fonte de uma preocupação cada vez maior”. Seus reflexos sobre o homem (produtor e consumidor), bem como sobre a sociedade e sua organização nos levam ora a exaltá-la como fonte consagrada de qualidade de vida, ora a execrá-la como a origem dos todos os males que afligem a humanidade. A técnica, tomada como instrumento autônomo do homem, induz à tensão permanente da fatalidade seja para o bem, seja para o mal, como decorrência da incapacidade de a sociedade enfrentar seu problema político. “Por conseguinte, o pensamento continua o seu papel ideológico: fornecer à sociedade o meio de não pensar o seu problema verdadeiro e de furtar-se à responsabilidade diante de suas criações” (1997, p. 295). Não se trata mais do homem que se autogera, mas daquele que domina e modela as forças da natureza suprindo seus insucessos e limitações mitologicamente. Assim “a história torna-se progresso real na racionalidade e a técnica, mediação instrumental entre dois pontos fixos: a natureza racional, domável, modelável e as necessidades humanas que definem ‘o em direção a que’ e o ‘para que’ dessa dominação.” (CASTORIADIS, 1997, p. 303).

A trajetória do sistema capitalista apresenta, no início, a grande valorização dos modos de produção que vai cedendo espaço paulatinamente ao questionamento da apropriação da técnica por uma classe particular. A partir daí, a técnica torna-se neutra e positiva em todos os seus aspectos. Mas também muito foi dito sobre o caráter negativo da técnica moderna, suas conseqüências nefastas denunciando-lhe a ilusão de neutralidade e de instrumentalidade, ressaltando-se a autonomização quase irreversível do processo tecnológico contemporâneo. Esse processo irresistível, ao invés de conduzir a humanidade à abundância e à solidariedade, conduziu-a para a desumanização total e para a catástrofe, permitindo-nos perceber que o movimento tecnológico contemporâneo se materializa na vida social com uma inércia considerável. Daí a tendência de considerarmos a técnica um fator absolutamente autônomo, ao invés de ver nela uma expressão de orientação de conjunto da sociedade contemporânea. “É onde podemos ver que a essência da técnica não é absolutamente nada de técnico”. (CASTORIADIS, 1997, p. 304).

Castoriadis ressalta que a “técnica, tanto quanto a linguagem é elemento da constituição do mundo enquanto mundo humano e em particular da criação, por cada sociedade, do que, para ela, é real-racional, pelo que entendemos o que ela estabelece como se impondo a ela...”. O que torna possível não só a técnica, mas um fazer qualquer, é que o real bruto não é congelado, comporta imensos interstícios que permitem mover, reunir, alterar, dividir, possibilitando ao homem inserir-se como causa real no fluxo do real. Dessa forma, a técnica se apóia nessa “racionalidade do real” forçando o aparecimento do que era virtual, postulando cada vez mais suas necessidades arbitrárias. Castoriadis chama a atenção para a existência de “soluções obrigatórias”, observando que não há para o homem “problemas obrigatórios”, pois existe ponto fixo das “necessidades” humanas.

O abismo que separa as necessidades do homem como espécie biológica e as necessidades do homem como ser histórico é cavado pelo imaginário do homem, mas a picareta utilizada para cavá-lo é a técnica. Lembramos que essa imagem não é perfeita, pois a técnica aqui tomada como um todo, não é simples instrumento e sua especificidade co-determina cada vez mais o que é cavado – pois a necessidade histórica não é definível fora de seu objeto. (CASTORIADIS, 1997, p. 308).

Adorno (1995), também, analisou essa questão concluindo que num mundo onde a técnica ocupa posição tão decisiva, como acontece atualmente, pessoas tornam-se tecnológicas, ou seja, afinadas com a técnica, o que gera uma racionalidade positiva, uma vez que constituem pessoas menos influenciáveis, com as correspondentes conseqüências no plano geral. Por sua vez, na relação atual da sociedade com a técnica, o autor observa algo de exagerado, irracional, patogênico que ele vincula ao 'véu tecnológico'. Os homens tendem a considerar a técnica como algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão de seu braço. Os meios e a técnica são um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas.⁶

Vale ainda ressaltar outro aspecto da constituição, pela sociedade, do que é para ela real-racional, da sua própria constituição por ela mesma, de sua auto-instituição, e o imenso componente técnico que ela comporta.

⁶ ADORNO, T.W. Educação após Auschwitz. In: MAAR, W.L. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 132

De todas as “técnicas”, a mais importante é a própria organização social, o mais poderoso aparelho já criado pelo homem é a rede das relações sociais. É claro, é preciso reconhecer que essa rede é a instituição, e a instituição é muito mais e outra coisa do que a técnica; mas contém indissociavelmente a “técnica” social – a “racionalização” das relações entre homens tal como é constituída pela sociedade considerada – e é impossível sem ela (CASTORIADIS, 1997 p. 309).

O que é necessário precisar, uma vez que a sociedade se auto-institui a partir do estabelecimento das redes de relações sociais criadas pelos indivíduos enquanto técnica, é a arbitrariedade dessa técnica cuja natureza (boa ou má) permanece vinculada à capacidade política de opção e de decisão dos indivíduos. E é nesse sentido que o planejamento se destaca como uma dessas técnicas sociais ou de racionalização das relações sociais cujo alcance atingiu todos os setores da vida social a partir das primeiras décadas do século XX.

1.3 AS ORIGENS DO PLANEJAMENTO

O planejamento é instituído socialmente como decorrência da calculabilidade e previsibilidade integrante da racionalidade característica da sociedade capitalista moderna. Pensar o futuro e calcular a ação presente e futura para atingir uma finalidade, (geralmente na perspectiva econômica) tornou-se o *ethos* da sociedade moderna (BOURDIEU, 1979).

Na Europa, o desenvolvimento científico e industrial ocorrido durante o século XIX legitimou a idéia de um progresso contínuo da sociedade, e o capitalismo fundamentou sua reprodução no trabalho assalariado, apesar de a exploração da classe trabalhadora criar profundos contrastes sociais como consequência da garantia da propriedade privada dos bens de produção e do surgimento de novos mercados.

Segundo Saint-Simon, a sociedade é uma obra coletiva resultante de esforços individuais que se desdobram em duas direções: a da produção intelectual e a da criação da riqueza material. Acreditava-se imbuído da missão especial de tirar os poderes políticos das mãos do clero e da nobreza e confiá-los aos industriais tornando-os responsáveis pela subsistência e instrução dos homens, confiando aos “chefes das empresas industriais o cuidado de elaborar o orçamento e, por conseguinte, de dirigir a administração pública” uma vez que “[...] as necessidades de instrução serão atendidas pela elite científica (SAINT-SIMON, 1821, p.156). Seu pensamento relacionava a crise daquele momento com a

Revolução Francesa que, na sua concepção, era resultado da incompetência dos governantes tradicionais e, para cuja solução, seria necessário conceber um governo dirigido por pessoas cultas e de inteligência superior cujo produto seria o alcance da estabilidade. Tal organização intelectual da sociedade teria caráter universal, e o governo visado seria constituído por grandes cientistas da humanidade.

Saint-Simon lançou as bases com a qual Comte associaria uma teoria progressista da história a um interesse prático pelos problemas de organização política e social, com a intenção de aplicar o método científico ao estudo da sociedade, perpetuando assim a idéia de racionalismo que influenciaria a sociedade capitalista, na qual a prática estaria subordinada à teoria e ao conhecimento científico da realidade, condicionando o poder aos detentores do saber. A crítica à metafísica impregnava a produção do conhecimento de um caráter técnico, atribuindo aos fenômenos um sentido natural de repetições e ignorando os condicionamentos históricos a que se submetem os acontecimentos. Nas palavras de Chauí (1981, p. 11) “O positivismo declara que uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios e sua aplicação uma tarefa dos técnicos ou administradores competentes”.

A sistematização da visão de mundo positivista em um sistema teórico-conceitual, fundamentado na ordem industrial burguesa, instituída e sustentada pelos progressos que a ciência e a técnica haviam alcançado até então, levou a que Comte fosse considerado o fundador do positivismo. Como teoria aceita pela classe dominante, o positivismo transformou-se numa concepção de mundo que, adotada como doutrina, permitiria a manutenção da ordem em meio às reivindicações revolucionárias dos trabalhadores, uma vez que propunha a conciliação das classes em nome do progresso social. Fortemente ancorado no industrialismo utópico de Saint-Simon, o positivismo social de Comte evidenciava o papel do Estado, a quem caberia a administração de conflitos e o dever de organizar o uso dos meios de produção, configurando-se na primeira concepção ideológica que propôs correção aos rumos do capitalismo.

Com a industrialização, os processos de trabalho atingiram níveis de especialização e de complexidade para os quais a racionalização foi a medida imposta como princípio de organização e controle a partir das primeiras elaborações sistematizadas sobre planejamento,

relacionadas à produção industrial, das quais se destaca o trabalho de Frederick W. Taylor. O sistema proposto por Taylor (1987), propunha a aplicação da ciência a toda forma de atividade humana, “desde os mais simples de nossos atos individuais até os trabalhos de nossas mais complexas empresas” e, dessa forma, a tecnologia passou a articular o conhecimento científico com o conhecimento produtivo, o que significava “a penetração da ciência na indústria, numa perspectiva positivista”, delineando não só uma grande “preocupação ideológica em assumir um caráter de neutralidade pela legitimação científica”, mas também como uma “real preocupação de utilizar o conhecimento formalizado até então, para controlar a força de trabalho” (VARGAS, 1985, p. 158).

A cronometragem taylorista, desenvolvida com base no estudo dos tempos e dos movimentos, no qual cada atividade deveria ser decomposta em suas operações mais elementares e, posteriormente, identificadas as operações, em que os tempos de execução deveriam ser reduzidos ao mínimo, e os movimentos deveriam ser os mais elementares possíveis, consistia em estabelecer, para cada elemento do trabalho, um tempo médio, sendo que o tempo total do trabalho seria a soma dos tempos gastos na realização de movimentos elementares e dos tempos “mortos” (repousos e interrupções necessárias). Nesse processo, o gerente deveria reunir todo o saber adquirido pelo trabalhador e classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras que seriam devolvidas a ele como a melhor forma de executar uma operação. Em outras palavras, tratava-se de reduzir o saber complexo do trabalhador, adquirido por meio da experiência, a seus elementos mais simples e parcelados.

A partir dessa decomposição, obviamente, o operário não poderia mais ser deixado ao livre arbítrio e, com vistas a desembaraçá-lo de tudo o que fosse além de sua capacidade, Taylor criou o sistema funcional da organização administrativa do trabalho industrial, edificado na dicotomia entre o planejamento e a execução. Esse sistema deu origem à administração científica, mediadora do capital-trabalho, com a função de selecionar e treinar operários, planejar suas atividades de conformidade com o método de racionalização, estabelecendo os tempos de produção, os métodos de trabalho e os salários.

A separação do trabalho de concepção do de execução significou a retirada de todo trabalho intelectual da fábrica, que seria concentrado no setor de planejamento, ficando a ciência do controle do trabalho sob o domínio da gerência, nunca do trabalhador. Com o

desenvolvimento do modo de produção capitalista e a cientificização da técnica, o desenvolvimento tecnológico passou a depender de um sistema institucional no qual conhecimentos técnicos e científicos seriam interdependentes promovendo o desenvolvimento do mito da neutralidade científica que sustentaria a função ideológica de legitimação da dominação, proporcionando os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficiente do homem sobre o homem.

Nesse contexto desenvolveu-se um novo perfil de trabalhador portador de conhecimentos científicos e tecnológicos que passaria a produzir cálculos para projeção e elaboração de planos e estratégias de atuação da empresa, absorvendo e desenvolvendo a atividade de concepção do trabalho fabril. Calculabilidade e previsibilidade são componentes inerentes à atividade de planejamento que passaram a ser atividades fundamentais de sustentação das empresas no mercado, com vistas à obtenção de lucro aliada à máxima eficiência na produção.

1.4 PLANEJAMENTO E RACIONALIDADE TÉCNICA NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A constituição da categoria profissional especializada na formulação de políticas públicas no Brasil está diretamente relacionada com a instituição da prática do planejamento, como instrumento de previsão e organização das atividades do Estado num contexto em que a industrialização se fazia iminente. Ademais, é necessário considerar a forte influência que o positivismo exerceu no Brasil, no século XIX, sobretudo, na campanha e legitimação da República⁷, quando o ideário positivista recebeu aplicação política e social intensa. Por sua vez, o reconhecimento do contexto da crise mundial de 1929 induziu a busca de novos instrumentais de interpretação e intervenção econômica, com o objetivo de superar a ineficiência do liberalismo. Esses novos instrumentais permitiram que o Estado viesse a intervir diretamente na economia, não apenas como administrador da coisa pública ou

⁷ Ver CARVALHO, J. M. Os positivistas e a manipulação do imaginário. In: A formação das almas: o imaginário e a formação da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

regulador das atividades privadas, mas também na qualidade de agente direto da produção, orientando a estrutura econômica para maior equilíbrio produtivo.

Assim, a partir do intervencionismo econômico, que proliferou por vários países capitalistas, o planejamento econômico passou a balizar a ação da política macroeconômica na maior parte das economias socialmente organizadas, tornando iminente a necessidade de cada governo desenvolver uma política econômica coerente para viabilizar o desenvolvimento econômico, por meio dos aparelhos do Estado. Dessa forma, nos anos 1930, as teses favoráveis à construção de um Estado com capacidade para planejar, organizar e dirigir o desenvolvimento econômico, intervindo nos conflitos sociais e políticos ganhou terreno, e muitos governantes procuraram introduzir em seus países um Estado forte, promotor da legislação social e mediador dos conflitos sociais.

No Brasil, podemos considerar como marcador da introdução do planejamento a adoção das práticas tayloristas no setor industrial nacional, a partir da organização de um grande grupo de intelectuais e empresários em torno da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1931. Tal cenário se definiu no decorrer da década de 1930, quando as relações entre Estado e sociedade se caracterizavam pelo abandono do Estado gendarme e a adoção do modelo de Estado intervencionista, verificando-se uma grande expansão do aparato estatal e a conseqüente alteração radical da estrutura, das funções e do próprio papel desempenhado pela administração pública.

A economia, até então, baseada na agricultura de exportação, sob os efeitos da Grande Depressão entrou em retração, sobretudo, o comércio do café, dando início ao processo de substituição pela produção industrial que se torna o setor dinâmico da economia. Coerente com a estratificação do poder na sociedade brasileira, a administração pública foi levada a assumir um papel intervencionista no campo político, econômico e social mediante a criação de órgãos então chamados de formuladores de políticas públicas, cuja constituição buscava a articulação com segmentos não tanto representativos, mas relevantes e influentes da sociedade civil, como empresários industriais, banqueiros e latifundiários.

Desde a década de 1920, setores progressistas da burguesia industrial ansiavam pela implantação, no País, do processo de organização científica do trabalho que viria a dar

sustentáculo teórico ao projeto de modernização da sociedade brasileira. Grupos formados por empresários, economistas e engenheiros já vinham orquestrando movimentos até que, no final da Revolução de 30, houve as condições necessárias para tal criação.

O taylorismo foi disseminado no País pelo IDORT⁸, criado em junho de 1931, pela iniciativa de lideranças empresariais de São Paulo. Seu papel principal era a propagação do ideário taylorista através da imprensa e do ensino acadêmico, estruturado em duas bases principais: a organização e a formação profissional, higiene e segurança do trabalho. O Instituto desenvolveu largo programa de divulgação dos chamados “métodos racionais” de trabalho e de administração, constituindo-se numa entidade com a finalidade de implantar os processos racionalistas de trabalho em andamento nos grandes centros industriais e de articular os espaços de implementação do taylorismo no Brasil em um momento de redefinição das estratégias de poder social⁹.

Esse acontecimento garantia, nos critérios racionalizadores da administração, mais segurança de poder para o capital, justificando, conseqüentemente, uma norma mais centralizadora do poder público. Essas elites tinham nos princípios tayloristas suas argumentações como recurso técnico-científico para aumentar a produtividade e o lucro, e para combater a “natural indolência” do trabalhador brasileiro. Como conseqüência, obtiveram a certeza de sucesso nas tentativas de o Estado supervisionar o movimento sindical trazendo a organização dos trabalhadores para a égide do Estado. (SILVA, 1987).

A divulgação dos princípios tayloristas no Brasil influenciou diretamente a socialização da força de trabalho assalariada e a formação ideológica de uma categoria de profissionais altamente qualificados, vinculada às atividades de planejamento econômico do

⁸ Sobre o IDORT ver: Antonacci, Maria Antonieta Martines. Tese de doutoramento A vitória da razão, USP, 1986.

⁹ Ver in: Antonacci (1985:68-73), análise do discurso de Roberto Simonsen, no Mackenzie College (1931), publicado sob o título de “As Finanças e a Indústria”, em que aborda a situação das indústrias nos Estados Unidos e na Alemanha, refazendo o caminho dos industriais em torno do Taylorismo, Fordismo e da Racionalização como forma de gestão científica do trabalho, concluindo que o trabalho racionalizado, reorganizando a sociedade, absorveria as formas de representação política, recompondo a nova ordem à sua imagem e semelhança.

Estado, considerada uma tecnocracia estatal que se desenvolveu legitimada pelo discurso da razão técnica e da neutralidade científica.

Sob a influência dos princípios tayloristas e a tutela do IDORT, criou-se, em 30 de julho de 1938, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), pelo Decreto Lei nº. 579, para ser o “braço administrativo do governo Getúlio Vargas”. Para cumprir essa tarefa, o DASP tinha na racionalização e no treinamento técnico sua grande orientação iniciando um movimento de profissionalização do funcionalismo público. Com base nessa orientação, instituiu um sistema de ingresso competitivo e critérios de promoção por merecimento. Por sua vez, do quadro do DASP saíram novos teóricos da organização racional do trabalho que conceberam o projeto de criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944.

No controle dos servidores públicos, a organização racional do trabalho foi uma resposta utilizada em contextos nos quais a mecanização tornava-se inviável, devido à natureza de prestação de serviços não lucrativa do trabalho, o que veio assumir papel decisivo no avanço do controle sobre os servidores. A incorporação das técnicas tayloristas vindas dos Estados Unidos obedeceu a alguns princípios da racionalização do trabalho, mas trazia como cerne um projeto de Estado forjado pelas elites nacionais. Esses princípios são compreendidos, acima de tudo, como "ideologias empresariais e administrativas para controle da força de trabalho, e não como princípios científicos em si mesmos" (BENDIX, 1968).

No âmbito da indústria, a resposta da racionalização atendia aos interesses do capital e, no âmbito do Estado, teoricamente, aos interesses da sociedade que aspirava por serviços modernos e eficientes, prestados dentro do maior rigor por servidores altamente qualificados e íntegros. No que se refere ao Estado, a administração científica no Brasil teve como principal objetivo proporcionar ao governo central um mecanismo de controle dos servidores, bem como adequar a máquina administrativa ao espírito renovador dos modelos da administração empresarial.

Foi nesse contexto de construção de um Estado capitalista de caráter racional e nacional-desenvolvimentista que a prática sistemática do planejamento governamental começou a se fazer visível, pela atuação de comissões estrangeiras que vinham ao País para assessorar o governo na elaboração de projetos e programas de ação para a condução de

investimentos públicos. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU)¹⁰, que atuou no período 1951-1953 e da qual fez parte o economista Roberto Campos, teve influente papel na introdução dos modernos conceitos de planejamento e de racionalidade empresarial no País.

O desafio de realizar a moderna concepção de planejamento estatal exigiu o recrutamento de grande número de pessoal especializado, ou seja, técnicos, com formação em engenharia, economia e direito, orientados, de modo geral, pela racionalidade empresarial. Considerável número de comissões especiais, grupos executivos e de assessoria foram criados para engendrar a tarefa de estruturação de uma administração paralela com canais de execução direta das medidas governamentais, contornando as instâncias burocráticas oficiais e o próprio Congresso Nacional. A iniciativa ficou caracterizada pelo elevado grau de eficiência e de modernização de sua infra-estrutura, principalmente, no tocante aos recursos humanos contratados, tendo sido constituída por membros das camadas mais altas da administração pública e por técnicos pertencentes a agências e empresas estatais que tinham elevado nível de comprometimento com os interesses multinacionais. Grande número de servidores de nível superior foi arrematado, tendo sido especialmente treinados e capacitados para a aplicação do planejamento governamental no Brasil.

Nesse período, ocorreu o que Campos Muniz (1995) designou por "diástase" na gestão dos servidores públicos brasileiros, entendida como o afastamento de duas estruturas que se apresentavam em contacto direto, ou seja, a administração oficial, tida como arcaica, ineficiente e conservadora, e a administração moderna, pautada na racionalidade empresarial e especializada em planejamento, que daria livre trânsito e tratamento privilegiado aos interesses do capital multinacional e seus representantes no empresariado nacional. A "diástase" seria posteriormente oficializada pelo Decreto-Lei 200/67 que regulamentou a gestão das empresas estatais e a criação das autarquias e fundações, institucionalizando assim a administração indireta do Poder Executivo Federal. Tais instituições passaram a gozar de autonomia administrativa, favorecendo seus servidores com benefícios característicos do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o mesmo das empresas privadas, e ainda benefícios complementares como 14º salário, plano de assistência médica e odontológica entre outros.

¹⁰ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi estabelecida com o objetivo de estudar e avaliar a situação econômica brasileira e propor um programa de desenvolvimento econômico para o País. Ver Celso Lafer. JK e o Programa de Metas (1956-1961). Rio de Janeiro: FGV, p. 53, 2002.

Nesse quadro, o planejamento é assumido como a mais alta função no estabelecimento de políticas governamentais, a partir das idéias precursoras do taylorismo, consagrando-se na década seguinte com a instauração do regime militar. Segundo Mannheim (1972), o planejamento apresenta-se como questão política, pois configura-se "no novo contexto de uma sociedade que para sobreviver e expandir-se tem que planejar, mesmo no caso das economias capitalistas... O planejamento mostra-se como um tipo definido e variável de resposta política e técnica para o desafio das sociedades industriais de massa" (MANNHEIM, 1972, p.26). Tanto a decisão de planejar como a de implementar um plano têm aspectos políticos.

A decisão de planejar é política, pois é através da definição dos planos que se alocam valores e objetivos juntamente com recursos e se redefinem as formas pelas quais estes valores e objetivos são propostos e distribuídos. No que respeita a implementação do plano, também implica em políticas, na medida em que se estabelece a "escolha de alguns recursos que o sistema político fornece em detrimento de outros, com o fim de, uma vez alcançados os resultados "econômicos" do plano, reforçar politicamente o grupo que o apoiou (MANNHEIM, 1972, p. 90-91).

O planejamento pode, então, ser conceituado como um instrumento de alteração ou de consolidação de uma estrutura de poder, na medida em que se configura como uma forma de ideologia que serve para justificar as políticas estabelecidas pelo Estado. O planejamento é desenvolvido por etapas, em contínua correlação entre a racionalidade formal e material, tendo se transformado na via através da qual a administração pública se relacionou com o processo de desenvolvimento, traduzindo as decisões políticas em função do modelo econômico então adotado.

De acordo com a concepção de que o planejamento de governo exprime a ideologia e as necessidades existentes da classe dominante, os primeiros planos brasileiros caracterizavam-se, no período da sua consecução e realização, pela proposta de estimular a industrialização nacional. Essa fase, segundo Lessa (1975), pode ser identificada como uma primeira aproximação à política de desenvolvimento, estabelecendo-se várias medidas no decorrer do período 1951/1954 que estimularam o desenvolvimento econômico, como aumento das inversões públicas nos diversos setores da economia, uma série de providências fiscais com vistas ao reaparelhamento financeiro governamental, a criação da Petrobrás, enfim, medidas que revelavam a presença da ideologia desenvolvimentista da época.

A partir de 1956, o governo JK formulou o ambicioso Plano de Metas voltado para impulsionar o setor industrial, encontrando os elementos e as condições favoráveis à prática do planejamento na implantação da administração paralela. O plano passou a ser, então, o principal instrumento de política econômica do governo. Até 1962 o esforço de planejamento governamental no Brasil era nitidamente de tipo assessor da Presidência da República. Somente no governo João Goulart é que surgiu a figura de um Ministro Extraordinário, com poderes de coordenação que o levariam inevitavelmente à posição de um superministro na figura de Celso Furtado com seu Plano Trienal.

Com a ascensão do governo militar em março de 1964, a atividade de planejamento passou a integrar todas as atividades do Estado, dando origem a uma estrutura técnica apoiada pela classe dominante.

A tecnoburocracia, termo usado para frisar a importância da técnica, em sentido amplo, nos níveis mais altos da burocracia, envolve formas de conhecimento altamente codificadas e sistematizadas, tanto quanto sua aplicação sistemática via inovação tecnológica, numa verdadeira engenharia social, que implica um complexo sistema de informações, decisão, organização do trabalho e controle social. (MOTTA, 1994, p.23).

Os trabalhos desenvolvidos na área de planejamento e liderados por jovens economistas da época, como Roberto Campos, Delfim Neto e outros, aproximavam-se dos princípios ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvidos pela cúpula da inteligência militar instalada na Escola Superior de Guerra (ESG) e amplamente difundida pela rede organizada do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPES).

Nesse período, a representação social do tecnocrata foi positiva e esse profissional obteve grande valorização. A noção amplamente vulgarizada do termo tecnocracia é resultante da percepção da supremacia da figura do técnico dotado de competência no exercício da razão instrumental que estaria credenciado a governar uma sociedade. No Brasil essa percepção estava relacionada aos profissionais da área de economia e de tecnologia, engenheiros, especialmente, os chamados “tecnólogos” que desenvolveram atividades de planejamento em órgãos do Estado durante os governos da ditadura militar. Nesse sentido, o termo tecnocracia foi difundido em razão das seguintes características principais: a marginalização dos partidos políticos como agentes condutores da vontade popular na

elaboração dos projetos de governo;¹¹ e a criação de uma estrutura decisória paralela voltada para a política econômica e social com respaldo no sistema de planejamento.

A temática da tecnocracia foi, no decorrer da década de 1970, objeto de grande produção acadêmica que apontava, com raras exceções, para o fato de o fenômeno tecnocrático ser inevitável nas sociedades modernas. O que sobressai nesses trabalhos é a grande imprecisão quanto à utilização do termo “tecnocrata”, devido à inexistência de uma demarcação clara que o diferenciasse do burocrata weberiano. O que nossas análises indicaram é que, no período da ditadura militar, o termo não carregava conotação negativa, vindo a assumir essa característica a partir da década de 1980.

1.5 O TECNOCRATA E O TÉCNICO EM PLANEJAMENTO

Compreender o que era entendido por tecnocrata no Brasil, na década de 1970, no auge dos governos militares, é penetrar num período da história que, embora recente, se apresenta muitas vezes embaçado por estar crivado de especificidades onde “as formas sociais são representações codificadas das categorias e das condições em que muitos comportamentos, a princípio lícitos tornaram-se proibidos e patrulhados” (CHARTIER, 2004, p. 45).

Destarte, Chartier (2004), chama a atenção para a importância do estatuto particular dos textos que instituem os comportamentos considerados legítimos uma vez que eles não se limitam a explicitação das normas às quais se referem, mas também porque ordenam os dispositivos que permitirão sua inserção. Tais comportamentos, uma vez serem exteriores aos textos, dependem de seus usos sociais, de seus lugares de utilização (instituição, família), de seu modo de apropriação (por leitura ou fala). Mas se encontram, igualmente, inscritos no mesmo texto que organiza suas próprias estratégias de persuasão e de inserção e, nesse caso, é possível perceber a valorização dos quadros técnicos nos discursos dos governantes e nas regulamentações oficiais do serviço público.

¹¹ Considerando que as decisões eram tomadas por equipes técnicas do governo, os partidos políticos e o próprio Legislativo passavam a exercer um poder figurativo. Ver Cândido Mendes. O legislativo e a tecnocracia. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

A elaboração da análise lexicográfica do termo “tecnocrata” permitiu-nos rastrear a manifestação dos usos mais comuns do termo em dicionários, cuja data de publicação variou entre 1952 e 2003, revelando que essa noção é sempre tomada dentro de um campo semântico específico, (conotada) sempre ligada ao conceito de técnica e de técnico. Pelo curto período de tempo envolvido na análise, não tínhamos muita expectativa de encontrar qualquer variação significativa que apontasse para um indício de mudança de significado nos últimos cinquenta anos, mas nos surpreendemos. Para esse estudo, recorreremos a onze dicionários de língua portuguesa, editados no período compreendido entre os anos 1952 e 2003, chegando ao seguinte resultado:

1 - Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. José Pedro Machado, vol. V. Ed. Livros Horizonte, Lisboa, **1952**, 1ª. Edição, p. 280.

Não apresenta os termos técnicos, tecnocrata ou tecnocracia.

Tecno: elemento de composição culta, que traduz as idéias de arte, ciência, ofício - produto de uma arte, o exercício de uma indústria, profissão.

2 - Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Laudelino Freire, da Academia Brasileira de Letras. Ed: Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, **1954**, p. 4859.

Tecno ou techno, elem. Termo de composição que exprime a idéia de arte, ofício, tecnologia, tecnografia.

Tecnocracia ou technocracia, s.f. Sistema de organização política e social fundado no predomínio dos técnicos.

Tecnocrático ou technocrático, adj. Relativo à tecnocracia.

Técnico ou téchino, adj. Próprio de uma arte ou ciência. 2. Relativo a uma ciência ou arte. 3. Que tem técnica.

Técnico, s.m. O que é perito numa arte ou ciência.

3 – Dicionário Etimológico Resumido. Antenor Nascentes. Instituto Nacional do Livro – Ministério de Educação e Cultura, **1966**, p. 719.

Técnico – do latim *technikós* “relativo à arte”, pelo latim *technicu*, via erudita.

Tecnocracia – tecno arte, o de ligação, cracia poder.

4 – Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos. Vol. IV Q-Z. Cia. Melhoramentos, São Paulo, **1969**, p. 563.

Tecnocracia – Sistema de organização política e social baseado na predominância dos técnicos.

Tecnocrático – Adj. relativo à, ou próprio da tecnocracia.

Tecnocrata – Adepto da tecnocracia.

5 – Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras Vol. VI. Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, **1972**, p. 1610.

Técnico – adj. Próprio de uma ciência, de uma arte, de um ofício; empregado neles, relativo a eles: termo técnico. // s.m. Indivíduo perito numa ciência, arte ou ofício.

Tecnocracia – s. f. Sistema político em que predominam os técnicos.

Tecnocrata – s.m. e f. Partidário da tecnocracia.

Tecnocrático – adj. Relativo à tecnocracia.

6 – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Encyclopaedia Britannica do Brasil. Cia Melhoramento de São Paulo, **1975**, p. 1674.

Tecnocracia, s. f. Sistema de organização política e social em que predominam nos técnicos.

Tecnocrata, s. m. e f. adepto da tecnocracia

Tecnocrático. Adj. Pertencente ou relativo à tecnocracia.

Técnico, adj. m. e f. 1- Relativo a uma arte ou ramo específico de atividade 2- Que tem técnica, s.m. 1. Aquele que é perito ou versado numa atividade: O parecer dos técnicos. 2. Esp. Treinador de um conjunto esportivo – T. de rádio: V. radiotécnico.

7 – Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa (**pós-75**) p. 904.

Técnica - s.f. conhecimento prático 2. Conjunto de métodos e pormenores práticos essenciais à execução perfeita de uma arte ou profissão.

Técnico – adj. Próprio de uma arte ou ramo específico de atividade. S. m. 1. Aquele que é perito numa atividade 2. Esp. Treinador de um campo esportivo.

Tecnocracia – s. f. Sistema de organização política e social em que predominam os técnicos.

8 – Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, **1975**, 1ª. Edição, p. 1360.

Técnica – f. substantivado do adj. técnico. S. f. 1 – A parte material ou o conjunto de processo de uma arte: técnica operatória; técnica jurídica. 2. Maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo: Este aluno tem uma técnica muito sua de estudar. 3. Prática.

Técnico. Relativo à arte (do grego *technikós*, pelo latim *technicu*. Adj. 1. Peculiar a uma determinada arte, ofício, profissão ou ciência: termo técnico, ~V. análise - a e nocaute – S. m. 2. Indivíduo que aplica determinada técnica (1); especialista, perito, experto: técnico de administração; técnico em educação.

Tecnocracia. Sistema de organização política e social baseado na predominância dos técnicos.

Tecnocrata – S. 2. 1. Partidário da tecnocracia. 2. Político administrador ou funcionário que procura soluções meramente técnicas e /ou racionais, desprezando os aspectos humanos e sociais dos problemas.

Tecnocrático – Adj. Relativo à, ou próprio da tecnocracia.

9 - Grande Dicionário da Língua Portuguesa. José Pedro Machado, V. VI. Ed. Alfa: Lisboa, **1991**. Portugal, p. 253.

Tecnocracia – sistema político e social fundado no predomínio dos técnicos na fiscalização dos recursos sociais e industriais.

Tecnocrata – Adepto da tecnocracia.

Tecnocrático – adj. Relativo ou pertencente à tecnocracia.

10 - Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, II Vol. – G – Z. Academia das Ciências de Lisboa e da França Calouste Gulbekian. Editorial Verbo, 2001, p. 3526-3527.

Tecnocracia. De *tecno*, do grego, exprime a noção de ofício, ciência. *Cracia*, do grego, força. Política. Concepção política, econômica e social que valoriza as soluções técnicas e que atribui aos técnicos um poder por vezes superior ao da classe política.

Tecnocrata 1. adj. 1. Que perfilha a tecnocracia; que defende o tecnocratismo. 2. Que desempenha o papel de governante, ministro, funcionário... deste sistema.

Tecnocrata 2. s. m. e f. 1. Pessoa que possui uma formação técnica, a que é reconhecida grande competência e que participa activamente na preparação e execução das decisões do

poder. Os tecnocratas tendem a encontrar soluções técnicas para os problemas 2. Ministro ou alto funcionário de uma tecnocracia, que valoriza e procura soluções técnicas para as questões que se levantam, passando para segundo plano os aspectos sociais e humanos. 3. Partidário da concepção política e social que privilegia as soluções técnicas; adepto da tecnocracia.

Tecnocratismo. S. Político. Teoria política, econômica e social que defende a ascendência dos técnicos junto ao sector político e a sua primazia na condução do processo socioeconômico.

11 – Dicionário Houaiss. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, **2003**.

Técnico: s. m. 1. especialista: experto, mestre, perito, profissional; adj. 1. específico. Científico, especial, profissional, <parecer técnico> 2. experiente: competente, destro, hábil (jogador) 3. tecnológico.

A palavra “técnica”, em decorrência de suas raízes etimológicas no grego e no latim, apresenta-se sempre ligada a idéia de arte, de ciência, de erudição. Até 1975, o substantivo “técnico” incorporava o significado de perito, experto em uma ciência ou profissão. O substantivo tecnocracia é definido como “sistema de organização político e social baseado na predominância dos técnicos”. O termo tecnocrata aparece como “adepto ou partidário da tecnocracia” e o adjetivo “tecnocrático” significando “o que é relativo à, ou próprio da tecnocracia”.

A partir de 1975, observamos uma modificação importante. Enquanto técnica e técnico mantêm a mesma significação, a palavra tecnocrata, além de significar o partidário da tecnocracia, apresenta outro sentido, agora político, significando “o político administrador ou funcionário que procura soluções meramente técnicas e /ou racionais, desprezando os aspectos humanos e sociais dos problemas”. Ou então: “pessoa que possui uma formação técnica, a que é reconhecida grande competência e que participa ativamente na preparação e execução das decisões do poder”. Os tecnocratas buscam soluções técnicas para os problemas; ou ministro ou alto funcionário de uma tecnocracia que valoriza e procura soluções técnicas para as questões que se levantam, passando para segundo plano os aspectos sociais e humanos.

Chartier (2004), referindo-se ao reconhecimento histórico da significação das noções e das palavras que as designam alerta para a impossibilidade de duplicação ou de tentativa de neutralização de seus usos práticos uma vez que

[...] a cada emprego, a determinação do sentido advém de fora, no cruzamento de uma disposição, de uma intenção, que são do enunciador, e de uma situação, de um público, de um “mercado” sobre o qual o enunciado proposto adquire sentido ao ser apreciado em relação a outros e socialmente avaliado (CHARTIER, 2004, p. 47).

No caso do tema da tecnocracia, na perspectiva de nossos sujeitos da pesquisa, esse jogo de usos, essas definições práticas do sentido têm importância decisiva, já que a noção a que elas visam, corretamente formulada e corretamente encarnada no período da ditadura militar, traz os benefícios de uma distinção. Nesse momento, o técnico desfruta de um *status* privilegiado, prestígio profissional e altos salários. A partir da instauração dos governos democráticos, o termo assume um sentido negativo quando lhe é agregada a conotação de “desprezo aos aspectos humanos e sociais dos problemas”. Observa-se que “cada emprego da palavra, cada definição da noção remete, portanto, a uma estratégia enunciativa que é também representação das relações sociais” (CHARTIER, 2004, p. 48). Nessa direção, confrontamos com duas aplicações diferenciadas do mesmo termo que se referem a períodos demarcados historicamente e, portanto, a usos impregnados de sentidos distintos: o emprego da palavra tecnocrata no contexto de ditadura militar e no contexto dos governos democráticos pós-1985, configura um quadro de dados históricos, de onde ela emerge com outra conotação, assumindo um sentido pejorativo. Assim, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (ORLANDI, p. 42, 2003).

Corroborando as reflexões de Koselleck (1992), admitimos que a palavra tecnocrata permanece a mesma, no entanto, o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente. O que é um tecnocrata no sentido do termo tecnocrata depende do momento em que ele é empregado, o que significa assumir sua variação temporal, e, portanto histórica, de onde emana seu caráter único articulado ao momento de sua utilização.

[...] a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas (p.140)
[...] O que significa dizer que cada nova situação está sempre submetida à necessidade

imperiosa de subsumir-se à mesma linguagem, ao mesmo conjunto ortodoxo de conceitos e categorias (KOSELLECK, 1992, p. 146).

O cenário histórico vivido no período compreendido entre 1975 e 1984 é caracterizado pela ação dos governos militares que fundaram discursos políticos e sociais ancorados na importância da ciência e da tecnologia para dar suporte ao desenvolvimento. A importância dada ao planejamento governamental foi legitimada pelos governantes, mediante consagração política e social dos principais técnicos envolvidos com a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Equipes de assessoramento constituídas por profissionais de diversas formações, principalmente economistas, viabilizaram a fundamentação técnica dos discursos e a sustentação de representações do “Brasil grande potência”. Tais características políticas do período estudado ancoram as percepções sobre o uso do termo tecnocrata naquele momento histórico.

Embora nossa perspectiva de análise não contemple uma discussão mais ampla do conceito de tecnocrata e sim o alcance da representação do termo para os técnicos do CNPq, julgamos interessante considerar como os diversos vieses conceituais atormentaram os estudiosos do período. Nas décadas de 1970 e 1980 constata-se uma grande produção sobre o tema refletindo uma gama de estudos que também ofereceu parâmetro para a percepção da diversidade das abordagens e concepções teóricas advindas do mundo acadêmico.

Para Martins (1970), os tecnólogos (não forçosamente tecnocratas) ocupariam posição de destaque nos processos de modernização industrial das sociedades modernas, dada sua contribuição técnico-científica. As grandes organizações modernas, segundo o autor, estruturam-se em tecnoassessorias bem estabelecidas nas quais os talentos especializados deixaram de ser peças acessórias para se tornarem imprescindíveis. Tal realidade, constatada em termos econômicos e sociais, constitui o fundamento a partir do qual foram feitas inferências tecnocráticas para o plano político uma vez que, quanto mais importante a participação dos tecnólogos no alcance dos objetivos de uma dada sociedade tanto maior a sua participação na determinação desses objetivos e, conseqüentemente, mais tecnocrático o regime político. Nesse sentido, estaríamos diante de uma redefinição da estrutura de classes em que, na sociedade civil, a classe dominante seria a dos tecnólogos que assumiria o lugar da burguesia, no controle do Estado.

Entre os autores que assumiam em suas análises o fenômeno da tecnocracia em caráter irreversível, não apenas como sistema político, mas também como sistema econômico, destacamos Bresser Pereira. O autor identifica, nos países onde existe propriedade privada dos meios de produção, a concentração do poder político e econômico em um novo grupo socioeconômico – os tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas, dando origem a um novo “*sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo*”, termos para ele sinônimos, “*ainda que possam ter conotações algo diversas*”(PEREIRA, 1981, p.27).

Segundo o autor, o ideal de burocracia desenvolvido por Weber transformou-se, em todos os planos da vida social, na forma dominante de agrupamento social do século XX, com indícios de permanência no século XXI. A organização burocrática – definida como um sistema social racional, ou seja, como um sistema social administrado segundo critérios de eficiência, em que são definidos objetivos precisos a serem atingidos e se escolhem os meios mais adequados e eficientes para atingir esses objetivos – seria uma organização técnica, administrada exclusivamente por técnicos.

São técnicos os indivíduos que procuram racionalizar os métodos de produção. São técnicos aqueles que possuem um conhecimento sistematizado e aprofundado a respeito de uma técnica qualquer e utilizam esse conhecimento de forma profissional... O conhecimento técnico deve, portanto, ter um nível de sofisticação razoavelmente elevado (PEREIRA, 1981, p.85).

O autor em referência ainda chama a atenção para uma tendência equivocada quanto à distinção entre os técnicos e os burocratas dentro das organizações modernas na medida em que técnicos seriam eficientes - os engenheiros, os pesquisadores, sempre especialistas - enquanto que os burocratas seriam ineficientes - os administradores.

Esta posição adota uma concepção vulgar de burocracia, que nada tem a ver com o modelo clássico de Weber, ao identificar burocracia com suas disfunções. Burocracia é simplesmente um sistema social impessoal, hierárquico, dirigido por administradores profissionais, segundo critérios de eficiência. Suas disfunções, seus desvios são a papelada, a recusa à inovação, o apego ao regulamento... Onde tecnocratas e burocratas são identificados (PEREIRA, 1981, p.84).

Entre os analistas da atuação dos técnicos e de seus efeitos no sistema definidor das relações políticas, no período da ditadura militar, Santos (1969, p. 28), referindo-se ao novo

perfil profissional do especialista, ressalta a importância do conhecimento e da institucionalização da atividade científica que deixou o amadorismo para transformar-se num setor profissional integrado da sociedade. Segundo o autor, o sistema político sofreria um processo de reestruturação, sob um novo padrão de relações políticas: o governo passaria a operar em conformidade com a ideologia tecnocrática estabelecendo-se “a feudalização do poder por uma elite de técnicos especializados” consubstanciando-se “no mais forte processo em operação na sociedade contemporânea”.

Na década de 1980, observa-se forte influência de Gramsci nas abordagens teóricas dos pesquisadores da área de ciências sociais, a partir de conceitos como “hegemonia” e “bloco histórico” os quais se tornaram referências recorrentes nos estudos da atuação dos tecnocratas no Brasil, no período pós-1964. Entre eles, consideramos representativo o trabalho de Dreifuss (1981) sobre o papel de uma "elite orgânica" de orientação empresarial na desestabilização do regime democrático pré-1964, no sentido da criação de uma "ordem empresarial" após o "golpe de classe" de 1964. O autor apresenta a estratégia bem-sucedida da "desestabilização" do regime de João Goulart pela ação de uma elite orgânica – formada por empresários e tecnoempresários, intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados – exercendo seu poder de classe. O papel relevante comumente atribuído às Forças Armadas passa a ser atribuído à "tecnoburocracia", aos empresários e banqueiros. O complexo IPES/IBAD¹² teria sido o núcleo ativo desse "golpe de classe" cujos objetivos seriam, entre outros, a formação de um regime tecnoempresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas. Da exaustiva análise conjuntural de Dreifuss (1981), destaca-se, para o nosso tema, a composição dos grupos de tecnocratas, também representantes de empresas multinacionais no Brasil, o que caracteriza o perfil empresarial da categoria, nesse período.

Essa análise de Dreifuss compatibiliza-se com o conceito de “anéis burocráticos” elaborado por Cardoso (1975), segundo o qual, em decorrência da supressão da supervisão e da participação política da sociedade pelo regime autoritário, teriam surgido novas formas de articulação e relacionamento entre a burocracia pública e os interesses privados. Tal

¹² IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Ver: Eloy Dutra. IBAD: Sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Plínio de Abreu Ramos. Como agem os grupos de pressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

articulação teria dado origem a canais de acesso privilegiados de empresários, empreiteiros e banqueiros aos setores da administração direta ou às empresas estatais, das quais dependiam.

Outro trabalho incontornável na apreciação do tema é a pesquisa, realizada por Covre (1983), que analisa o discurso tecnocrático e a função legitimadora dos intelectuais tecnocratas no Brasil no pós-1964.

Sob influência dos trabalhos de Bresser Pereira, Gouvêa (1994) desenvolve um estudo sobre as elites burocráticas no Brasil cujo objeto é a reforma do sistema financeiro nacional, realizada no início da década de 1980, na qual analisa a ação da burocracia na reforma do sistema financeiro do País. A autora mantém-se alinhada a Bresser Pereira no que se refere à amplitude e à equivalência do conceito de tecnocrata, mas opta, em sua pesquisa, pela padronização do termo burocrata.

A partir da década de 1990, os estudos concentram-se em torno dos reflexos da Constituição de 1988 na organização da administração do Estado. A reforma administrativa do governo Collor assume a cena induzindo análises e reflexões comparativas às tentativas de reformas empreendidas nos governos anteriores. Luciano Martins, em artigo sobre as implicações da cultura política no Brasil nas tentativas de reforma da administração pública, quando analisa os efeitos do Decreto-Lei 200/67 no tocante à expansão da administração indireta, identifica a justaposição, dentro do Estado, não apenas de duas esferas públicas, mas dois *tipos* de servidores sociologicamente diferentes.

Como tipos ideais, eles poderiam ser descritos como segue: de um lado, o burocrata mal pago, de baixa qualificação, de visão estreita e desmotivado da administração direta; de outro lado, socialmente ascendente o executivo público do setor paraestatal, muitas vezes mais competente, Resourceful, com uma cultura gerencial quando não tipicamente empresarial (MARTINS, 1997, p. 25).

É interessante observar que o autor não se refere, em momento algum de seu trabalho, ao “tecnocrata”. Prefere identificá-lo com o servidor detentor de “cultura gerencial”, ao tempo em que se reporta ao servidor de baixa qualificação como “burocrata”. Tal abordagem nos parece equivocada e decorrente da contextualização imprecisa, feita pelo autor, dos efeitos do Decreto-Lei 200/67. Lembremos que à época, os “servidores”, contratados para compor o aparato paralelo do Estado, foram incorporados às recém-criadas empresas paraestatais e

autarquias sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que regia as relações contratuais de trabalho privadas. Portanto, tais “servidores” não poderiam ser considerados burocratas no sentido weberiano, uma vez que, na organização burocrática do Estado então regida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, as contratações eram efetivadas via concurso público. Daí a grande diferenciação entre os espaços de autonomia do “celetista” e do “estatutário”, do “servidor” e do “funcionário” sendo que, somente a partir da instituição do Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112 de 11/12/90), quando ocorreu a grande fusão dos trabalhadores do Estado, é que podemos nos referir ao conjunto dos trabalhadores do Estado como pertencendo a um corpo burocrático.

Tal discussão sobre os conceitos de “tecnocrata” e “burocrata”, que consideramos ser o foco originário das imprecisões identificadas em alguns autores estudados, merece maior aproximação de Weber. Sua obra lança luz sobre a questão do poder, propondo a necessidade da existência de uma autoridade legal e racional, legitimada pelas normas formais, para o funcionamento institucional de organizações estruturadas. Portanto, uma burocracia é um modelo organizacional no qual a formalização das regras, normas e procedimentos, bem como a especificação apurada de atribuições e responsabilidades, visa à maior eficiência e à racionalidade. Na visão burocrática, o poder não é inerente às pessoas, mas sim ao cargo, que é ocupado meritocraticamente, o que, por sua vez legitima o ocupante, ou seja, a burocracia é uma organização na qual a escolha de pessoas é baseada no mérito e na competência técnica e não em preferências pessoais. Ressalte-se ainda que, no modelo weberiano, racionalidade é um sinônimo de eficiência e premissa sem a qual o sistema organizacional fica comprometido e corre o risco de deteriorar. Portanto, a ascensão por vias não meritocráticas na carreira é, por si só, um dos fatores capaz de inviabilizar uma estrutura burocrática, visto que, neste caso, obviamente, a racionalidade está comprometida pela quebra do paradigma do poder legal.

A dificuldade de tomarmos os termos burocrata e tecnocrata como sinônimos nos parece clara a partir das características teóricas de cada um dos modelos. Os princípios da autoridade legal e da meritocracia evidenciam a incompatibilidade com a premissa básica da tecnocracia que é “o saber técnico” como forma de “poder” pessoal. Mas a questão que nos colocamos é que os sujeitos não se instruem sobre as diversas concepções teóricas dedicadas a um termo ou a uma expressão antes de utilizá-la. Trata-se, portanto, de considerarmos, na

análise das falas de nossos sujeitos, o significado apreendido no discurso, que reflete a maneira como os termos são apropriados e reproduzidos em determinado período histórico.

Essas reflexões nos serviram de subsídio para compreendermos as representações dos técnicos do CNPq relacionadas à condição de tecnocrata, nos cenários construídos como pano de fundo de nossas análises, onde o domínio do conhecimento e sua aplicação às situações concretas na esfera da burocracia do Estado, assume perspectivas diferenciadas.

No próximo capítulo, analisaremos a trajetória institucional do CNPq, na perspectiva do imaginário social, no qual ciência e tecnologia passaram a incorporar os discursos governamentais. Nesse sentido, algumas reflexões foram elaboradas com a intenção de compreender as transformações promovidas na instituição, pelos governantes, que geraram os deslocamentos representacionais, analisados nas falas dos técnicos no Capítulo 4.

CAPÍTULO 2

O CNPq E A TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO EM C&T NO BRASIL: ENTRE O INSCREVER E O APAGAR

Neste capítulo buscamos desenvolver um olhar diferenciado para a compreensão da trajetória histórica do CNPq, utilizando as lentes do imaginário social. Nossa intenção é deslocar a análise da história oficial e recorrente sobre a instituição, na busca da compreensão dos diferentes papéis assumidos por ela nos períodos analisados. Trata-se de perceber como os discursos instituem e imantam o Órgão ora concedendo-lhe missões importantes, ora destituindo-lhe das competências conquistadas, evidenciando os deslocamentos promovidos em sua trajetória, aqui representados na metáfora do “inscrever e apagar”.

Nesse esforço analítico, sobressai o poder instituinte do discurso dos governantes atrelado à força plasmadora do complexo jurídico-normativo que emerge na história do CNPq criando, dando forma, estabelecendo, realizando... Mas também extinguindo, destituindo, exonerando, desativando...

As análises elaboradas serão subsídios preciosos para a compreensão das representações dos técnicos do CNPq no referente aos temas relativos à importância do planejamento em C&T, a percepção do status técnico institucional nos períodos analisados, bem como da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia em 1985.

2.1 A CRIAÇÃO DO CNPq: UMA INSCRIÇÃO NO IMAGINÁRIO DA GUERRA

O imaginário não é a partir da imagem do espelho ou no olhar do outro. O próprio “espelho” e sua possibilidade, e o outro como espelho são antes obras do imaginário, que é a criação ex nihilo. (...) O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos (CASTORIADIS, 1982, p.13).

Na perspectiva teórica de Castoriadis (1982), a instituição da sociedade decorre de uma “materialização” de significações imaginárias sociais, a partir das quais os indivíduos e

os objetos podem ser captados ou mesmo simplesmente existir. Por conseqüência, algo somente pode ser objeto de referência quando criado imaginariamente, ou melhor, quando instituído. É a partir da instituição imaginária de uma Guerra Fria, no sentido de imaginário dado por Castoriadis, que podemos compreender as motivações políticas e ideológicas que levaram à criação do CNPq, em 1951.

Guerra Fria foi a expressão cunhada para significar a divisão do mundo em dois blocos, logo após a Segunda Guerra Mundial, resultante da materialização de um magma de significações imaginárias sociais ligados aos problemas políticos do pós-Segunda Guerra Mundial. O termo tornou-se perfeito para a compreensão da situação política internacional, uma vez ter sido travada uma “guerra” simbólica entre as superpotências, sem confronto militar direto, o que justificou o termo “fria”. A expressão difundiu-se tanto na imprensa mundial quanto entre os analistas de política internacional, civis e militares (BIAGI, 2001, p. 62).

Embora não exista consenso sobre a data exata do início da Guerra Fria, para alguns estudiosos, o marco simbólico foi a explosão nuclear sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. Outros acreditam que seu início data de fevereiro de 1947, quando o presidente norte-americano Harry Truman lançou, no Congresso dos Estados Unidos, a Doutrina Truman que previa uma luta sem tréguas contra a expansão comunista no mundo. Alguns pesquisadores lembram a divisão da Alemanha em dois Estados, em outubro de 1949, ocasião em que o surgimento da Alemanha Oriental, socialista, estimulou a criação de alianças militares dos dois lados, tornando oficial a divisão da Europa em dois blocos antagônicos. O que nos interessa ressaltar é a criação de um novo referencial para as sociedades a partir da década de 1950, uma “realidade” vivida, uma importante dimensão cultural que mobilizou um jogo simbólico do Bem contra o Mal, promovendo o desenvolvimento de um imaginário internacional que criou e reforçou preconceitos, ódios e truculências.

Bronislaw Baczko (1985) assinala que é através do imaginário que se pode atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro¹³. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias e, também, por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

Nessa perspectiva, a Guerra Fria trouxe em seu bojo um componente real que consideramos ter sido o marco de seu conteúdo simbólico mais abrangente que foi o lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1946. No Brasil, tal conjuntura internacional favoreceu o alinhamento da política científica com os interesses militares estabelecendo estreita relação entre ciência e política.

A importância da tecnologia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), particularmente da bomba atômica, fez com que a física nuclear e o domínio sobre os minerais ditos estratégicos (minerais contendo terras raras - elementos com características químicas semelhantes ao urânio) se tornassem questão de segurança nacional, estabelecendo-se, então, intensa relação entre ciência e poder.

A tensão internacional dos anos que se seguiram, um dos períodos mais tensos da Guerra Fria, reforçou as razões do incremento dessa relação e aprofundou-a. O ano de 1949 assistiu ao bloqueio de Berlim Ocidental pelos soviéticos (iniciado no ano anterior); à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); à aliança militar anti-soviética liderada pelos EUA; à explosão da primeira bomba atômica da URSS, pondo fim ao monopólio norte-americano das armas nucleares e dando início à corrida armamentista; e à vitória da revolução comunista de Mao Tsé-Tung na China. A China de Mao entraria em choque militar com os EUA no ano seguinte, durante a Guerra da Coreia (1950-1953), ao lado das forças norte-coreanas. No território norte-americano, reinava o clima de perseguição política anticomunista conhecido como macarthismo¹⁴ (1951-1960).

¹³ Ver ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁴ Macarthismo- Movimento iniciado nos Estados Unidos em 1951 pelo senador Joseph McCarthy (1908-1957), caracterizado pela perseguição a pessoas acusadas de serem simpatizantes do comunismo. O movimento é um reflexo da política interna americana durante a Guerra Fria e a base para seu surgimento foi a Lei MacCarran-

A fundação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 15 de janeiro de 1951, ocorreu vinculada à importância da energia atômica na perspectiva da ciência e de seu viés político-militar tendo por parâmetro a criação da Comissão de Energia Atômica da ONU ainda em 1946. A primeira reunião dessa comissão realizou-se com a presença do almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva como representante brasileiro que sustentou, junto com outros países detentores de reservas de minérios radioativos, severa resistência quanto à centralização da tecnologia nuclear nos países desenvolvidos propondo que o fornecimento daqueles minérios fosse realizado tendo por contrapartida a transferência dessa tecnologia. Tal postura reforçou a necessidade de um órgão nacional, responsável por uma política nesse setor, com vistas a defender os interesses nacionais e promover a utilização interna da energia nuclear.



Foto 1 - Posse de Álvaro Alberto no CNPq (Cel. Armando Dubois, Álvaro Alberto e Valter Negrão de Lima)

O CNPq foi criado num contexto de sedimentação das bases da industrialização brasileira, numa economia até então, de base agropecuária com baixa capacidade de incorporação das tecnologias. A preocupação do governo estava voltada para a participação do Brasil na corrida pelo desenvolvimento da energia nuclear, tanto pelo aspecto da guerra e segurança nacional quanto para a promoção do desenvolvimento econômico.

Internacionalmente, esse período foi caracterizado por um movimento em prol do desenvolvimento da energia nuclear, embora tenha tido por marco uma catástrofe humana. No Brasil as perspectivas de grande desenvolvimento eram suscitadas pela existência de grandes jazidas naturais de material radioativo e, nesse sentido, o incentivo à pesquisa no campo da física nuclear fundamentava-se em argumentos vinculados tanto ao caráter militar como às aplicações da energia nuclear na medicina, na agricultura e na indústria. A criação do CNPq estava, portanto, em consonância com a política vigente, tendo por base promover a capacitação científica e tecnológica nacional e a responsabilidade sobre a promoção de todas as atividades relativas ao aproveitamento da energia atômica no País.

A Lei nº 1.310, de 15/01/1951, criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que seria presidido pelo Almirante Álvaro Alberto e estabeleceu que sua finalidade seria



Foto2 -Almirante Álvaro Alberto

promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, dando ênfase especial às atividades relacionadas ao aproveitamento da energia nuclear, que deveriam permanecer sob o controle do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas ou, quando necessário, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), ou de outro órgão [...] designado pelo Presidente da República.

No entanto, a orientação da política de energia atômica permanecia como competência privada do Presidente da República, cabendo ao CNPq a adoção de medidas para a sua execução. O artigo 25 da referida lei de criação do órgão ainda prescrevia que o EMFA deveria ser ouvido previamente quanto à divulgação de qualquer trabalho relativo ao tema e a outros assuntos considerados de “interesse da segurança nacional” (ALBAGLI, 1987).

A primazia concedida às atividades vinculadas à energia nuclear é também confirmada no Relatório de Atividades do CNPq, referente ao ano de 1955, quando em referência à missão do órgão de apoiar o desenvolvimento científico registrava: “mas, inegavelmente, a função mais relevante é a de promover o desenvolvimento dos problemas pertinentes à energia atômica no país e assessorar especialmente a Presidência da República, neste particular” (CNPq, 1956).

E, assim, em decorrência da instituição do imaginário da Guerra Fria, sob a égide da energia atômica, o CNPq é inscrito na história da ciência nacional, tornando-se o órgão responsável pelas diretrizes governamentais de apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais.

Mas o propósito alcançado em 1951 é fruto de um movimento mais antigo. Desde a década de 1930, alguns cientistas, governantes e políticos reivindicavam a intervenção sistemática do Estado no financiamento da pesquisa científica e no fortalecimento da infraestrutura técnica nacional. O campo da ciência, em formação, era então constituído por uma pequena comunidade científica nacional cujos pesquisadores dispunham de recursos próprios que permitiam sua formação nos principais centros culturais europeus. A ciência praticada era desenvolvida nos institutos de pesquisa, muitos dos quais criados no período imperial e, portanto, muito anteriores à implantação das primeiras universidades no Brasil, o que ocorreu apenas em 1934 e 1935 com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal consecutivamente.¹⁵



Foto 3 - Getúlio Vargas, Joaquim da Costa Ribeiro e Álvaro Alberto

A criação de um organismo governamental voltado para o apoio à pesquisa foi proposta pela primeira vez em 1931, por iniciativa da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Mais tarde, em 1936, o presidente Getúlio Vargas encaminharia mensagem ao Congresso Nacional, propondo

a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa e Experimentação, voltado para o desenvolvimento da agricultura. Assim, estabeleceram-se as circunstâncias de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), concretizando a primeira ação do Estado nacional na institucionalização da promoção da ciência no Brasil, e sob os moldes de órgãos congêneres, existentes em países desenvolvidos como a França, que contava com o ‘Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique’ criado no início da década de 1930, que tinha por

¹⁵ Para mais detalhes ver SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

missão auxiliar o governo francês na alocação de recursos governamentais para a área de C&T; e os Estados Unidos, onde o "National Research Council" atuava desde a década de 1920 como órgão financiador de pesquisas, principalmente, nas áreas de interesse da indústria e, ainda, o "National Science Foundation" (NSF), criado no início do pós-guerra com vistas à formação de recursos humanos e apoio à pesquisa.

Vinculado diretamente à Presidência da República, com sede no Rio de Janeiro, então capital federal, o Conselho foi criado com a finalidade de "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, por meio da concessão de recursos para a pesquisa, a formação de pesquisadores e técnicos, a cooperação com as universidades brasileiras e o intercâmbio com as instituições estrangeiras." (art. 1º, p.10). Mas, inegavelmente, sua missão principal estava diretamente relacionada ao aproveitamento da energia nuclear, sendo diretamente responsável pelo controle das atividades desenvolvidas, nessa área, no País.

A criação do CNPq em 1951, no governo de Getúlio Vargas, ocorreu quase que simultaneamente ao anúncio do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, ou Plano Láfer como ficou conhecido, sustentado em investimentos americanos, que trazia por objetivos fortalecer a indústria nacional e modernizar a agricultura, evidenciando um quadro de dependência econômica externa. Entre o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a posse de Juscelino Kubitschek em 1956, estabeleceu-se um quadro de grande instabilidade política e institucional.



Foto 4 - Sede CNPq RJ - Av. Marechal Câmara, 350

A atuação do Conselho, até 1964, concentrou-se basicamente na formação de recursos humanos para a pesquisa, mediante concessão de bolsas de estudos, e na administração de institutos de pesquisa criados nos primeiros dez anos de atividades.

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) foram criados em 1952, tendo o INPA incorporado o Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1955. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi criado em 1954 e, em seguida, transformado no Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica

(IBICT). Posteriormente, em foi criado o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), transferido, em 1972, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); e o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), criado em 1961, dando lugar, em 1971, ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

2.2 PRIMEIRO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO CNPq – O APAGAMENTO DA COMPETÊNCIA DE COORDENAÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR

Como reflexo dessa instabilidade política, a atuação do CNPq na regulamentação das atividades que envolviam energia nuclear foi se reduzindo ao longo do período por decisão da Presidência da República, em face da resistência do Almirante Álvaro Alberto em aceitar o acordo nuclear com os Estados Unidos. Em 1956, o Conselho de Segurança Nacional retirou do CNPq o poder de negociar com o exterior, sendo suas atribuições transferidas para o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) criado pelo Decreto 40.110/56.

Já em janeiro de 1955, Álvaro Alberto passou a sofrer pressões para se exonerar, mas ainda encontrou condições de promover a criação da Comissão Nacional de Energia Atômica, no âmbito do CNPq. Finalmente, em 2 de março demitiu-se para não assinar acordos que considerava contrários aos interesses nacionais. Era notório que os Estados Unidos, desde o início da década de 40, procuravam manter o Brasil amarrado aos seus próprios interesses na área nuclear (GARCIA, 2000, ps. 29-30).

Configura-se, nesse período, o primeiro movimento de inflexão na trajetória do CNPq no qual, por questões originadas no imaginário da Guerra Fria e justificadas pelo discurso da “segurança nacional” por mais de 30 anos, a instituição teve seus objetivos estatutários alterados, sendo submetida a um processo de “apagamento” no setor de desenvolvimento da energia nuclear no Brasil. Como consequência, foi desencadeado um processo de perda de status institucional, desgaste político de seu dirigente e redução orçamentária, passando de 0,28%, em 1956, para 0,11%, em 1961. Mas a história do CNPq seria ainda marcada por outro movimento como este como veremos adiante.

Com a perda da atribuição de maior prestígio político e social, nesse período, o CNPq voltou-se para a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, considerando o

reduzido número de cientistas e pesquisadores existentes no País. Embora ciência e recursos humanos começassem a ser valorizados como elementos importantes para o desenvolvimento econômico, a ciência nacional não teve realmente, nesse período, atuação significativa considerando-se que a tecnologia imprescindível para o desenvolvimento industrial era buscada no exterior, mediante contratos com empresas estrangeiras que dominaram os setores mais dinâmicos da economia, sem repasse do know-how das matrizes. As ações relacionadas ao fomento incluíam a "concessão de bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores, apoio à realização de reuniões científicas nacionais e internacionais, apoio ao intercâmbio científico no País e no exterior." (CNPq, 1980, p.6). Compatível com suas atividades, o conselho mantinha pequeno quadro de servidores públicos, restrito às suas atividades de implementação de pedidos de bolsas de estudos.

O Plano de Metas, previsto para o período 1956-1960, caracterizou o governo Kubitschek pela ruptura com o modelo nacionalista, constituindo grande avanço na noção de uma coordenação racional da ação do Estado no estímulo a setores inteiros da economia, principalmente, na área industrial. Elaborado sob a orientação de Lucas Lopes e de Roberto Campos, por meio de trabalho conjunto do BNDE e de um Conselho Nacional de Desenvolvimento, criado em seguida à posse de Juscelino Kubitschek (JK), dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos a serem promovidos pelo Estado, pela iniciativa privada ou pelo capital estrangeiro, e, assim, dentro de cada setor foram estabelecidos metas e objetivos.

O Plano representou a primeira tentativa com certo êxito de planejamento em escala nacional, embora em termos setoriais e com todos os problemas inerentes à falta de uma visão global e integrada da economia. Assim, o grande crescimento econômico alcançado na época teve conseqüências negativas como o aumento da dependência do capital estrangeiro, a elevação da dívida externa, o aprofundamento dos desequilíbrios regionais e a elevação do custo de vida. (TAVARES, 1972).

De maneira geral, os planos governamentais, até então, caracterizaram-se pela ausência de uma orientação explícita para a área de ciência e tecnologia, o que certamente acarretou comprometimentos graves para o desenvolvimento nacional. A ausência de perspectiva de desenvolvimento tecnológico é devida a um processo de industrialização

calcado no capital estrangeiro que, para substituir importações de produtos finais, minimizava os esforços de desenvolvimento tecnológico local.

É na década de 1960, mais especificamente a partir da implantação da ditadura militar no País, que se inicia o processo de montagem de um aparato estatal voltado para a indução do desenvolvimento de C&T. O projeto de industrialização nacional dos governos militares articulava-se com a formatação de uma base de apoio ao desenvolvimento de C&T que responderia à demanda de participação do Estado nas áreas tecnológicas. Nessa direção, foi criado em 1964 o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), vinculado ao BNDE, com o objetivo de apoiar cursos de pós-graduação nas áreas de engenharia e pesquisas aplicadas na indústria de base¹⁶ e em 1965, o Fundo de Financiamento de Estudos de Projeto e Programas, transformado mais tarde, na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que se tornaria o principal agente financeiro da área tecnológica.

No que respeita ao CNPq, foi a Lei nº 4.533, de 08 de dezembro de 1964, que modificou e ampliou algumas de suas competências colocando-o na função de formulador e articulador da política científica e tecnológica, promovendo considerável alteração em sua estrutura organizacional, embora somente a partir de 1967, com a criação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) no governo Costa e Silva, tenha havido investimento no setor de C&T e a incorporação da importância dessa área no discurso governamental. Associada ao discurso de valorização da C&T, uma série de medidas importantes foram executadas tendo em vista a racionalização e a eficiência na formação de recursos humanos e o desempenho do sistema de pesquisa científica: a reforma universitária, o tempo integral e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O FNDCT foi criado pelo Decreto-Lei nº 719/69, com vistas a ser o principal instrumento financeiro dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs) nos anos seguintes, permanecendo sob a responsabilidade da FINEP, que a partir de 1971, passou a exercer a função de Secretaria Executiva do Fundo representando o fortalecimento dos mecanismos financeiros de apoio à pesquisa do CNPq e demais agências.

¹⁶ Resolução BNDE 146/64.

2.3 O CNPq e o imaginário da C&T

Até o início da década de 1960, as atividades desenvolvidas pelo CNPq diziam respeito ao fomento à formação de recursos humanos mediante a concessão de bolsas de estudos, no País e no exterior, e auxílio à pesquisa; execução direta de pesquisa a partir de seus Institutos e prestação de diversos serviços de apoio à comunidade científica, tais como, documentação e informação científica e tecnológica.

Não obstante à pavimentação de um caminho propício à configuração do campo de C&T, foi somente no governo Médici (1969-1974) que a política científica foi explicitamente vinculada ao objetivo de possibilitar ao País dar “o salto tecnológico” e, como desdobramento, “ciência e tecnologia” foram considerados fatores condicionantes à construção de um “Brasil, grande potência”. Nessa perspectiva, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) colocou a área de C&T entre as principais metas setoriais, tendo sido aprovado em 1973, num contexto em que o planejamento havia se tornado parte integrante do processo de modernização, atrelado a critérios técnicos de eficiência e racionalidade, sendo o Estado a principal agência planejadora.

Mas a organização de um sistema de planejamento governamental somente foi levada a efeito no governo do General Geisel (1974-1979). A importância da ciência nesse período é realçada pela Lei nº 6.036, de 01/05/74, que transformou o Ministério do Planejamento em Secretaria de Planejamento (SEPLAN), órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na coordenação da política de desenvolvimento científico e tecnológico. A referida lei vinculava à SEPLAN o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse mesmo período, foi aprovado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vigência prevista para 1975-1979, colocando como objetivos implementar o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, e criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Nos discursos do governante, menções relativas à eficiência do técnico foram constantes, salientando ser “o homem escolhido pelo administrador por sua especialização e competência”. O planejamento e a valorização da técnica são tidos como prova de racionalidade do governo identificada com eficácia administrativa. Na perspectiva do tecnocrata, tudo seria planejável desde que se observassem critérios de adequação técnica entre meios (recursos escassos) e fins (econômicos).

2.4 SEGUNDO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO CNPq - INSCRIÇÃO COMO COORDENADOR DO SNDCT

A década de 1970 foi marcada por alterações de estratégias na formulação de uma política de C&T nacional que alteraram profundamente o papel do CNPq. Em 1974, o órgão perdeu o vínculo direto com a Presidência da República ficando subordinado à recém-criada Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), com o papel de auxiliar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento "na análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal." (Lei nº 6.129, art. 2º, p.01).

Em novembro de 1974, o Conselho Nacional de Pesquisas foi transformado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantida a antiga sigla CNPq, assumindo a nova missão de coordenar, formular e implementar a política científica e tecnológica nacional, bem como seu respectivo planejamento orçamentário. Essas atividades foram direcionadas segundo as diretrizes definidas no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT), estruturado como um documento de diretrizes gerais para ciência e tecnologia, decalcado no II PND.

Durante a vigência do II PBDCT (1975-1979), instrumentos normativos e operacionais foram concebidos especialmente com vistas ao planejamento e acompanhamento da política científica e tecnológica, com destaque especial para a Avaliação & Perspectivas, documento elaborado em parceria com a comunidade científica, com o apoio do CNPq. O II

PBDCT foi elaborado e implementado tendo por base uma considerável estrutura institucional que envolveu importantes instrumentos de planejamento e financiamento. Resumidamente, o Plano contemplava três grandes objetivos: ampliar a base nacional de recursos humanos qualificados para a pesquisa; vincular o conhecimento científico e tecnológico disponível na solução dos problemas sociais; e, disponibilizar os resultados produzidos em pesquisas para o setor produtivo nacional. Nesse sentido, o Plano estabeleceu a sinalização do quadro institucional requerido para a implementação da política de ciência e tecnologia, consolidando mecanismos de articulação entre o sistema produtivo nacional e o complexo científico e tecnológico com vistas a garantir a rápida difusão e a utilização da produção científica e tecnológica do referido complexo¹⁷.

Com a sanção da Lei nº 6. 129/74, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi instituído por transformação do antigo Conselho Nacional de Pesquisas, quando foi promovida a mudança de personalidade jurídica do órgão que passou de autarquia, criada em 1951, à fundação de direito privado, vinculada à SEPLAN gozando de condição jurídica e capacidade técnico-administrativa, o que lhe assegurou autonomia administrativa e financeira necessárias ao cumprimento de suas funções que seriam consideravelmente ampliadas. O artigo 2º da referida lei estabelece que:



Foto 5 - Capa do II PBDCT

O Conselho terá por finalidade auxiliar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento no desempenho das atribuições que a este foram conferidas pelo artigo 7º, item III, da Lei nº 6 036, de 1º de maio de 1974, principalmente quanto à análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal.

Parágrafo único: Para atender às suas finalidades, o CNPq poderá manter os Institutos subordinados ao Conselho Nacional de Pesquisas, bem como criar novos Institutos ou outros mecanismos.

Complementarmente, os Estatutos do CNPq aprovados pelo Decreto nº 75 241/75, em seu artigo 4º detalharam a competência do órgão:

¹⁷ Para maior aprofundamento ver SALLES F., S. Política de ciência e tecnologia no II PBDCT (1976). Revista Brasileira de Inovação, v. 2, nº 1, jan./jun., 2003.

“Compete ao CNPq, especialmente:

I — Auxiliar o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento na coordenação da elaboração do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–PBDCT e o acompanhamento de sua execução, assim como a análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia.

II — Estimular a realização de programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

III — Promover a implantação de mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre desenvolvimento científico e tecnológico.

IV — Participar do estudo de atos internacionais de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico.

V — Propor normas e instrumentos de apoio e estímulo às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas de interesse do desenvolvimento econômico e social.

VI — Promover estudos e programas integrados de formação, avaliação e valorização de recursos humanos nas áreas de ciência e tecnologia.

VII — Promover, no País e no exterior, reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar.

VIII — Assistir financeiramente a pesquisa, com recursos a esse fim destinados.

IX — Prestar assistência técnica no campo de sua atuação”.

Assim, a partir dessas transformações, o CNPq assumiu atribuições de grande importância passando a órgão auxiliar da SEPLAN na coordenação do desenvolvimento científico e tecnológico, cabendo-lhe primordialmente, coordenar a elaboração do PBDCT e participar do estudo de atos internacionais de interesse para os objetivos e metas do Plano Básico; atuar como órgão de apoio direto à pesquisa; executar, por intermédio de seus Institutos subordinados, programas e atividades técnico-científicas.

O CNPq contava ainda com um órgão de aconselhamento, o Conselho Científico e Tecnológico (CCT) com representatividade política, técnica e científica, integrado por trinta Conselheiros, dos quais quinze são membros natos e os demais, com mandatos de dois anos, renováveis por um período, designados dentre cientistas, tecnólogos, pesquisadores, todos brasileiros desenvolvendo atividades relevantes nos setores da Ciência ou da Tecnologia.

Complementando os atos de instituição legal e normativos da ação do CNPq, buscou-se integrar a estrutura científica e tecnológica nacional ao setor produtivo através do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), criado pelo Decreto nº 75.225/75 que organizou as atividades da área de ciência e tecnologia sob a forma de sistema. Assim, ficou estabelecido que o SNDCT deveria dispor, nos ministérios com atuação significativa na área, de órgãos setoriais na forma de secretarias de tecnologia, responsáveis pela supervisão de todas as unidades organizacionais de qualquer grau dos respectivos ministérios que realizassem atividades de planejamento, supervisão, coordenação, estímulo, execução ou controle de pesquisas científicas e tecnológicas, e pela sua utilização pelos setores econômicos e sociais.

Nessa perspectiva, os PBDCTs surgiram como instrumentos de previsão, orientação e coordenação da ação integrada do SNDCT; sua elaboração, coordenada pela Secretaria de Planejamento com o auxílio do CNPq, resultou da análise e da compatibilização dos planos e programas setoriais de ciência e tecnologia formulados pelos órgãos setoriais do SNDCT, com a progressiva incorporação das ações de outras esferas de governo e com a associação crescente do setor privado ao esforço nacional em pesquisa. Portanto, a integração do SNDCT ficou atrelada aos PBDCTs que tiveram como principal fonte financeira os recursos provenientes do FNDCT.

O CNPq, por intermédio do seu Conselho Científico e Tecnológico (CCT), órgão colegiado, integrado pelos titulares dos órgãos setoriais do SNDCT, previstos no Decreto nº 72.525/75, e por representantes da comunidade científica e tecnológica nacional, constituiu-se o foro aprimorado para a coordenação do Sistema, cabendo-lhe, opinar e fornecer subsídios à formulação da política de ciência e tecnologia, bem como cooperar na elaboração e no acompanhamento do PBDCT e de programas e projetos setoriais ou especiais de interesse. Em seu funcionamento, o CCT se desdobrou em comissões, constituídas como elementos de integração de diversos segmentos do sistema científico e tecnológico, permitindo maior articulação com os setores envolvidos.

Posteriormente, em 30/07/1975, o presidente Geisel aprovou o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), com o objetivo de institucionalizar os programas de pós-graduação, a elevação dos padrões de desempenho dos cursos e o planejamento de sua expansão. Em

31/03/1976, o Decreto nº 77.355 instituiu o II PBDCT, com a orientação de transformar a ciência e a tecnologia na força motora do processo de desenvolvimento e modernização do País.

Ao atentarmos para as mudanças ocorridas nesse período, percebemos que constituem etapas da estratégia de legitimação dos governos militares, principalmente, após Costa e Silva, através da comprovação de critérios tecnocráticos de eficiência e racionalidade, importantes para a despolitização da sociedade civil. A política de C&T é priorizada numa vinculação direta com o crescimento econômico que comprovava a eficiência dos governos militares. Tal política se resumia num conjunto de medidas financeiras e institucionais, revelando a base tecnocrática que lhe dava sustentação.

É esse arcabouço jurídico-normativo que, juntamente com os discursos dos governantes, criou o campo simbólico da C&T no Brasil, tendo o CNPq por lócus de agregação e discussão.

2.5 O CNPq E O “CAMPO DE C&T”

A reconfiguração do CNPq, em 1974, deu formatação política e principalmente “física” à concepção ainda abstrata da junção ciência e tecnologia no corpo único da “C&T”. Nunca no Brasil havia sido pensada uma política pública que abarcasse os dois setores, fundindo-os num só, com aplicação de recursos financeiros e humanos numa visão de dependência e complementaridade.

Analisando os discursos dos governantes e as falas dos técnicos do CNPq, correspondentes ao período 1975-1985, fomos levados ao conceito de campos sociais, elaborado por Pierre Bourdieu, do qual nos apropriamos para desenvolver uma interpretação teórica, dentre outras possíveis, que nos permitisse reunir alguns fragmentos da história do planejamento e gestão de C&T, no CNPq, segundo as grandes demarcações cronológicas contidas nos documentos oficiais, mas interpretados a partir das memórias dos técnicos que vivenciaram esse período. A teoria dos campos permite “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo

de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 1989a, p.69).

Segundo Bourdieu (1989a), os campos possuem leis gerais invariáveis e propriedades particulares que se expressam como funções variáveis secundárias, permitindo que os conhecimentos adquiridos da análise de um campo específico sejam importantes para a interpretação de outros campos, caracterizando-se, principalmente, pela definição de objetos de disputas e interesses próprios ao campo que são percebidos somente por indivíduos com formação específica para adentrá-lo. Ainda, segundo o autor, como condição para o funcionamento do campo “é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas...”

Para a compreensão clara de um campo é preciso considerar outro importante conceito tecido por Bourdieu (1989a), o conceito de habitus que corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O habitus traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos, constituindo-se em um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. É importante ressaltar que “o campo se define como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área” (BOURDIEU, 1989a). A prática, conjunção do habitus e da situação, ocorre dessa forma em um espaço que transcende as relações entre os sujeitos. Portanto, o campo é o espaço social por excelência de atuação dos atores e nos faculta o estudo das relações existentes entre eles, uma vez que todo indivíduo age no interior de um campo socialmente determinado, desenvolvendo estratégias de atuação para sobreviver.

Nesse sentido o campo torna-se espaço privilegiado para a análise de manifestação de relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de poder ou, ainda, de um quantum social que determina a posição que um ator específico ocupa em seu seio. Esse quantum Bourdieu denomina de capital social que dimensiona a posição entre os indivíduos no campo a partir da posição de dominantes e de dominados, ou seja, de acordo com o maior ou menor acúmulo de capital específico (ORTIZ, 1983).

Muito embora a teoria dos campos de Bourdieu esteja assentada na organização da sociedade em estruturas, estabelecendo uma série de clivagens fundadas nas diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, consideramos possível a utilização do modelo teórico na perspectiva de análise do CNPq, tomando por referência a concepção da história cultural que nos proporciona a análise das relações sociais de maneira circular, concebendo o binômio cultura-sociedade como “inerência”, um circuito fechado, no qual os atores sociais criam dinâmicas de convivência e sobrevivência próprias. Os campos sociais passam assim, a ser por nós considerados como delimitações não estanques, que privilegiam sim, a visualização dos embates por poder, mas que também são permeados por fraturas que cedem espaços para o reconhecimento e a compreensão dos deslizamentos de posições, das mediações articuladas, das estratégias de deslocamentos, enfim, das práticas efetivas que viabilizam a convivência e a sobrevivência dos indivíduos num grupo social. Nesse sentido, a idéia de campo é concebida aqui como uma abstração necessária para o estudo e o entendimento da percepção que nossos sujeitos, os técnicos do CNPq, desenvolveram acerca das atividades desenvolvidas no decorrer de sua trajetória institucional.

É importante observar que o campo da C&T é constituído com base na concepção dos governantes militares que aliaram o discurso ideológico da importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento nacional a um sofisticado sistema que integrou agências governamentais, instituições de pesquisa e empresários, materializados por meio de um conjunto de leis e decretos-lei¹⁸. Nessa perspectiva de análise é que compreendemos a formação do campo de C&T no Brasil, durante a década de setenta, a partir de características híbridas, onde deveriam conviver cientistas, tecnólogos e empresários com o objetivo de executar a política de desenvolvimento científico e tecnológico, gestada pelo Estado e formatada no II PBDCT. Portanto, um campo composto de atores originários de outros campos trazendo consigo habitus específicos e, portanto, diferenciados. Esse novo campo deveria ser coordenado por um órgão da administração federal que foi especialmente reconfigurado para atender ao novo desafio: coordenar as ações políticas para o desenvolvimento da C&T no Brasil. Esse órgão foi o CNPq, **inscrito** no aparato governamental com essa missão, até então, inusitada.

¹⁸ Ver criação e composição do SNDC: O Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: planejamento e acompanhamento de ciência e tecnologia. CNPq s/d.

A entidade abstrata do SNDCT foi materializada por força de lei e instituída através do CNPq, na figura do CCT (Conselho de Ciência e Tecnologia). A composição do CCT contemplava os representantes dos demais órgãos do SNDCT que por sua vez se refletia na estrutura institucional do CNPq. Para fins dessa análise, é preciso conceber o CNPq como um órgão articulador e mediador das demandas do SNDCT ou, ainda, como mediador de embates num campo de forças políticas, muitas vezes adversas e concorrentes, como foi o caso da comunidade científica diante das propostas de desenvolvimento tecnológico por parte dos governantes. Nesse sentido, a perspectiva adotada na análise é a de configuração de um novo campo que se instituiu a partir de um discurso governamental, com a característica de ser integrado por agentes provenientes de campos diferentes – campo científico (pesquisadores de universidades federais e centros de pesquisas) e campo tecnológico (composto de tecnólogos e empresários). Portanto, um campo híbrido e, certamente, de grande complexidade de composição, devido à questão do habitus.

Por reunir agentes advindos de campos diferenciados, práticas e saberes específicos, fez-se necessário o desenvolvimento de um novo habitus, o cultivo de práticas e a geração de certo tipo de saber específico ao campo de C&T – o saber técnico institucional do CNPq. A partir de 1976, constatamos a contratação de um grande contingente de técnicos pós-graduados para desenvolver as atividades relacionadas com a formulação e a execução da política nacional de C&T, com atuação marcante até o advento da Nova República (1976 – 1985), período no qual o CNPq atingiu o auge das suas competências.

O CNPq transformou-se, então, na agência central do sistema de C&T passando a formular as políticas de Estado para a essa área. No período de 1976 a 1985, o CNPq elaborou e coordenou¹⁹ a execução de uma série de atividades de planejamento que impulsionou o setor de C&T para o seu ápice de investimentos. Dentre as principais ações desenvolvidas no período, destacamos: estruturação dos Comitês Assessores (CAs) por área de conhecimento (1976); implantação do Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos (SELAP) em 1976; elaboração da série Avaliação & Perspectivas – diagnósticos abrangentes das áreas e subáreas do conhecimento em 1977; implantação do CCT; elaboração,

¹⁹ Existe uma polêmica quanto a atuação do CNPq enquanto coordenador do SNDCT, ou mero auxiliar do ministro chefe da SEPLAN. Para fins deste trabalho nos alinhamos com a percepção dos sujeitos da pesquisa, considerando que o CNPq, à época, atuava como coordenador do Sistema, independente de ser reconhecido enquanto tal.

acompanhamento e avaliação dos PBDCTs I e II (1976-1980); assessoramento à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da SEPLAN, para elaboração do Orçamento de C&T da União, a partir de 1980; elaboração, acompanhamento e avaliação do III PBDCT (1980-1985); elaboração das Ações Programadas previstas no III PBDCT (1980-1985); e, a elaboração dos Planos de Ação Anuais do CNPq de 1987 a 1990.

2.6 TERCEIRO MOVIMENTO DE INFLEXÃO NA TRAJETÓRIA DO CNPq – O APAGAMENTO DA COMPETÊNCIA DE COORDENADOR DO SNDCT. A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (MCT)

Foi San Thiago Dantas que, em 1958, através do Jornal do Comércio, abriu o debate sobre a necessidade de criação de um órgão específico para tratamento de questões relacionadas à elaboração de uma política de ciência e tecnologia nacional. Naquele momento, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), criado em 1951, atravessava grandes problemas institucionais e financeiros. A iniciativa promoveu grande discussão sobre o tema que envolveu cientistas, empresários, políticos e economistas e resultou na indicação de criação de um Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como de um fundo de amparo à pesquisa.

Segundo Archer (1985), tal debate tinha por premissa básica que a implantação da indústria automobilística e a importação de tecnologia deveriam ser acompanhadas do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, com vistas a atender as necessidades nacionais e reduzir a dependência tecnológica. Como consequência e em meio às discussões por reformas de base, acompanhadas de perto pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves, foi elaborado pelo CNPq um anteprojeto de lei preconizando a criação do ministério, dando margem a que as discussões anteriores fossem retomadas.

Com o golpe militar de 1964, o anteprojeto foi abandonado, mas permaneceu a idéia que viria novamente à tona com a aproximação do colégio eleitoral, em 1984, quando Tancredo Neves transformou-a num plano de criação do novo ministério que com sua eleição, se tornou realidade. A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) ocorreu no bojo de um arcabouço político originalmente concebido pelo candidato à presidência da República

eleito pelo Colégio Eleitoral de 1985, deputado Tancredo de Almeida Neves. Devido à morte de Tancredo às vésperas da posse, o projeto foi levado a efeito por seu vice, José Sarney, presidente da República empossado. Entre a concepção e a execução do projeto de Tancredo existia um jogo de forças políticas, que é preciso compreender para se alcançar “o estado de espírito” daqueles momentos conturbados.

O MCT foi criado pelo Decreto nº 91.146, de março de 1985, incorporando ao seu espectro de coordenação, além do CNPq e a FINEP, a Secretaria Especial de Informática (SEI), o Conselho Nacional de Informática (CONIN), a Fundação Centro Tecnológico para a Informática (CTI) e a Comissão de Cartografia (COCAR) que lhe garantiam as diretrizes básicas de atuação. Destaque-se que o MCT herdou as competências antes conferidas à SEPLAN, bem como uma série de competências anteriormente atribuídas ao CNPq. Some-se a isso a transformação do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), em institutos autônomos, uma vez terem sido, até então, vinculados ao CNPq.

No governo Sarney, em 1985, o CNPq desvinculou-se da SEPLAN, passando a vincular-se ao então criado Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) (Decreto nº 91.146/85). Como consequência desse ato, as atribuições antes conferidas ao CNPq, no que se refere ao planejamento e à coordenação do sistema nacional de C&T, foram transferidas para o novo Ministério, voltando o CNPq a desempenhar apenas atividades relativas à formação de recursos humanos e fomento à pesquisa, preservando a sua autonomia como fundação de direito privado.

Em 1987 foi recriado o CCT, um conselho de nível ministerial, dispendo de amplo poder normativo e opinativo no referente às propostas orçamentárias específicas. Sua instalação ocorreu em 1988, tendo realizado apenas uma reunião regulamentar, sem que qualquer iniciativa fosse implementada com vistas à reativação dos instrumentos de planejamento criados na década de 1970, que deram vida ao SNDCT – os PBDCTs, as Ações Programadas, etc. Da mesma forma, três versões diferentes de um plano de metas foram formuladas, evidenciando a descontinuidade de orientação que caracterizou o governo da Nova República. Não obstante a inexistência de uma política delineada, o MCT empreendeu esforços de recuperação orçamentária no período 1985-1988, definindo programas prioritários

em áreas consideradas de ponta como: biotecnologia, novos materiais, química fina e mecânica de precisão, bem como a ampliação do número de bolsas no País e no exterior.

Como resultante de conflitos políticos permanentes entre as forças que davam sustentação governo, uma reforma ministerial foi empreendida no início de 1989, levando à extinção do MCT através da Medida Provisória (MP) nº 029 de 15.01.1989, dando lugar ao novo Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, entregue ao ministro Roberto Cardoso Alves.

Imediatamente após a aprovação da nova Constituição Federal, que dava poderes ao Congresso para dispor sobre a matéria, desde que a iniciativa partisse do Executivo, grande pressão da comunidade científica foi organizada sobre os congressistas, de maneira que se deixou que a MP caducasse e negociaram uma medida conciliatória que transformou o MCT na Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (SCT), através da MP nº 041, de 13.03.1989, ratificada pela Lei nº 7.740, de 16.03.1989, ligada diretamente à Presidência da República. A SCT/PR foi colocada sob a coordenação do Prof. Décio Leal de Zagottis, até então diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Ainda no mesmo ano, o MCT seria reinstituído pela MP nº 115, de 29.11.1989, ratificada pela Lei nº 7.927, de 14.12.1989.

Não houve qualquer constrangimento da parte dos integrantes do governo em promover o processo de “inscrição e apagamento” continuado no setor de C&T, sem qualquer diretriz que orientasse minimamente as tomadas de decisão. O uso e o abuso de Medidas Provisórias continuariam, ainda, no decorrer dos dois anos seguintes, desestabilizando totalmente as instituições vinculadas. Em 12.04.1990, a Lei nº 8.028 voltaria a reverter a situação ressuscitando a Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República, que, em 16.10.1992, voltou a ser Ministério da Ciência e Tecnologia pela MP nº 309, de 16.10.92, ratificada pela Lei nº 8.490, de 19.11.1992.

Esse período da história do planejamento em C&T, no Brasil, relativo à instabilidade do MCT (1988-1990) consagrou-se aos olhos dos entrevistados como o mais confuso. Em momento algum das entrevistas houve uma memória coerente desse período instável, sequer o nome dos titulares das pastas do ministério ou da secretaria foi lembrado na seqüência, bem como a atuação de seus titulares também não foi objeto de nota.

Todas essas mudanças refletiram o descaso com que a área de C&T foi tratada, principalmente, após 1988, seguidas das costumeiras trocas de dirigentes e seus auxiliares provocando descontinuidades, indefinições e atrasos nas atividades de todos os órgãos de C&T. Outro caso crítico, desse período, o CCT/MCT, criado em 1987, foi extinto no início de 1990 juntamente com o MCT e recriado ao final daquele mesmo ano (CCT/SCT). Mesmo se considerarmos os dois períodos, esse órgão reuniu-se poucas vezes, não conseguindo se instrumentalizar com secretarias, comissões e subcomissões, a exemplo do antigo CCT/CNPq, que deixou grandes contribuições em políticas de C&T ao País.

Com a extinção do MCT em 1989, houve redução de recursos para a área, provocando a desativação de programas, projetos e atividades. Esse quadro se agravou durante o governo Collor, quando os dispêndios da União para a C&T chegam aos piores patamares dos últimos anos. Nesse período, o Ministério foi criado e extinto diversas vezes, assumindo sua configuração definitiva apenas em novembro de 1992.

Em meados de 1992, o CD/CNPq suspendeu o recebimento de novos projetos de pesquisa previstos para 1992 e 1993 e o julgamento de mais de 2.400 projetos recebidos anteriormente, por não terem sido liberados os recursos orçamentários aprovados pelo Legislativo Federal. Tal decisão foi inédita na trajetória do Órgão e revelou a precariedade dos recursos destinados à área de C&T no Brasil.

Assim, as atividades do CNPq ficaram restritas a manutenção de alguns convênios e programas de intercâmbio de caráter nacional e internacional, à administração de seus Institutos de Pesquisa, à tradicional formação de pesquisadores e fomento à pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, destacando-se, no período, pela produção de indicadores em C&T.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS COMPARATIVOS

A metodologia de desenvolvimento da pesquisa foi construída com base em dois Cenários comparativos que contemplam a trajetória do planejamento de C&T no CNPq no período 1975-1995, período considerado privilegiado, por permitir o contraste das políticas formuladas para o campo de C&T durante os governos militares e os governos civis.

O Cenário A, referente ao período 1975-1985, contempla a institucionalização das atividades de planejamento de C&T, e a criação do campo da C&T tomando-se por base a reconfiguração do antigo Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, desenvolvidas durante os governos militares dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

O Cenário B, relativo ao período 1985-1995, abrange as atividades de planejamento no CNPq, a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) num contexto democrático, sob a presidência dos governantes civis José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco.

Ambos os Cenários foram construídos na perspectiva temática do Planejamento e gestão de C&T, no CNPq, e fundamentados em análise documental referente aos períodos trabalhados, tendo sido dada primazia às falas dos técnicos do CNPq que vivenciaram e protagonizaram a história da instituição nos períodos estudados²⁰. Nas entrevistas realizadas, buscamos privilegiar, inicialmente, questões vinculadas à política de C&T de cada período, entretanto, no decorrer dos depoimentos, o conteúdo das abordagens foi sendo estabelecido mediante identificação de temas reiteradamente invocados pelos sujeitos que, pela importância apresentada, foram incorporados a ambos os Cenários, permitindo a ampliação do foco de análise da percepção dos técnicos. Assim, na perspectiva geral de Planejamento e Gestão de C&T no CNPq de cada Cenário, foram analisados os seguintes temas: Tecnocracia,

²⁰ Vide a seguir, metodologia de elaboração das entrevistas.

Status e Perfil do Técnico; Espírito de Corpo; Comunidade Científica x CNPq; Liberdade de Expressão; e Saber Técnico Institucional.

A definição pelo método comparativo foi decorrente do objetivo principal da pesquisa que foi analisar as representações dos técnicos do CNPq sobre as atividades desenvolvidas no período, buscando novas perspectivas de análise e compreensão da trajetória histórica da instituição. A escolha nos pareceu acertada, pois, a definição dos cenários num período marcado fortemente pelo contraste entre ditadura e democracia, permitiu-nos contemplar as atividades desenvolvidas em cada gestão do CNPq, tendo por pano de fundo o respectivo governo. Como resultado, foi possível considerar, com algum relevo, na análise das falas, os matizes característicos de cada período.

Por fio condutor dessa história, tomamos a cronologia das gestões que animaram o Órgão nos períodos contemplados, o que nos permitiu, juntamente com as memórias reconstruídas das atividades desenvolvidas no CNPq, arrastar traços importantes do contexto político e econômico de cada período para a análise.

Cada Cenário foi analisado na perspectiva teórica da história cultural, e a noção de cultura com a qual foram manejadas as análises decorrentes da pesquisa fundamenta-se nos princípios norteadores dos trabalhos de Chartier (1990, 2002, 2004, 2007), ou seja, a concepção do cultural abarcando todas as práticas que se articulam sobre as representações, a partir das quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência. Esse sentido é inscrito nas palavras, gestos e ritos, compreendendo os mecanismos que regulam o funcionamento social e as estruturas que determinam as relações entre os indivíduos, como o resultado sempre conflituoso e instável, das relações instauradas entre as percepções opostas do mundo social. Portanto, trata-se da postura de conceber como culturais todas as práticas que se traduzem em atos a maneira como cada indivíduo dá significado ao mundo em que vive. Dessa forma, consideramos que, assim como toda história, a história da trajetória do planejamento de C&T no CNPq exige o estudo das representações e das práticas que elas geram (CHARTIER, 2004).

Tal perspectiva permitiu-nos trabalhar com a teoria do imaginário, valendo-nos dos estudos de Castoriadis (1982) e Baczcó (1985) que nos proporcionaram o arcabouço

necessário para a apreensão do imaginário social em que cada Cenário da pesquisa emergiu, e o desnudamento das ideologias que colonizaram as representações dos técnicos nos períodos estudados, através dos discursos governamentais. A teoria dos campos sociais de Bourdieu serviu-nos de lastro para conceber a reconfiguração do CNPq como lócus de expressão do SNDCT e, portanto, do campo de C&T no Brasil. Os referenciais teóricos adotados permitiram-nos identificar o poder performativo do discurso governamental na homogeneização das práticas dos técnicos, mesmo mediadas por apropriações diferentes, possibilitando analisar de maneira contrastada como os grupos e os indivíduos de uma mesma instituição fazem uso do discurso que justifica a sua existência, no caso, o próprio CNPq.

Nossa pesquisa, portanto, insere-se numa história do tempo presente caracterizada pela proximidade do historiador em relação ao acontecimento ou, em outras palavras, pelo fato de o pesquisador ser contemporâneo de seu objeto de estudo, ou, ainda, testemunha dos acontecimentos de seu tempo. Para os propósitos desta pesquisa, a história do tempo presente é assumida como um conceito em construção, portanto, inacabado e em movimento permanente, como o próprio fazer historiográfico do presente, marcado por uma natureza provisória, seletiva e incompleta. Bédarida (1996, p. 221), servindo-se da imagem do palimpsesto, nos ensina que “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material”, e sob essa perspectiva é que empreendemos a pesquisa, com vistas a contribuir com o processo de atualização da memória institucional do CNPq.

Chartier (1996) considera que o historiador do tempo presente partilha “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”. Por conseguinte, esse historiador é “o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.

E é no bojo dos temas da história do tempo presente que surge a reflexão da relação entre a memória e história, na medida em que é onde se dá a permanente reescritura da história e o constante diálogo entre o presente e o passado. E tal reflexão surge no âmbito da luta das forças sociais pelo poder, pois a memória coletiva “é um instrumento e um objetivo do poder”, na medida em que o controle do passado é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1984, p. 46-13).

Nesse sentido, a compreensão de que as memórias sobre acontecimentos e processos são referências fundamentais para construção do conhecimento histórico por eles produzidos, aprofunda os espaços de interlocução da história com outras áreas de conhecimento, iluminando pesquisas referentes à memória coletiva de grupos sociais específicos, construção de identidades coletivas, representações, construção de imaginários sociais, memória, conflitos políticos e outros mais. Existe um consenso estabelecido sobre o entendimento de que estudos e pesquisas acerca do tempo presente estão fortemente embasados em memórias coletivas e individuais.

Dai o destaque para a história oral como um procedimento metodológico que possibilita ao historiador a construção de fontes provenientes de narrativas de diferentes sujeitos que vivenciaram experiências, reconstituídas da memória individual e coletiva. Portanto, percebemos a história oral como um método de elaboração de fontes orais que, mediante critérios estabelecidos, permitiu-nos a apropriação das falas dos sujeitos como fontes produzidas, facultando, por meio da análise de discurso, a apreensão das representações dos sujeitos estudados.

A preocupação com a coerência teórico-metodológica dominou todo o processo de reflexão e de reconstrução dessa história das atividades de planejamento de C&T no CNPq, tendo em vista escapar a uma interpretação excessivamente subjetiva dos dois períodos analisados. Essa vigilância talvez tenha sido o exercício mais difícil de ser incorporado no decorrer desses dois últimos anos de trabalho. A necessidade de criarmos um afastamento do objeto estudado, comprometido com a prática historiográfica honesta, impôs-nos o exercício crítico permanente das análises produzidas e uma busca constante de desprendimento dos discursos que circunstanciaram nosso olhar no presente, tendo em vista a necessidade do olhar exterior voltado para a captura dos sentidos do passado.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DOCUMENTAL ESCRITA

Inicialmente, realizamos extenso levantamento da bibliografia produzida sobre o CNPq, bem como de documentos institucionais referentes ao período abordado na pesquisa como atas de reunião do Conselho de Científico e Tecnológico (CCT) ; atas de reunião do Conselho Deliberativo (CD) do CNPq; documentos reguladores: decretos-leis, normas internas, portarias ministeriais, atos normativos; planos de cargos e salários; cadastros de servidores; documentos técnicos: pareceres e relatórios da área de planejamento e documentos de política como os Planos Nacionais de Desenvolvimento, Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ações Programadas em C&T.

A organização do corpus documental escrito foi realizada tendo como fundamento a lógica desenvolvida para a constituição dos Cenários A e B da pesquisa, em que o balizamento temporal, político-normativo, foi estabelecido como demarcador para a realização da pesquisa oral.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA ORAL

Trabalhando com história oral

[...] Ao esquadrihar os usos políticos do passado recente ou ao propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas, essas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. Todos esses aspectos, que têm caracterizado as transformações no campo da história a partir da década de 1980, abriram, sem dúvida, um espaço para o reconhecimento do uso das fontes orais (ALBERTI, 2004, p. 68).

O que a princípio foi pensado como procedimento de coleta de depoimentos orais, de caráter complementar às fontes documentais escritas, foi se transformando, no decorrer da pesquisa, na metodologia de elaboração de fontes documentais orais cujo desenvolvimento propiciou os resultados alcançados. Essa orientação foi amadurecida mediante nossa participação, nos últimos quatro anos, nos principais congressos, simpósios e encontros

nacionais e internacionais em história oral, promovidos por universidades brasileiras em parceria com a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), da qual fazemos parte. Nessas oportunidades privilegiadas de exposição e discussão de nossa pesquisa, angariamos conhecimentos importantes que nos permitiram adotar no presente trabalho a história oral como metodologia de constituição de fontes para a pesquisa histórica. Portanto, parte de nosso trabalho foi fundamentado por depoimentos orais, colhidos em entrevistas específicas e sistematizadas, sobre problemáticas determinadas, tendo como base o estabelecimento de um referencial teórico de pesquisa. Os resultados obtidos das análises do material coletado nas entrevistadas nos permitiram constatar que os procedimentos utilizados pela história oral iluminaram as vinculações entre a pesquisa de campo e a reflexão teórica, clareando, sobremaneira, nosso papel de historiadora, como construtora do objeto histórico.

Tal compreensão, construída no processo de desenvolvimento da pesquisa, levou-nos a considerar as falas dos sujeitos como narrativa final nesse processo de reconstrução da história do planejamento de C&T no CNPq. Algumas vezes, as narrativas foram mantidas em sua integralidade. Para tanto, apoiamo-nos na noção de “histórias citáveis” desenvolvida por Alberti (2004) com base no trabalho de Niethammer.²¹ Ao invés de utilizarmos apenas a paráfrase como figura de reconstituição narrativa, optamos por manter as falas em suas perspectivas temáticas, ordenando-as de acordo com o fluxo dos acontecimentos que, por sua vez, ordenavam um sentido. E foi na condensação da relação entre acontecimentos e sentido que identificamos os acontecimentos-chave, “unidades indivisíveis sem as quais não podemos apreender novamente o sentido” que nos forneceram passagens de tal importância que puderam ser “citáveis” (ALBERTI, 2004, p. 84). Partindo da constatação de que toda entrevista contém histórias “que são o grande tesouro da história oral” e que nelas o sentido é apreendido do conjunto, é que algumas falas repletas de histórias foram consideradas citáveis e apresentadas juntamente com nossas interpretações, permitindo a ampliação do foco de compreensão.

No caso da nossa pesquisa, a história oral pareceu-nos a metodologia de captação e tratamento das falas dos sujeitos mais recomendada, principalmente, em se tratando de um trabalho ancorado na história cultural, vinculado às problemáticas do tempo presente, permitindo-nos uma história das representações e das práticas sociais.

²¹ Luiz Niethammer, coordenador do projeto Lusir, na Alemanha. Ver ALBERTI, Ouvir contar: textos em História oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 45.

[...] o historiador do tempo presente, por sua capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações, parece estar em condições de superar os entraves que classicamente limitam a investigação histórica. [...] porque o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve (CHARTIER, 1996, p.216).

No entender de Alberti (2004), uma vez que o restabelecimento do vivido é impossível, é somente pela experiência do entrevistado revelada pelos fragmentos do passado encadeados num sentido, no momento da narrativa, é que nos dá a sensação de revivê-lo:

[...] a peculiaridade do documento de história oral decorre de uma postura em relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. [...] E o mundo é concebido de modo descontínuo, agrupando e relacionando conceitos, justapondo contradições e procurando resolvê-las em sínteses (ALBERTI, 2004, p.16).

Assim, qualquer interpretação será sempre uma dentre muitas possíveis. Autores como Pollak (1989), Frank (1992), Portelli (1996) e Alberti (2004) são acordes quanto à especificidade da história oral para estudos da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir e, portanto, de agir, sobre a realidade e sobre nosso entendimento desse passado.

3.1.1 As entrevistas

Para os fins da nossa pesquisa, a entrevista é concebida como um procedimento específico, derivado de linguagem verbal, vinculado à existência de um projeto que o justifica. Na percepção de Meihy e Holanda (2007):

Alguns fatores circunstanciam a situação de entrevistas em história oral: **projetos provocados**, feitos no **tempo presente**, com auxílio da **eletrônica**, resultando um produto elaborado por **colaboradores vivos**. Essas marcas da moderna história oral diferenciam a entrevista de história oral de outras. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 14, grifos dos autores).

Consideramos ainda importante registrar que a história oral se constitui num conjunto de procedimentos e que, portanto, não se restringe ao uso de entrevistas. No caso particular deste trabalho, o objeto de estudo é a apreensão das representações dos técnicos do CNPq sobre as atividades de planejamento desenvolvidas no período compreendido entre 1975 e 1995, no qual o conjunto de procedimentos estabelecido pela pesquisadora está articulado com o objeto da pesquisa e o arcabouço teórico construído no campo da história cultural.

Portanto, os sujeitos entrevistados fizeram parte do quadro técnico de servidores do CNPq, no período proposto pela pesquisa, cujo objetivo mais amplo a ser atingido foi a reconstrução da história das atividades de planejamento em C&T no CNPq, a partir das representações de seus técnicos. Como objetivos específicos, buscamos identificar e analisar nos dois Cenários da pesquisa, as representações dos técnicos relativas a:

- 1) Importância da C&T no desenvolvimento nacional;
- 2) Relevância conferida à atividade de planejamento no campo da C&T;
- 3) Criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT);
- 4) O papel do técnico, no CNPq;
- 5) Percepção de si e do CNPq.

É importante destacar que privilegamos a realização de entrevistas com indivíduos que vivenciaram as situações relatadas, nos permitindo recuperar fatos, esclarecer acontecimentos e reconstruir episódios que não estão registrados em documentos, ou cujos registros se perderam. Portanto, como instrumento de construção de “versão do passado”, as entrevistas em história oral permitiram uma postura perante a história, mediante as configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme o concebido por quem viveu. (ALBERTI, 2004). Dessa forma, memória e trajetórias individuais são elementos preponderantes na busca das representações sociais de nossos sujeitos.

Levando-se em conta o componente de subjetividade das falas dos entrevistados, uma vez que o real jamais poderá ser apreendido enquanto tal é importante destacar o comprometimento assumido com a vigilância epistemológica na produção das fontes orais da pesquisa, perseguindo a crítica permanente dos documentos elaborados, bem como a sua

confrontação com fontes tradicionais escritas e, naturalmente, com outras falas produzidas no âmbito da pesquisa.

Essa postura é consequência da compreensão de que:

[...] das especificidades da história oral resulta uma concepção singular da história. O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. E esta visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país... (ALBERTI, 1989, p.6).

Tomando por orientação as considerações apresentadas e o recorte do objeto da pesquisa, procedemos à elaboração de um programa de entrevistas, voltado para as representações dos técnicos sobre as atividades de planejamento e gestão em C&T, desenvolvidas no CNPq, no período compreendido entre 1975-1995.

3.1.1.1 A elaboração das entrevistas

[...] é preciso considerar como se constituiu a entrevista, quem são as pessoas que dela participaram, qual seu conteúdo, para, então, examinar a história contada dentro do contexto da entrevista... (ALBERTI, 2004, p.70)

A realização de entrevistas permitiu-nos a constituição de um corpus, isto é, a coleta de depoimentos de trinta sujeitos que discorreram sobre suas vivências como técnicos no CNPq. Portanto, o que nos interessou diretamente foi a trajetória profissional dos técnicos na instituição, particularmente, a percepção deles acerca do CNPq e das atividades que desenvolveram no decorrer do tempo, o que nos levou a definir cuidadosamente alguns “temas” que deveriam ser abordados durante as entrevistas.

Adotamos a entrevista semidirigida como um meio-termo entre o engessamento de um roteiro detalhado, preestabelecido, e o risco de afastamento do tema tratado de uma entrevista totalmente livre. Nesse sentido, foram elaboradas algumas perguntas irrenunciáveis que foram colocadas a todos os entrevistados para possibilitar comparações, precedidas sempre por um

pedido de resumo sobre a origem, a formação acadêmica/ profissional e a trajetória até chegar ao CNPq.

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas, o roteiro teve de ser modificado, adaptado, pois algumas questões foram consideradas improcedentes para determinados sujeitos e, por vezes, determinadas respostas nos levaram a completar o roteiro. Como regra, procuramos sempre nos adaptar aos momentos criados junto aos entrevistados e isso significou adaptar as questões ou o tempo de duração das entrevistas. Na verdade, cada entrevista foi “uma entrevista”, justamente, pelo fato de que cada entrevistado ter se constituído em “um sujeito”, com suas sensibilidades, suas razões, enfim, suas vivências. Portanto, a experiência demonstrou que não existem regras para se realizar boas entrevistas, mas recomendações. Tudo depende da “química” estabelecida entre os interlocutores e a sensibilidade de o pesquisador encontrar as entradas na “alma” do entrevistado. É difícil expressar o momento em que isso acontece, mas são momentos bastante peculiares e muito gratificantes.

Na maioria das vezes, os entrevistados, por si só, desfiaram os principais pontos previstos no roteiro, sem que tivesse sido necessário qualquer direcionamento de nossa parte. Inclusive relatos de peculiaridades, episódios relacionados a acontecimentos desconhecidos foram surgindo, naturalmente, nas falas daqueles mais expansivos. É claro que, aqueles introspectivos, tímidos ou mesmo mais desconfiados, exigiram da pesquisadora um exercício maior de aproximação por meio de assuntos periféricos, mas em todos os casos os resultados foram satisfatórios. A duração média das entrevistas foi de duas horas, incluídos os cafezinhos.

O trabalho de pesquisa oral foi realizado entre julho de 2006 e fevereiro de 2008, tendo sido entrevistados trinta e três técnicos, dos quais dois ex-presidentes do CNPq que atuaram na instituição no período correspondente ao Cenário A da pesquisa.

Inicialmente, procuramos a Coordenação de Recursos Humanos do CNPq apresentando uma carta de minha orientadora, confirmando a necessidade de acesso a dados funcionais de servidores do CNPq para subsidiar a elaboração do programa de pesquisa oral necessário para a realização da tese. Diante de algumas resistências iniciais derivadas da falta

de informação sobre a proposta do trabalho, solicitamos uma rápida reunião com as responsáveis pelos setores de Capacitação de Pessoal e de Cadastro onde detalhamos os objetivos da pesquisa, enfatizando a maneira como as informações coletadas nos cadastros e nas pastas funcionais seriam tratadas.

Uma vez explicitadas as condições de sigilo quanto à identificação pessoal dos servidores, houve o acordo imediato com a disponibilização do acesso e até certo entusiasmo quanto ao objeto da pesquisa. Na oportunidade, a responsável pelo cadastro orientou-nos quanto à utilização do material disponível que atenderia nossas necessidades de informação.

Considerando o período coberto pela pesquisa, 1975-1995, as dificuldades estariam concentradas na identificação e na localização dos servidores que exerciam atividades de planejamento no CNPq no período 1975-1980. Em 1975, o CNPq passou por uma grande reconfiguração iniciando-se a transferência de sua sede do Rio de Janeiro para Brasília, num processo de deslocamento delicado, sendo transferido, primeiramente, o núcleo administrativo da instituição e, posteriormente, os demais setores, numa operação concluída apenas em 1980. Mediante constatação de alteração dos setores em cada período e, conseqüentemente, de suas siglas, empreendemos um trabalho de levantamento dos organogramas do Órgão com vistas a ter acesso aos servidores lotados em cada um deles. De posse do siglário dos setores, identificamos os servidores com a ajuda do cadastro de pessoal, sendo estabelecidos os seguintes critérios:

- 1) Ano e local de contratação do servidor;
- 2) Formação do servidor
- 3) Função exercida na área de lotação.

Constamos que as atividades vinculadas ao planejamento do fomento, desenvolvidas pelas chamadas áreas técnicas, foram transferidas rapidamente para Brasília, sendo que as atividades de planejamento da política nacional de C&T, vinculadas a elaboração e ao acompanhamento do II PBDCT, foram as últimas a serem transferidas, permanecendo ainda alguns setores no Rio de Janeiro até 1980. Até então, as atividades concentravam-se na Superintendência de Planejamento (SUP/Rio). A primeira referência na perspectiva do início das atividades do planejamento em Brasília foi a Assessoria de Planejamento, organizada pela

administração de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, no período 1980-1985. Alguns técnicos que participaram dos primeiros momentos do CNPq, reformulado, trabalharam ali alguns anos e, posteriormente, dispersaram-se por outros setores do Órgão ou saíram para outras instituições. Dois personagens de grande importância para o período em que haviam sido responsáveis pela área de planejamento, em momentos diferentes, mas que fizeram parte da mesma equipe estavam radicados em Brasília. De posse dos números de telefone, conseguidos nos cadastros de pessoal do CNPq, foi fácil chegar aos dois primeiros sujeitos de minha pesquisa e, a partir daí, constituir uma rede de referências pessoais, com endereços, telefones e e-mails que nos colocaram diante de mais de trinta entrevistados.

3.1.2 A escolha dos entrevistados

O principal critério utilizado para a escolha dos entrevistados foi o da atuação profissional, na condição de técnico do CNPq seja nas áreas de fomento, de políticas de C&T, seja na de gestão operacional, de acordo com o Plano de Cargos e Salários de cada período, durante pelos menos quatro anos, no período 1975-1995. Outros critérios de ordem operacional foram considerados como habitar em Brasília e estar em condições físicas e mentais para conceder entrevista.

Feito o levantamento, constatamos a seguinte situação relativa aos períodos de atuação dos técnicos na instituição:

- Técnicos que trabalharam no Rio de Janeiro e em Brasília no período 1975-1985, cobrindo todo o Cenário A da pesquisa;
- Técnicos que trabalharam no período integral da pesquisa 1975-1995 ou 1980-1995, cobrindo ambos os cenários da pesquisa A e B
- Técnicos que trabalharam de 1985-1995, cobrindo apenas o Cenário B.

3.1.3 O roteiro de entrevistas

A partir de exaustiva leitura de trabalhos já produzidos sobre a história do CNPq, nas diversas abordagens, e considerando os objetivos perseguidos pela pesquisa, procuramos elaborar um roteiro pontuado por temas que se constituíram em pré-categorias de análise e fundamentaram nas seguintes motivações:

- 1) **Importância da C&T e do CNPq:** analisar como os sujeitos da pesquisa valoravam o campo em que estavam inseridos e, principalmente, sua percepção da instituição onde trabalhavam;
- 2) Importância das atividades de planejamento;
- 2) **Atividades desenvolvidas na instituição:** analisar o percurso individual dos sujeitos, nos diversos setores trabalhados, constatando mudanças, datas, nomes, etc.
- 3) **Status da função de técnico do CNPq:** analisar a percepção dos entrevistados quanto à valorização social de seu trabalho enquanto técnico em C&T e, também, do CNPq;
- 4) **Percepção de ser tecnocrata:** analisar a aceitação ou a rejeição ao termo e as justificativas dos entrevistados, considerando a conotação negativa do termo na atualidade.

A esses temas inicialmente definidos, outros foram adicionados ao roteiro em função de referências recorrentes nas falas dos sujeitos entrevistados como: liberdade de expressão, comunidade científica x CNPq e espírito de corpo.

Esse roteiro teve por função auxiliar na pontuação das falas dos sujeitos, sem o objetivo de estabelecer um programa fechado de entrevistas, baseado em perguntas e respostas. Portanto, a perspectiva assumida foi a de provocar, no decorrer da narrativa, os temas de maior interesse, segundo os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o critério de escolha dos entrevistados foi de extrema importância para o trabalho, pois, quanto mais experiências o entrevistado vivenciou, maior as perspectivas de abordagem e de percepção dos fatos. Nesse sentido, consideramos importante entrevistar técnicos que, durante o

exercício de suas atividades no CNPq, assumiram, em algum momento, funções de representantes dos servidores, coordenadores, chefes de serviço e superintendentes.

Elaborado o roteiro-piloto para as entrevistas, iniciamos uma fase de testes, na qual realizamos três entrevistas que foram de fundamental importância para o aprimoramento do instrumento.

3.1.4 A marcação das entrevistas

De posse dos telefones dos sujeitos, disponibilizados pela nossa rede de contatos e pelo setor de recursos humanos do CNPq, marcamos as entrevistas. Um detalhe que se mostrou importante na nossa experiência, em relação à marcação dos encontros por telefone: por uma questão pessoal, evitamos o máximo procurar as pessoas de nossa convivência, sejam elas amigas ou familiares para tratar de assuntos que exigem maior explicitação pelo telefone celular. Demos sempre preferência pelo telefone fixo, reservando os contatos por celular para situações de emergência ou para casos em que sabíamos que dificilmente encontraríamos a pessoa em sua residência, em horários convencionais.

Quando se tratava de marcação de entrevistas com pessoas desconhecidas ou que não tínhamos contato há muito tempo, havia necessidade de um investimento maior em nossa identificação, detalhamentos do objetivo da pesquisa, etc. e destaque para a importância da participação do sujeito, sua experiência, etc. Todos esses detalhes exigiram pelo menos cinco minutos por parte do pesquisador e, dependendo da argumentação do sujeito, essa conversa poderia durar até 20 minutos.

Evidentemente que, se a opção fosse por falar pelo telefone celular, a probabilidade de o sujeito se encontrar ocupado, em trânsito, numa situação desconfortável para conversar ou mesmo nervoso ou irritado com alguma coisa, maior era a possibilidade de recebermos um “não”, como resposta. Por isso, partimos sempre do princípio de que a proposta da entrevista é um convite que exige envolvimento e sedução de maneira que o sujeito se sinta valorizado como parte integrante da pesquisa e, portanto, importante para a realização do nosso trabalho. Esse momento merece “uma conversa”. Assim, a nossa opção foi sempre pelos telefones

residenciais, quando conseguimos quase sempre, através de um familiar ou de uma secretária, a indicação do melhor horário para encontrar o sujeito em casa, com disponibilidade para conversar.

Em contato com o sujeito via telefone, identificamo-nos como servidora do CNPq, fizemos referência à pessoa que nos forneceu o número (o que se apresenta como uma recomendação) e comentamos resumidamente a pesquisa para a tese de doutoramento em História na UnB, bem como a importante experiência daquele sujeito, imprescindível para o nosso trabalho. No telefonema ressaltamos o fato de ser necessária a gravação das falas para fins de transcrição e que o tempo médio proposto para a realização da entrevista seria de duas horas. Esse procedimento nos garantiu a colaboração de 98% dos sujeitos selecionados para as entrevistas.

3.1.5 A filmagem das entrevistas

Inicialmente, tínhamos em mente aproveitar a oportunidade da realização das entrevistas para filmarmos esses encontros com os sujeitos, pois havia a intenção de produzir de um documentário de 10 minutos, consolidando algumas falas sobre os temas trabalhados.

As duas primeiras entrevistas produzidas na fase de teste, apontaram para a viabilidade do projeto, uma vez que os entrevistados reagiram muito bem à idéia da filmagem, sem qualquer resistência. Portanto, além da utilização do gravador digital, utilizamos uma câmera de vídeo Sony digital HANDYCAM, com tripé. Dessas experiências foram produzidos dois DVDs, o da primeira entrevista de 50 minutos e o da segunda entrevista 120 minutos.

Na avaliação das duas primeiras entrevistas (com sujeitos do sexo masculino), deparamo-nos com personalidades bem distintas uma da outra. O primeiro entrevistado, por característica pessoal, menos expansivo, mais objetivo e econômico nas palavras, nos exigiu uma série de intervenções provocativas, puxando o detalhamento de algumas questões, o que nos rendeu um arquivo de áudio e um DVD de 50 minutos. O segundo entrevistado, ao contrário, era mais expansivo e demonstrou prazer em compartilhar lembranças da sua vida pessoal, da infância, do período de formação acadêmica e da experiência vivida no CNPq,

trazendo muitos detalhes interessantes. A entrevista nos rendeu um arquivo de áudio e um DVD de 120 minutos.

Portanto, fazia-se necessário um pequeno ajuste no item 1 do roteiro, no qual solicitávamos que o entrevistado “falasse de sua origem, formação e trajetória até chegar ao CNPq”, apenas acrescentando “resumidamente”, e entendendo que a iniciativa de falar mais, ou menos, também depende do perfil individual de cada sujeito. É claro que, à medida que exercitamos essa atividade, na condição de pesquisadores, desenvolvemos habilidades específicas para “extrair” dos sujeitos qualquer tipo de informação, sem “atravessar” as falas ou enviar as abordagens. Infelizmente, essas habilidades são construídas no processo da pesquisa alcançando o ponto “ótimo”, quando realizamos a última entrevista.

A terceira entrevista da fase de teste foi de importância fundamental, por ter nos colocado diante de uma situação que exigiu uma tomada de posição contrária à filmagem. Tratava-se de uma entrevistada que solicitou que o encontro fosse em sua residência. À hora marcada (8 h) comparecemos ao endereço por ela fornecido e toquei a campainha; aguardei alguns minutos e insisti. Quinze minutos depois, a entrevistada surge à porta, com os olhos muito inchados, os cabelos desgrenhados, presos numa tentativa de arremedo, e o rosto muito pálido. Fui recebida com muita gentileza. Entrei, escondi a filmadora embaixo de meu casaco e apenas gravei os depoimentos.

Após a entrevista, no decorrer do registro do caderno de campo, refleti sobre as vantagens e desvantagens da filmagem e optei por deixá-la de lado. Os dois primeiros entrevistados tinham sido figuras de destaque na história do planejamento do CNPq, acadêmicos, professores, acostumados a falar em público, a expor seus pontos de vista, portanto, profundamente seguros de suas posições e de seu poder argumentativo. A filmagem não trouxe qualquer obstáculo à entrevista.

No caso da terceira entrevistada, a situação não se reproduziu pelo fato de se tratar de um sujeito com menos experiência de exposição em público, de fala baixa e gestos tímidos e com uma vivência adquirida num âmbito de atuação mais limitado. Somado a isso, a questão da aparência de uma pessoa do sexo feminino ser assumida e considerada de maneira muito mais delicada, a começar pelo próprio sujeito. Considerei muito provável o recuo da

entrevistada diante da iminência da filmagem, muito embora esse procedimento tivesse sido anteriormente negociado. De fato, o essencial era a sua fala.

Hoje, após as experiências vividas no processo, considerando o perfil dos entrevistados com quem convivemos concluímos, sem sombras de dúvida, que a decisão foi acertada. A insistência na filmagem teria sido um obstáculo para a maior parte dos sujeitos e, portanto, para a obtenção dos depoimentos.

Depois dos ajustes necessários no roteiro e de posse de um gravador digital Sony reiniciamos o trabalho, realizando 33 entrevistas com duração média de 90 minutos cada uma no total de aproximadamente 50 horas de falas.

3.1.6 Tratamento das entrevistas: a transcrição

[...] o historiador não pode saber hoje que perguntas serão feitas pelos historiadores futuros, de modo que qualquer seleção que faça resultará na perda de detalhes que posteriormente podem se mostrar significativos. A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões [...] Todas as perguntas devem constar dela. O gaguejar em procura de uma palavra pode ser eliminado, mas outro tipo de hesitações e de “muletas”, como “você sabe” ou “veja bem” devem ser incluídos. A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas. Se não conseguir compreender uma palavra ou uma frase, deve deixar-se um espaço na transcrição para indicar isso. Todas essas são orientações bastante fáceis de compreender (THOMPSON, 2002, p. 293).

Imediatamente após as entrevistas, os dados de áudio eram gravados em CD e transferidos para o computador e daí, iniciado o difícil trabalho de transcrição das falas. Uma série de questões surgiu então, a começar pela constatação de que o discurso oral é muito diferente do discurso escrito. O que no discurso oral se apresenta claro e indiscutível, muitas vezes torna-se confuso no discurso escrito. Questões como a difícil captura dos sentidos contidos numa entonação, nos levaram a utilização de uma série de marcações no texto final das transcrições. Procuramos sempre partir do princípio da transcrição mais próxima do literal conforme recomenda Thompson (1992), preservando o sentido dado pelo sujeito. Mas, neste aspecto, é necessário abrirmos um parêntesis, pois encontramos uma série de dificuldades que é preciso comentar.

No caso específico de nossa pesquisa, em decorrência do fato de estarmos lidando com profissionais altamente qualificados, intelectuais, professores, pesquisadores, gestores, a maioria ainda em pleno exercício de suas atividades, em funções de grande importância em suas áreas respectivas, a exigência da leitura das transcrições das entrevistas foi constante. O que nos levou a outro aprendizado prático relativo ao uso da história oral em pesquisas acadêmicas: a recomendação de que ao final da entrevista o termo de autorização de divulgação e cessão de direitos do conteúdo da entrevista seja assinado pelo entrevistado, sem perspectiva de revisão da transcrição tem de ser relativizada em função do perfil dos entrevistados.

Quando se trata de trabalhadores operários, desempregados, moradores de periferias, enfim, pessoas humildes, cuja revelação da identidade não apresenta qualquer consequência para suas vidas pessoais, não há qualquer dificuldade relativa a autorização sem revisão do conteúdo das falas. Outra situação, muito mais delicada, é a de entrevistarmos pessoas de grande evidência em suas áreas profissionais de atuação e que se encontram inseridas nos espaços institucionais onde ocorrem os embates e as disputas que são objeto de suas falas, nas entrevistas concedidas.

No caso da pesquisa, a leitura das transcrições foi quase sempre uma exigência para as autorizações de divulgação, o que nos levou a outra questão que incidia diretamente sobre o objetivo e a metodologia utilizada na pesquisa, ou seja, a identificação das representações contidas nas falas dos sujeitos. Em poder do texto transcrito, o sujeito promovia uma verdadeira “limpeza” na fala, o que não se restringia apenas à gramática, mas, principalmente, à alteração de sentidos e de conteúdo – ajustes, apagamentos e inclusões. Esse procedimento significava um verdadeiro desastre para os objetivos da pesquisa, uma perda incontornável para o trabalho de análise.

Tínhamos realizado, até então, apenas quatro entrevistas, mas as perspectivas que se apresentavam eram negativas se continuássemos com o procedimento. Decidimos, então, trabalhar com um sistema de codificação dos entrevistados, elaborado de forma a situar as falas nos Cenários e nos temas abordados pela pesquisa, sem a identificação dos sujeitos. Como consequência direta da iniciativa, observamos um aumento fantástico na qualidade do

conteúdo das falas, evidentemente em decorrência da maior liberdade dos sujeitos se referirem aos acontecimentos sem a preocupação dos reflexos das falas na vida presente.

No processo de transcrição, nosso maior cuidado foi em não descaracterizar a espontaneidade do discurso oral e preservar os sentidos das falas, o que não nos desobrigou de adotarmos alguns procedimentos, com vistas a não comprometer a compreensão na transcrição.

Adotamos a supressão:

- 1) nos casos de expressões repetidas;
- 2) das retificações feitas pelo narrador;
- 3) na utilização demasiada de expressões de apoio como “aí né”, “aí”, “né”, “quer dizer”, “então”;
- 4) Na ocorrência de inícios de frases retomados de forma diferente (“nós fazíamos parte de um grupo muito competente... Aquele nosso grupo era muito competente”).
- 5) No caso de frases deixadas incompletas por envolverem juízos de valor, a frase foi mantida como tal (“quanto ao posicionamento do secretário, naquela reunião...”).

Adotamos a correção:

- 1) nos erros de concordância;
- 2) nos erros de regência;
- 3) quando houve necessidade de reordenamento de períodos, para conservar o sentido percebido no discurso oral.

Depois da transcrição, adotamos o padrão de ouvir cada entrevista pelo menos duas vezes, acompanhando o texto transcrito. No caso de palavras, de nomes próprios ou de expressões não compreendidas, escrevemos o termo “incompreensível” entre parêntesis. Embora alguns pesquisadores recomendem “uma limpeza” maior no texto final da transcrição, optamos por ajustar apenas o que interferia na forma e na compreensão da idéia do entrevistado.

É importante ressaltar que os sujeitos, em sua grande maioria, apresentaram facilidade na articulação dos temas e que a escolha do local da entrevista foi importante para esse resultado. Nesse sentido, a opção pelo local e horário de realização dos encontros sempre ficou a critério dos entrevistados. As opções se dividiram entre residência e local de trabalho dos sujeitos, sendo que, em apenas dois casos, houve opção pela residência da pesquisadora.

3.1.7 O sistema de codificação dos sujeitos

Para a localização dos sujeitos, sem a identificação nominal, adotamos os seguintes códigos, compostos por letras.

Cenário A, relativo ao período compreendido entre 1975 e 1984, incluiu técnicos que trabalharam no Rio de Janeiro e em Brasília no período 1975-1985, identificados com as letras **CA** (maiúscula);

Cenário B, relativo ao período compreendido entre 1985 e 1995 – **CB** (maiúscula).

Nos casos de técnicos que trabalharam no período integral da pesquisa 1975-1995 ou 1980-1995, cobrindo os Cenários A e B da pesquisa, identificados com as letras **AB** permanecendo **CAB**.

Após a identificação do período, acrescentamos letras retiradas aleatoriamente dos nomes dos sujeitos = **CA**YXKJ ou **CB**LYWQ, ou ainda **CAB**ZAYK

A partir dessa codificação, a identificação dos sujeitos entrevistados assumiu a seguinte forma:

CA = CADION, CALYN, CAEUR, CAYA

CAB= CABCRA, CABID, CABRIN, CABLUM, CABMG, CABMIGO, CABTAO, CABTER, CABGA, CABJA, CABLIL, CABMAR, CABLD, CABEAR, CABAFE, CABIGAM, CABLNC, CABCBQ, CABMRO, CABLP,

CB = CBLO, CBPLE, CBMA, CBQV, CBVA

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.3.1 Os temas

A análise cuidadosa das falas dos sujeitos, tendo subjacente à estrutura do roteiro de entrevista, temas concebidos aprioristicamente do quadro teórico, fez emergir um novo grupo de temas, mais representativo, constituído na apreensão dos sentidos das falas dos entrevistados.

Considerando os dois Cenários estabelecidos para a pesquisa, é importante ressaltar que um grande número de sujeitos entrevistados vivenciou os dois cenários, constituindo falas especialmente importantes, por conterem elementos reflexivos de comparação entre os períodos trabalhados.

Os temas estabelecidos, para fins de análise das falas dos sujeitos, constituem-se em unidades de análise que se relacionam com cada uma das unidades de contexto (os cenários). São eles:

- . Planejamento em C&T nos governos militares/civis
- . Tecocracia
- . CNPq e comunidade científica
- . Salário e status do técnico
- . Perfil e competências do técnico
- . Espírito de corpo . Saber técnico institucional
- . CNPq x Comunidade Científica

A partir da definição dos temas de análise, voltamos ao texto das entrevistas, assumidas como narrativas, de onde destacamos as falas associadas às categorias estabelecidas nos respectivos cenários. Para a consecução desse trabalho foi elaborado um

Formulário de Análise para onde essas falas foram recortadas, coladas e, posteriormente, analisadas sob a ótica da análise de discurso.

O estabelecimento das categorias nas duas unidades de contexto facultou a construção de uma ponte analítica promovendo a articulação entre os sujeitos. Dito de outra forma, a análise dos discursos permitiu “o diálogo entre os sujeitos”, aproximando falas convergentes e divergentes, na perspectiva da apreensão dos sentidos e significados dados por eles às práticas assumidas nos diferentes cenários.

3.3.2 A análise de discurso

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando ossos. No começo, achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras (BARROS, 2004.).

Nesse contexto do imaginário e de captação das representações dos técnicos, utilizamos o instrumental da Análise de Discurso que nos permitiu trabalhar a noção de relação de forças (ORLANDI, 2003), segundo a qual “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Dessa forma, se o sujeito fala a partir do lugar de técnico ou de governante (nos anos da ditadura militar), suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de simples funcionário público. “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. (ORLANDI, 2003, p. 40).

Não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções, as quais permitem passar das posições empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Assim:

[...] podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as

empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2003, p. 42-43).

Dessa forma, a análise de discurso permitiu a apreensão das representações dos técnicos e seus papéis, a partir de seus lugares de fala, em embate permanente no campo político, campo discursivo por excelência. Considerando que o corpus da pesquisa foi também constituído pelos discursos oficiais, contidos nos planos de governo para o campo da C&T, na fala dos governantes e nas próprias falas dos sujeitos sobre eles mesmos, o referencial teórico apresentado subsidiou a construção de um dispositivo analítico que facultou a apreensão da historicidade dos textos, bem como a pluralidade de sentidos contida nas formações discursivas, tanto escritas como orais.

A análise das entrevistas dos técnicos e das falas dos governantes foi a etapa mais difícil de toda a pesquisa, requerendo uma série de esforços a fim de melhor compreender a análise de discurso para a constituição de nosso método de trabalho. Essa consciência levou-nos a um curso sobre Análise de Discurso e a participamos de um simpósio promovido pela Faculdade de Educação da UnB tendo em vista a construção de um dispositivo de análise das falas. Para melhor compreensão de nossos procedimentos de análise fez-se importante esclarecer algumas noções que tomamos como base para a construção do método; a saber: a concepção bakhtiniana da linguagem, os conceitos de intertextualidade e polifonia e os procedimentos analíticos da Análise de Discurso postulados por Pêcheux.

De acordo com Bakhtin (1992) e seu conceito de dialogismo, a interação é o princípio fundador da linguagem; o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, pois a relação entre interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto em suas posições sociais. Nesse sentido, texto é produto da criação ideológica ou de uma enunciação, com tudo que está aí subentendido: contexto histórico, social, cultural; e a interação nunca é simétrica, pois faz parte de processos complexos de relações de poder, choques e contradições.

Dois conceitos decorrentes desse pensamento são importantes para a compreensão do que se pretende dar aos textos construídos nas narrativas obtidas nas entrevistas:

Intertextualidade - diálogo entre discursos afetados historicamente. Fio discursivo, no qual vivemos, em que respondemos a textos precedentes e pedimos respostas a textos futuros.

Polifonia - característica inerente dos textos de serem constituídos por muitas vozes, que se fazem ou não perceber, num jogo enunciativo que por vezes mascara o processo dialógico constitutivo e nos dá a ilusão de uma única voz, coerente e fechada em sua significação.

As entrevistas são, portanto, entendidas como um produto dialógico, fruto de um complexo jogo interativo que carrega marcas históricas de significação. As memórias trazidas pelos entrevistados articularam-se entre si configurando uma representação coletiva que se completaram quando relações contextuais foram estabelecidas, nos permitindo perceber que a ação, ainda que individual, é uma síntese da mentalidade prevalecente; faz parte do embate de idéias, mesmo que tenha teor inovador. Dessa forma, a interpretação das narrativas, posterior ao momento de enunciação, é mais um movimento nesse fio discursivo, tendo em vista a participação da entrevistadora no mesmo meio social dos entrevistados.

Sendo assim, a Análise do Discurso contempla o caráter simbólico da produção textual, podendo por isso revelar as marcas das relações de poder com base na materialidade discursiva.

3.3.2.1 A construção do dispositivo de análise do discurso

A construção de nosso dispositivo procurou considerar a interpretação como parte do objeto da análise – o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise; e para tanto é preciso compreender que não há descrição sem interpretação e que, portanto, o próprio pesquisador está envolvido na interpretação. Daí a necessidade de um dispositivo teórico permitir assumir uma posição não neutra, mas relativizada pela interpretação, isto é, deslocada, permitindo contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Para tanto foi imprescindível o aporte teórico da história cultural que nos permitiu a mediação permanente entre a descrição e a interpretação, possibilitando a construção de nossa posição de pesquisadora, e resultando em nosso processo de compreensão. Nesse sentido, nosso dispositivo de análise foi elaborado da seguinte forma:

Tematização: fragmentação das narrativas em grandes temas e subtemas;

Microtematização: fragmentação de cada depoimento relativo a cada subtema de acordo com sua especificidade;

Análise textual: marcação, em cada microtema:

- das principais caracterizações [Cr]: adjetivações ou atributos relativos principalmente, de forma direta ou indireta, ao CNPq;
- do alvo [Al]: especificação do alvo das caracterizações ou, caso aconteça, de ações;
- das ações [Ac]: movimentos que puderam contribuir para as caracterizações
- dos agentes das ações [Ag]: responsável pelas ações²².

Interpretação prévia: verificação das principais caracterizações atribuídas ao CNPq; das ações que contribuíram para tais caracterizações e os agentes dessas ações;

Interpretação contextual: relação da interpretação prévia com a análise contextual, feita com base na própria história institucional, devidamente, documentada.

Nossa intenção foi que esse dispositivo funcionasse sempre por contraste: colocando o dito em relação ao não dito; o que se diz num lugar com o que é dito em outro, reforçando o pressuposto de que a análise do discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica, uma vez que a ideologia não se aprende e o inconsciente não se controla. No entanto, todos os enunciados são passíveis de ser interpretados e, portanto, passíveis de tornarem-se outros, uma vez que a interpretação é a manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. Assim, é pelo fato de existir o outro nas sociedades e na história é que possível haver ligação, identificação ou transferência, isto é, possibilidades de interpretar. E essa ligação permite que as filiações históricas possam organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (ORLANDI, 2003).

Consideramos ainda importante registrar que a construção do dispositivo de análise apresentado se atrelou especificamente às características de nosso trabalho, no qual procuramos adaptar os diversos modelos de análise existentes às necessidades da pesquisa. A operacionalização do dispositivo é apresentada nos capítulos seguintes, 4.1 e 4.2, onde

²² Destaca-se que as marcações referem-se ao conteúdo semântico das informações, não correspondendo, às vezes, à categorização gramatical. Uma ação, por exemplo, pode não ter sido identificada por meio de um verbo, como normalmente se verifica.

trataremos diretamente das falas de nossos sujeitos e dos discursos dos governantes, a partir dos Cenários A e B, constituídos para a pesquisa.

A título de demonstração da utilização do dispositivo de análise elaborado e aplicado no tratamento de todas as falas, apresentamos abaixo um exemplo do procedimento.

| Narrativa | Marcação | Análise |
|--|--|---|
| <p><i>B1. [...]Na época do militarismo...esses técnicos eram parte de um grupo privilegiado em termos de salário e isso foi bastante contundente...É realmente complicado comparar o status do técnico na época dos governos da ditadura e depois de 85, porque ao mesmo tempo em que na ditadura ele tinha uma valorização, porque era um instrumento da tecnocracia e tal, ele também era algo assim que não tinha uma valorização própria, entende? Não tinha uma identidade própria...era só um instrumento... Acho que a dependência que os governos militares tinham desse técnico especializado era mais em função da necessidade de justificativa mesmo, do que de dependência, entende? ... (CABMG)</i></p> | <p>B1. Militarismo x governo civil; Técnicos[al]/ eram parte de um grupo privilegiado em termos de salário[cr]. Ele[al]/ tinha uma valorização, era um instrumento da tecnocracia; era algo assim que não tinha uma valorização própria; Não tinha uma identidade própria...era só um instrumento[cr] Identidade própria x tecnocracia</p> | <p>B1. Contrapõe os períodos. Valorização dos técnicos em termos de salário e por serem instrumentos da tecnocracia, mas ausência de valorização própria (identidade do técnico).</p> <p>Relação estabelecida: militarismo e tecnocracia;</p> <p>Tecnocracia x identidade própria.</p> <p>Dependência dos governos militares dos técnicos especializados em função da “necessidade de justificativa”</p> |

CAPÍTULO 4

Cenário A: 1975-1984

CNPq: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM C&T NOS GOVERNOS MILITARES

“Quando uso uma palavra – disse Humpty Dumpty em tom escarinho – ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos. “A questão – pondera Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes”. “A questão – replicou Humpty Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.” (CARROL, 1977, p. 196).

A proposta do presente capítulo é de reconstrução da história das atividades de planejamento e gestão desenvolvidas no CNPq, referente ao período 1975-1984, a partir das falas dos técnicos entrevistados. A partir da abordagem do grande tema “Planejamento e gestão em C&T nos governos militares”, onde analisaremos as gestões que conduziram a trajetória do CNPq no período, contemplaremos os subtemas correspondentes às categorias emergentes da análise das entrevistas, abaixo relacionados:

Cenário A – Tema: Planejamento e gestão em C&T nos governos Militares

Subtema A1- Tecnocracia;

Subtema A2 - CNPq e a comunidade científica;

Subtema A3 - Perfil e status do técnico;

Subtema A4 - Liberdade de expressão;

Subtema A5 - Espírito de corpo;

Subtema A6 - Saber técnico institucional.

Tendo como perspectiva a primazia das falas dos sujeitos em nossa pesquisa, as fontes documentais foram utilizadas como marcadores temporais dos principais acontecimentos, bem como parâmetros para a análise das falas dos entrevistados. Nesse sentido, nos servimos de documentos oficiais de políticas de governo: os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT II e III), que nesse período foram os instrumentos de política governamental para o sistema de C&T; os discursos dos governantes, que acionaram

a execução dos Planos; os documentos técnicos elaborados no âmbito do CNPq, bem como trabalhos e entrevistas já publicadas sobre o tema.

O contexto do governo Geisel foi assimilado a partir do documento que orientou a política de C&T - o Segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT). No âmbito do CNPq esse período correspondeu à administração de José Dion de Melo Teles, primeiro presidente da instituição após a reconfiguração promovida em 1974, cuja entrevista nos permitiu compreender as estratégias desenvolvidas pela equipe de planejamento daquele governo para reestruturar o CNPq e colocá-lo na coordenação do SNDCT.

No governo Figueiredo, o documento que conduziu nossas análises foi o Terceiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT), cuja orientação técnica e política pautou a gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, presidente do CNPq no período 1980-1984. É importante ressaltar que, entre a gestão de José Dion e Lynaldo houve uma breve passagem de Maurício Matos Peixoto pela presidência do CNPq (1979-1980) marcada por disputas políticas na área, sem atrelamento específico a diretrizes governamentais.

Outro detalhe importante para a compreensão do desenvolvimento da análise do Cenário A é que os presidentes com atuação efetiva no CNPq desse período (Dion e Lynaldo) foram entrevistados por serem considerados técnicos em cargo de gestão, partilhando das mesmas abordagens temáticas dos técnicos da instituição.

As entrevistas, por sua vez, refletem as representações desenvolvidas a partir das políticas de governo e das administrações institucionais que ocorreram em cada período, de acordo com as temáticas já referidas. Para maior clareza, elaboramos a seguir um esquema da estrutura do capítulo que, esperamos, contribua para a compreensão do Cenário construído.

ESTRUTURA DO CAPÍTULO 4

Cenário A – Planejamento e Gestão em C&T nos Governos Militares (1975-1985)

Governo Geisel (1974-1979) – II PBDCT

Fala externa: Vinícius da Fonseca – Fiocruz (1975-1979)

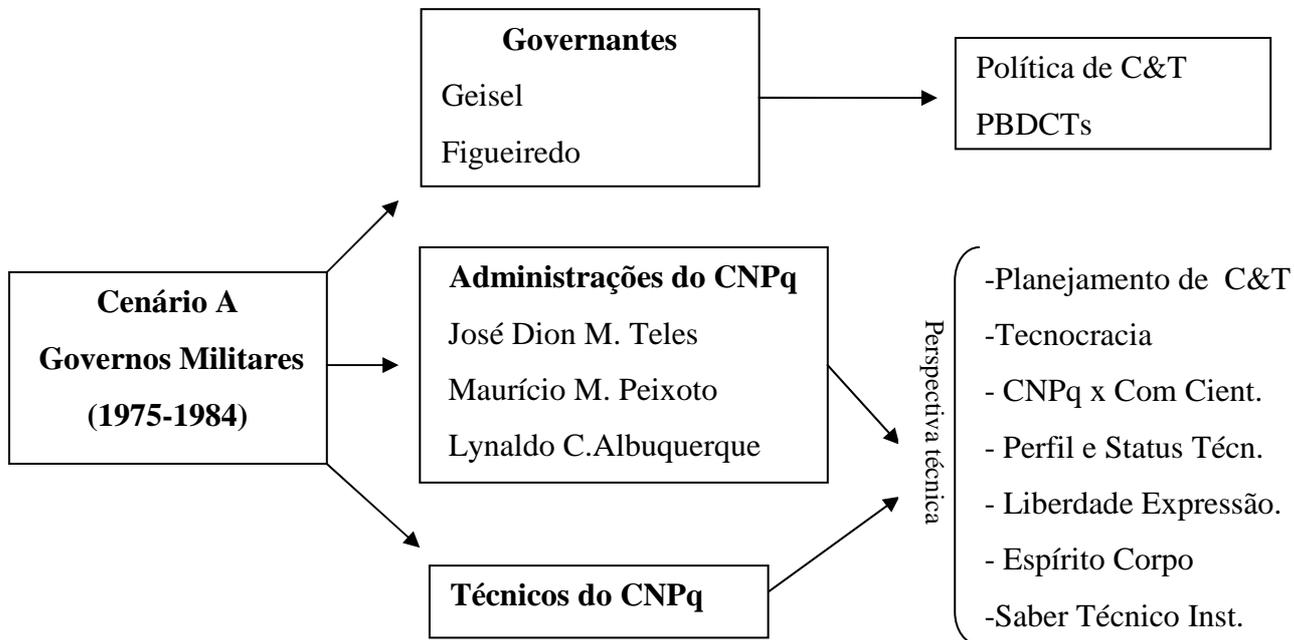
Gestão do CNPq: José Dion de Melo Teles (1975-1979)

Governo Figueiredo (1980-1984) – III PBDCT

Gestão no CNPq: Maurício M. Peixoto (1979-1980)

Gestão no CNPq: Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1980-1984)

CENÁRIO A – GOVERNOS MILITARES (1975-1984)



4.1 PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974- 1979)

O período compreendido por esta análise abrange o governo militar do general Ernesto Geisel, marcado pelo discurso da chamada "distensão e transição democrática" para os governos civis, democraticamente eleitos pela população. Tal perspectiva modulou as expectativas dos sujeitos no desenvolvimento de suas atividades profissionais no campo da C&T, permeando a construção do Cenário A que ora passamos a apresentar.

A posse do general Ernesto Geisel no cargo de *Presidente da República*, em março de 1974, estava sinalizada pelo fim do "milagre econômico". Após um período de grande crescimento (1968-1973), caracterizado por altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a economia começava a apresentar uma série de problemas que se multiplicariam nos anos seguintes. A alta da inflação advinda do aquecimento interno da economia e fatores internacionais fazia soar o alarme de esgotamento do modelo econômico até então adotado. Nesse período, a produção nacional girava em torno de dois eixos principais: a produção de bens de consumo duráveis e a exportação de bens primários e bens manufaturados. A crise internacional do petróleo, que elevou sobremaneira os preços de seus derivados, outras matérias-primas e uma série de bens de capital que alimentavam o crescimento nacional, evidenciou a falência do padrão de acumulação de bens duráveis.

O desafio assumido pelo governo Geisel foi o de promover um ajuste na economia, apostando na continuidade do crescimento. Esse foi o caminho proposto pelo governo com a elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com base no diagnóstico da estrutura industrial brasileira para aquele período, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), sob orientação do já ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, principal artífice do Plano. Os problemas da balança comercial indicavam uma grande dependência de bens de produção do País e sinalizava que, após um longo período de substituição de bens de consumo duráveis e não duráveis, era necessário atacar a substituição de insumos básicos e bens de capital. (MANTEGA, 1997)

O II PND foi, provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícia no País, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um pólo de insumos básicos e de bens de capital.

Em meio aos problemas deixados pela ressaca do 'milagre brasileiro', Reis Velloso e outros gestores econômicos do governo arquitetaram um programa de desenvolvimento extremamente ambicioso, que contrariava as expectativas de vários analistas, para enfrentar o primeiro choque do petróleo e as adversidades da crise internacional. (MANTEGA, 1997, p.3).

Lançado em dezembro de 1974, pela Lei nº 6.151, o II PND manteve como meta prioritária o crescimento econômico acelerado, com ênfase no setor industrial. Paralelamente, buscou-se incentivar transferências efetivas de tecnologias visando constituir um conjunto de tecnologias próprias, ao mesmo tempo em que a pesquisa básica foi fomentada, particularmente em áreas consideradas deficientes.

Lembramos que o período que antecede o II PND foi marcado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED - 1965-1974), considerado o primeiro plano de governo a explicitar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico para o País, e que promoveu uma série de mudanças fundamentais na reestruturação e consolidação da infraestrutura na área de C&T e, dessa forma, desvendou a relação entre a ciência, tecnologia e o desenvolvimento quanto à iniciativa governamental. Em função do modelo econômico, até então adotado, que se resumia a importar tecnologia, os planos governamentais passaram a estabelecer estratégias de planejamento voltadas para o controle e a diminuição da importação de tecnologia²³ e, paralelamente, proporcionar uma rápida institucionalização da C&T, por meio de incentivo à formação de recursos humanos, especialmente a pós-graduação e o aumento de recursos financeiros para a pesquisa e o desenvolvimento. O estabelecimento de uma estrutura institucional destinada ao desenvolvimento de C&T, nesse período, pode ser identificado a partir das seguintes medidas governamentais:²⁴

- Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) pelo Decreto Lei nº. 719 de 1969, com a finalidade de subsidiar a implantação do Plano Básico de

²³ Ver Plano Estratégico de Desenvolvimento, Plano de Metas e Bases, PND's e PBDCT's.

²⁴ Para maior detalhamento ver BRUNETTI, José L. et al. CNPq: um enteadado da política oficial. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*. Brasília: CNPq/UNESCO, v. 2 p. 97- 129, 1983.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) ficando sob a administração da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), declarada sua secretaria executiva por meio do Decreto n.º. 68.748, de junho de 1971. O PBDCT, decalcado no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), passa, então, a ser considerado o principal marcador do planejamento de C&T no país;

- A criação da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), em 1972, órgão setorial de C&T ligado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC), passa a responder pelo componente tecnológico da política industrial do governo;

- A criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT)²⁵ pelo Decreto n.º. 75.225, de 15 de janeiro de 1975, com a função de integrar as ações governamentais no campo da C&T, articula e compatibiliza as instituições atuantes no setor. No âmbito dos ministérios com atuação significativa na área de C&T a coordenação setorial seria realizada por “órgãos setoriais”, institucionalizados na forma de secretarias de Ciência e Tecnologia, a exemplo da Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio (STI/MIC). O SNDCT teria por órgão coordenador o CNPq, que atuaria como fórum de discussão sobre a política de C&T, coordenando a elaboração de planos e programas dos diversos ministérios, além de centralizar as informações necessárias à organização e ao acompanhamento do PBDCT; e,

- A reestruturação do CNPq.²⁶

No âmbito do II PND foi aprovado pelo Decreto n.º. 77.355, de março de 1976, o Segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT). Este plano deu continuidade aos programas setoriais prioritários estabelecidos no I PBDCT, reforçando a criação de fontes e formas não convencionais de energia e de programas regionais integrados, principalmente nas áreas de meio ambiente, habitação e saneamento, alimentação e nutrição, saúde e tecnologia educacional. A definição de diretrizes específicas para o desenvolvimento científico, a formação de recursos humanos para a pesquisa, bem como as atividades de apoio

²⁵ O SNDCT foi constituído na perspectiva do Decreto Lei 200, enquanto um sistema articulando órgãos de diversas hierarquias e de vários ministérios, sem desvinculá-los de sua estrutura institucional de origem.

²⁶ Vide Capítulo 2 deste trabalho.

institucional ao desenvolvimento científico e tecnológico, da mesma forma, representaram pontos de destaque no plano.

Ao especificar e priorizar fontes de financiamento para a área de ciência e tecnologia, o II PBDCT intentou a ampliação dessa oferta no País e o fortalecimento da estruturação do SNDCT²⁷. Como medidas complementares podem ser citadas: a execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), integrando a pesquisa e a pós-graduação nas universidades; a expansão de programas de cooperação técnico-científica internacional para o fortalecimento de centros nacionais de pesquisas, bem como a articulação da empresa privada com a empresa pública e o setor governamental. É com o II PBDCT que o sistema de C&T se consolida efetivamente como “campo”²⁸ no Brasil, coordenado, a partir de 1974, pelo CNPq reconfigurado em órgão de planejamento do Estado.

Como abordado no Capítulo 2, foi a partir da instituição do imaginário da Guerra Fria no período pós-guerra, que o investimento em C&T torna-se fator determinante de poder entre as nações. Nessa perspectiva, os governos militares constituíram um discurso nacionalista voltado para o desenvolvimento tecnológico como base do desenvolvimento econômico, passando a justificar as ações do governo militar na economia, principalmente durante o governo Geisel, com base no princípio de que o domínio tecnológico asseguraria o domínio econômico mundial. Esse discurso alinhava os governantes brasileiros a uma elite afinada com o pensamento dos países desenvolvidos, uma vez que a C&T era considerada o fator de desenvolvimento dos países ricos.

A partir dessa perspectiva teórica é que concebemos a reconfiguração do CNPq, em 1974, e desenvolvemos a análise das falas que nos permitiu a percepção das representações dos técnicos do CNPq sobre o desempenho da instituição, ou melhor, acerca da importância dada ao planejamento de C&T no período dos governos militares, ora analisado.

²⁷ Posteriormente, na Nova República, o SNDCT é avaliado como subproduto do autoritarismo: “O próprio SNDCT se constituía num conjunto de pequenos sistemas, de caráter setorial, independentes, com lógicas e políticas de ação próprias, chegando alguns a constituírem-se em sistemas paralelos”. In: Debate nacional sobre ciência e tecnologia numa sociedade democrática: Relatório Geral. Brasília, 1986, p.14.

²⁸ Vide Capítulo 2.

Inicialmente, estudamos os discursos do presidente Ernesto Geisel e do ministro Reis Velloso por ocasião do lançamento do II PBDCT e em seguida, apresentamos as falas do presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do presidente do CNPq, no período estudado (1975-79). Essas abordagens nos permitiram comparar as percepções de personagens que vivenciaram o mesmo período, e que desempenharam funções no mesmo escalão de governo, integrando o grupo que conviveu diretamente com os governantes da época, com a vantagem do acréscimo de um olhar externo ao CNPq, uma vez que a Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, também fazia parte do SINDCT. Na seqüência, trabalhamos com as falas de nossos sujeitos, os técnicos do CNPq, com a intenção de apreender suas representações sobre a importância do planejamento de C&T nos governos militares, analisando a incorporação e a reprodução das falas dos governantes e gestores a que estiveram vinculados institucionalmente.

O discurso dos governantes e a C&T Nacional

A elaboração do II PBDCT, assim como os demais planos, deve ser compreendida a partir da “crítica do estatuto social do documento” (BOURDIEU, 2001), que nos permite refletir sobre o estatuto social dos textos elaborados. Nesse sentido, os textos podem ser lidos sem maiores pretensões ou, então, podem ser considerados como instruções, ou seja, uma maneira de proceder, nos transportando diretamente para o estado da prática. Ainda, com Bourdieu (2001), é preciso atentar para a necessidade de existência da crença no valor do produto, para que o produto intelectual seja produzido, ou ainda, considerar a produção simultânea do universo da crença que permite que qualquer objeto cultural seja reconhecido enquanto tal.

No caso dos planos, especificamente do II PBDCT, estamos diante de um texto produzido a partir de uma ancoragem fortemente estabelecida na idéia de “C&T como motor do desenvolvimento econômico e social”, idéia essa construída, paulatinamente, no decorrer dos governos militares pós 1964 e que é atualizada pela fala do governante do período analisado, com sustentação na aceitação desse princípio como verdade. Ambos os discursos, do presidente Geisel e do ministro Reis Velloso, eram dirigidos a um público específico, àqueles que executavam as regras, as recomendações neles contidas, e as tomavam como diretrizes para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, ou seja, aos técnicos.

Esses, por sua vez, pautaram suas ações, aplicaram seu capital intelectual na concretização e materialização dessas diretrizes, que passaram a constituir os objetivos do campo de C&T no Brasil.

A análise das falas do presidente Geisel e do ministro Reis Velloso, na solenidade de lançamento do II PBDCT, realizada no CNPq, em 1976, permite a apreensão de como os discursos governamentais “fundaram” a importância da C&T para o desenvolvimento e *deram* origem a uma política pública para o setor. Trata-se de textos ditos por personagens com autoridade reconhecida socialmente, produzindo considerável efeito de convencimento, em função da predisposição existente nos grupos que se apropriaram desse discurso para direcionarem suas atividades profissionais no campo da C&T, mais especificamente *no* CNPq.

Os discursos dos governantes se apresentavam associados ao discurso jurídico (decretos, decretos-lei, leis), fazendo surgir para a existência o que *era* enunciado. Destacamos aqui o poder performativo do discurso, produzindo a representação coletiva reconhecida e, portanto, realizada (Bourdieu, 1998). Esse efeito de dominação simbólica, baseava-se na autoridade dos locutores, Presidente da República e ministro, advinda de atributos institucionais, constituindo a força performativa dos discursos.

Pronunciamento do Presidente da República, general Ernesto Geisel, na solenidade de lançamento do II PBDCT, em 31/03/1976:

Ao assinar este Decreto, que aprova o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, praticamente nada tenho a acrescentar ao sentido da explanação feita pelo ministro Reis Velloso. Acredito que ele tenha abordado, em todos os aspectos, os problemas relacionados à questão da pesquisa que nós desejamos solucionar há muitos anos. Mas, desejo ressaltar dois ou três pontos que me parecem fundamentais: Em primeiro lugar, o grande vulto dos recursos que vão ser aplicados. São muito superiores aos que, normalmente, vinham sendo atribuídos à pesquisa. E, evidentemente, a reunião desses recursos não foi feita com facilidade; ao contrário, **o somatório que se conseguiu colocar neste Plano resulta, sobretudo, do sacrifício de outros empreendimentos de que o País necessita. E foram alocados a este Plano, dado o caráter prioritário de que ele se reveste.** Vale dizer, pois, que **esses recursos têm que ser bem aplicados. Têm que ser aplicados com parcimônia e devidamente. Não podem ser esbanjados.** Em segundo lugar, dado o atraso em que o Brasil se encontra no campo da pesquisa, mesmo a científica, no sentido de suprir as nossas necessidades. Empregar esses meios naqueles setores mais vulneráveis que a nossa economia, a nossa vida social apresentam. E, por fim, **tudo o que vale neste Plano é a execução.** O Plano pode ser muito bonito; os recursos podem estar aí; se a

execução não for adequada, isto não dará resultado algum. **Acredito muito na execução, e a execução é fruto do valor dos homens. A crença que eles têm no problema, a dedicação que a ele devotam, a persistência no encontro das soluções** é que vão representar ou vão constituir, realmente, o êxito que nós esperamos deste Plano. Eu estou certo de que os homens que vão aplicá-lo, que vão gastar este dinheiro nos diferentes setores, nas empresas governamentais, na vida pública, na empresa privada, estão compenetrados dessas obrigações, dessas responsabilidades. **Nós não podemos decepcionar o Brasil** gastando este vulto de dinheiro e realizar um pequeno progresso na pesquisa. Acho que o progresso deverá ser grande, e assim o espero. (BRASIL, II PBDCT,1976, grifos nossos).

O representante máximo da Nação, por meio de uma fala direta, articulada na primeira pessoa, recomenda a boa aplicação dos recursos da C&T na solução dos problemas da sociedade. A idéia de C&T como redentora dos problemas nacionais, emerge no enunciado discursivo. A fala é direcionada àqueles que executarão o Plano, os técnicos, uma vez que “tudo o que vale no Plano é a execução” e a execução é relacionada ao valor dos homens e sua crença no problema, isto é, à sua competência e à incorporação necessária do discurso de que o desenvolvimento da C&T é a solução para os problemas da Nação. Nesse sentido, o valor dos homens é mensurado pela sua competência técnica, calcada na razão técnica, e o discurso competente²⁹ é a roupagem que a ciência assume na fala do governante, uma vez que os técnicos são os detentores dessa racionalidade que conduz, nesse período, a intervenção do Estado. Essa percepção remete à grande valorização do técnico nesse período e estes são chamados à responsabilidade frente aos resultados esperados – um grande progresso na pesquisa.

O mesmo tom pode ser acompanhado no discurso no ministro Reis Velloso³⁰, na mesma cerimônia de lançamento do II PBDCT, do qual destacamos e analisamos alguns fragmentos considerados mais significativos:

Logo no primeiro parágrafo, o ministro chamava a atenção para a soma de recursos investidos no setor, cerca de US\$ 2,5 bilhões, o que “significa, antes de tudo, que ciência e tecnologia são realmente coisa importante, no Brasil.”

²⁹ Ver Chauí, M. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981

³⁰ Ministro João Paulo dos Reis Velloso – Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em solenidade de lançamento do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT, em 31 de março de 1976.

No quinto parágrafo: “A orientação básica do II PBDCT é transformar a ciência e tecnologia em força motora do processo de desenvolvimento e modernização do País, industrial, econômica e socialmente. Trata-se, não de expandir um setor, mas de impulsionar uma nova fonte de dinamismo e transformação, a serviço dos objetivos da sociedade.” A ciência e a tecnologia passavam a representar o caminho do progresso e da modernização. A idéia fundamental era induzir o potencial econômico das empresas nacionais privadas, tornando-as competitivas frente às empresas estatais e as multinacionais, bem como fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para a ciência e tecnologia e garantir o desenvolvimento da competência tecnológica da empresa nacional. Todos os direcionamentos estavam justificados pelo objetivo de atender as demandas sociais.

O sexto parágrafo faz referência à existência de “falsos dilemas”. “Pesquisa fundamental, pesquisa aplicada e inovação tecnológica têm de andar de braços dados”- caso contrário seria desperdício. Explicita a posição do governo no que se refere à determinação de apoio à pesquisa aplicada e inovação tecnológica, em detrimento das posições da comunidade científica no sentido de privilegiar os investimentos em ciência, como vinha sendo feito pelo antigo Conselho Nacional de Pesquisas. A tônica era dada aos investimentos em tecnologia, a necessidade apresentada era de inovação tecnológica, portanto, tratava-se de uma sinalização clara, sem dilemas, onde o direcionamento da política e dos recursos estava dado.

No décimo segundo parágrafo, o ministro se dirigiu à comunidade científica, referindo-se à expansão de recursos que ora eram viabilizados para “a criação de condições adequadas de trabalho para o homem de pesquisa, além dos outros fatores que condicionam um clima geral favorável. “Máquinas ou prédios não fazem pesquisa, só o homem de primeira qualidade é quem faz”. Refere-se aos pesquisadores, concedendo-lhes a distinção de “homens de primeira qualidade” e, mais uma vez, os detentores do conhecimento técnico-científico são consagrados pelos governantes do período. A ciência, concebida como instrumento de ação, portadora da racionalidade em si, isenta, e portanto, neutra, presta suporte à legitimidade das ações de governo. Esses homens, portadores do saber científico, eram os que poderiam viabilizar os fundamentos inerentes ao desenvolvimento tecnológico. Tratava-se do reconhecimento dos governantes da importância da comunidade científica e a necessidade de sua colaboração para o alcance dos objetivos sinalizados.

O discurso, ao reconhecer as qualidades e competências intelectuais daqueles que convidava para participar de projetos oficiais, trazia submersa a política de cooptação, sem vínculos com qualquer participação representativa, uma vez que os convites de adesão aos projetos do governo eram feitos pessoalmente. A tática de sedução dos governantes baseava-se na vaidade pessoal dos cientistas, na aliança ideológica e no reconhecimento social e intelectual dos pares que a vida científica exige e prestigia independentemente de divergências.³¹

Considere-se ainda, a atmosfera de entendimento reinante entre o governo e parte da comunidade científica no período 1964-75, a despeito das perseguições, torturas e exílios.³²

O trigésimo parágrafo refere-se às soluções para problemas de bem-estar social em setores como nutrição, saúde, saneamento e educação, nos quais deveria agir a C&T. A ciência e tecnologia eram apresentadas como a via de solução para as questões sociais emergenciais e, acima de qualquer outro interesse era a superação desses problemas que justificava todos os investimentos no setor.

No fechamento de sua fala, o ministro reporta-se, ainda, ao CNPq como “órgão de coordenação do Sistema” e ressalta “a importância da participação [...] da comunidade dos homens de ciência e tecnologia para o bom êxito do Plano”. Na perspectiva do CNPq a fala do ministro é instituinte, é um ato de força simbólica que atribui à instituição uma essência, uma competência e, ao mesmo tempo, um direito de ser e um dever ser “órgão coordenador

³¹ Sobre a cooptação de cientistas para os projetos do governo ver: FERNANDES, A.M. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: EdUnB/ANPOCS/CNPq, 1990, p. 34.

³² Em julho de 1975, ao discursar em nome do governo na 27ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, o secretário do Planejamento Reis Velloso afirmava que o primeiro ano da administração Geisel havia marcado de forma decisiva a aproximação do governo com a comunidade dos cientistas e homens de cultura. O ministro salientava, como pontos destacados dessa aproximação, de um lado a audiência que o presidente da República dera à direção da SBPC e, de outro as contribuições da SBPC na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o qual estariam destinados em tres anos 40 bilhões de cruzeiros, o dobro do orçamento anterior. Comparando o discurso do secretário de governo com o presidente da SBPC a revista **Ciência e Cultura**, órgão oficial da sociedade dos cientistas, dizia que, nos dois, "a tônica foi, no geral, a mesma e a linguagem muito parecida". As afinidades eram tantas que, em uma reunião de diretoria, ainda em Belo Horizonte uma ala mais desconfiada da direção da Sociedade manifestou sua preocupação com a excessiva ligação de seus dirigentes com o poder. A CIÊNCIA LONGE DO PODER. In: A CIÊNCIA E O PODER. **Reunião da SBPC, 29**. São Paulo: Edições S/A, jul.1977, 3.

do Sistema”. Tal atribuição significava verdadeira “distinção” no campo da C&T, cujos reflexos incidiram diretamente na elevação do status social dos técnicos do CNPq.³³

Na Exposição de Motivos nº. 053/76, de 31 de março de 1976, o ministro Reis Velloso encaminha o documento do II PBDCT ao Presidente da República, ressaltando que sua elaboração realizou-se “mediante ação conjunta de todos os ministérios com responsabilidades nesse campo, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, assessorada, especialmente quanto aos aspectos de natureza técnica, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.” No texto, destaca-se a coordenação política do processo de elaboração do Plano pela Secretaria de Planejamento, ou seja, pela autoridade do ministro Reis Velloso e a atuação técnica do CNPq.

Da análise, podemos evidenciar que o discurso do II PBDCT é direcionado especificamente para a regulamentação e instrução do campo de C&T criado com a estruturação do SNDCT reconfiguração do CNPq em 1974. Como ficará claro na análise dos discursos apresentados no decorrer deste Capítulo, o plano não alcançou o êxito esperado, o SNDCT não se constituiu com a integração ambicionada e, tampouco, o CNPq conseguiu se estabelecer como o coordenador do sistema. Por maior que tenha sido o poder performativo dos discursos é preciso considerar, também, algumas especificidades relativas aos modos de apropriação dessas falas, desses textos, o que nos leva a pensar em apropriações, na perspectiva das práticas culturais, uma vez que os textos não são totalmente aculturantes, nem tampouco completamente eficazes na moldagem de pensamentos e condutas dos indivíduos. É necessário considerar com Chartier, que as práticas geram usos ou representações imprevisíveis para os produtores dos discursos e das normas. “A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação”. (CHARTIER, 2004, p.14).

Tal constatação nos permite perceber, também, uma história das práticas construída a partir das diferentes representações elaboradas pelos indivíduos, a partir dos discursos instituintes, e a considerar a complexidade das relações, mais ou menos opressivas e impositivas nesse período, e das identidades afirmadas dos sujeitos. Nesse sentido, as falas dos técnicos se apresentam como verdadeiras “janelas” que nos permitem analisar as

³³ Esse fato será abordado na fala dos técnicos do CNPq referente ao subtema “Perfil e Status do Técnico”.

representações resultantes das diferentes formas de apropriação que os técnicos do CNPq desenvolveram nas atividades relacionadas com a execução dos planos e com os procedimentos de acompanhamento e avaliação que deram vida à instituição nesse período.

Uma fala externa ao CNPq: O presidente da Fundação Oswaldo Cruz no período 1975-1979³⁴.

No sentido de proporcionar percepções provenientes de lugares de fala diferenciados no Sistema de C&T efetivado no governo Geisel julgamos interessante apresentar, também, a entrevista de outro representante de instituição integrante do Sistema, que não o CNPq, uma vez que este último será o foco principal das análises posteriores. Trata-se do presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no período 1975-1979, Vinícius da Fonseca, que assim como o primeiro presidente do CNPq, José Dion, também fazia parte do grupo técnico executivo ligado ao ministro Reis Velloso. O depoimento nos proporciona o olhar de um observador externo ao CNPq e, ao mesmo tempo, participante do mesmo sistema político, mas com atribuições específicas de impulsionar o desenvolvimento de C&T no setor da saúde.

A fala de Vinícius da Fonseca revela a percepção de um técnico que, como muitos outros, assumiu cargo executivo de gestão em instituição pertencente ao SNDCT no período 1975-1979, no governo Geisel, onde C&T era tida como fator determinante de desenvolvimento econômico para o País, e proporciona detalhes sobre a constituição do “campo” de C&T no Brasil.

[...] Sobre o planejamento de ciência e tecnologia no governo Geisel... [vou-me] referir ao sistema de governo na época. O sistema, que vinha de alguns anos atrás, estava baseado na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), o órgão de Planejamento e Coordenação Geral que foi sucedido pelo Ministério do Planejamento. Dentro desse Ministério do Planejamento, a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico foi desenvolvida a um ponto muito integrado, articulado e muito bem proposto em termos de financiamento. Tenho a impressão de que foi um período, no Brasil, em que se dedicou a maior parcela de recursos à política de desenvolvimento científico e tecnológico... (FONSECA, 1995).

³⁴ Depoimento concedido à Casa de Oswaldo Cruz, em entrevista realizada por Nara Azevedo e Wanda Hamilton, de junho a outubro de 1995, no Rio de Janeiro. A íntegra deste depoimento encontra-se no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, à Av. Brasil, 4036 sala 602, e integra o projeto Memória de Manguinhos, constituído de um acervo de cerca de quatrocentas horas de entrevistas com cientistas, administradores e técnicos da Fiocruz.

O governo Geisel é reconhecido por ter promovido o maior investimento em C&T no Brasil, como decorrência de uma mudança de postura de governo em relação ao desenvolvimento, que acompanhava uma nova tendência mundial do pós-guerra concebida à luz do critério tecnológico. A importância da C&T que emerge do imaginário da Guerra Fria,³⁵ substituiu o conceito de desenvolvimento econômico fundado na acumulação de capital, que dominava a política desde o governo de Vargas, pela nova concepção moldada à luz do critério do desenvolvimento tecnológico.

[...] Não havia distinção [no destino dos recursos para a universidade e para as empresas] porque era muito maior o apoio à pesquisa acadêmica, universitária. Não havia no empresariado brasileiro consciência da necessidade de desenvolver tecnologias próprias. O pouco que se tinha era comprado, antigo e obsoleto. Mas eu diria que, além desse aspecto de fomento à pesquisa científica e tecnológica, houve também uma postura nova que acompanhou o pensamento mundial no sentido de dar uma versão um tanto diferente ao próprio conceito de desenvolvimento econômico das teorias clássicas, baseado, fundamentalmente, no desenvolvimento do capital. Esse conceito teórico de desenvolvimento econômico dominou a política de concentração de renda que vinha sendo implementada desde o governo de Getúlio Vargas (FONSECA, 1995).

A tecnologia é percebida como fator de dominação na perspectiva do imaginário da Guerra Fria:

[...] Creio que depois da década de 1950, quando o mundo começou a perceber e a evidenciar a dicotomia entre o mundo pobre e o mundo rico, entre o Sul e o Norte, surgiu uma outra visão do que estava realmente na base do desenvolvimento econômico. A história do crescimento de países desenvolvidos passou a ser reexaminada à luz do critério tecnológico...[um país enriquece] porque ele desenvolve e domina uma tecnologia. Anteriormente à guerra, não se tinha consciência de que haviam dois mundos. No pós-guerra, com a primeira reunião dos países na Organização das Nações Unidas (ONU), é que se começou a ver: de um lado, os Estados Unidos, do outro, a Índia; de um lado, a Inglaterra, do outro, a Libéria. A ONU foi um ponto de encontro e de discussão. De repente, o mundo deparou-se com órgãos econômicos como, por exemplo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que começou a encarar o problema do desenvolvimento econômico nas áreas pobres da América Latina. Estou dizendo coisas que são sabidas, mas quero rememorar por que este conceito passou a ser cada vez mais importante e a tecnologia encarada como um fator decisivo.

[...]Dentro do próprio governo brasileiro, havia correntes ortodoxas, monetaristas, como a do Eugênio Gudim, que tinha uma visão antiga. Para ele, o problema eram os instrumentos monetários e fiscais, a tecnologia era um elemento secundário que poderia ser comprado. Os pensadores de acordo com a tendência da tecnologia apareceram nos governos militares. Esta visão passou a vigorar a partir de Castelo Branco, mas, sobretudo, Costa e Silva, e fundamentalmente, Geisel. E eu diria que

³⁵ Ver Capítulo 2.

uma das pessoas mais importantes foi João Paulo dos Reis Velloso. Num fórum de debates na Câmara dos Deputados, ele disse: "A melhor forma de manter um país permanentemente subdesenvolvido é entregar-lhe sempre uma tecnologia pronta e acabada, que ele tenha apenas de usar." Creio que isso caracteriza bem uma visão nova. Você não pode estar comprando tecnologia. Tecnologia se aprende, se faz, não se importa. [...] Essa opinião era partilhada até por adversários ideológicos e políticos do Reis Velloso, como Celso Furtado. Todos estávamos de acordo porque estudávamos o desenvolvimento econômico e o fator decisivo não era mais somente o capital, como eu falei, mas a tecnologia.(FONSECA,1995).

O objetivo de desenvolvimento e a integração do governo com o pensamento mundial, que girava em torno do desenvolvimento tecnológico, é ressaltado devido a importância da C&T passa a justificar as ações do governo militar na economia (período Geisel). O domínio tecnológico assegurava o domínio econômico mundial e essa percepção era referenciada, explicitamente, nos governos militares de Castelo Branco, Costa e Silva e “fundamentalmente Geisel”, onde o homem que fazia tecnologia era o homem de qualidade, como vimos. O desenvolvimento tecnológico é concebido como solução para os problemas nacionais, “sobretudo social”, e de integração à uma elite afinada com o pensamento mundial. A fala é reforçada pela estratégia de ancoragem na perspectiva semelhante de Celso Furtado, adversário político e ideológico do governo militar.

[...] Quem domina a tecnologia, domina o mundo, domina a economia. Eu acho que era uma questão de sensibilidade política e, sobretudo, social. As pessoas voltadas para o problema do desenvolvimento brasileiro — como Reis Velloso, eu, e vários outros — estavam integradas num governo que tinha como objetivo central desenvolver o país. Era um problema e um desafio para todos nós. Realmente era uma paixão. Estávamos afinados com o pensamento mundial e esse pensamento levava para o problema da tecnologia. (FONSECA, 1995)

O Ministério do Planejamento é percebido como uma ampliação da extinta Secretaria e uma forma de dar força ao processo nacional de desenvolvimento da ciência e tecnologia como política nacionalista e como parte da demanda social. Embora haja uma interpretação geral no campo da C&T de que o CNPq teria perdido força política e “status quo” por ter sido incluído em um terceiro escalão³⁶, percebe-se que o entrevistado se refere ao poder pessoal do ministro Velloso e a importância dada ao planejamento de C&T.

É possível observarmos a relação do local versus o global a partir da qual afirma que a ciência é universal, mas destaca que a ciência e a tecnologia nacionais devem ser preservadas

³⁶ Ver FERNANDES, A.M. A Construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: UnB/ANPOCS/CNPq, 1990.

numa perspectiva nacionalista de desenvolvimento tecnológico, o que, de certa forma, indica o caráter político da produção do conhecimento.

[...] A Secretaria de Planejamento era o ponto focal disso. Ela liderava de tal maneira que o sistema de desenvolvimento científico e tecnológico terminou passando para Ministério do Planejamento. O ministério formulou a visão global do problema sob a ótica do desenvolvimento auto-sustentável, uma expressão muito usada na época, que representava dar força ao processo nacional de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Eu diria que foi, sem dúvida, uma política nacionalista, se quisermos usar esse termo. Tínhamos consciência de que a ciência é universal, mas existe uma ciência e uma tecnologia nacionais, que são preservadas em qualquer país, e não podem ficar dependentes de uma soberania externa ou de uma empresa privada do exterior. É preciso fazer esse esforço para obter autonomia tecnológica e científica na visão de que foram os avanços tecnológicos que permitiram aos países hoje ricos se desenvolverem. É a demanda tecnológica que provoca o crescimento científico. Ou seja, não se faz ciência bizantina, não existe sexo dos anjos. Um cientista puro não é mais nem menos do que fruto de uma demanda global da sociedade. Ele pode até não saber que faz parte de um contexto, mas ele faz. Ele não pode de repente imaginar que vai estudar o sexo dos habitantes de Marte. Por que o cientista não estuda o sexo dos habitantes de Marte? Porque não corresponde a nenhuma necessidade social. O ser humano é social por excelência (FONSECA, 1995).

A necessidade de desenvolver tecnologia é colocada como o cerne do desenvolvimento científico. Observa-se aí a crítica à ciência livre (ciência pela ciência) e ao cientista puro, uma vez que os cientistas deveriam estar comprometidos com as demandas sociais ou, ainda, com a política de governo que expressaria essa demanda social. A estruturação do sistema de C&T no governo Geisel é percebida como decisão política, em função da existência de uma corrente dentro do governo que se opunha aos militares “linha dura”, o grupo vinculado ao planejamento de C&T, ou seja, a equipe de Reis Velloso, da qual o entrevistado fazia parte. A identificação pessoal como pertencente ao grupo traduz uma justificativa para o envolvimento com um governo ditatorial como o de Geisel.

[...] Os militares fizeram um governo para consolidar o movimento militar, mas com vistas a repassar o poder aos civis após o governo Castelo Branco. No governo Costa e Silva, os militares disseram que não iam entregar o poder. Essa foi a outra face, que continuou com Médici. Mas havia, evidentemente, uma opinião dentro e fora do governo que não estava de acordo com esse lado exclusivamente militar do Brasil como potência nacional: "ame-o ou deixe-o". Havia uma linha no governo que pensava diferente. Achava que tudo isso era muito bonito para parada militar e que era preciso consolidar uma estrutura de produção interna, não baseada apenas no aumento da capitalização. Era necessário ter domínio tecnológico. Acredito que o Brasil nunca teve até então uma política de ciência e tecnologia tão explícita, tão bem montada. Na verdade, foi no governo Geisel que se montou uma estrutura de ciência e tecnologia com um programa e com a participação dos órgãos de ciência e tecnologia, das universidades, dos congressistas, enfim, dos formadores de opinião e do governo. Era uma decisão política (FONSECA, 1995).

No fragmento seguinte, a noção de sentimento público do governante é enaltecida e associada à sua capacidade de tomar decisões políticas.

[...] Creio que Geisel tinha uma noção de sentimento público muito forte. Ele era um homem que tinha uma missão militar a cumprir. Tinha recebido uma missão social, mas ele via isso com olhos militares. Ele tinha uma formação muito ampla, e um passado de experiência na Petrobras (FONSECA, 1995).

O “sentimento público” surge de sua “missão militar e social” e o governante é percebido pela perspectiva weberiana de um dominador carismático, como um missionário que, a partir de uma visão militar, redimiria as injustiças sociais.

O prestígio consagrado ao CNPq, pela presença do presidente Geisel no lançamento do II PBDCT na instituição, é percebido como inédito no Brasil e permite a interpretação de que a ampliação da atuação do CNPq, bem como o aumento de recursos para o campo da C&T, estaria relacionada à influência direta de Reis Velloso sobre o presidente Geisel. A fala consagra o ministro como o articulador da política e do planejamento de C&T.

[...] Ele fez reuniões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coisa inédita no Brasil. Ele tinha essa predisposição, embora eu acredite que ficou influenciado pelo convívio próximo com o Reis Velloso, com esse pensamento. [A política de ciência e tecnologia foi articulada] basicamente pelo Ministério do Planejamento, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FONSECA, 1995).

A ampliação da atuação do CNPq é considerada uma atitude política, bem como o aumento dos recursos para o financiamento de pesquisas e formação de recursos humanos é visto como decorrência da atuação pessoal do ministro Velloso. A visão de que a ligação direta do CNPq à Presidência da República não lhe garantiria, até então, recursos nem prestígio, reforça a percepção do poder de que era dotado o ministro .

[...] O CNPq, órgão vinculado diretamente ao presidente da República, tinha uma atuação relativamente pequena. Passou a ser vinculado ao Ministério do Planejamento e a ter uma expressão muito maior do que no passado, por uma razão: teve muito mais dinheiro... (FONSECA, 1995).

É possível mensurarmos a importância da ciência e tecnologia no período, pela inclusão de recursos específicos para o setor no orçamento federal, a partir da expansão das competências do ministro Velloso.

[...] No orçamento da União houve um item específico para ciência e tecnologia. Até o governo Geisel, era o Ministério da Fazenda que controlava o orçamento e a execução financeira. Ficávamos do lado de fora e, na hora agá, quem resolvia eram os outros. Por isso houve uma reformulação: o Banco Central, o CNPq, a estrutura de informação, de controle orçamentário, financeiro e de execução passaram para o Ministério do Planejamento. Foi Geisel quem implantou isso... O Ministério do Planejamento, de certa forma, mandava bastante no país porque quem manda no orçamento manda à beça. E o ministro do Planejamento conseguiu uma situação privilegiada, ele ficava junto do presidente (FONSECA, 1995).

Tal deslocamento do poder promoveu o aumento do prestígio dos técnicos nas tomadas de decisões políticas, devido a maior autonomia do Planejamento. O poder do ministro Velloso é novamente reforçado na expressão “manda à beça”, bem como sua influência sobre o presidente. O ministro representou o poder-saber e, portanto, o prestígio do técnico no sistema, mas o crédito das medidas executadas é sempre imputado ao Presidente da República.

[Sobre a força política do Reis Velloso]... no governo militar, força política era força intelectual. Houve, já se disse isso tantas vezes, mas é bom a gente repetir, a famosa tecnocracia misturada com o militar. Os militares buscavam nos tecnocratas a capacidade intelectual que lhes desse o embasamento de que precisavam. E, realmente, criaram uma estrutura de trabalho muito boa que permitiu a nós civis desenvolver nossas idéias: tínhamos liberdade de falar e de pensar... (FONSECA, V., 1995).

O conhecimento técnico e a capacidade intelectual são apresentados como força política, uma vez que os militares precisavam do conhecimento especializado para embasar os seus projetos, de onde decorre a grande valorização e o prestígio concedidos aos técnicos. A estrutura de trabalho criada, que dava aos civis liberdade de pensar e falar evidencia o espaço diferenciado das atividades técnicas no sistema, permitindo a constatação de que o termo “tecnocracia” não apresentava qualquer sentido pejorativo no contexto da fala, isto é, no período 1975-79. Ao contrário, o entrevistado ressalta com orgulho a importância do papel técnico desempenhado naquele período, fundado na percepção do poder do saber fazer no campo da C&T. Sua fala, enquanto técnico em cargo de gestão, incorpora e reproduz os discursos dos governantes relativos a importância conferida à C&T e ao SINDCT para o desenvolvimento nacional.

Como apresentado no Capítulo 2, a partir de 1974 o CNPq passou por uma profunda reestruturação. A transformação do Conselho Nacional de Pesquisas no atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ocorreu na gestão do engenheiro José Dion de Melo Teles, por meio da Lei nº. 6.129, de 6 de novembro de 1974, que alterou a personalidade jurídica da instituição, transformando-a de autarquia diretamente subordinada à Presidência da República, em fundação de direito privado vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Trata-se do momento de estruturação de uma sofisticada aparelhagem do Estado forjada no início da década de 1970, que deu origem ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), então percebido como alavanca do desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, um dos principais objetivos da gestão de José Dion, ao lado da reestruturação do CNPq, foi o de dotá-lo de uma infra-estrutura física e organizacional que permitisse o efetivo cumprimento de seu novo papel de coordenador do SNDCT e por consequência, coordenador do campo de C&T.

Os deslocamentos e a concentração de forças políticas no campo é percebida a partir da fala de José Dion, que passamos a analisar.

4.1.1 Gestão José Dion de Melo Teles – presidente do CNPq no período 1975-1979



Foto 6 - José Dion de Melo Teles

José Dion de Melo Teles é engenheiro em eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), foi presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e presidente do CNPq. Seu percurso profissional foi desenhado por meio de uma rede de relações políticas e pessoais, que lhe permitiram compartilhar do prestígio e

do poder que irradiava do grupo mais poderoso do governo Geisel: o grupo do planejamento, liderado pelo ministro João Paulo dos Reis Velloso.

[...] E eu estava nisso, quando o **Ministro Velloso começou a me fazer consultas pertinentes a um plano ambicioso**, de introduzir tecnologia num contexto de preocupações de desenvolvimento nacional. Não mais uma coisa digamos... retórica, mas, em cima de necessidades prementes, pelo **esgotamento do círculo de substituição de importação**, de produtos importados. Era preciso gerar no Brasil uma capacidade tecnológica que, por exemplo, **fizesse o país mais capaz de produzir** as suas próprias vacinas, os seus fertilizantes, produtos de bens duráveis, derivados de aço e, mesmo a ambição de chegar a alguma coisa no domínio da informática. A colocação era algo genérica demais ainda, e em diversas consultas nós interagimos. Eu gosto muito do Ministro **Velloso, tenho um enorme respeito por ele...** (CADION, 2007, grifos nossos).

A origem das importantes relações políticas mantidas com o governo militar e a ligação com Delfim Neto, que se tornou ministro em 1967 (governo Costa e Silva) é ressaltada no arranjo de forças no campo que o leva a ser indicado, sucessivamente, para altos cargos em órgãos técnicos, evidenciando a existência de uma grande rede de relacionamentos políticos e pessoais. A relação íntima, de confiança, com o ministro Velloso, que o recomendou ao presidente Geisel, possibilitou sua participação na concepção das políticas em C&T, do período.

[...] Devido à **convivência com professores, cientistas**, com a FAPESP, pelo conhecimento que tive com o professor Delfim Neto, fui convidado a ajudar na modernização da administração do Estado de São Paulo, na Comissão de Reforma Administrativa, **quando Delfim tornou-se ministro**, em 1967. A partir daí **fui nomeado superintendente do SERPRO**, e isso acabou fazendo com que eu viesse a ser o primeiro presidente do órgão, realmente numa fase de crescimento mesmo. Ao fim dessa fase do governo Médici, fui convidado para ir para a Companhia de Seguros Atlântida Boa Vista, num grande projeto de fusão do sistema de seguros, sistema bancário do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e a Seguradora Sul América. [...] Quando o **Delfim era Ministro da Fazenda, Velloso era Ministro do Planejamento e eu, de certo modo, funcionei como ponte para uma série de assuntos**, sobretudo, o quando caía no domínio do planejamento acoplado ao desenvolvimento nacional, com base tecnológica. Então, esse relacionamento era muito sólido e era muito natural que ele se voltasse para mim, quase que como continuidade de um relacionamento de busca de caminhos para responder a essa nova demanda, esse novo desafio. É interessante notar que, à época, já havia o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND e daí deveria ser decalcado o segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- II PBDCT (CADION, 2007, grifos nossos).

José Dion se apresenta como um técnico, sem qualquer pretensão de ser pesquisador, pois isso não o legitimava como competente. Um técnico com experiência de gestão e tato político adquirido na convivência com cientistas, era o perfil híbrido que os governantes precisavam para promover a reestruturação do CNPq.

[...] Lembro bem que, a certa altura, o Velloso deve ter falado com o presidente Geisel sobre a dificuldade de encontrar uma **espécie de perfil híbrido**, capaz de conversar e respeitar valores, princípios de um cientista puro... saber dialogar com este seguimento social e ao mesmo tempo conversar com os empresários [...] Isso levou o presidente Geisel, certo dia, a telefonar para o Antonio Carlos Almeida Braga, presidente da Atlântica Boa Vista, que me procurou e, do jeito dele, sempre muito direto e muito espontâneo, disse: “Paixão”!ele chamava todo mundo de “paixão”. ““Paixão”, o **“alemão” quer que você vá trabalhar lá, com ele**”. Falei: “o que é isso Braga?”. Ele disse: “É, o presidente Geisel telefonou dizendo que quer que você vá dar uma colaboração para o governo”. “Mas não, Braga, eu estou muito bem aqui, não tenho isso como plano de vida no momento, eu vim para uma obra aqui e estou gostando”, e ele disse: “Mas não, nós **não podemos negar ao presidente Geisel**, você vai e você volta para cá”. Para você imaginar eu devo ter ido para o CNPq ganhando algo como um quarto do que eu ganhava no setor privado. Mas era um **chamamento muito, muito apaixonante**... (CADION, 2007, grifos nossos).

O discurso da importância da C&T para o desenvolvimento nacional é incorporado e reproduzido com convicção na fala do entrevistado, ao tempo em que reforça sua identificação com a cúpula dos governantes e afirma sua legitimidade “técnica” por ter sido escolhido para a presidência do CNPq. Quando assumiu o CNPq já existia a diretriz no II PND, que deveria ser detalhada em ações políticas no II PBDCT.

O ministro Velloso é novamente invocado como o personagem central na concepção das políticas para o campo da C&T com base no planejamento para o desenvolvimento, o que reforça a nova visão de país mencionada em depoimentos anteriores. O entrevistado procura legitimar sua fala através do reforço na relação de proximidade com o ministro, exemplificando o “espírito de desenvolvimento e de desprendimento”, que fez com que ele deixasse um salário quatro vezes maior no setor privado, para aceitar o cargo no CNPq.

O cargo no CNPq percebido como um desafio, na perspectiva de construção de uma nova nação e de ter seu nome vinculado a concepção das políticas de um campo tido como prioritário, pelo governo. Um chamamento bem-vindo tanto pela ótica institucional como pessoal.

O desenvolvimento da C&T como alavanca para impulsionar o País é considerado um “sonho” das décadas de 1970 e 1980 e os governos militares têm o mérito reconhecido pela visão estratégica da importância dada ao campo, apesar dos problemas políticos. Novamente, a figura do ministro Reis Velloso é reconhecida pelo poder e pela confiança no planejamento como instrumento para ordenar o desenvolvimento. A prática do planejamento é concebida

como direcionada para a ação governamental efetiva e não para a mera produção de documentos.

[...]Olha...tinha esse sonho das décadas de 70 e 80, de montar realmente um **sistema eficiente de desenvolvimento científico e tecnológico no país**, de modo que a ciência e tecnologia fossem utilizados como poderosas alavancas para impulsionar a modernização do país.

[...]Eu acho que os governos militares tinham uma série de defeitos, perseguiram muitos intelectuais sem necessidade. Mas, por outro lado, acho que tinham uma **melhor visão estratégica** sobre a importância da ciência e tecnologia. Alguns dirigentes daquela época tiveram muita influência, como o Ministro Delfim Neto e o Reis Velloso. Eles tinham muito **poder para executar as coisas**. O Reis Velloso, por exemplo, era uma pessoa que acreditava no **planejamento**, como instrumento para ordenar o desenvolvimento. O Delfim Neto já não deu a mesma ênfase. Mas eu acho que o planejamento é uma coisa essencial. **Não se deve confundir planejamento com produção de documentos**. (CABID, 2006, grifos nossos)

O profundo envolvimento com o discurso governamental leva o sujeito a considerar as propostas de desenvolvimento de C&T como “um sonho”.

Nesse período é evidenciada a montagem de sofisticada estrutura, em torno da valorização da C&T:

[...] O Dion, que era **homem de confiança do Reis Velloso**, veio ser presidente do CNPq. Então ele vinha com aquela experiência de um cara vitorioso no sentido de ser um **organizador e modernizador** de um aspecto **da máquina estatal. Foi para o CNPq com essa missão**, agora, na área de ciência e tecnologia. [...] O Pelúcio, que era um homem comprovadamente competente, e também ligado ao Reis Velloso, era o Presidente da FINEP que, como eu disse para você, era um fundo na sua origem, um fundo de financiamento que o Pelúcio tinha criado dentro do BNDES, BNDE na época³⁷. E esse fundo tornou-se tão sólido, tão forte, tão estruturado, que se transformou na FINEP que aí está, até hoje. O Pelúcio que tinha criado e administrava o Fundo, dentro do BNDE, ficou como Presidente da **FINEP**, mas o Reis Velloso o nomeou também Vice-Presidente do **CNPq**. Então, Pelúcio era Presidente da FINEP e Vice-Presidente do CNPq. **As duas instituições teriam que trabalhar em harmonia**; e de certa maneira trabalharam, nesse período que vai de 75 a 80. Então, o CNPq se equipou para levar adiante sua missão.

[...]Eu acho que dois presidentes [do Brasil] chegaram a formular um **projeto nacional**, em dois momentos da história brasileira. Eu acho que o primeiro foi **Getúlio**. Ele montou naquele período, primeiro de 30 a 45, saiu, voltou, e emendou um projeto até mais estruturado do que antes, e tão bem estruturado que o derrubaram de novo e ele teve que morrer. Mas... era um projeto de criação da Petrobrás, de domínio da infra-estrutura, de energética, tinha a Eletrobrás, etc. Bom, o outro foi o **Geisel. Não foi o regime militar, foi o Geisel.**” [*menciona Peter Evans*] O CNPq era o órgão que orquestrava isso juntamente com a FINEP. O CNPq tinha uma função, a FINEP continuava como financiadora do Plano, mas o CNPq tinha uma posição

³⁷ BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952)
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

política, que o levou a ser um organismo juntamente com a FINEP da montagem do segundo PBDCT, que era o detalhamento do capítulo de ciência e tecnologia do segundo PND. **Eu me lembro que nós montamos o Programa, eu peguei a parte final da montagem do Programa.** Mas era uma idéia de fazer um negócio bem abrangente[...]Me lembro que **o Geisel foi ao CNPq no lançamento do livro, do documento,[refere-se ao II PBDCT] ele assinou no CNPq.** E ele fez um discurso, e esse discurso está transcrito no volume vermelhinho do PBDCT. Aonde em um discurso preciso ele diz: “foi um grande sacrifício trazer esse dinheiro, é preciso gastar corretamente, ver os resultados, mudar o rumo”. Ele deu a regra do acompanhamento e da avaliação. Naquele estilo imperial, eu vi, aquele **estilo imperial, alemão** e tal, era um homem que sabia dar ordens...Bom, e isso era verdade, o Geisel era um alemão, um homem de formação alemã, não tinha jeito. O Geisel chegou assim, na frente de todo mundo, e tinha autoridades de todos os ministérios: “Vocês gastem esse dinheiro corretamente [o narrador aponta o dedo indicador e o balança no ar], porque foi um grande sacrifício juntar e fazer esse orçamento”, já foi estabelecendo, e isso cabia também ao CNPq. Aí foi lançado o plano. (CABCRA, 2006, grifos nossos).

A competência técnica e a legitimidade política do presidente do CNPq à época, José Dion, é reconhecida junto ao governo militar. Mais uma vez surge a idéia da existência de um grupo de grande competência técnica e política, ligado ao ministro Velloso, com a incumbência de organizar e modernizar a máquina estatal na área de ciência e tecnologia, com o apoio de Pelúcio.³⁸O período é marcado pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (FNDCT), que se tornou tão sólido e estruturado, que se transformou na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que juntamente com o CNPq formava a grande parceria de financiamento da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. A articulação precisa entre as duas agências era garantida pela estratégia de Pelúcio em ser presidente da FINEP e vice-presidente do CNPq, revelando a irradiação da autoridade do Executivo através da equipe técnica do planejamento.

O CNPq detinha a função política de coordenar o SNDCT, e a FINEP a função de administrar os recursos do Fundo. A delimitação do período indica também a época em que houve harmonia entre as duas instituições. Após 1980, a convivência entre os dois órgãos passou a ser de concorrência. Tal comentário é confirmado mais adiante pela falas de CABCBQ e CALYN.

Neste campo discursivo, os ex-presidentes Getúlio Vargas e Geisel aparecem como os únicos governantes que formularam um projeto de nação. Em referência ao presidente Geisel, a existência de um projeto nacional é vinculada à sua pessoa e não ao regime militar, ponto *de*

³⁸ José Pelúcio Ferreira. Ver: FERRARI, A. F. José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil. Brasília:Paralelo 15/CAPES, 2001.

vista apoiado no autor Peter Evans,³⁹ que considera a existência de um tripé de sustentação do País e que estava descrito no PND: as multinacionais, o Estado e a empresa estatal. A construção de um Estado forte por Geisel e a valorização do capital nacional, que não “deixava a coisa por conta do mercado” são destacados, e o PND é percebido como “força” que induz o Estado a fornecer recursos para o desenvolvimento da competência nacional em tecnologia, onde CNPq e FINEP orquestravam forças institucionais envolvidas com o desenvolvimento da pesquisa. A fala do sujeito estabelece a relação entre a existência de políticas nacionais estruturadas e o Estado autoritário.

O planejamento é considerado como instrumento de fortalecimento da pesquisa e a elaboração do II PND e montagem do II PBDCT são consideradas de grande importância técnica e política, uma vez que o CNPq era responsável pelo detalhamento do capítulo de C&T do PND. A ida do presidente Geisel ao CNPq por ocasião do lançamento do Plano é colocada em evidência em função do prestígio político conferido ao Órgão (reforçando o depoimento de Vinícius da Fonseca, da Fiocruz). A presença do presidente é percebida como um legado, uma vez que as diretrizes estabelecidas no plano são validadas por seu discurso, ganham força institucional e política.

A figura do governante é relacionada ao tom de austeridade do Plano, e autoridade política reconhecida ao dar a regra do acompanhamento e da avaliação. A percepção da força política que tinha o CNPq associada ao discurso do presidente no lançamento do PBDCT validou o deslocamento político na direção do desenvolvimento da ciência e tecnologia e reforçou a participação dos técnicos no processo de elaboração e acompanhamento do planejamento nacional. Trata-se da representação da imagem do dignitário do Estado conferindo status ao CNPq.

A importância da equipe de planejamento do ministro Reis Velloso na elaboração da política de C&T no período, é novamente objeto de comentário:

[. ..]O **Dion era um braço direito do João Paulo dos Reis Velloso**. Ele tinha uma entrada muito boa porque o **Dion era um cara muito inteligente**, um engenheiro formado pelo ITA, um cara que tem uma visão, que já tinha feito a montagem da

³⁹ EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro:Zahar, 1980.

COBRA⁴⁰, tinha feito uma série de coisas em função e em prol da ciência e da tecnologia. E o João Paulo...buscou nele a complementação porque o João Paulo também é um cara muito inteligente, um cara muito capaz. e está aí até hoje fazendo na área... todo grande seminário de ciência e tecnologia e desenvolvimento é feito pelo João Paulo, certo?! (CAEUR,2007, grifos nossos).

O presidente do CNPq José Dion é percebido como homem inteligente e de visão, com boa relação junto ao governo, uma vez pertencer ao grupo do ministro Velloso, evidenciando, além do suporte político, sua legitimidade técnica. A fala do entrevistado procura demonstrar alguma intimidade com o poder, referindo-se ao ministro pelo primeiro nome.

Consideramos interessante incorporar na análise uma fala de Crodowaldo Pavan, importante representante da comunidade científica⁴¹ e ex-presidente do CNPq na Nova República, sobre a percepção da relação dos governos militares com a política de C&T:

[...]Os **militares - não se pode negar** – desempenharam um papel importante no desenvolvimento científico brasileiro. Eles **acreditavam na importância da ciência e em nossos cientistas. Infelizmente, cometeram torturas** e perseguições contra vários dos nossos intelectuais, deixando uma grave marca negativa que não será esquecida tão cedo... (PAVAN, 2002, p. 402, grifos nossos).⁴²

A fala reforça outros depoimentos sobre a importância dos militares para o desenvolvimento da C&T nacional e atribui a marca negativa dos governos às perseguições e torturas deixando a percepção de que o problema dos militares não era o autoritarismo, mas as perseguições e as torturas. Os governos militares são valorizados pelo crédito concedido à comunidade científica.

O reconhecimento da atuação dos militares no desenvolvimento da C&T, como maior que em outro governo qualquer é reforçado. A demanda por conhecimento especializado para projetos definidos conferia poder ao técnico, o poder do saber fazer. A referência à existência de demandas claras reporta às diretrizes definidas pelo planejamento, onde a atuação dos militares é considerada de vanguarda.

⁴⁰ COBRA – Computadores do Brasil. Fundada em 1974 foi a primeira empresa a desenvolver, produzir e comercializar tecnologia genuinamente nacional, no segmento de informática. Atualmente empresa COBRA Tecnologia

⁴¹ Ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

⁴²Entrevista concedida à Shozo Motoyama e equipe in: 50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes. São Paulo:FAPESP, 2002.

[...] Com todas as **restrições** que a gente pode fazer com relação aos militares, uma área que **eles tiveram uma atuação com resultados muito mais importantes do que todos os outros governos juntos foi justamente a de C&T**. Eles acreditavam nisso e procuravam o conhecimento. Claro que com os vieses políticos. ...Havia [uma dependência maior do conhecimento especializado do técnico] porque **os militares tinham demandas claras e precisavam de competências para realizá-las**. Era uma área em que o planejamento desempenhava papel importante...

...tinha essa proposta da década de 70 e 80, de montar realmente um sistema de planejamento no país. E **agente participou desse processo** eu acho que foi uma tentativa válida, mas que, infelizmente, não se implementou. **Eu acho que os governos militares tinham uma série de defeitos, perseguiram gente sem necessidade, mas por outro lado eu acho que eles tinham uma visão estratégica melhor**. Algumas pessoas tiveram muita influência, **o Delfim Neto, o Reis Velloso. Eles tinham muito poder para executar as coisas**.

O Reis Velloso, por exemplo, era uma pessoa que acreditava no planejamento. O Delfim não, o Delfim não. O Delfim diz que nunca acreditou no planejamento. Mas eu acho que o planejamento é uma coisa essencial.

Planejar não é coisa de documento. É você fazer uma previsão daquilo que você quer executar, para que aquela execução seja melhor coordenada e, se você não planeja, você começa a improvisar e uma improvisação, às vezes, sai muito mais cara do que uma ação planejada. (CABID, 2006, grifos nossos)



Foto 7 - Presidente Geisel, Ministro Reis Velloso e José Dion

A importância do planejamento e a estruturação do SNDCT são colocadas como decorrência do poder concentrado na equipe de planejamento do ministro Velloso. O sujeito se identifica como ator nesse processo, onde o planejamento é percebido como instrumento de previsibilidade e racionalização de tempo e recursos e não como “coisa de documento”.

Nesse sentido, o poder de execução é

colocado como condição do planejamento eficaz. A fala emana o sentido de auto-legitimação, uma vez que os técnicos eram as competências de que o governo necessitava naquele período.

O ministro Reis Velloso é apontado como o mentor do grande projeto nacional de C&T, um projeto estratégico para o Brasil, com uma perspectiva regional:

[...] o [ministro] **João Paulo do Reis Velloso era um homem da região [Nordeste] e acreditava em planejamento**, que é outro instrumento. Piauiense, ele fez mestrado na universidade **de Yale**, nos Estados Unidos e... grande parte do sucesso da CAPES, o aumento do orçamento... se você quiser saber quem estava por trás desse salto orçamentário... de passar de uma agência minúscula, para agência de grandeza nacional...reconhecida internacionalmente, foi João Paulo do Reis Velloso. Então, ele **acreditava em ciência e tecnologia...[Havia] um projeto estratégico com um**

componente regional, onde ciência e tecnologia era fundamental. Então, Nordeste e, de repente, alguém no planejamento que valorizava o tema regional. [...] Veja bem, eu sou ardoroso defensor da nova política industrial. Nós passamos aí, vinte e cinco anos sem política industrial, mas também sou crítico porque ela não tem nenhum corte regional, é como se a afirmação, a modernização e a preparação para um período de economia pós-industrial não tivesse a participação importante da região... Nordeste... Eu estou chamando atenção para mostrar que... no plano de governo, o projeto de nação, melhor dizendo... naquela época estava mais claro, **porque eu não defendo a ditadura... que era um rodízio de generais. Mas existia um projeto estratégico no Brasil que resolvia problemas** na infra-estrutura, na comunicação, estradas e a gente perdeu isso já ainda na ditadura. **No último governo militar se perdeu toda a noção do planejamento.** (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

A situação de ausência de política de desenvolvimento regional do governo atual é comparada ao projeto estratégico da época dos militares, onde a percepção de Reis Velloso de que a C&T seria a base do desenvolvimento econômico levou à montagem de uma estrutura de apoio à formação de recursos humanos. O sujeito critica as ações do governo atual, onde o Fundo de Desenvolvimento Regional se transformou em guerra fiscal, e defende o projeto de nação dos militares, que embora numa ditadura, desenvolveu uma política industrial que contemplava a região Nordeste. Nesse sentido, reforça a representação de que os governos militares possuíam um projeto de nação e identifica ter sido no governo Figueiredo que se perdeu a noção de planejamento.

4.2 PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO DO GENERAL JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (1979 – 1985)

A década de 1980 no Brasil se caracterizou pela interrupção de uma trajetória de crescimento econômico, resultado de um conjunto de fatores que desaguaram no esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e na crise do Estado. O segundo choque do petróleo, em 1979, e o violento aumento da taxa de juros nos Estados Unidos deflagraram uma grande instabilidade na economia internacional, em particular, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que se viram atolados na dívida externa, decorrente de altas taxas de juros internacionais, e no aumento da inflação.

Nesse período, o Brasil enfrentou uma profunda crise fiscal, como consequência do rompimento do padrão de financiamento do setor público, cuja origem, além da inflação foi o fato de o Estado ter assumido o ônus da crise econômica, o que inviabilizou a manutenção do

sistema de financiamento fundado no endividamento externo. A crise da economia brasileira trouxe subjacente, a dívida externa, que teve por conseqüência a crise fiscal do Estado, conduzindo-o a um longo processo de estagnação. O País terminou consolidando um dos maiores processos hiperinflacionários do século XX, a partir dos anos 1980. Foram cerca de quinze anos de predominância de supertaxas de inflação, acompanhados pelo fracasso de quatro planos de estabilização econômica – planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor. (POCHMANN, 1998).

O fim do modelo de substituição de importações, no qual se havia instalado o parque industrial nacional, desnudou a incapacidade de fundação de um novo ciclo de crescimento. Mesmo dispondo de um aparato razoável do Estado para o setor de C&T, materializado na institucionalização do SNDCT, não houve articulação necessária entre os agentes do sistema, e diante da deterioração do quadro econômico, C&T deixaram de representar prioridade no discurso dos governantes.

A estagnação do crescimento econômico afetou seriamente o mercado de trabalho aumentando o desemprego e o emprego informal. O mundo do trabalho sofreu grandes mudanças como resultado do desenvolvimento de novas tecnologias e novos padrões de gerenciamento do processo de trabalho nas empresas, que promoveram fortes impactos e grandes transformações nas relações de trabalho, durante toda a década.

No Brasil, o último Presidente da República do regime militar, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, aprovou o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), em maio de 1980, sob previsões bastante pessimistas. O texto do documento acenava com a “permanência e desdobramento da crise energética; persistência do balanço de pagamentos como restrição crítica; crescentes pressões sobre o nível e custo da dívida externa; substancial pressão inflacionária de origem interna e externa; e necessidade de crescer para criar o maior número possível de empregos.” (PND, 1980, p.7).

Como diretrizes gerais o Plano se caracterizou por estabelecer o crescimento da renda e do emprego; melhoria na distribuição de renda, redução dos níveis de pobreza e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; redução das disparidades

regionais, priorizando a região Nordeste; contenção dos índices de inflação; equilíbrio do balanço de pagamentos e controle da dívida externa.



Foto 8 - Capa III PBDCT

No que se refere ao setor de C&T a política definida no plano e posteriormente tratada no Terceiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT), priorizava a autonomia científica e tecnológica do País, estabelecendo como linhas gerais de ação: a ampliação da capacidade de absorção e geração de tecnologia das empresas brasileiras, bem como de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; estímulo a demandas tecnológicas adequadas às necessidades e interesses socioeconômicos e culturais vigentes; e fortalecimento do conhecimento científico, diminuindo as dificuldades de acesso aos programas de pós-graduação e articulando esse conhecimento com a graduação e a formação técnica especializada.

O III PBDCT configurava-se como desdobramento do III PND, tendo sido criado pelo Decreto nº. 85.118, estabelecendo diretrizes específicas para o setor de ciência e tecnologia até o ano de 1985. O Plano foi elaborado sob a forma de documento de diretrizes políticas, definidas de maneira participativa, a partir do Conselho Científico e Tecnológico (CCT) do CNPq, com a representação dos ministérios e demais órgãos do governo relacionados com a ciência e tecnologia, a comunidade científica e técnica e a classe empresarial.

O processo de produção do Plano partiu da elaboração, pelo CNPq, de um documento preliminar e foi ajustado com contribuições dos membros do CCT. Caracterizava-se por apresentar linhas de ação de caráter indicativo tomando forma de um documento de diretrizes de política que deveriam nortear as ações dos setores público e privado. Nesse sentido, o III PBDCT se diferenciava do I e II PBDCT, que apresentavam as ações de governo sob forma de programas e projetos. Sua elaboração foi fundamentada no estabelecimento de políticas de longo prazo, e tinha como objetivo principal estimular a capacitação científica e promover maior autonomia tecnológica do País, tendo em vista a crise internacional que assolava

principalmente os países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Plano buscava atingir os objetivos estabelecidos a partir da compreensão de que: a “capacidade do País em superar as suas dificuldades internas e as oscilações da economia internacional será tanto maior quanto maior for o domínio nacional do conhecimento científico e tecnológico, sobretudo em áreas estratégicas.” (III PBDCT, 1980, p.10).

Assim como os planos anteriores, o III PBDCT ressaltava o valor estratégico da C&T para atender “às necessidades de bem-estar material e social da sociedade brasileira, como para aumentar o poder de negociação do País no cenário internacional”. Nessa perspectiva, o desenvolvimento científico e tecnológico era colocado como condição para a autonomia e controle do processo de desenvolvimento nacional, e o Plano definia como prioridade as áreas de energia, agropecuária, educação e cultura, saúde e nutrição, assistência social, habitação e saneamento.

Mas, o III PBDCT trazia como desafios a consolidação da estrutura de ciência e tecnologia, a articulação do SNDCT, como mecanismo de integração entre os órgãos e as ações relacionadas com C&T, e a carência de recursos humanos qualificados na produção, uso e difusão do conhecimento científico e tecnológico sob a coordenação do Conselho Científico e Tecnológico (CCT) do CNPq. E foi a partir da percepção de que o desempenho do CNPq, como coordenador do Sistema, demandava mecanismos de maior articulação com os demais agentes é que surgiu a decisão de detalhar o III PBDCT, a partir de um enfoque setorial, por meio das Ações Programadas em Ciência e Tecnologia, concebidas como se fossem capítulos do Plano, com o objetivo de sinalizar ações organizadas na forma de programas e projetos específicos, com vistas a serem implementadas no período pelos agentes ligados ao sistema. Dessa forma, o processo de elaboração das Ações Programadas deveria ser pautado pela prática do esforço colegiado no compromisso com resultados efetivos, traduzindo-se como marca do trabalho conjunto e das decisões em consenso. (ALBUQUERQUE, 2004.)

Malgrado os grandes esforços empreendidos na elaboração das Ações Programadas de C&T, no sentido de efetivar ações concretas no âmbito do SNDCT, principalmente, no tocante à locação de recursos por parte das instituições envolvidas, quase que paralelamente o governo Figueiredo, por intermédio do ministro Delfim Neto, iniciou o desmonte do sistema federal de planejamento, o que levou o III PBDCT a ser concebido na contramão dos acontecimentos.

Ainda é necessário registrar a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, em 1984, que se configurou como iniciativa de grande importância no campo da C&T. O PADCT foi criado com base em um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial – BIRD, que reforçou significativamente o volume de recursos financeiros destinados à pesquisa, e destacava-se como um instrumento complementar à política de fomento para a área de C&T num momento em que os problemas financeiros do Estado e a decomposição do sistema de planejamento promoveram a desarticulação gradual do SNDCT.

A perda da capacidade planificadora do Estado seria resultado do movimento de reorganização da economia mundial e do fracasso do autoritarismo, segundo Tavares (1987), sobrepondo-se à reversão do ciclo industrial moderno, à ruptura do padrão de financiamento calcado no endividamento externo e à lenta transição democrática. O aprofundamento da crise econômica acentuou as dificuldades de negociação de uma aliança social e política que direcionasse os rumos do País, devido a grande incapacidade do governo em distribuir o ônus dos ajustes que se faziam necessários, tendo por conseqüência o deslocamento da crise para o setor público, que passou a sofrer as conseqüências da deterioração em sua estrutura de financiamento

As conseqüências desse período de turbulência econômica começaram a produzir efeitos deletérios ainda no início da década de 1980, sendo que os reflexos de maior impacto negativo seriam sentidos apenas nos governos seguintes.

4.2.1 Gestão de Maurício Matos Peixoto – presidente do CNPq no período 1979 - 1980

O professor Maurício Matos Peixoto, renomado pesquisador matemático, já havia ocupado o cargo de vice-presidente do CNPq na gestão do general Arthur Mascarenhas Façanha, no período 1970-1974, anteriormente à reestruturação do órgão. Embora tivesse feito parte do grupo de assessoramento do presidente José Dion, manifestara profundas divergências quanto à reestruturação empreendida em sua gestão, principalmente no que respeitava à extinção do Conselho Deliberativo, que havia sido substituído por um Conselho Científico e Tecnológico (CCT), com caráter assessor. Partidário do princípio de que o CNPq

deveria ser “a casa dos cientistas”, o professor Maurício sempre viu os projetos da administração Dion, como “atividades estranhas ao fomento”



Foto 9 - Posse de Maurício Matos Peixoto na presidência do CNPq (José Dion, Mário H. Simonsen, Maurício M. Peixoto)

Nas palavras do próprio professor Maurício: “O Lindolpho de Carvalho Dias foi meu vice-presidente e também era muito ligado ao Simonsen⁴³. Foram uma beleza aqueles dez ou onze meses que lá passamos, foi uma gostosura.” (PEIXOTO, M. M)⁴⁴

[...] Com a saída do Dion que fez um trabalho, no meu entender, muito inovador, o Ministro do Planejamento era... João Paulo dos Reis Velloso, do governo Geisel. Quando muda o ministério do governo Geisel para o governo Figueiredo, o **Simonsen, que era Ministro da Fazenda vem para o Planejamento. E é uma experiência frustrante.** Eu conhecia o professor Simonsen e me correspondia com ele. Anteriormente, ele era coordenador da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e eu estudei nos livros de microeconomia do Simonsen. E ele quando **assume o Planejamento**, tinha uma admiração muito grande pelo professor Maurício Peixoto que tinha sido professor de matemática dele. Aí, ele **convida o professor Maurício** e um colega de turma dele, não sei se você sabe, que é o professor Lindolpho. O Lindolpho de Carvalho Dias é colega de graduação do Simonsen na Engenharia lá na Federal do Rio. Estudavam juntos... Eram amigos pessoais. (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

⁴³ Mário Henrique Simonsen, Ministro do Planejamento.

⁴⁴ Idem, p.310.

A nomeação de Mário Henrique Simonsen como ministro do Planejamento é considerada uma experiência frustrante porque representou o retorno ao tradicionalismo no CNPq, com a indicação de Maurício Matos Peixoto para a presidência e Lindolpho de Carvalho Dias para vice da instituição. Significou o retorno de um grupo conservador de cientistas, sem experiência de gestão executiva e menos alinhado com a proposta inovadora da ciência e tecnologia deixada por José Dion.

[...] Então, o Maurício vem para o CNPq por uma indicação do seu então ex-aluno Mário Henrique Simonsen... e certamente, o Mário deve ter recomendado também a vinda do professor Lindolpho que já era do IMPA ⁴⁵...E aí o Lindolpho vem como vice-presidente do...Maurício. **Então, é um pouco o retorno do pessoal que dominava a ciência brasileira.** No caso aí, o vetor ou era Física ou era da área médica- Biológica ou era Matemática, um dos três. E o professor Maurício é um cientista, não é? Eu acho **que ele não tinha muita experiência executiva.** Todo mundo respeita o Maurício, seus teoremas famosos internacionalmente, mas aí, o CNPq voltou ao estilo anterior ao Dion. Eu não trabalhei lá, mas estou fazendo ... interpretações de conversas...de como as pessoas veem aquele período. Quer dizer, **foi o retorno do CNPq, ao conselho tradicional e não o conselho cabeça do sistema.** Então houve também reações, uns acharam ótimo o retorno à tradição, outros estavam já se acostumando a uma visão mais holística da ciência e tecnologia, que o Dion tinha tentado implantar... e acho que deixou sementes que frutificaram. (CABIGAM, 2007, grifos nossos)

O domínio do campo da ciência era representado pelos grupos da Matemática, Física e Biologia, que tradicionalmente monopolizavam os recursos governamentais para pesquisa, dentro da perspectiva do antigo CNPq, anterior a 1974. A crise do planejamento no último governo militar e o perfil dos ministros indicados para a pasta, teria gerado um grande embate político no campo da C&T, entre tradição x inovação.

[...] No **último governo militar se perdeu toda a noção do planejamento.** Começa a **crise do planejamento** até porque o Simonsen era um homem brilhante, mas ele não era um homem de planejamento...ele se sentiu tolhido e com nove meses ele abandona, não sei se você sabe disso, com nove meses ele sai do Ministério do Planejamento. Aí vem o Delfim que tinha sido o czar da economia até Médici e depois fica no ostracismo na... Embaixada em Paris, no governo Geisel. O grupo do Geisel não gostava... não se entendia, não tinha afinidade com o Delfim. O **Delfim retorna no governo Figueiredo,** não para a Fazenda, para mostrar que não era ele mais o czar, **mas vai para o Planejamento...** (CABIGAM, 2007, grifos nossos)

O CNPq é percebido como órgão respeitado até o processo de politização e entrada da comunidade científica. O entrevistado supõe uma neutralidade ou apolitização antes de 1985, dando a entender que a instituição funcionava até então, apenas sob pressupostos técnicos, e

⁴⁵ IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada, instituto de pesquisa do CNPq.

que daí decorria o seu reconhecimento social. A comunidade científica é responsabilizada pelo processo de politização que gerou os embates no campo, após 1985.

[...]O CNPq sempre foi um **órgão muito técnico, muito respeitado**. Mas eu acho que depois, **a partir de 85**, eu percebi que começou a haver **um processo de politização dentro do CNPq**. E aí ele entrou mais para esse mundo acadêmico. Começou entrando mais esse pessoal da **comunidade científica**. Isso começou com o Maurício Matos Peixoto, que era do IMPA (CABATAO, 2007, grifos nossos).

O professor Maurício, no CNPq, representou o retorno dos cientistas ao “comando do campo”, na perspectiva apenas do desenvolvimento da ciência (não da tecnologia). Hegemonia da Física, Matemática e Biológicas. Os cientistas haviam sido destituídos com a reformulação do órgão em 1974, sob a batuta de José Dion. Portanto, a figura do prof. Maurício representava a volta ao antigo Conselho.

Esse período (1980-1985) também é apontado como sendo de início da crise do planejamento no Brasil. A partir do governo Figueiredo, com a saída de Simonsen, que não tinha o perfil de planejador, e a entrada do Delfim no Planejamento, que não acreditava em planejamento. Esse aparato gerencial do Estado naquele momento era um retrocesso em relação aos esforços do governo anterior (Geisel).

4.2.2 Gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – presidente do CNPq no período 1980-85



Foto 10 - Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

A fala do técnico CABRIN proporciona uma visão panorâmica da administração de Lynaldo, apontando as competências do CNPq no período. É relevante a forma como ele se refere ao espaço de discussão política (com P maiúsculo) e logo após evidencia a força do CNPq como instituição de Estado na época, mesmo reconhecendo os limites de sua função. O CNPq é visto como “animador da festa” e palco de acordos ligados a políticas: “convocar, discutir com os outros as pautas, fazer as conexões, e sair do jogo para observar os desdobramentos”. Esta compreensão fica bem evidenciada na

fala do técnico em foco:

[...] **O tempo do Lynaldo** foi o período do **III PBDCT** em conexão com o III PND, com base na idéia de **“autonomia tecnológica!”**. O III PBDCT foi um plano muito inteligente. O Álvaro Braga⁴⁶ é uma das pessoas mais inteligentes e talentosas que conheço. Deu uma direção para o terceiro PBDCT muito inovadora e distinta em relação aos dois primeiros, que se resumiam em listas de **intenções** sem sustentação no funcionamento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Álvaro fundamentou o terceiro PBDCT em poucas premissas, **privilegiando a conversação**, transformando o CNPq em espaço de discussão das políticas de C&T com **“P”** maiúsculo. Acho que foi a época em que **o CNPq mais apareceu como instituição de Estado...** compreendendo que a função de **coordenação não era dizer para o País como as coisas deveriam ser feitas**. Não havia a menor condição ou propriedade de se adotar tal atitude, sobretudo, considerando que as demais instituições eram politicamente muito mais fortes que o CNPq. A inovação do terceiro PBDCT foi a de **estimular as discussões entre todos os atores** pertinentes para definição das ações programadas - setoriais. Grupos ao estilo das câmaras setoriais organizadas no ambiente empresarial e industrial. Certamente o ponto alto do III PBDCT foi a compreensão de que **o CNPq “deveria ser apenas animador da festa”**. Como órgão coordenador cabia ao CNPq nas palavras do Álvaro, o exercício de três competências: “convocar, discutir com os outros as pautas e depois, fazer as conexões, e sair do jogo para observar os desdobramentos”. Era uma posição inteligente. O CNPq era palco dos acordos principais ligados a cada política, a cada programa setorial. Assim, o CNPq conservou suas competências de convocar, pautar e reunir. Mas foi muito pouco tempo para que tal prática se consolidasse.(CABRIN, 2006, grifos nossos).

A compreensão de que o CNPq não possuía competência política hierárquica para comandar o campo de C&T, impondo decisões, mesmo sendo o coordenador do SNDCT, levou a equipe de planejamento a atuar através de uma perspectiva participativa. A postura adotada de ser o provocador e coordenador das discussões no Sistema é que levou ao emprego da metáfora “animador da festa”.

O III PBDCT na contramão dos acontecimentos

O III PBDCT foi aprovado pelo decreto nº. 85.118, de 03 de setembro de 1980, como detalhamento do tema “Ciência e Tecnologia” do Capítulo VI do Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, após aprovação na 18ª. reunião do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq. A estratégia de elaboração do III PBDCT se constituía apenas na definição de algumas diretrizes gerais que deveriam ser complementadas por um processo de seleção de programas e atividades prioritárias a serem implementadas nos diversos setores, o que provocou uma série de críticas quanto à ausência de metas.

⁴⁶ Álvaro Braga foi assessor de Planejamento do CNPq, no período 1980-1985.

As falas de CABMAR e CABMG apresentam uma perspectiva oposta à de CABRIN, verdadeiro conflito de representações. Enquanto CABRIN percebe a experiência do III PBDCT como exitosa, na perspectiva de um planejamento participativo junto aos integrantes do Sistema, sem a imposição de metas pré-determinadas, os entrevistados consideram o Plano como uma carta de intenções, sem fundamentação e metas precisas.

[...] Mas o [III] PBDCT, segundo eu ouvia o tempo inteiro, e eu também achava, aquilo **era uma fantasia**, era um monte de linhas gerais e irrestritas, que ninguém conseguia acompanhar, porque **não tinha objetividade**, sabe? Era...vamos dizer, uma **carta de intenções bonita**, bonita, sabe? Eu até pouco tempo guardei ainda, mas depois joguei fora. (CABMAR, 2007, *grifos nossos*).

...Mas tinha essa **serventia, de justificar e viabilizar** aquilo que se propunha que era fazer esses programas e tal, mas era muito distante do planejamento como existia anteriormente no próprio governo. O primeiro e o segundo PBDCT's que eram anteriores, expressavam um planejamento rigoroso. Já o terceiro PBDCT, do qual nós participamos, já foi muito criticado, entende? Porque **não quantificava as coisas, não tinha metas precisas, não tinha muita fundamentação**. (CABMG, 2006, *grifos nossos*)

As falas nos permitem perceber que a grande referência tomada para avaliar o III PBDCT é o plano elaborado no governo Geisel, o II PBDCT, considerado como a expressão de um planejamento rigoroso. A proposta comentada anteriormente por CABRIN não é compreendida como um avanço na direção de uma maior participação dos integrantes do Sistema nas políticas de governo, mas como uma carta de intenções, sem muita fundamentação.

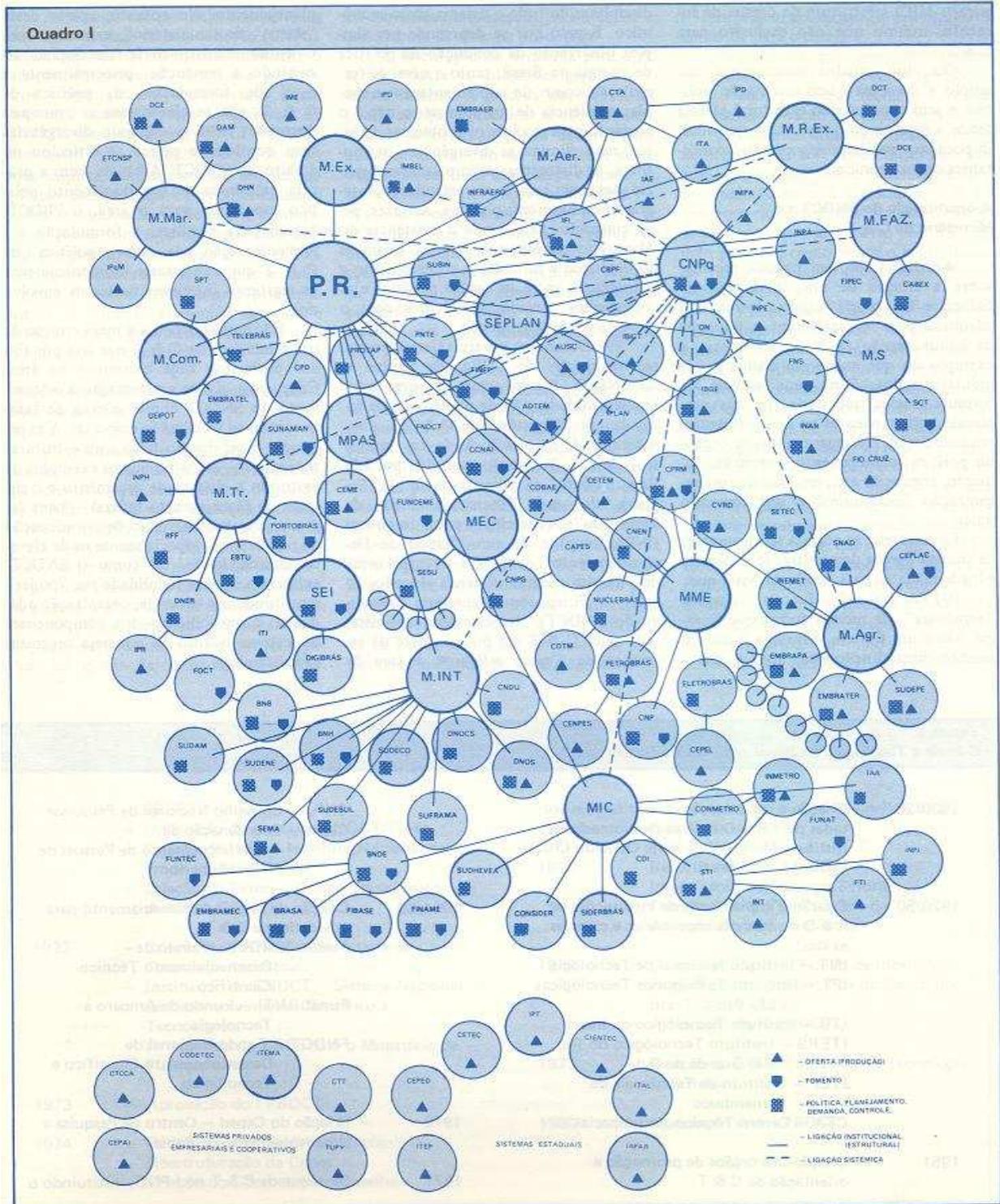
A estratégia adotada no III PBDCT de definição apenas de linhas gerais, permitiria, logo a seguir, a elaboração das Ações Programadas em C&T, que se configurou numa experiência interessante em planejamento científico e tecnológico no País. A falta de continuidade dessa iniciativa é atribuída à mudança de governo e à diminuição de recursos orçamentários para o campo de C&T.

O III PBDCT 1980/85 foi desdobrado em ações mais específicas, chamadas de Ações Programadas por áreas de conhecimento. A elaboração dessas Ações foi um trabalho enorme, com a **mobilização de muita gente. Cerca de 600 pessoas da comunidade foram envolvidas em diversas comissões, representando determinadas áreas do conhecimento**. Nós chegamos a **publicar 30 volumes dessas Ações Programadas**, cada volume sobre uma área específica. Todas **faziam um diagnóstico da respectiva**

área e dava diretrizes para o desenvolvimento futuro. Aquilo tudo foi engavetado e ninguém seguiu as recomendações desses documentos, por **falta de continuidade**. ...Acho que **nunca se fez nada parecido, nem antes nem depois**. O importante é que o PBDCT era apenas um dos documentos setoriais, derivado de um Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, que estabelecia as grandes metas econômicas e sociais da nação. O PBDCT foi pensado como um dos braços operativos desse sistema global, incumbindo-se da área de C&T.(CABID, 2006, *grifos nossos*).

As Ações Programadas em C&T se constituíram no detalhamento do III PBDCT. A fala de CABRIN nos proporciona a compreensão da tática do CNPq para se manter como coordenador do processo de planejamento, uma vez que não tinha a autoridade desejada e necessária para o exercício da função. Constata-se uma lamentação recorrente quanto a descontinuidade das experiências vivenciadas no período, evidenciando a memória das atividades desempenhadas nos governos militares como demarcação para a avaliação das experiências atuais.

ORGANOGRAMA DO SNDCT (1981)



...[as Ações Programadas] pode ser considerado o primeiro grande esforço de planejamento para a área... Foi uma tentativa, acho que muito bem sucedida do **CNPq de exercer a atividade de coordenação. O CNPq não era legitimado como órgão coordenador do sistema.** O status do presidente do CNPq vinculado à Secretaria de Planejamento, inferior ao de Ministro de Estado **não tinha autoridade sobre os outros ministros, nem tampouco sobre seus pares das agências que compunham o CCT. Em geral, participavam das reuniões os suplentes secretários.** Assim, foi brilhante a idéia de organização dos grupos, das câmaras para o desenvolvimento das Ações Programadas. **O CNPq criou um espaço de conversação e planejamento orientado para os setores e diferentes áreas de governo.** Alguns casos foram muito bem sucedidos [...]. **O CNPq conseguiu não se colocar como dirigente dessas atividades de pesquisa e desenvolvimento nos ministérios, mas trouxe à conversa os grandes parceiros** que realmente importavam para o desenvolvimento tecnológico. Assim, exerceu, de fato, **o papel de coordenação e de planejamento...** Não foi mal aproveitado na época, o grande drama como sempre tem sido, foi a **descontinuidade das políticas e dos programas governamentais.** (CABRIN, 2006, grifos nossos).

[...] Houve aquele momento das **Ações Programadas...** E as ações programadas eram **todas setoriais.** E aí foi muito interessante a SDC⁴⁷ assumir as Ações Programadas e...que foi feita, sabe? Foi feita, foi muito discutida no início. Foi um momento muito interessante! **Onde os técnicos participavam junto com a comunidade...**Foi um momento assim, ímpar, eu diria! (CABLUM,2007, grifos nossos)

Enquanto o II PBDCT procurava articular ações em C&T com desenvolvimento econômico e industrial, o III PBDCT estava focado na formação de recursos humanos para pesquisa e capacitação tecnológica, e tinha por lógica promover a transferência de conhecimento técnico especializado dos institutos de pesquisa industrial para as empresas nacionais. Na perspectiva de Salles (2003), o III PBDCT representou um retrocesso na capacidade de planejamento sistêmico, principalmente porque no início dos anos 1980, a vinculação de C&T e desenvolvimento passou a ser meramente retórica, ao tempo em que se desgastava a capacidade de planejamento dos governos militares.

Mais uma vez a experiência da equipe de planejamento do governo Geisel, coordenada por Reis Velloso é colocada como parâmetro de avaliação para os períodos seguintes. No enunciado discursivo analisado abaixo, evidencia-se a comparação da autoridade entre os governantes, e da afinidade com a atividade de planejamento constatada nos ministros, refletindo na gestão do CNPq.

[...]Quando em 80 entrou o Figueiredo e no CNPq o Lynaldo, a qualidade da reunião do CCT foi se exaurindo, por uma série de razões, até porque o Velloso, que era o homem que acreditava nesse planejamento, se afastou e o **Delfim voltou.** Primeiro

⁴⁷ SDC – Superintendência de Desenvolvimento Científico, do CNPq, voltada para a definição da políticas de fomento e formação de recursos humanos, no período.

como ministro da Agricultura, aí ele deu o golpe no Simonsen e assumiu **como o Czar da coisa**.

Mas o Delfim era um homem que trabalhava essencialmente com o espontaneísmo... ele sabia o que fazia, e ele vivia trabalhando. Agora, ele não acreditava no planejamento, ele não acreditava. Tanto é que no III PND e no III PBDCT não tem nada de planejamento, eram apenas umas discursões cheias de blábláblá em um volume muito grande. O Lynaldo também não deu muita guarita ao CCT, até porque o Delfim, de lá, não dava. Os outros ministros ficavam mais ou menos reféns do Delfim, porque o **Figueiredo não governava**. (CABCRA, 2006, grifos nossos).

A representação do presidente Figueiredo como um Chefe de Estado que não governava, remete à autoridade acumulada pelo ministro Delfim Neto, no período, que não



Foto 11 - Visita do Presidente João Figueiredo ao CNPq (Figueiredo e Lynaldo C. Albuquerque)

privilegiava o planejamento. Desde o início da gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, o Estado apresentava sinais de endividamento colocando o planejamento econômico em descrédito, fato que levou o ministro Delfim Neto a desmontar as estruturas então existentes. Como consequência, as iniciativas engendradas pela equipe de planejamento do CNPq, no sentido de fortalecer o SNDCT, eram vistas pelos demais

órgãos da administração federal como ineficazes e até ingênuas. Daí estar o CNPq na contramão dos acontecimentos.

A narrativa de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, presidente do CNPq durante o governo de Figueiredo, apresenta uma série de detalhes importantes que clarificam a importância da atuação dos “técnicos” e as redes de relacionamentos políticos no campo da C&T, este último configurado no período dos governos militares, ora analisado. É possível perceber, com clareza, a preferência que os militares intelectuais declaravam por gestores com perfis técnicos, destacados em suas áreas de atuação.

[...]Eu trabalhei aqui [em Brasília] quatro anos, como adjunto do **Departamento de Assuntos Universitários- DAU** que corresponde a atual SESU, e , apesar de ser o adjunto, **eu tinha uma força muito grande porque tinha a tarefa mais técnica**, que era de desenvolver os programas que estavam previstos, naquele tempo, pelo Plano Setorial de Educação e Cultura- PSEC. Naquele tempo, nós tínhamos os Planos Setoriais de Educação e Cultura, como tínhamos os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, começaram depois os planos setoriais. **E esses quatro anos me criaram certo relacionamento**, naquele tempo bem mais fácil

do que hoje, que levou o então Reitor da Universidade da Paraíba a me colocar na lista [para concorrer ao cargo de reitor da UFPB] (CALYN, 2007, grifos nossos).

O reconhecimento de sua força política enquanto técnico, nos governos militares, evidencia a importância consagrada às soluções técnicas que justificavam as tomadas de decisão com um revestimento de neutralidade política. Nos governos democráticos as indicações para os ministérios passaram a ser praticamente políticas.

Lynaldo aponta a constituição de uma rede de relacionamentos muito importante que lhe valeu a indicação e a nomeação para reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contatos com a equipe de Reis Velloso no CNPq, durante a gestão Geisel e com militares da ESG, lhe garantiram a indicação para cargos importantes, como “solução técnica” para alguns ministérios. A fala chama a atenção para a preferência dos militares intelectuais em apoiar profissionais com perfil técnico, destacados em suas áreas de atuação.

[...]Eu consultei minha família e havia muito interesse... e então eu fui nomeado reitor da Universidade da Paraíba e deixei o Ministério da Educação em dezembro de 75, tendo sido nomeado reitor um pouco antes! [...] Como reitor eu tinha toda uma experiência, conexões e relacionamentos que eu tinha no próprio MEC, no planejamento, um pouco no CNPq com alguns diretores, principalmente com Ferrari, Amílcar Ferrari, que trabalhou com o Pelúcio, que era vice presidente do CNPq na gestão do Geisel. Então ... muitos reitores foram à minha posse porque eu era vice-presidente do **Conselho de Reitores e, na época, ser do Conselho de Reitores era muito mais importante do que é hoje**. Naquele tempo a comitiva da Escola Superior de Guerra fazia viagens e estive lá na Paraíba. Quer dizer, a **Escola Superior de Guerra tinha aquele curso de um ano, que era uma espécie de curso de pós-graduação** para pessoas que eles selecionavam. Alguns eram militares, outros eram civis porque eles consultavam os ministérios. Então, na segunda parte do curso eles faziam algumas visitas, e eles foram à Paraíba e visitaram a Universidade e eu fiz uma exposição para esse grupo de oficiais da Escola Militar Superior de Guerra, especialmente Décio Passini, que era doutor pelo MIT que tinha muita influência nesse grupo da ESG e tinha também o general João Albuquerque, que não é meu parente. E eles acharam que **eu era um candidato bastante plausível e que poderiam levantar junto ao governo** que ia assumir, que era do Figueiredo. Então, no final de 78 e começo de 79 estive várias vezes sendo lembrado e sendo até citado em colunas de jornais, em notícias, como sendo a **possível solução técnica para o Ministério da Educação**. E eu até procurei algumas pessoas, por exemplo, políticos da Paraíba, procurei o Dias Américo, procurei ... o João Agripino que já faleceu, que foi governador da Paraíba, foi senador etc, etc., nesse tempo, era ministro do Tribunal de Contas da União.

[...] Quer dizer, eu não acreditava muito, **achava que era muita areia para o meu caminhãozinho**, mas não deixava de ser um desafio para mim, depois de ter sido Secretário de Ensino Superior adjunto e ter tido uma atuação muito forte, porque havia muitos programas, muitos recursos, houve uma época áurea, né?! O governo Geisel foi uma época áurea e eu fui justamente Secretário de Ensino Superior dois anos com o Médici e dois anos com o Geisel e foi quando nós lançamos o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, que inclusive, eu que coordenei a elaboração. Então,

dentro de minhas limitações de pessoa técnica, procurei algumas pessoas da Paraíba, mas daí na última hora, o que consta...Inclusive eu tinha um relacionamento com o coronel César Cals, que foi Governador do Ceará e foi Ministro das Minas e Energias, etc... e ele confirmava que havia uma qualificação do meu nome. **Depois eu fui chamado ao Rio, por esse grupo da ESG, para conversar com eles, e estavam me comunicando que estavam trabalhando para que eu fosse o Ministro da Educação.** Na última hora, quando eu achava que era bastante plausível, houve um problema qualquer com o Antônio Carlos Magalhães que teria indicado alguma pessoa para Ministro da Saúde e, como não deu, ele então indicou o Eduardo Portela para a Educação. Então, praticamente na véspera da posse, eu fiquei sabendo... que eu **estava preterido e que Eduardo Portela** seria o Ministro da Educação. Então, eu voltei à minha atividade de Reitor, não é?, que ainda tinha um ano de mandato, até fevereiro de 1980 (CALYN, 2007, grifos nossos).

A trama tecida nos jogos do poder desarticula a sua indicação para o ministério da educação dando relevo ao peso da indicação política de Eduardo Portela, apoiado por Antonio Carlos Magalhães. Constata-se que as “qualificações técnicas” eram solução em situações em que a força política era menos evidente.

No fragmento seguinte, a interiorização a que se refere Lynaldo diz respeito à criação de cidades que se desenvolveram graças às atividades de extensão promovidas pela UFPB, comparada aos projetos do presidente Lula, atualmente. Lynaldo destaca o apoio do ministro Ney Braga, que lhe conferia autonomia enquanto reitor reforça sua atuação por ocasião da contratação de professores perseguidos pelo regime que estavam no exterior. Percebe-se uma preocupação em justificar sua atuação durante o período da ditadura, enquanto um perfil técnico, envolto numa aura de neutralidade política.

[...]E, ao longo do ano minha gestão já estava bastante conhecida, porque a Veja já tinha feito uma matéria sobre minha gestão, e eu tinha recrutado muitas pessoas de fora, até pessoas que eu trouxe de volta do exterior, já estávamos em 79. De 76 a 80 a abertura foi andando e inclusive em 79 foi a **Lei da Anistia e eu trouxe muita gente que estava na Europa estudando**, porque tinham saído do Brasil, **uns por razões políticas**, outros não. Então, eu fui trazendo para lá, além de trazer muitos estrangeiros: indianos, argentinos, que estavam naquela época querendo sair, porque o regime militar lá era muito mais sanguinário do que aqui. O fato é que a minha gestão chamou a atenção. Muita gente do Rio, de São Paulo, de Brasília foi para lá e fizemos muitos cursos. A pós-graduação expandiu, **a interiorização que eu fiz** - e que o Lula só está fazendo hoje, uma decisão do Presidente da República, e naquele tempo foi uma decisão minha, apoiada na amizade que eu tinha com o ministro Ney Braga. Eu criei, além de fortalecer todo interior que já tinha, que eu encontrei lá, Campina Grande, Areias e Bananeiras, que não era nem um campus, era um colégio agrícola, eu criei mais três cidades: Patos, Souza e Cajazeiras. Então minha gestão ganhou certa repercussão e acredito que **aquele grupo do Exército continuou na esperança de uma hora me emplacar numa outra função no governo**, de preferência nessa área de ciência e tecnologia, porque era meu campo.(CALYN, 2007, grifos nossos).

Numa seqüência de falas dos técnicos do CNPq sobre a administração de Lynaldo, é possível colocar em perspectiva as diretrizes dos planos de governo e a importância do desenvolvimento da C&T para o desenvolvimento nacional, no período em análise.

A descrição do perfil de Lynaldo, dotado de talento gerencial, capacidade de tomar decisões corajosas e diagnosticar problemas, sendo apenas graduado em engenharia, sem curso de gestão ou títulos de pós-graduação, coloca em evidência a preferência dos militares em colocar em cargos-chaves, profissionais com perfil técnico. Percebe-se que a formação acadêmica não era valorizada para o exercício das atividades do Estado.

[...]O Lynaldo é uma pessoa que só tem curso de graduação em **engenharia**, nunca fez um curso de gestão e **não tem títulos de pós-graduação**, mas tem uma **intuição fora do comum para a gestão**. Ele é muito intuitivo e tem coragem e rapidez para tomar as decisões necessárias. Se você apresentar uma lista de trinta atividades e perguntar: Lynaldo, qual é a coisa mais importante para se resolver este problema? Ele imediatamente te apontará a causa do problema, onde se deve atuar para resolvê-lo. Enquanto isso, os gestores medíocres, medrosos ou preguiçosos apontarão para algumas das conseqüências desse problema, sem atuar em suas causas. Assim, não conseguem resolver o problema. O Lynaldo consegue apontar as causas, de forma intuitiva, enquanto que a gente precisa construir um fluxograma para descobrir essas causas do problema. (risos). (CABID, 2006, grifos nossos)

O perfil técnico, característico dos gestores do período militar, considerados competentes, é colocado em confronto com o perfil acadêmico dos gestores do CNPq, após a Nova República, quando foram todos pesquisadores, membros da comunidade científica, sem qualquer experiência de gestão em órgãos públicos. Como será aprofundado no próximo capítulo, começa a ser desenhado, por contrastes, dois perfis de gestores cujas características estão relacionadas aos governos em que se encontram inseridos. Nesse momento, o perfil e o talento do gestor técnico são evidenciados com clareza.

A grande rede de relacionamentos em que Lynaldo se inseria e sua determinação em “escapar” à prática de fomento tradicional, ou seja, a concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores, individualmente, ressalta sua perspectiva de fazer política apoiando áreas prioritárias definidas pelo III PBDCT.

[...]Lynaldo conhece gente e competências no Brasil todo. Tem uma grande capacidade de mobilizar pessoas. Fez isso para pensar o CNPq... [Era] para vir para o CNPq criar a Superintendência de Programas Institucionais (SPI). A perspectiva era a

gestão do FNDCT. Havia uma disputa entre a FINEP e o CNPq depois que o Dr. Pelúcio deixou a posição dupla e cruzada - vice do CNPq e presidente da FINEP. Havia a vontade (idéia) de trazer o FNDCT para o CNPq. Não sei se daria certo, mas, enfim, não aconteceu. Então aceitei criar a Superintendência de Programas Institucionais (SPI), que era, na perspectiva do Lynaldo, uma forma de **superar o fomento convencional**. O CNPq passou a trabalhar também via programas e **escapar da prática de balcão dos comitês assessores** - me tornei um garoto de programas (risos).

[...] Surgiu também a idéia de trabalhar com grupos de assessoramento, a partir da elaboração de planos programáticos. **Mesmo no nível operacional houve um mínimo de planejamento, com indicadores para acompanhamento e avaliação dos programas...** (CABRIN, 2006, grifos nossos)

A grande rede de relações de Lynaldo reaparece aqui e pode ser analisada como uma questão de capital político ou, ainda, capital pessoal de notoriedade e de popularidade, baseado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa, por possuir qualificações específicas e também como produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios, no exercício de outras funções (BOURDIEU, 1989). Lynaldo havia sido diretor adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), onde coordenou a implantação do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG), foi reitor da UFPB, adquirindo grande notoriedade ao colocá-la entre as melhores universidades do País, naquele período.

A falta de autonomia do CNPq para determinar orçamentos de outras instituições, teria sido compensada pelo fato de ter se transformado num grande articulador de políticas setoriais.

[...] Sabiamente o CNPq se transformou em **espaço de conversação**, fazer acontecer políticas setoriais e as **ações programadas** elaboradas como resultados das reuniões, que implicava destaques orçamentários nas respectivas instituições participantes. Das reuniões no CNPq resultavam propostas, mas **o CNPq não tinha autonomia** para determinar os orçamentos de C&T das instituições participantes... Claro que os resultados sempre dependiam do prestígio de cada ator. Por exemplo, a área de informática foi emblemática. Havia a SEI com privilegiava a reserva de mercado - só foi extinta no Governo Collor; o Ministério das Comunicações; e, a COBRA como representação de empresa estatal. O CNPq não tinha competência para definir os orçamentos de tais participantes. **A FINEP participava parcialmente deste jogo, financiando algumas ações combinadas, mas nem sempre aceitou orientação do CNPq**. Isso se dava muito mais por causa das pressões dos outros atores. Então, os resultados orçamentários dependiam muito mais do **prestígio de cada ator**. Por outro lado, os resultados das reuniões serviam como bases para a própria SEPLAN realizar seus planos de investimento em C&T (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A fala do técnico coloca em evidência a grande relação de forças existentes no SNDCT.

A criação da Superintendência de Programas Institucionais (SPI) surge como estratégia para superar o fomento convencional do CNPq e a administração de Lynaldo é caracterizada pela indução de programas, onde os programas institucionais davam suporte à implementação de políticas globais do SNDCT voltadas para o desenvolvimento tecnológico, à prestação de serviços pela via institucional e à utilização de medidas de curto prazo, rapidamente implantáveis (CNPq,1980).

[...] Algumas inovações foram introduzidas pela SPI, mas não sei se as pessoas as reconhecem. A prática de **fomento via edital foi criada na Superintendência de Programas Institucionais (SPI), com os programas que foram embriões do PADCT I**⁴⁸ - Programa Nacional de Biotecnologia (PRONAB); Programa Nacional de Geociências (PRONAG) e, o Programa Nacional de Química (PRONAQ), que era mais antigo, foi incorporado à SPI. Havia também um Programa de Reagentes e Instrumentação... O Lynaldo... me deu uma puxada de orelha “você inventou essa prática de fomento via editais!” Agora, fazem “miséria” com isso (risos)... Agora, tudo é feito via edital. A idéia era **poder fazer política - conexão entre as atividades de fomento e realização das políticas de C&T – superar a prática de balcão**. Não sei detalhes, mas houve uma superintendência anterior que trocava as letras (SIP em lugar de SPI) que tinha a mesma intenção, mas acabou não conseguindo criar os instrumentos - trabalhar com grupos de assessoramento e com editais... Então **as inovações introduzidas pela SPI foram consolidadas no PADCT**. Foi um processo de sedução do pessoal do Banco porque havia o entendimento de que a gestão do Lynaldo com a SPI o fomento não tinha bases exclusivamente no mérito científico das propostas ou na avaliação pelos pares. O que é um absurdo, uma total falta de visão. **Um argumento político dos cientistas “nós sabemos o que fazer”, passem um cheque em branco. Dá o dinheiro que a gente sabe o que fazer. “Fomento a C&T não deve ser objeto de política de Estado”. Isto me parece equivocado**. Os resultados nacionais pobres em inovações hoje mostram bem os equívocos de tal política. São mais de vinte e cinco anos de atraso (CABRIN, 2006, grifos nossos).

Algumas inovações realizadas pela SPI (fomento via edital e Programa de Reagentes e Instrumentação) são avaliadas como positivas. A fala do técnico evidencia o ponto fulcral dos embates ocorridos no campo durante a gestão de Lynaldo: o argumento da comunidade científica de que o fomento à C&T não deveria ser objeto de política de Estado. Fazendo referência às iniciativas postas em prática na gestão Lynaldo, o entrevistado finaliza criticando a lógica do descarte adotada após a criação do MCT:

⁴⁸ PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja assinatura das contratações dos primeiros projetos aprovados ocorreu em novembro de 1984.

[...] Mas foi muito **pouco tempo** para que tal **prática se consolidasse**. Logo em 1985 muda tudo. O MCT então como coordenador do sistema não aproveitou nada dessa experiência.... (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A referência do sujeito à lógica do descarte adotada após 1985, que procurou interromper e apagar as experiências positivas geradas nos governos militares, evidencia a presença permanente do passado, balizando as decisões do presente.

No início da gestão de Lynaldo, em 1980, praticamente todos os setores da estrutura do CNPq já haviam sido transferidos para Brasília, exceto as atividades de planejamento, cuja equipe ainda trabalhava no Rio de Janeiro. Foi o período em que grande parte das equipes especializadas do Órgão foi contratada, em função do acionamento de atividades de planejamento importantes para o acompanhamento e avaliação do III PBDCT e as Ações Programadas. Nesse momento foi de grande importância a implementação do Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos (SELAP), cujas dificuldades técnicas relativas a indicadores de C&T e informática, que apenas despontava no Brasil, são comentadas na fala do técnico como característica das limitações daquele período.

[...] Peguei o [período do] Lynaldo. Foi a época que eles estavam contratando gente...então, eu comecei foi nessa época. Então eu tive contato, principalmente, com o pessoal que tinha vindo do Rio, essa equipe do Clerênio⁴⁹ **era uma equipe que trabalhava com o computador. Se eu te contar, é uma coisa muito engraçada... era um computador enorme de onde saíam aquelas listagens, em papéis, eram pilhas e pilhas**, a gente tentando montar um sistema de acompanhamento em linha dos projetos, que era o SELAP. Fazendo as atas, conversando com as equipes, para montar o sistema...(CABLNC, 2007, grifos nossos).

A demanda por novas técnicas, por desenvolvimento de novas metodologias de trabalho foi consequência dos desafios impostos pelo Estado, no estabelecimento das políticas para o campo de C&T, no período ora analisado através dos relatos de memória dos técnicos do CNPq. Comparativamente aos dias atuais, cujas facilidades proporcionadas pelo avanço da tecnologia são notáveis, a produção dos técnicos daquele período é considerada surpreendente. A criatividade técnica, a busca constante por parâmetros que permitissem qualquer possibilidade de mensuração da produção científica e tecnológica no País,

⁴⁹ Clerênio Rosas Azevedo foi coordenador do SELAP nesse período.

caracterizou as atividades do período, quando as práticas voltadas para o acompanhamento e a avaliação foram colocadas como missão institucional do CNPq.

Ainda na perspectiva do Cenário A - Planejamento e Gestão em C&T nos governos militares, apresentaremos as análises das falas dos técnicos do CNPq acerca dos subtemas: Tecnocracia, CNPq e Comunidade Científica, Perfil e Status do Técnico, Liberdade de Expressão, Espírito de Corpo e Saber Técnico Institucional.

4.3 SUBTEMAS: CENÁRIO A

4.3.1 SUBTEMA A1: TECNOCRACIA

A primeira fala analisada sobre o tema “tecnocracia” é de José Dion de Melo Teles, primeiro presidente do CNPq, pós-1974. O entrevistado reconhece que sua missão era desenvolver uma perspectiva tecnológica na instituição, mas não aceita a idéia de uma tecnocracia rígida e burocrática.

[...] [Quanto à existência de uma tecnocracia no CNPq) pode ter havido um **viés**, e esse também pode ser idiossincrático, porque a missão, **a tarefa era realmente levar para a tecnologia**, se isso gerou uma tecnocracia empedernida, que dominou tudo, **eu não percebi**. Se foi considerado como extremamente burocratizado com mais tecnocratas do que com cientistas, eu poderia te dizer, que não seria um julgamento muito isento... Até hoje...o que eu tenho ouvido são **elogios ao comitê assessor e essas estruturas todas....**[...] **O CNPq era uma espécie de conselho carioca de pesquisa**. Era muito envolvido por um mesmo grupo, como eu disse, **fazendo um trabalho meritório extremamente honesto, mas com uma visada muito estreita, muito... digamos, acomodada, muito queixosa**. Então, nós lutamos muito para evitar exatamente essa burocratização ou exposição do cientista a uma burocracia tremendamente acachapante para ele.[...] Eu diria que **eu deixei uma estrutura mais oxigenada**, mais aberta, mais transparente e mais universal [...]Então, eu te sintetizaria assim: **eu acho que ficou uma organização mais nacional**.(CADION, 2007, grifos nossos)

A fala evidencia a intenção de tratar como sinônimos os termos tecnocracia e burocracia, uma vez que o sujeito não se compromete com a afirmação de que havia uma tecnocracia instalada no CNPq, quando diz que não a percebia. O entrevistado estabelece uma contradição, pois as ações tomadas contra a burocratização buscavam também a racionalidade, a eficiência e a técnica. A referência às estruturas de participação da

comunidade científica no Órgão é feita com o objetivo de apresentar o caráter democrático das reformas promovidas na instituição, embora seja bem conhecido o esquema de cooptação da comunidade científica para validação das atividades apoiadas pelos governantes, no período.

A reação negativa à idéia de ter havido uma tecnocracia no CNPq é imediata. Embora a fala se institua sobre as premissas da existência de um grupo “altamente técnico”, e a percepção do conceito se apresente confusa, o entrevistado admite a inexistência de tecnocratas no sentido pejorativo, nos permitindo deduzir que admita a existência de tecnocratas no sentido positivo.

Não! Tecnocrata não! Houve um grupo **altamente técnico**, para formulação das políticas de ciência e tecnologia, mas **tecnocrata não!** Tecnocrata no sentido pejorativo da palavra, não! O **sentido pejorativo** de tecnocrata para mim é aquela pessoa que tem um status, mas que realmente não veste a camisa, não sabe porque que está ali e está ali só para engabelar, tá! Isso aí não acontecia no CNPq...Esse pessoal, esse grupo [tinha] **um perfil totalmente voltado para ciência e tecnologia**, todo ele imbuído do objetivo principal do CNPq que era formulação de uma política de ciência e tecnologia para fazer o desenvolvimento do país e das instituições que mexiam com o CNPq. Ele não tinha outro perfil, certo! **A partir da entrada do Lynaldo** isso aqui virou um pouco **político**, mais político do que científico. Mas enquanto estava com o João Paulo dos Reis Velloso não tinha politicagem, não ficava com fazer político (CAUER. 2007, grifos nossos).

O entrevistado parece não ter um conceito claro de tecnocrata “que, segundo ele, pejorativamente, seria um engabelador”. Mas admite um grupo “altamente técnico” comprometido com o desenvolvimento da C&T no Brasil. Mais uma vez demonstra uma grande contradição quando se refere à preferência de um CNPq mais científico do que político, uma vez que o projeto da instituição à época era de uma política voltada para o desenvolvimento tecnológico, onde os critérios de apoio nunca foram apenas científicos.

O técnico CABRIN recusa o “rótulo”, mas percebe o tecnocrata como pessoa tecnicamente competente. Observa-se que a fala vai assumindo conotação de auto-descrição. Não admite a questão da neutralidade na tecnocracia e se ressentido da ausência de tecnocratas nas ações do governo, uma vez que muitos projetos importantes não avançam por falta de gente competente. Estabelece claramente uma relação entre o saber e o poder, reconhecendo a existência de uma tecnocracia que fazia planejamento legitimando o poder dos governantes até meados da década de 1980. Segundo ele, os dirigentes autocráticos rejeitam o

planejamento e o tecnocrata, referindo-se ao perfil dos governantes e gestores do período da Nova República, pois esse teria sido o motivo da perda de prestígio do planejamento. O êxito dos governos militares em C&T teria sido em função da existência de uma tecnocracia, pois os militares procuravam o conhecimento. Evidencia-se nessa fala o conhecimento colocado como uma condição de governabilidade.

O tecnocrata não é livre nem neutro, trabalha com opções políticas. O entrevistado acredita na retomada do planejamento estratégico e afirma que o planejamento normativo está superado. Nesse sentido, os tecnocratas voltariam para realizar o planejamento estratégico, porque são necessários, os técnicos são necessários. Os técnicos atuais são considerados despreparados e o concurso público não é considerado a melhor opção para os baixos salários.

[...][Quanto a ser um tecnocrata] Acho que muita gente disse isso, mas acho que esses **rótulos são ruins... Não aceito o rótulo**. Embora, **muita gente acha que fui ou tenho sido**. Acho que [tecnocratas] são pessoas que tecnicamente conhecem muito bem dos assuntos que tratam, investem tempo pensando, estudando e **têm capacidade de fazer e de atuar no executivo** com conhecimento, com instrução. Mas nunca vão ser pessoas neutras - **não é possível ser politicamente neutro**. Conhecimento dá poder e permite uma gestão competente. Os tecnocratas fazem com que o Estado tenha suas posições e decisões fundamentadas em conhecimento. Penso que este é papel dos chamados tecnocratas. A gente **sente a falta de “tecnocratas”** com esse significado em muitas ações dos governos. Vários programas brasileiros não têm dado certo por falta de gente que conheça os assuntos. Então nesse sentido acho **que faltam “tecnocratas”** [...] Claro que **conhecimento dá poder**, então, neste sentido existe uma tecnocracia, mas não acredito nisso de forma neutra, isolada... Costumo dizer que **as atividades de planejamento**, de maneira geral, **até meados da década de 80, serviam** muito para duas coisas: **para legitimar o poder dos governantes (Machiavel); ou para ser esquecido**. Os governantes pensam que sabem o que fazer e não precisam dos “tecnocratas”. O que é importante - **tomar decisões com consciência** - conhecendo minimamente suas implicações. Então em geral, os dirigentes autocráticos, não gostam do tecnocrata e não gostam de planejamento. Têm a soberba de achar que não precisam de planos e que conhecem a “realidade”, não precisam de ninguém para instruir as suas decisões. Então, **o planejamento perdeu prestígio**. Eles só existem para criar caso, para ir contra as decisões que os governantes já tinham tomado. Nós estamos tomando decisões, de maneira geral no Brasil sem um bom conhecimento de contexto.[...] **Com todas as restrições que a gente pode fazer com relação aos militares, uma área que eles tiveram uma atuação com resultados muito mais importantes do que todos os governos juntos justamente a de C&T**. Eles acreditavam nisso e procuravam o conhecimento. Claro que com os vieses políticos. [...] Acho que o tecnocrata não é livre, não é neutro. **O conhecimento não é neutro**. Então você olha as possibilidades, sempre com o viés das suas opções políticas.

As atividades de planejamento recuperaram o prestígio, mas mudaram de estilo. Acho que **ninguém mais defende o planejamento normativo**. O que tem surgido, inclusive nas grandes empresas, é a atividade **de planejamento estratégico que leva**

o olhar para o futuro, e antecipa ações. Os tecnocratas voltam, porque precisam deles. (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A fala de CABRIN nos permite perceber certa decepção com os governos democráticos pós-1985, quando menciona os governos autocráticos, que dispensam o tecnocrata e não tomam decisões com consciência, sem preocupação com as implicações de suas decisões. O tecnocrata é percebido como um técnico competente, com posições fundamentadas e políticas, não admitindo a neutralidade. Destaque para a atuação dos militares na área de C&T com resultados importantes, apesar dos problemas políticos. O entrevistado diferencia o planejamento estratégico, emancipador, feito atualmente pelas empresas, do normativo, e reconhece que se “precisa deles” (dos tecnocratas) para “olhar para o futuro e antecipar ações”.

O técnico CABMG assume ter sido um tecnocrata, mas sem consciência, inclusive do poder. Os técnicos eram altamente qualificados, mas não possuíam uma percepção do poder, remetendo a uma ingenuidade e ao idealismo de que C&T seriam as alavancas para o desenvolvimento. A idéia da necessidade de fidelidade administrativa para atender ao poder, surge como justificativa da submissão do técnico ao regime mesmo tendo o poder do saber fazer, embora não tivesse a percepção desse poder.

[...] **A tecnocracia do CNPq?** [...] é descrever a nós mesmos (risos)... não é fácil, não! Eu acho que **não se tinha consciência** de que éramos tecnocratas. Não tínhamos essa consciência, inclusive **desse poder**. Você estava ali em uma organização cumprindo um papel, e **acho que o pessoal não se colocava como tecnocrata**, entende? Eram **técnicos que tinham uma formação privilegiada** e, mesmo se tivéssemos uma percepção tecnocrática, o grupo era meio heterogêneo. Não havia assim uma percepção tecnocrática do poder, como técnico. E eu acho que havia um pouco de... como se fala isso, **um pouco de infantilidade, não é? De ingenuidade... idealismo... Eu acho que tinha as duas coisas, um pouco de idealismo**, porque havia grupos que acreditavam fortemente na ciência, mas por outro lado havia também uma percepção política, entende? Seja da política da administração de atender à gestão do poder, e **tinha de haver uma fidelidade para fazer isso**, ou seja, dentro da política dessa época. Você estava em um regime, mas você tinha uma formação mais racionalista e tal, então acreditava em algumas coisas, não é? Mas é difícil você descrever o perfil do tecnocrata na época.

[O técnico tinha] ele tinha um poder, **ele exercia o poder, mas ele não tinha muita consciência da sua função, não é? Não, ele não tinha...** Mas que ele era um tecnocrata, era... Era o poder do saber fazer... mas, muitas vezes não era do saber fazer...era do pensar para os outros fazerem. (risos). (CABMG, 2006, grifos nossos)

O entrevistado, CABMRO, certifica-se do sentido empregado na palavra tecnocrata que, segundo ele, é pejorativo, mas admite o perfil técnico, a racionalidade e a meritocracia. Cita como exemplo a Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC), que era formada por tecnocratas e declara o orgulho de serem detentores de um saber técnico colocado em função das atividades da SDC, com competência para julgar, tomar decisões, fazer políticas, mas sempre voltados para o retorno social.

[...]A palavra tecnocrata para mim tem um **sentido meio pejorativo**...Se o tecnocrata é aquele indivíduo que se dedica a uma atividade, em uma **perspectiva totalmente racional e técnica, nesse aspecto, sim. Se o que vale para ele ali é a técnica, é a racionalidade, a meritocracia... então dentro desse aspecto eu me considerava um tecnocrata, como eu acho que a grande maioria, para não dizer a totalidade do pessoal da SDC era.** Todos nós tínhamos muito orgulho em colocar o nosso conhecimento prévio, a nossa experiência da academia em função da avaliação, dos pedidos dos nossos ex-pares. E pelo que eu me lembro, **ninguém tinha vergonha de assumir isso publicamente e de defender isso! Somos técnicos,** conhecemos da área e temos condições de ajudar a fazer julgamentos, **a tomar decisões políticas.** E quando nós fazíamos a repartição das cotas, na realidade nós estávamos fazendo política... mas, preocupados com a perspectiva social do trabalho, com o retorno social... **A gente tinha a preocupação de que o projeto que fosse aprovado tivesse resultados positivos em pesquisa.** A gente revisava relatório, a gente corrigia relatório, se não estava bom a gente retornava para o pesquisador! Isso era comum!...É a questão das discussões da Avaliação e Perspectivas, **a definição das prioridades** é exatamente dentro dessa ótica. Porque com a **exigência que nós tivéssemos uma experiência na academia,** a gente vinha com aquele ranço de que minha área é a mais importante de todas! Daí as brigas dentro da SDC... **Então, aí a necessidade, como eu disse, de alguém, fora da comunidade de definir prioridades...** Então, o que é que o Brasil precisa? Isso, isso e isso! Ou pelo menos, o meu projeto de governo é esse aqui. Aí tudo bem, você não vai agradar todo mundo que está fora... mas você tem um norte!...A gente interagia com as demais áreas e tinha realmente essa preocupação de que aquilo desse um bom retorno social... (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A referência ao compromisso com o social é usada como uma justificativa para a atuação descrita como competência e atribuição do técnico, na fala.

A falta de vivência acadêmica dos técnicos atuais é colocada como fator dificultador do diálogo com a comunidade científica, uma vez que não têm a formação acadêmica que tinham os técnicos dos anos 1980. Os técnicos daquela época são percebidos como parceiros da comunidade, em decorrência da alta qualificação.

O que eu acho **que falta hoje nos técnicos...** eu acho que os **técnicos novos do CNPq, eles não tem vivência de universidade!** Então, pelo fato de não ter vivência de pós-graduação, nem de pesquisa... **fica um pouco difícil esse diálogo com a comunidade em alguns momentos.** À medida que a gente percebe que alguns

técnicos fazem mestrado e tal, você vê que muda, sabe?! Muda a esfera, muda o diálogo... muda tudo! Enquanto não fazem, **fica muito burocratizado..** O povo dessa época já tinha passado pelo mestrado, já tinha se titulado e tal... Então, o nosso trabalho e, talvez seja até forçar um pouco, eu diria que em alguns momentos a gente era quase parceiro da comunidade científica... cada um tinha o seu papel. Você conseguia construir, sabe?! ...Foi assim, durante um bom período. (CABLUM, 2007, grifos nossos).

O uso ideológico do conceito de tecnocrata é apontado como diferenciador dos grupos: uns (nós) estávamos do lado do povo e os tecnocratas (eles) não. Interessante noção sobre o uso ideológico do conceito para construir a identidade de um grupo e distinguir-se dele. O entrevistado faz um movimento reflexivo de utilização do conceito de tecnocrata em toda a sua fala, questionando seu valor conceitual, pois sua aplicação é ideológica. Muitos exemplos são dados e teóricos são citados no sentido de relativizar o conceito de tecnocrata ou tecnocracia e relacioná-los com o populismo e a burocracia nas flutuações de sentido, conforme vieses ideológicos, como podemos acompanhar a seguir:

[...]Deixe eu dizer uma coisa para você, sobre essa questão de tecnocrata. Hoje, é o tipo da coisa, né? Hoje, talvez pela idade, talvez pelo conhecimento, talvez por certa cautela conceitual, por tudo isso talvez junto, em dosagens diferentes, **eu fico pensando o que era um tecnocrata?** Porque nos chamávamos de tecnocrata, **é a mesma coisa de populista.** Quando **you quer esculhambiar um político, você diz: “é populista” e pronto.**

Está esculhambado o cara. p...!, é populista. Agora você não vê...o que era o populismo. Getúlio era populista? Era populista. Perón era populista? Era. O Batista, antes de Fidel, era populista? Era populista. O Chaves, Fidel, todo mundo é populista. Então esse populismo fica como um negócio assim... **a mesma coisa hoje, eu penso, é o tecnocrata.** O que era o tecnocrata? Nós usávamos ideologicamente esse conceito.....

A gente dizia assim: “...era um bando de tecnocratas”, porque era uma forma nossa de nos distinguirmos deles e uma forma da gente rotulá-los ideologicamente. “são os tecnocratas.”

...[o que os distinguia ideologicamente], distinguia da seguinte maneira: nós estamos do lado do povo e eles não estavam do lado do povo. Era isso. **O tecnocrata tinha uma visão técnica da sociedade..** É o que eu estou dizendo, dentro da Casa nós agíamos junto aos tecnocratas e trabalhávamos, e lá fora nós éramos homens de esquerda, homens de partido, homens ligados ao MDB

[...]O que eu quero dizer é o seguinte, **esse conceito de tecnocrata nós precisamos rediscutir, porque ele continua às vezes sendo repetido e eu tenho dúvida sobre a validade dele... O valor conceitual,** o valor explicativo disso. Dizer que uma pessoa é tecnocrata é a mesma coisa que dizer que um político é populista... É extremamente pejorativo [...]Então é um termo muito, extremamente ideológico, como era o tecnocrata. Tecnocrata porque nos éramos aquelas figuras que tinham uma visão técnica, não sei o que, e nem tínhamos uma visão técnica da realidade. Mas como diz o outro: “há várias maneiras de você explicar a realidade, inclusive pela técnica”. [...] **Olha, a atividade de planejamento, ao contrário do que muita gente pensa [...] exige sempre uma virtude das pessoas, que é a imaginação, é a capacidade de você criar.**

[...] Então, nós tínhamos isso, “a fulana é uma tecnocrata, Reis Velloso era um tecnocrata”, e a gente olhava para o Reis Velloso, o Reis Velloso ficava falando de curvas de demanda, não sei o que, e a gente dizia: “aí, esse é o papo de um tecnocrata,

tenta explicar a realidade por uma equação”.[...] Olha, você estava falando aí, eu estava me lembrando de uma coisa, que outro dia eu brinquei com o “fulano. Eu falei: “Fulano”, você é o último tecnocrata que eu vejo”, porque ele tem o perfil daquele homem que trabalha para o Estado. Tecnocrata foi sacanagem minha. Eu sempre brinco com ele[...] e digo assim “você é um economista neoliberal”, ele fica p... comigo, mas **“Fulano” é aquele típico...faz toda a equação, tudo certinho, e tal, era assim. O elemento do planejamento não pode ser um cara tipo “beltrano”, não pode ser um cara desse tipo, eles são espontaneistas... [...]**Quando a gente fala: **“ah, é um burocrata”, é um termo pejorativo. Mas é preciso ter cautela também, muita cautela, porque um juiz que exige o cumprimento da lei é um burocrata porque? não, burocrata é a mulher que está no guichê que está dizendo para essa pessoa que tem que seguir as normas.**[...] O que eu estou falando é o seguinte, nenhuma instituição sobrevive sem certas regras de funcionamento (CABCRA, 2006, grifos nossos).

Nesta fala o economista neoliberal é considerado como modelo de tecnocrata moderno. Lembramos que o economista da época dos governos militares encarnava o tecnocrata do Estado, legitimado nas figuras de Roberto Campos e Delfim Neto, enquanto que a tipificação do burocrata é vinculada ao funcionário sem criatividade, que apenas reproduz as normas prescritas nos regulamentos.

Novamente é a fala de Lynaldo, presidente do CNPq no período 1980-85, que agora nos dá sua percepção de não ter sido um tecnocrata. Constata-se a preocupação em desfazer a imagem de “serviçal do governo militar”, elencando atitudes de defesa das liberdades e dos militantes de esquerda, dando a perceber a tensão do técnico em servir ao regime guardando seus princípios e convicções.

[...] Não, não... **acho que não.** Quer dizer, **eu era um técnico que nunca tive militância política.** Minha carreira começa quando eu fui nomeado diretor da Escola Politécnica de Campina Grande, quer dizer diretor mesmo nomeado, porque antes eu tinha sido vice em exercício. E eu estou mesmo nomeado, depois de uma lista tríplice, que deu um trabalho danado porque havia já aquela polarização esquerda/direita. E era uma escola no interior da Paraíba mais ligada a universidade federal, e eu fui nomeado no dia dezessete de dezembro de 63, não é? Depois de oito meses de rasga a Portaria, faz de novo a Portaria, **porque a UNE era contra mim, dizia que eu era representante do capitalismo, coisa parecida....**[...]O reitor ficou [...]impedido de ser reitor e [foi] nomeado como interventor o professor Guilardo Martins Alves que era um coronel do Exército e professor. É... médico e professor da Universidade, mas também coronel do Exército. Então, eu vivi tudo isso. Bom, se tiraram o reitor, vão tirar os diretores, quer dizer, aquele clima horrível de dedo duro, de denúncia, de repente todo mundo cassando um professor que supostamente era de esquerda e que tinha participado daqueles movimentos pré - trinta e um de março e... também aluno... caça aos presidentes do diretório e somem os diretórios acadêmicos. Quer dizer, **com tudo isso eu convivi e consegui sobreviver.** Inclusive, quando eu contratei um professor comunista que veio do ITA, era o Rofman... de repente, o vice-reitor em exercício me chamou e disse: **“mas rapaz, você contratou um comunista, já demiti ele, já demiti ele.** Você toma cuidado, porque é capaz de você pegar uma rebarba”.E depois disso eu vim trabalhar em Brasília no governo em meados do governo Médici, trabalhei no governo Geisel e minha atuação no governo terminou com dois militares. **“Bom, esse homem foi um serviçal do governo militar”, mas eu sempre guardei**

minha posição... inclusive, o pessoal todo me reconhece... a quantidade de subversivos que eu contratei na Paraíba, e depois foi a primeira universidade a convidar Darcy Ribeiro e Celso Furtado para fazer conferência! No dia de Celso Furtado, todo mundo estava assim, num clima de que era capaz do Grupamento de Engenharia invadir a Universidade Federal da Paraíba para impedir a conferência de Celso Furtado... e o Celso veio, conversou comigo, foi quando eu tive contacto maior com ele porque ele era paraibano, mas ele sempre teve mais razões do que eu, mais acima do que eu. E Celso Furtado fez a conferência dele e não aconteceu nada, e eu também fiz uma reunião como presidente do Conselho de Reitores em João Pessoa, também depois saiu na VEJA e disseram que a USP me denunciou ao Ministro da Educação que era o Euro Brandão que estava no lugar do Ney Braga, que **como presidente do conselho de reitores eu estava usando o órgão para fazer subversão**, quer dizer... Então, essa foi a minha vida e hoje eu continuo lutando e sempre que eu posso fazer alguma coisa... e **nós temos a nossas bandeiras...** (CALYN, 2007, grifos nossos).

O entrevistado procura justificar sua trajetória durante a ditadura militar como sendo alguém que “não tinha militância política”, mas que tinha “bandeiras”, isto é, não era “neutro”. Por meio da polarização “esquerda/direita” relata as rotulações que recebeu, de acordo com o momento político, nos facultando a percepção do jogo político envolvido na atuação de um técnico em cargo de direção, em várias instâncias.

Da análise das falas dos sujeitos sobre a tecnocracia emerge o debate e as contradições entre tecnocracia/burocracia, cientista/tecnocrata, retórica/ato que nos permitem perceber os embates travados no período analisado pela primazia de determinadas práticas, estabelecidas politicamente como produto de um saber qualificado, aceitas socialmente como dotadas de caráter particular e distintivo e cuja neutralidade é negada em todas as falas.

As representações dos técnicos do CNPq, que vivenciaram o período dos governos militares, apontam o reconhecimento de uma estrutura técnica qualificada, em cuja atuação estavam assentadas as propostas de estruturação de políticas para o campo de C&T, tanto no que se referia às políticas de fomento a pesquisa e formação de recursos humanos, quanto às políticas de desenvolvimento tecnológico, envolvendo estímulo à criação de mecanismos incentivadores da inovação e transferência de tecnologia.

As falas apontaram alguns fatores determinantes para o estabelecimento das práticas dos técnicos do CNPq, no período estudado:

- 1) a existência de um discurso governamental estruturado na importância da C&T para o desenvolvimento nacional, ao qual se percebiam afinizados, embora rejeitassem as perseguições políticas praticadas pela ditadura;

- 2) o reconhecimento e a valorização dos governantes, da importância do trabalho do técnico para o alcance dos objetivos e metas estipulados nos planos de governo para o campo de C&T;
- 3) a existência de diretrizes claramente definidas, bem como o delineamento coerente de uma estrutura de planejamento voltado para a execução de políticas estabelecidas nos planos governamentais;
- 4) a existência de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e projetos indutores;
- 5) valorização e prestígio político concedido ao CNPq, pelos governantes, enquanto órgão coordenador da política nacional de C&T;
- 6) espelhamento do prestígio da instituição no quadro de servidores, traduzido em de altos salários e boas condições de trabalho, produzindo efeitos de distinção social;
- 7) estabelecimento de forte vínculo identitário do quadro técnico com a importância da missão institucional.

Os técnicos ao reconhecerem e incorporarem os discursos governamentais da importância da C&T para o desenvolvimento nacional e identificarem o estabelecimento de diretrizes bem definidas para a formulação de políticas para o campo, se identificavam como executores de um projeto nacional de grande importância para o País . Nesse contexto, o técnico do campo da C&T é percebido como elemento integrante de uma estrutura de governo e um braço atuante do Estado, cujo papel incorporado é buscar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional, executando as determinações formuladas nos planos de governo.

4.3.2 SUBTEMA A2: O CNPq E A COMUNIDADE CIENTÍFICA

4.3.2.1 Gestão: José Dion de Melo Teles – 1975-1979

Esse período é marcado pela organização do campo da C&T no Brasil, fundado pelo discurso dos governantes militares sobre sua importância para o desenvolvimento nacional e cuja instituição legal se realizou através de leis e decretos que deram forma ao SNDCT. José Dion promoveu a grande reinscrição do CNPq na história da C&T brasileira, tornando-o coordenador do Sistema e, por consequência, o órgão responsável pela elaboração do II PBDCT e seu acompanhamento executivo.

A grande reestruturação do velho Conselho, agora Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) colocou a comunidade científica em polvorosa, temerosa das intervenções do governo militar neste novo campo, ainda não bem delimitado em sua atuação e competência. Coube a Dion fincar as estacas e demarcar o território onde Estado e comunidade científica atuariam, ora em harmonia, ora em embates deflagrados com a interveniência do quadro técnico do CNPq.

O presidente do CNPq, no período 1975-1979, narra ter encontrado o Órgão no momento de sua reconfiguração como uma instituição “acanhada”, voltada para o apoio tradicional às áreas de Química, Física e Matemática.

[...]eu encontrei o **Conselho Nacional de Pesquisas muito acanhado**...sem assim... um planejamento engajado, acoplado ao desenvolvimento do país. Quer dizer, um trabalho extremamente honesto, extremamente concreto de criar a massa crítica científica do país **dentro daquela trilogia Química, Física, Matemática**... o CNPq foi aos poucos, por altos e baixos, se dedicando à certa agenda. E essa agenda, em termos de recursos, era basicamente recorrente...(CADION,2007, grifos nossos)

O entrevistado inicia a seqüência em 1ª pessoa, evidenciando a sua ação em “transformar” o CNPq numa instituição moderna, remodelada sobre uma nova estrutura, oposta ao “acanhado” e ultrapassado Conselho. A fala torna evidente o grau de autonomia e sustentação política desfrutado para realizar as mudanças necessárias e introduzir o apoio ao desenvolvimento tecnológico e abrir o fomento para as áreas de Humanas e Sociais. Em

contraposição a ação de transformação no principal órgão de apoio a pesquisa científica, é percebida a reação da comunidade científica.

[...] E quando eu transformei aquela sala numa sala de trabalho para exatamente começar a colocar em funcionamento essa nova estrutura e fui montar um escritório, também no mesmo edifício onde estava a FINEP, na Avenida Rio Branco, no Clube de Engenharia, aí **houve certo início de pânico de que estava havendo uma degola, um desmonte do CNPq** [Essas preocupações]... eram vocalizadas através de, por exemplo, dos membros do CCT. O Mônaco, por exemplo, o Israel Vargas e outros que vinham mais diretamente...o José Goldemberg...da USP. Então, **sobretudo da USP, vinham algumas manifestações, vocalizações de preocupações... Além do CNPq abrir uma agenda para tecnologias ele também abriu para área das chamadas Ciências Humanas**, o que os franceses chamam de ciências móveis, não é? A geografia humana, a filosofia, o direito, enfim, uma grande área do espectro que ainda nunca havia sido assistida pelo Conselho[...] (CADION, 2007, grifos nossos).

A instituição de um comitê científico, que apoiou a presidência do CNPq, no período, é apontado como solução para uma transição mais suave. Pode-se, daí, perceber como a comunidade foi cooptada de maneira a legitimar as ações do gestor do Órgão, mantendo-se como agente ora participante, ora contestador.

[...]eu propus ao Velloso que o CNPq autarquia fosse transformado numa **fundação de direito público**, quer dizer, criado por lei, mas regido pelo direito privado. Isto é, que só era celetista a forma de contabilizar, de gerir, comprar, etc. tipicamente de setor privado... Eu me lembro quando eu resolvi acabar com aquele Conselho do CNPq... não me lembro o nome naquela época...Conselho Deliberativo, e aí disseram: “Oh Dion, você está maluco?”.

Mas **no início houve medo** e para reduzir isso dentro do propósito de ter uma transição mais suave, mais natural possível, **além dos comitês assessores foi instituído um ad hoc, um colegiado, que era um comitê científico e que apoiou muito a presidência do CNPq na época**, no trânsito do passado para o futuro, na locação de recursos novos que eram obtidos, na busca até de construção de uma demanda qualificada.. Então, dentro desse quadro aí o que eu procurei fazer foi desenvolver uma capacidade de gestão que fosse possível ao mesmo tempo, fazer a continuidade da memória e do esforço e introduzir alguns fatos extremamente relevantes para isso... **não descontinuar a memória histórica, os procedimentos, digamos em cima da clientela tradicional, e criar uma nova demanda. Agora, isso corresponderia a algumas mudanças estruturais para que, nessa nova conjuntura**, nesse novo salto que o segundo PND se propunha, a gente tivesse sucesso. (CADION, 2007, grifos nossos).

Foi proposta uma transformação (de autarquia para fundação) e “resolveu-se acabar” com o Conselho. A fala evidencia novamente a autonomia e o objetivo de estabelecer uma estrutura de manejo mais flexível, que permitisse as mudanças pretendidas, inclusive, no âmbito das relações institucionais com a comunidade científica.

A fala coloca em evidência a preocupação do gestor e dos governantes em não provocar uma ruptura brusca nas atividades de apoio à comunidade científica, mantendo parte das ações do CNPq voltada para o fomento tradicional, mas, também, criando novas perspectivas de atuação vinculadas com as prioridades estabelecidas pelo governo militar no II PBDCT, ou seja, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico.

A idéia de passagem do antigo para o moderno é explorada como justificativa da necessidade de investimentos em tecnologia para acompanhar a modernidade. É perceptível aí o estabelecimento das duas faces do desenvolvimento – uma voltada para a ciência e a outra para a tecnologia, num longo embate no campo, traduzido pela disputa de poder entre a comunidade científica e a administração do CNPq. Essa disputa torna-se mais nítida na gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, sob o governo do general Figueiredo.

4.3.2.2 Gestão: Maurício Matos Peixoto – 1979-1980

A gestão do professor Maurício Matos Peixoto no CNPq, além de muito breve (dez meses), foi percebida como o retorno da comunidade científica ao comando do campo da C&T. O professor Maurício, renomado matemático, havia participado da assessoria científica do CNPq na gestão de José Dion, onde manifestara sua discordância quanto aos novos rumos dados à instituição. Portanto, sua posse na presidência do CNPq representou a volta ao antigo “Conselho” cujo apoio à realização de pesquisas e formação de recursos humanos era tradicionalmente concentrado nas áreas da Física, Química e Matemática.

Fui nomeado com a ida do Mário Henrique Simonsen para o Ministério do Planejamento [...] Nós nos conhecíamos desde os seus tempos de aluno no Gabinete de Mecânica da Escola de Engenharia da UFRJ e éramos bastante amigos. Ele me telefonou dizendo: ‘Maurício [...] eu quero que você seja presidente do CNPq’[...] Nós precisamos sair porque o Mário Henrique saiu e entrou o Delfim. Eu fiquei durante um tempo com o Delfim, mas era outro mundo. O Delfim me dizia que eu ficasse tranqüilo, e eu respondia que estava tranqüilo, mas o cargo era dele (PEIXOTO, 2002, p. 309-310).⁵⁰

⁵⁰ Entrevista concedida à Shozo Motoyama. 50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes. São Paulo: FAPESP, 2002.

No que se refere à percepção de Maurício Matos Peixoto quanto a situação do CNPq quando assumiu sua presidência, constata-se a recusa em reconhecer o Órgão como coordenador do SNDCT, reiterando a visão de que a missão da instituição “de toda sua existência” era apoiar o desenvolvimento científico por meio da distribuição de bolsas.

Houve mudanças, pois **o Dion tinha o enfoque da racionalização** da administração, esse tipo de coisa. O CNPq não era o órgão central do sistema nacional de ciência e tecnologia (C&T), **isso ele nunca foi e nunca será** [...]. O CNPq é um órgão importantíssimo **que dá bolsas e auxílios**, e isso é fundamental [...] **Essas atividades estranhas ao fomento** sempre foram um desejo, mas nunca foi feito algo de maneira contínua e efetiva. O que o CNPq sempre conseguiu fazer, durante toda sua existência, foi distribuir bolsas e criar estruturas para isso com os comitês assessores. (PEIXOTO, 2002, p. 310-311).⁵¹

Tal postura foi muitas vezes reiterada pelos representantes da comunidade científica junto ao CNPq, no decorrer da administração de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que assumiu o Órgão em 1980, após uma concorrência de bastidores com o físico José Goldemberg. A determinação de Lynaldo era de abrir espaços para o apoio ao desenvolvimento tecnológico pautado nas recomendações do III PBDCT, efetivando o CNPq como coordenador do Sistema, o que contrariava as expectativas dos cientistas, de apoio exclusivo as atividades científicas.

4.3.2.3 Gestão: Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – 1980-1985

O deslocamento de forças no campo: grandes embates por hegemonia no CNPq.

A comunidade científica tinha sido mantida sob controle, até então, pela força política de José Dion (representante direto da vontade de Reis Velloso e sua equipe de planejamento). O episódio da saída de Maurício M. Peixoto e a expectativa de nomeação de Goldemberg para o cargo de presidente do CNPq, configurou-se numa esperança frustrada da comunidade científica a voltar a gerenciar as ações do Órgão. A indicação de Lynaldo para o cargo de presidente foi decepcionante, pois se tratava de um outsider, o que deu margem a uma resistência interna à sua administração, orquestrada pelo vice-presidente nomeado, Guilherme de La Penha. Como consequência, ocorreu uma clivagem interna no CNPq que se refletiu no quadro técnico, então dividido em atividades vinculadas ao fomento institucional, liderado

⁵¹ *Idem.*

pela Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC), e as atividades direcionadas à organização de programas, coordenada pela Superintendência de Programas Institucionais (SPI).

A origem desse embate pelo domínio do campo envolveu diretamente a figura do físico José Goldemberg, que era, a princípio, a escolha de Delfim Neto para o cargo, mas que, por outras questões (discutidas na seqüência) acaba sendo preterido por Lynaldo, que trazia um projeto de desenvolvimento tecnológico e de regionalização da pesquisa.

A narrativa que passamos a transcrever abaixo faz parte daquela categoria de relatos considerados como “citáveis”⁵² ou, ainda, que podem ser concebidos como narrativas fundadoras de justificativas de acontecimentos que passaram a ser narrados, posteriormente, por outro grupo de entrevistados, e que, de alguma forma, vai sendo legitimada em diversos pontos de concordância comuns nas diferentes falas. Neste caso específico, trata-se da narrativa de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque referente à sua nomeação como presidente do CNPq, no início de 1980, que desenvolve uma trama de acontecimentos envolvendo o físico José Goldemberg e outros personagens importantes da política nacional. Aqui, chamamos a atenção para o preenchimento de uma lacuna importante na história do CNPq.

O relato integral do episódio onde José Goldemberg é preterido por Lynaldo na presidência do Órgão durante o governo Figueiredo, tornou-se de fundamental importância para a compreensão da atuação de Goldemberg como secretário de C&T, junto ao CNPq, no governo Collor, no início dos anos 1990. Portanto, a lembrança reiterada desses dois acontecimentos marcantes na história da instituição, de forma desvinculada, deu origem ao tema ora desenvolvido “CNPq e Comunidade Científica”, que no Cenário B é tratado no contexto do governo Collor, com a interpretação das correlações.

Goldemberg x Lynaldo

A articulação para a substituição de Maurício Matos Peixoto, então presidente do CNPq, por Goldemberg garantiria o comando da campo pelos cientistas. O fato de Lynaldo ser convidado para vice de Goldemberg evidencia uma estratégia de contrabalanço dos perfis

⁵² Ver ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

– ciência e tecnologia e, mais ainda, o apoio dos militares da ESG à composição, o que poderia produzir um efeito de resfriamento na resistência pessoal do ex-presidente Geisel a indicação de Goldemberg, devido às suas posições contrárias aos acordos nucleares com a Alemanha.

[...] Um dia durante o ano de 1979, eu convidei José Goldemberg para fazer uma palestra na Paraíba porque, inclusive, nós tínhamos certo relacionamento, quer dizer, eu o tinha conhecido quando ele trabalhava no BNDES com o Pelúcio e o Ferrari. Isso já era 2º semestre de 1979 e, evidente que, no começo do governo Figueiredo, Mário Simonsen indicou Maurício Peixoto, que era o presidente da Academia de Ciências⁵³, e Maurício levou seu amigo leal, fiel e companheiro de todas as horas Lyndolpho de Carvalho Dias e, então, estavam como presidente e vice-presidente do CNPq. Mas, Mário Simonsen saiu no meio do ano e ficou o Delfim. Então, o Goldemberg foi à Paraíba e à noite, no jantar, lá em João Pessoa, ele me disse: "olha o Delfim não está satisfeito e está querendo tirar o Maurício, é só aguardar o momento oportuno e o nome que ele tem é o meu, e se eu for eu quero que você seja meu vice".

Eu não sei se, por ele mesmo, **já tinha sentido que havia algum apoio a mim nesta área, da ESG, até para facilitar**, porque o Geisel não o queria por causa do Acordo Nuclear.

E então, eu digo: "Oh, Goldemberg, para mim será uma honra!" Até porque eu era professor de Campina Grande, quando saí para vir para Brasília, a primeira vez, eu era professor de Estruturas. Depois de tantos anos sem dar aula, se eu ficasse na Universidade da Paraíba, quer João Pessoa, quer Campina Grande eu ia voltar para dar aulas e eu não sabia nem de quê, porque da área de Estruturas eu tinha me afastado, a área de Administração eu não era reconhecido, apesar de ser gestor, gestor da Escola Politécnica, gestor do DAU, gestor da Universidade, eu não era reconhecido como administrador, ninguém iria me convidar para dar aula no curso de Administração, que só tinha em João Pessoa. Então, eu aceitei e depois disso houve um silêncio sepulcral. Isso foi em setembro, outubro de 1979, e Goldemberg nunca mais me contactou. Aí foi chegando o fim da minha gestão e eu, então, recebi um convite do Professor José Israel Vargas, que era o Secretário de Tecnologia Industrial, desde o começo do governo Figueiredo, para ser um dos adjuntos dele... (CALYN, 2007, grifos nossos).

A fala de Lynaldo evidencia a existência de redes de sustentação aos candidatos ao cargo de presidente do CNPq, que travavam verdadeiros embates nos bastidores políticos do momento: “já tinha sentido que havia algum apoio a mim nesta área, da ESG, até para facilitar, porque o Geisel não o queria por causa do Acordo Nuclear”. Lynaldo possuía o apoio do grupo da ESG, justamente por apresentar um perfil mais próximo àquele previsto originalmente para a condução do CNPq reconfigurado em 1975, com capacidade de dar continuidade ao projeto iniciado por José Dion. Isto é, desenvolver no CNPq o espaço institucional de apoio às ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico, a despeito da comunidade científica.

⁵³ ABC – Academia Brasileira de Ciência

É interessante constatar o acesso direto de jornalistas às decisões políticas de bastidores, o que acabou ajudando Lynaldo na “ocupação” imediata do cargo. Embora possa parecer apenas factual, a atuação de uma jornalista ligada ao MEC junto às articulações políticas de governo, o telefonema recomendando “vir para Brasília” pode ter sido decisivo para a posse de Lynaldo.

[...]Eu estava nesta expectativa de ser nomeado e, de terminando o meu mandato, vir sem muita pressa para Brasília de novo, para ser o secretário adjunto de Tecnologia Industrial. Inclusive, uma das vezes que eu fui ao Rio, já no começo de 1980, para conhecer, visitar o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que era ligado à Secretária de Tecnologia Industrial, e quando eu estava no Rio, recebi um telefonema de uma jornalista, que fazia a cobertura do MEC, dizendo que constava, e ela tinha quase certeza, que estava para sair a nomeação do CNPq e que o **Goldemberg tinha sido definitivamente rejeitado** e que eu seria o presidente e que seria nomeado outro vice-presidente, e que era bom eu vir para Brasília. Eu realmente corri, peguei o avião, vim para cá e conversei com ela, Rosângela Bitar. Essa jornalista, até recentemente escrevia no Valor Econômico, eu não sei onde é que ela está escrevendo agora; mas ela era muito direta, tinha muita entrada na Educação e dentro do CNPq, porque naquele tempo não tinha Ministério da Ciência e Tecnologia, não é? (CALYN, 2007 grifos nossos).

Goldemberg representava, antes de tudo, a resistência dos físicos ao projeto nuclear do governo Geisel com a Alemanha e também a própria comunidade científica contra o governo militar, enquanto presidente da SBPC no período 1979-1981. Representava também a volta ao CNPq anterior a 1975, ou seja, o velho Conselho dedicado às necessidades e interesses da comunidade científica. Tinha consciência da resistência ao seu nome dentro do governo, e talvez, por isso, tenha procurado a parceria de Lynaldo, que era simpático a um influente grupo de militares, da ESG.

[...]Então, eu vim para cá e ela confirmou **que meu vice seria o Guilherme de La Penha, que era uma pessoa que estava no Ministério da Educação** como secretário de Educação Superior, do ministro Eduardo Portela. Parece que estava tendo dificuldade de relacionamento e tinha uma aproximação através do então sogro dele com o general Milton Cruz. Então, seria eu presidente e Guilherme de La Penha vice-presidente e a nomeação realmente saiu... (CALYN, 2007, grifos nossos).

É possível identificarmos a tensão entre o novo e o velho CNPq, vivenciada pela comunidade científica. O entrevistado aponta para o contraste entre posicionamentos diferenciados: o tradicional, representado por Maurício Peixoto, que favoreceria a comunidade científica e que seria continuado por Goldemberg, e Lynaldo que atuaria de acordo com as mudanças realizadas pela gestão José Dion.

[...]Enfim, quando vi a nomeação eu **creditei ao pessoal da ESG**, que continuava vendo uma forma de me aproveitar no governo [...] e já que não podia o Goldemberg, o Delfim deve ter dito "então vamos colocá-lo, já que ele tem apoio" e, apesar de não me conhecer, o Delfim achou que era uma solução, pois ele estava ansioso para tirar o Maurício, porque ele era muito aquela linha do CNPq tradicional, casa do cientista. E aquelas mudanças que aconteceram no CNPq na gestão do Geisel, feitas por Pelúcio e Dion, com o apoio do ministro Velloso, certamente tinham incomodado bastante a comunidade científica. Ele, de certa forma, a representava, porque quando foi falar comigo na Paraíba, ele era o presidente da SBPC e, evidentemente, tinha todo o fato de ele ser da USP, da Física. A Física é um grupo forte...

[...] Mas, a comunidade... acho que devem ter me dado um crédito de confiança. **Estranharam um pouco porque esperavam um outro cientista, o Goldemberg mesmo, e viram chegar um gestor, e naquela época, mais do que hoje, um gestor de ciência e de tecnologia não valia nada. Eu não tinha doutorado, não tinha mestrado...** E ainda vindo do Nordeste, engenheiro, ao invés de ser pesquisador da Física, ou da Química ou da Biologia, de onde era a maior parte dos presidentes do CNPq, quando não eram generais, como o general Façanha. (CALYN, 2007, grifos nossos).

É perceptível o afastamento existente na relação de poder estabelecida pelo ministro Delfim, uma vez que Lynaldo não pertencia à equipe do ministro. Delfim confirmou o CNPq como cabeça do SNDCT, bem como a necessidade de elaborar o III PND e o III PBDCT, em moldes diferenciados daqueles realizados não governo Geisel.

[...]De repente, um dia, **Delfim mandou para mim uma carta**, a cópia de uma carta. Eu só despachava com o Delfim em determinados momentos de definição de pontos mais importantes e de um modo geral, ele delegava para o Pécora, o secretário geral. E numa das reuniões de despacho com o Pécora ele me entregou, com o despacho do Delfim "**para o Lynaldo tomar conhecimento**". **Era uma carta de Goldemberg** em que ele dizia que eu, apesar de ter sido recebido com certa simpatia pela comunidade, que ele tinha feito o possível, mas que eu já estava me desgastando e..., **e ele se prontificava a ser presidente [do CNPq]**, e até insinuava que quem sabe o Geisel já teria retirado o veto, essa coisa toda. (CALYN, 2007, grifos nossos).

O jogo político é enfatizado na articulação de um golpe, forjado por José Goldemberg, para destituir Lynaldo do cargo de presidente do CNPq, argumentando seu desgaste junto a comunidade científica. Observa-se o desnudamento dos embates que se estabeleceram no campo da C&T, representado pelo CNPq: a comunidade científica versus a gestão do Estado que ainda representava o planejamento em C&T.

O perfil técnico de Lynaldo não correspondia àquele credenciado pelo campo da ciência – não possuía mestrado, nem doutorado, tampouco pertencia às áreas privilegiadas, como a Física, a Biologia, a Química ou a Matemática. Ele era engenheiro, assim como José Dion e ainda apresentava a agravante, segundo ele, de ser nordestino.

[...] Aí eu caí das nuvens e disse: "Puxa vida que **falta de caráter, falta de hombridade, que falta de ética, de lealdade, tudo...**" Isso foi em 1980...segundo semestre de 80. Aí eu tive uma grande decepção e pensei: "seja lá o que Deus quiser", porque inclusive **eu já estava tendo problemas lá no CNPq, com o meu vice Guilherme de La Penha, que queria ser o presidente** já desde o primeiro dia e **alegava que ele é que era PhD**, ele é que era doutor, ele é que era da UFRJ, ele é que era da matemática e chamava pessoas da comunidade e **insinuava "que aquele cidadão que estava debaixo dele", porque eu estava no terceiro andar e ele no quarto, "aquele cidadão que estava em baixo não tinha condição, e nem tinha o apoio da comunidade"**, essas coisas. (CALYN, 2007, grifos nossos).

A fala nos informa que o perfil de gestor bem sucedido e reconhecido pelo Estado não credenciava Lynaldo no campo da ciência, levando-o a uma percepção de si como um outsider da comunidade científica. A figura de Guilherme de La Penha representava a ciência, no embate que se travou no Órgão e denunciava a desqualificação de Lynaldo para o cargo de presidente.

As dificuldades resultantes do fim da dobradinha dos presidentes⁵⁴ do CNPq e da FINEP, com o fim do governo Geisel, surgem na fala, quando a relação entre as duas instituições passou a ser de concorrência, perdendo a imagem de instituições co-irmãs, afinadas em princípios, construída na época de Reis Velloso.

[...]Então, foram cinco anos de altos e baixos... Muita tensão... e, inclusive, muito desgaste para mim, para minha família... E eu, ao longo do tempo, naquele dia-a-dia pesado, com muitas audiências, muitas viagens, muitos compromissos e **também essa tensão que havia entre o CNPq e FINEP. Por mais que você tentasse contornar... a FINEP é que tinha o dinheiro e o CNPq é que tinha a coordenação**, e eu via isso como um ponto difícil ... E tinha aquele CCT, aquele CCT imenso!!! (CALYN, 2007, grifos nossos).

É interessante observar que o perfil de Lynaldo era o mesmo de José Dion. Ambos engenheiros, sem doutorado, nordestinos e gestores. A grande diferença é que Dion integrava o grupo forte do planejamento no governo Geisel, que possuía um plano de atuação e recursos, muitos recursos para concretizá-lo. Portanto, a distinção de Dion junto à comunidade científica se impunha por meio da legitimidade que possuía no grupo de poder dos governantes militares. Não havia dúvidas para a comunidade científica sobre quem ditava as regras do jogo. O que não era o caso de Lynaldo, num momento de distensão política e enfraquecimento do planejamento no governo, em função do perfil dos novos ministros. A

⁵⁴ O presidente da FINEP era vice no CNPq e o presidente do CNPq era vice na FINEP.

comunidade científica, como toda a sociedade civil, ganhara fôlego e espaço para o combate ao próprio governo, que naquele momento não tinha clara a sua atuação na área de C&T.

A preocupação de Lynaldo em registrar o apoio recebido dos oficiais da ESG é clara. Na percepção do entrevistado sua nomeação é creditada ao grupo de militares, mas é importante lembrarmos que o veto à Goldemberg teria vindo de Geisel e que existe a possibilidade dele também ter pressionado no sentido de recolocar o CNPq nos trilhos remanejados em 1975, influenciando a decisão política de Delfim em se aproximar do projeto anterior e reverter a influência do grupo de cientistas na gestão do CNPq. Goldemberg representava não só o grupo da Física, que era muito forte, mas a comunidade científica na figura de presidente da SBPC. Essa leitura não foi feita por Goldemberg ao avaliar que a escolha de Delfim Neto pelo nome de Lynaldo, teria sido recomendada apenas em função do Acordo Nuclear ao encaminhar a carta se oferecendo para “assumir o posto”.

O episódio da nomeação de Lynaldo clareia a existência de um tenso jogo político de forças que vai pouco a pouco desenhando o campo da luta que passa a ser travada dentro do CNPq e traduzida na oposição assumida pelo então vice-presidente, Guilherme de La Penha.

O veto à Goldemberg

Na análise do enunciado discursivo apresentado abaixo, observa-se o descompromisso do entrevistado, quando destaca por duas vezes tratar-se de “elucubrações”, elaborando ao longo dos fragmentos reflexões e associações muito fortes e interessantes. Logo no início da narrativa utiliza a expressão “chegaram à seguinte conclusão, chegaram que eu digo...a SEPLAN”, o que nos permite apreender uma pretensão em relatar a “conclusão” real assumida pela SEPLAN (trata-se de pessoa com experiência no setor de C&T de muitas relações políticas). O entrevistado faz uma análise bastante contundente do veto à Goldemberg, quando da nomeação para o cargo de presidente do CNPq.

[...]É muito mais uma elucubração, não tenho nenhum "insight information" sobre isso. Mas **chegaram a seguinte conclusão...chegaram que eu digo...a SEPLAN**. O professor **Maurício foi o retorno ao cientificismo do CNPq** e a vinda de **Goldemberg seria talvez, um fortalecimento maior**, porque ele pertencia ao grupo mais organizado e politicamente aguerrido que é **a Física, que faria com que o CNPq voltasse à velha concepção de Conselho dos anos 1950**, isso é uma coisa que eu acho que sensibilizou até os paulistas. Não esqueçamos que Delfim e seus

principais assessores eram todos paulistas. Mas havia esse modelo de afirmação nacional e sabiam que não podiam ficar restritos à visão mais científica do desenvolvimento. Então, nesse sentido, acho que **o personagem Lynaldo... não seria uma pessoa com perfil da comunidade científica "stricto sensu"**, tinha uma outra visão do realizador, do homem que faz as coisas acontecer, do engenheiro que põe a mão na massa... Eram esses os trunfos do Lynaldo e que acho que em boa hora o Delfim como um homem muito astuto, ninguém se engane, ele deve ter ponderado... **"ou se retorna aos velhos valores, ou se faz uma tentativa de continuar aquilo que o Dion começou"...**

[O Goldemberg ainda tinha a questão do projeto nuclear]...isso com certeza! Ele como presidente da SBPC foi muito atuante, combateu, inclusive politicamente, o governo. Quer dizer, ele não seria uma pessoa de fácil trânsito no governo pelas posições políticas, por ter liderado a SBPC, sobretudo, num momento crítico, de muita repressão, além de pressão, de alguns acontecimentos muito tristes...Então, tem o **Acordo Nuclear que é a cara do governo Geisel**, principalmente, o início do governo, não é?

Então, o Goldemberg era um físico muito atuante. E talvez **o fato de fazer parte de uma comunidade étnica, que não tinha muita simpatia pelos alemães, isso, eu estou tentando fazer algumas elucubrações, quer dizer, o Geisel era de origem alemã, o Goldemberg é um homem judeu...** Uma política de aproximação com a Alemanha tinha na época... da Segunda Guerra Mundial, tinha apenas 30 anos... era uma coisa muito viva... são elucubrações, como eu estou falando, não tenho nenhuma teoria elaborada sobre isso. E depois eu acho que até o acordo nuclear já estava um pouco diluído... perdeu um pouco a importância no volume de investimentos, etc. Aquele furor inicial de investimentos na área nuclear, no próprio governo Geisel vai sendo minimizado [...]No aspecto formal, uma instituição que não era de governo que representou um pensamento organizado, veemente, foi a SBPC. Aí vem o Goldemberg... o Oscar Sala também foi outra voz muito importante neste período, a ordem não sei se o Oscar antes ou se e o Goldemberg depois. Mais fica muito próximo; **são ainda os físicos dando as cartas.** (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

A nova hipótese proposta pelo entrevistado, quanto a fatores que levaram ao veto de Goldemberg ao cargo de presidente do CNPq, é a alusão feita à origem judaica do físico Goldemberg, que poderia ter sido considerada por Geisel, também como um critério. Assim, Goldemberg reuniria características que teriam levado ao veto: crítico do governo, presidente da SBPC, físico, posicionamento contrário ao do governo sobre o Acordo Nuclear com a Alemanha e etnia judaica. CABIGAM foi o único entrevistado a elaborar tal relação.

Em outro fragmento, o técnico CAMBRO, que não conhecia o relato de Lynaldo, recorda a justificativa dada por Goldemberg por não ter sido nomeado presidente do CNPq em 1980: ambigüidade entre não querer e não poder assumir:

[...]E eu presenciei em vários momentos o Goldemberg, **o próprio Goldemberg comentar isso.** Que **ele tinha sido convidado [para a presidência do CNPq], mas que ele não ia aceitar, porque ele não queria**, não sei o que... O que o Goldemberg me repetiu algumas vezes é que ele tinha sido convidado mas ele não podia assumir..." (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A percepção de que houve “ressentimento de Goldemberg por Lynaldo ter aceitado o lugar...” e de que o mesmo teria sido vetado em função de seu posicionamento em relação ao acordo nuclear, evidencia a relação das indicações com posicionamentos político-ideológicos.

[...]O Goldemberg foi convidado para ser o presidente do CNPq, **mas os militares o vetaram**. Antes, ele havia convidado o Lynaldo para ser o seu vice [...] **A razão do veto teria sido a sua posição em relação à política nuclear** contrária ao acordo com a Alemanha. Não sei se você se lembra disso. **Goldemberg não perdoou Lynaldo por ele ter aceitado ficar em seu lugar**.[...] Mais ou menos às cinco horas da manhã recebi uma ligação do Lynaldo, dizendo que tinha sido nomeado para o CNPq, pedindo ajuda para mobilizar o pessoal em Campina Grande para discutir um projeto ou um plano de C&T. Não pedi só a mim, mas a ...outros amigos. Lynaldo conhece gente e competências no Brasil todo. Tem uma grande capacidade de mobilizar pessoas. Fez isso para pensar o CNPq.... [Era] para [eu] vir para o CNPq criar uma Superintendência ...A perspectiva era a gestão do FNDCT. (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A percepção de ressentimento em Goldemberg, por não ter sido nomeado presidente do CNPq, teria ocasionado uma atuação revanchista em relação à instituição por ocasião de sua atuação como Secretário de C&T, no governo Collor; tema que será resgatado mais à frente.

A fala seguinte é de um técnico que chegou ao CNPq no momento em que o confronto entre Lynaldo e o vice-presidente De La Penha recrudescceu e que, portanto, não acompanhou o processo anterior de disputas que se travava nos bastidores. A percepção é: “[...] a sensação que eu tive quando eu entrei foi de uma instituição com uma clivagem, uma instituição dividida em duas” e que “ existiam quase que dois castelos”. A clivagem mencionada pelo sujeito refere-se à disputa estabelecida entre os gestores, onde as ações induzidas por meio de programas eram defendidas por Lynaldo e as ações de fomento tradicionais por De La Penha, evidenciando a tensão entre comunidade científica e "gestão de ciência e tecnologia"

[...] **a sensação que eu tive quando eu entrei foi de uma instituição com uma clivagem, uma instituição dividida em duas. Tinha o CNPq da presidência, que era do Lynaldo, e o CNPq da vice-presidência, que era do "Guilherme de La Penha". Então, existiam quase que dois castelos** e [...] eu lembro do encontro que foi feito logo no início da época do Lynaldo, quando eu tinha acabado de entrar, que foi para unificar esses dois mundos e foi muito interessante. Foi um debate onde cada um apresentava as áreas e as "relações de interfaces". Apesar do confronto político que existia entre o "De La Penha" e entre o Lynaldo, foi uma coisa que, para os técnicos que estavam chegando, eles tiveram uma visão global da política de ciência e tecnologia...Eu estava entrando. O que eu achei interessante, foi que eu tive uma dimensão da política, quando eu vi as duas áreas juntas, porque era sempre o lado de lá, o... dos programas, e do lado de cá.[..] Agora uma coisa interessante é **que eu**

vejo, até hoje, fazerem essa divisão...programas de um lado e a área institucional do outro. Isso parece uma coisa maluca. (CABLNC, 2007, grifos nossos).

A fala ainda nos remete à continuidade dessa clivagem nos dias atuais, ou seja, à resistência da comunidade científica ao investimento de recursos do CNPq em ações indutoras ao desenvolvimento de tecnologia.

Resistência a Lynaldo



Foto 12 - Visita de Flávio Pécora ao CNPq (Maurício Altino, Lynaldo C. Albuquerque, Maurício Lacerda, Flávio Pécora, Jorge P. da Silva)

A administração de Lynaldo é percebida como muito conturbada em função da resistência organizada pela comunidade científica na estrutura do próprio CNPq, por intermédio do então vice-presidente Guilherme De La Penha: *“houve um movimento para tirá-lo”, “teve momentos críticos na administração”, “sofreu uma resistência enorme”*. A atuação do secretário executivo do ministério do planejamento, à época, Flávio Pécora, é lembrada como tendo sido de muita importância para a manutenção de Lynaldo na presidência do Órgão.

Na fala de CABEAR é possível perceber a importância da legitimação política de Lynaldo, via intervenção de Delfim Neto, fornecendo condições mínimas de administração da instituição.

[...]Você lembra que na administração dele [Lynaldo] **teve um movimento de tirá-lo?** Não sei se alguém já relatou isso. Você já pegou isso? Teve **momentos críticos** na administração de Lynaldo, e **o secretário executivo era o Pécora**. Essa figura é muito importante aí nessa administração do Lynaldo, o Pécora, que era o **secretário executivo do ministério do Delfim**. Lembro-me de uma das passagens desse negócio, que foi lá naquele auditório da 511, onde o **Lynaldo estava na berlinda, ou ele ficava ou ele saía, entendeu? Então, foi quando o Pécora foi lá para dizer "vai ficar"**. Havia reações aos programas, à visão regional que Lynaldo tem até hoje, e bate de levar o país inteiro...Então, ele sofreu uma resistência enorme [...] eu imagino o seguinte, o grupo que perdeu lá atrás continuou pressionando e estava fazendo esse tipo de coisa, não é.? (CABEAR, 2007, grifos nossos).

O episódio nos remete ao comentário de Bourdieu (1989), sobre a divisão existente em estado potencial na constituição de grupos de especialistas dotados de interesses específicos, e

colocados em concorrência pelo poder no campo, onde o desfecho da luta interna depende da força que os agentes podem mobilizar fora do campo. No caso da administração de Lynaldo no CNPq, a intercessão de Delfim Neto através de seu porta-voz, Flávio Pécora, afirmando sua autoridade política e legal enquanto presidente do Órgão, foi definitiva para a estabilização das relações no campo e a viabilidade de sua gestão.

Lynaldo é percebido pelos governantes como figura intermediária, capaz de mobilizar a comunidade acadêmica (mas não a comunidade científica) e os interesses do governo, contando com apoio de oficiais da ESG. Goldemberg representaria, pelas descrições dadas pelos entrevistados, um contraponto em relação ao modelo de afirmação nacional que se instaurava no País, tendo sido presidente da SBPC, pertencente à comunidade dos físicos e oposição declarada aos acordos nucleares com a Alemanha.

Os desdobramentos dos fatos narrados envolvendo o físico José Goldemberg serão retomados no item 4.2, referente ao Cenário B: Governos civis e o planejamento de C&T, quando, na perspectiva temática do CNPq e Comunidade Científica, o personagem retorna a ser objeto das narrativas dos sujeitos, agora na condição de secretário de ciência e tecnologia do governo Collor.

4.3.3 SUBTEMA A3: PERFIL E STATUS DO TÉCNICO

A maior valorização dos técnicos ocorreu no período dos governos militares. Segundo a percepção de CABRIN, os técnicos do CNPq e da FINEP seriam os mais prestigiados pelo perfil incomum, isto é, pela formação acadêmica e competência para elaborar políticas.

[...] No período dos governos militares... os técnicos eram considerados pessoas “fora da curva”, com perfil incomum, tanto na FINEP, como no CNPq.[...]O salário é consequência da qualificação. As pessoas do planejamento, sem dúvida, ou tinham mestrado, ou estavam fazendo, ou já tinham doutorado.... veja as pessoas que passaram pela área de planejamento... todos estudiosos e olhados com muito respeito. [No período dos governos militares havia uma dependência maior do conhecimento especializado do técnico] porque os militares tinham demandas claras e precisavam de competências para realizá-las. Posteriormente, as atividades de planejamento ficaram sob suspeita, entraram em descrédito.[...]Na gestão Gerhard (1990), o planejamento passou a atuar verticalmente determinando as ações para outras áreas executarem, "as pessoas nos olhavam como os deuses no Olimpo, que ficavam pensando besteiras" (CABRIN, 2006, grifos nossos).

Os altos salários existiam em função da qualificação e a valorização e o status dos técnicos seriam maiores em função das demandas dos militares. A desvalorização do técnico estaria relacionada ao descrédito do planejamento no Brasil e no mundo, e com a cultura dos políticos brasileiros de não darem continuidade aos projetos anteriores .

Os técnicos eram dotados de formação acadêmica, mestrado e doutorado, dedicados aos estudos e reflexões teóricas. Caracterizavam-se como estudiosos e, portanto, detentores de uma legitimidade dentro do grupo sendo, por isso, sujeitos de distinção e respeito dentro da própria instituição. Na fala de CABRIN, constata-se a eficácia simbólica dos títulos acadêmicos com o efeito de transformar a representação que os indivíduos possuem aos olhos dos outros tornando-se dignos de respeito e credenciados em suas atividades . Nesse sentido, os títulos criam diferenças, instituem e notificam uma identidade (BOURDIEU, 1989). Ao mesmo tempo em que são portadores de distinção, são considerados “deuses” pelo fato das propostas de políticas serem geradas dentro de um grupo de especialistas, sem envolvimento com os outros setores do Órgão.

Trata-se da fundamentação taylorista do planejamento, onde a concepção, privilégio dos especialistas e dirigentes, é dissociada da execução. No CNPq, essa percepção se reflete na histórica divisão física entre os setores do Órgão, o que promoveu e fortaleceu o distanciamento entre a Superintendência de Desenvolvimento Científico e a Assessoria de Planejamento (ver fala de CABMRO), provocando uma divisão técnica entre os setores do fomento e do planejamento (ver embate Lynaldo e De La Penha).

No período 1975 – 1980, quando da transferência física do CNPq do Rio de Janeiro para Brasília, enquanto as áreas vinculadas ao fomento foram transferidas com relativa rapidez, o setor de planejamento permaneceu no Rio de Janeiro por quase todo o período, tendo sido necessária uma pressão direta de Lynaldo, para reunir todos os técnicos na sede em Brasília. Alguns técnicos não aceitaram a transferência permanecendo na administração de institutos vinculados ao CNPq ou na própria Agência Regional Rio, criada à época, “para aplicar esse pessoal” (nas palavras de Lynaldo). Como o edifício sede não comportava todas as áreas técnicas e administrativas do Órgão, os técnicos que trabalhavam diretamente com as atividades do fomento (no jargão dos servidores da instituição “os empurradores de

processo”), foram instalados em outro edifício, situado na Quadra 511 Norte, cerca de 1 km distante. Portanto, essa prática consagrou a divisão entre os próprios técnicos: de área fim (fomento) e área meio (administração – planejamento), divisão existente até os dias de hoje.

A percepção dos técnicos como grupo privilegiado mas, em contrapartida, sem identidade própria, emerge na fala de CABMG:

[...] Na época do militarismo...esses técnicos eram parte de um grupo privilegiado em termos de salário e isso foi bastante contundente... É realmente complicado comparar o status do técnico na época dos governos da ditadura e depois de 1985, porque ao mesmo tempo em que na ditadura ele tinha uma valorização, porque era um instrumento da tecnocracia e tal, ele também era algo assim que não tinha uma valorização própria, entende? Não tinha uma identidade própria...era só um instrumento... Acho que a dependência que os governos militares tinham desse técnico especializado era mais em função da **necessidade de justificativa** mesmo, do que de dependência, entende? ... (CABMG, 2006, grifos nossos)

A valorização do técnico é vista como consequência da necessidade dos militares legitimarem seus projetos intelectualmente, através do conhecimento técnico-científico e não por dependência, e, nesse sentido, o técnico não teria uma identidade própria, por ser instrumento do poder. A questão salarial é percebida no âmbito da valorização geral do serviço público, nesse período, onde o CNPq é reconhecido pelo status e salários privilegiados.

O passado surge como lembrança de um planejamento forte, bons salários e respeito institucional.

[...]Eu me lembro que a **nossa posição dentro da burocracia do governo era privilegiada**. A gente ganhava bem, e os gestores mais graduados tinham diversas mordomias. O CNPq e o IPEA eram os dois **órgãos de planejamento** mais fortes e **respeitados**. (CABID, 2006,grifos nossos)

As estruturas das duas maiores agências de fomento do SNDCT são comparadas e o CNPq é percebido como maior, mais hierarquizado e como tendo salário muito bom.

[O salário] dessa época ... **era muito bom!** Eu não sei te dizer quanto era mais não! [risos]... Eu só posso te dizer uma coisa, o salário da CAPES era muito baixo! Inclusive na CAPES a gente tinha um salário psicológico. (risos) [...] **O CNPq tinha o salário muito bom!** Posso dizer que era. Tinha aquela coisa **do décimo quarto salário**... Agora, quando eu vim da CAPES para cá, eu já tive aquele impacto ... Aqui

no CNPq era muito maior do que a CAPES! Em termos de ... níveis hierárquicos...(CABLUM, 2007, grifos nossos)

Na fala de CABJA o CNPq surge como “órgão de elite” onde a alta remuneração, o auxílio moradia e o décimo quarto salário são considerados fatores de estímulo à vinda de servidores para Brasília.

[...]É... a nossa remuneração era uma das **melhores do país...** Para você ter uma idéia, o pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, na época, ganhava menos que o pessoal do CNPq.... Quem veio para cá recebeu um auxílio para vir. **Muitas pessoas vieram por causa desse estímulo, que foi o auxílio moradia.** Com esse auxílio moradia, quase todas as pessoas compraram imóveis aqui. Então... às vezes essas pessoas não tinham condição de comprar um imóvel no Rio e vinham para Brasília . Todas essas pessoas vieram pra cá, já com a perspectiva de ter um imóvel residencial... e isso não foi tão traumático para eles. **...embora Brasília não tivesse quase nada... Isso fez com que muita gente viesse para o CNPq,** muita gente queria ser transferido, redistribuído, por causa disso e do **décimo quarto salário. É... como eu te falei, eu considerava que estava trabalhando num órgão de elite** em nosso País (CABJA, 2007, grifos nossos).

A cidade de Brasília emerge no enunciado como colonizada pelos servidores públicos.

O símbolo do CNPq



A noção de apropriação desenvolvida a partir da teoria literária da estética da recepção, ressalta as práticas que se apropriam de diferentes maneiras dos materiais que circulam numa determinada sociedade, possibilitando usos diversificados e até mesmo opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas idéias. Essas práticas de apropriação cultural constituem maneiras diferentes de interpretação, segundo o teórico da recepção Michel de Certeau, que desenvolveu uma nova percepção que veio desbancar a tradicional recepção passiva - a adaptação criativa. Nesse sentido, o enfoque voltou-se para a apropriação, e não mais para a transmissão, partindo do princípio de que tudo é recebido, segundo a maneira do receptor.

Nesse sentido, a história cultural vem se estabelecendo como campo privilegiado para o desenvolvimento da leitura de imagens, porque permite a busca de redes de práticas e significados envolvidos nas condições de produção e recepção da imagem, ou em outras

palavras, o processo de construção e reconstrução da representação, no contexto em que a imagem foi gerada e recebida. Trata-se da perspectiva do “significado” para quem?

Peter Burke (2004), evidenciando a importância das imagens para o trabalho do historiador ressalta o valor real dos testemunhos oferecidos pelas imagens sobre o passado, complementando e reforçando as evidências dos documentos escritos, ou ainda permitindo acesso a detalhes do passado que outras fontes não alcançam. O autor chama a atenção dos historiadores para a necessidade do testemunho das imagens ser colocado nos vários contextos (econômicos, políticos, culturais, etc), observando as convenções características de cada lugar e tempo.

Constatamos assim, que o conhecimento histórico se constrói e se renova constantemente, com o estudo e o questionamento de fontes de informação diversificadas — documentos textuais, visuais, orais, arqueológicos e arquitetônicos, entre outros. Trata-se, portanto, de outra postura metodológica diante dos documentos históricos em geral, na qual se inclui o documento imagético.

Nesse sentido, a representação dos símbolos emerge das falas, relacionada a status e prestígio, como podemos evidenciar com CABJA. A carteira funcional como fonte de status em função da inscrição “Presidência da República” e do símbolo das “Armas da República”⁵⁵.

[...] Então, eu lembro que viajando de carro, **eu mostrava a carteira do CNPq e o pessoal batia continência e falava como estava a estrada...** era desse jeito. Carteira com a inscrição “Presidência da República”, de Brasília... **as portas se abriam mesmo.** Tinha a história da **carteira com o distintivo da Presidência da República** que o pessoal contava que colocava a carteira do CNPq ali dentro, entendeu? Mas não era assim não... Mas a gente tinha as portas abertas... o pessoal falava “ vamos bater carteira” (risos)...**Dava a carteirada e entrava nos lugares, sabe?!?** Nunca fiz isso, não... Mas **a gente se sentia prestigiado** [...]Então, isso motivava naquela época! **Remuneração boa... prestígio, eram fatores importantes na dedicação do funcionário!** As pessoas quando vieram do Rio tiveram casa, tiveram auxílio moradia. Tinham carros bons da época, trocavam... carros de ponta, andavam de terno... sabe? Eu no início, quando eu cheguei aqui no CNPq...**só andava de terno...**eu me lembro que **para tirar o terno foi assim... muito difícil, porque você acaba se acostumando...** Hoje eu já uso manga curta. **Naquele tempo jamais eu usaria manga curta, porque o terno estava associado a cargo de gestão, de direção...** (CABJA, 2007, grifos nossos)

⁵⁵ Ver modelos de carteiras funcionais no Anexo E.

Os símbolos de autoridade destinados a serem compreendidos, decifrados, acreditados e obedecidos, são reconhecidos na fala do sujeito e representados no gesto de continência do policial rodoviário.

A difícil transição associada à perda de prestígio e decadência do Órgão e da representação do técnico, pode ser percebida na fala do sujeito relativa a passagem do uso do terno para a manga curta, onde o terno é representado como uma marca distintiva, um atributo simbólico de importância e autoridade. A referência à competência instrumental é aqui silenciada.

Na fala de CABMIGO, o símbolo do CNPq (a logomarca) é relacionado à instituição que “transpirava de alguma forma o sentido de elite”. (Foto 13 – Placa com logomarca – Ed. CNPq Sede, Brasília).



efetivamente próspero.(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

[...]Mas o primeiro contato com o CNPq foi com o símbolo... O símbolo do CNPq me chamou muito a atenção, eu não entendi aquela sopinha de letras, mas a figura das cabeças sobrepostas...me pareceu muito interessante, muito instigante... Mil novecentos e setenta e nove para oitenta. A casa transpirava de alguma forma o sentido de elite, a percepção que eu tinha é de que eu estava ali dando um passo efetivamente em direção a elite, no seu sentido mais amplo, que eu pelo menos conseguia formar naquele momento. Eram pessoas muito bem vestidas, era tudo uma aparência de integridade, de profissionalismo, de seriedade, de eficiência, de... enfim, prédio novo, bons salários, parecia algo

O símbolo da instituição é representado a partir do sentido de elite; uma elite vinculada ao saber científico e tecnológico, cuja importância era cultivada pelos discursos governamentais daquele momento político. O símbolo das cabeças sobrepostas marcadas pelo ponto central, representando o cérebro, a inteligência, permite a vinculação imediata da imagem com a pesquisa e a ciência, atividades distantes dos cidadãos comuns. A utilização do termo “aparência”, pelo entrevistado sugere que as qualidades inicialmente percebidas não conferiram, após o conhecimento do funcionamento da instituição.

Na percepção de CABTAO, o salário aparece também como uma distinção:

[...]Naquele tempo quando você ia fazer uma compra, apresentava o contracheque e falava: “eu trabalho no CNPq”, as pessoas que estavam em volta olhavam para você. Houve época em que o salário, o meu salário, ...ele equivalia a quarenta e dois

salários mínimos, e eu não era do topo da carreira. É! Houve época que o nosso salário comprava um Fusca, um Fusca zero!!! (CABTAO, 2007, grifos nossos)

O olhar das pessoas em função do alto valor do contracheque permitia intuir, inclusive, o desdém, uma vez que tratava-se de uma elite vinculada à Presidência da República de um governo autoritário, onde a construção da autoridade extrapolava a atuação profissional. A referência ao salário é reforçada pela equivalência aos 40 salários mínimos, o que à época equivalia ao preço de um automóvel popular.

O mesmo entrevistado se refere ao sentimento de pertencimento à instituição e apresenta uma seqüência de “estratégias” de valorização que fixavam os técnicos no Órgão.

[...]Era assim, **o CNPq nos valorizava muito mais**, talvez pela proximidade, **pela cumplicidade, pelo tipo de família**, alguma coisa. Acho que acompanhava o trabalho do técnico, e o técnico era valorizado. As atividades não ficaram mais ou menos complexas de lá para cá, não é? Mas **a autonomia mudou muito. Os técnicos tinham autonomia para proceder, tinham um conhecimento suficiente e necessário para desenvolver a atividade.**[...] o CNPq era o melhor emprego...não tinha Banco do Brasil, nenhum que pagava melhor, era o CNPq. Carreira de Tesouro, essas coisas, não existiam na época e assim com tanta evidência e estava no início, tanto que a maioria desses servidores que hoje são da carreira do Tesouro, Receita, Orçamento e Finanças eram do CNPq... (CABTAO, 2007, grifos nossos).

A referência à existência de cumplicidade com o Órgão permite a interpretação da prática de cooptação, em função das vantagens e dos salários.

A instabilidade decorrente da desvalorização do salário é percebida pelo técnico CABMRO como dificuldade de ficar pobre:

[...] Na época eu era assistente lá na UFRJ, o salário que o técnico [do CNPq] recebia era quase **três vezes mais que o salário que eu ganhava lá na UFRJ como professor assistente...** E na época nós tínhamos 14 salários...era um ótimo salário!... Eu me lembro que quando me convidaram para vir para cá, eu fiz essa comparação... é o que eu costumo dizer... **ser pobre é fácil, difícil é ficar pobre!** (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A menção ao estímulo para vir para Brasília e o salário da época, revelam a intenção de colocar em evidência a decadência dos tempos atuais.

A referência feita ao achatamento da pirâmide salarial aparece na fala do sujeito como revelando o fim da luta de concorrência, que leva cada servidor, por meio de estratégias de

assimilação (em relação aos que estão acima ou abaixo dele na hierarquia institucional, e entenda-se aí também salarial), a alterar posturas e comportamentos, buscar aperfeiçoamento e excelência em suas atividades. Os objetivos perseguidos à época eram as promoções e reclassificações funcionais efetuadas pelas chefias, a partir de avaliações de desempenho periódicas.

[...]Mas, naquela época a gente ganhava bem e eu lembro que quando fui para o CNPq em **setenta e seis...** ainda tinha uma parte do CNPq no Rio de Janeiro e estavam começando as coisas aqui em Brasília, no edifício CONTAG...Nesse período, o salário que a gente ganhava era muito bom, sabe? E depois o que aconteceu? **A pirâmide foi se achatando, achatando, e você não podia mais subir e aí todo mundo, hoje, está praticamente no mesmo nível,** mas naquela época não era assim...Bom, **naquela época você tinha o melhor salário. Por que? Porque era uma forma de você atrair o pessoal do Rio para cá, de outros lugares e tal, não é?** Eu mesmo, também, quando fui para o CNPq, quando recebi a proposta praticamente estava quase no topo salarial do CNPq, também, por que? Porque naquela época se precisava muito de gente da área de analista de sistema, entende? O Brasil estava demandando isso. E aí então, estava no PRODASEN e eu já estava lá recebendo bem, quando me fizeram a proposta no CNPq e me colocaram praticamente lá em cima. (CAYA, 2007, grifos nossos)

O fato de os servidores estarem praticamente todos no mesmo nível no momento atual é atribuído à política de estagnação dos salários dos servidores públicos, em particular àqueles vinculados ao Poder Executivo. Tal situação induziu os administradores a promoverem a política de “amenização da fome”, promovendo horizontalmente quase que a totalidade dos funcionários em suas instituições. Essa política levou à situação comentada pelo entrevistado – “o achatamento salarial”, ou seja, a concentração dos servidores no topo da pirâmide salarial. É claro que essa estratégia, embora compreensível diante das limitações orçamentárias impostas ao serviço público, produz efeitos perversos no quadro funcional por anular o horizonte de expectativas que mobiliza cada servidor em seu ambiente de trabalho. Ainda nesse sentido é perceptível a diluição da “distinção” existente entre os servidores e a perda de autoridade das chefias.

A relação do status e o uso do terno surge agora associada ao respeito que as outras instituições tinham pelo CNPq, que era o “dono dos recursos”. Pode-se relacionar ainda o uso atual de roupas comuns, “a mudança de cultura” com a perda de status e também de recursos.

[...]A gente era respeitado. Todo lugar que a gente ia...você saía, assim, para as universidades, para os institutos de pesquisa e você se sentia respeitado. Até porque,

lógico, eles tinham interesse, sabiam que o CNPq era o dono dos recursos, então, éramos bem recebidos pelas pessoas, havia reconhecimento. Eu me lembro naquela época também...a gente até tem vezes que comenta...O pessoal usava terno, aquelas coisas todas, não é? Então você tinha uma respeitabilidade. Depois, com o tempo, o pessoal começou a...deixar de usar ternos, para usar essas roupas mais comuns, mas naquela época... era assim, todo mundo usava terno. Houve uma mudança de cultura lá dentro... Eu também acho que... no tempo de planejamento, naquela época, a gente tinha aquele famoso PBDCT... Pode até ser criticado, mas pelo menos você tinha um Plano de Desenvolvimento Nacional... Mas depois que... saiu o governo militar foi se perdendo essa coisa. (CAYA, 2007, grifos nossos).

A referência aos melhores salários da época é percebida na relação com a decadência e a precária situação atual, na fala de CABTER.

[...]Nessa época, **1979, 1980, por aí**, eu lembro que eu recebia por volta de **quarenta salários mínimos da época**. Aí, isso foi caindo, caindo, ano a ano e hoje é o que é...É porque hoje, quem não viveu naquela época, dificilmente tem a dimensão do poder aquisitivo dos salários...Os nossos salários eram os melhores, **éramos os mais bem remunerados na época**. (CABTER, 2006, grifos nossos)

O ano de 1989 é colocado como o marco do “fundo do poço”: o CNPq deixa de ser científico e passa a ser político. Interessante relação entre o ano das eleições diretas e a passagem de um CNPq científico, com status e prestígio, pressupostamente neutro em função da cientificidade, para um CNPq político.

[...] Eu entrei ganhando **dez mil dólares** [em setenta e cinco]...**Éramos os técnicos com mais status, juntamente com o pessoal do IPEA, dentro da Administração Federal**...O CNPq realmente era a elite do pessoal da administração...Ah!...O fundo do poço, **o fundo do poço foi... mais ou menos em oitenta e nove, certo? Porque o CNPq deixou de ser um órgão científico e passou a ser um órgão político**. [Na época do] Dion não tinha padrinho ali dentro, o **apadrinhamento que existia era muito tênue**, tá! Muito... Ninguém, ninguém... se arvorava por ser amigo do rei, e fazer isso porque o fulano tinha mandado ele entrar. Não! No CNPq sempre era feito, para todo mundo que entrava, um diagnóstico muito sério pelos recursos humanos da época, tá! O currículo era que representava a entrada do indivíduo ou não, aqui no CNPq. (CAEUR, 2007, grifos nossos)

Embora perceba-se a intenção do entrevistado de defender a seriedade das contratações na época dos governos militares, o que sobressai em sua fala é a existência do nepotismo e das influências pessoais em função de um “apadrinhamento muito tênue”.

O poder de contratar sem concurso e os bons salários emergem na fala de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque detalhando os trâmites de contratação de pessoal na época de sua gestão, considerados positivos. O sujeito ao relatar as práticas da época faz uma contraposição à atualidade, onde “qualquer coisa que você faça é mal uso, mas nada impede a corrupção”.

[Os salários na época] **eram muito bons**, isso era muito tranquilo. E depois eu **podia contratar sem concurso, não era nenhum escândalo**, porque hoje é o seguinte, o mundo virou, o Brasil virou uma República onde qualquer coisa que você faça é mal uso...mas **nada impede de ter corrupção**.

[...]Então, você imagina naquele tempo em que eu cheguei em Brasília e eu digo que eu não conhecia ninguém aqui dentro, quer dizer, tentei fazer dois diretores que eu conhecia e não consegui fazer nenhum, **porque já estava tudo tomado**. Paulo Machado não podia mexer, o Pécora disse “não, vai o Gerson e o filho do coronel Sérgio Faria Lemos.

[...] Quando muito, numa época de desespero, emplaquei o Duarte e o Moura Fé, e aí então eu dizia: “mas eu preciso de uma pessoa boa em desenvolvimento industrial, aí chamei Sérgio Gargione, que tinha trabalhado comigo lá no MEC e no PREMESU, ele era engenheiro mecânico, doutor e essas coisas. **Enfim, contratava e depois dava uma gratificação** de superintendente, e eu fazia isso tudo porque era uma fundação pública de direito privado... (CALYN, 2007, grifos nossos)

O narrador ao procurar justificar o fato das contratações não ocorrerem por meio de concurso, no período analisado, argumenta que atualmente, embora a legislação seja menos flexível, não impede a proliferação da corrupção. Esse jogo de palavras omite que a corrupção, o nepotismo, o jogo de influências não são criações dos governos posteriores à Nova República. A imensa dificuldade relatada na composição de sua diretoria confirma a prática perversa do jogo de influências, onde o cargo era garantido ao filho de um coronel. Embora a flexibilidade existente à época acontecesse em alguns casos, a composição de quadros de excelência técnica, na maioria das vezes consagrava a prática do nepotismo e do patrimonialismo remanescente das décadas anteriores.

O fato de o CNPq ser uma fundação de direito privado, onde os contratos de trabalho eram regidos pela CLT, permitia aos administradores a contratação direta de servidores, sem concurso público. Numa instituição onde a competência técnica era fator fundamental para o alcance de objetivos, a prática da indicação política de cargos tornava-se um problema espinhoso diante da necessidade de profissionais especializados, técnicos capacitados nas diversas áreas de atuação. Explicita-se a contradição entre a necessidade de competência técnica e o jogo de conveniências das indicações pessoais. Lynaldo, ao elencar alguns nomes de sua equipe conhecidos no campo da C&T, visa dar uma dimensão de seus perfis e

competências como doutores em suas áreas, que já possuíam alguma atuação reconhecida em outras instituições.

Na fala, essa situação fica bem caracterizada quando se refere ao fato de a diretoria já estar “tomada” quando de sua posse na presidência da instituição. Os cargos já haviam sido preenchidos por indicação do Ministério do Planejamento. A saída de emergência era a gratificação de função, que permitia um *plus* considerável no salário, tornando o convite atraente. Não podemos esquecer que no período analisado esse perfil de técnico especializado, com formação acadêmica, dificilmente era encontrado em Brasília, o que tornava imprescindível a vinda de profissionais de outros Estados, que se submetiam a um processo de deslocamento institucional, regional e familiar, e nem sempre a proposta de trabalho era tida como atraente, mesmo diante da boa remuneração. Outro fator que não pode deixar de ser considerado é a condição urbanística e de infra-estrutura de Brasília no final dos anos 1970, início dos anos 1980 que, comparada às demais capitais, principalmente ao Rio de Janeiro, de onde veio grande parte da equipe técnica, deixava muito a desejar e ativava o imaginário nacional do contraste litoral/sertão, civilização/barbárie.

O perfil e a competência do técnico

No que se refere à formação e competência dos técnicos vinculados às áreas técnicas do fomento no período 1975-80, constata-se a preferência da administração por uma qualificação acadêmica de mestrado e doutorado. Em períodos posteriores o perfil do técnico se alterou drasticamente. Na Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC), segundo CABMRO, existia a exigência de doutorado e experiência acadêmica, isto é, de conhecimento “do outro lado do balcão”.

[...] **A exigência não formal era de que os técnicos da SDC deveriam ter título de doutor e ter passado por alguma experiência na academia**, conhecer o **outro lado do balcão** e ter titulação. Essa qualificação era importante para a avaliação dos projetos e decisão em relação às cotas de bolsas e auxílios que eram concedidos à comunidade científica. "As cotas eram decididas por nós (técnicos) e aí entrava o conhecimento, a competência, a experiência da gente... em cima do que se chamava de demanda qualificada é que a gente ia fazer a divisão do bolo" (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A fala permite a percepção das relações de poder entre técnicos e comitês assessores. Em função da qualificação do técnico havia poder de negociação e um bom relacionamento com os Comitês Assessores, mas a afirmação de que o técnico do CNPq era respeitado como conhecedor da área como um todo deve ser relativizada, podendo ser interpretada como uma submissão da comunidade científica ao poder de alocação dos recursos que possuíam os técnicos da época, num contexto de governos militares. Essa percepção reforça a autonomia do técnico e explicita o poder e a autoridade expressa em “dominar a engenharia como um todo.

[...]Quando havia a renovação do Comitê Assessor, um dos discursos que eu sempre fazia para os novatos, era o seguinte: **Vocês são especialistas nas suas áreas! Eu sou especialista em Engenharia! Então, nós vamos tratar de igual para igual.** Vocês me respeitam como conhecedor do contexto, do conjunto e eu vou respeitar vocês pelo conhecimento específico. Então, eu tinha um relacionamento extremamente saudável com todos eles. Eu nunca tive nenhum desentendimento, a gente tinha essa facilidade de diálogo. Então, nunca "esse aqui precisa ser aprovado"... Exatamente dentro desse discurso que eu fazia, que era o de respeitar o conhecimento específico de cada um... Se ele analisasse um projeto, mesmo que eu tivesse selecionado como um bom projeto e dissesse "esse aqui não tem qualidade", eu acatava a posição dele naquele ponto, agora saiu daquilo...**quem dominava a engenharia como um todo, era eu.** Eu consegui, dessa forma, manter um relacionamento muito produtivo com os nossos Comitês Assessores. (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A competência técnica conferia autonomia para as ações políticas de divisão de recursos para as áreas, que era feita pelos técnicos da SDC. O técnico entrevistado, CALUM, deixa transparecer muito orgulho em relação a essas atividades. *Ressalta* ainda que os técnicos eram qualificados para serem mais que meros secretários dos Comitês Assessores, referindo-se indiretamente à situação atual. Houve um processo de construção nesse período que contribuiu para que a visão em relação aos técnicos fosse de grande valorização. Posteriormente, essa visão mudou:

[...] O técnico não estava só ali para colocar o processo, pegar o parecer e acabou. **A gente discutia os critérios...** às vezes o consultor perguntava alguma coisa... e eu comentava muito: **como técnicos temos algo a dizer! Dentro da perspectiva do CNPq, da política de C&T...em termos do conteúdo da pesquisa.** Quer dizer, são dois papéis que se complementam. E não dizer que [os técnicos] eram meros secretários de comitês assessores, eu nunca aceitei isso. Depois eu assumi como técnico na Coordenação, e eu dizia para o pessoal: **"gente, vocês não são secretários de comitê...** vocês são da área técnica e não são apenas apoio. (CALUM, 2007, grifos nossos).

É possível constatar o inconformismo na fala do sujeito, quando se refere ao período posterior onde os técnicos passam a ser desvalorizados em seu papel e vistos como mero

apoio para a realização dos julgamentos pelos Comitês Assesores. O comentário é compreendido na perspectiva do esvaziamento técnico do CNPq, a partir da década de 1990, quando a equipe técnica apresentava perfil menos qualificado e, portanto, menos capacidade de discutir os projetos com a comunidade científica. As atribuições dos técnicos do fomento acabaram se restringindo ao apoio administrativo às reuniões de julgamento. Daí a expressão do sujeito: “você não são secretários de comitê ...você são da área técnica e não são apenas apoio”.

A competência do técnico para desenvolver suas atividades é comentada por CABTAO, que destaca a autonomia fundada no conhecimento que possuía para desenvolver suas atividades.

[...]O CNPq valorizava muito o seu quadro técnico, que possuía grande autonomia para proceder, pois possuía o conhecimento necessário para desenvolver suas atividades (CABTAO).

Dois níveis de atuação técnica podem ser constatados no período: o técnico em planejamento e o técnico analista de projetos. Nesse período evidenciamos os embates institucionais criados no âmbito do autoritarismo, onde havia uma defasagem significativa entre a existência de recursos humanos capacitados e disponibilidade de recursos financeiros. Daí a grande valorização do técnico especializado e a oferta de altos salários. A partir de 1985 o que se constata é uma mudança conjuntural que afetou todo o funcionalismo público e não apenas os técnicos do CNPq. A análise das falas nos permite perceber que faltou aos sujeitos, com raras exceções, essa percepção de contexto, uma vez que os relatos permaneceram sempre muito presos aos acontecimentos vivenciados na instituição, sem que os sujeitos conseguissem promover um deslocamento mais efetivo, de avaliação desse passado.

4.3.4 SUBTEMA A4: LIBERDADE DE EXPRESSÃO

4.3.4.1 Gestão: José Dion de Melo Teles – 1975-1979

No decorrer da entrevista, José Dion evidencia ter encontrado um CNPq “precário”, cuja transformação foi possível com o apoio do ministro Velloso, inclusive no referente ao apoio a pesquisadores marcados pelo regime como comunistas. Na fala é destacada a

contratação do pesquisador Warwick Kerr, que havia sido vetado pelo SNI, para ser o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

[...][Eu tinha] carta branca, total. **Eu tinha uma dupla tarefa: uma era fazer toda essa transformação no CNPq para esse novo perfil**, para esse novo atendimento... era o início do trânsito da **abertura política** do governo Geisel,...outra tarefa que eu tinha era **demonstrar** aos cientistas a nova **atitude do governo de não ver no campus universitário um comunista atrás de cada árvore**. Então, **repor**, paulatinamente, uma **confiança mútua**. Eu era uma espécie de porta desaforo nas reuniões da SBPC. A reunião da SBPC, todo ano, em julho, eu já sabia que **vinha uma série de recomendações do SNI**, que **não podia dispensar o ponto, financiar passagem, financiar o evento etc**. E todo o ano o **CNPq fazia exatamente o contrário**, além de financiar a Revista Ciência e Cultura. E isso aí... era interessante, porque na abertura, o presidente do CNPq estava lá, e eu tinha de ouvir cobras e lagartos em cima do governo, não é? Mas aquilo, aos poucos, foi gerando uma confirmação de que **a abertura não era uma coisa retórica, era fato....** ...A ida do Warwick Estevam Kerr para o INPA, por exemplo, e uma série de outros professores que tinham sido perseguidos, repostos no seu trabalho com o apoio necessário, foi tornando isso muito nítido no horizonte.

[...]E eu devo também te dizer que se não fosse a **confiança recíproca** que eu granjeei **com o ministro Golbery**, nós não teríamos **resolvido muitos problemas nesse campo político**, nesse campo, digamos, **de reação fechada, travada de uma visão militar, a mais arcaica, a mais reacionária em relação à abertura**. Eu vivi momentos de tensão nessa gangorra de abre e aí tem uma reação, mais ou menos truculenta. (CADION, 2007, grifos nossos).

A fala evidencia a missão que lhe havia sido delegada pelos governantes, tendo como contrapartida “carta branca total” para transformar o CNPq de acordo com o novo perfil do governo Geisel, isto é, autonomia para implantar ações de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo II PBDCT e demonstrar aos cientistas a nova atitude colaborativa do governo. A sinalização da ditadura era a amenização das perseguições políticas aos cientistas com vistas a cooptar o apoio da comunidade científica para os projetos propostos. A expressão “reposição da confiança mútua” sugere a existência de desapontamentos recíprocos e assume um tom de perdão aos erros cometidos pela comunidade científica, demonstrando aos cientistas a efetiva abertura política.

Há na fala do sujeito uma preocupação em registrar sua resistência e autonomia em relação ao SNI pelo fato de pertencer ao grupo do ministro Velloso, opositor ao grupo de militares “linha dura”. Percebe-se que a “carta branca” lhe garantia livre trânsito nas questões que envolviam as relações dos cientistas com o SNI .

[...] A reunião da SBPC acontecia todo ano em julho, e **eu já sabia que vinha uma série de recomendações do SNI**, de que não podia dispensar o ponto, financiar passagem, financiar o evento etc. **E todo o ano o CNPq fazia exatamente o contrário**, além de financiar a Revista Ciência e Cultura. E isso aí... era interessante, porque **na abertura, o presidente do CNPq estava lá, e eu tinha de ouvir cobras e lagartos em cima do governo**, não é? Mas aquilo aos poucos, foi gerando uma confirmação de que a abertura não era uma coisa retórica, era fato... (CADION, 2007, grifos nossos).

Momentos de tensão são relatados por José Dion e ressaltada a importância de sua relação de confiança com Golbery, para negociar situações de patrulhamento pelo SNI:

[...] Eu me lembro de vários episódios, e eu não posso falar de tudo o que eu vivi mas do que eu gravei mais... **Costumeiramente eu era chamado ao SNI pelo general Figueiredo**, que era o chefe do SNI, e era sempre a mesma coisa... **“o senhor não leva a sério as recomendações do Serviço!”**. Uma vez eu liberei para um Congresso de Botânica, em La Paz, dois professores. O Congresso de Botânica tinha certamente alguma coisa ligada à Amazônia, ou coisa que o valha. E é claro, quando foi feita a consulta, que era obrigatória, veio tudo carimbado em vermelho, “não pode”, “proibido”, “ficha suja... era a linguagem da época... Eu... liberei. Eles chegando lá, sentiram um pouco de liberdade e fizeram declarações contra os gorillas brasilleños. O adido militar recortou os jornais, carimbou de secreto e veio para cá com um relato dizendo que os subversivos tinham ido falar mal do governo brasileiro. Mais uma vez o Figueiredo me chamou: “É professor, isso é um absurdo, **o senhor é um insubmisso**”. **E eu disse: “Bom, eu seria insubmisso general, se eu fosse militar, mas eu sou civil**. Eu entendo a sua linguagem porque eu fiz o CPOR⁵⁶ mas... qual é o problema?”. Olhe, eu disse: “convenhamos, La Paz não é Londres... se o seu adido militar não recorta isso e põe aqui, ninguém estava ouvindo falar disso no Brasil. (CADION, 2007, grifos nossos).

A cobertura prestada pelo ministro Golbery ao grupo do ministro Velloso é percebida na expressão “o senhor não leva a sério as recomendações do Serviço!” e a abertura política é representada pelo entrevistado como um processo educacional, pedagógico, “entre pai e filho adolescente”, onde as oportunidades eram liberadas paulatinamente, de acordo com o comportamento, sem ressentimentos.

[...] E isso general, é o que sempre ocorreu na SBPC, eles ... **cospem marimbondos no evento e daqui a pouco está todo mundo trabalhando**, porque é preciso esse exercício. É como se fosse o **adolescente hostilizando o pai**, é preciso entender o processo... Pode me chamar quantas vezes quiser, mas no futuro o julgamento dos resultados vai ser na minha conta corrente e não na sua... O Serviço Nacional de Informações é um órgão acessório e eu tenho outras assessorias..Agora, a decisão final é minha. Se houver algum inconveniente contra a condução do governo e eu me transformar num estorvo, num problema, por favor, eu saio, não tem problema. (CADION, 2007, grifos nossos)

⁵⁶ CPOR- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

Além do apoio de Golbery “na retaguarda” de Velloso, a fala revela a existência de uma divisão de trabalho rígida, calcada na autoridade das personalidades envolvidas no jogo de forças daquele momento histórico.

[...] Então, **na retaguarda, o ministro Golbery dava um apoio imenso**, muito discreto, mas muito eficaz”. Se eu levava um problema para ele, ele ouvia, em geral com poucas palavras, anotava e aí dizia: **“o seu ministro vai lhe dar instruções”**. Daí a tempos o ministro Velloso dizia: “Dion, sobre tal problema assim, assim, assado, proceda assim, assim, assado”. Quer dizer, ele respeitava a divisão de trabalho e a hierarquia sempre com uma elegância muito grande, mas com firmeza! Toda vez, nos problemas da SBPC dizia: “Professor dê todo apoio a SBPC, como sempre”... (CADION, 2007, grifos nossos).

Com o objetivo de considerarmos na análise do tema a perspectiva da comunidade científica, recorreremos à entrevista do professor Crodowaldo Pavan, que à época era presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em relação ao apoio dado às reuniões da SPBC e à tolerância concedida pelos militares às falas dos cientistas, o professor Pavan, relata:

[...] **Todas as reuniões anuais da SBPC foram sustentadas pelo governo militar**. Mais do que isso. **Podíamos falar de tudo, inclusive criticar o regime militar. E fazíamos a reunião às custas deles...** Com frequência, quando uma pessoa ia à reunião da SBPC, no seu discurso dizia uma frase de efeito contra o governo e a platéia aplaudia. Aproveitando o clima quente do debate, ele largava o verbo, atacando as autoridades governamentais... Mas, **de fato, nunca prenderam ninguém**. (PAVAN, 2002, p. 403, grifos nossos)⁵⁷.

A fala de Pavan aponta a ironia da situação de ter os encontros da Sociedade financiados pelo governo militar, que era duramente criticado, mas também revela ter ocorrido um acordo tácito entre governo e cientistas pela referência de fazer as reuniões “às custas deles”.

A contratação do quadro técnico de servidores e a triagem do Serviço Nacional de Informações (SNI)

O entrevistado, José Dion de Melo Teles, enfatiza novamente a sua “carta branca”, agora para contratar os quadros do CNPq: “gente competente” sob a cobertura do processo de distensão da abertura política.

⁵⁷ MOTOYMA, S. (ORG) (Crodowaldo Pavan- 1986-1990). 50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes, São Paulo: FAPESP, 2002.

[...] **E eu quero repetir que eu vim com a dupla missão** de criar uma estrutura nova para um momento novo, de construção do futuro, através do segundo PBDCT, que era um decalque, uma purificação do capítulo onze ou treze do PND, **tudo também dentro da distensão do processo de abertura**. De forma que **eu tinha também carta branca**. A verdade era que **eu não ligava para as fichas do SNI; a instrução era “busque gente competente”** porque a maior pobreza de um país em desenvolvimento é gente incompetente. **Gente testada**, nós não podemos nos dar ao luxo de marginalizar essas pessoas... (CADION, 2007, grifos nossos)

A instrução de buscar gente competente e testada demonstra a necessidade de contratação de profissionais qualificados e com alguma experiência para desenvolver os projetos do governo militar. Nesse sentido, constata-se o apelo ao discurso da neutralidade, onde questões políticas e religiosas eram pretensamente relegadas ao âmbito privado e mascaradas por um suposto acerto tácito.

[...]E um acerto era feito, **tácito**: “não transforme esse lugar de trabalho em lugar de proselitismo, se você quiser fazer **proselitismo religioso, ou político** e coisa que o valha, faça fora, **na sua vida privada**, aqui dentro não”. Isso era o contrato não escrito, certo? E isso se irradiava para dentro da estrutura.... (CADION, 2007, grifos nossos).

É mais do que sabido que todos os órgãos públicos desse período possuíam assessorias especiais de informação incrustadas em suas estruturas, formadas por agentes do SNI e chefiadas por um militar. O CNPq não fugiu à regra, tendo sido criada a Assessoria de Segurança e Informação (ASI). E mais uma vez, o ministro Golbery surge como o sábio conselheiro do presidente do Órgão evidenciando estratégias de ação dentro do sistema ditatorial para equilibrar forças contraditórias:

[...]O ministro me passou **uma receita, muito sábia** que era a seguinte: “Dion, **arranja o seu ‘milico’**, porque se você não tiver o seu, eles vão por um (CADION, 2007, grifos nossos).

Novamente é evidenciada a existência de um jogo de forças entre grupos instalados no governo, agora na recomendação de Golbery de “arranjar o seu milico”, senão “eles vão por um”. Nessa perspectiva, compreendemos que a administração do Órgão procurou um perfil de militar que se adequasse às peculiaridades do convívio com técnicos e intelectuais. E foi, então, levado para o CNPq, um coronel:

[...] **um homem muito equilibrado** [...] que fazia exatamente esse meio de campo, o de **por algodão entre os cristais**... E havia sempre esse **fantasma de subversão**... E claro, que nessa área, o **conflito era muito manifesto**. Você imagina duas inteligências, dois profissionais onde **um é treinado para obedecer**, ouviu o clarim, junta os saltos da bota.... **e o outro, é treinado para duvidar**. Não há possibilidade de você, sem muita capacidade de colocar algodão entre cristais, **evitar conflitos diretos**. (CADION, 2007, grifos nossos)

A expressão “um homem muito equilibrado” nos remete a um perfil de militar afinado com os objetivos do grupo do planejamento e, portanto, disposto a seguir as recomendações do ministro Velloso.

Na fala dos técnicos, as figuras do então presidente do CNPq José Dion e do ministro Reis Velloso surgem como forças que “bancavam” junto ao SNI, pessoas que tinham problemas políticos. As falas apontam uma atuação do SNI, por meio da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) do CNPq, voltada para análise de currículos e para a valorização da capacidade técnica em detrimento das razões ideológicas.

A atuação da ASI como órgão do SNI e a atuação de Dion para contemporizar as razões políticas que pudessem obstar a contratação de técnicos capacitados, aparecem na fala de CAUER:

[...] O CNPq tinha um órgão do SNI, quer dizer, chamava-se Assessoria de Segurança e Informação. A ASI é que realmente pegava seu currículo, analisava, levantava e tal e dava ou não, respeitando inclusive os pontos de vista também! Naquela época pontos de vista passavam na triagem do SNI [...] O Dion não se importava não! O Dion se importava com a capacidade técnica da pessoa. **E o general ..., que era o “ASI” do CNPq**, ele não era uma pessoa também muito, muito... rígida. **Ele era rígido naquilo que era importante ser rígido, mas ele era maleável dentro do contexto devido. A capacidade técnica do indivíduo, não deveria ser influenciada por uma razão ideológica ...** (CAEUR, 2007, grifos nossos).

O chefe da ASI do CNPq agia de acordo com os interesses da administração do Órgão, na contratação de pessoal técnico qualificado, flexibilizando a rigidez característica dos militares ligados a esse setor.

O técnico CABCRE narra a experiência vivida nesse sentido, por ocasião de sua contratação pelo CNPq.

[...] Bem, em 1975 eu voltei para o Rio... então, eu comecei a procurar emprego e **tinha uma dificuldade muito grande porque eu preenchia uma maldita ficha que ia para o SNI e voltava recomendando não me contratar** - até empresa privada. Então, eu comecei a trabalhar um mês num lugar e noutro e não me contratavam. Aí comecei a fazer bico... fui me virando. Um dia eu encontrei um amigo meu, de infância, e ele me disse assim: “vai ao CNPq, eu estou lá, que o pessoal está contratando gente”. Quando ouvi falar no CNPq, que eu conhecia apenas de referência, fui com a idéia de que entraria lá, provavelmente eu ficaria por um mês, ganhava um dinheirinho e já dava para ir quebrando o galho. Eu fui e acabei ficando 22 anos [...]. Até há pouco tempo eu achava que não tinha havido nada. Um dia eu encontrei, já aposentado, um cidadão que era do CNPq dessa época - era da área de pessoal, e ele me falou uma coisa, que depois eu constatei vendo os meus apontamentos no CNPq.. **O SNI não queria que eu fosse contratado, mas o Dion, a quem eu nunca tinha conhecido, não sabia se ele era alto, baixo, moreno, branco, verde, azul, o Dion bancou. Depois eu soube que o Dion tinha essa prática [...]. Era um homem muito ligado ao Reis Velloso [...] que tinha muita força política nessa época. O Dion e o Reis Velloso tinham isso - eles bancavam pessoas que tinham problemas políticos. Então, não fui o único.** (CABCRA, 2006, grifos nossos).

A autoridade do SNI, negociada pela equipe do ministro Velloso, é evidenciada quanto aos princípios políticos dos técnicos do CNPq, o que não acontecia em relação à comunidade científica. Esse período é reconhecido como de grande disponibilidade de recursos para a área de C&T, mas também é lembrado como um momento em que muitos apoios foram negados aos cientistas. Muitas pesquisas e estudos deixaram de ser financiados por razões ideológicas, não havendo explicações técnicas para as negativas, o que promovia situações embaraçosas para os técnicos e secretárias. Havia a proibição de comunicar ao pesquisador o motivo real da negação ao pedido.

[...] um **período extremamente negro em função do SNI**, é que **muito auxílio, muita bolsa, principalmente para o exterior foi negada... por imposição ideológica.** Mas, esse foi o período que se teve mais dinheiro para a ciência e tecnologia no País... Bom, em 1985 ainda tinha alguma coisa. Só depois é que mudou... é que a coisa diminuiu um pouco. Mas todos esses organismos... tinham a tal da ASI... E tinha realmente casos... as meninas que cuidavam das bolsas no exterior ficavam desesperadas! Porque **você não podia dizer para o candidato que ele foi vetado por razões ideológicas, mas você não podia conceder a bolsa...** E, ironicamente, neste mesmo período, foi quando se trabalhou com maior facilidade, maior disponibilidade de recurso!(CABMRO, 2007, grifos nossos).

A contradição entre a abertura favorecida pela gestão de Dion em instâncias como a SBPC e contratações de técnicos no CNPq com “problemas políticos”, e o fechamento que se manifestou nas negações de bolsas, principalmente internacionais, num momento de recursos abundantes. O CNPq era muitas vezes usado como fachada para o evidente jogo político de

favoritismos e clientelismos onde os apoios e os descartes eram mascarados por uma neutralidade apoiada no cientificismo e na capacidade técnica.

4.3.4.2 Gestão: Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

A fala do chefe da ASI

A partir do governo Figueiredo o processo de abertura política se acelerou diminuindo conseqüentemente, a pressão **sobre** a sociedade civil. Nos escalões superiores do governo a equipe coordenada pelo ministro Velloso é pulverizada com a indicação de Mário Henrique Simonsen para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, posteriormente substituído por Delfim Neto. Na gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a ASI é situada pelo seu responsável como órgão que tinha como função “apenas” acompanhar os obstáculos que envolviam a política de C&T do governo e comunicar aos canais competentes.

O entrevistado demonstra, durante toda a entrevista, grande emoção ao lembrar-se de suas atividades no CNPq. O chefe da ASI, no período estudado, é um senhor de idade avançada, cabelos completamente brancos e olhos azuis. Portador de um excelente humor é sempre lembrado como uma pessoa simpática e sorridente, que distribuía sorrisos e apertos de mão pelos corredores do Órgão. Jamais foi visto pelos funcionários trajando um uniforme. Mas as falas nos permitem perceber que sua atuação estava vinculada à gestão paralela de recursos humanos.

CABGA, coloca-se como alguém que, numa posição delicada, conseguiu desmistificar a atividade militar no CNPq. Seu argumento, no entanto, acaba por revelar o rastreamento dos antecedentes das pessoas que entravam no Órgão como parte dos trabalhos da Assessoria. Isto evidencia que alguns antecedentes poderiam ser obstáculos para a política do governo e mais uma vez, a ciência é colocada como se pudesse neutralizar o viés ideológico das ações.

[...]Não há duvida nenhuma que, quando as pessoas entravam aqui, havia um rastreamento para saber dos antecedentes. **Nenhum de nós gostaria de pegar um empregado doméstico sem saber os antecedentes dele e tal, não é?** Então, essa era de fato uma função que interferia no pessoal. **Mas o resto não, o resto era**

acompanhar a política científica e eu consegui fazer isso. (CABGA, 2007, grifos nossos)

Pelo que pudemos apreender da atuação dos sujeitos da pesquisa no período dos governos militares, não era papel do SNI acompanhar a política científica, mas fazer o patrulhamento dos indivíduos contratados nas diversas instituições do País. Certamente havia uma deferência do SNI em relação às contratações realizadas no CNPq, mas os técnicos eram mantidos sob liberdade vigiada.

[...]Eu vou dizer a você o seguinte... eu passei a admirar imensamente o trabalho do CNPq no desenvolvimento científico-tecnológico... os planos... e **eu me empenhei naquilo de corpo e alma**, a ponto de numa discussão com o general Milton, que era o chefe da Agência Central do SNI - nós íamos lá toda semana para jogar peteca, para almoçar - ele falou assim: **...você está virando um general cientista...** E eu tive uma grande vaidade na minha vida. **É que quando o Collor acabou com o SNI, eu cheguei a comentar com a minha mulher: bom, eu estou desempregado, acabou o SNI. E eu fui surpreendido pelo presidente do CNPq me convidando para ficar como Superintendente Administrativo...** Então você repara que eu fui muito feliz aqui no CNPq. Graças a Deus! Fiz e tenho, até hoje, amizades enormes aqui no CNPq... Até hoje minhas grandes amizades são daqui do CNPq. (CABGA, 2007, grifos nossos).

O fragmento apresenta o uso da palavra cientista para adjetivar general, pelo general Nilton Cruz, num contexto que favorece a ironia, e evidencia a visão da ciência como fora das caracterizações usuais no meio militar, quase como se ilustrasse campos semânticos opostos. O chefe da agência central do SNI fazia as suas “cobranças” em meio a futilidades como jogos de peteca, almoços etc., e a expressão pode ser interpretada como um chamamento à lembrança de que o general da ASI era um “homem do sistema”.

Durante a gestão do cientista Gerhard Jacob, como presidente do CNPq (representada como autoritária nas falas dos técnicos), é que houve o convite para que o general assumisse o cargo de superintendente administrativo do Órgão. É compreensível a grata surpresa demonstrada pelo narrador com o aceno de Gerhard, considerando-se a extinção do SNI e o fim da força de seus agentes.

Os comentários dos técnicos vinculados às atividades de fomento evidenciam o cerceamento político-ideológico aos cientistas, embora de forma sutil. O então chefe da ASI

do CNPq aparece como um hábil negociador, mediando os interesses do Estado e da comunidade científica, na fala de CABIGAM.

[...] Já estava mais brando, o Lynaldo... tinha uma pessoa lá no setor, que era muito simpático, um general... Ele era muito querido e tinha uma missão ali árdua e fazia isso com muita discrição, muita... eu diria. Eu acho que foi um aliado nosso... Ele que podia ser uma pessoa que a gente temesse, muito ao contrário, nesses embates... obviamente não era comigo mas... levavam esses assuntos ao Duarte, ao Presidente, e eles levavam ao general, e as respostas eram sempre muito positivas. Acho que na área do CNPq a gente teve sorte de ter esse.. general...(CABIGAM, 2007, grifos nossos)

No que se refere ao patrulhamento do SNI, a gestão de Lynaldo é destacada como mais amena devido ao processo de abertura política. Mesmo existido um general na chefia da ASI, o mesmo é considerado como aliado, como alguém que dá respostas positivas aos técnicos.

Um dos casos lembrados com ênfase por CABIGAM é o do pesquisador Milton Santos.

[...] **Milton Santos deu muito problema**, porque Milton era...**cassado branco**... Ele era geógrafo... eu tive muito trabalho para tentar trazer o Milton Santos...[para o comitê assessor do CNPq]. Quando ele veio do exterior, consegui uma bolsa para ele, que ficou na Bahia. Daí, logo depois, ele fez concurso para a USP, e essa bolsa na Bahia teve muita negociação, muita mesmo, porque **ele não passava no exame do SNI**... Então, outro problema foi quando ele veio para o comitê... Existia um negócio lá que chamava-se cassação branca ⁵⁸...(CABIGAM, 2007, grifos nossos)

Negociações e cassação branca evidenciam o cerceamento político-ideológico. A perseguição política, embora mais amena, ainda era sentida. Havia ainda muito controle nas salas de aula das universidades e as áreas de humanas e sociais eram as mais sensíveis, onde havia um maior número de pesquisadores com problemas políticos.

[...] Olha, isso **era velado, não era oficial não**... Os próprios consultores... eles diziam “eu tenho cassação branca”... muitos foram cassados e foram para o exterior, não digo expulsos do Brasil, mas não puderam nem aqui permanecer, mas existiam aqueles que eram professores, mas **não recebiam nenhum apoio oficial, aí era a cassação branca**...

[...]O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que na época era senador... ia para uma viagem na Índia e disse: “Eu não vou pedir ao CNPq, porque eu sei que não sai...” Eu disse: “professor...os tempos são outros, faça o pedido...” Ele

⁵⁸ A cassação branca significava que um professor podia exercer a atividade docente, mas não podia exercer cargos representativos ou de confiança, nem receber qualquer subsídio oficial.

disse assim: “Não vou perder tempo”... Então, foi uma pessoa que acompanhou essa evolução das ciências humanas lá no CNPq, a própria Dona Ruth, eu chamava de professora Ruth, foi do nosso comitê. O Fábio Wanderley Reis... o professor Henrique Rattner, da USP, aquele que depois foi presidente do Banco Central, que foi do comitê de engenharia... O Malan... estava chegando do exterior ... **eram nomes muito fortes no comitê...**(CABIGAM, 2007, grifos nossos)

A importância de personalidades que passaram pelos comitês e exerceram cargos-chave na Nova República para a consolidação do sistema. Pessoas que “sofreram na pele o problema”, quando foram para o comando puderam compreender melhor e ajudar o CNPq.

[...] E eu acho que, quando vem a **Nova República** em 1985, **muitos desses que foram do comitê estavam em cargos chaves...** João Sayad... e aí foi muito importante para o setor se consolidar... valor de bolsa. Lembro **que não atrasavam os pagamentos de bolsistas, naquele período a inflação era galopante ... foi baixada uma norma que pagamento de bolsa não podia atrasar**, você sabe disso... Dinheiro de bolsa não podia ser bloqueado, não podia atrasar... Isso foi uma conquista, em função de pessoas que passaram pelos comitês e que estavam no comando e compreenderam, sentiram na pele aquele problema. (CABIGAM, 2007, grifos nossos)

A fala de CABLIL destaca o mérito como neutralizador do posicionamento da ASI; segundo o entrevistado, a competência estava acima do viés ideológico.

[...]Tudo passava pela assessoria ASI, não é? : Assessoria de Segurança e Informação... Eu não lembro de ninguém que foi barrado no baile aqui, não!...**Era a competência da pessoa, era a vontade de trabalhar! Era isso que eles falavam. A pessoa tem boa vontade, não sabe, aprende aqui dentro! Tem espaço para aprender...** Mas eu nunca escutei... se é PT, se é comunista... se é grego ou baiano, isso eu nunca escutei, sabia? (CABLIL, 2007, grifos nossos)

Competência/disposição, binômio difícil de ser analisado. O que era considerado competência para as investigações da ASI no período? Não possuir relacionamento com grupos de esquerda? Não ter participado de manifestações públicas contra o regime? Ou simplesmente apresentar um curriculum vitae com boas experiências profissionais? Na continuidade da fala percebe-se, ainda, o interesse da administração em ser o espaço de aprendizagem dessa competência.

A sala onde se instalara a ASI é percebida pelo entrevistado como “espaço do segredo”, algo místico que somado à existência de um arquivo-forte mecânico, fazia trabalhar o imaginário dos servidores do CNPq.

[...] **Eu imagino...** mas assim... foi uma coisa que sempre ficou esvaziada, né? **A gente nunca conseguiu exatamente saber... o que é que eles faziam, como faziam... estavam sempre naquela sala fechada, não é?** (risos)...

[...] Mas **tinha aquelas histórias... Tinha! ... Não sei se é verdade ou não, né?** (risos) Mas depois, mesmo conversando com o general não é?... porque o próprio arquivo dele... Eu nem sei cadê o material, mas tinha aquilo ali na sala e era um negócio tão misterioso, não é? Aí, ele era general e eu chamava ele de coronel... e toda vez que eu entrava... ele falava: “se eu estivesse no exército eu ia te prender três dias!”, ele brincava assim. Mas fazia assim de brincadeira (risos). Eu falava assim: “General, coronel!”... (risos). **Mas ele era uma pessoa muito fácil de lidar. E eu nunca vi nele essa força assim, de polícia! Eu acho que a gente não tinha essa idéia de polícia com ele, ...eu não sentia isso!** Eu trabalhava muito com ele, não é? Trabalhava e a gente sempre brincava muito, ria muito... então, era um colega como outro... **você não sentia!** Não restringia o que você falava perto deles... nunca eu percebi isso, sabia? Agora eu nunca ouvi assim... porque eu trabalhava direto assim com o doutor Roriz ali, e a gente podia estar escutando... Oh! alguém não foi contratado, por conta da ficha funcional... eu nunca ouvi falar nisso! ... Se acontecesse de fulano... acabava vazando isso! Foi demitida por isso, por aquilo. “Nunca ouvi isso não.” (CABLIL, 2007, grifos nossos)

Muitas referências ao general da ASI como pessoa fácil de lidar foram constatadas, uma imagem criada como uma exceção à regra dos militares das ASI's, representados popularmente como inquisidores, disciplinadores e inspetores, portanto, difíceis no trato. Destaque para “nunca vi nele força de polícia” que revela a existência dessa força de polícia, bem camuflada na figura simpática do general, mas inerente ao seu cargo e à sua patente. E ainda a expressão “você não sentia” pode ser percebida como não sentia aquilo que não era normal, não sentia as atividades escusas ou, ainda, não sentia a pressão dissimulada.

O entrevistado usa o condicional “se acontecesse acabava vazando”, para justificar a neutralidade das contratações e demissões, demonstrando proximidade com os trâmites institucionais; mas, incompreensivelmente, não consegue explicar a atuação do general e seus assistentes que acompanhavam o trabalho do Órgão. Não consegue porque não sabe, ou porque não quer revelar.

A fala de CABJA nos permite constatar que na percepção do técnico o mistério das ações da ASI não chegava a colocar em questionamento a neutralidade das contratações e demissões. Até o final da década de oitenta as contratações de pessoal técnico no CNPq eram feitas por indicação e não havia clima de perseguição no que se referia a demissões, segundo os relatos. Na percepção do técnico, as demissões tinham caráter pessoal.

[...]As contratações, na época, vinham por indicação mesmo. O pessoal técnico na época da CLT... vinha por indicação. A gente fazia um psicotécnico... para ver se a pessoa tinha algum desvio psicológico e tal...(risos)... Mas depois do Regime Jurídico Único, aí só por concurso público...

[...]Olha, na época, eu considerava como SNI mesmo!/Serviço Nacional de Informações. Porque o que acontecia... quando a gente contratava as pessoas? **Existia um formulário, a gente preenchia esse formulário e mandava para ASI, acho que era Assessoria de Segurança e Informação. Essa Assessoria recebia esse formulário e eles deviam lá fazer as pesquisas deles e dali eu não sei o que é que eles faziam com isso.** ...do tempo que estou aqui, não conheço nenhum caso de alguém não ser contratado em função disso... Mas, olha, é como eu te falei, eu não lembro de ter alguma restrição para alguma contratação... **E eu também não senti clima de perseguição no CNPq... nunca!** Nunca senti isso!...O CNPq não era de mandar embora. Ocorreram algumas demissões de pessoas, que a gente até ficou surpreso, **mas eu diria que eram mais por questões pessoais, sabe? É... mais por problemas pessoais do que políticos.** (CABJA, 2007, grifos nossos).

É possível perceber que a expressão “eles deviam lá fazer as pesquisas deles” além de envolver um mistério, também revela o distanciamento tomado pelo narrador em relação ao que era feito naquele setor. A afirmação de que as demissões seriam “mais por problemas pessoais do que políticos” nos leva à perspectiva de que não há um problema político que não seja pessoal.

Muitos técnicos lembraram-se de um personagem, segundo eles, “folclórico”, da década de oitenta. Um agente da Polícia Federal infiltrado entre os funcionários, que se apresentava sempre numa indumentária pitoresca: óculos escuros, pulseiras e correntes de ouro, e ainda, uma capa preta. O personagem vivia flanando pelos corredores do edifício, provocando “conversa fiada”:

[...]era da **Polícia Federal e trabalhava aqui dentro.** Lembra dele? Então, **a gente não sabia** porque esse cara vinha para cá. Era sempre... sabe?... (risos) [...] E ninguém nem ... **a gente nunca pensava que ele estava vigiando** o trabalho (CABLIL, 2007, grifos nossos)

A fala faz referência a um personagem quase caricatural, que freqüentava o CNPq no período analisado. Sua função era puxar conversas com os técnicos e servidores para descobrir possíveis envolvimento políticos ou atividades desaprovadas pelo regime, muito além da percepção de CABLIL, que o vinculava apenas à vigilância do trabalho. A figura inspirava medo e insegurança nos servidores, como forma de controle.

Outra questão de caráter sigiloso que aparece nas falas diz respeito à tabela salarial.

[...] Agora, com relação a salário, isso é uma coisa interessante! **A tabela era confidencial!** [...] Tinha certa **centralização de informação** com relação ao salário, com relação ao orçamento ... um negócio meio assim... só sei **que não faltava dinheiro!** Só depois que começaram a distribuir a tabela, a ser pública, mas não era pública não... (CABLIL, 2007. grifos nossos).

A questão do salário é colocada como algo confidencial e instigante, já que não faltava dinheiro. A distribuição das gratificações e a localização do servidor na tabela salarial envolviam critérios que não podiam ser explicitados, como confiança, fidelidade, discrição etc., e até competência técnica.

Os técnicos ao se referirem à época da repressão falaram de uma rede de proteção interna. A seguir, o entrevistado, com experiência de trabalho em outros órgãos, coloca o CNPq dentro da conjuntura em que todas as instituições eram investigadas, como um lugar em que a repressão política era relativizada, “pegava leve”, onde se podia trabalhar com tranquilidade, porque havia uma rede de proteção.

[...]A minha **memória daquela época...** é que todo órgão exigia um atestado de antecedentes políticos. Então, eu descobri isso naquela época, quando prestei um concurso e passei para o Hospital do Servidor Público... mas eu fiquei no “pente fino”, foi muito complicado. Eu tinha uma passagem...tinha uma participação num congresso estudantil e fui fichada e tal... [...]Aí, eu lembro, o **CNPq, como todo órgão, tinha também o seu “DSI”**, nem lembro do nome dele, era **um senhor, um velhinho**, mas era um órgão **que eu sentia que a coisa “pegava leve”**, a coisa não era tão pesada como no Ministério da Saúde. E, ao mesmo tempo, foi o órgão onde eu senti mais tranquilidade, o lugar onde eu entrei e trabalhei, que **eu senti que existia uma espécie de rede de proteção**, não que fosse um órgão que fosse politizado... eu não lembrava de uma coisa assim de envolvimento político, eu sentia que **todo mundo estava numa rede, e que o pessoal relativizava aquela coisa da repressão política**, e também já estava num momento que começava uma certa distensão, foi na década de 1980, mais ou menos, por aí. (CABLNC, 2007, grifos nossos)

A fala faz emergir a figura do general da ASI, na época da repressão, como “um senhor velhinho”. Essa percepção do general como uma figura paternal, compreensiva, incorpora o sentimento de proteção relatado em muitas entrevistas, revelando uma relação subliminar de confiança e submissão na qual estavam inseridos. A rede de proteção mencionada nos parece decorrente da atuação do ministro Velloso, junto ao SNI, que garantia determinado espaço de atuação para o quadro técnico do CNPq.

A referência ao medo que existia na instituição aparece na fala de CABAFE:

[...]aqui mesmo no CNPq, eu **fui um pouco pressionado**, porque tinha aqui uma agência do SNI, a ASI, você deve lembrar e eu **fui colocado na parede...** É... porque eu tinha sido preso como terrorista no Rio de Janeiro e na época eles tinham essa informação... Mas eu passei por tortura, por prisão, porque... eu ...fui confundido...[...] **foi um período muito difícil**, de 1970 [...] Quando eu fui chamado aqui no CNPq... eu não fui pressionado. **Mas, depois, eu fui por um cara da ASI... que andava com uma capa... fazia um gênero de policial de filme americano...** [...] “Se o senhor tem algum problema, o senhor tome as suas providências, porque eu me recuso a prestar qualquer depoimento aqui para o senhor”. E me retirei e fui falar com meu chefe na época...[...] Ele mesmo não tinha muita coragem [o agente do SNI]. Mas ele ficou tão surpreendido... Tinha uma salinha ali... e ele ficou sem acreditar na minha reação, porque eu acho que **nessa época ainda existia muito medo**. Essa coisa de **perder o emprego... porque tinha perseguição...**mas foi uma pressão muito pontual, foi uma tentativa de pressão... Tentativa, porque ... eu acho que isso de não haver interferência do SNI no CNPq [...]era uma orientação lá de cima...(CABAFE, 2007, grifos nossos).

Reconhecimento de patrulhamento, mas possibilidade de resistência à pressão. O entrevistado ressalta a sua atitude de resistência frente ao agente da ASI e o apoio de seu chefe que foi solidário à sua postura, o que corrobora com o “pegar mais leve” do outro depoimento.

Por vezes, percebe-se que o discurso da neutralidade da ciência e a ideologia do mérito mascaram a trama das relações de trabalho. Muitas ações da ASI não eram percebidas como perseguição, mesmo quando eram consideradas misteriosas ou parte de negociações para indicação ou demissão de servidores. Outras ações se mostram justificadas em função da necessidade de cumprimento da política de ciência e tecnologia do governo, como o rastreamento de antecedentes de funcionários. Trata-se de um jogo de esconde e mostra, belisca e sopra, conformando relações canhestras e ímpias.

4.3.5 SUBTEMA A5: ESPÍRITO DE CORPO

O espírito de corpo é um sentimento forte de unidade e de solidariedade ligando os membros de um mesmo grupo. É constituído por uma rede de crenças coletivas e de estereótipos repetitivos que constituem representações e ideais comuns aos membros de um mesmo Corpo. Segundo Kessler, existe um patrimônio coletivo, cultural, intelectual, técnico e de sentimento nos Corpos. Cada Corpo pode diferenciar-se dos outros por sua organização, costumes, interesses, mas todos os Corpos procedem de uma mesma essência, eles se aliam pela solidariedade interna de submissão às ordens de uma liderança.

O espírito de corpo se alimenta de uma identificação à instituição percebida como particularmente prestigiosa. Os membros do grupo, enquanto Corpo, estão unidos numa instituição jurídica estável, protegida e legitimada pelo Estado, onde os indivíduos estão ligados por modos de recrutamento e de funcionamento em comum, codificados em estatutos particulares de regras, direitos e deveres bem definidos, por uma mesma visão coletiva deles mesmos. As entrevistas realizadas com os técnicos do CNPq, relativas ao período compreendido entre os anos de 1975 e 1985 apresentaram a existência desse espírito de corpo.

A fala de CABCRA destaca o prestígio político do CNPq enquanto Órgão central de desenvolvimento da C&T nacional, que por meio do Conselho de Ciência e Tecnologia participava de debates sobre grandes projetos nacionais, em particular, no que se referia às diretrizes do desenvolvimento de ciência e tecnologia do País.

[...]Depois eu acompanhei as discussões [do CCT] na sala Álvaro Alberto. Eram debatidas ali Pró-Álcool, soja, investimentos, PNPG- formação de gente, projetos de desenvolvimento nacional de ciência e tecnologia. **E aí o CNPq tinha prestígio como órgão**, não podia passar por aventuras, **ele era um órgão central nesse tempo**. Ao sentar na **cabeceira todo mundo olhava** para o presidente do CNPq e para o vice-presidente, que também era presidente da FINEP, em busca de posições, e os caras quando falavam, falavam em nome do principal ministro auxiliar do presidente da República. Tanto era importante isso, que foi na primeira reunião do CCT, no prédio do CNPq, que o Geisel foi lá para lançar o II PBDCT. **Era uma forma de prestígio político muito grande. A gente trabalhava** porque havia uma colagem no Plano Nacional de Desenvolvimento.[...] Eu acho que havia uma gratificação. **Você sentia que estava trabalhando junto a um organismo**, numa área, onde você de certa maneira, estava contribuindo para um projeto que você via. Às vezes nós tínhamos certo sentimento, poxa! governo militar, governo Geisel e tal, mas nós procurávamos

fazer um trabalho bem feito, organizado. Não fugíamos do trabalho... (CABCRA, 2006, grifos nossos).

O técnico comenta a gratificação e o prestígio de trabalhar numa instituição de tão grande importância, mesmo estando num governo militar. Destaca o trabalho realizado como um desafio. A figura do presidente Geisel na narrativa de sua ida ao lançamento do II PBDCT, no CNPq, ilustra este prestígio. A utilização de expressões como “todo mundo” e “agente” também revelam uma generalização da unanimidade dessa percepção, apagando possíveis vozes conflituosas. O sentimento de pertencimento e de trabalho bem feito, acima de questionamentos políticos e ideológicos, é percebido com clareza na construção da idéia de “organismo” como fator importante de gratificação pessoal.

Na fala seguinte, CABLIL permite perceber a idéia de tamanho da instituição como fator agregador, importante para a construção de uma “grande família”.

[...]Menina! [o CNPq] **era “piquininho!”**(risos). **Era uma grande família!** Ainda é, não é?... Mas aqui era só esse prédio. Eu cheguei já neste prédio! Em 1975 ele estava no Setor Comercial (Seguradoras) e em 1979 já era aqui... entre 1978 e 1979 eles já tinham alugado esta casa. Só quatro andares... não tinha a cobertura, tudo aquilo era aberto e **ali a gente fazia festa de final de ano, as comemorações, era tudo nesse prédio. E a informalidade era muito grande!** ... (CABLIL,2007, grifos nossos)

O entrevistado remete às festas e comemorações como ações que “a gente” fazia; o que evidencia o sentimento de pertencimento e a idéia de integração como marcantes para a época. A seguir, o destaque vai para os laços de solidariedade construídos entre pessoas que vieram de fora e as que moravam aqui, que ultrapassavam o ambiente de trabalho e foram percebidos como fatores importantes de coesão, como uma rede de proteção entre os indivíduos. Laços de solidariedade e vida social.

[...] Mas a vinda das pessoas do Rio para cá, para a maioria foi um choque!... A maioria se sentiu muito **sozinha aqui em Brasília**, mas depois foi acostumando... Acho que as **relações, nesse momento, elas ficaram mais fortes em função da solidão** que era aqui em Brasília. Porque não tinha família. Muita gente veio de fora. Aí eu acho que os laços tiveram uma estrutura mais forte em função disso...: Não sei... Eu imagino que seja isso! Porque **todo mundo vivia a vida de todo mundo aqui**. Você saía final de semana com as pessoas daqui, ficava até tarde. Então, acabou que isso aqui realmente ficou sendo... **seus amigos eram as pessoas do trabalho. A sua vida social fora era composta, na maioria, por pessoas daqui**. A gente que já

morava em Brasília, que tinha raízes aqui, beleza. Mas quem vinha de fora, se sentia muito sozinho. Isso a gente percebia e muitas vezes a gente carregava “embora, vamos almoçar lá em casa!” porque num tinha onde ir... As pessoas almoçavam aqui, ali, então sempre eu levei um ou dois para almoçar em casa, porque chegava sempre na hora do almoço era aquele negócio!...(CABLIL,2007, grifos nossos)

Brasília é colocada no foco da fala, enquanto cidade dotada de pouca infra-estrutura à época, para onde acorriam os técnicos sem família, sem amigos, com forte devoção ao trabalho.

Na seqüência, CABLIL comenta o envolvimento dos funcionários para a realização de um sonho compartilhado: um CNPq forte para a comunidade científica. A fala mostra a dedicação que as pessoas tinham à instituição, abrindo mão de horários, de direitos. Novamente a comparação com o momento atual em que não existe mais a dedicação dos servidores, nem o sentimento de grupo : “antes as pessoas vestiam mais a camisa do CNPq”. Evidencia-se um CNPq romantizado, em processo de colonização, em que todos lutavam em conjunto, abrindo mão das expectativas individuais, em prol do apoio à comunidade científica. Os conflitos certamente existentes não são retratados.

[...]A gente trabalhava aqui **sem hora**, não é? se precisava ficar na hora do almoço a gente ficava, até mais tarde, ficava... não tinha esse negócio: vamos sair meio dia! Não tinha disso não. Acho que **a gente vestia mais a camisa do CNPq... acho que a gente vestia até duas** (risos)... ah! Acho que talvez por compartilhar o sonho do CNPq, não é? É, **a gente sonhava junto...** e tinha **esse sonho compartilhado** que todo mundo gostaria que fosse realizado... de ter um **CNPq forte para a comunidade científica**, para poder dar recurso, para poder fazer o bem para a comunidade. O retorno maior não era o individual. O retorno era mais para a comunidade ... (CABLIL,2007, grifos nossos).

O “sonho compartilhado” é invocado como uma característica missionária das atividades dos servidores: “ fazer o bem para a comunidade”, abrindo mão dos interesses individuais, numa perspectiva idealista.

A imagem da instituição do passado aparece na fala do entrevistado como marca forte, ao mesmo tempo em que promove uma relação simultânea com a percepção do presente “a gente pensa que não”. Referência aos privilégios e reconhecimento social na expressão “passe

livre”, como se o que foi construído no passado, pela “atitude diferenciada”, fosse “tão bom” que permanecesse até hoje.

[...]Acho que era isso, **o CNPq sempre foi uma marca forte!** Então, era muito orgulho para gente trabalhar aqui no CNPq! Só isso já te dava abertura extrema (risos) **A gente tinha passe livre!** Era tão gozado (risos)...você tinha realmente uma **atitude diferenciada** ... Era um negócio muito bom!!! Até hoje, sabia? **Até hoje a nossa logomarca é forte!** Tem um respeito, você precisa de ver! **A gente pensa que não,** mas...o trabalho que a gente faz, as empresas que vem aqui para perguntar, fazer troca de experiências, todo mundo fala assim: “Ah! O CNPq! **Ah! o CNPq é vanguarda**”.....Eu acho que a gente não pode ficar vivendo do passado, não é? Mas é bom lembrar! (CABLIL, 2007, grifos nossos).

O técnico percebe o Órgão como vanguarda, ainda tendo por perspectiva o desenvolvimento da C&T como impulsionadores do desenvolvimento nacional, mas imediatamente reconhece estar vivendo do passado.

A idéia de uma instituição viabilizadora da utopia dos jovens, facultando a possibilidade de concretização dos sonhos, aparece na fala do entrevistado, na referência à motivação gerada pela idade dos funcionários, que eram jovens e pelo espaço de desenvolvimento profissional que a instituição oferecia. A instituição é apresentada como um lugar de criatividade e de liberdade para o novo, e a juventude é percebida como fator importante de motivação e de sucesso da instituição, uma vez que ser jovem traz subjacente a idéia de transformação do mundo.

[...]É...havia mais motivação!... Mas, também tem uma coisa! A idade era outra, todos éramos poderosos! Podia, fazia e acontecia! Tinha espaço para a gente criar, eu acho. Você tinha espaço para a criatividade... você trazia idéias novas... e todos, como eram novos, investiam nisso. E dava certo, dava errado, a gente refazia. Não tinha preguiça! Então, eu acho que também a forma com que a gente chegou, uma moçada nova,... era todo mundo novo! Estava todo mundo com dezoito, dezenove anos! Nossa! dezoito, vinte anos! Não tinha gente velha! Gente velha era de quarenta, não é?! (risos). De quarenta, cinqüenta eram os mais velhos! E não tinha muita gente não! (CABLIL, 2007, grifos nossos).

O bom nível dos funcionários, que se mantém até os dias de hoje, é colocado como consequência de oportunidades dadas pela instituição. A fala apresenta forte tensão entre o passado e presente, em função da utilização dos tempos verbais: tinha/tem. A existência de uma mentalidade de empresa privada teria sido o diferencial, fazendo menção indireta a atual situação de servidores públicos. A fala traz à tona o estereótipo do funcionário público que

não trabalha e o CNPq é colocado como diferencial desse estereótipo, como sendo ainda, portador da mentalidade de empresa privada. Observa-se uma construção glamourosa em torno do quadro de servidores, bem como certa auto-glorificação “todos aqui têm talento”.

[...] Quando as pessoas chegavam aqui, muitos dos nossos colegas tiveram a oportunidade de fazer mestrado, doutorado... **Então, a gente tinha uma equipe, um corpo de funcionários muito bom! Até hoje, não é? você tem um nível muito bom e aí tinha disposição e muito ideal! ... E olha, todos os servidores que passaram por aqui, saíram realmente para ocupar posição de destaque... Não é? O que aqui a gente tem de elogio dos profissionais do CNPq é muito grande! Eles se diferenciam do servidor público em geral. A gente tinha uma mentalidade de uma empresa privada...** Acho que o servidor daqui trabalha muito... Pode ser que um ou outro não, mas, no geral, a gente trabalha bem aqui. Tem as suas exceções, mas na maioria... todos aqui têm talento, viu? (CABLIL, 2007, grifos nossos).

A percepção do espírito de corpo emerge na fala de um técnico da Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC), CABMRO:

[...] Olha... **aquele espírito de corpo**, a união do grupo, dos técnicos... já deu para perceber isso aí na nossa vinda do Rio para cá. Quando nós chegamos, as instalações eram meio precárias, pouco espaço... mas **a preocupação enorme de todos os funcionários...** em fazer aqueles julgamentos, **e quando eu digo todos é que são todos mesmo, tá?** A gente fazia aqueles julgamentos às vezes em hotéis ! Então, você tinha que juntar aquele monte de caixas, levar para o hotel, preparar, transformar os quartos em salas. E todo mundo... **ninguém se queixava de ficar, de passar a noite** no hotel separando caixas, pegando caixas. A preocupação com os processos, se está tudo conferido... Quer dizer, **havia esse envolvimento** de todo mundo com o trabalho...

Havia um envolvimento de toda a equipe no atendimento aos pesquisadores. E **é isso o que eu chamei de espírito de corpo!** Então, **quando houve a possibilidade de isso ser extinto, todo mundo se agrupou e... resistimos o máximo possível...** então, **havia sim um espírito de corpo!**

Obviamente que, na hora de discutir as cotas, partíamos para os tapas!...a hora da divisão de cotas era aquele arranca rabo! (risos) Mas havia todo esse envolvimento com o trabalho. Como eu disse, os técnicos tinham a responsabilidade, sim, no que vinha a ser aprovado...Sabe, não tem alguém da SDC que eu possa dizer “esse cara não...” **Quem não se entrosasse logo saía...** Todo mundo queria atender a quem achava que era importante! Mas havia o compromisso do que era aprovado. **A gente estava envolvido!** (CABMBRO, 2007, grifos nossos)

O espírito de corpo é apresentado como envolvimento da equipe no atendimento aos pesquisadores e como força que unia os funcionários em torno de um comprometimento comum, acima dos severos conflitos existentes: “quem não se entrosasse saía logo”. Destaque para a união e resistência do grupo sob a ameaça de extinção é uma referência indireta à

proposta de dispersão da SDC, no início da década de 1980. Nesse mesmo sentido, a SDC é percebida, a seguir, como sendo o próprio CNPq.

[...] Como eu disse, a questão do poder da SDC... **para a comunidade, na realidade, o CNPq era uma SDC com alguma coisa pendurada!**

Aí entram as vaidades humanas... porque o presidente sou eu, porque isso aí eu faço, porque eu mando, porque tem que falar comigo e não tem que falar com o superintendente... enfim, os problemas de vaidade, que são terríveis! Em qualquer ambiente a vaidade é péssimo!

[...] **O “espírito de corpo” realmente era muito importante na SDC! ... É exatamente o que eu disse, havia o tal espírito de corpo! Uma época em que a gente ao dizer eu trabalho no CNPq estufava o peito, a gente tinha orgulho da Casa!** Então, quando você chegava a pegar o cartão com as Armas da República e o símbolo do CNPq, olha... funcionário do CNPq! isso era motivo de orgulho para todos! (CABMRO, 2007, grifos nossos).

A existência de um sentimento de orgulho, de pertencimento é colocado em destaque. O símbolo do CNPq impresso na carteira de identidade institucional conferia distinção aos técnicos. O uso de “a gente” reforça o sentimento coletivo que generaliza opiniões e homogeneiza o quadro de funcionários. O reconhecimento da importância do CNPq traduzia por extensão, o reconhecimento de seus servidores.

Comparando com o período analisado, o técnico considera o Órgão atualmente em decadência, como decorrência do desmonte promovido no governo Collor, demonstrando tristeza e sofrimento em função da atual situação. O espírito de corpo não é mais percebido e a desmotivação dos funcionários se evidencia nos horários de chegada e saída. O técnico expressa sua percepção como dor física:

[...]“Tanto que eu comentei com você... quando a gente vê **essa coisa desmoronando**, dói, dói na gente! [...] o pessoal está insatisfeito com o trabalho. **Naquele tempo, ninguém fazia questão de horário, não.** Você tinha tarefas a cumprir! Nós tivemos um ano em que nós tivemos até nove reuniões de Comitê Assessor, em um ano! Imagina! O Comitê Assessor é aquele trabalho danado para todo mundo! Era o pessoal que cuidava das passagens, diárias em hotel/ era a gente que cuidava das planilhas, que tinha que fazer as pré-análises, ver relatórios, enfim... **era um sufoco! Todo mundo...** e **ninguém** se queixava disso. (CABMRO, 2007, grifos nossos)

Dedicação total dos técnicos “naquele tempo”. As atividades são citadas para exemplificar o volume de trabalho e o fato de ninguém se queixar, apesar da lembrança de “ser um sufoco”, deixando subentender que existiam compensações que além dos altos

salários, também moviam essa dedicação. Mais uma vez constata-se uma generalização e homogeneização dos funcionários num único ‘espírito’.

[...]Hoje, a impressão que a gente tem é que **está todo mundo** insatisfeito! É ... está faltando alguma coisa. E foi se perdendo isso ao longo do tempo... a criação do MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia] contribuiu muito para esse esvaziamento intelectual do CNPq... Realmente. E olha, com sinceridade, me dá **uma tristeza muito grande de sentir o que está acontecendo com o CNPq. A quase totalidade das pessoas com que eu encontro** e eu encontro muita gente, porque eu ainda mantenho a conta lá no banco, então eu estou sempre lá. Todas as pessoas que eu encontro, eu não encontro nenhuma que me diga: olha! Tá legal. Isso me deixa triste, sabe?...É aquela história, **metade da minha vida produtiva eu passei lá dentro. Eu ajudei a construir aquilo! E como todos nós que passamos por lá ajudou. E de repente vira fumaça?! Isso realmente me deixa triste! Os momentos de trabalho, as coisas todas que se fez naquele momento, sabe? Eu tenho lembranças ...** (CABMRO, 2007, grifos nossos).

Contraponto entre boas lembranças do passado e a situação atual de insatisfação, onde a criação do MCT é colocada como origem do problema do esvaziamento do CNPq e a conseqüente desvalorização do quadro técnico do Órgão⁵⁹. O entrevistado faz um contraponto entre “todo mundo” orgulhoso, satisfeito e dedicado do passado e “todo mundo” insatisfeito de agora. O envolvimento pessoal com a instituição deixa-se sentir pelo tom emocional do discurso o que corrobora as falas anteriores sobre a existência de um sentimento de pertencimento.

A fala de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, presidente do CNPq no período 1980-1985, nos proporciona uma percepção do poder que gozavam os técnicos da FINEP e do CNPq e a diferença entre eles, relacionada com a personalidade jurídica das instituições. Dá a entender que pelo fato da FINEP ser uma empresa pública teria mais status do que o CNPq. Na verdade, o que Lynaldo “pensa mas não fala aqui” é que a força da FINEP e de seu corpo técnico estava firmada no fato de ser a instituição responsável pela gestão dos recursos do FNDCT, fato que se tornou um grande obstáculo para o CNPq no exercício de sua função de coordenador do sistema. Com o fim da sistemática de nomeação cruzada entre os presidentes e vices das duas instituições, um clima de disputa e concorrência foi estabelecido entre elas e a situação dos gestores do CNPq se tornou delicada. A autoridade do CNPq não era reconhecida pela FINEP para definir orçamentos e destinação dos recursos, que por sua vez, era a administradora do Fundo.

⁵⁹ O tema criação do MCT é tratado no Capítulo 5.

[...] O técnico da FINEP era o todo poderoso, ganhava bem, o do CNPq também ganhava bem, mas um era fundação e o outro era uma empresa pública, não é? mas o técnico do **CNPq tinha um espírito de corpo muito forte**, porque ele sempre tinha sido fortalecido, porque Pelúcio trabalhava muito com programas e com projetos... O técnico da FINEP tinha os consultores ad hoc, mas ele tinha uma força muito grande, ele tinha uma grande motivação, eles se sentiam realmente fortalecidos e tinham orgulho. **Nós do CNPq buscamos criar também esse espírito** no meu período, primeiro porque deixou aquela separação entre o CNPq Rio e o CNPq Brasília. Aluguei [o prédio da] 511 e botei todo mundo aqui [...] **Acho que pelo menos internamente havia uma certa motivação, suponho que havia.**[...] Mas, eu acho que os tempos da FINEP continuaram assim até o governo Lula. (CALYN, 2007, grifos nossos)

A idéia de espírito de corpo forte, construído, é percebida no enunciado discursivo em análise. Há uma relação entre o “nós” (buscamos também criar esse espírito) e o uso da primeira pessoa “aluguei”, “botei” como forma de ressaltar uma construção conjunta e ao mesmo tempo, realizada a partir de atitudes individuais, que contribuíram para a construção do espírito de corpo. O entrevistado compara o seu trabalho com o da FINEP, como forma de equiparar as atuações de ambas as instituições.

Na fala de CABALP, identificamos o reforço da percepção de que o período de auge da instituição foi o dos governos militares. O CNPq dos militares é colocado como grandioso, produtivo, cheio de força, criativo; o que causava no entrevistado orgulho, vontade de trabalhar. Há também a associação da competência dos técnicos aos grandes salários.

[...] Bom... a **visão que eu tenho daquela época**, que foi para mim **o auge do CNPq** que eu vivenciei, foi exatamente esse **período dos militares**. E não sei anteriormente nada a respeito, aliás, anteriormente quase não tinha nada, não é? Mas esse período, quando eu cheguei aqui no CNPq, eu sentia que as pessoas que trabalhavam no CNPq **eram grandes técnicos, grandes pesquisadores, grandes estudiosos, que eram reconhecidos** lá fora. Entendeu? **Eu tinha vaidade, orgulho de conhecê-los**, eu me sentia assim, disposta ao trabalho com gente desse nível. Que coisa legal! Era assim que eu me via. Entendeu? De “puxa vida!”, eu conheço essas pessoas, que bacana eu estou vendo o trabalho de perto. Entendeu? **Eu achava aquilo maravilhoso** quando eu conversava com eles... Sabe? Era como se eu me enriquecesse também, do que eles passavam para mim.

Então, eu tinha uma **idéia do CNPq com muita força, produzindo demais, criando coisas**. A **projeção do CNPq lá fora era uma coisa fantástica**. Eu me lembro de situações que eu vivi fora, que as pessoas me perguntavam: “Você trabalha onde?”. “Eu trabalho no CNPq”. “Puxa! Que maravilha! Você é funcionária do CNPq? Fantástico! Você deve estar muito bem, em todos os sentidos porque você trabalha numa casa super reconhecida, onde tem **grandes cabeças lá dentro e grandes salários, né?** ”.

Então, assim era realmente uma visão muito boa e que eu tinha orgulho. Eu vinha para o CNPq **orgulhosa de ser funcionária desta Casa**. (CABALP, 2007, grifos nossos)

A percepção da idéia anterior do orgulho de estar numa instituição bem sucedida é reforçada na fala em foco. O entrevistado faz uma gradação de fatores a partir da criação do MCT que contribuíram para a derrocada do CNPq, onde a relação estabelecida é da perda de força institucional com a perda de competência técnica. Tal processo de decadência culmina com a falta de espírito de corpo nos dias atuais.

[...]É, começou a acabar com a **criação do MCT, e aí o CNPq começou a perder força e a coisa foi caminhando para baixo e daí as coisas começaram a complicar**, os orçamentos foram diminuindo e se você pegar no gráfico, você vê que foi uma queda muito grande no orçamento do CNPq. As **atividades foram sendo repassadas para o MCT** e aí já não havia mais aquelas pessoas, as pessoas começavam a sair, já não teve mais condições de desenvolver grandes coisas aqui, a visão era outra, a **Casa** começou a **mudar politicamente** e a gente via isso...
[Depois, ficamos]com um **salário miserável**. Entende? Então é uma pena, mas a gente sente uma queda muito grande. **Aquele corpo que a gente tinha aqui, não tem mais**. (CABALP, 2007, grifos nossos).

Novamente a comparação com a individualização dos dias atuais reforça a idéia de espírito de corpo da época dos militares - trabalho conjunto de antes x espírito individualizado de hoje:

[...]Olha, naquela época a gente sentia, as coisas funcionavam, como eu trabalhava na biblioteca, eu participava de algumas situações. Mas, ali, o que a gente via, nas coisas que a gente fazia para atender aqueles técnicos todos, a gente sentia uma coisa de trabalhar para produzir, para a gente crescer. Entendeu? Para **desenvolver tanto a instituição como pessoalmente**. Havia uma necessidade de crescimento deles mesmos, pessoal, para produzir. **Hoje** em dia a gente não sente mais isso. **Existe uma coisa mais individualizada**. Lá, naquela época, a gente sentia que todos os setores trabalhavam, parecia que **trabalhavam para o conjunto todo, como um conjunto todo na Casa. Hoje em dia é muito individualizado**[...]não tem mais aquela coisa, **você não vê mais na Casa as cabeças de antigamente**. Não vê, não. Não tem! (CABALP, 2007, grifos nossos).

O CNPq é romantizado como um local de trabalho absolutamente harmônico, em que as pessoas se ajudavam entre si e passavam por cima de conflitos em nome do compromisso comum, que era criar um CNPq forte para a comunidade científica. A coletividade do passado foi ressaltada em oposição ao individualismo que os entrevistados observam hoje. Percebe-se uma homogeneização tanto das opiniões em relação ao passado, quanto à caracterização da instituição em que os funcionários são apresentados sempre em blocos uniformes (a gente, todo mundo) em torno de um compromisso comum e grandioso.

A construção do espírito de corpo apaga as marcas ideológicas e os posicionamentos conflitantes na percepção imediata dos sujeitos. Isto pode ser evidenciado pelas diversas generalizações que fortalecem a idéia de instituição, de organismo e pela colocação do trabalho e do envolvimento com a comunidade científica como acima de questionamentos políticos. Por outro lado, esse processo é desnudado por meio dos silenciamentos sobre o regime militar.

Segundo Kessler, o espírito de corpo é um sentimento forte de unidade e de solidariedade ligando os membros de um mesmo grupo. É constituído por uma rede de crenças coletivas e de estereótipos repetitivos que constituem um fundo de doutrina e ideais comuns aos membros do grupo, caracterizando-se pela existência de um patrimônio coletivo, cultural, intelectual, técnico e de sentimentos. Os membros do grupo, enquanto corpo, estão unidos numa instituição jurídica estável, protegida e legitimada pelo Estado, onde os indivíduos estão ligados por modos de recrutamento e de funcionamento em comum, codificados em estatutos particulares de regras, direitos e deveres bem definidos, por uma mesma visão coletiva deles mesmos.

A legitimidade histórica funda, na perspectiva de Max Weber, a força e o carisma dos “Corpos”. Os membros do corpo evocam certa linhagem de origens e os grandes técnicos que os precederam dentro da instituição. O orgulho, o apelo ao passado deságua numa visão “encantada” das atividades desenvolvidas pelo grupo.

No CNPq os técnicos organizavam o fomento da instituição, formulavam políticas de desenvolvimento de ciência e tecnologia e o prestígio decorrente dessas atividades era imenso aos olhos de seus protagonistas, onde a legitimidade histórica da instituição se une à legitimidade de suas competências. Os técnicos eram conscientes das especificidades de suas funções, de sua formação de alto nível, a partir da qual eles se constituíam na elite do Serviço Público Federal.

Evidenciamos nas falas um grande apego às marcas oficiais e aos símbolos que lhes deram prestígio: o logotipo do CNPq, a carteira funcional e as Armas da República. Esses símbolos constituem uma herança coletiva do “Corpo”, e são expressões visíveis do status prestigioso alcançado enquanto instituição do Estado junto a sociedade.

Pertencer a um “Corpo”, a uma mesma comunidade, exige solidariedades morais e materiais, onde é preciso ajudar a instituição e os colegas em todos os domínios. Constatamos as palavras “casa” e “corpo técnico” empregadas para qualificar a instituição em diversas falas dos sujeitos, cujas narrativas se referiam ao período estudado, caracterizando uma afetividade intensa, bem como a invocação de um vínculo familiar. O espírito de Corpo identificado nas falas se evidenciou também nas solidariedades eficazes e concretas. As amizades, os vínculos incentivados por certas práticas : festas, comemorações, apoio aos colegas diante de problemas pessoais.

Os membros do Corpo técnico apontaram em suas falas competências e práticas, revelando as competências que lhes permitiam agir eficazmente no “meio local”. Esses códigos de ação se apresentaram marcados por uma vocação ao serviço público, ao senso do interesse geral, e tornaram-se referências obrigatórias, denominador comum que uniu os discursos. Esses códigos constituíram um sistema de representações relativamente homogêneo do cumprimento do dever, do apoio à comunidade científica através do compromisso com a execução de políticas de formação de recursos humanos e apoio à pesquisa, bem como com a importância das atividades de planejamento para o desenvolvimento da C&T no Brasil.

A abordagem do mesmo subtema no Cenário B nos permitirá compreender como o forte espírito de corpo evidenciado neste Cenário A, vai sendo desarticulado através das sucessivas gestões administrativas.

4.3.6 SUBTEMA A6: SABER TÉCNICO INSTITUCIONAL

No período analisado identificamos nas falas dos sujeitos referências a um saber e práticas localmente construídas na instituição. Ou seja, um conhecimento específico desenvolvido em função de situações surgidas do desafio de elaboração e acompanhamento da execução do II e III PBDCT. Esse conhecimento, gerado a partir das especificidades das ações empreendidas no campo, gerou uma linguagem legítima (BOURDIEU, 1998), perpetuada através da criação continuada. Nesse momento institucional, a equipe técnica dispunha de grande espaço criativo, com poder para erigir normas que, aprovadas nas

instâncias decisórias da instituição, consagraram termos e codificaram as ações em suas práticas.

A criação de novos instrumentos de apoio ao fomento à pesquisa, bem como modalidades de bolsas, calendários de solicitação de recursos, proposição de programas institucionais, etc.⁶⁰, após serem legitimados e instituídos, transformaram-se em diretrizes para os beneficiários do CNPq, integrantes do campo (no caso, estudantes e pesquisadores) afirmando, assim, a competência executiva das formulações técnicas propostas e consagradas pelo uso. Expressões como “bolsa de pesquisa”, “auxílio viagem”, “taxa de bancada” passam a “significar” automaticamente para os integrantes do campo, sendo incorporadas nas práticas cotidianas rapidamente.

Tais percepções, advindas das falas dos técnicos, nos remetem à idéia da existência de “um saber técnico institucional”, um saber especializado produzido no campo, que se infiltra e enraíza entre os indivíduos produzindo efeitos simbólicos de distinção. Tal constatação evidencia a permanência de valores e práticas que não são anuladas com as mudanças políticas e ideológicas dos períodos posteriores.

As falas dos primeiros técnicos admitidos após a reestruturação do CNPq, em 1975, mencionam muito idealismo e entrosamento, mas também incertezas sobre as funções e a operacionalidade do novo Conselho. O relato analisado a seguir apresenta o idealismo e a perspectiva de realização profissional que se sobrepõe a incertezas e a possíveis obstáculos, num jogo de forças representado pela metáfora de guerra do “peão no tabuleiro”.

[...]Então eu fui procurar o Candiota na FINEP. Quando eu cheguei lá, tinha acabado de acontecer a mudança do CNPq, do antigo Conselho de Pesquisa, para Conselho Nacional de Desenvolvimento, e o Candiota tinha saído da FINEP e ele era o Superintendente de Planejamento do CNPq que estava no “zero”, eu fui a primeira pessoa que ele contratou. Ele chegou e disse: olha, aqui é um serviço, vai ser um conselho de ciência e tecnologia, mas na verdade é um trabalho que eu não sei ainda o que vai ser, você se interessa? Eu falei: eu me interesso (risos)[...] Foi o primeiro trabalho que eu fiz. Senti-me o máximo. Estava a favor do País, tinha vinte e dois anos, vir para o CNPq para mim, foi assim um encantamento no começo, sabe?[...]

⁶⁰ A documentação interna do CNPq, Resoluções Normativas, Instruções de Serviço, etc... comprovam a grande produção técnica desse período.

Tinha um idealismo muito grande naquela época, todo mundo tinha, Ferrari, Candiota, essas pessoas todas que entraram. **Mas eles não sabiam ainda que forma isso ia tomar.** Aí, aos poucos, foi tomando forma, **eu era um peão no tabuleiro...** Então, isso foi quando foi montado o segundo PBDCT. Ele foi publicado e, em seguida, a gente tinha que acompanhar aqui. Aí, a tarefa seguinte foi como fazer aquilo... e foi o embrião, foi uma coisa que foi surgindo ali... era uma coisa muito entrosada, mas as pessoas não sabiam como fazer. (CABCBQ, 2007, grifos nossos).

A fala do primeiro presidente do CNPq após a reestruturação, José Dion de Melo Teles, permite a percepção da autonomia desfrutada para buscar gente competente, com experiências anteriores, a fim de criar uma estrutura nova para um momento novo.

[...]E eu quero **repetir** que eu **vim com a dupla missão de criar uma estrutura nova para um momento novo, de construção do futuro, através do segundo PBDCT**, que era um decalque, uma purificação do capítulo onze ou treze do PND, tudo também dentro da distensão, do processo de abertura. De forma que **eu tinha também carta branca[...]** a **instrução** era “**busque gente competente**” porque a maior pobreza de um país em desenvolvimento é gente incompetente. Gente testada, nós não podemos nos dar ao luxo de marginalizar essas pessoas. (CADION, 2007, grifos nossos) .

O planejamento é colocado como instrumento de realização de uma missão voltada para a construção do futuro: estrutura nova, momento novo, numa perspectiva processual de alcance da democracia. A autonomia de ter “carta branca” irradiava de um poder central, o ministro Reis Velloso, de onde recebia a “instrução”.

Em outra fala o mesmo período é destacado como “áureo do planejamento”, caracterizado por uma percepção de proximidade com o poder, com a Secretaria de Planejamento, com os ministros. Não havia um modelo de planejamento, mas, algumas pessoas muito preparadas que pensaram o planejamento e o “grosso” do pessoal se integrou ao grupo. O Sistema proposto para o acompanhamento do II PBDCT foi considerado um desafio, uma batalha, uma tarefa impossível, mas com a vantagem de poder contar com pessoas que entendiam das suas áreas. O entrevistado CABLNC tinha a percepção de que os técnicos eram pessoas muito bem preparadas, sem saber exatamente em quê, evidenciando forte incerteza.

[...] Mas eu diria que esse período, **foi um período áureo do planejamento na área de ciência e tecnologia...** O que me surpreendia é que esse pessoal que chegou do Rio, eles tinham uma proximidade muito grande com a própria Secretaria de Planejamento, com o próprio secretário. O Pedro Leitão conversava com o Simonsen, o Simonsen chegava e conversava com os técnicos... aqui em Brasília, as pessoas

tinham uma percepção muito próxima do poder[...] eu me lembro que as pessoas tinham uma **liberdade** muito grande para fazer [...]Então, essa experiência que eles traziam do Rio era uma coisa muito feliz e **as pessoas eram muito preparadas**...Existiam pessoas muito preparadas dentro da instituição, que trabalhavam com aquilo e **eu não sei que tipo de preparação eles tinham** para trabalhar com o planejamento, era basicamente eles que tinham trazido essa experiência para Brasília e o pessoal, o "grosso" das pessoas, dos técnicos que foram contratados aqui, **de certa forma se integraram**. ...(CABLNC, 2007, grifos nossos).

Na mesma linha de abordagem o relato seguinte detalha as especificidades das atividades e a necessidade de superação dos desafios, com respostas técnicas:

[...]Bem, e nós lá na Coordenação de Acompanhamento do Plano Básico (CPB), nessa Superintendência de Planejamento (SUP) [no Rio], desse novo CNPq, **tivemos que criar toda uma metodologia de acompanhamento**. Nós esbarramos em certas **inexperiências, em certas resistências políticas**, porque, veja bem, como acompanhar a execução da pesquisa? ...nós tínhamos várias questões que discutíamos e não tínhamos como resolver. Primeiro era a **questão da mensuração da ciência e tecnologia**: como mensurar, qual é o **indicador que se utiliza para medir o esforço que o país estava fazendo** na área de Ciência e Tecnologia? Qual? A segunda questão era a da **estatística**, e eu estou dizendo o seguinte: você ter um quadro de estatística que você consiga avaliar. Nós fazíamos coisas assim meio primárias. Mas, de qualquer maneira, nós não conseguíamos trabalhar assim, então, trabalhávamos com um indicador geral de distribuição de dinheiro no Brasil. **Nós não tínhamos outras estatísticas**... Então, tínhamos problemas com isso, indicadores e tal. E tínhamos também, e aí entra o Frascati, uma **dificuldade brutal com a terminologia**. O que existia era o resultado da própria característica da evolução brasileira. (CABCRA, 2006, grifos nossos) .

A fala do técnico chama a atenção para a necessidade de criação de uma metodologia de acompanhamento e para problemas relacionados à terminologia (Manual Frascati), resultado da própria condição brasileira naquele momento. A falta de visão clara sobre pesquisa básica, a inexistência de indicadores, de conhecimentos técnicos sobre estatísticas, foram mais importantes que razões ideológicas para que o processo não se sustentasse.

Conhecimento construído pela prática, com relação, por exemplo, ao PADCT.

[...]Eu me lembro que fui encarregado [...] de escrever alguns dos documentos básicos[do PADCT I] e **eu não sabia o que era isso. A gente foi fazendo e aprendendo** (CABID, 2006, grifos nossos).

[Sobre o PADCT I] “Mas, mesmo com **todas essas dificuldades de aprendizagem, houve inovações no processo de fomento**” (CABRIN, 2006, grifos nossos).

Naquele momento não havia ainda definição de critérios para o planejamento do fomento:

[...] **Mas a gente foi construindo...** e aí **foi a construção do planejamento do fomento**. Porque o planejamento do fomento era muito, eu não posso dizer que era personalista, não, mas ele não tinha uma formatação... uma definição de critérios... nada disso! **Estava sendo feito o primeiro diagnóstico...** O famoso formulário de A a Z, que foi um levantamento, na época nem computador tinha, onde o pessoal ia nos locais levantar os dados...[...] Então, a partir daí, começou o planejamento... essa coisa toda! (CABLUM, 2007, grifos nossos).

A fala seguinte ressalta a valorização do técnico, sua autonomia e competência para realizar suas atividades e responder aos desafios:

[...]o CNPq nos valorizava muito mais [...]Os **técnicos tinham autonomia para proceder, tinham um conhecimento suficiente e necessário para desenvolver a atividade**. Então, o CNPq sempre foi um formador de inteligência, não é? (CABTAO, 2007, grifos nossos).

Da análise das falas emerge um saber técnico forjado nas práticas cotidianas, a partir da necessidade criada de desenvolvimento de determinadas ações. A partir dos discursos instituintes, inspirados em experiências européias e norte-americanas, as práticas foram sendo inventadas a partir das experiências individuais, da criatividade, e da determinação de “fazer acontecer”, isto é, de criar para a realidade. Os primórdios do CNPq reconfigurado, em 1975, caracterizam bem esse desafio de aprender-fazendo-criando, onde os talentos profissionais dos técnicos que construíram esse momento histórico da instituição corresponderam às demandas dos governantes. Como vimos no item relativo ao tema Planejamento e Gestão em C&T, os governantes por sua vez, tinham absoluta consciência da necessidade de cultivo dos talentos técnicos e científicos, para levarem a efeito o projeto de País que estava proposto nos Planos Nacionais.

As práticas dos técnicos estavam fundamentalmente sustentadas na capacidade técnica, na liberdade de atuação, na criatividade e na valorização institucional das iniciativas. Tais características, como veremos no Cenário B, vão abandonando as práticas do quadro técnico do CNPq, levando ao limite, o reconhecimento desse saber técnico institucional.

4.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES DO CENÁRIO A

GOVERNO GEISEL (1975-1979)

No contexto do imaginário da Guerra Fria, uma elite governamental alinhada com os países desenvolvidos construiu o discurso nacionalista do desenvolvimento tecnológico como base no desenvolvimento econômico e social, e o domínio da C&T como fator de soberania e poder entre as nações.

O período foi permeado pelo discurso da “distensão e transição democrática” e pela emergência de problemas econômicos decorrentes do fim do “milagre econômico”, num panorama internacional de crise do petróleo. O II PND materializou as intenções do governo Geisel em ajustar a economia às novas condições impostas pela crise e ao mesmo tempo manter o crescimento econômico acelerado.

Planejamento e Gestão

O planejamento é compreendido como instrumento de governo atrelado a um projeto de Nação.

Priorização do conhecimento, do saber-fazer.

Estruturação institucional do campo da C&T no Brasil, com a criação do SNDCT, enquanto decisão política. Elaboração do II PBDCT decalcado no II PND que definiu diretrizes para o apoio institucional ao desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos para a pesquisa, especificando fontes de financiamento para o campo da C&T. O II PBDCT foi o instrumento político normativo elaborado pelos governantes para regulamentação e instrução do campo da C&T.

Reestruturação do CNPq em coordenador do SNDCT . O discurso dos governantes é a grande âncora, a fonte do status institucional do Órgão. O discurso e o aparato jurídico normativo que formaliza, faz surgir para a existência o que é enunciado.

Fundação da importância da C&T pelos discursos do Ministro Reis Velloso e do Presidente Geisel. Comparecimento pessoal de Velloso e Geisel consagram o CNPq. Rito de consagração.

Reis Velloso é apontado como o grande articulador e ideólogo da política de C&T. com grande ascendência sobre o presidente Geisel. A expansão das competências do Ministro Velloso é relacionada com a ascensão do prestígio do campo de C&T. O Ministro é identificado como a figura do técnico a serviço do Estado bem como o poder-saber e o prestígio do técnico da C&T no sistema.

Reconhecimento da atuação dos militares para o desenvolvimento científico do País, apesar do grande problema das perseguições e torturas deixando a percepção de que o problema não era o autoritarismo. Os governos militares são valorizados pela geração de políticas explícitas, com dotação de recursos financeiros para o campo. Atuação dos militares no desenvolvimento da C&T, maior que em outro governo qualquer. Os militares demandavam conhecimento especializado para projetos definidos, daí o poder do técnico estar no saber fazer. A referência à existência de demandas claras reporta às diretrizes definidas. Visão estratégica dos militares em termos de C&T, destaca a importância do planejamento, do SNDCT

A C&T aparece como redentora dos problemas nacionais “força motora do desenvolvimento econômico e social do País.

Determinação (sem dilemas) de apoio à pesquisa aplicada e a inovação tecnológica.

Comunidade científica: Sinalização de recursos financeiros pelo governo. São considerados homens de primeira qualidade – prioridade para os detentores do conhecimento técnico-científico. Política de cooptação de pessoas e grupos, prestígio, reconhecimento social.

Técnicos: Valorização da competência técnica fundada na razão técnica que conduz a intervenção do Estado – Chamamento à responsabilidade dos técnicos, co-participação. O discurso reflete nos altos salários e no status social.

Gestão José Dion

Imaginário institucional mantido pelo discurso da importância da C&T para o desenvolvimento nacional.

O presidente Dion é reconhecido pela legitimidade técnica – (homem de visão, vitorioso profissionalmente). Apresenta um perfil híbrido. Vinculado ao grupo do Ministro Velloso, que lhe dá sustentação política. Dion se transfigura na pessoa do Velloso – por transferência. Ver Boudieu cargo de confiança/porta-voz.

Colonização do imaginário dos servidores do CNPq – discurso paternal.

Missão de fazer interface entre a comunidade científica e implantar a reconfiguração do Órgão. Questão: por que o CNPq não foi simplesmente extinto e em seu lugar criado outro órgão com a nova missão? Havia o interesse de fazer a transição da comunidade científica para os interesses dos governantes. A extinção poderia ser interpretada como uma ruptura, quando o interesse era de cooptação.

GOVERNO JOÃO FIGUEIREDO (1980-1985)

Inexistência de um discurso para o setor. Fragilidade dos instrumentos normativos e de planejamento provocam o enfraquecimento das posições de comando no campo da C&T. Planejamento em crise e escassez de recursos

Com a mudança dos governantes e o afastamento do Ministro Velloso o discurso da C&T perdeu força e os Órgãos erigidos sob sua tutela sofreram um processo de degradação progressiva.

O esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista devido a crise econômica agravada pelo segundo choque do petróleo em 1979, acarretou grande endividamento do Estado decorrente de altas taxas de juros internacionais. Mesmo dispondo do aparato criado para o desenvolvimento científico e tecnológico, a falta de articulação entre os agentes pertencentes ao sistema e o agravamento da situação econômica, levaram ao apagamento da C&T das prioridades estabelecidas pelos governantes.

O desenvolvimento de novas tecnologias e de novas formas de gestão do processo de trabalho nas empresas levou a grandes alterações nas relações de trabalho.

Elaboração e aprovação do III PND sob perspectivas pessimistas em relação ao desdobramento da crise energética, custo da dívida externa e aumento da inflação interna e externa. Como desdobramento, o III PBDCT foi elaborado na forma de linhas de ação, de caráter indicativo para o campo da C&T, estabelecendo prioridade no desenvolvimento de áreas estratégicas: energia, agropecuária, educação e cultura, saúde e nutrição, assistência social, habitação e saneamento. O grande desafio seria a consolidação da estrutura de C&T e a articulação do SNDCT como mecanismo de integração dos órgãos relacionados com C&T. Essa exigência demandava do CNPq mecanismos de articulação que suprissem sua posição hierárquica inferior na estrutura do Estado, como articulador do sistema., destacando-se nesse período a elaboração das Ações Programadas em C&T.

Paralelamente aos esforços de coordenação empreendidos pelo CNPq, o sistema de planejamento do Estado entrava em colapso em decorrência da escassez de recursos e do grave endividamento do Estado.

Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen indica para o CNPq Maurício Matos Peixoto – o que representou a volta da comunidade científica ao comando no campo da C&T. Com a queda de Simonsen, dez meses depois, é empossado por Delfim Neto, o engenheiro Lynaldo Cavalvanti de Albuquerque.

Delfim Neto não possuía qualquer projeto especial para o setor de C&T e nem pretendia apoiar ou incentivar o planejamento naquele momento de crise.

Gestão Lynaldo

Indicação do presidente do CNPq envolveu uma grande rede de interesses políticos e apoios pessoais e institucionais. Por um lado José Goldemberg, representando a comunidade de físicos e de outro Lynaldo representando a comunidade universitária e a continuidade do projeto de desenvolvimento tecnológico iniciado com Velloso, com o apoio de oficiais da ESG.

Estabeleceu-se então, um período de grandes embates pelo comando do CNPq – o campo da C&T. Internamente instalou-se uma luta pela autonomia decisória nos destinos do CNPq. De La Senta e Lynaldo – divisão do campo.

O CNPq não se estabeleceu como o coordenador do SNDCT, embora as atividades desenvolvidas para tanto tenham sido muita ricas em experiências com vistas a uma maior articulação. Embora o III PBDCT tenha mantido o caráter político normativo do Plano anterior constatamos um afrouxamento nas intenções dos governantes em fazer cumprir as metas estabelecidas. Houve um silenciamento nos discursos governamentais em relação ao campo da C&T.

Com relação a prioridade assumida no governo anterior (Geisel), a distinção do campo foi paulatinamente perdida em virtude do enfraquecimento das atividades de planejamento e, principalmente do silenciamento dos discursos governamentais relativos a C&T. Comparando-se a publicação do II PBDCT e do III PBDCT, evidencia-se a perda do status político do documento. A publicação do II PBDCT traz o discurso do Presidente da República, Ernesto Geisel, e do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo do Reis Velloso proferido na solenidade de lançamento do Plano. Ambos os discursos reiterando a importância da C&T para o desenvolvimento nacional. Na

seqüência está a Exposição de Motivos (EM) nº 053/76 e o Decreto nº 77.355, de 31/03/76 que formaliza a aprovação do Plano, com a aposição da assinatura do Presidente da República e mais as assinaturas de dezessete ministros de Estado, cujos ministérios participaram de sua elaboração, sob a coordenação da SEPLAN, assessorada pelo CNPq.

Já a publicação do III PBDCT apresenta apenas a EM assinada pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento Antonio Delfim Netto e o Decreto nº 85.118, de 03/09/80 assinado apenas pelo Ministro e o Presidente da República João Figueiredo.

Comparação entre o primeiro e segundo período do Cenário A

No primeiro período do Cenário A (1975-1980), observamos a inscrição do CNPq enquanto órgão de coordenação do campo da C&T e toda a agregação simbólica daí decorrente, que se reflete nas representações dos técnicos como prestígio social, bons salários, orgulho institucional e pessoal. A missão destinada ao Órgão, então reconfigurado, era elaborar políticas para o campo, desenvolvendo prioritariamente, ações de apoio ao desenvolvimento tecnológico.

Quanto aos gestores Dion e Lynaldo, o Cenário A se caracteriza pela primazia do perfil técnico na presidência do CNPq, pois ambos têm formação em engenharia e, na representação dos técnicos surgem como inseridos em extensa rede de apoios pessoais e institucionais. Mas o que se destaca na análise é o fato de Dion ter sido a extensão do Ministro Velloso dentro do CNPq, uma vez que as políticas e as estratégias de gestão para o Órgão eram diretamente coordenadas pelo Ministro. O CNPq representava então, o elo de ligação com a comunidade científica que deveria ser apoiada mas ao mesmo tempo cooptada para os projetos prioritários do governo. Portanto, a gestão de Dion acenou para a comunidade científica com recursos financeiros e prestígio político para os aderentes.

Na administração de Lynaldo ficou evidenciada a inexistência do apoio governamental, nos níveis do governo anterior. A posse de João Figueiredo levou Mário Henrique Simonsen para a pasta do Planejamento, que colocou seu ex-professor Maurício Matos Peixoto na presidência do CNPq, significando o retorno do CNPq a mesma agenda de atuação dos anos anteriores a 1970, isto é ao apoio da comunidade científica. Após dez meses de atuação Simonsen sai do ministério, assumindo então Delfim Netto, que não tinha uma

política para o setor, tampouco afinidade com o campo da C&T, permitindo que as redes de influências funcionassem na indicação do novo gestor do CNPq.

A corrida de bastidores empreendida entre Goldemberg e Lynaldo deu um sentido de embate à formatação do campo durante todo o período 1980-1985, caracterizado pelas disputas ferrenhas entre comunidade científica e administração do CNPq, onde a força da representação do Estado, embora tímida, prevaleceu. Lynaldo conseguiu abrir certo espaço de atuação retomando de alguma forma a determinação de apoiar o desenvolvimento tecnológico do governo anterior, sobre grande pressão da comunidade científica.

Evidenciamos na análise que a pressão e a força da comunidade científica aumentam sobre a gestão do CNPq, na medida em que a força e a determinação política do governo militar diminui no período do governo Figueiredo. Isso pode ser depreendido pela análise do III PBDCT, na ausência de discursos para o campo de C&T e na perda da autoridade do CNPq para coordenar o SNDCT.

Com o retraimento das funções de planejamento do Estado, o papel do CNPq de coordenador do Sistema, perdeu a força e a autoridade conquistada nos anos anteriores. E é esse momento que tomamos como representativo do poder do discurso na formatação do imaginário social. Uma vez sem discurso governamental de apoio, sem representação de autoridade.

O que concedia autoridade ao CNPq no governo Geisel era exatamente o poder performático dos discursos dos governantes que imerso no imaginário da Guerra Fria conferia importância ao desenvolvimento tecnológico como fator de desenvolvimento, competição internacional e soberania nacional. A ausência desse discurso no período posterior está representada pelo esvaziamento nas diretrizes técnicas e orçamentárias do III PBDCT e pelo desinteresse do ministro no encaminhamento de questões específicas do campo.

Os espaços institucionais de atuação do CNPq são mantidos pelas áreas técnicas, com articulações de programas e projetos envolvendo a comunidade empresarial, que acabaram por perder a força da execução em virtude da ausência de apoio político e de recursos financeiros. Os projetos e programas voltados para o apoio ao desenvolvimento tecnológico, durante a gestão de Lynaldo, são levados ao limite da resistência.

CAPÍTULO 5

CNPq: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM C&T NOS GOVERNOS CIVIS

Cenário B: 1985-1995

Apoiado na análise das entrevistas, o Cenário B apresentou características estruturais diferenciadas, em decorrência do esvaziamento de dois subtemas estabelecidos para o cenário A: CNPq e Comunidade Científica e Saber Técnico Institucional. As transformações sofridas pelo órgão, na transição para os governos da Nova República, apagaram da fala dos sujeitos qualquer menção da existência de políticas estruturadas de C&T e valorização do conhecimento técnico. Contrariamente, as falas apresentaram recorrência no sentido da inexistência de políticas para o setor de C&T, muito embora tivesse sido elaborado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), documento datado do período 1986-1989 que cumpriu uma função formal com raros efeitos práticos para o campo da C&T, dentre os quais se destaca a duplicação do número de bolsas de estudos em 1987. Como consequência, os discursos dos governantes silenciaram o setor de C&T no tocante às práticas de planejamento.

As alterações estruturais promovidas no campo de C&T, no período, provocaram o deslocamento de forças com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e a destituição do CNPq das atribuições de coordenador geral do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). Portanto, para efeito de nossas análises no Cenário B o CNPq passou a ser considerado como um subcampo.

Nesse sentido os embates entre CNPq e comunidade científica passaram a ter uma perspectiva interna, referente às atribuições de planejamento institucional do fomento assumidas pelo Órgão. A progressiva inserção da comunidade nos espaços decisórios do subcampo, por meio da assunção de pesquisadores aos cargos de gestão do CNPq desestimularam o planejamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico, uma vez que as prioridades passaram a ser ditadas pela comunidade científica. No que se refere ao silenciamento das falas relativas ao subtema Saber Técnico Institucional, foi uma consequência da supressão da competência do CNPq em planejar e formular políticas de C&T em termos nacionais, uma vez que tal função passou a ser atribuição do MCT. A

drenagem de pessoal técnico qualificado para o Ministério, a restrição das atividades de planejamento ao âmbito do fomento institucional e, após 1990, o desmonte da estrutura interna de planejamento do Órgão foram os principais motivos que levaram à perda do saber técnico. As falas referentes a esse período se referiram à grande limitação do quadro de servidores para desempenhar suas já restritas funções.

Na constituição do Cenário B não houve parâmetros documentais efetivos de políticas nacionais para o campo da C&T. A conturbada década de 1990 inaugurada no Brasil sob os efeitos da política neoliberal do presidente Collor, trouxe em seu bojo uma série de alterações, cujos efeitos refletiram na estrutura organizacional do CNPq e na qualidade do trabalho de seus servidores. O advento do Regime Jurídico Único, o congelamento dos salários, a limitação das atividades desenvolvidas, acarretaram deslocamentos nas noções de carreira e de trabalho técnico, impondo o desvio de competências que deixaram de ser especializadas tornando-se burocráticas e rotinizadas.

Os impactos provocados no quadro de servidores e suas conseqüências nas representações dos técnicos do CNPq são analisados através das falas dos sujeitos, segundo os subtemas : Tecnocracia, CNPq x Comunidade Científica, Perfil e Status do Técnico, Liberdade de Expressão e Saber Técnico Institucional.

ESTRUTURA DO CAPÍTULO 5

CNPq: Planejamento e Gestão em C&T nos Governos Cívicos

Cenário B:1985-1995

Governo José Sarney (1985-1989)

- Gestão no CNPq: Roberto Santos (1985)

Crodowaldo Pavan (1986-1989)

Governo Fernando Collor (1990-1992)

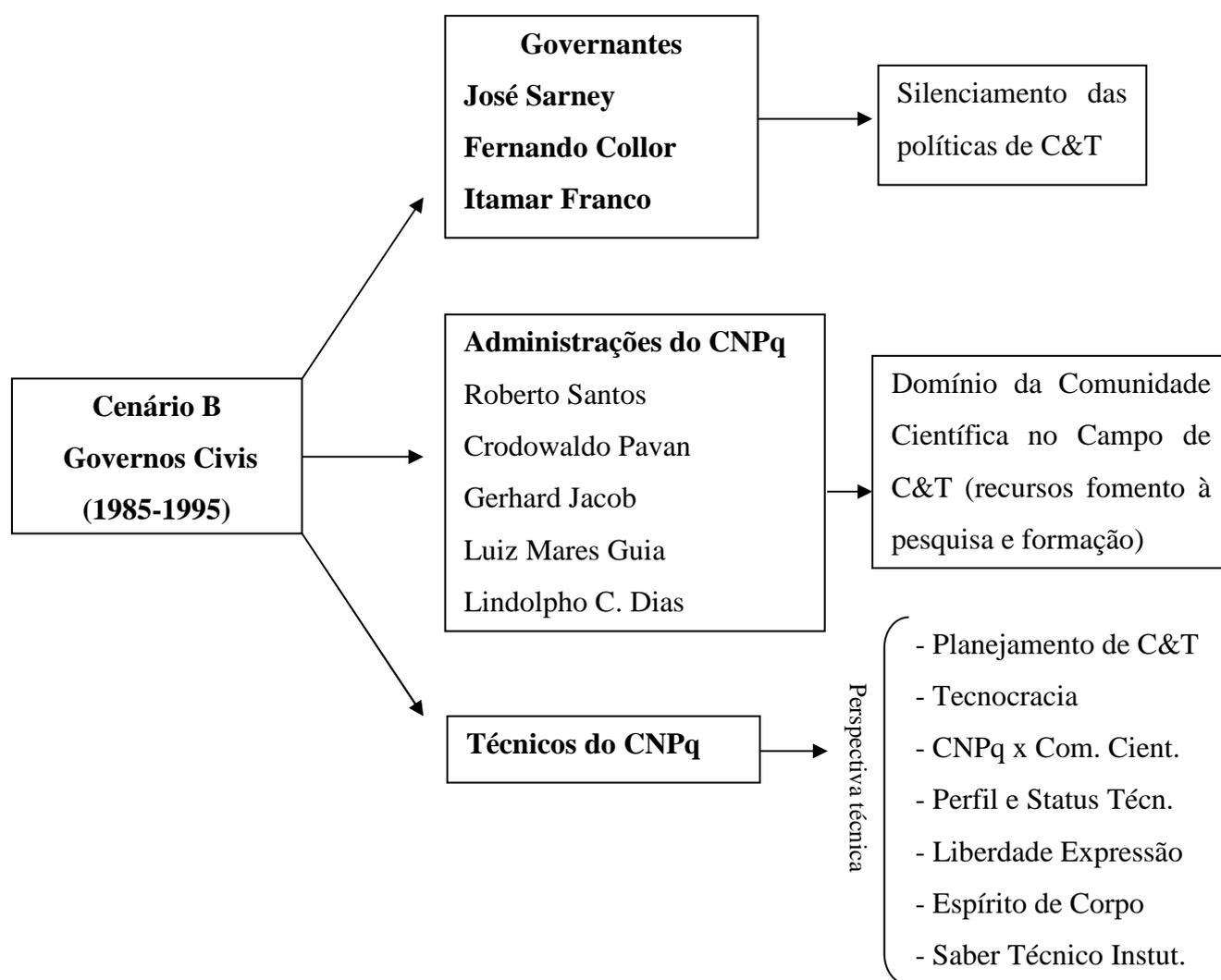
- Gestão no CNPq: Gerhard Jacob (1990-1991)

Governo Itamar Franco (1992-1995)

- Gestão no CNPq: Mares Guia (1992-1993)

Lindolpho C. Dias (1993-1995)

CENÁRIO B – Governos Cívicos (1985-1995)



5.1 PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DA NOVA REPÚBLICA

O Presidente eleito Tancredo Neves e o imaginário da Nova República

Para apreendermos os sentidos produzidos pelos discursos dos governantes da Nova República, é necessário considerarmos o momento histórico caracterizado, principalmente, pela explosão de movimentos e manifestações populares resultantes da redemocratização do País. Essas aspirações foram cuidadosamente trabalhadas por Tancredo Neves num conjunto de idéias políticas materializadas em discursos de campanha, enquanto candidato à presidência da República, que inspiraram os movimentos “Diretas Já” e, posteriormente, “Indiretas com Tancredo – Já”. A avidez pelo fim do regime ditatorial militar e o desgaste das construções imaginárias do “Brasil grande potência” abriram um horizonte de expectativas que permitiu a construção de outro enunciado discursivo agora atualizado na expressão “Nova República”.

[...] De norte a sul do Brasil, **estou pregando**, em praça pública, a unidade nacional. Prego a concórdia, **a construção do futuro**, e não me prendo aos pesadelos do passado... [...] O **povo** é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a **solução dos problemas do povo**, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência... [...] **Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer** [...] Restaurar a democracia é restaurar a República. É **edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo** e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros... (Tancredo Neves, novembro de 1984, grifos nossos).⁶¹

O próprio orador define sua fala como uma pregação, assumindo uma postura profética, missionária. Prega as idéias de “construção do futuro”, “solução dos problemas do povo”, “restauração da democracia” que resumem as expectativas dos brasileiros sobreviventes a uma ditadura militar de vinte anos como “as mudanças que a República requer”. Tancredo investe-se da figura do “missionário” que “recebe do povo” a incumbência de transformar a realidade, por meio do voto de “todos os cidadãos brasileiros”.

⁶¹ Discurso proferido em novembro de 1984, em Vitória, Espírito Santo, no lançamento da Nova República.

Essas imagens discursivas estão presentes em todos os discursos de Tancredo Neves nesse período, saindo do ideal do desenvolvimentismo para o ideal da cidadania e democracia, produzindo a idéia de transferência das ações governamentais do âmbito econômico para o social. No discurso de Tancredo constata-se uma forte perspectiva de afastamento das experiências vividas até então, no bojo da ditadura militar, com vistas a construção de um “novo tempo”, de uma sociedade democrática. O futuro é colocado como distante, a ser conquistado, e o campo das experiências passadas é refutado passando, a história, a integrar o campo das expectativas, pois avançando em direção ao futuro incorporaria a noção de processo e de mudança (KOSELLECK, 2006).

No que se refere aos discursos relativos à ciência e à tecnologia do período, sua produção ocorre apenas no governo Sarney, a partir de um arranjo político orquestrado pelo ministro Renato Archer, que reuniu os integrantes do campo da C&T - comunidade científica, empresários e técnicos. Esse arranjo de forças, que se constituiu em apoio ao governo promoveu um importante deslocamento no campo da C&T: a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, cujos reflexos para o CNPq serão analisados mais à frente.

5.1.1 O Governo do Presidente José Sarney (1985-1989)

O período compreendido entre os anos 1985 e 1989 é caracterizado por uma série de acontecimentos políticos, econômicos e sociais que muito marcaram a sociedade brasileira, a começar pela posse inesperada de José Sarney no cargo de Presidente da República, em condições muito peculiares. Como ele mesmo explicaria dez anos depois em artigo na Folha de S. Paulo (28/4/1995):

Tancredo surgiu como candidato "numa engenharia política que só ele sabia e levou para o túmulo, compôs um governo que juntava as correntes mais heterogêneas e inconciliáveis. [...] Mantive os seus objetivos básicos e enfrentei obstáculos que ele jamais enfrentaria. O ministério e o governo não eram meus, não me tinham fidelidade e compromisso. Por outro lado, as forças que formavam a Aliança Democrática não me aceitavam, porque fui vice-presidente para viabilizar a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, mas tinha a marca de um egresso do PDS.⁶²

⁶² Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. José Sarney. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

O período relativo à Nova República foi marcado na área econômica pelo endividamento do Estado e pela explosão das taxas de inflação. O governo elaborou e colocou em execução, em 1986, o plano de estabilização econômica denominado Plano Cruzado, que promoveu o congelamento de preços por tempo excessivo, provocando desabastecimento e desequilíbrio dos fatores de produção que levaram ao seu abandono e a um novo surto inflacionário em 1987.

Este panorama conturbado aprofundou a crise do planejamento já evidenciada desde o III PND em face dos desafios colocados para a economia brasileira. Da mesma forma o lançamento do primeiro plano de desenvolvimento do governo Sarney, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR) encontrou grande ceticismo por parte de economistas e da sociedade. Com metas previstas para o período 1986-1989, foi elaborado pela equipe econômica do ministro João Sayad e abordava aspectos como: crescimento econômico, combate à pobreza e às desigualdades sociais, desemprego, educação, alimentação saúde, saneamento, habitação, previdência e assistência social, justiça e segurança pública.

No que tocante à economia era notória a ausência de quantificações que pudessem ser interpretadas como metas estabelecidas e mensuráveis, enfatizando a mudança no padrão de negociação da dívida externa e a redução de transferências de recursos para o exterior, e priorizando a reestruturação do aparelho do Estado através de medidas que previam tanto a privatização de empresas estatais como a reforma administrativa.

A bibliografia especializada aponta o I PND-NR como um exercício inútil de planejamento, não sendo sequer considerado como indicador de tendências para o governo, ou para o setor privado (LOPES, C., 1990).

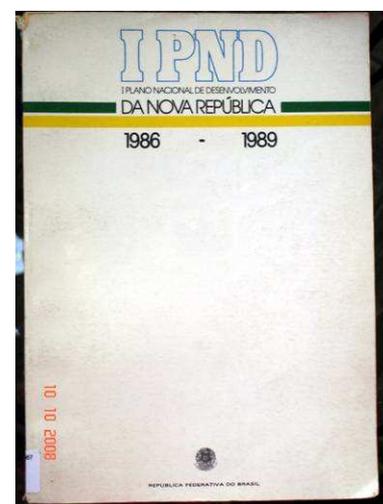


Foto 14 - Capa do I PND-NR

Não obstante o desencantamento pelo planejamento, a Constituição de 1988 estabeleceu, em seu artigo 21, que “compete à união elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Da mesma forma, o artigo 174 determina que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade

econômica exercerá, na forma de lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Nessa perspectiva estabelece as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional incorporando e compatibilizando os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Assim, todos os governos após o lançamento da Constituição em 1988, encontraram-se na obrigatoriedade de criar planos nacionais e regionais de desenvolvimento, estabelecendo um plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Dando cumprimento ao principal compromisso da Nova República, Sarney encaminhou ao Congresso Nacional proposta de emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte, integrada pelo Congresso eleito em novembro e por senadores em exercício de mandato, cuja primeira reunião em 01/02/1987 iniciou os trabalhos de elaboração da nova Constituição.

Em meio à grave crise política que envolveu a discussão do sistema de governo e a extensão de seu mandato para cinco anos, Sarney articulou a dissolução da Aliança Democrática e recompôs sua base com a formação de um governo de união nacional, recebendo apoio de grande número de deputados do PMDB e do Centro Democrático, formado em agosto de 1987 por constituintes identificados com teses conservadoras e que ficaria conhecido como Centrão.

Segundo Averbug (2005), o primeiro ano do governo Sarney ficou caracterizado por um cenário político-econômico contraditório, onde o entusiasmo com a redemocratização e as razoáveis taxas de crescimento e saldos na balança comercial contrastaram com o processo inflacionário, que alcançou índices alarmantes no período. Como tentativa de desenvolvimento da economia e correção de desequilíbrios sociais, foi lançado o Programa de Estabilização Econômica Brasileira, que estabeleceu o cruzado como padrão monetário nacional, em 28 de fevereiro de 1986, que alcançou sucesso efêmero. Novas medidas foram tomadas sob o nome de “Cruzadinho”, e um ajuste no plano inicial foi promovido, ficando conhecido como Plano Cruzado II. Em julho de 1987 foi decretado o Plano Bresser e em 1989 o governo ativa o plano econômico, o Plano Verão, que estabeleceu como padrão monetário o Cruzado Novo.

O fracasso na série de planos de estabilização econômica adotados desprestigiou o governo Sarney até o final do mandato, encerrando melancolicamente a antes esperançosa

Nova República, uma vez que os avanços políticos na redemocratização do País não foram seguidos nos planos econômico e social, evidenciando que a crise brasileira era mais profunda do que se pensava (BRUM, 2002).

5.1.1.1 A inscrição do Ministério de Ciência e Tecnologia no campo da C&T

Na perspectiva de maior valorização do campo de C&T no Brasil, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) foi criado no âmbito dos projetos de governo da Nova República e colocado sob a direção do ministro Renato Archer, cujo discurso tomaremos como parâmetro para a análise das ações empreendidas no campo, após 1985. Nesse sentido, chamamos a atenção para a fala do ministro Archer inscrita no discurso de posse no Ministério da Ciência e Tecnologia, proferido em 15 de março de 1985, cujos principais fragmentos transcrevemos abaixo:



[...] o seu domínio [da ciência] e utilização tornou-se instrumento de **hegemonia política** e, ainda hoje, na penúltima década do século XX, o desenvolvimento científico e tecnológico continua sendo o mais importante termo de **referência para a independência das nações**. Este Ministério, criado no primeiro dia da República Nova, nasce imbuído do firme propósito de trabalhar, dura e incansavelmente, para **romper os laços de dependência** ainda subsistentes, em batalha que congrega todo o povo brasileiro. Inspirado na ousadia de pensar com grandeza o futuro do Brasil, decidiu sua excelência o presidente Tancredo Neves **eleva à prioridade essencial a aceleração do progresso científico e tecnológico**, através da criação do Ministério, do qual terei a honra de ser o primeiro titular. **Profundas transformações tecnológicas** deverão remoldar as sociedades desenvolvidas nestes últimos lustros do século XX... (ARCHER, 1985, grifos nossos).

Foto 15 - Ministro Renato Archer

Este discurso é significativo para análise do momento histórico em que estava inserido o campo de C&T, posto que o ministro coloca em evidência o fator C&T como instrumento de hegemonia política e independência das nações e o Ministério da Ciência e Tecnologia como o instrumento de aceleração do progresso e da grandeza do futuro. É possível constatar, na fala do ministro Archer, o investimento nos mesmos enunciados discursivos, identificados nas falas dos governantes da ditadura militar, do Cenário A: “rompimento de laços de dependência”, “Brasil, grande futuro”, C&T como investimento

prioritário. Sugere a idéia de que as ações do MCT conciliariam interesses econômicos e sociais.

O reforço da idéia de C&T e autonomia nacional emerge no fragmento seguinte, mas, agora, vinculada a reversão do estado de pobreza da população e à inclusão social. Discurso coerente com a metamorfose do mundo do trabalho gerada após a crise energética do início da década de 1970, quando é inaugurado em todo o mundo um projeto de inclusão e inserção social, devido ao crescimento avassalador do desemprego, colocando em risco a credibilidade dos estados nacionais. Mais uma vez o apelo ao social é identificado para justificar as intenções de investimentos do governo, como visto no Cenário A, e a C&T é tratada como instrumento de conquista de autonomia nacional.

[...] A grande tarefa da política de ciência e tecnologia não reside apenas em fomentar a geração de conhecimentos e técnicas, mas também em **promover sua utilização e difusão no sistema produtivo e na sociedade**. Coerente com as **metas sociais** da democracia, deve ela guiar-se pelo compromisso de **resgatar** amplas camadas da **população brasileira da situação de pauperismo** em que se encontram, contribuindo para a sua incorporação a uma sociedade moderna, com padrões dignos de bem-estar. Ao mesmo tempo, a política deve estar norteadada pelo objetivo permanente de **preservar e ampliar a autonomia nacional**, através da **adequação** da pesquisa científica e tecnológica às **necessidades socioeconômicas** e às condições físicas e ambientais do Brasil... (ARCHER, 1985, grifos nossos)

O ministro lança o chamamento à comunidade científica, bem como aos empresários e técnicos na formulação de uma política nacional de C&T, invocando “o uso racional dos recursos disponíveis” pela capacidade técnica e científica. A menção de elaboração de um novo plano de ciência e tecnologia é colocada numa perspectiva futura, vinculando sempre política científica e atendimento às necessidades sociais.

[...] **O uso racional dos recursos disponíveis** [...] **A criação e manutenção de capacidade técnica e científica** não deve estar vinculada apenas às necessidades imediatas, mas encarada como condição básica para futuras realizações em nosso processo de desenvolvimento. Fundamental, neste esforço de mobilização das nossas energias criativas, é a **participação da comunidade científica, do empresariado e dos profissionais e técnicos** da área na definição das prioridades, na formulação de programas setoriais e na avaliação e no acompanhamento da política científica e tecnológica como um todo [...] Por isso pretendo logo **convocar um amplo debate com a comunidade científica e técnica em todo país**. Tal **discussão subsidiará a elaboração do novo plano de ciência e tecnologia**... (ARCHER, 1985, grifos nossos).

A proposta de um Ministério leve, coordenador das instituições envolvidas com C&T antes dispersas é percebida, como referência implícita à agregação do CNPq, que gozava de grande autonomia financeira e administrativa até então.

[...] A sábia orientação, que me foi confiada pelo excelentíssimo senhor presidente Tancredo Neves, é a de **coordenar os importantes organismos e instituições, antes dispersos** e agora reunidos sob este novo Ministério, numa estrutura administrativa leve e ágil. [...] Creio, pois, que **a grande missão que me foi confiada** [...] como primeiro titular da Pasta da Ciência e Tecnologia, consistirá em contribuir para a obra de **construção de uma sociedade brasileira** democrática e moderna, na transição para a sociedade do século XXI... (ARCHER, 1985, grifos nossos).

A promoção dessa reestruturação é justificada pelo comprometimento com a modernização e a democracia e sua fala se respalda nas determinações estabelecidas anteriormente por Tancredo Neves buscando legitimação e autoridade nas ações por ele (Archer) executadas. Constata-se novamente a recorrência das expressões “grande missão” e “construção de uma sociedade brasileira” remetendo sempre as ações missionárias para o futuro.

Na mesma perspectiva, o discurso do Presidente da República, José Sarney foi considerado de grande importância por proporcionar a percepção dos compromettimentos assumidos pelo governante, junto à comunidade científica brasileira, mediante promessa de aumento de investimentos em pesquisa, liberação de recursos financeiros sem contingenciamentos, e maior participação nos processos decisórios de políticas para o campo.

Nesse sentido, analisamos os fragmentos de fala retirados do discurso proferido ao receber os membros da Comissão de Representantes da Comunidade Científica, em 10 de junho de 1985, em Brasília.

A idéia da C&T vinculada à soberania nacional numa perspectiva de independência econômica emerge na fala, não mais atrelada à segurança nacional, como no Cenário A.

[...] No mundo de hoje, **o conhecimento científico e tecnológico é sinônimo de soberania** [...] **Essa interação entre o saber e o poder** – no sentido mais concreto e imediato da capacidade do homem de dominar a natureza, colocando-a a serviço de suas necessidades – tem sido a mola mestra do progresso e, historicamente, explica

grande parte das disparidades hoje existentes entre as nações... (SARNEY, 1985, grifos nossos).

O progresso surge, na fala, atrelado à idéia do saber-poder como supridor de necessidades sociais, onde C&T teriam papel definidor do estado de desenvolvimento das nações.

A afirmação do presidente de que ciência e tecnologia estão relegadas a segundo plano, não condiz com as evidências levantadas no Cenário A, onde C&T foram colocadas como prioridade nas políticas governamentais da ditadura.

[...] **A ciência e tecnologia estão relegadas a plano secundário** e, em consequência, os **pesquisadores estiveram afastados do centro de decisão**. [...] **decidi** que, ao lado da atividade agrícola, seja o setor excluído dos cortes orçamentários. Em cumprimento a essa orientação, solicitei ao senhor ministro da Ciência e Tecnologia que, em articulação com o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, realizasse um levantamento dos **recursos que precisam ser aplicados de imediato para assegurar a continuidade dos projetos de pesquisas e dos programas de capacitação de recursos humanos**. Estes recursos suplementares deverão permitir o desenvolvimento de ações que constituem um plano de emergência para a ciência brasileira... (SARNEY, 1985, grifos nossos).

Evidencia-se uma tentativa de apagamento do passado, das iniciativas e ações desenvolvidas durante o regime militar, com vistas a fundar um recomeço para o tratamento do campo. O reconhecimento do alijamento da comunidade científica durante os governos militares e o comprometimento com aumento de recursos orçamentários estabelecem uma grande sinalização do governo para a adesão dos cientistas às iniciativas governamentais. A utilização do verbo na primeira pessoa “decidi” é curiosamente personalista e autoritária demonstrando um comprometimento pessoal com as promessas realizadas.

A promessa de incorporação da comunidade científica no processo decisório das políticas do setor, como contrapartida de apoio ao governo é percebida com clareza:



Foto 16 - Presidente Sarney recebe comunidade científica

[...] **Necessito da colaboração da comunidade**, aqui representada por alguns de seus membros ilustres **para formular planos e traçar programas** que deverão ser estabelecidos como atos unilaterais do Governo. [...] Podem os senhores confiar em que meu governo irá incorporá-los ao processo de decisão para o setor. Em contrapartida, espero poder contar com o resultado de suas pesquisas e labor para que a Nova República possa se tornar, para as gerações que nos sucederão, sinônimo de nova sociedade (SARNEY, 1985, grifos nossos).

Mais uma vez a convocação da comunidade científica (homens de saber, de qualidade, no governo Geisel), para atuar na construção da nova sociedade. Essa fala do Presidente Sarney pode ser compreendida como a sinalização da entrega da presidência do CNPq a um representante da comunidade científica;⁶³ fato que

realmente se efetivou mais tarde, com a nomeação do professor Crodowaldo Pavan, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A partir da gestão do Ministro Archer, a comunidade científica ganhou espaço nos centros decisórios de C&T. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), relativo ao período 1986-1989, além de definir como meta para 1989, recursos para C&T relativos a 2 % do PIB, chancela a necessidade de participação da comunidade nas definições políticas para o setor: “[...] na raiz dos problemas enfrentados pelo setor está o descaso a que foi relegada a participação da comunidade científica e de outros segmentos da sociedade civil no processo de tomada de decisão”.⁶⁴

A partir desse reconhecimento institucional registrado no plano de governo da Nova República, a comunidade científica vai pouco a pouco, recuperando sua atuação deliberativa e assumindo o controle de uma das principais agências de fomento no sistema de C&T, o CNPq, e aumentando consideravelmente sua influência no próprio Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). No que se refere aos recursos mobilizados pelo governo Sarney no período, particularmente, destaca-se a política de formação de recursos humanos e desenvolvimento científico – 1987/1989, incorporada no Plano de Metas do I PND-NR, e

⁶³ Ver Análise do Cenário A: CNPq e Comunidade Científica.

⁶⁴ BRASIL. SEPLAN. I PND-NR (1986-89). Brasília, 1986, p. 197.

elaborada em conjunto pelo CNPq e CAPES, que promoveu um grande aumento no número de bolsas. O Plano permitiu ainda a indexação dos valores das bolsas aos salários dos professores das universidades federais, resguardando assim a proporcionalidade entre faixa salarial e modalidade de bolsa. Essa medida ampliou consideravelmente os recursos financeiros investidos no campo da C&T na Nova República.

Paralelamente ao aumento do quantitativo de bolsas foi instituído o Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), direcionado para áreas prioritárias como informática, biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão e química fina. O objetivo era criar um instrumento de apoio ao desenvolvimento tecnológico, voltado para empresas e institutos de tecnologia, com características específicas, numa concepção diferenciada à do fomento de balcão do CNPq. Apesar dos esforços envidados pelas equipes técnicas envolvidas no projeto, o programa não alcançou os objetivos esperados em função da resistência da comunidade científica em abrir um espaço para outro tipo de demanda, que não a da academia. Dessa forma, as bolsas previstas para o RHAE acabaram caindo no sistema de fomento convencional, alcançando algum êxito apenas no início da década de 1990, no governo Collor, quando, demandado pela política industrial do governo, teve sua denominação modificada para Programa de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico, mantida a sigla RHAE.

5.1.4 Gestão Roberto Figueira Santos – Presidente do CNPq no período 1985- 1986



Foto 17 - Roberto Santos

Os deslocamentos no campo de C&T e as redes de influência política: o apagamento do CNPq

Roberto Figueira Santos é formado em medicina e professor catedrático da Faculdade de Medicina, tendo sido reitor da Universidade Federal da Bahia, presidente do Conselho Federal de Educação e governador do estado da Bahia. Sua gestão no CNPq ocorreu no início da Nova República, e foi

marcada pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

As narrativas dos técnicos CABCRE e CABIGAM que passaremos a analisar foram por nós consideradas citáveis⁶⁵ na perspectiva metodológica da história oral para o tratamento das entrevistas.

Na fala de CABCRE configura-se o embate de forças políticas na disputa pelo poder no campo da C&T recém-deslocado. Trata-se da transferência das competências de órgão coordenador do SNDCT, antes atribuídas ao CNPq, para o MCT, recém-criado. Como analisamos no capítulo 2 essa atribuição fazia do CNPq o lócus concreto de articulação do campo de C&T. O entrevistado se refere ao embate entre ministros e presidentes do CNPq e da FINEP, registrando a perda de poder desses últimos órgãos em razão da criação do Ministério. Na percepção do sujeito, teria sido erro de estratégia de Tancredo inicialmente, em não ter colocado o campo de C&T em posição hierárquica superior aos ministérios. A idéia de um presidente sem autoridade e o conflito nas relações de força tanto na formação do Ministério quanto na relação com o CNPq, são colocadas em evidência. Pavan, indicado para a presidência do CNPq, atenderia às expectativas da comunidade científica e o cumprimento das promessas de Sarney em abrir espaços de participação da comunidade científica nas instâncias decisórias da política de C&T. É interessante perceber, até mesmo, as “querelas maranhenses” entre Archer e Sarney, que eram inimigos políticos no estado do Maranhão, como influentes para enfraquecer a “grande coalizão” tecida por Tancredo Neves para moldar o aparelho do Estado.

[...] Então, em vez do Tancredo colocar em cima, em nível da Presidência, ele juntou em um ministério que não tinha controle sobre o dinheiro da ciência e tecnologia, não tinha nada. E começou a disputa. Era um ministro contra o presidente do CNPq, um Ministro contra o Presidente da FINEP, batendo para ver quem é que tinha mais força [...] Você ter um ministério aonde ali fosse um campo, e colocou no campo o Renato Archer, que é um homem ligado à ciência e tecnologia, um homem que tinha um passado de lutas e tudo mais, mas o Renato Archer fez todo aquele negócio também, ele ampliou, aí pegou o CNPq e colocou um cientista, o Pavan, que tinha, a pedido do Archer, do grupo de Tancredo para área de ciência e tecnologia, o Pavan tinha sido um dos caras que tinham recriado, dado outras formas ao Conselho Deliberativo do CNPq. Então ele atendia a comunidade específica aqui no CNPq. O aparelho do Estado foi moldado por conta da grande coalizão que o Tancredo fez. Nós podemos discutir se foi bom ou mal, esse negócio todo. [...]Então o Sarney não conseguia reunir. O cara do ministério tal não reconhecia no Sarney nenhuma autoridade e tocava a coisa e tal. Ao Sarney faltava aquela força, aquela autoridade que o Tancredo tinha. O Renato Archer tinha sido historicamente um inimigo do Sarney no Maranhão, o Renato Archer lutara contra o Sarney nas querelas maranhenses. Então o Archer começou a ter uma dificuldade muito grande de conversar com o Sarney... (CABCRE, 2006, grifos nossos).

⁶⁵ Ver ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.84

A criação do MCT é interpretada como decorrência de comprometimentos de Tancredo Neves com Archer. Com a posse de Sarney, estabeleceu-se uma grande desarticulação política e pessoal entre o ministro e o Presidente da República tidos como adversários políticos no Estado do Maranhão. A falta de legitimidade e de autoridade de Sarney diante do ministério desenhado por Tancredo teria sido o grande vetor que iria desencadear os conflitos no campo da C&T.

A fala de CABIGAM reforça a idéia da existência de redes de interesses políticos, bem como os embates de bastidores pela criação e ocupação de cargos no governo criado. A utilização do CNPq como degrau, ou ainda, como stand by para o cargo de ministro; a experiência de Roberto Santos, a influência de Antonio Carlos Magalhães (ACM) que intercepta o acesso de Roberto Santos a um ministério e o jogo partidário são mencionados como aspectos importantes na negociação do cargo de ministro do MCT.

[...] O **Roberto Santos**, todo mundo sabia que ele... Quando na Nova República **tinha o projeto de ser ministro forte**... De preferência, da Saúde ou da Educação... Pelo menos eram comentários, ele nunca deu esse depoimento. Mas era um homem político, tinha sido presidente do Conselho Nacional de Educação, não sei se você lembra disso... Ele foi presidente do Conselho e manteve aí um vínculo com o MEC muito forte na época... Embora médico de formação... Ele chega a se instalar aqui... E fez de Brasília uma espécie de segunda residência... Fazendo retornos para Bahia, mas Brasília passou a ser projeto de vida dele aqui, dele e da família. E ele fica na transição esperando que o Tancredo o chame para ministro, essa era a sua expectativa, segundo as pessoas mais próximas. Mas o CNPq aparece como uma possibilidade de começar em Brasília e quem sabe, depois, galgar outro cargo. E assim aconteceu, ele ficou apenas um ano no CNPq.

O Antonio Carlos Magalhães era Ministro do governo Tancredo Neves, desde o primeiro momento nas Comunicações, e obviamente, tinha um poder enorme nessa época, à frente do governo da Bahia, e estava saindo do governo da Bahia para vir para cá como Ministro. Foi decisivo o apoio do ACM para a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral e ele rompeu com Paulo Maluf... O Colégio Eleitoral, se não me engano, foi em janeiro, dois meses antes. E, o Colégio Eleitoral dá uma vantagem de trezentos votos para o Tancredo... Meio inesperado. Ganhar, esperava-se ganhar, mas com essa diferença tão grande! [...] Porque o PFL todo passou... Embora... O presidente já fosse o Bornhausen, mas a voz mais visível do partido era o ACM. Obviamente, não tenho informações, **mas deve ter articulado para que o Roberto Santos não chegasse ao Ministério naquele momento**. Fala-se que ele teria articulado e, **então, o CNPq surgiu como um stand by, uma espera**. Até certo momento, eu faço uma análise e acho que o ACM é o único ministro no governo Sarney, ele seria do Tancredo, que permanece no Ministério os cinco anos... Um dos únicos, senão o único. Ele não sai do Ministério do primeiro ao último dia... Roberto Santos vinha de uma dissidência... Ele era da Arena, foi governador biônico pela Arena... Ele se desgostou da sucessão... Ele queria qualquer nome, menos ACM... Ficou muito magoado com o regime militar no final, quando o ACM retorna para sucedê-lo. Aí ele rompe com a Arena e vai para o PMDB⁶⁶. Então, ele é o mais recente do grupo de oposição em função da sucessão da Arena... Aí o Carlos

⁶⁶ PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Santana... De quem fui assessor direto, como Ministro da Educação, também era grande articulador e uma pessoa muito ouvida pelo Tancredo. **No embate de Roberto Santos, que era migrante e Carlos Santana, para ser ministro, o Tancredo preferiu o Carlos Santana que era nativo do partido, pela tradição.** Imagina... (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

Mais uma vez são evidenciados os embates ocorridos nos bastidores da criação do MCT, imputando-se a Ulysses Guimarães o apoio ao pedido de Archer a Tancredo para criação do Ministério.

[...] **Aí vem o Renato Archer que tem uma história muito bonita ligada ao almirante Álvaro Alberto...** De quem foi ajudante de ordem. Ele era testemunha histórica da criação do CNPq. Aí, ele tem todo esse lado emotivo e histórico de ter acompanhado o responsável pela criação do CNPq e a formação no Brasil dessa área de Física, do tratado nuclear... **E aí o Renato vai ser ministro... Mas o Renato também era outsider em termos de ciência e tecnologia, tinha afinidade, mas era político, foi um militar que foi para a política, tornou-se deputado federal e no estado do Maranhão, ele fez oposição ao Sarney em 1975 ou 1976, o ano não dá para precisar.** O Sarney e o Archer foram os dois candidatos a governador no Maranhão. O Sarney derrotou o Archer, que ficou quatro anos sem mandato e depois voltou como deputado federal. Ambos eram da chamada “bossa nova nacionalista no Congresso”, mas de partidos diferentes. Um era PSD⁶⁷ e outro UDN⁶⁸. Sarney, UDN na época... No início dos anos sessenta. **Aí os dois deputados federais vão disputar o estado do Maranhão. O Sarney ganha e se torna um adversário quase irreconciliável do Archer, na província. O Sarney ia aceitar porque o Tancredo já tinha escolhido o Archer para Ministro de Ciência e Tecnologia, na Nova República.** O que é que faz o Archer?... Ele como tinha um perfil mais político, procura alguém da comunidade para dirigir o CNPq e **aquele viés Dion/Lynaldo não mais...** Ninguém mais naquela época do que **o presidente da SBPC para representar os interesses da comunidade científica, não é?** Acho que quem convenceu o Tancredo a criar o Ministério foi o Archer. **O Archer era ligado ao Ulysses. O Archer era um homem do Ulysses Guimarães e sendo Ulysses o presidente do partido e responsável por toda a candidatura do Tancredo, quem estava ali por trás era o Ulysses, a grande liderança do PMDB...** (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

A mudança no perfil dos presidentes do CNPq é evidenciada, a partir da Nova República: “viés Dion/Lynaldo não mais”, referindo-se ao fim do período de prevaecimento dos perfis técnicos, uma vez que a comunidade científica passa a ser diretamente representada nas gestões seguintes do órgão. A comunidade científica estaria “contra a criação do Ministério” por causa da dispersão do poder sobre as prioridades estabelecidas no campo.

A inexistência de um projeto para o novo Ministério, bem como de quadro técnico, promoveu o duplo esvaziamento do CNPq: técnico e de competências institucionais.

⁶⁷ PSD – Partido Social Democrático

⁶⁸ UDN – União Democrática Nacional

[...] E o Archer era a pessoa mais ligada ao Ulysses, ligação pessoal, de família... Eu não tenho dúvida da influência do Archer em resgatar o projeto do almirante Álvaro Alberto, então, chegou o momento... Era discussão na comunidade. **A comunidade era contra. Por quê? Porque eles achavam que era mais fácil controlar as agências que controlar o Ministério. O pessoal não via com bons olhos a criação do Ministério. Eu nunca fui contra, acho que tinha espaço e necessidade para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Agora, o que me chateou como... Pessoa do CNPq foi o esvaziamento gradativo do CNPq. Acho que existiam formas de ter o Ministério sem necessariamente implicar no esvaziamento do CNPq...** Primeiro... Eles levam parte substancial dos técnicos, porque não tinham quadro. Eu estava na posse do Renato Archer, depois fui cumprimentá-lo pessoalmente e ele disse **“Oh, o Ministério vai começar basicamente com o CNPq...”** era um apoio até para funcionar, as instalações eram modestíssimas, no Setor de Autarquias Sul, onde hoje é a UNESCO, ali... É... Ali foi a primeira sede, não tinha nem lugar na Esplanada [...] e ele estava falando da importância do CNPq para a implantação. Aí, começa aquela diáspora [...] foi uma transfusão de sangue e... Começou gradativamente. (CABIGAM, 2007, grifos nossos)

A transferência dos Institutos do CNPq para o MCT significou grave desvio de competência, visto que um ministério não tem atribuição executiva. O motivo dessa decisão seria o aumento do orçamento do próprio Ministério. Esses erros, associados ao loteamento do poder com a criação do “Centrão”, seriam a base da instabilidade que o MCT apresentaria nos anos seguintes com a saída do Ministro Archer para a Previdência Social.

[...] **O outro problema é que levaram os Institutos. E ministério não pode executar. O ministério deve fazer grandes políticas,** a organização do setor, mas executar eu acho um enorme equívoco, desde o primeiro momento... Levaram o INPE, o IMPA e assim foram todos... Isso é um grande equívoco, o CNPq jamais deveria ter perdido os seus Institutos... Eu acho que uma das possíveis explicações é que todos os primeiros Ministros da Ciência e Tecnologia eram homens políticos e os políticos querem poder no governo federal e isso se demonstra e se que comprova através de orçamentos fortes. Então, **na medida em que se tira os Institutos do CNPq para o MCT, o orçamento do Ministério engorda, aumenta o orçamento do próprio Ministério, da própria casa... É uma leitura... Não seria também a única explicação, apenas uma delas, não é?** Então, você vê... Analisando... O Ministério tornou-se muito inconstante, o mesmo mal do MEC, que era ter um ministro a cada onze meses. De certa forma, excetuando o Israel Vargas que ficou dois períodos, o do

Itamar e o primeiro mandato do Fernando Henrique, os demais permaneceram períodos muito curtos. (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

A fala do entrevistado ressalta o fato de os Ministros da Ciência e Tecnologia, no período da Nova República, terem sido políticos e, portanto, interessados pelo prestígio que os altos orçamentos conferem, prevalecendo, portanto, a perspectiva do prestígio e do poder a que a política confere. O próprio Archer não conseguiu levar à frente o seu projeto pessoal e, em menos de três anos, trocou de ministério.

[...] **O próprio Renato Archer e eu suponho, que por problemas de aproximação com o então presidente Sarney, é deslocado, vai para a Previdência Social.** Ele que tinha um projeto estratégico para fazer aquilo ali, quer dizer, **nem ele completa o projeto do Ministério.** Acho que ele deve ter ficado no máximo dois anos lá... **E, em seguida, vem aquele problema do... Rompimento do partido com o Sarney... Aí, o Ulysses tira os seus Ministros... E isso é mais para o final do governo Sarney.** O próprio Renato sai do governo como Ministro da Previdência. Você vê que o projeto do Archer não teve conseqüências em termos de continuidade... **É exatamente o “Centrão”. O “Centrão” foi organizado para aprovar a Constituição e aí o Sarney teve que ceder muito politicamente,** fazer uma grande aliança com os setores, inclusive com aqueles mais conservadores. **Quer dizer, aquilo que era esperança na Nova República, aprovar a Constituição e os cinco anos de mandato vai, pouco a pouco esvaziando. Então... O Ministério teve quatro ou cinco ministros no governo Sarney em cinco anos... Perdeu toda a continuidade.** Acho que no Ministério, a orientação política **prevaleceu sempre à orientação mais científica que tecnológica.** Outra coisa que eu acho **imperdoável,** isso é uma análise muito pessoal, **é a falta de visão** de todos os que lá passaram **de que o desenvolvimento científico e tecnológico é inovação.** Muito foi feito pelo científico. [...] As agências, a maioria, equivocadamente dão mais importância a um “paper”, um artigo, do que ao registro de uma patente, não existe isso no mundo inteiro[...] Então, **o ministério e as agências são substancialmente científicas, esqueceram, não conseguem, menosprezam, porque o desenvolvimento tecnológico é muito mais caro, muito mais difícil, não tenha dúvida.** A tal ponto que os engenheiros, que estão na universidade, eles são obrigados, não é opção não, eles têm que fazer a pesquisa científica senão não ganham as bolsas do CNPq, os auxílios da CAPES e assim por diante. Eles me dizem isso com todas as letras... “Eu estou aqui, para ter uma bolsa do CNPq se eu fizer um projeto de desenvolvimento tecnológico... eu não passo”. Vai passar somente um projeto de desenvolvimento científico, quer dizer, a estrutura está toda montada para fortalecer o desenvolvimento científico. Eu estou trabalhando nessa área, na Engenharia agora, coordenando um programa aqui, e estamos numa crise de mais de cinco anos... Quando falo sobre a engenharia, chamo a atenção de que **a engenharia é a porta do desenvolvimento tecnológico, e no Brasil isso não acontece.** Quem está ganhando a guerra? Exatamente **aqueles que fizeram prioridade pelo desenvolvimento tecnológico,** Coréia, China, Índia, Japão mais remotamente. Então, nos estamos numa encruzilhada onde não há consciência nem de governo, nem de dirigentes... De que esse impasse exige soluções muito corajosas e uma mudança de vetor radical. Esse é o saldo de cinquenta e poucos anos de notáveis resultados e avanços na área de desenvolvimento científico e limitadíssimos resultados e pouquíssimos avanços na área tecnológica. E agora estamos com mais dificuldades de inovação. Quer dizer, não basta fazer desenvolvimento tecnológico, tem que fazer também a inovação. (CABIGAM, 2007, grifos nossos).

A percepção de um Ministério inconstante, comandado por jogos políticos, surge na fala do sujeito, que critica a priorização da orientação política para a ciência, em detrimento da tecnologia, considerando que o desenvolvimento na área tecnológica, na verdade, impulsionaria o desenvolvimento do País. Essa primazia da ciência, em detrimento do apoio à tecnologia é decorrente da atuação da comunidade científica no direcionamento dos recursos do MCT. A percepção da importância de apoio ao desenvolvimento tecnológico expressa pelo narrador é a mesma que embasava os projetos de desenvolvimento dos governos militares, principalmente no período do General Geisel, analisado no Cenário A.

O Ministério se apresenta “penosamente constituído”, na fala de CALYN, em função de conflitos com as funções do CNPq e a insubmissão de Roberto Santos ao Ministro Archer. O entrevistado comenta o jogo político na construção da equipe do novo Ministério.

[...] aí foi quando começou aquela fase difícil, de relacionamento difícil na gestão. Primeiro, **Roberto Santos não aceitava muito bem ser subordinado a Renato Archer**, porque havia sido governador da Bahia, e segundo **começou a haver duplicação de meios, porque de repente o Ministério criava as coisas e o CNPq ia ficando sem ter o que fazer, esvaziado...** E todo aquele trabalho de estatística que foi feito e também o programa editorial do CNPq, onde publicamos não sei quantos livros naquele tempo, tudo isso ia ficando para trás. **O Ministério foi penosamente se constituindo, com alguns conflitos de funções entre o Ministério e o CNPq** (CALYN, 2007, grifos nossos).

CALYN confirma a percepção de resistência da comunidade científica de que o CNPq fosse transformado em ministério e comenta as forças políticas que determinaram as decisões sobre os dirigentes e os rumos do CNPq. O entrevistado confirma também a pressão de Ulysses para a criação do MCT em função da amizade com Renato Archer.

[...] E aí, quando eu saí... **A própria comunidade já tinha reivindicado que fosse um cientista para o CNPq, mas que o CNPq continuasse onde estava.** Mas o **Tancredo Neves resolve, em função da pressão, pelo que me consta, do Ulysses, criar um Ministério e dá a Renato Archer, e no CNPq ele bate o martelo para o Roberto Santos, antes mesmo de escolher o Renato Archer.** Roberto Santos ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia, ex-membro do Conselho Federal de Educação, membro da Comissão do Ensino Médico, inclusive fez até carreira política como biônico, depois foi eleito deputado. **Roberto Santos chegou lá já com instruções do governo muito claras de que o CNPq tinha que acabar com aqueles penduricalhos, aqueles programas que o Lynaldo tinha criado** e acho que, em sessenta dias, no máximo, grande parte de todos aqueles programas que eu tinha foram extintos, com exceção do Programa do Semi-Árido e do Programa do Banco Mundial e com a Hungria, que eram programas que apesar de estarem no CNPq, havia compromisso internacional. Mas o resto, o programa dos Núcleos de Inovação

Tecnológica (NITs), programa de Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, Programa de Tecnologias Alternativas que era uma espécie de tecnologias sociais de hoje, eu acho que era até melhor, porque a orientação era muito clara em termos tecnologias apropriadas...⁶⁹ (CALYN, 2007, grifos nossos)

A idéia de um futuro sempre distante, de iniciativas abandonadas, ressurgiu na fala de CABEAR, porque o princípio que move os indivíduos não é o planejamento para o desenvolvimento da C&T mas os interesses políticos. A transição da ditadura para a Nova República significou “acabar” com o que tinha sido construído anteriormente e atribui tal processo à própria cultura política do País, de não se aproveitar nada do governo anterior, usando uma expressão forte como “destruiu tudo” que sugere certa determinação na ação de destruir.

[...] eu vivi um pouco a transição, aliás, todos nós vivemos a **transição da gestão do Lynaldo para Roberto Santos que vinha no movimento político da ditadura para a Nova República, não é?** E que o **Roberto Santos foi acabando com tudo, lembra disso? Não sobrou nada...** Não sobrou nada e, inclusive, eu mesmo saí do CNPq nesse instante para passar um ano no EMFA⁷⁰, porque ninguém agüentava, todo mundo estava “para onde é que eu vou?” Então cada um tentou escapar da melhor forma possível, né? Passei um ano cedido lá no EMFA, na chamada Sub-Chefia de Ações Tecnológicas, fiquei um ano e meio, nesse processo de transição. [...] Eu ficava na administração central, **Roberto Santos entrou destruiu tudo** e aí eu escapei por lá... você vê nesses momentos de transição, o que é muito comum no Brasil, quem chega desconhece o que foi feito anteriormente....O **Roberto Santos ficou um ano**, praticamente.(CABEAR, 2007, grifos nossos).

O fim do CNPq, conforme a percepção do técnico CAEUR, é devido ao fato de o Ministério ter assumido funções de execução que não lhe cabiam. Coloca em evidência a perda das atribuições do CNPq e sua exclusão do processo político responsabilizando os dirigentes do órgão, à época, pela perda das funções técnicas. Estabelece relação entre a perda de prestígio do órgão e a percepção da perda do prestígio dos técnicos.

[...] o Ministério se arvorou em cumprir algumas tarefas específicas, detectar algumas tarefas específicas nos órgãos, como o CNPq... Então isso foi o que pecou, na criação

⁶⁹ Lynaldo criou durante sua gestão cinco Unidades de Pesquisa: o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) – 1980, como desdobramento do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) - 1985, desdobrado do Observatório Nacional (ON); o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)- 1984; o Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica (CPCT), criado em 1984 e extinto em 1990; o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), criado em 1984, implantado em 1987 e, posteriormente, transformado em organização social.

⁷⁰ EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

do Ministério. **Se o Ministério estivesse voltado simplesmente para formulação de políticas de ciência e de tecnologia bem delineadas, bem consistentes... Tudo bem!** Mas o próprio Ministério, a própria estrutura burocrática do **Ministério se arvorou em tomar parte, de executar determinadas ações que não competiam a eles.** Só isso o que aconteceu, na minha concepção... **E acabou o CNPq.** Na medida em que você **vai retirando a responsabilidade de determinadas ações,** de um determinado, de uma instituição, ela, o próprio corpo, **corpo de funcionários ele começa a perceber que está sendo retirado aquilo que lhe era mais importante, aquilo que fazia a unificação de uma organização, que eram os objetivos e a execução do trabalho que deveria ser feito.** Na medida em que você tira a responsabilidade de uma instituição e passa para outra, o que significa? Que essa instituição não está mais sendo eficaz naquilo que estava fazendo, ou simplesmente foi retirado por um processo político, certo? **E isso afeta, isso diminui a relação entre funcionário e instituição porque ele percebe que os dirigentes não cumpriram aquilo que deveriam ter cumprido, ou seja, a defesa da instituição** que estavam dirigindo. Se deixou retirar alguma coisa é porque eles são fracos, eles não tem argumentos suficientes para mostrar que aquela atividade que era exercida pela instituição deveria continuar a ser exercida por ela e não por outra. Então isso afeta bastante o funcionalismo e o desempenho do funcionalismo dentro da instituição. (CAEUR, 2007, grifos nossos)

A percepção de perda de status institucional surge na fala de CABLNC, em função do remanejamento do arcabouço institucional dos ministérios e da criação do MCT como ação contrária ao primeiro discurso de Tancredo. O entrevistado atribui a criação do Ministério a uma “questão de ter que colocar pessoas” evidenciando a existência de vícios políticos, pactos, acordos que minaram a governabilidade. Comenta a disputa de poderes, o enfraquecimento do CNPq e a barreira entre ministérios na definição de prioridades, no que se referia à ciência e tecnologia. Percebe-se, mais uma vez, a relação entre a perda de atribuições de funções do CNPq e o desprestígio dos técnicos aqui, representado pela degradação do salário.

[...] e a partir daí, o que houve, foi uma... A sensação que eu tenho, foi de uma **perda gradual de “status” institucional, ao mesmo tempo em que se redesenhava o arcabouço institucional dos ministérios** em geral, e da política em geral. Quando entrou o **Tancredo Neves,** eu lembro do **primeiro discurso dele,** eu estava atravessando o corredor do CNPq, eu me lembro que vários rádios estavam instalados e ligados, e que **ele falava que não ia mexer em ciência e tecnologia porque era supra- setorial, uma coisa assim... Que não ia criar um ministério para ciência e tecnologia. Mas, ato contínuo, quando o Sarney foi empossado já tinha o Ministério da Ciência e Tecnologia.** Tinha o Ministro Archer e eu acho que por **uma questão de ter que colocar pessoas,** então ele teve que criar um Ministério. Então, o CNPq que era um órgão inter-setorial e até supra setorial porque ele era subordinado a um Ministério forte que era o do Planejamento, ele tinha uma relação muito boa com todos os Ministérios, porque cada um ficava com sua área de C e T e ele atravessava horizontalmente. Aí começou uma espécie de uma **disputa de poderes de quem fica com o quê.** Eu me lembro de umas reuniões que eu fui que eram absolutamente kafkianas... De decidir com quem ficava a tal área... o Ministério da Ciência e

Tecnologia puxando para si, o Ministério da Indústria puxando para si. **Então, ao mesmo tempo em que se verticalizava a política, se enfraquecia o corpo do CNPq** e ao mesmo tempo se criava uma espécie de barreira entre os outros Ministérios no que se referia à questão da ciência e tecnologia, porque tinha que se definir a “propriedade” das áreas. Bom, nesse período, os salários estavam muito degradados, a gente imaginava que quando a gente entrou era razoável, era bem razoável, **o salário do CNPq foi ficando muito defasado...** (CABLNC, 2007, grifos nossos).

O retrocesso é percebido por CABID, a partir das evidências de esvaziamento das funções do Órgão, disputa de poder entre o MCT e o CNPq e perda da capacidade técnica que “tiraram a cabeça pensante do CNPq”.

[...] O CNPq sofreu um grande esvaziamento com a criação do MCT, quando **alguns colegas foram para o MCT e outros ficaram no CNPq**. E parece que houve **certa competição entre CNPq e MCT**. Os que ficaram no CNPq não aceitavam a coordenação do MCT e então houve uma disputa por poder e o CNPq foi prejudicado porque **o MCT tinha mais poder formal. Alguns colegas que passaram do CNPq para o MCT, levaram também os respectivos programas de fomento. Por questões de atribuição funcional, eles tinham mais cargos, e o CNPq foi esvaziado**. Então eu acho que é uma pena, **tiraram a cabeça pensante do CNPq** e deixaram só como executor do fomento e concessão de bolsas. Eu acho que houve um retrocesso. O pouco de planejamento que a gente fazia e tentando balizar internamente as ações dos Comitês Assessores, não existe mais. Isso foi tudo cortado e o próprio MCT não assumiu essa postura. **Outro problema surgiu a partir de 1988, quando começaram os concursos públicos. Os melhores quadros do CNPq prestaram esses concursos** e foram trabalhar na Câmara Federal e Senado, onde se ganha mais. Por outro lado, o CNPq também preencheu as suas vagas mediante concursos públicos, mas os novos colegas que chegaram não tinham o mesmo tipo de compromisso daqueles antigos. (CABID, 2006, grifos nossos).

A fala ressalta as funções que foram retiradas do CNPq e não foram assumidas pelo Ministério, bem como a falta de compromisso dos novos servidores concursados.

CABLD refere-se a necessidade de o Ministério criar cargos, percebendo o esvaziamento promovido no CNPq para justificar a existência do MCT. Segundo o entrevistado, as pessoas que os dirigentes trouxeram para o CNPq não conheciam nada do campo, evidenciando o clientelismo e os interesses políticos.



Figura 1 - CNPq Mutilado
[Jornal da ASCON]

A perda gradativa de status do CNPq, na percepção de CABMRO, teria começado com a vinculação à Secretaria de Planejamento em 1974, e culminado com a criação do MCT e a perda de poder de coordenação, em função do nivelamento com os demais ministérios. A gestão de Lynaldo é mencionada como tendo se empenhado na manutenção do CNPq como “cabeça” do SNDCT, coordenando a ação dos ministérios. Mesmo sendo contra sua extinção, o entrevistado evidencia os problemas gerados pela criação do MCT deixando entrever a idéia do desfazer para fazer.

[...] Olha, o MCT, é aquela história... Eu fui totalmente contra a criação do MCT, naquela época, como sou totalmente contra a extinção hoje! Porque **para o CNPq significou uma perda de status muito grande!** O que a gente já vinha perdendo um pouco. **Na época do Álvaro Alberto, a gente era ligado ao Presidente da República! Depois, passamos a ser vinculados à Secretaria de Planejamento, não é?! Mas ainda numa posição, em que a gente, digamos, estava ainda um pouquinho acima dos Ministérios!** Então, quando criou-se o Ministério, já se nivelou por baixo. O Ministério da Ciência e Tecnologia já está no nível de todos os Ministérios e o CNPq um pouco abaixo. **Nós do CNPq perdemos status, muito status! Ciência e Tecnologia perdeu status, porque estando no mesmo nível dos demais, você não pode estar na cabeça do famoso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia! Você não pode coordenar seus pares, teria que estar um pouco acima [...]** Bem, por que hoje eu sou contra a extinção? Perante o resto do mundo, se nós acabarmos com o Ministério da Ciência e da Tecnologia, nós estamos passando um atestado de que isso não nos interessa de jeito nenhum. Então, eu não estou sendo incoerente, quando eu digo que eu fui contra a criação e que hoje eu sou contra a extinção! **Então, na época do Dr. Lynaldo, ele fez uma força muito grande para ver se conseguia tornar realidade esse tal SNDCT... Mantendo o CNPq como o cabeça do sistema, coordenando a ação de todos os ministérios,** o que era uma idéia extremamente saudável e positiva! Porque se gasta muito dinheiro no país com C&T para poucos resultados! Então, falta realmente um foco. Há muita duplicidade de trabalho... Porque cada ministério quer ter seu inferninho próprio para fazer as suas pesquisas, financiar os seus amigos, seus lucros... E tudo isso poderia ser orientado se você tivesse realmente um SNDCT funcionando. Então, você define as prioridades do país e... Obviamente otimiza a aplicação dos recursos. (CABMRO, 2007, grifos nossos).

Na percepção de CAYA o CNPq continua um ‘balcãozão’, isto é, voltado apenas para a demanda espontânea da comunidade científica. Ressalta a perda de integração e de força política. Novamente, a destituição de sua função de coordenador do SNDCT, considerada nobre, é realçada como prejuízo para o CNPq, por gerar descontinuidade e perda de força política. Tais perdas seriam o motivo “de a gente continuar a sofrer”, “falta de identidade” e ter ficado “mal resolvido institucionalmente”. O técnico ressalta a extinção do NPCT⁷¹ no Ministério.

[...] Eu acho que **quando se criou o Ministério, ele [o CNPq] perdeu essa função mais nobre**, entende? E ao perder essa identidade, depois ele não conseguiu se encontrar. E hoje a visão que eu **tenho é de que o CNPq continua como um grande balcãozão...** Você antigamente tinha uma turma lá que tinha **uma visão mais integrada** da questão, não é? ...aí depois a coisa foi... o próprio núcleo de política acabou... O CNPq tinha um **Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT)**... que seria a instância para abastecer na formulação dessa competência desapareceu também. Eu me lembro que **tentaram resgatar esse núcleo dentro do MCT, mas a coisa não vingou...** Com essa criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e o processo de estruturação se interrompeu, as competências que tinham dentro do CNPq se perderam, entende? E aí com isso você gerou uma descontinuidade e até hoje eu acho que ainda não se encontrou e ainda pra mim, a imagem que eu tenho, é o CNPq daquela gente de antigamente. Não é um CNPq como órgão de transformação... formação de política e então ele poderia assumir esse papel que, por exemplo, hoje o CGEE⁷² faz, não é? **Ele poderia fazer mais estudos dessa coisa toda, não é?** Usar essa competência técnica na formulação de política, né? De proposta, mas não, quer dizer, ela foi perdendo, **foi perdendo espaço nessa parte que é mais nobre** e hoje o CGEE está ocupando. **A gente parece que continua a sofrer os efeitos do tempo [...]** justamente essa **crise de identidade, pra gente ver como é que ficou mal resolvido institucionalmente**, não é? E chegar a um acordo, quer dizer, há ainda qualquer possibilidade do CNPq vir a ser o que ele foi no início de oitenta? Eu não vejo. Eu acho difícil, porque é aquela coisa... Os passos estão sendo tomados pelos outros. (CAYA, 2007, grifos nossos)

A idéia de que “o MCT gostaria de ser o CNPq”, aparece na fala de CABMIGO, bem como a percepção de esvaziamento do CNPq em decorrência da criação do Ministério, mas a coloca como algo natural.

[...] A diferença do CNPq ter experimentado a partir do MCT, enfim, daquela conjuntura, **momentos difíceis** a seguir, por conta do **esvaziamento**, a própria necessidade de fortalecer o MCT implicava necessariamente em algum nível de esvaziamento institucional de funções do CNPq. [...] **O MCT gostaria de ser CNPq,**

⁷¹ NPCT – Núcleo de Política Científica e Tecnológica.

⁷² CGEE- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

digamos assim... Hoje a situação já está, de alguma forma, superada, cristalizada, mas naquele momento era algo rígido...(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

Embora o sujeito considere a situação superada, a fala faz emergir a percepção de que muita coisa ficou mal resolvida, no emprego da expressão “cristalizada”.

A ambigüidade entre prestígio e perda de autonomia surge na fala de CABLUM. A referência ao esvaziamento do CNPq faz surgir a questão da rivalidade entre o MCT e CNPq, reforçando a fala anterior de CABMIGO. A intervenção exacerbada do ministro Bresser Pereira nas atribuições do CNPq, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso é entendida como um momento complicado⁷³.

...[a criação do Ministério] eu lembro que foi **uma coisa um pouco ambígua**. Em um determinado ponto, foi algo que **deu certo prestígio**, porque tínhamos um Ministério próprio. Agora, **por outro lado, nós perdemos a autonomia**. E não só a autonomia... Porque como o Ministério não tinha quadro próprio de funcionários levaram muitas pessoas para lá. Aí começou uma **rivalidade entre MCT e CNPq**, que não foi boa. O CNPq já tinha anos de vivência, não autônoma... Mas tinha uma vinculação com o planejamento, depois... Não sei com quem foi... Mas era uma vinculação muito formal, vamos dizer assim, né?! Aí a gente teve momentos complicados... Quando **alguns ministros queriam determinar muita coisa aqui... Ficava muito difícil!** Eu me lembro que na época do Bresser Pereira foi um período complicado aqui dentro... Muito complicado! Porque ele assumiu o Ministério... Você se lembra disso! Ele acumulava a presidência do CNPq com o Ministério de C&T... Lembra? Foi um momento assim muito complicado!...Muito desgastante! (CABLUM, 2007, grifos nossos).

A percepção das interferências dos ministros de C&T nas atividades da instituição como problemática é devida aos diferentes perfis políticos, que trazem atrelados, agendas de interesses diferenciadas.

A contradição entre os que ajudam a criar e depois enfraquecem o Órgão após 1985: divisão da instituição com a criação do MCT. Os próprios técnicos do CNPq, ao migrarem para o MCT, teriam promovido seu enfraquecimento por tirarem tudo o que poderia manter o CNPq em evidência. Destaque para “ o CNPq até hoje é o Conselho Nacional de Pesquisas,

⁷³ O entrevistado se refere ao período em que Luiz Carlos Bresser Pereira acumulou os cargos de ministro da Ciência e Tecnologia e presidente do CNPq (janeiro/julho de 1999), no governo de Fernando Henrique Cardoso.

insinuando que a transformação do CNPq em 1974 não deixou ações efetivas que mudassem sua imagem na sociedade.

[...] **O CNPq, para quem está passando na W3 Norte, até hoje, é o Conselho Nacional de Pesquisas... Até 1985, o CNPq foi uma instituição muito forte, era ligada à SEPLAN, antes era ligada a Presidência da República. Depois disso, com a entrada do Sarney, houve uma divisão com a criação do MCT... Curiosamente, sem culpa de ninguém, na minha percepção, aqueles que ajudaram a construir o CNPq de 1975 para cá – fortaleceram o órgão em 80, na época do Lynaldo - foram os mesmos que participaram do processo de enfraquecimento do CNPq. Então, não sei como considerar isso, não sei. Cada um tem a sua razão de agir, mas saiu daqui uma área de planejamento que foi para o MCT e outros mais foram para o MCT e lá conhecedores profundamente do sistema, tiraram do CNPq tudo aquilo que poderia mantê-lo em evidência e atual. Então, criaram praticamente dois CNPqs, não é? O que impeliu o CNPq a ficar com a operacionalização e pagamento de bolsas e eu acho que essa configuração está até hoje, não é? (CABTAO, 2007, grifos nossos).**

Entre os setores que foram extintos no CNPq e transferidos para o Ministério, nesse período, destacou-se na fala dos sujeitos da pesquisa o Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica (CPCT)

O CPCT havia sido criado em 1986, como Unidade do CNPq, tendo por objetivo o desenvolvimento de estudos em política de ciência e tecnologia, com vistas a prover a atuação de coordenação do Sistema pelo CNPq. A iniciativa consagrava os esforços iniciados ainda em 1976, no Rio de Janeiro, na preservação de um espaço de estudos em políticas de C&T através da Coordenação de Estudos (CET), vinculada à recém-recriada Superintendência de Planejamento (SUP). Com a expansão das atividades do CNPq, as demandas por estudos aumentaram consideravelmente levando à transformação da CET em Núcleo de Pesquisa de Política Científica e Tecnológica (NPCT), em 1984, permanecendo vinculado à presidência do CNPq.

Com a criação do MCT, em 1985, o Núcleo passou a incorporar a função de assessoramento à Secretaria de Planejamento do Ministério, sendo então transformado no CPCT. Desde então, elaborou grande diversidade de estudos sobre o processo de produção, utilização e disseminação das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil, prestando apoio técnico ao MCT e às Unidades de Pesquisa subordinadas. Além disso, no

CPCT havia uma biblioteca especializada em políticas de C&T que mantinha publicações na área de políticas de C&T.⁷⁴

O fragmento da fala de CBLOR permite a apreensão da indignação “não!” – “perda enorme”. A perda da capacidade de reflexão sobre política de C&T reduziu o CNPq a uma burocracia. Nesse sentido, as atividades ligadas à operacionalização de bolsas e auxílios seriam consideradas burocráticas uma vez destituídas da perspectiva de atrelamento político. Essa situação seria decorrência da perda de atribuições e do esvaziamento técnico do Órgão.

[...] Dali, o que foi uma **perda enorme para o CNPq foi o Roberto Santos ter acabado com o Núcleo de Política, entendeu?** Então, aquela turma do Cassiolato, essa turma sabe? Tinha que ter essa **turma pensante**, né? O povo dizia que **ficavam sonhando com os anjos...** Não! tinha que ter essa turma, e que ela trabalhasse mais agregada com os outros profissionais... aquilo ali era um embrião, tinha que ser visto como sendo **o pensamento de novos rumos, do acompanhamento, do que estava acontecendo em C&T nos centros de tecnologias no mundo, no Brasil.** Aquilo sumiu. Aquele Núcleo de Estudos ali sumiu e para mim aquilo **foi uma perda enorme** e a tendência de que você **perde a capacidade de reflexão e caminha na direção da burocracia**, não é? Do papel, das coisas meramente burocráticas. Eu acho que isso aí foi acompanhado da **perda de gente**, de algumas pessoas que tinham essa visão de fazer o seu dia-a-dia, mas conseguiam formular, ou pelo menos articular. (CBLOR, 2006, grifos nossos).

A percepção de CABLNC é relativa à difícil situação daqueles que foram para o MCT e eram hostilizados pelos antigos colegas do CNPq. Novamente encontramos expressões de dor física fazendo referência ao processo de esvaziamento técnico e perda de funções do CNPq: “desmembramento doloroso”, “sofreu muito”. Percebe-se a interrupção de uma proposta, que não era suficientemente clara, ou ameaçava interesses políticos, pessoais ou de grupos.

[...] Foi em 1986. Olha, não teve muita alternativa, quer dizer, veio uma ordem de que o CPCT ia para lá [para o MCT]. **Aquele processo de desmembramento foi muito doloroso, o CNPq sofreu muito**, porque na época... Como eu fui para lá, **eu me lembro de técnicos que ficaram no CNPq que me hostilizavam**, tinha essa hostilidade como eu era do Ministério, eu estava lá e o CNPq estava sendo depauperado de suas funções, estava sendo, vamos dizer assim, minimizado, e o período que eu passei lá foi um período que, eu peguei uma época, foi o Peliano já... o Peliano é quem criou, inclusive, a sigla CPCT, começou a fortalecer a sigla, a querer mostrar o que era um centro de estudos...[a proposta do CPCT] era subsidiar a política de ciência e tecnologia. Basicamente isso. O que aconteceu no CPCT? Ele ficou **encapsulado...** Ficou uma área onde **os pensadores eram eles mesmos**, eram as pessoas que estavam lá, já não tinha mais esse vínculo, foi quebrado esse vínculo, e eu

⁷⁴ Ver, por exemplo, a série “Estudos para o planejamento em Ciência e Tecnologia”. Brasília: CPCT/MCT/CNPq, 1988.

acho, particularmente, que isso foi o que empobreceu. [...] existia uma demanda sim, uma demanda pontual, eu mesmo trabalhei em um texto que... Era uma coisa assim muito mais tarefaira... A gente trabalhava muito... Para demandas pontuais. O próprio livro do Archer, quando ele entrou, a parte de saúde quem fez fui eu, todinho. Então, está lá, a consolidação. (CABLNC, 2007, grifos nossos).

O CPCT, que reunia um grupo de estudiosos em política de C&T serviu ao MCT no período 1985-1990 tendo sido seu potencial subutilizado, como aponta a fala do técnico, pois as demandas eram “pontuais” desatreladas do desafio de formulação de políticas. Na fala de CABLNC, surge a idéia de apropriação, no sentido de Foucault, isto é, o confisco das possibilidades de expressão e criação.

5.1.5 Gestão de Crodowaldo Pavan – Presidente do CNPq no período 1986 -1990

Crodowaldo Pavan formou-se em genética, nos Estados Unidos, onde trabalhou por mais de vinte anos como pesquisador, tendo atuado como professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP) e professor vitalício da Universidade do Texas, durante três décadas. Antes de assumir o CNPq, já havia presidido Associação de Docentes da USP, a Academia de Ciências do Estado de São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A gestão de Crodowaldo Pavan no CNPq caracterizou-se por ter resistido à passagem de cinco Ministros/Secretários de Ciência e Tecnologia. O pesquisador foi indicado pelo Ministro Renato Archer em 1986, representando a comunidade científica na direção do Órgão e, posteriormente, passou pelas gestões de: Roberto Cardoso Alves, quando da junção do MCT com o Ministério da Indústria; de Ralph de Biasi, quando da transformação do MCT em Secretaria; de Luiz Henrique da Silveira, quando da reconversão a Ministério e, finalmente, por Décio Leal de Zagottis, após a nova transformação do MCT em Secretaria.



Foto 18 - Crodowaldo Pavan

Todas essas idas e vindas, inscrições e apagamentos, na estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia, durante a Nova República, representaram um período de grande instabilidade política e econômica no qual as reformas e as transformações promovidas no campo da C&T, trouxeram conseqüências negativas para as instituições envolvidas. No entanto, evidencia-se a estabilidade do professor Pavan na presidência do CNPq, como forte representante da comunidade científica nos centros de decisão.

[...] Quando o **Pavan chegou**, um ano e pouco depois e o ministro ainda era Renato Archer, que ficou acho que uns três anos, aí Pavan, de certa forma, **retoma algumas coisas**. (CALYN, 2007, grifos nossos)

A gestão de Crodowaldo Pavan, entre outras ações, retomou as atividades de planejamento institucional, agora no âmbito do fomento. Nesse período houve intenso trabalho de reorganização do Sistema Gerencial de Fomento do CNPq (SIGEF), com a implantação dos Planos Anuais de Ação.

Da fala de CAB CRA surgem perspectivas inusitadas da administração Pavan:

[...] E aí a comunidade quando via o CNPq em perigo, eles não defendiam o Pavan, ao contrário, em determinado momento eles queriam a caveira do Pavan. E o **Pavan chegou lá no CNPq com uma visão externa do que era o CNPq, ele não conhecia o CNPq**. O seu Pavan quando ia ao CNPq chegava até a sala Álvaro Alberto, falava e descia... Ele tinha a visão da comunidade, mas aos poucos ele foi conhecendo a Casa, foi convivendo, foi ouvindo, foi abrindo a possibilidade do diálogo, e aí ele foi percebendo... Até que ele percebeu o erro que tinha sido aquele Conselho Deliberativo e ele chegou a dizer em uma reunião do Conselho Deliberativo (se eu procurar aí eu encontro a fita, porque eu vinha brigando com o Conselho Deliberativo, que era um contra-senso, **porque eles não podem deliberar se eles não têm responsabilidade penal sobre as deliberações, se você é presidente de um órgão você tem, entre outras coisas, a responsabilidade penal sobre os seus atos**, se o cara da Petrobrás ele fizer uma grande mancada ele pode ser punido legalmente pelo Ministério Público, um cara que é de um Conselho que não foi nomeado, mas tem o poder de deliberar, eu dizia: Pavan, você não percebe que os caras tomam uma decisão, você programa, porque senão eles vão te encher o saco e amanhã essa decisão daí pode ser a sua cruz e eles estão tranquilos. **Pavan no começo não percebia, mas depois ele começou a perceber**, ele dizia: eu não posso administrar porque tudo eles querem do jeito deles, eles não conhecem a casa, eles não conhecem o todo. Pavan chegou a me dizer isso. E um dia na reunião do Conselho Deliberativo [...] houve um pau violento entre Pavan e o Conselho, Pavan gritava de cá, os caras gritavam de lá, era uma loucura, foi uma baixaria, ninguém se ofendeu, mas pô, o Pavan disse: **vocês estão pensando que a comunidade é um conjunto de freiras, tem muita gente desonesta no nosso meio**,

gente aqui que sempre se aproveitou do CNPq, eu não sabia disso, e agora como presidente, eu vi as mutretas. Ele falava assim, isso no fim da administração dele, batendo de frente: “no começo da minha gestão aqui... [CABCRA] me alertou contra os senhores e eu não dei ouvido a ele, ao contrário, eu discuti, debati com ele, e agora eu quero dizer para vocês o seguinte, ele estava certo e eu só estou vendo agora”. (CABCRA, 2006, grifos nossos)

“Vocês estão pensando que a comunidade é um conjunto de freiras?”: narrativa referente ao embate havido entre Pavan e o Conselho Deliberativo (CD) do CNPq, quando do conhecimento de “mutretas” e desonestidades promovidas por membros da comunidade científica. A fala de CABCRA desnuda o aparente consenso dos cientistas no campo da C&T e a gradativa percepção de Pavan do “erro que tinha sido o Conselho Deliberativo” e o embate com seus membros. O entrevistado coloca em evidência a “visão externa” do CNPq que os dirigentes possuem ao assumir o comando da instituição e que se altera após a vivência dos problemas, permitindo então o distanciamento da posição de cientista para perceber alguns aspectos na posição de gestor, apontando, assim, um conflito de papéis entre ser representante da comunidade e, portanto, usuário do sistema, e ser Presidente do CNPq, gestor de recursos públicos.

A indignação permeia a fala CABCRA referente a atuação do CD, então reinstalado⁷⁵, que vinha com o poder de “dizer para onde ia o dinheiro, como fazer e como deveria ser”. O entrevistado usa a palavra “horror” para descrever o Conselho Deliberativo e contesta fortemente a visão de Gerhard, presidente do CNPq no período Collor, segundo a qual o CNPq era a casa do cientista. Assevera que o Órgão pertence ao povo brasileiro e utiliza como argumento o fato de o dinheiro público custear as atividades científicas. Para fortalecer sua fala e ampliar seu escopo comenta, ainda, o Estado segmentado e enfeudado forjado pela ditadura. Evidencia-se uma forte reação ao corporativismo da comunidade científica, que se utilizava dos organismos decisórios instalados no CNPq para beneficiar indevidamente alguns grupos.

[...] **Era um pau violento** porque era um Conselho que era um caso esdrúxulo não era recriação do velho Conselho do antigo CNPq, porque o outro Conselho era uma comunidade científica que julgava processos, era uma espécie de Comitê Assessor mais encorpado e mais misto. Agora, **o Conselho Deliberativo vinha com o poder de deliberar, de decidir, de dizer para onde ia o dinheiro, como fazer e como deveria ser.** Foi um horror, e o Pavan percebeu a loucura. Mas era a comunidade que entrava no CNPq, e eu me lembro do Gerhard dizendo assim: **aqui é a casa do**

⁷⁵ O Conselho Deliberativo do CNPq foi reinstalado em 1987.

cientista. Porra nenhuma! **Ali não é a casa do cientista, ali é um órgão público** que pertence ao povo brasileiro, não pertence a uma comunidade, o CNPq não está ali para ser casa do cientista, o CNPq está ali para ser um órgão público do Estado brasileiro que vai buscar através de políticas claras, ou de objetivos estabelecidos o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Para isso paga a comunidade com dinheiro público, com dinheiro vindo do orçamento, que é dinheiro do imposto da população, não é para eles usarem como se fosse a minha casa aqui onde eu deito e rolo porque é a minha casa, isso não pode! Essa era a grande discussão que nós tínhamos no meio acadêmico e outros fóruns, sob o Estado corporativo, o Estado criado, **o Estado forjado pela ditadura**, o Estado todo segmentado, todo **enfeudado em seus setores**. Tinha o Instituto do Açúcar e da Cana para os usineiros, Instituto Brasileiro do Café, para os cafeicultores, não sei o que, **e o CNPq para os cientistas**, ora... porra!!! (CABCRA, 2006, grifos nossos).

É importante lembrar que o período da Nova República vinha embalado num imaginário de reformas democráticas alimentado pelas perspectivas de mudanças profundas nas práticas clientelistas e corporativas na administração do aparelho do Estado. A indignação do entrevistado reflete esse momento de transição dos governos militares para os civis, onde as práticas continuavam as mesmas. Por outro lado, a inquietação no que se refere à direção das novas mudanças associada à manutenção de práticas abominadas pelos técnicos, faz com que na entrevista se reforcem o personalismo e as mobilizações em torno de interesses políticos, e não de premissas institucionais.

CAYA percebe a existência de forças políticas e disputas partidárias por trás de Pavan; conflitos em função da politização do Órgão. Falta de cultura empresarial para o investimento em pesquisa no Brasil. A liberalização após o período de autoritarismo teria promovido o que ele chamou de “brigas homéricas”, em função da “politização” dos indivíduos.

[...] e veio o Pavan, que era um cientista renomado. Mas **por trás do Pavan você tinha um grupo político muito forte...** E eu posso falar um pouco mais, mas era um grupo político, entende? Que eu acho que foi uma fase meio ruim para o CNPq, porque é aquela coisa, começou a se politizar demais, não é? **E o Adrian era ligado muito ao Ulysses Guimarães...** Eu me lembro naquela época quando fui convidado para ser gerente de operações, aí o pessoal da diretoria dele foi lá. **Quando tinham eventos no Congresso a gente era chamado a participar.** Então houve **a fase do Ronaldo, que era do PDT**⁷⁶ em que houve muito **conflito...** Eu não sei, foi uma consequência, acho que foi uma **consequência... da politização**, não é? Da participação **dos partidos dentro do processo.** Acho que é aquela vontade, porque você teve aquele período do autoritarismo, aí depois veio a liberação, e foi aí onde os partidos políticos começaram... eu não sei te dizer, **eu sei que lá dentro do CNPq tinha aquelas brigas homéricas**, não é? Era aquela turma do Adrian, aquela turma do Felizardo, que era da área de **Ciências da Vida...** E o Eustáquio da Engenharia, **das Ciências Exatas.** E tinha um terceiro diretor que era da área de **Ciências Sociais**, esse

⁷⁶ PDT – Partido Democrata Trabalhista

ai não se metia muito nas coisas. Mas era briga, assim, direto. E tinha o Ronaldo da ASCON⁷⁷, também brigando, não é? (CAYA, 2007, grifos nossos)

A fala coloca em evidência os grandes embates que havia no campo, entre as diretorias do Órgão, disputando recursos e primazias, e a Associação de Servidores do CNPq (ASCON), na figura de seu presidente, questionando o processo.



Foto 19 - Pavan, Archer e Adrian Levinson

CABEAR aponta o diretor de planejamento e gestão, na administração Pavan, Adrian Ricardo Levinson, como a figura que centralizou tudo, comandando o planejamento. Segundo o entrevistado, a atuação da diretoria de planejamento de Adrian teria sido o motivo principal do rompimento com a administração seguinte. O grande jogo de forças políticas instaurado no

CNPq, naquele período, colocava em evidência o diretor de planejamento que tinha por apoio o PMDB, especialmente, a figura de Ulisses Guimarães. Esse período caracterizou-se pelo intenso planejamento das atividades do fomento, quando se estabeleceram os Planos de Ação por área do conhecimento. O CNPq conseguia mobilizar, ainda, o saldo de sua competência técnica na área de planejamento para executar algumas ações importantes no âmbito institucional, tendo reflexos positivos em todo o sistema, como veremos a seguir.

[...] Entra o Pavan e o **Adrian**, que eu acho que foi o **motor principal de rompimento da administração seguinte**, porque, não sei se você lembra, o **Adrian centralizou tudo e isso daí você via, porque os outros diretores... Não mandavam nada, não é?** Eu me lembro do Mokross, porque eu despachava com ele que era o meu diretor. Se você quisesse inclusive para instalar essas coisas iniciais da rede e gastar dez reais **tinha que pedir a benção para o Adrian** e se você queria fazer uma reunião tinha que pedir a benção para o Adrian. Então, quer dizer, **o Adrian comandava o planejamento, estava de baixo da asa dele, e aí o planejamento teve muita expressão**, entendeu, e essa coisa toda... Eu me lembro **das reuniões do Conselho Deliberativo do CNPq, na gestão do Pavan, e isso ficava muito evidente, quer dizer, havia um choque com o zoneamento do Adrian. Não era o Pavan, era o Adrian que comandava, que carregava o planejamento com ele...** (CABEAR, 2007, grifos nossos).

⁷⁷ASCON – Associação dos Servidores do CNPq

As entrevistas apontaram um artigo escrito pelo técnico CABMG “As dez pragas do fomento: pontos críticos sobre o “fomento de balcão” e o papel do CNPq”,⁷⁸ que obteve enorme repercussão no Órgão, por ocasião da administração de Pavan:

Naquela época a gente também não usava computador ainda, não é? Era papel... Já tinha computador? Era tudo datilografado (risos)... As dez Pragas você ainda acha... As dez Pragas o pessoal lá da ASCON ainda tem, foi publicado... **Saiu no jornalzinho da ASCON**, deve ter lá. (risos) Aquilo lá... eu criei para poder contestar o ...como é que chama aquele diretor? [diretor de administração do Pavan]. Para poder contestá-lo. **Eu queria mostrar como é que era a farsa das bolsas, sabe?** E realmente... Eu inocentemente **não sabia que a farsa era tão grande (risos) não, não sabia**. É. Nossa! Mas eu me lembro o dia em que ele saiu, ele fez uma despedida lá. Não sei se você lembra... Ele foi lá e se despediu de mim, e tal. Aí ele falou **assim que tinha uma mágoa comigo por causa das Dez Pragas** e um bocado de gente, mas que não ia guardar nada, não... E o Pavan também ficou magoado. (CABMG, 2006, grifos nossos)

“As dez pragas do fomento” foi elaborado pelo técnico para contestar o diretor de planejamento da administração Pavan e “mostrar como era a farsa das bolsas” criticando a sistemática do fomento por meio da metáfora das “dez pragas do Egito”.⁷⁹

Episódio da duplicação das bolsas: a Exposição de Motivos (EM) que justificou o maior número de bolsas da história do CNPq

Mediante longo trabalho de garimpagem na documentação relativa ao fomento do CNPq, chegamos a um estudo elaborado pela COOE/SUP⁸⁰, em novembro de 1994, que se propõe a registrar a memória relativa ao processo de estudos técnicos que deu origem à ampliação das bolsas de 29.621 para 44.110 bolsas no País e no exterior, no ano 1989. Esse evento é considerado como “a Exposição de Motivos (EM) que marcou o maior número de bolsas da história deste Conselho!” Tal documento cita a recuperação dos estudos que à época concluíam que “o País não possuía um quantitativo de cientistas e pesquisadores que permitisse, em curto prazo, atingir padrões de capacitação dos países mais desenvolvidos”.

⁷⁸ O artigo, apresentado no Anexo A, foi elaborado como um dos documentos de referência aos debates promovidos no II Encontro de Servidores do CNPq, promovido pela Associação dos Servidores do CNPq (ASCON).

⁷⁹ Dez pestes que Deus teria enviado pelas mãos de Moisés sobre o Faraó e seu povo, para que Israel fosse libertado da terra do Egito (Êxodo 5-12).

⁸⁰ Ver no Anexo B “A Memória do CNPq” (versão em discussão). COOE/SUP/CNPq. Brasília, novembro/1994.

O documento, embora registre os estudos realizados para atingir o número inicialmente previsto como meta física para 1989, sem alteração da meta financeira prevista para o mesmo período, questiona o fato de essa meta só ter sido atingida realmente em setembro de 1994. Isto é, critica a estratégia de crescimento das bolsas sem a existência de demanda efetiva. Os acontecimentos que envolveram essa tomada de decisão, à época, permanecem desconhecidos pelos autores do trabalho que não conseguem alcançar as motivações dos sujeitos que vivenciaram os acontecimentos.

As falas dos sujeitos entrevistados que apresentamos abaixo, foram consideradas “citáveis”⁸¹ pois iluminam, em grande parte, os acontecimentos da época, ajudando-nos a compreender o contexto do final do governo Sarney.

[...] A diretoria de programas [da CAPES] estava vaga e [o diretor geral da CAPES] me chamou para ocupá-la. Entretanto, pediu que cuidasse do planejamento institucional. Desenvolvi vários estudos. **No primeiro, foi desenvolvido um modelo matemático para fazer previsão da demanda de bolsas no País.** O trabalho foi apresentado também ao CD do CNPq. Os conselheiros gostaram, sobretudo, **porque propunha um modelo matemático (envolvia equações diferenciais simples), isto é, tinha “aparência científica”.** Foi feita uma projeção da demanda de bolsas, a partir do modelo de reprodução da comunidade científica brasileira. Agora, o que estava previsto no estudo se confirmou depois - estar formando cerca de **6.000 doutores no final do século 2000.** Mostrei que o crescimento seria exponencial - quanto mais doutores atuantes no sistema, mais mestres e doutores seriam formados. Trabalhei uma equação simples, que mostrava uma evolução que seguia a primeira parte da curva logística. O que me deu um grande trabalho foi levantar os dados iniciais, curso a curso, área a área, levantando o potencial de formação de cada um. Então, fiz umas projeções, a partir de 1987. **O Pavan, a época Presidente do CNPq, muito esperto, sacou “vamos deixar o estudo para lá, porque está fazendo uma previsão modesta” e brigar para conseguir um salto para 40.000 bolsas já em 1988 (mais ou menos o dobro da disponibilidade de 1987).** O estudo, não recomendava um aumento tão grande já naquele ano, mas recomendava pelo menos que se garantisse uma cota maior para atender a demanda futura que estava prevista. Foi criada uma **comissão para elaborar uma Exposição de Motivos (EM) solicitando um aumento da oferta de bolsas.** Foi composta por Antonio Carlos Galvão (CNPq), por mim pela CAPES e pelo Edmar Sato pela SEPLAN-PR. Fui também coordenador para elaboração do terceiro Plano Nacional de Pós Graduação, o III PNPG, que se fundamentou neste estudo... Começamos a fundamentar uma **EM para ser encaminhada à Presidência da República que foi depois aprovada. O sistema passou a operar com quase o dobro de bolsas. Eu me lembro bem desse momento, quase 42 mil bolsas.** Este resultado, de um lado gerou aplausos, e de outro, críticas pelo excesso de oferta. Assim aconteceu. Mas apesar disso surgiu algo positivo: **Luciano Coutinho,** que estava no MCT, tinha grande influência na SEPLAN, e **determinou “vamos conseguir aprovar a EM, mas com uma condição - separar uma cota de bolsas para incentivar o desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas, sobretudo, para as empresas”.** (CABRIN, 2006, grifos nossos)

⁸¹ Narrativas que se conformam como “histórias” e trazem agregação de conhecimento para o tema tratado. Ver ALBERTI, Ouvir contar: textos em História oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 45.

A fala coloca em evidência o jogo político articulado com estudos realizados sobre a demanda chamando a atenção para a aceitação do modelo matemático em função da “aparência científica”. A preponderância do jogo político surge à despeito das reais demandas da C&T, com a interveniência de Luciano Coutinho, então secretário-geral do ministério, para a aprovação da EM, que deu origem ao programa de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas (RHAE).

CBLOR menciona o plano que “saía do discurso” e quantificava as metas, evidenciando a valorização da quantificação matemática no planejamento. No que se refere ao CNPq, o governo da Nova República se caracterizou pelo aumento no número de bolsas e por ter resguardado, ainda, certo espaço para discussão sobre planejamento, mas com muito conflito político partidário.

O período 1985-1995, no tocante aos recursos aplicados no setor de C&T, segundo o entrevistado, é considerado em quatro fases: um salto durante a Nova República, desmantelamento com o governo Collor, pequena retomada com Itamar e estagnação com Fernando Henrique. A fala comenta “lances de bastidores” e ressalta disputas técnicas na elaboração de projetos e distribuição de recursos, evidenciando mais uma vez, a conjuntura política tendo grande influência nas possibilidades de ação do Órgão.

CBLOR detalha os acontecimentos que envolveram a duplicação das bolsas do CNPq no final do governo de Sarney, a partir da elaboração de um modelo matemático acerca da demanda de bolsas, comentado anteriormente na fala de CABRIN.

[...] A parte técnica eu sei que era o Ivan Rocha e do Binho. **O Ivan fez até um modelo de previsão.** Eu vim a fazer algo semelhante àquilo, embora mais simples, com o PNPG na CAPES, agora. Assim, onde você teve o primeiro plano que tem de coisa nessa época, você tem qual é a **projeção de meta de alunos titulados de doutorado, de mestrado, de quanto era o recurso necessário para isso. E eu segui mais ou menos a idéia do Ivan Rocha e do Binho, quer dizer, você quantificar as metas, por grande área.** Quer dizer, você **fazer um plano que não é só um discurso, mas que você tenha elementos para acompanhar** se aquele plano está sendo seguido, está sendo executado, bem executado, se está distante, ou não. Mas eu lembro que foi o Ivan quem fez um modelo, e o Binho que participou disso... (CBLOR, 2006, grifos nossos).

O técnico fundamenta sua fala em dados estatísticos referindo-se a criação de um modelo de previsão que teria permitido a elaboração de um plano com a quantificação de metas pelas grandes áreas do conhecimento. O relato exemplifica bem o uso do conhecimento técnico numa perspectiva de atuação política.

[...] À época que a gente chegou no CNPq **ainda se tinha espaço para se discutir o planejamento, isso foi na Nova República. Paradoxalmente, nesse período o que a gente viu foi um conflito de PMDB com o “centrão” da ARENA, mas a área de ciência e tecnologia, se a gente for fazer uma avaliação isenta, apartidária, a gente vai ver que foi uma época em que ciência e tecnologia deu um salto.** Na época do Ministro Archer, que encabeçou isso no governo Sarney, é onde você pode ver isso e é irrefutável, são dados. Onde você **vê as curvas de crescimento de bolsas, o salto que dá nesse período em quantidades, em valor,** naquela época de hiperinflação, onde para que o valor de bolsa não fosse corroído, se atrelou ao salário dos professores. Então, **toda a discussão que a gente teve do orçamento para aumentar a meta de bolsas para o final de oitenta e nove foi uma experiência muito importante. Teve uma Exposição de Motivos (EM) elaborada pelo Binho e o Ivan Rocha, que tinham trabalhando antes, que deu um primeiro salto.** Mas teve um segundo salto muito importante no final dos anos oitenta, que foi com essa jogada, inclusive **jogada de bastidores,** que a gente conseguiu um aumento muito importante, no orçamento não era só o dinheiro, mas era o número de bolsas que saía no orçamento, que era fundamental para se discutir no ano seguinte. (CBLOR, 2006, grifos nossos).

O período do governo Sarney ainda contemplava algum espaço para o planejamento institucional, embora as ações governamentais estivessem limitadas pelas disputas políticas entre o PMDB e o Centrão. Esse clima político reverberava pelos órgãos da administração pública produzindo ações de bastidores vinculadas a perspectivas político-partidárias. E, no CNPq, não foi diferente, tanto que a negociação da duplicação do número de bolsas ocorreu nesse contexto.

[...] E esse número que a gente conseguiu em 89, foi um número que durante uns cinco ou seis anos ficou estável, mas **porque não se conseguia nem conceder o total de bolsas que tinha,** de um crescimento tão grande que a gente tinha planejado, mas que depois não acompanhou com o **desmantelamento que teve com o governo Collor, que foi a fase mais negra,** negra não, é politicamente incorreto dizer negra, **mas a fase mais triste da C&T e do CNPq foi esse período durante o governo Collor.** Aí a quantidade de bolsas ficou praticamente estável, o valor passou a não acompanhar, o valor real da bolsa foi caindo. A justiça que se faz **também é que quem retomou isso foi o Itamar, o governo do Itamar Franco, por um ano e meio, dois anos. E isso é só olhar o gráfico, não é uma opinião política, eu não sou Itamar Franco, eu não sou Sarney, eu não sou nada, mas é uma observação. Todo mundo sabe que eu sempre fui petista, não de carteirinha, mas é uma constatação.** Depois, o **governo do Fernando Henrique com o Plano Real,** quer dizer, o que ele teve de importante, e essa parte vai depois da tua história, mas eu acho que foi um grande salto, e isso tem que dar a mão à palmatória também que foi a criação aos Fundos Setoriais, **mas em termos do que se refere ao CNPq de bolsas, essas coisas, ficou estante nos valores quantitativos de bolsas no que o Itamar**

Franco conseguiu recuperar do governo Collor e o valor que se acertou em noventa e quatro no plano real, em julho de noventa e quatro, ficou durante nove anos sem mexer. Quer dizer, então essa história. **Uma decolada que dá a ciência e tecnologia em meados dos anos oitenta, é que teve um patamar importante.** (CBLOR, 2006, grifos nossos).

Constata-se na fala de CABLOR, a preocupação de argumentar com dados estatísticos, procurando um afastamento da “opinião política”. O entrevistado comenta uma interessante “jogada de bastidores”, na qual se evidencia o embate entre os técnicos de planejamento do CNPq e do MCT. Destaque para a mediação política e a postura da equipe técnica do MCT em esvaziar o orçamento do CNPq.

[...] **Só depois é que veio crescer isso paulatinamente, o valor de bolsa, só agora no governo Lula, é que veio mexer um pouco, e muito pouco ainda, não tem uma sistemática de acompanhamento.** Mas teve um ponto muito importante que foi esse, que quando eu cheguei já estava andando esse processo, né? **Começou acho que em 85, 86, eu cheguei em 87, mas foi uma experiência boa.** Inclusive tem lances, assim, interessantes. Por exemplo, tem uma exposição, um gráfico, que mostrava a evolução de bolsas e no último ano **o pessoal de Orçamento queria cortar o barato e a curva de crescimento que era geométrica eles queriam estabilizar.** **Aí, num domingo à noite eu fiz um gráfico no papel para o Binho e disse:” vamos preparar um negócio para o pessoal do planejamento mostrando que o último governo Sarney vai manchar toda a história que foi positiva para essa área”.** Daí o Binho, com aquele jeitão dele, **escreveu a Exposição de Motivos...** É com a mão esquerda! e não sei se o Zagottis era o ministro. Foi naquela confusão Zagottis, Robertão, aquela confusão política, porque o cenário daquela época era o “centrão”, não é? E essa Exposição de Motivos ficou numa geladeira, numa gaveta lá do Ministério de Ciência e Tecnologia e não foi encaminhada ao Sarney. **Aí, eu lembro de uma conversa de bastidor com o Lemos,** que era da Comunicação Social e tinha vindo para o CNPq do Chile, onde tinha sido da sucursal do JB, e eu contei a história para ele e falou: “olha, eu tenho uma pessoa dentro do gabinete” - que era o Marzagão, aquele famoso, que ele conhecia, aquele famoso que tinha trabalhado com o Jânio. Ai ele falou: “põe num papel a história para mim, me dá uma cópia do que o Binho escreveu, teu gráfico, que eu mando para ele”. **Aí eu soube pelo Lemos, que o Marzagão ligou para o Ministro e disse: “olha, tem uma Exposição de Motivos do CNPq, que está aí na gaveta no Ministério que o Presidente quer ver”.** (risos) **Ai ele passou a rasteira e o pessoal queria jogar o dinheiro, sei lá, pra outras coisas no ministério, porque eles achavam que o CNPq tinha muita liberdade, aquela história, não é? que o CNPq tinha recém saído e tinha muito dinheiro, e resolveram congelar a proposta. E isso acabou sendo aprovado.** (CBLOR, 2006, grifos nossos)

A fala de CABLOR evidencia a perspectiva política nas negociações do orçamento do CNPq diante da expectativa da eleição de Lula no segundo turno, no confronto com Collor. A gestão de José Goldemberg na Secretaria de C&T, no governo Collor é associada a reunião de julgamento dos Comitês Assessores do CNPq, ocorrida em 1991, quando não houve provisão de recursos orçamentários para o pagamento das concessões.

[...] E a gente tinha uma noção clara de que dinheiro de bolsa era muito e que o auxílio era pouco, **mas a gente estava, naquela época, ainda com o sonho da eleição do Lula, com o Collor já pintando no segundo turno. Aquelas coisas, “vamos aumentar o salário” ... se botar auxílio não funciona, depois se o Lula ganhar, provavelmente lá para o início de janeiro, a gente pega 30% disso e redimensiona para o auxílio.** Mas aí, no fim, só ficaram as bolsas mesmo. Depois muita gente veio dizer: “ah, porque o pessoal do Pavan errou a mão, era só bolsa...”, a gente tinha plena consciência que não era só bolsa. A bolsa era importante, só que a gente não conseguia passar o auxílio como conseguia passar a bolsa. Bolsa a gente conseguia dizer “é igual ao salário”, não pode cortar isso, e o auxílio a gente conseguiria no Congresso, depois a gente vai e faz um pedido...só que ficou esse dinheiro todo e depois mesmo quem veio não conseguiu. **Teve aquelas confusões todas com o ministro Goldemberg depois, que disse que tinha um auxílio aprovado e não tinha nem o orçamento aprovado e aquilo ficou acho, que dois, três anos em carteira. Teve projeto que foi pago muitos anos... muitos anos depois, com um valor totalmente irrisório, simbólico, para dizer que pagou, mas ninguém conseguiu equilibrar essa parte de auxílio.** Essa parte só veio se fortalecer mesmo com os Fundos Setoriais, já no final dos anos noventa (CABLOR, 2006, grifos nossos).

CABMG comenta o mesmo episódio da duplicação do número de bolsas e atribui o fato à importância dada à ciência e tecnologia, no início do governo Sarney, devido à percepção política do Ministro Renato Archer. Há um reconhecimento no Ministro Archer do mesmo discurso dos governos militares, em que C&T era considerada a base do desenvolvimento nacional, razão pela qual teria vindo a aprovação da duplicação das bolsas. Identifica o Ministro como pertencente a um grupo nacionalista remanescente e comenta o impressionante aumento das bolsas, como salto fundamental, mesmo reconhecendo ter sido uma década perdida, em função do descontrole na parte operacional, que não estava preparada para tanto. Interessante observar, em depoimento anterior, que o estudo de demanda não apontava a necessidade de tantas bolsas.

[...] Aquilo foi **no começo do governo Sarney, em que o discurso da ciência e tecnologia era muito forte, o ministro de ciência e tecnologia era o Archer. E era um cargo não só político, era forte, mas era um discurso muito forte na época de que a ciência e a tecnologia eram as chaves do desenvolvimento, como na época da ditadura militar também, né? O discurso foi esse também, de que era a solução e tal.** E... Aí eu acho que a isso aliava a percepção política do Renato Archer, que era um **político excepcional** e um **grupo mais nacionalista** com o qual ele convivia nas outras áreas, Severo Gomes, e outros nos outros ministérios... Então a **duplicação das bolsas foi um negócio impressionante, muito grande. Foi um salto fenomenal,** e eu acho que foi em função desse discurso mesmo, embora saibamos que foi realmente uma década perdida, né? Houve um descontrole na parte operacional que não estava preparada para isso. É a demanda foi buscada, não é? **E outra coisa é que o planejamento tinha também sido desfeito na época, né?** Eles estavam montando um outro planejamento, quer dizer o planejamento do CNPq estava lá no ministério agora... Mas o que aconteceu é que o planejamento das bolsas, quer dizer, o projeto, estava lá no ministério. **O CNPq era o executor, mas não tinha instrumentos para implementar isso de uma maneira consistente.** Então foi...

Você lembra bem, né? Foi muito tumultuado e... simplesmente numérico (risos) e não se sabia nem por que as bolsas tinham aumentado. (CABMG, 2006, grifos nossos)

A percepção do desempenho do Ministro Archer na reunião interministerial de definição do orçamento, é ressaltada na fala de CABMIGO “Diferença entre um cientista e um político à frente do tema”: negociação facilitada por jogada de mestre de Archer (a duplicação das bolsas em sacrifício de um guindaste). A maneira como o documento fundamentado num modelo estatístico é utilizado politicamente por Archer que consegue diminuir a importância de “um guindaste” no investimento em infra-estrutura e duplicar o número de bolsas, é colocada em evidência. A fala faz surgir a percepção da diferença entre um cientista e um político no tratamento da situação.

[...] Você tem conhecimento, memórias, de **como aquele documento foi utilizado politicamente pelo Archer?**

Aquele documento [a EM]... Aconteceu o seguinte: o Ivan e o Binho, fizeram uma exposição, trouxeram esse documento fundamentando a duplicação das bolsas, o Ivan pela CAPES e o Binho pelo CNPq, isso foi para o Luciano Coutinho, secretário geral do MCT, que comprou a idéia de que havia espaço para fazer essa duplicação, e o Binho e o Ivan ficaram encarregados de fazer uma Exposição de Motivos ao Presidente da República.

Isso, e **como foi utilizada eu posso te dar uma luz a respeito, porque foi uma jogada de mestre do Renato Archer**, que ficou com a EM na manga em uma reunião ministerial, cujo foco de discussão era a revitalização do porto de Santos ou do porto do Rio de Janeiro, um desses portos, que iam receber dezessete guindastes, cada guindaste desse custava uma fortuna. Num determinado momento da reunião o Renato Archer teria pedido a palavra ao Sarney e teria dito: ô presidente, se **ao invés de dezessete guindastes nós colocarmos dezesseis guindastes** é provável que ninguém nem note e com o custo de um guindaste eu faço isso daqui (bate na mesa) e **apresentou a exposição de motivos que dobrou o investimento no CNPq e na CAPES, na época. Uma negociação que se mostrava difícil, dobrar o número de doutores, ficou assim, um guindaste.** Então se tirou aí, sei lá, menos de cinco por cento, sei lá quatro por cento do investimento em infra-estrutura física e aplicou-se em infra-estrutura intelectual. E foi quando aconteceu isso aí, porque a articulação foi muito intensa naquele momento especialmente. O passo seguinte ficou com o Luciano Coutinho. Enfim, eu acho que é relevante **a diferença entre um cientista e um político a frente do tema.** Um cientista teria ido lá sem nem conectar o assunto, ele teria dito: nós estamos aqui, podemos fazer isso, não sei o que, parará, mas nunca teria a sensibilidade de usar em um determinado momento político, que tornasse a decisão, vamos dizer, mais viável. Eu admito abertamente a minha admiração pelo ex-ministro Renato Archer. (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

Como narrado pelo próprio CABRIN em fala anterior, o então secretário-geral do MCT, Luciano Coutinho, determinou uma condição para que a duplicação das bolsas fosse implementada, isto é, que uma cota fosse separada para aplicação no incentivo do

desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas, principalmente, para empresas. Na seqüência, CABRIN destaca que a idéia de parceria com outros ministérios, de fazer política com essas bolsas fora bem aceita pelo CNPq e pela CAPES, mas negada pelo MCT que queria todo o poder sobre a distribuição. A fala do técnico coloca em evidência a disputa pelo poder de distribuição das bolsas e o preconceito em relação ao CNPq por acharem que o Órgão não saberia lidar com empresas e com tecnologia.

Mais tarde, houve a transferência do RHAE para o CNPq, ocasião em que a comunidade científica acabou recebendo a maior parte das bolsas. De acordo com o entrevistado, a situação piorou sob a gestão do CNPq, o programa “caiu na vala comum” e encolheu, isto é, os recursos de bolsas foram transferidos para o sistema tradicional de fomento.

[...] O RHAE surgiu desta idéia [a EM de duplicação das bolsas]. A partir dessa perspectiva começamos a escrever sobre o Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE). Nossa proposta operacional foi bem diferente da que foi adotada. A idéia era trabalhar com os outros ministérios, e na relação deles com as empresas, sobretudo, estatais, com base no grosso e não no varejo. A idéia era fazer parcerias com os outros ministérios - Minas e Energia, Transportes, Educação, Ministérios Militares, e assim por diante. A preferência foi a de concessão de bolsas no varejo, sem parceria com os demais ministérios. A proposta de fazer política com bolsas foi muito bem acolhida no ambiente da CAPES e pelo CNPq, mas não no MCT. O que ele queria é que esse poder ficasse com o MCT. Infelizmente, não guardei o cartãozinho do ministro Renato Archer convidando para assumir o RHAE, mas no modelo que eles queriam.

[...] A proposta que eu tinha feito considerava que o MCT não teria poder político para coordenar os outros ministérios no âmbito do RHAE. Não obstante, resolveram atuar no varejo sem a participação de outros parceiros. Minha intuição dizia que os ministérios mais fortes não seriam parceiros do MCT, caso não tivessem poder de decisão sobre a distribuição das bolsas. Não aceitei o convite. Apesar de ter tido origem na CAPES, a instituição não levou nada em relação ao RHAE. Elcio Saraiva assumiu a gestão do Programa.

Essa história não está contada em lugar nenhum. Todo o trabalho de organização, concepção, e elaboração do primeiro documento básico do RHAE e a estrutura dele se perderam. Ao menos não os tenho mais comigo. Outra pessoa que estava muito a favor de uma proposta diferente era o Aloísio Sotero, então Secretário- Geral do Ministério da Educação. Ele fora meu sócio em um cursinho em Recife e a gente se entendia muito bem. A CAPES e o CNPq ficaram com uma parte do aumento das bolsas, mas não com tudo; um bom pedaço ficou com o MCT para cuidar do RHAE... A coordenação do RHAE ficou com o MCT, por conta do modelo adotado, mas também pelo preconceito, que prevaleceu até 1994: o CNPq não saberia lidar com empresas e com tecnologia - somente com as ciências e com as universidades. O CNPq seria incapaz, na percepção de algumas pessoas. Então foi para o MCT mesmo, onde se duplicou uma grande estrutura operacional que já existia no CNPq. O poder nas mãos dos coordenadores era muito grande. Havia os comitês, mas o poder da burocracia era maior.

Eduardo Costa ex-diretor do CNPq estava propondo levar o RHAE pra lá. Fiz parceria com ele, e só depois de muita conversa é que o RHAE foi transferido para o CNPq. Isso aconteceu quase dois anos depois que havia chegado ao MCT. Foi uma luta para transferir o RHAE com o seguinte argumento: o MCT entende tanto de empresas quanto o CNPq, nenhum dos dois entende nada (risos). Então, a academia cujo poder junto ao CNPq e ao Ministério ainda é muito grande, acabou recebendo a maior parte das bolsas. A situação piorou com o Programa sob a gestão CNPq. O importante é que o RHAE se mostrou um programa bem pensado, apesar de todas as distorções em relação às propostas originais. ...[Atualmente] o RHAE encolheu muito porque os recursos de bolsas que existiam foram sendo transferidos para o sistema tradicional de bolsas. Está reduzido ao mínimo. A área de tecnologia teve uma influência grande no setor de informática. Hoje enxergo boas razões para o Programa ser gerido pelo MCT e ser administrado em parceria com a FINEP. No CNPq, caiu na vala comum (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A fala de CABRIN evidencia a força da atuação da comunidade científica no CNPq. Uma vez transferido para o Órgão, as bolsas previstas inicialmente no RHAE para empresas, foram absorvidas pelo sistema convencional de fomento. Isto é, acabaram sendo canalizadas para a comunidade científica, contrariando os princípios geradores do programa. Importante a percepção de que “essa história não está contada em lugar nenhum”, evidenciando a construção de uma memória nacional sem memória institucional.

Ainda sobre a situação do CNPq pós 1985, o técnico CABCBQ narra sua própria experiência mostrando absoluta frustração em relação ao Órgão, declarando que “era algo que tinha de agüentar para a sua sobrevivência”. Destaque para as expectativas profissionais geradas na instituição que entram em declínio em função do desestímulo.

[Com a extinção do CPCT]... Aí cada um teve que se virar... Para arrumar um lugar, porque **tinha aquela coisa das demissões**, aí foi quando eu fui para o RHAE... que estava no CNPq... O coordenador era o Josemar que tinha sido meu colega na Coordenação de Energia. Ele trabalhava com uma das áreas, na Coordenação de Energia, ele era um dos técnicos e aí eu fui procurá-lo, porque ele me conhecia, a gente tinha trabalhado junto e ele estava coordenando o RHAE naquela época... As bolsas normais do CNPq elas eram dadas pelos pares, pelo mérito, o que a comunidade acha que deve ser financiado na pesquisa, incluía a ciência básica... O RHAE foi um dinheiro que surgiu para fazer editais, era uma coisa que era para ser diretiva, não era para receber uma demanda e selecionar dentro daquela demanda a demanda líder. Era para ser diretivo. Nós queremos formar pessoas nessa, nessa e nessa área... Aí faziam os editais para as áreas, cada área tinha uma verba e o que eu fui fazer lá, foi justamente acompanhar a verba de cada área. Eu não coordenava nenhuma das áreas, eu coordenava o dinheiro de cada área, eu fazia o controle orçamentário, tal área tem tanto, tal área tem tanto, usou tanto... Fazia as estatísticas, fazia os relatórios, essas coisas. Aí, nessa época, eu já estava começando a fazer minha mudança, na minha vida. Eu já estava me interessando por outras coisas. Aí, eu queria um trabalho de bastidores que ninguém me enchesse a paciência, onde eu ficasse quieta... “fizesse lá o que tivesse que fazer e pronto”... Eu não sei exatamente

te dizer até que ano eu fiquei lá no RHAE... Foi quando eu voltei para o planejamento... Sabe que eu não me lembro...?... Então, eu não me lembro exatamente. Em 1991, 1992, foi quando girou a “biruta”... Eu comecei a estudar Psicologia, então, o meu foco não era mais lá... **e o CNPq era aquela coisa que ainda tinha que agüentar enquanto eu precisasse dele para minha sobrevivência...** No final do meu tempo lá no RHAE, eu já não agüentava mais fazer só aquelas estatísticas, aquelas coisas, aquilo era entediante para mim, **eu já queria de novo uma coisa nova.** Aí, o Ivan Rocha estava na UnB e eu fui ajudá-lo num projeto que era uma coisa que eu arrumava um tempo fora do CNPq, e ia ajudando... mas aí, foi justo nessa época que eu fui estudar psicologia. Eu estava num simpósio lá na UnB daqueles com um nome bem estrambótico, chamava... eu não me lembro o título, renovação tecnológica... e tinha um monte de convidados estrangeiros isso foi uma coisa que no CPCT a gente tinha feito muito, de organizar eventos, de trazer pesquisadores internacionais para fazer conferências sobre o tema da inovação, disso e daquilo outro. E lá fui eu para esse simpósio da UnB, mas no meio do negócio foi me dando assim um troço... eu não agüentava, eu falei: gente eu já vi isso tantas vezes e não acontece nada. As pessoas continuam na mesma, o país na mesma. Isso é só pra esses “caras” ganharem essa “grana” pra vir aqui fazer isso. Me deu uma “louca”. **Eu sempre fui uma pessoa de ficar... Começar uma coisa e não terminar não é do meu perfil. Eu me levantei no meio daquele simpósio, no meio dele, eu fiquei enlouquecida, eu tinha que sumir dali e a vontade que eu tinha era de não voltar no CNPq nunca mais.** Cheguei em casa e **fiz as contas para ver se eu vendesse tudo o que eu tinha eu podia ficar em casa cinco anos só estudando, aí é lógico que não dava...** Minha prioridade passou a ser arrumar um canto onde eu ficasse sossegada estudando e ajudando em alguma coisa útil pra alguém, mas que não me atrapalhasse... Aí, quando eu me formei eu fui para a área de Qualidade de Vida... e eu me aposentei [proporcional] em 2002. (CABCBQ, 2007, grifos nossos).

A experiência narrada por CABCBQ elucida a situação de muitos outros técnicos que optaram por uma aposentaria precoce, para se dedicar a outras profissões, em decorrência do esvaziamento das atividades técnicas do CNPq.

Como comentado no início deste item, a gestão de Crodowaldo Pavan perpassou graves momentos de disputa política no MCT, que sofreu várias transformações sucessivas de ministério à secretaria. Tais acontecimentos se desdobraram num momento notável, de grande participação da sociedade civil nos debates promovidos pela Assembléia Nacional Constituinte, em 1988.

Entre os segmentos sociais envolvidos, o CNPq e a comunidade científica envidaram esforços de participação nos debates, contribuindo expressivamente tanto na elaboração de documentos de referência como na promoção de ampla consulta à sociedade brasileira sobre o

papel social da C&T, em relação à população urbana brasileira⁸². A nova Constituição, aprovada em outubro de 1988 foi inédita na explicitação de medidas para o setor de C&T, especialmente, no referente à responsabilidade de o Estado promover o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica; ao reconhecimento da importância da pesquisa básica, sua manutenção e desenvolvimento; primazia à formação de recursos humanos para C&T e concessão de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades.

Apesar dos avanços e das expectativas de progresso alavancados pela Constituição democrática, o ano seguinte foi marcado pela eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República representando a fase mais difícil do CNPq.

5.2 PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO (1990-1992)

O presidente Fernando Collor foi eleito com o perfil de um socialdemocrata modernizador, combinando a imagem de "caçador de marajás" com a de um candidato jovem e ousado, radicalizando o discurso de oposição a Sarney e apontando-o como o responsável por todos os problemas do País. Empossado em 15 de março de 1990, Collor tornou-se o mais jovem presidente e o primeiro eleito pelo voto direto depois do regime militar. Em seu discurso de posse, prometeu eliminar a inflação - que havia ultrapassado o índice de 80% ao mês, e moralizar a administração pública.

No que se refere ao cumprimento da Constituição Federal de 1988, o governo do presidente Collor apresentou as propostas para o Plano Plurianual de Investimentos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para o Orçamento, referentes ao período 1991-1995. Não obstante, seus primeiros atos como Presidente da República já apresentaram coerência com o ideário neoliberal adotado como diretriz de governo, ancorando suas ações na redução da participação do governo no setor produtivo através de um amplo programa de privatização de

⁸² Ver: O que o brasileiro pensa da ciência e tecnologia? Relatório de Pesquisa. Instituto GALLUP de Opinião Pública. Brasília: MCT/CNPq/MAST, jan.-fev. 1987.

empresas estatais e de desregulamentação dos mercados (ERBER, 1991). Inicialmente foram cinco medidas provisórias e quatro decretos, referentes à redução do número de ministérios, à demissão de servidores públicos e à venda de imóveis do patrimônio federal, ao tempo em que anunciou seu Plano de Estabilização Econômica Brasil Novo, conhecido como Plano Collor.

A equipe de economistas que assumiu o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, segundo Garcia (2000), era integrada por acadêmicos convictos do “sublime” poder do mercado e minimizadores da relevância do Estado, onde o planejamento era considerado um instrumento ultrapassado e a política econômica representava toda a relevância das ações governamentais. Assim, o PPA apenas cumpriu uma exigência constitucional, tendo sido aprovado pelo Congresso e publicado pelo Executivo, sem qualquer incidência prática na ação governamental, evidenciando pouco tempo depois sua grande dissociação com as reais intenções do governo.

Dentre as demais medidas adotadas destacaram-se a extinção de empresas estatais, demissão de servidores sem estabilidade, recondução do Cruzeiro como moeda nacional e congelamento de preços e salários cujos reajustes foram vinculados a índices de inflação prefixados. Mas a medida considerada polêmica foi o bloqueio dos saldos em contas correntes e cadernetas de poupança acima de 50 mil cruzeiros, por um período de 18 meses.

No âmbito da administração pública o governo recadastrou os servidores públicos e extinguiu cargos comissionados, órgãos e empresas públicas - como a Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS), a Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRAS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). A reforma atingiu também as atividades culturais, com o fim dos benefícios da lei de incentivos fiscais criada no governo Sarney e a extinção da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME).

Devido à elevação contínua da inflação o governo baixou o Plano Collor II, em janeiro de 1991, adotando medidas principalmente de caráter financeiro, consideradas impopulares e que agregadas às seguidas denúncias de corrupção levaram à renúncia coletiva do ministério em 30 de março. Naquela oportunidade, em substituição ao físico Goldemberg na pasta da

Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) foi indicado o cientista político Hélio Jaguaribe, ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No mês de agosto foi formado o Movimento Cívico contra a Impunidade e pela Ética na Política integrado por entidades da sociedade civil como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Destaque especial deve ser conferido à atuação dos estudantes sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) que, com os rostos pintados com as cores da bandeira nacional, protestaram contra o governo de Collor.

No dia 16 de agosto milhares de manifestantes vestidos de preto fizeram passeatas em dez capitais brasileiras, exigindo o *impeachment* do presidente que foi aprovado pela Câmara no dia 29 de setembro sendo que, enquanto o processo corria no Senado, o presidente renunciou em 29 de dezembro de 1991.

No início do governo Collor, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) foi assumida pelo físico José Goldemberg que nomeou para a presidência do CNPq outro físico, o professor Gerhard Jacob, promovendo uma reestruturação interna no Órgão, mediante a desmontagem de suas coordenações de planejamento.

5.2.1 Gestão Gerhard Jacob – presidente do CNPq no período de 1990-1991

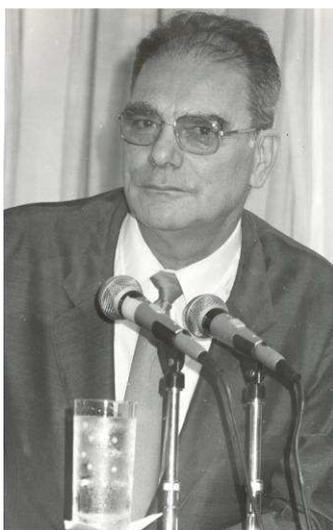


Foto 20 - Gerhard Jacob

Gerhard Jacob é formado em física e matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tendo iniciado seus estudos em física nuclear no Instituto de Energia Atômica (IEA) em São Paulo, com uma bolsa do CNPq.

[...] Agora em relação ao professor **Gerhard ele foi o principal executor da primeira ceifada** violenta na capacidade de **planejamento...** (CABMIGO, 2006, grifos nossos).

A fala do técnico CABEAR apresenta uma perspectiva explicativa para a rejeição apresentada pelo professor Gerhard Jacob, na presidência do CNPq, a toda atividade de planejamento no Órgão. Segundo o entrevistado, essa postura seria uma reação à atuação da equipe do diretor de Planejamento e Gestão, da administração Pavan, que impunha determinadas perspectivas, de maneira autoritária. Fica mais uma vez evidenciado o embate que perpassou as administrações do Órgão na disputa pelo poder de determinar as diretrizes de aplicação dos recursos do fomento. A gestão Gerhard rechaçou qualquer possibilidade de discussão de metas ou objetivos.

[...] **O Gerhard era do Conselho Deliberativo**, nessa época (da administração Pavan), e ele **era um dos que batia forte, porque ele dizia que o resto da casa não era ouvida, que a comunidade não era ouvida** e tarará, tarará, tarará... Então, isso foi o que eu presenciei enquanto na administração Pavan, no Conselho Deliberativo do CNPq, onde **tinha essa forte presença do planejamento**, que eu acho que não era ruim, entendeu?...Uma coisa é você fazer bem, outra é você colocar para fora. O planejamento entrava num antagonismo, não tinha conversação, era mão única, então chegava no Conselho Deliberativo como coisa decidida, feita, e as pessoas não ouviam, eu vi muito isso. Bom, então, quer dizer, o Gerhard nem era cogitado para presidente, nem ninguém. Ainda estava rolando a administração e já se sentia esse clima na reunião do Conselho Deliberativo, várias que eu participei lá com [os técnicos do planejamento] apresentando essas coisas, que eram muito interessantes, exercícios de planejamento muito interessantes, mas tinha esse lado que pegava, porque era uma coisa assim quase que imposta. Então as pessoas do Conselho ficavam... [...] E eu me lembro disso, de que uma das pessoas que sempre reagia a esse tipo de coisas era o Gerhard e aí vira o governo e quem é que vem a ser presidente do CNPq? O Gerhard, com todo o ranço ao planejamento da administração Pavan, tendo como Ministro o Goldemberg! (CABEAR, 2007, grifos nossos)

Percebe-se a força política do diretor de planejamento de Pavan, Adrian Ricardo Levinson para limitar a atuação da comunidade científica nas definições de políticas do Órgão. Esse teria sido o grande ressentimento contra a área de planejamento, muito embora as atuações de Gerhard e do físico José Goldemberg como Secretário de C&T, estivessem afinadas com a determinação maior do governo Collor de desmontar essas estruturas.

Ainda segundo CABEAR, o somatório do governo Collor com as administrações de Goldemberg na SCT e Gerhard na presidência do CNPq teve como produto o desmonte desse último. O entrevistado é irônico ao falar da entrada de Gerhard e sua gestão foi considerada a “administração do fim do planejamento no CNPq”. O embate o embate ocorrido no Órgão se evidencia na fala, pela expressão “administração Pavan versus administração Gerhard”.

[...] Aí entra aquela história, **governo novo não quer saber das coisas do governo passado, somando-se ao fato da entrada do Gerhard** [...] que tinha essa visão de domínio da área de planejamento, do diretor de administração e planejamento, e entrou disposto a “botar a tampa no fogareiro ali”. Então, “aquele negócio lá, essa diretoria não vai ser forte na minha administração... essa turma não tem espaço aqui”. E de fato não teve... Não tinha mais aquela voz, aquela expressão... Enfim... Foi um ano de dismantelo sem propostas. **Por isso é que hoje se fala muito que o planejamento do CNPq acabou na administração do Gerhard**, mas teve tem essas conotações, quer dizer, **você tem que olhar, digamos assim, a liderança que o planejamento tinha no final da administração do Pavan versus a administração do Gerhard...** A gente não pode relacionar essa questão do planejamento, por exemplo, a uma perspectiva política só do governo Collor... Então é preciso compreender que tem várias variáveis aí... Que se conjugam.

[...] E ainda tinha o Collor, com aquele cara que eu nem me lembro o nome... “João não sei das quantas”⁸³ acabando, colocando todo mundo à disposição, sei lá o que... Que rasgou muita gente, muita gente do CNPq foi embora naquele negócio, ficou à disposição, não podia demitir... Quer dizer, você tem diversos fatores... Que uma mudança de governo, absurda... Do mesmo jeito que foi uma mudança muito forte, mudança de cor mesmo entre a ditadura e o Sarney, depois, entre o Sarney e o Collor, também para valer, então quer dizer isso tudo que estava acontecendo externamente ao CNPq... Mas estava influenciando ali dentro, essa conjunção de fatores. Então, não é uma questão: “ah chegou o fulano e o beltrano e acabou.” Não é bem assim... **Se o Gerhard não tivesse participado do Conselho Deliberativo ali na gestão anterior ele tinha chegado mais quieto.** (CABEAR, 2007, grifos nossos).

CABEAR reforça a idéia de influências conjunturais e principalmente da participação anterior de Gerhard no Conselho Deliberativo do CNPq, daí a expressão “tinha chegado mais quieto”, permitindo a idéia de uma revanche em relação ao setor de planejamento, quando havia a intenção de diminuir o grau de intervenção do planejamento, mas não de acabar com ele. Análise autocrítica: “vamos olhar para dentro da casa!”. Destaque para a afinidade de Gerhard com Goldemberg: relação de aluno- professor.

[...] **O Goldemberg e o Gerhard eram muito, muito imbricados, até mesmo pela formação...** [...] Então, tinha esse cenário aí, quer dizer, as pessoas se conheciam entre si e viram o que aconteceu na administração Pavan, e eu digo, tudo da administração Pavan o que pegou, o que contribuiu bastante para a implosão do planejamento na administração do Gerhard foi o **comportamento do planejamento na administração do Pavan**, e como era visto por essas pessoas...O Adrian detonava todo mundo que vinha pela frente, era o estilo dele. Eu vi, eu escutei. Então, esse pessoal chegou no CNPq, pensando “**o planejamento é meio e não fim**”, planejamento nos auxilia, mas ele não é quem dita, então a gente baixa e põe os caras nos devidos lugares, né? Mas eu acho que não tinha nenhuma intenção de acabar o planejamento, detonar. Tinha essa conotação de dizer assim “oh, o planejamento não é quem manda no CNPq”, isso eu acho que tinha. E aí você vê... Por que as pessoas conheciam como estava acontecendo anteriormente.[...] E as pessoas já tinham vivido o CNPq em outros momentos, onde não era assim. Eu faço uma análise... Eu concordo com algumas coisas que as pessoas falam, mas eu faço uma análise assim, mais autocrítica mesmo.

⁸³ O entrevistado se refere a João Santana, secretário da Administração Federal no governo de Fernando Collor.

Vamos olhar para dentro da casa, para saber se debitar aí o problema. Não foram apenas as pessoas que chegaram, mas nós mesmos aqui contribuímos para isso acontecer. Entendeu? (CABEAR, 2007, grifos nossos).

A gestão de Gerhard foi marcada pela extinção de vários setores que davam sustentação às atividades de planejamento do CNPq. Inicialmente, em 1990, deu-se a extinção do Núcleo de Política em C&T (NPCT) e a realocação de seu quadro técnico na recriada Coordenação de Estudos (CET), vinculada à Superintendência de Planejamento (SUP) que, por sua vez, também foi extinta no início de 1991, incluindo o Centro de Informação em Políticas de C&T (CPO), a biblioteca especializada na área.

Na fala de CABMIGO, a referência ao reconhecimento que o Órgão tinha junto a comunidade científica permite o entendimento que isso se perdeu, restando a percepção do CNPq como banco, como fonte de recursos para determinada linha de acadêmicos. A fala faz emergir novamente o embate no campo relativo a concorrência acirrada entre CAPES, CNPq e FINEP por maior quantidade de recursos.

[...] É, foi um período crítico de regulamentação da Constituição, logo a seguir, a eleição do Collor e **o momento mais drástico do CNPq, talvez, no que se refere ao planejamento**, exatamente por conta da visibilidade alcançada anteriormente e até do conceito favorável que tinha imposto de certa forma, obtido em termos de reconhecimento junto a comunidade científica, junto aos segmentos. **A área de planejamento do CNPq foi tratada com especial requinte**, dentro da visão vitoriosa de Collor e companhia, no **Estado mínimo** até aquela percepção de um **CNPq na condição de um banco**, estruturado bem na linha mesmo de **fonte de recursos à disposição de determinada linha de acadêmicos**, enfim. **Nunca houve um acirramento tão forte, um confronto tão grande entre as funções da CAPES, as funções do CNPq e as funções da FINEP, vamos dizer assim, [antes] concebidas em complementaridade, especialmente a partir dessa época**, passaram a agir em concorrência enfraquecida, explícita, por mais recursos. Me pareceu muito crítico esse período [...] E você vê, **a desilusão na área de planejamento foi muito grande, por conta da pancada ter sido forte** e, de repente, **não existia mais a Coordenação de Estudos**. Ahm! Não, não existe mais. Como? Manda o pessoal para o MCT, para não sei onde... **A Biblioteca, manda para um depósito, o pessoal manda para o IBICT, no espaço coloca um Banco**, lá. Mais ou menos assim o nível em que se tratavam as estruturas. Isso já na era Collor, a partir da Constituição. Durante o processo de regulamentação da Constituição, a meu juízo, acirrou muito a concorrência entre as agências, enfim. Ao tempo que a área de financiamento do CNPq se enrobustecia e alcançava um grau de visibilidade forte, aí entrou a era Collor e veio arrebentando completamente. (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

A percepção de desilusão na área de planejamento emerge na fala em referência ao fim da Coordenação de Estudos; desvio de pessoal para o MCT; concorrência entre as agências de fomento, enfraquecidas pela escassez de recursos. O entrevistado utiliza palavras fortes como

“decapitado” e “doente” para caracterizar o processo de afastamento das pessoas. A narrativa do pedido de demissão do entrevistado coloca em evidência a hostilidade dos diretores na fala em alemão em meio a apresentação das propostas de planejamento.

[...] Fui para a Coordenação de Fomento, **fiquei cinco meses na coordenação, no sexto mês eu pedi o boné porque não tinha mais condições de conversar...** No extremo da situação, quando eu pedi o boné, numa reunião, eu acho que era o chefe de gabinete, ou o diretor administrativo, alguma coisa assim, mostrei na minha fala, discutindo aspectos operacionais do planejamento, relatório de gestão, manutenção das estatísticas, o mínimo, o que a lei determinava que era relatório de gestão, plano de noventa, que a gente tinha que fazer, em noventa e um, não sei se era noventa e um especificamente, e manter o nível de operacionalidade das estatísticas, das séries históricas, haveria um comprometimento, tinha padrões de comparação internacional, tinha um monte de coisa que... Não tivessem estudos, que não tivessem, mas ao menos a produção. **E ia por essa linha assim e, de repente, vira um dos diretores para o outro e começam a falar em alemão, falaram uns três minutos em alemão...** Então, **ficou claro para mim que não tinha condições de botar minha assinatura junto com a daqueles caras... Pedi demissão.** O diretor administrativo, era um arquétipo do burocrata... (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

A referência de CABRIN à concepção autoritária de planejamento da administração Gerhard, evidencia a preocupação de que a área de planejamento fosse vista pelo resto do Órgão como “Deuses no Olimpo planejando para os mortais executarem”. O técnico recupera a idéia da separação entre concepção e execução, princípio das práticas tayloristas, destacando sua responsabilidade em manter uma postura coerente pelo fato de ser da “carreira de C&T” e, portanto, comprometido com a instituição.

[...] Quando o Gerhard emplacou como presidente do CNPq, **[fui convidado] para ser diretor de planejamento e gestão.** Não aceitei de imediato. **Fui contra a manutenção de uma Diretoria de Planejamento.** Achei que não daria certo!!! Penso que planejamento é uma atividade que tem que permear todas as demais e não uma ação vertical de cima para baixo. Brincava com ele, “Deuses do Olimpo planejando para os mortais executarem”. Penso que assim não funciona - nem diretoria, nem superintendência, **mas uma assessoria da presidência para mobilizar todas as demais unidades.** Poderia ter status de diretoria, mas não de natureza vertical. Eles compraram esta idéia, mas não tinham noção do que estava se passando pela minha mente. Desde o começo se estabeleceu um conflito (risos) - **a idéia que tinham de planejamento: “determinem as coisas para os outros fazerem, e acabou!”** Não era essa a minha perspectiva Poderia ter aceitado atuar na condição de diretor, mas preferi ser nomeado assessor. Participava de todas as reuniões de diretoria. A APJ era parte da Diretoria. Eu era único funcionário da casa (da carreira de C&T) nas reuniões. (CABRIN, 2006, grifos nossos)

A postura da administração Gerhard à época é focada no tocante ao anúncio de recursos financeiros à comunidade científica que, na verdade, não existiam, fazendo emergir a idéia autoritária de planejamento e a falta de transparência em relação ao orçamento..

[...] [O Gerhard nunca teve afinidade] com o planejamento, não acreditou nem um pouco (acho que ainda não acredita). **Ele queria planejamento para instituir o que ele queria fazer de cima para baixo. E aí os conflitos começaram.** Não foi só dele, é uma postura adotada por quase todos os dirigentes do setor público. Também **não aceitei a falta de transparência.** No planejamento **eu sabia qual era a disposição orçamentária e suas limitações.** Sabia das dificuldades, mas **os diretores e a presidência diziam que havia disponibilidades orçamentárias maiores. Só anunciavam milhões de dólares** para isso, para aquilo. Claro que esta atitude me incomodava muito. Foram dizer isso no Conselho Deliberativo: **“temos muito dinheiro para fomento, e os conselheiros e, é claro, a maior parte da comunidade, acreditava!”** Então, um dia **não agüentei a pressão. Muito chato! Eu sabia o que estava acontecendo e como único funcionário na diretoria que tinha compromisso com os colegas e com o futuro da instituição.** Os demais não! **Iriam embora ao final dos seus mandatos, e eu ficaria (risos).** Eles podiam ir embora, mas eu iria depois escutar: “você sustentou mentiras!”. Participei de várias reuniões com o Goldemberg e com Gerhard, e disse: “vamos colocar isso direito? Vamos mobilizar a comunidade para ver se melhoramos nosso orçamento, que não era nada de espetacular, mas... Essa era a prática do CNPq, de dizer que tudo vai bem. **Melhor dizer que não, mas mobilizar a comunidade para obter o que se precisava, não é?** (CABRIN, 2007, grifos nossos)

A fala coloca em evidência a questão da transparência administrativa que foi um dos grandes problemas da gestão Gerhard.

O entrevistado comenta a estratégia usada pelo presidente Gerhard de anunciar recursos inexistentes à comunidade científica. Tratava-se de uma situação em que a diretoria se utilizava de um discurso de autoridade sem poder para garantir o que afirmava. Tal situação levou a um dos mais graves embates ocorridos na história do CNPq envolvendo técnicos, diretoria do Órgão e comunidade científica. Esse episódio ficou conhecido como o “cheque sem fundos dos Comitês Assessores”.

O julgamento dos Comitês Assessores de maio de 1991 – o CA-05/91

Durante o governo Collor, o CNPq teve sua imagem pública seriamente comprometida, em virtude do campo de C&T ter sido profundamente prejudicado, devido aos constantes contingenciamentos orçamentários. O auge do processo de desvalorização da instituição ocorreu no ano de 1991 por ocasião do julgamento dos Comitês Assessores no mês de maio (CA- 05/91). Nessa ocasião, os Comitês Assessores julgaram cerca de 3.700 projetos

de auxílio à pesquisa, embora o Órgão não dispusesse desses recursos para pagá-los e, em meio a uma greve geral que mobilizou os servidores e parte dos próprios membros dos CAs, na qualidade de professores da universidade federais. O CNPq contraiu uma dívida de 81,5 milhões de dólares para com os pesquisadores, por terem sido assinadas as cartas de concessão sem respaldo orçamentário. Como consequência desse acontecimento, o Conselho Deliberativo do Órgão, um ano depois, suspenderia o julgamento de cerca de 2.500 projetos de pesquisa que chegaram ao CNPq, por falta de recursos. Somente os recursos relativos às bolsas no País e no exterior foram poupados por serem caracterizados como “despesa de pessoal”.

Diante do quadro, o fomento às atividades de pesquisa do CNPq ficou reduzido à concessão de bolsas de estudos. A reversão dessa situação iniciou apenas em 1995, quando houve incremento de recursos destinados a auxílios à pesquisa. Evidencia-se nesse período uma grave reversão das conquistas obtidas pela Exposição de Motivos 007/87 e 004/88. Embora o sistema de bolsas tenha sido preservado, a desvalorização dos salários dos professores das universidades federais, que serviam de indexadores para as bolsas no País, praticamente anulava os ganhos até então obtidos. Somente a partir de 1993, os valores de bolsas foram gradualmente recuperados.

A narrativa de CABRIN sobre o “cheque sem fundos dos Comitês Assessores” é apresentada a seguir:

[Foi o cheque sem fundos dado aos Comitês Assessores, no julgamento de 1991]. **O CNPq ficou dois ou três anos sem financiar nada novo, só pagando contas atrasadas. [...]. Não foi de graça que eu pedi para sair, não é? E isso foi na semana da comemoração dos 40 anos do CNPq.** Saiu nos jornais... [...] Goldemberg ficou muito irritado comigo e determinou: “manda esse camarada embora. Demite”. Amigos do CD vieram conversar comigo. Carlos Morel pediu que eu maneirasse. Respondi que apenas queria registrada essa história. Uma jornalista pegou minha carta aberta aos colegas do CNPq⁸⁴ e a usou. Fui cedido para a UnB, acolhido pelo Ibãnez que era reitor. Minha liberação do CNPq foi algo muito esquisito - a mais rápida que eu já vi. Fui liberado para a UnB, para “fazer pesquisas”. Nada de projeto, onde, nada! Passei um ano no “exílio”, sem uma cartinha da Superintendência de Recursos Humanos do CNPq para cobrar um relatório. Depois de uns dois anos começaram a pedir informações. (CABRIN, 2006, grifos nossos)

⁸⁴ Ver a carta no Anexo C.

Os relatos referentes a ocupação do cargo de secretário de C&T pelo físico José Goldemberg, cuja atuação incidiu diretamente nas atividades do CNPq, evidenciam uma relação de política e ressentimento, cuja origem remonta à indicação de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque para a presidência do CNPq, em 1980.

Na análise das falas, apenas um dos entrevistados fez vinculação da atuação de Goldemberg no governo Collor com os acontecimentos já analisados no Cenário A, especificamente, no que respeita à indicação de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque à presidência do CNPq, em 1980. Essa constatação evidencia o desconhecimento da trajetória política da instituição e de seus representantes, uma vez que as disputas, as tramas e as articulações não aparecem nos registros oficiais da história contada pelos presidentes do Órgão. Nem os técnicos mais experientes do CNPq conheciam coletivamente esses detalhes importantes que, narrados a partir de perspectivas individuais e analisados numa perspectiva presente, permite-nos interpretar e compreender os acontecimentos do passado.

Na fala de CABEAR emerge a referência a uma reunião do secretário de C&T José Goldemberg e os técnicos do CNPq, cujas conseqüências nas representações dos técnicos foram desastrosas.

[...] [sobre o fim do planejamento na gestão Gerhard]... É, isso tem sido dito, porque **o grupo do planejamento se esfarelou**. E isso tem a ver talvez com o próprio **perfil do Gerhard e tem a ver com o perfil do Goldemberg, que era explosivo**. Tanto que, se fosse pelo Goldemberg, a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) não existia. Ele foi contra, ele foi contra inclusive publicamente numa **reunião que estava todo mundo da direção do CNPq presente**. Essa reunião aconteceu em **1990... Foi num hotel**, não sei se foi Aracoara ou se foi no Eron... Foi num desses hotéis. É onde, eu diria assim, onde talvez tenha sido a **primeira reunião da nova administração do CNPq com todo o seu corpo dirigente, inclusive a nível de coordenação com a participação do Ministro**. Eu me lembro que foi um, sábado, ou foi sexta e sábado, eu me lembro tanto disso que o **Goldemberg chegou na reunião na hora que eu estava falando**, apresentando exatamente a RNP e que **ele foi contundente** no jeito explosivo dele, contra. E aí eu me lembro até de um fato onde **o Gerhard pegou no meu braço e disse assim: “Não fale nada! Deixe ele falar o que ele quiser! A gente vai em frente! Não crie nenhum problema aqui, não relute nada o que ele está dizendo, fique quieto!” E eu deixei**. Ele falou e a gente escutou tudo o que ele disse, e lamentavelmente ele tem uma visão, neste caso em particular, posso afirmar, muito atrasada. Até porque ele era físico, e esse negócio surgiu da rede acadêmica e surgiu muito com a participação dos físicos que eram os principais usuários da Rede, e ele não estava atualizado nisso. É tanto que muitos dos desenvolvimentos da Rede nasceram nos laboratórios dos físicos do mundo inteiro, inclusive do CERNE na Suíça onde muitas ferramentas nasceram ali. A Web, por exemplo, nasceu lá de um camarada, que depois mudou, mas estava lá e o Goldemberg não sabia disso. Então, ele falou outras coisas em relação as outras áreas, mas **todo mundo ficou ‘chocadíssimo’**. No meu caso em

particular, porque ele entrou na hora que eu estava falando, ele interview, e foi **detonando...**(CABEAR, 2007, grifos nossos)

A fala de CABRIN faz referência à relação de poder e submissão entre o secretário de C&T e o presidente do CNPq e ao seu pedido de demissão⁸⁵, comentando o desconforto e a impossibilidade de articular qualquer relacionamento profissional com os dois gestores. O vínculo entre Goldemberg e Gerhard era antes de tudo acadêmico e envolvia outras afinidades que fugiam à compreensão de CABRIN naquele momento.

[...]Mas a coisa deteriorou mesmo com o Goldemberg. Lembro de uma **reunião com os técnicos da Casa e o Goldemberg. Aquilo foi um desastre... . A soberba do Goldemberg e a submissão do Gerhard. Submisso, por um lado, porque foi orientando do Goldemberg e por outro, pela disciplina alemã do Gerhard.** Um mandava o outro fazia sem discussão. **Eu, espremido nessa briga, não dava certo.** Foi por isso que tirei meu chapeuzinho e pedi demissão. Boa parte da inteligência da casa foi embora. Ficou muito pouca gente e as pessoas que ficaram e ainda estão lá, estão no operacional, não querem nem saber de planejar, e também não estão com a auto-estima lá em cima. (CABRIN, 2006, grifos nossos)

CABLUM por sua vez, identifica a existência de um “mecanismo de defesa” quando se refere ao então secretário José Goldemberg.

[...] Eu acho que em relação ao **Goldemberg a gente tem algo que se chama de mecanismo de defesa**, não é? Não tem? ...O que eu me lembro muito, mas especificamente da época Goldemberg foi **uma famosa reunião de técnicos que ele fez num hotel** aí... Eu já nem me lembro... Em que hotel foi!?... Eu também não lembro do nome do hotel! ...Eu lembro até a data... **foi no dia 14 de julho!** Eu lembro porque era 14 de julho e que chovia aqui em Brasília. Coisa totalmente atípica chover em julho, em Brasília. A gente chegou no hotel e vimos assim uma cena, sabe, surrealista!
... **Eu acho que eu deletei um pouco da memória...** Não sei! O Gerhard, eu conheci na época da CAPES... Ele ia muito à CAPES na época que eu trabalhava lá... **O Gerhard era uma pessoa interessante! Ele era muito competente, cuidava muito da cooperação com a Alemanha...** Sabe? Mas aí não sei... **As pessoas mudam** muito com a época, mudam ao assumirem algum cargo, não é? **O poder... alguma coisa.** E aí foi uma administração meio complicada aqui, meio desgastante! Muito difícil! (CABLUM, 2007, grifos nossos)

O presidente do CNPq é reconhecido como pessoa competente, mas seu desempenho aparece comprometido, na fala de CABLUM, pelo exercício do poder.

⁸⁵ Cópia da carta no Anexo C.

O técnico CABMRO refere-se à frustração de Goldemberg por não ter sido presidente do CNPq: “ficou aquele ranço”, “uma mágoa”:

[...] **O que o Goldemberg me repetiu algumas vezes é que ele tinha sido convidado [para ser presidente do CNPq, em 1980], mas ele não podia assumir... Mas para mim, sempre ficou aquela impressão de que ele era um grande frustrado... por não ter sido presidente do CNPq... Inclusive, quando ele assumiu o MCT ele chegou a comentar que ele não teria sido presidente do CNPq porque ele não quis... E ficou aquele ranço... Uma mágoa!...** E houve aquela história... Depois que o Goldemberg foi ministro/secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, havia essa indisposição, essa mágoa, porque uma vez sendo ministro, ele nunca mais poderia ser presidente... do CNPq!...Porque isso na comunidade científica é extremamente desagradável, quer dizer, você foi reitor, você não pode ser mais nada na universidade! Porque não dá para você deixar de ser reitor e depois voltar chefe de departamento. **E muito menos, você ser ministro da Ciência e Tecnologia e um dia ser presidente do CNPq... Se subordinar!** Essas coisas de comunidade científica! (CABMRO, 2007, grifos nossos)

Na percepção de CABLNC, as lembranças são desagradáveis. Para o Goldemberg, “funcionário do CNPq não precisava pensar”, “não precisava ler”, apenas pagar o pesquisador. O técnico refere-se ao fim do CPCT e ao fechamento da biblioteca especializada em política de C&T do CNPq, o CPO, permitindo a leitura do sentimento de perda.

[...] **A reunião que o Ivan Rocha “promoveu” num hotel**, para tratar sobre questões relacionadas com o CNPq e que o Goldemberg apareceu, eu lembro, eu estava lá. Eu tenho um documento do Ivan Rocha que foi... Olha, o que aconteceu naquela época? **O Goldemberg chegou muito “rempli de soi mème”**. Ele era o “cara” importante que vinha substituindo... [aqueles] que ele achava que tinham vulgarizado a área da ciência, ou sei lá, o que passava pele cabeça dele. **Ele veio com uma pressão muito forte em cima do CNPq**, achando que estava um órgão inchado, e que queria diminuir, que queria eliminar funcionários. O que aconteceu foi que o Ivan fez um documento tipo um documento crítico, como nós fazíamos, nós fazíamos documentos críticos sobre a gente mesmo, sobre o funcionamento... e **quando o Goldemberg chegou, ele simplesmente arrasou, ele foi assim, imperial**. E a reação das pessoas não foi de brigar com ele, foi de espanto, ficou todo mundo tão espantado com aquilo... **Ele entrou, falou, ficou todo mundo parado, ele saiu e ficou todo mundo calado, sem reação**. Foram coisas muito desagradáveis que eu me lembro de ter vivido... **ele humilhando pessoas que faziam perguntas**. Até hoje eu vejo que ele está assumindo uma postura que eu concordo politicamente, em relação às usinas nucleares, mas eu não consigo engolir o Goldemberg até hoje, porque eu o vi num papel terrível, eu o vi num papel terrível... a ponto de **eu ter ouvido ele falar que o funcionário do CNPq não precisava pensar**. Você já deve ter ouvido isso de outras pessoas, ele não precisava pensar, **precisava só pagar o pesquisador**. Então foi um período... medieval, uma coisa que a gente sentiu que retroagiu muito... Para mim, o pior... **foi quando a Biblioteca do CNPq foi parar na garagem porque o Goldemberg falou que técnico não precisava ler**, aí eu falei: “olha, eu acho que eu cheguei no meu limite” e **eu resolvi sair**... foi uma coisa meio desesperadora, foi um período bem... foi o chamado desmantelamento, não é?... (CABLNC, 2007, grifos nossos).

A fala de CBLOR refere-se à conscientização da diretoria do CNPq de que os recursos prometidos para o julgamento do Comitê Assessor não existiam, confirmando a fala de CABRIN. O julgamento foi feito à revelia dos técnicos do CNPq que tinham contatos no Ministério do Planejamento e estes os alertavam sobre a inexistência dos recursos. A passagem de Goldemberg pela Secretaria de C&T foi marcada pela censura na divulgação dos montantes concedidos em Auxílios e respectivos beneficiários, evidenciando o clientelismo na aplicação dos recursos do CNPq, à época. “Existe um buraco na série histórica do CNPq até hoje”. A censura à informação é apontada com indignação, durante o governo democrático.

[a reunião foi num hotel... foi uma reunião enorme com os técnicos]. Ele deu umas patadas. **A rigor parece que a filosofia dele dizia que ninguém ali tinha que pensar, todo mundo tinha que trabalhar. O CNPq tinha que ser como uma agência do Bradesco, sabe?** Pagar, não sei o que... até a estatística que a gente sempre teve pública, virou segredo de Estado. A própria área de estatística não tinha acesso à informática. O... **Superintendente de Informática tinha um tipo de estatística que ele dizia: “eu tenho ordens para não passar para vocês esses dados”. Eram números... já tinha acabado a ditadura e a gente tinha a informação fechada...**

Informação fechada, que não podia divulgar, por quê? Porque o Goldemberg diz que tinha isso, tinha aquilo... de projeto aprovado e qualquer número... **tanto é que você pode ir até hoje no CNPq que você vai ver lá que tem um buraco em Auxílio de dois anos. Eu não sei se é zero ou se de fato tem alguma informação, mas que até hoje ninguém sabe por que aconteceu isso.**

... Se você olhar na série histórica... **Você vai ver que em Auxílio tem um asterisco que a Silvana põe até hoje lá porque ninguém sabe quanto o CNPq deu de Auxílio nesse período.** Isso é fruto dessas decisões. Não sei se acabaram não pagando, ou pagaram uma parte depois, mas ficou **uma época escura** que... inclusive bolsa. A área só foi ter acesso a estatística de bolsa uns dois anos depois. Foi um período muito triste para o CNPq essa gestão Goldemberg e Gerhard.

[...] [Foi aquela fase daquele julgamento]...da greve sei lá, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). É, exatamente... [os coordenadores do CNPq tiraram os processos do prédio da 511 N]... e mentiram, não é? de público, que tinham o orçamento aprovado e depois ficou provado que não tinha. **Eu tinha informação de técnicos que trabalharam comigo no Ministério de Planejamento, e eu ligava: “olha, eu estou aqui em uma reunião...”, ainda não era nem celular na época, tinha que ir para um telefone lá da ENAP, e a pessoa dizia: “olha, você não vai me envolver nisso, mas não tem nada do governo aqui. Nada. Não chegou nem no Planejamento. Não tem nada aprovado, não existe isso. Isso é uma mentira”.** Aí os coordenadores dos CAs fizeram um ato político, alguns se rebelaram e outros que tinham voz, que eram a voz oficial (CBLOR, 2006, grifos nossos).

A fala do entrevistado também faz referência aos cargos de confiança, os coordenadores das áreas técnicas, que endossaram o discurso do presidente do CNPq, mesmo sendo alertados da inexistência de recursos, viabilizando a retirada dos processos do edifício do CNPq e garantindo a realização do julgamento sem a presença dos técnicos que estavam em greve.

[Os coordenadores do CNPq também apoiaram a direção]... Os coordenadores de área, alguns garantiram, fizeram aquele apoio político, detonaram com os funcionários e não sei o que. Alguns eram solidários, mas perderam. Eram os de sempre. Os majoritários, alguns pegaram até cargo depois. [...] Sempre tem alguém que ganha um premiozinho depois para abanar a cabeça ...e aquele dinheiro nunca apareceu, acho que ficou em suspense, empatando os editais... três, quatro anos, não é? Foi uma dívida... Foi um negócio maluco aquilo. **E tem um buraco na estatística do CNPq até hoje de auxílios, desse período aí.** E os números mesmo, só saíram depois, porque ficaram... Você não tinha relatório. Tinha um Anuário Estatístico que... A gente pela primeira vez conseguiu fazer um relatório onde a gente divulgava os projetos, o nome da pessoa, o valor, já estava impresso quando esse pessoal chegou e aí tiveram que botar uma errata, uma notinha que não estava incluído aquele dinheiro, que nunca existiu, de não sei quantos milhões de dólares, não sei o que. E periga você achar um documento desse até hoje, dizendo que o relatório estava sendo divulgado, mas não tinha aquele valor, um número que nunca existiu.

Existem umas brochuras que saiam desse auxílio, essa é a prova, é uma prova concreta disso, que foi um blefe. Como... infelizmente algumas coisas dessas costumam acontecer até hoje, não é? Coisas que contrariam a realidade. Não é uma palavra, não é uma coisa que se ache, mas é uma coisa que se pode constatar depois, quando a pessoa vai embora, que aquilo era uma mentira, era uma farsa.

O que seria interessante é se você tivesse alguém dessa época que não fosse se esconder e desse entrevista e então pegar o discurso daquela época e o que de fato ficou registrado e confrontar... Bom porque se disseram que isso acontecia... Mas essas pessoas não vão querer falar, lógico, vão se esconder. (CBLOR, 2006, grifos nossos).

Ainda é CBLOR que comenta o avanço do “Centrão” como “fundo do fundo” do CNPq. O entrevistado destaca o contraste da administração no governo Sarney, em que houve uma queda para direita (o Centrão ganha espaço); o avanço do Centrão no governo Collor e, de modo confuso, a “virada” de Itamar.

[...] Então, esse período é interessante mostrar o **contraste da administração dentro do próprio Sarney**, que você teve duas posturas. Acho que isso reflete, eu penso no lance maior, né? Porque na época, eu saí corrido do INCRA também e lá a história foi mais dura, por causa do Centrão⁸⁶, que era a reforma agrária... Até o meu professor morreu num avião, que com certeza foram os latifundiários que torpedearam, aquele que estava o Marcos Freire. Foi essa época que eu saí de lá, quando esse pessoal mudou, que eu saí com a turma do Miguel (...), que era o presidente do INCRA, não é? O Dante de Oliveira era o ministro, e **eu saí quando esse pessoal saiu.** Então foi... uma **queda para a direita no final do governo Sarney**, onde esse pessoal do Centrão ganhou o cenário e depois, no governo Collor, esse pessoal se refestelou. Então, aí foi o fundo do fundo. E depois você vê o perfil... Interessante é que **dentro do governo Collor, provavelmente muitos gestores eram praticamente os mesmos...** Pelo menos no nível de... Pegar essa nuance, onde é que mudou essa coisa. Foi uma loucura, a mudança... **A biruta virou aí**, não foi no governo Fernando Henrique que virou a biruta... **Virou no Itamar**, no governo Itamar. E com certeza você pode olhar, você olha as estatísticas, as estatísticas dão uma pista do que mudou, a temperatura, não é? [...]E aí no começo do Fernando Henrique praticamente o valor das bolsas, em termos reais, não é corrigido por causa do plano real, mas a quantidade de bolsas também não cresce num tostão, nada, é praticamente estável e o que tem de positivo no final é o Fundo Setorial. (CBLOR, 2006, grifos nossos)

⁸⁶Centrão - Centro Democrático, formado em agosto de 1987 por parlamentares integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, identificados com teses conservadoras.

Um acontecimento que surge como saldo positivo nas falas dos técnicos relativas ao período em análise, é a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Um “programinha pequenino” fez uma revolução: institucionalidade no ensino e na pesquisa. O técnico CABMG narra o processo de instituição do PIBIC e a defesa da participação da universidade nos projetos, para preservar a autonomia das instituições. Destaca, ainda, o sucesso do programa depois de implementado e do seu papel institucional que ele relaciona à reforma universitária. O técnico expressa certa surpresa do “mínimo” ter sido tomado como algo “excepcional”.

[...] Ah, o PIBIC tem um história, não é?... Foi no comecinho de 90, eu estava lá no planejamento com o Binho e então, o Jorge Guimarães [então diretor] me chamou e disse que queria que eu ajudasse a organizar as bolsas de iniciação científica. Então eu elaborei um “textozinho” nessa tentativa. Eu li algumas coisas e **então defini um pouco o PIBIC que chamava Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. A idéia básica que a gente tinha era de ser um programa ligado à instituição.** Mas eu peguei assim, com muito gosto, porque **eu acreditava na universidade e tal, e achava que os programas de pesquisa, os projetos ligados à iniciação científica teriam que ter uma participação institucional, sabe?** Não deveriam ficar só no pesquisador, porque estava ferindo a autonomia das universidades. Havia uma corrente, aliás, que existe até hoje, de pesquisadores das áreas, que não querem saber da intromissão das reitorias, das pró-reitorias. Mas eu tenho uma ligação muito forte com as universidades e então **defendi mais o lado da universidade porque, na iniciação científica nós estamos trabalhando com os alunos de graduação, portanto, ligados aos cursos. Podem estar ligados a alguns projetos de pesquisa, mas nós temos que fazer um link disso com os cursos e as instituições, então tem que ser uma coisa institucional.** Quem deve gerenciar isso não são os pesquisadores, nem o CNPq, **tem que ser a instituição e, aí tinha que ser um programa, uma proposta apresentada pela instituição que vai desenvolver a iniciação científica nas áreas ligadas à pesquisa e que teriam que ter a seleção, teriam que ter critério para poder selecionar os bolsistas e tal.** Teria que haver uma avaliação anual dos bolsistas, se possível, um congresso ou uma reunião com os bolsistas para apresentarem seus trabalhos. Então, isso fazia parte desse “textozinho”, sabe? E... Aí eu passei para ele e ele **me chamou para ser o coordenador.** Eu falei assim: “eu vou pensar” E depois eu pensei, pensei, pensei... conversei com o Binho e falei assim: **“olha, eu aceito se for para ser um programa institucional e aí nós vamos juntar todas as bolsas no programa (risos), as que têm hoje, entende? Porque eu não quero pegar um programa institucional e ficar com outros programas separados.** Aí ele foi lá no outro diretor, não sei quem era, por causa das bolsas...e eu sei que eles não se acertaram. **Mas, depois, mais tarde, ele conseguiu implementar o programa que é hoje um programa excepcional, não é?** e não só no CNPq, na área pública, mas nas instituições particulares. Realmente, o que está conseguindo mudar um pouco essas instituições aí...é a iniciação científica, entende? Porque os estudantes que entram no programa passam a cobrar dos professores um preparo melhor para ser pesquisador, mesmo que não seja pesquisador para produzir conhecimento em questão, tem que ser pesquisador para pesquisar o que tem de conhecimento (risos). Então, eu acho que a iniciação científica está fazendo o que a reforma universitária quis fazer, não é? que é o que a Constituição determinou fazer, que é institucionalidade no ensino e pesquisa. Então, um programinha pequenino fez uma revolução, está fazendo, não é? (CABMG, 2006, grifos nossos)

5.3 PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DO GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1995)

Itamar Augusto Cautiero Franco, vice-presidente eleito com Fernando Collor de Mello, assumiu a Presidência da República em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992, com a renúncia de Collor. Seu governo ficou marcado pelo plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil, em abril de 1993, no qual o Presidencialismo recebeu cerca de 55% dos votos e a República 66%.

A equipe econômica do governo Itamar reviu as estratégias e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Collor, produzindo uma nova versão para o período 1994-1995, que foi enviada ao Congresso Nacional em 1993 sem chegar a ser votada. O governo enfrentou grande dificuldade no combate à inflação até que Fernando Henrique Cardoso, nomeado para o cargo de ministro da Fazenda, anunciou ao final de 1993, um plano de estabilização econômica, o Plano Real, obtendo resultados positivos. Como consequência do controle inflacionário ocorreu também uma valorização da nova moeda nacional frente ao dólar, o que favoreceu o aumento do consumo e impulsionou a atividade econômica no final de 1994, abrindo caminho para a candidatura e eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1995, com o apoio de Itamar Franco.

Segundo a percepção dos sujeitos de nossa pesquisa, no campo da C&T o governo do presidente Itamar Franco foi caracterizado pela quebra do autoritarismo do governo Collor e pela recuperação do valor das bolsas.

[...] Olha, para te dizer a verdade os bastidores dessa época eu não tenho o que falar, porque eu estava como técnico já nessa época e não sentava nas mesas como eu sentava antes, não conhecia os bastidores. Mas o que vejo do geral era **a quebra do autoritarismo, que era bravo na época do Collor**. E acho que não foi só na ciência e tecnologia, se a gente for ver algumas outras coisas, né? **Criaram a caricatura do Itamar**, que ele não sabia... **Não decidia, não sei o que, mas essas coisas foram decididas**. Por quem? Eu não sei detalhes lá da área de ciência e tecnologia, mas que mudou, mudou e alguém decidiu alguma coisa... **Decidiu, porque se está vendo lá que a quantidade de bolsas subiu, o valor de bolsas foi recuperado...** (CBLOR, 2006, grifos nossos)

A fala de CBLOR questiona a caricatura de Itamar como alguém que não decidia, que não sabia, destacando mudanças ocorridas no período.

5.3.1 **Gestão Marcos Luiz dos Mares Guia – presidente do CNPq no período 1991-1993**



Foto 21 - Mares Guia

A gestão de Mares Guia inicia no final do governo Collor (pouco antes do impeachment) num momento de incertezas políticas e grave crise econômica. Formado em bioquímica, obteve o doutorado nos Estados Unidos em 1964 e, mais tarde, atuando como pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais criou a empresa Biobras (1968).

Nas entrevistas, constatamos grande número de referências a dois acontecimentos que caracterizaram fortemente o embate entre os técnicos e Mares Guia, durante sua gestão no CNPq.

Esses relatos foram considerados como representativos da gestão e apresentam grande importância na memória dos entrevistados, pois, expressam o autoritarismo e o descomprometimento do gestor na condução da instituição.

O primeiro acontecimento é referente a censura ao Informe Estatístico do CNPq⁸⁷ e trata da repercussão atingida por um trabalho técnico sobre dados do fomento, divulgado na comunidade científica. O segundo ficou conhecido entre os técnicos como “Onde está Wally?” e refere-se à denúncia, através de charges e metáforas publicadas no jornal da Associação dos Servidores do CNPq (ASCON), de utilização de recursos públicos para custeio de viagens pessoais do gestor da instituição.

As falas dos técnicos, a seguir analisadas, evidenciam o caráter de subversão da ordem instituída através da imprensa. Nesses casos relatados trata-se de perceber a escrita em suas duas dimensões: o poder da escrita e o poder sobre a escrita. No caso do Informe Estatístico do CNPq trata-se do poder sobre a escrita, uma escrita oficial, portanto, uma escrita vigiada, sujeita a controles e censuras. Esse controle é questionado no âmbito de um cenário de

⁸⁷ CNPq- Informe Estatístico nº 4 (2) , abril, 1993. Anexo

governos civis, apresentados como democráticos gerando uma prática subversiva aos interesses da administração do Órgão, ou seja, a publicação de dados comprometedores da gestão instituída.

Segundo o relato do técnico CABMG, o Informe comprometia a gestão de Mares Guia. O entrevistado remete à análise dos dados estatísticos do orçamento do CNPq no período de 1980 a 1992, sob sua coordenação, com o alerta de “à beira do colapso”. A ausência do presidente do CNPq, Mares Guia, a reprimenda (sabão) e a tentativa de censura do Informe (ordem de recolhimento) são os destaques para essa fala.

[...] Antes de eu ir embora [do CNPq], estava no **fim da época do Collor** e o presidente do CNPq era o... **Mares Guia**. Como ele era mineiro, eu já o conhecia lá da universidade, aquele negócio de biotecnologia... da **Biobrás**... Aí, no início ele sempre me consultava e tal, mas depois ele foi se afastando entende? Não aparecia mais no CNPq... Nossa, foi uma época difícil, sabe? Foi uma época logo depois do impeachment. Mas primeiro eu também não sabia das histórias, que ele tinha uma filha doente, lá nos Estados Unidos... E ele andava muito ausente, viajando muito. E **eu respondia pela COE, Coordenação de Estatística** e o Itiro era superintendente de planejamento. E nós produzíamos pela COE, periodicamente, um boletim do orçamento, da situação do orçamento, sabe? Antes, era produzido o boletim de uma maneira bem seca, bem estatística só e quando eu fui para lá, **eu comecei a escrever, a comentar, não é? Fazer a análise dos dados do boletim. Um boletim estatístico do orçamento das bolsas e tudo... Eu fiz um boletim estatístico com análise.** O orçamento estava lá em baixo. Houve queda do Auxílio, no orçamento, estava muito ruim mesmo, muito ruim. E **nós fazíamos o boletim e soltávamos na casa, e para outros órgãos...** E aconteceu que o Mares Guia voltou de viagem e deparou com o boletim que tinha saído e mandou me chamar lá no gabinete dele - estavam o chefe de gabinete dele, o Hélio Barros, secretário de Ciência e Tecnologia, o diretor de administração do CNPq, que eu não lembro quem...no total eram umas cinco pessoas lá. E ele me chamou e **me deu um sabão, sabe?** Que não tolerava aquilo e **“recolhe esse boletim”**. Eu disse: “Prof. Mares Guia, é impossível recolher isso, já foi distribuído. Eu estou estranhando professor, o senhor lembra lá da UFMG, lá da **época da ditadura, o senhor lá no departamento defendeu com o pessoal as liberdades...** Agora o senhor não quer que divulgue isso aqui? **Isso aqui é coisa técnica, e nós nunca pedimos autorização para divulgar** isso aqui, não. Aliás, **eu passei aqui um bom pedaço da ditadura e nunca passamos por uma censura, eu estou estranhando!!!”**(CABMG, 2006, grifos nossos)

Na fala de CABMG observamos a ameaça ao técnico, decorrente da repercussão do Informe divulgado “se fosse na minha empresa, você já estava na rua” representando a reação autoritária do gestor, que paralelamente também administrava uma empresa privada. Interessante perceber a relação entre a possível posição em sua empresa e a atitude no serviço público, imersa em pressões institucionais e de grupos sociais. Destaque para a ausência de censura técnica no Órgão na época dos governos militares e a postura do presidente Mares

Guia em “recolher” uma publicação técnica, num governo democrático. A repercussão causada pelo Informe levou Itamar Franco a chamá-los ao Palácio do Planalto.

[...] Aí depois não foi recolhido, não, sabe? E é verdade, **nós sempre divulgamos tudo e jamais houve censura**. O pessoal não gostava, não gostava, mas nunca teve censura. Aí ele falou então... “não vou recolher”, mas ele ficou tão nervoso, bateu a mão na mesa e disse: **“se fosse na minha empresa já estava na rua”**. E eu disse: “ué, doutor, professor, por isso não, pode me por na rua (risos), acho que o senhor tem que fazer isso, pode por na rua, então, estou aguardando. E me despedi das pessoas e fui embora. Não pedi demissão, nem do cargo. Fiquei esperando. Aí no dia seguinte o pessoal da casa entra em greve (risos)... Aí a coisa entorna de vez, sabe? (risos). Eu fiquei numa situação muito chata. **Ele não me mandava embora, e eu também sabia que ele não ia me mandar embora, não é? Daí eu fui lá e pedi demissão do cargo. Aí o Itiro pediu também. (risos)**... Aí veio a greve e o pessoal na greve colocou esse caso, entende? Entrou no rolo da greve e foi uma confusão. Aí já era o Itamar... O caso foi parar lá no Ministério, entende? **Apesar do Ministro Israel Vargas ser muito ligado ao Mares Guia, a coisa ficou tão forte, que o Itamar chamou a gente lá no palácio... para explicar se era verdade que ele não aparecia lá no CNPq**. Eu falei: “é só pegar as passagens, ele não aparece mesmo, era uma omissão total” Aí, passado alguns dias trocou o presidente... foi o Lindolpho... Ele ficou 2 anos, colocando panos quentes né?... Mas aí depois, eu encontrei com ele [o Mares Guia], sabe? Lá no Congresso... Daí eu encontrei com ele, cumprimentei “o senhor não guarda mágoa de mim não, né?” Daí ele falou: “ Não, olha rapaz, eu conheço você, eu gosto de gente assim, que fala”(risos). Aí eu disse: “ então, ótimo, se o senhor não guarda mágoa de mim, então está bem”. Passado um pouco ele faleceu. Ele perdeu a filha e tal... (CABMG, 2006, grifos nossos).

Contrastando com o relato anterior, outro técnico, cuja fala se apresenta na seqüência, tece elogios à administração de Mares Guia por trabalhar ao lado dos técnicos do fomento, mas reconhece as dificuldades e as complicações decorrentes da falta de base local do administrador, ou seja, não ter fixado residência em Brasília e ter mantido a gestão de sua empresa. Observamos o contraste das percepções até certo ponto antagônicas, a censura a dados técnicos e a participação na equipe técnica do fomento nas discussões sobre diretrizes para a instituição.

[...]Eu vou dizer uma coisa para você... **Uma administração que para mim foi excelente... foi a do Mares Guia**... Aí foi aquela experiência de planejamento estratégico... que foi muito interessante! Sabe!? Muito interessante! **E eu não tinha visto ainda um planejamento estratégico com a participação tão intensa da cúpula de um órgão juntamente com o corpo técnico, até onde foi possível fazer!** ...planejamento estratégico, a gente trabalhando lado a lado com o Mares Guia. Ele vinha, falava alguma coisa, outro vinha falava outra... Foi uma experiência muito gratificante! **Assim, de discutir os rumos do CNPq, sabe, assim, tranquilamente. Aí depois a coisa se complicou um pouco**... Acho que é algo que sempre complica no CNPq e acho que em todos os órgãos de Brasília... **Algumas pessoas que assumem, mas não trazem a base, assumem, mas continuam com a base lá. Essa coisa de vir e voltar e em alguns casos de ficar, sabe!?** Então, foi uma experiência interessantíssima de planejamento nessa época do Mares Guia. **Uma pessoa, olha!**

que eu só tenho a elogiar!...Ele faleceu um pouco depois... (CABLUM, 2007, grifos nossos).

No caso do Informe, trata-se de uma escrita que esclarece uma comunidade científica (restrita) o desempenho do órgão na qualidade de responsável pela aplicação dos recursos investidos pelo Estado em C&T, que na perspectiva do técnico remete ao poder da escrita. Embora tais informações interessem diretamente àqueles pertencentes ao campo, tornam visível a responsabilidade do gestor do Órgão, por meio de um instrumento de divulgação oficial, um território demarcado, apropriado pelo técnico por meio da escrita.



Figura 2 – Charge:
Onde está Wally?

O técnico CABMIGO narra o episódio “Onde está Wally?”⁸⁸, remetendo-nos ao poder da escrita, envolvendo denúncias e críticas relacionadas ao abuso no uso de dinheiro público que levaram à queda do presidente do CNPq, Mares Guia.

[...] o que levou o diretor Lindolpho ao cargo de presidente do CNPq, foi a queda do Mares Guia, quando noventa e três por cento dos servidores votaram em um plebiscito chamado pela ASCON. [...] O plebiscito foi conferido por uma sugestão de assembléia, nesse plebiscito noventa e três por cento disse não à gestão do professor Mares Guia. E nós fizemos reverberar esse plebiscito, até que o terceiro jornal da ASCON, num período de trinta dias, quando ele saiu na capa do jornal, na Charge do Wally, onde está Wally? A gente aproveitou o desenho do Wally e botamos o Wally em todos os lugares do mundo e a mesa do presidente do CNPq vazia. Ele virou objeto de chacota dentro do Congresso, foi um momento de muito sucesso, mesmo do ponto de vista de inserção dos servidores. E o presidente caiu, a direção caiu... [...] A crítica que a gente fez ao Mares Guia foi muito forte, especialmente quando, depois de expor as precárias condições administrativas, condições institucionais que haviam degradado gravemente, foi explorado o que a gente compreendeu na época que foi um abuso no uso dos recursos públicos. Os locais para onde ele viajou na gestão dele não foram visitados por nenhum presidente antes. As rotas dele não guardavam nenhuma relação com nenhum outro presidente anterior e nenhum depois dele. Por exemplo, Miami não é uma cidade com referência científica e tecnológica e cem por cento das viagens dele passaram por Miami, onde por acaso ele estava abrindo uma empresa, uma filial da empresa dele, onde por acaso a filha dele estava se tratando, eu não tenho nada contra a filha dele estar se tratando no hospital etc. e tal, mas... (CABMIGO, 2006, grifos nossos).

Wally é a figura desengonçada do personagem que viaja pelos “quatro cantos do mundo” e a partir dessa imagem é proposto o passatempo de “encontrar Wally” num grande emaranhado de desenhos relacionados às mais diversas situações. O entrevistado faz referência à charge publicada no Jornal da ASCON⁸⁹, na qual a figura de Wally, viajando pelo mundo, é usada numa alusão ao então presidente do CNPq, Mares Guia, com sua mesa de

⁸⁸ Referência ao trabalho de Martin Handford “Onde está Wally?”

⁸⁹ Jornal da ASCON, nº 28, abril de 1993.

trabalho vazia⁹⁰ ao lado do detalhamento dos gastos com passagens e diárias nacionais e internacionais. Evidencia-se aqui a força representacional do humor a partir de seu valor de expressão dos sujeitos com vistas a desmascarar o personalismo e a ausência de compromisso do gestor no uso indevido dos recursos da instituição.

Por meio de um personagem popular, abriam-se expectativas de transgressão, onde por trás da imagem cômica desenhavam-se acontecimentos reais, figuravam pessoas vivas, e residia uma grande experiência da resistência dos servidores, cuja tarefa essencial “consistia em destruir o quadro oficial da época e dos seus acontecimentos, em lançar um olhar novo sobre ele, em iluminar a tragédia ou a comédia da época do ponto de vista do coro popular rindo na praça pública”.⁹¹

O humor, aqui expresso como uma forma de escárnio no jogo político constituiu um esforço para tornar transparente, em lampejos rápidos, um momento considerado caótico, pelos sujeitos da pesquisa. A repercussão do Jornal da ASCON foi grande, chegando às mãos do Presidente da República, Itamar Franco e, juntamente com o episódio do Informe Estatístico, provocou a exoneração do presidente do CNPq.

5.3.2 Gestão Lindolpho de Carvalho Dias – presidente do CNPq no período de junho de 1993 a janeiro de 1995



Foto 22 - Lindolpho C. Dias

Lindolpho de Carvalho Dias é formado em engenharia civil, tendo adquirido experiência em política de C&T nos Estados Unidos. Foi pesquisador no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), onde atuou como diretor, por mais de vinte anos. Sua carreira sempre esteve vinculada a cargos diretivos no CNPq, tendo sido vice-presidente em duas oportunidades: a primeira na

⁹⁰ Charge apresentada no Anexo D.

⁹¹ BAKHTIN, 1999, p.386, grifos do autor. Ver também: SALIBA, Elias T. Raízes do Riso. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

gestão de Maurício Matos Peixoto no período 1979-1980 e a segunda, na gestão de Mares Guia, quando assumiu a presidência do Órgão em função de sua exoneração.

A revanche pela destituição da administração de Mares Guia veio com força levando a ASCON ao desmantelamento. Esta é a percepção de CABMIGO, referindo-se à ascensão de Lindolpho de Carvalho Dias à presidência do CNPq como “pior que a encomenda”.

[...] É, eu soube de que teria havido aí uma enorme **articulação**, vamos dizer, da qual eu me sentia com dificuldades de me aproximar... Na minha condição de representante de uma instituição [ASCON] que queria manter uma autonomia em relação ao que estava acontecendo. Infelizmente, dada as **articulações palacianas** ou não, o que surgiu, **o que resultou foi pior** do que a encomenda foi muito pior do que qualquer possibilidade que houvesse... Porque **ao mesmo tempo em que a direção caiu, foi guindado à nova direção o vice, que era o homem de confiança daqui, e sob a égide de ser servidor**. Quer dizer, alguém que era absolutamente criticado e rejeitado pelo resultado porque ele era o vice-presidente, mas tão rejeitado quanto a direção do CNPq, e não só o Mares Guia. Era a direção que estava sendo rejeitada, então você derruba a direção, mas bota o vice, inclusive pelo argumento de que ele é servidor já que é um pleito dos servidores, não é?(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

A percepção da luta pela manutenção da ASCON, “acabada” em função do corte arbitrário da administração dos convênios, emana da fala de CABMIGO:

[...] E o vice já entra referendando a medida que na véspera da posse, o Mares Guia tinha tomado, e **foi o fim da ASCON**. Ele [Lindolpho] cortou os convênios arbitrariamente, sem justificativa, enfim, aproveitando-se de uma ação, desencravada de dentro da instituição por [cita nomes de responsáveis pela área jurídica e de recursos humanos do CNPq, à época]. Foram lá e pegaram um **acórdão do TCU de três anos atrás**, já duas vezes justificado, já absolutamente referendado, toda a documentação, tudo isso, jogaram a documentação fora, das próprias respostas do CNPq, dizendo, olha aqui o TCU dizendo que não pode mais, de três anos, dois anos e meio atrás, temos que institucionalizar isso hoje, está cortado agora, **cortado os convênios da ASCON**. A gente tinha um giro financeiro programado em cima disso, tínhamos quarenta e tantos funcionários, qual o resultado disso? Falência, evidente. Eu não fali, chamei a assembléia, expus a situação, a série de questões paralelas, de denúncias, etc., na seqüência, a gente aumentou a contribuição durante seis meses, passamos a pagar dobrado pela associação, houve três ou quatro por cento de saída... Chegaram a tentar fazer um movimento de saída da associação, só que foi ridículo, a saída foi muito baixa. E **mantivemos a associação**, repassamos para a gestão seguinte, que obviamente não foi feita dentro do mesmo grupo, depois de uma porrada dessas. No que se refere a ASCON, **foi um desastre** a minha passagem pela ASCON, institucionalmente, porque a ASCON nunca mais voltou a ser a mesma depois disso. Seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista político, ela **jamais resgatou patamares parecidos e nem resgatará provavelmente**. Então, do ponto de vista institucional da Associação, eu considero desastrosa a passagem. Já institucionalmente para o CNPq ela foi [...]a contra partida de arrebentar com ASCON, foi retomar a condição mínima de planejamento institucional, pelo menos o planejamento formal que se estabeleceu a seguir, com o planejamento estratégico situacional que veio, vamos dizer, a ser iniciado no finalzinho da gestão do professor Lindolpho. Isso em noventa e cinco. (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

As análises das falas dos técnicos referentes ao tema Planejamento e Gestão da C&T no CNPq nos evidenciam uma instituição entregue aos personalismos dos gestores que atuaram no Cenário histórico analisado (1985-1995), ora subjugando, ora subjugados ao jogo político do campo. Os diferentes perfis tornam-se ainda mais problemáticos se considerarmos a inexistência de diretrizes governamentais para o CNPq e o campo da C&T, principalmente após 1990, quando toda a estrutura de planejamento do Órgão foi desmontada durante o governo Collor.

Diante dessas evidências, o retraimento do planejamento nas administrações democráticas assume grande importância colocando em relevo o papel dos técnicos no Cenário B da pesquisa, em sua relação com o saber-poder. Nessa perspectiva, passamos a analisar as falas dos sujeitos referentes ao subtema Tecnocracia.

5.4 SUBTEMAS CENÁRIO B:

5.4.1 SUBTEMA B1: TECNOCRACIA

O tema da tecnocracia no Cenário dos governos civis nos permite apreender como os técnicos codificam as regras do funcionamento do campo e produzem o corpus de saberes e de saber fazer indispensáveis para sua acomodação. Trata-se da racionalização da competência, que o universo da política exige que os profissionais possuam no estado prático, com vistas a aumentar a eficácia de suas práticas, colocando ao seu serviço técnicas racionais, como a informática, a estatística, etc., ao mesmo tempo em que tende a legitimá-la, dando-lhe a aparência da cientificidade...(BOURDIEU, 1989, p. 171).

A fala de CBLOR, apresentada em fragmentos, evidencia a relação do técnico que produz um algoritmo e um gestor que toma decisões. A estatística é assumida como um instrumento que produz informação “exata” para balizar as tomadas de decisão do gestor, que devem ser políticas, isto é, devem estabelecer prioridades, apontar metas, direções, onde o papel do técnico é produzir esse material instrumentalizador das decisões. O entrevistado ressalta a necessidade de haver uma política explícita de fomento entre as agências CAPES e

CNPq de maneira a racionalizar os recursos públicos. É a idéia do conhecimento técnico-científico servindo de base para as decisões políticas.

[...] Se você for lá fazer uma entrevista com algum dirigente, vai dizer que eu queria impor um algoritmo para distribuir bolsas, quando na verdade o algoritmo identifica quais são as variáveis que estão determinando hoje, porque um programa ganha mais ou menos bolsa. Agora, se esses pesos devem continuar ou ser modificados, aí é o papel do gestor. Só que o gestor tem que botar o dedo, ele tem que definir que uma área, por exemplo, do Amazonas tem que ter um adicional, que o modelo está dando um adicional; que São Paulo porque tem a FAPESP tem um redutor; que um conceito sete ganha muito mais bolsa que um curso três; que uma área de biológicas ou exatas tem muito mais prioridade do que uma de humanas dentro do CNPq, que em curso 3 e 4 quem tem bolsa é a CAPES, e isso só as estatísticas que mostram. Aí eu pergunto: você quer continuar assim? Sim, não... A idéia é política. Claro faz política. Você vai dizer não, de fato o CNPq não tem prioridade para a área de Artes e isso você lê nos números; agora ninguém quer explicitar. A minha proposta é que isso seja discutido entre as duas agências, para maximizar o dinheiro público que, a rigor, é um bilhão e cacetada que está em jogo todo ano. E isso não quer dizer que eu estou propondo que um técnico vá definir isso ou aquilo... (CBLOR, 2006, grifos nossos)

CBLOR elabora uma crítica à falta de informação e a pouca discussão relacionada ao número e distribuição de bolsas. O entrevistado aponta as funções do técnico e ressalta que o CNPq tenta maximizar o dinheiro público para os programas, que têm bom retorno de acordo com a missão da agência, mas usa o exemplo do “açougue” para criticar a falta de informação do Órgão. A fala evidencia a racionalização e a otimização dos recursos públicos e a elaboração de modelos para obtenção de indicadores que fundamentem políticas – o planejamento. A fala do técnico fundamenta-se em argumentos estatísticos.

[...] O que eu, enquanto técnico, faço? Eu junto às informações das duas agências três, quatro, cinco bancos de dados, mostro coisas, por exemplo, que nunca nenhuma agência examinou, que é coisa elementar, né? Aquele “balance score card”, que a gente discutiu no CNPq, do planejamento estratégico, que estava caminhando bem e morreu? Claro, o CNPq não visa lucro, é um órgão de governo, mas ele visa minimizar o prejuízo, ou seja, maximizar o uso do dinheiro público para aqueles programas que estão tendo um bom retorno de acordo com a missão da agência. Então você diz: “olha, o modelo é esse, juntando tudo o que tem nas áreas para um primeiro indicador, “número de bolsas de alunos que titularam”. **Como é que você tem um açougue que você não sabe o quanto vendeu de carne e de refugo de osso e gordura, e vai fazer estudo de indicadores, por exemplo, sobre o consumo de carne no mundo? Não tem sentido, você não sabe nem quanto é o teu faturamento! Então o CNPq não sabe... Não sabia, pelo menos hoje a gente sabe, mas ninguém usa,** quantos programas, qual a porcentagem de aluno que titula. Então tem áreas, por exemplo, que titulam fantasticamente bem, áreas como um todo. Olha, eu dou o exemplo de Agrárias: 90% dos bolsistas tem uma dissertação ou tese; em outras áreas é 65%. Quer dizer, não se discute o porquê, para reorientar. Isso em qualquer indústria (que acha uma diferença dessa), vai ser discutido. Porque que naquela linha de fabricação a taxa de erro é um para cada cem produtos e naquela outra é trinta? Isso é uma coisa que está chamando atenção. Pode até ser lógico e

dizer: “aquela de trinta é por isso, por isso, por isso e tem uma justificativa”, mas não se discute isso e hoje são milhões em dinheiro. (CBLOR, 2006, grifos nossos).

O técnico destaca o mau uso dos indicadores para subsidiar tomadas de decisão. A metáfora do açougue é uma referência à necessidade de estudo dos dados estatísticos disponíveis quanto à produção em C&T, a partir dos recursos aplicados pelas agências de fomento no Brasil com vistas a realização de um acompanhamento conseqüente, comprometido com a reorientação de resultados. A intenção é criticar a subutilização do Diretório de Pesquisas do CNPq, uma fonte riquíssima de informações que não são aplicadas no acompanhamento e avaliação da área de C&T.

A estatística, enquanto ficção permite a elaboração de representações com vistas ao ordenamento de relações que permitem o planejamento econômico e social. O sujeito assume em sua fala a idéia de um campo de produção e reprodução cultural voltado para a administração social da liberdade do indivíduo, onde as estatísticas são vistas como uma técnica que diminui o temor ao poder irrestrito e contribui para a liberdade ao manter uma regra de lei impessoal, para aplicar princípios democráticos de equidade e justiça. A estatística é uma inscrição que comporta diferentes discursos, num plano único. No plano simbólico, as estatísticas integrantes de um relatório conseguem estabelecer uma racionalidade científica para exprimir expectativas e aspirações dos cidadãos, daí ser considerada atualmente, como uma das mais importantes ferramentas dos governos democráticos (POPKEWITZ, 2001).

O papel do técnico emerge na fala do entrevistado como responsável pela elaboração de instrumentais para subsidiar as decisões dos governantes, ou seja, subsidiando o poder político de decidir e executar. Rechaça o carimbo de tecnocracia que desqualifica o técnico como “estratégia de quem está do outro lado”, referindo-se ao uso pejorativo do termo tecnocrata para desqualificar o argumento técnico que aponta objetivamente as falhas do sistema, o mal uso dos recursos e, principalmente a concentração de apoio em grupos privilegiados. Nessa perspectiva, os que utilizam o argumento da existência de uma tecnocracia no CNPq são aqueles grupos de beneficiários que não querem abrir mão de seus privilégios, em detrimento das regras estipuladas para todos. O entrevistado utiliza metáforas para exemplificar o papel do conhecimento técnico perante as decisões políticas. A ausência de conhecimento é que levaria a uma burocracia.

O papel do técnico é esse... **Dar os instrumentais para a decisão...** Agora, quem vai decidir... Eu **nunca vi nenhum técnico decidindo...** Claro, você vê propondo, “eu acho que o Norte e o Nordeste têm um pessoal menos qualificado, você tem que ter uma proporção maior”. Agora, nunca ninguém falou: “não, discordo que tenha sido X”, ele diz que tem que ser mais, quando e quem vai calibrar é o dirigente, porque a responsabilidade é dele. Você pode até contrapor os argumentos, por isso, por aquilo, porque não deve ser, mas não nesse nível que o pessoal fala. É uma caricatura isso, né? Eu acho que é uma **falta de respeito até com a verdade**, porque a verdade está aí para todo mundo ver, não é uma questão de opinião, eu gosto de azul porque não gosto de vermelho, entendeu? **Não é uma coisa subjetiva.** (CBLOR, 2006, grifos nossos)

Segundo a percepção de CABEAR, o CNPq não tinha um corpo de tecnocratas, mas pessoas bem formadas, com viés conservador. O entrevistado refuta os comentários sobre a formação tecnocrata do CNPq e destaca o período de Lynaldo quando da elaboração das Ações Programadas em C&T como muito rico. Sua fala sugere que a criação do MCT contribuiu para a perda do que foi construído, uma vez que o ministério não conseguiu manter o padrão das atividades desenvolvidas pelo CNPq.

[O perfil da formação desse técnico da Superintendência, nessa época] era **muito diversificado**, não é? Eu acho que tem muito a ver com as pessoas mesmo. Todas eram oriundas... Da Física... Da Engenharia... Geociências. Agora, tinha um viés assim, as **pessoas muito bem formadas**, bem intencionadas, aliás, o quadro do CNPq era muito bom, mas tinha assim um viés muito... Tradicional, conservador. É... Exatamente. Isso era significativo.

[Quanto aos comentários de que o CNPq teve em determinado momento um corpo de tecnocratas] Eu não acho, quer dizer... **Eu refuto isso aí**, entendeu? Eu digo o seguinte: **nesse período que eu vivi, houve uma queda do que se chamava tecnocrata, entendeu?** Até em direção mais a burocrata, quer dizer... Você fazer atividades que você não pensa, que é simplesmente um processo... De rotina, cuja **vivência intelectual é baixa**. Na época, principalmente, e aí, eu tenho que falar da época que eu vivi no período Lynaldo, entendeu? Em que se discutia aqueles planos de desenvolvimento que tinham sido elaborados no governo militar... Mas enfim, você... Lembra que tinha aqueles livrinhos por área? Aquele período eu acho que ele foi muito rico e o CNPq perdeu aquilo, não sei se em função de espaço, quando foi criado o MCT, **ficou aquele vazio**: “quem é que faz isso?”, ninguém segurou essa peteca. (CABEAR, 2007, grifos nossos)

Ainda segundo CABEAR, a extinção do NPCT significou perda da capacidade de reflexão como caminho na direção da burocracia. O entrevistado refere-se ao Núcleo de Política de C&T que foi transferido para o Ministério adjetivando-o como “embrião”, no sentido de pensamento de novos rumos, do acompanhamento, do que estava acontecendo em

C&T. O destaque vai para a necessidade de um grupo “pensante” para subsidiar a reflexão e as decisões.

[...] Dali, o que foi **uma perda enorme para o CNPq** foi o Roberto Santos ter **acabado** com o **Núcleo de Política**, entendeu? Então, aquela turma do Cassiolato, essa turma sabe? Tinha que ter essa turma pensante, né? O povo dizia que ficavam sonhando com os anjos... Não! Tinha que ter essa turma, e que ela trabalhasse mais agregada com os outros profissionais... **Aquilo ali era um embrião, tinha que ser visto como sendo o pensamento de novos rumos, do acompanhamento, do que estava acontecendo em C&T** nos centros de tecnologias no mundo, no Brasil. Aquilo sumiu. Aquele Núcleo de Estudos ali sumiu e para mim aquilo **foi uma perda enorme e a tendência de que você perde a capacidade de reflexão e caminha na direção da burocracia**, não é? Do papel, das coisas meramente burocráticas. Eu acho que isso aí foi acompanhado da perda de gente, de algumas pessoas que tinham essa visão de fazer o seu dia-a-dia, mas conseguiam formular, ou pelo menos articular. (CABEAR, 2007, grifos nossos)

CABEAR comenta a ausência de poder dos técnicos nas tomadas de decisões sobre os projetos; falta de capacidade de argumentação. Frustração com as funções que os técnicos exercem atualmente devido à falta de capacidade para o embate. Coloca uma visão contrária à da tecnocrática, visto que, atualmente, o técnico não tem capacidade para decidir.

[...] Eu acho que o CNPq tinha uma função muito importante que era articular a massa pensante, mesmo que as pessoas não estivessem ali dentro, mas de articular essa capacidade de pensamento.
[Quanto ao técnico do CNPq ter tido algum tipo de poder] Olha, eu acho... Eu não acredito nisso não. Entendeu? Quer dizer, você tem poder, tem, mas eu acho assim, que da forma como é contada, não acontecia... Eu acho até, que se você me perguntar, o quê que deveria ter? Eu acho que deveria ter e que nunca teve, a verdade é essa. Entendeu? Quer dizer, você tinha o poder da diretoria, isso tinha, mas dos técnicos..., e aí a gente coloca no nível das coordenações, não acho que teve não. Embora, eu gostaria que tivesse. No sentido assim... Na capacidade de decisão... O que a gente sentia falta, lá mesmo na coordenação que eu trabalhava? Eu, inclusive, vivi momentos diferentes, em que o corpo técnico da coordenação não tinha capacidade de argumentação na decisão dos projetos, quanto ao mérito. E não precisa ser especialista da área, mas precisa ter a capacidade, entende? Quer dizer, você sabe, quer dizer, mesmo não sendo da área você sabe quando a proposta é boa ou não. Isso eu acho que o CNPq foi perdendo. Eu acho que hoje deve estar pior ainda, não é? Mas, por isso, é que eu digo que ele não tinha poder, não tinha poder, porque não tinha essa capacidade. E eu me lembro de um caso específico, que eu que vivi uns dois anos, em que eu levei uma pessoa lá para a coordenação, que foi trabalhar com o Comitê de Computação. Como era uma pessoa muito bem formada, ela pegava o Comitê pela frente, entendeu? Ou seja, ela entrava na discussão do mérito com o Comitê, da coisa ficar brava, assim, o Comitê tinha que suar na defesa das coisas, nos embates que ela fazia. E cuidava, quer dizer, todo mundo cuidava bem, cada um de um lado, era uma coisa pelo bem comum. Então, isso aí é que eu gostaria que o CNPq tivesse no seu corpo técnico, essa capacidade do embate. E não de ficar ouvindo e transcrevendo os pareceres dos Comitês. Então, por isso é que eu digo que não tinha poder. (CABEAR, 2007, grifos nossos).

A fala faz emergir o desejo de que os técnicos devessem ser melhor aproveitados na capacidade de discussão e de deliberação dos recursos do fomento. Destaca a visão “do todo”, referindo-se ao papel do técnico em conhecer detalhadamente a área do conhecimento com a qual trabalha, visando a orientação quanto ao melhor emprego dos recursos, em parceria com a comunidade científica que possui uma visão da bancada do dia-a-dia do pesquisador.

[...] Olha, eu diria o seguinte, é claro que a maioria do que o Comitê decide ele decide bem, mas há momentos significativos, em que a capacidade da discussão, e aí você teria que **ter capacidade interna para discutir**, era muito interessante, e na maioria das vezes os Comitês não acham isso, é tanto que os Comitês requerem o quê: “o que eu decido seja aprovado”, inclusive pelo presidente, **não querem nem receber uma objeção no nível da diretoria**, isso era dito explicitamente para todos os Comitês, mas isso é uma cegueira, entendeu? Porque na verdade o que você deveria ter era uma conjunção, um trabalho conjunto, porque as junções são diferentes. Quer dizer, quem está no CNPq **tem uma visão diferente da importância**, do julgamento das repercussões de determinados apoios que, quem está na bancada no dia-a-dia da pesquisa não tem. Se não tem não é porque ele não tenha mérito, quer dizer que a pessoa tem a sua capacidade e deve trazer o que ele enxerga da sua bancada para a discussão. **Agora, o outro lado é que deveria ter também uma capacidade para trazer a visão do todo**. Então, isso eu sentia muito das discussões que tinham com os comitês, essa falta de a gente ser mais poderoso nesse sentido, quer dizer, da **capacidade de discussão de deliberação das coisas que estavam ali na pauta**, ali, rolando, os projetos, enfim, das propostas para a decisão, argumentação, porque seria benéfico para todo mundo. Por isso é que eu digo que **o técnico do CNPq não tinha poder**. (CABEAR, 2007, grifos nossos)

A desvalorização e o abandono das equipes técnicas do CNPq que estariam “jogadas às traças” devido a ausência de política de capacitação de recursos humanos, é evidenciada na fala, que reafirma a não-existência de tecnocratas no período analisado.

[...] Enfim, qualquer que fosse a formação, o treinamento, isso é uma coisa que no CNPq deixou muito a desejar, muuuuuuito mesmo, se eu tinha algo, alguma coisa para dizer para o CNPq, talvez até hoje, não sei se melhorou até mais recentemente, mas uma política de capacitação de seu pessoal. Isso não existiu, quer dizer, **quem aprendeu, aprendeu fazendo**, não é? Foi o meu caso, eu aprendi muita coisa, mas também poderia não ter aprendido nada, quer dizer, não existia uma política de capacitação dentro do CNPq na formação dos seus quadros. **Então você era jogado lá dentro e se vire, faça!** Então você deixava, como se dizia, **os técnicos jogados às traças**. Sua formação, sua melhoria, sua capacitação essas coisas, cada um que se vire e não deveria ser assim. Então por isso é que eu digo assim, **quando dizem que tinha tecnocratas... Eu não acho que isso é verdade, não**. Eu não, sabe? Se colocar o preto no branco acho que isso nunca houve... (CABEAR, 2007, grifos nossos).

SHBPL, por sua vez, defende um planejamento participativo e o trabalho em equipe, como o realizado no Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e no CPCT. A fala aponta a complexidade do termo tecnocrata, a princípio, compreendido no sentido jocoso, e contrário a atuação do sujeito.

[...]Olha, eu não sei o que você quer dizer por tecnocrata, se é no sentido jocoso ou não... deixa eu dizer a minha posição: eu acompanhei no IPEA e cresci no IPEA com a idéia de planejamento. O IPEA conseguiu montar um planejamento em várias unidades da federação que não tinham, vários municípios inclusive, pelo próprio CNPq, a gente teve várias reuniões com o CNPq e a gente tentou, pelo menos transmitir uma visão de planejamento para os órgãos federais, inclusive. E muitos de nós saímos do IPEA e fomos trabalhar em outro lugar. Agora é aquela história, há certos extremos, eu não me coloco em extremo nenhum. Eu sou aquele que acredita em planejamento, mas o planejamento que eu acredito é um planejamento participativo, não adianta chegar e ditar regras porque isso não funciona, e o que eu fiz no CPCT. Tudo que a gente fez lá dentro era sempre discutido em reunião com todo mundo. E a coisa funcionou dessa forma. Aí, a avaliação cabe a cada um se funcionou bem ou se funcionou mal, eu não vou entrar nesse mérito. Eu acho que o mérito que a gente teve lá foi ter trabalhado em equipe e a gente conseguiu botar a equipe trabalhando. E muita gente que trabalhou lá naquela época, digamos uns oitenta por cento, hoje são francamente favoráveis ao que se fez. E a gente quando encontra lembra e lembra com saudade daquela época, porque **não encontra mais um ambiente de trabalho, um ambiente de idéias que tinha naquela época. Mudou muito** (CBLP, 2007, grifos nossos).

O entrevistado levanta a perspectiva do planejamento participativo em contraposição ao planejamento de “cima para baixo”, relacionado aos governos autoritários da ditadura militar e aos tecnocratas da época, sugerindo a existência na atualidade de grupos remanescentes. Mas o que chama a atenção é a idéia de planejamento participativo, como sendo realizado em equipe, feito “lá dentro”, o que nos leva a questionar a equipe, a representatividade dos integrantes da equipe.

A idéia de participação aí colocada é a de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, ao mesmo campo. Como chamar de participativo um planejamento governamental que teoricamente deveria atender à sociedade como um todo, realizado por um grupo, por uma elite? É importante considerarmos que essa participação reivindicada como marca do planejamento democrático, nada mais é do que uma ampliação da representatividade dos grupos em luta dentro dos respectivos campos. Portanto, a atividade de planejamento, sempre

terá o viés ideológico dos grupos responsáveis pelo estabelecimento das prioridades, dos recursos e das metas a serem alcançadas.

Ainda CBPL em sua fala refere-se a “essa sua” perspectiva de tecnocracia como se o entendimento da entrevistadora tivesse sido mencionado.

[...] Bom, a coisa dos tecnocratas, isso, teve muita gente que se excedeu, porque na época eram governos autoritários, quando o IPEA começou em 1976, quando eu fui para lá, eram governos militares. E era aquela coisa da imposição, então, muitos saíram imbuídos com essa idéia de que o planejamento tem que ser colocado de cima pra baixo, muitos saíram assim, eu reconheço, nunca foi minha posição. Mas teve gente que seguiu essa linha e está aí até hoje... **Eu diria que essa sua perspectiva tecnocrática**, em minha opinião, ela vai passar como pequena, pelo menos do pessoal com o qual eu convivi no IPEA... (CBPL, 2007, grifos nossos).

Essa passagem nos permite perceber a atuação da memória do sujeito como parte da produção da fala, isto é como a memória atua na produção do sentido, tratando-a como interdiscurso. Todos os sentidos, tudo o que já foi dito sobre tecnocracia, toda a historicidade da palavra surtiu efeito na fala do sujeito (ORLANDI, 2003), que intuiu o entendimento da entrevistadora sem que este tivesse sido revelado.

A negação de que Reis Velloso fosse um tecnocrata coloca em evidência a associação da tecnocracia com o sistema de planejamento indicado pelo Ministério do Planejamento, na época da ditadura. Menciona as normas de planejamento que vinham do ministério como “as que sobraram”, referindo-se ao desmonte da estrutura do Ministério de Planejamento e relata posicionamento contestador ao abrir informações de um governo que “era fechado”, para justificar sua atuação questionadora no campo. O entrevistado procura passar a percepção de que o técnico mantém sua postura política independentemente do governo a que está vinculado.

...[O Reis Velloso não era um **tecnocrata**] **não era, de forma nenhuma**. A coisa da tecnocracia era porque cada vez que se implantava um sistema de planejamento no Brasil, vinha indicado pelo Ministério do Planejamento. Todas as normas que a gente tem hoje e que funcionam no planejamento começaram lá. **As que têm hoje, não, as que sobraram**, tiveram origem lá. Então, **não era bem tecnocracia era aquela coisa que quem pedia o planejamento naquela época era o IPEA**. Então, os técnicos do IPEA eram chamados para participar de reuniões, para conduzir projetos, etc. Então ficou aquela mística: **o IPEA que entende, o IPEA que manda, o IPEA que dá as cartas** e eu vou te contar um fato que é muito interessante, para você saber a minha posição. Eu dentro do IPEA, trabalhava na área social do IPEA, desemprego,

distribuição de renda, desigualdade social, enfim. Então, teve uma época, no governo Geisel, que a gente conseguiu algumas informações que mostravam que a distribuição de renda no Brasil estava piorando muito. Eu dei uma entrevista para um jornalista na época, passando as informações para ele, e você não podia falar isso abertamente porque tinha problema, o governo era muito fechado, não deixava que as informações saíssem e eu combinei com o jornalista: você publica as informações, mas você não cita a fonte, e ele citou a fonte. Isso foi num final de semana, saiu num jornal no domingo. Quando foi na segunda-feira, o... Presidente do IPEA na época, me chamou cedo, dizendo que o Geisel queria me mandar embora, mas que tinha ficado alarmado com as informações. Tinha que tomar algumas providências com relação àquelas informações, tinha que melhorar aquele quadro, mas estava querendo me mandar embora porque eu não devia ter feito aquilo, devia ter comunicado primeiro as autoridades internas... E eu fiz aquilo um pouco de propósito mesmo, porque aquilo ia desaparecer e não ia dar em nada. Mas o presidente do IPEA, nessa época, foi muito digno, negociou e me manteve lá, sob a responsabilidade dele, ele disse: daqui para frente, você se [contenha], porque eu não vou ter condições de te segurar mais. Eu estou te contando isso, para dizer que a minha posição sempre foi a posição de contestar mesmo. Eu gostava de partilhar as informações com todo mundo, para que essas informações transitassem. E um pouco desse espírito foi que eu levei para o CPCT. (CBPL, 2007, grifos nossos)

Das falas dos técnicos referentes à existência de uma tecnocracia no CNPq, no período 1985-1995, todas foram recorrentes em negar o perfil estereotipado teoricamente. Nesse sentido, o tecnocrata é compreendido socialmente, como um tipo puro weberiano construído com base em perspectivas oriundas do superdimensionamento da importância da técnica na modernidade. Da racionalidade efetiva de maior produtividade, da aplicação de técnicas e instrumentos teórico-matemáticos para a obtenção de um recorte da realidade, o perfil do técnico do CNPq no geral passou muito longe e até em sentido contrário. A grande ressalva foi encontrada nas falas dos técnicos estatísticos apresentadas, que aplicam seus conhecimentos para a construção de indicadores, sem qualquer poder decisório sobre as questões colocadas em análise, mas como balizadores para tomadas de decisão dos gestores.

A máxima: decidir a partir de categorias técnico-científicas sem considerar a percepção humana e social parece não corresponder aos homens e mulheres de carne e osso entrevistados. Uma burocracia técnica, que desenvolveu um saber técnico específico e institucional, formalizada com base em determinadas perspectivas políticas, nos parece ser o perfil representado com maior intensidade.

5.4.2 SUBTEMA B2: CNPq E COMUNIDADE CIENTÍFICA

Considerando que as falas, objeto de análise deste subtema, já foram apresentadas no subtema planejamento e gestão, e tendo em vista o objetivo de procedermos a análise evitando a transcrição das mesmas, faremos referência às situações já mencionadas anteriormente, tomando apenas as passagens que caracterizam os embates ocorridos entre os técnicos do CNPq e a comunidade científica no período analisado.

Enquanto que no Cenário A, os embates se caracterizavam como decorrentes do fato de ser o CNPq lócus de coordenação do campo da C&T, a partir do deslocamento dessa competência para o MCT em 1985, o que evidenciamos é o CNPq configurado como um subcampo que apresenta, a partir das falas dos sujeitos, o avanço da representatividade da comunidade científica em suas instâncias decisórias, restringindo a atuação da instituição à operacionalização dos instrumentos de fomento.

Como visto no subtema Planejamento e Gestão, o primeiro presidente do CNPq no período da Nova República foi um político, Roberto Santos, que se manteve no cargo apenas por onze meses, período de espera para assumir o cobiçado Ministério da Saúde. Seu sucessor foi o professor Crodowaldo Pavan, cientista de renome, que restabeleceu o Conselho Deliberativo como instância máxima do CNPq, formado majoritariamente por pesquisadores consagrados, e promoveu a reformulação da estrutura interna do Órgão, instaurando diretorias relacionadas com as grandes áreas do conhecimento, extinguindo as antigas coordenações técnicas e redistribuindo seus quadros por outros setores.

A determinação de transformar o CNPq na “casa do cientista” se efetivou, tendo a gestão Pavan conseguido manter certa estabilidade diante das sucessivas transformações ocorridas no MCT, já comentadas, onde os ministros que se alternaram na pasta eram políticos. Nesse período, no CNPq, constatamos ainda uma profícua atividade de planejamento interno, voltada para políticas de formação de recursos humanos e fomento à pesquisa, proposta e executada por alguns grupos técnicos remanescentes dos deslocamentos promovidos nos anos anteriores. A relação estabelecida entre as equipes técnicas do CNPq e a comunidade científica assentada nos postos decisórios, era ainda mediada por certa competência técnica do Órgão e pela atuação política do então diretor de planejamento, no

sentido de fazer prevalecer minimamente alguns parâmetros para a atuação dos comitês assessores na aplicação dos recursos do CNPq⁹².

Tal cenário é drasticamente modificado no governo Collor, quando assumiu a SCT, o físico e pesquisador, José Goldemberg, nomeando para o CNPq outro físico, o cientista Gerhard Jacob. A gestão instalada no CNPq dissolveu a unidade de planejamento do Órgão, promovendo situações críticas que levaram ao rompimento dos técnicos com a comunidade científica por ocasião da reunião de julgamento dos comitês assessores relativa ao mês de maio de 1991(CA5-91). Pela primeira vez na história do CNPq ocorreu um julgamento sem que os recursos concedidos existissem, acarretando o endividamento do Órgão por muitos anos. Tal fato ocorreu em função de promessas realizadas pelo gestor e a diretoria da instituição sem a devida transparência.

Medidas autoritárias, proibição na divulgação de dados estatísticos referentes a aplicação de recursos do fomento, foram as marcas características da gestão Gerhard nas representações dos sujeitos. O desmanche promovido nos setores ligados ao planejamento e a desqualificação do quadro técnico do Órgão em reunião de avaliação das atividades técnicas, são relacionados e interpretados pelos técnicos como revanchismo do físico Goldemberg, por não ter sido indicado para o cargo de presidente do CNPq em 1980.

A discussão sobre a perspectiva tecnocrática das atividades é interpretada como estratégia discursiva dos grupos de pesquisadores que se beneficiam da concentração dos benefícios financeiros concedidos pelo Órgão, tendo em vista a desqualificação e o descredenciamento da atuação do técnico, através do rotulamento tecnocrático. As falas apontam para as reações contrárias de membros da comunidade científica, à implantação de instrumentos estatísticos e da metodologia de determinação de parâmetros para concessão de recursos do CNPq. Essa postura é decorrente do fato de que tais instrumentos técnicos desnudam a concentração de recursos em determinados grupos de pesquisadores, explicitando o clientelismo e o corporativismo existente entre os membros da comunidade.

A partir da gestão Gerhard, com o êxodo da competência técnica ainda restante na instituição, deixaram de existir as iniciativas de planejamento mínimo das atividades

⁹² Vide falas referentes à gestão de Gerhard Jacob

internas, permanecendo os critérios de concessão e aplicação de recursos do CNPq a cargo das instâncias decisórias instaladas e constituídas fundamentalmente por membros da comunidade científica.

As falas evidenciam a grande concentração de poder da comunidade científica, nas instâncias decisórias do CNPq, apontando para a existência de nichos de beneficiários dos recursos que combatem todo o tipo de instrumento de acompanhamento e avaliação desenvolvido pela equipe técnica da instituição.

Os técnicos em suas falas se colocam como mediadores na concessão dos recursos públicos, uma vez se perceberem no papel de produtores de conhecimento para a tomada de decisões por parte dos gestores, ressaltando que esse papel não é mais assumido em função da decisão política de esvaziamento técnico do Órgão, e da extinção da atividade de planejamento do fomento.

A partir de 1985 os embates se estabelecem no sentido de resguardar a legitimidade do CNPq enquanto Órgão público e a valorização da atividade do técnico, enquanto servidor do Estado.

5.4.3 SUBTEMA B3: PERFIL E STATUS DO TÉCNICO

O impacto do Regime Jurídico Único no contingente de servidores do CNPq

“O RJU transformou o CNPq em mera repartição pública e seus servidores em simples “barnabés”.⁹³

⁹³ Artigo elaborado por IIDA, Itiro. CNPq: A necessidade de inovação. Brasília: SUP/CNPq, mimeo, junho, 1992.

O Regime Jurídico Único (RJU) instituído pela Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990, estabeleceu o regime estatutário como forma de tratamento de direitos e deveres dos funcionários da administração direta, fundações e autarquias do governo federal, concedendo igualdade de direitos entre ativos e inativos e instituindo a isonomia de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes da União.

No CNPq, 2.483 funcionários foram enquadrados no novo regime, em outubro de 1992. Entre cedidos, inativos, requisitados e estagiários, o CNPq perdeu 337 funcionários, no período compreendido entre março de 1990 e outubro de 1992, tendo ocorrido as maiores perdas na categoria de funcionários de maior capacidade técnica, o que ocasionou grandes dificuldades na continuidade das atividades desempenhadas pelo Órgão. Dentre os servidores desligados (337) 43,32 % eram nível médio, 45,10% nível superior (gestores e tecnólogos) e 11,57 %, eram pesquisadores, de onde se constata que a perda mais significativa foi de funcionários de nível superior (56,68 %), resultando na redução de pessoal na carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em C&T e na carreira de Desenvolvimento Tecnológico e Pesquisa em C&T (Gráfico 1).

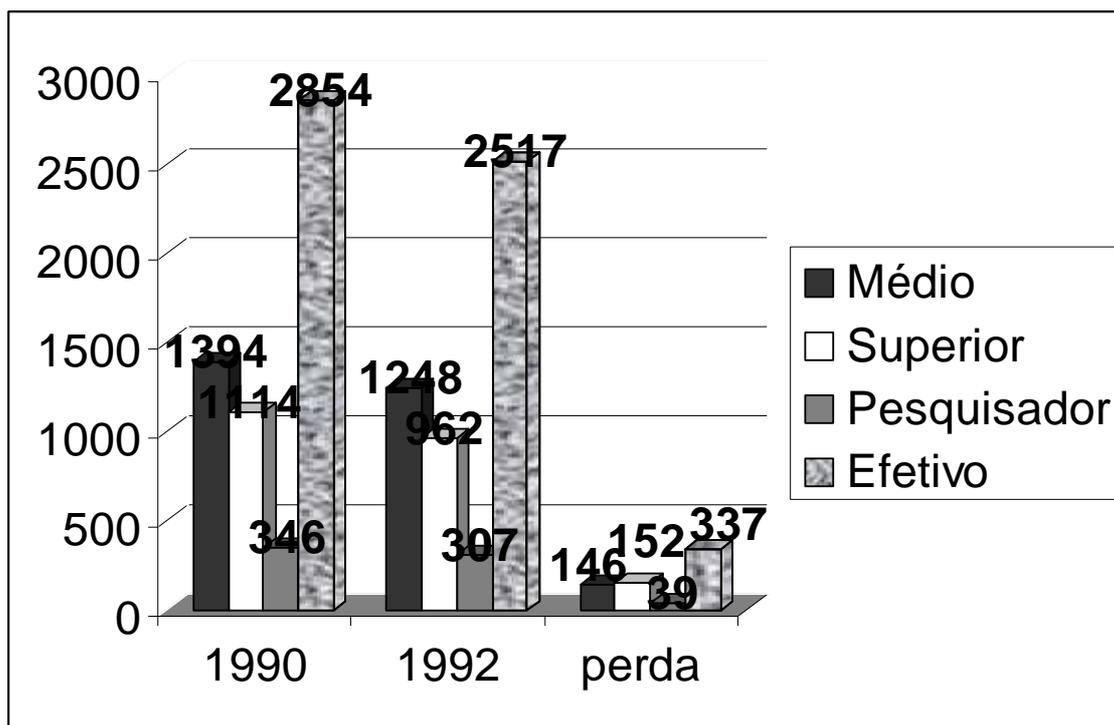


Gráfico 1 - Evolução da evasão dos servidores de nível médio, de nível superior e de pesquisadores do CNPq, no período 1990 e 1992.

Fonte: COEM/SRH/CNPq/MCT ⁹⁴

Percentuais de perdas:

Servidor de nível Médio: 10,4%

Servidor de nível Superior: 13,6%

Pesquisador: 1,3%

Servidor Efetivo: 11,8%

No mesmo período, a Superintendência de Recursos Humanos do CNPq registrou 129 servidores requisitados, 254 estagiários e 12 servidores cedidos para outras instituições, num total de 395 servidores não pertencentes ao efetivo de pessoal do Órgão. Somando-se esse total (395) com a perda de servidores efetivos (337), obtemos a perda total de 732 servidores, o equivalente a 22,53% da força de trabalho da instituição (incluídos os Institutos de Pesquisa) (Gráfico 2).

⁹⁴ Os dados emitidos pela COEM/SRH/CNPq, representados nos gráficos 1 e 2 também são comentados na dissertação de CHAMON, L. Reforma administrativa no governo Collor: a experiência do CNPq. Depto de Administração, UnB, 1997.

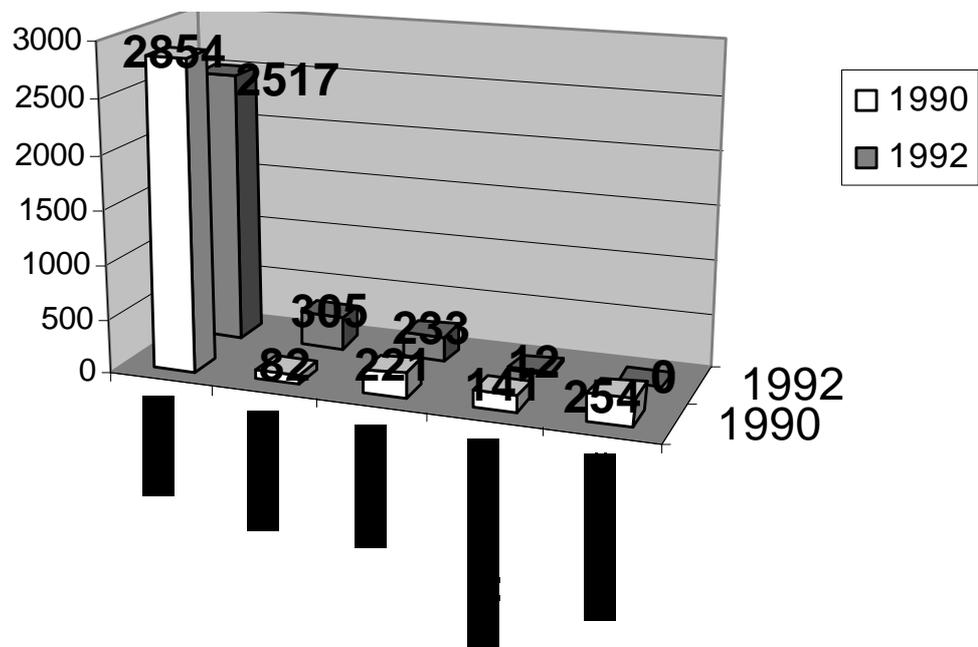


Gráfico 2 - Evolução da perda de pessoal no CNPq entre 1990 e 1992

Fonte: COEM/SRH/CNPq/MTC

Variações:

Ativos: - 11,8%

Inativos: + 271,9%

Requisitados: - 91,4%

A situação tornou-se ainda mais grave diante das opções pela aposentadoria, uma vez que o RJU proporcionava igualdade de direitos e de vantagens entre servidores ativos e aposentados. Devido aos baixos salários, muitos servidores fizeram concursos públicos para órgãos do Legislativo e do Judiciário, ocasionando grande evasão de pessoal. A crise se acentuou ainda mais com a Lei 8.028, artigo 28, item 4 de 12/04/1990, que colocou em disponibilidade 129 servidores, dos quais apenas 2 se demitiram, permanecendo os demais

afastados de suas atividades profissionais com a garantia de salário, por decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional a redução de vencimentos.

Acreditamos que a elaboração desse quadro, cujos efeitos resvalaram até recentemente, permita certa compreensão do contexto, que de maneiras diferenciadas e complementares, é reconstruído nas falas dos sujeitos da pesquisa, cujo teor passamos a contemplar.

A fala de CABTER traduz a percepção de que o Regime Jurídico Único (RJU) já encontrou o CNPq no fundo do poço. Ao contrário de outros entrevistados que atribuem ao Regime Jurídico Único prejuízo para os servidores do CNPq, este depoimento aponta o RJU como uma esperança, à época.

[...] quando foi implantado o regime jurídico único, o CNPq já estava assim, no **fundo do poço**. Então o Regime Jurídico Único veio até como uma esperança de que as coisas fossem mudar um pouco (CABTER, 2006, grifos nossos)

A perda salarial é percebida como conseqüência da mudança para ao Regime Jurídico Único (RJU).

[...] [quase **quinze mil reais**.] Deveria ser mais ou menos isso. Deveria ganhar um **técnico no último nível**... Hoje nosso salário no último nível, acho que é uns dois mil e quinhentos e doze (risos)... Teve uma **perda muito grande!** Essa perda **começou agora de 88 para cá**... Na época da Constituição... Aí a gente passou pra Regime Jurídico Único. (CABLIL, 2007, grifos nossos)

A percepção da transformação dos técnicos do CNPq em funcionários públicos é identificada na fala do entrevistado CABMRO, sobre o processo gradativo de perda salarial e perda de status, que ocorre com a mudança para o Regime Jurídico Único. A idéia da desvalorização e perda salarial é traduzida em “pobreza”.

[...] E isso é o que estava acontecendo com a gente! **Nós estávamos ficando pobres! Perdemos o décimo quarto salário, não tivemos mais aumento**. O CNPq era uma autarquia de direito público e a gente tinha toda uma autonomia para contratar gente, para aumentar salário, para demitir... E de repente perdeu-se isso, não é? E junto com isso perdeu-se os aumentos de salário, as correções de tabela... **Perdeu-se tudo!** Essa perda não só de salário, mas o status técnico ocorre com a mudança do **Regime**

Jurídico Único, quando nós passamos a ser funcionários públicos... No final de 88, 89. Eu lembro que inclusive na ocasião, foi nos dada a opção de continuar CLT... **Agora você não tem para onde correr!** Na época em que o assunto da rádio corredor era esse, não é? Me perguntaram lá o que eu achava e eu disse “eu tenho muitas dúvidas e apenas uma única certeza: não vai ser bom para a gente” E realmente não foi! (CABMRO, 2007, grifos nossos).

O achatamento salarial provocou uma desfiguração da estrutura organizacional da instituição, o que evidencia o fim da distinção interna, uma vez que não é possível nenhum tipo de ascensão funcional.

[...] Mas naquela época **a gente ganhava bem** e eu lembro que quando eu fui para o CNPq em setenta e seis... Ainda tinha uma parte do CNPq no Rio de Janeiro e estavam começando as coisas aqui em Brasília, no edifício CONTAG... Nesse período, o **salário que a gente ganhava era muito bom**, sabe? E depois o que aconteceu? **A pirâmide foi se achatando**, achatando, e você não podia mais subir e aí todo mundo, hoje, está praticamente no mesmo nível, mas naquela época não era assim... (CAYA, 2007, grifos nossos)

A comparação do bom salário anterior com o atual faz emergir a percepção do processo de nivelamento e da impossibilidade de ascender na carreira.

Como pode ser constatado, os efeitos da implantação do RJU no CNPq (como em todos os órgãos do Poder Executivo) foram absolutamente negativos, gerando um déficit de servidores que permaneceria por quase uma década. O lado mais perverso dos acontecimentos é o aumento da evasão de técnicos qualificados, que já vinha assumindo proporções preocupantes desde a criação do MCT, em 1985.

Perfil e Competências do Técnico

Com a criação do MCT e a transferência das competências técnicas e políticas do CNPq, o perfil do técnico foi adaptado para outro tipo de demanda institucional - a operacionalização das atividades de fomento.

[...] Essa **criação do Ministério em 1985**... Ali foi quando nasceu esse **CNPq de todo mundo adoecido**... De 1975 até 1985, durante esses dez anos, o carro chefe do CNPq era o planejamento, era a função principal. O fomento era aquela herança do CNPq antigo, não era tão valorizado. **Nós do planejamento não queríamos trabalhar no fomento, a gente era do planejamento, era onde as coisas aconteciam**. O fomento era aquele trabalho rotineiro, burocrático, ficar lidando com aquelas pilhas de processos. Quando aconteceu essa quebra, quando criaram o ministério, que esvaziou, que foi um monte de gente para o ministério, quem queria continuar, sabia que o filet mignon ia para o ministério... E esvaziou o CNPq... Porque o CNPq era um órgão de planejamento que não tinha o financiamento, o financiamento já era da FINEP e perdeu o planejamento também. Eu acho que **teve toda uma crise de qual seria o novo papel do CNPq**. Vai fazer só fomento? Vai ficar dando “bolsinha”?[...] Olha... Aquele momento foi um momento onde eu comecei a querer outra coisa... (CABCBQ, 2007, grifos nossos)

Para CABMRO houve perda da importância dos técnicos na discussão de políticas e na avaliação das atividades.

[...] Eu sei que quem acabou realmente com a SDC foi o Roberto Santos, que não disse nada, e simplesmente acabou com a SDC. Reestruturou, montou, mudou... E pelo o que eu tenho acompanhado, de conversas de corredor, é que realmente de **projetos, para discussão de política... Coisa que nós fazíamos, a importância dos técnicos da SDC esvaiu-se... Pouco se usa da competência dos técnicos para avaliação** até a época que eu saí de lá, em 1995 (CABMRO, 2007, grifos nossos)

Na percepção de CALYN “os técnicos do CNPq hoje são garçons dos Comitês Assesores”: essa metáfora evidencia a perda de status e de competência dos técnicos do CNPq, estabelecendo uma relação de subordinação e servilismo com os membros dos comitês assessores. A fala do entrevistado expressa aspectos negativos, como salário não compensador e trabalho não motivador, se referindo à decadência do Órgão.

[...] Mas o **CNPq podia ter se mudado de volta para a Marechal Câmara, 350**, ali no Rio, porque ele voltou a ser a **casa dos cientistas** e, outra coisa, os **funcionários do CNPq viraram verdadeiras pessoas ‘desimportantes’**. Hoje o técnico do CNPq... O salário não é compensador e o trabalho também não é motivador, quer dizer, tirando alguma ilha que tenha lá, que eu não sei, o **CNPq hoje é o garçom dos Comitês Assesores**. No meu tempo, tinha até um homem que usava gravatinha e que servia o café no andar do presidente, que eu já encontrei desse jeito, não é? Hoje parece que são umas moças lá, umas senhoras, que servem o café. Mas **os funcionários do CNPq são quase tão garçons quanto aqueles que serviam café para o presidente, ele só falta servir o café para os comitês assessores**, e está perto disso. (risos)

[...] Hoje você para contratar uma pessoa você faz um concurso, no fim, a metade nem assume, não é, porque **o salário é tão ridículo** que nem assume e o clima de trabalho é tão ruim que muita gente... Quando chega o tempo da aposentadoria, você

se arranca, não é? E eu acredito que **a memória do CNPq hoje está muito perdida**, você hoje conta nos dedos o número de pessoas que podem lhe contar alguma história, não é? (CALYN, 2007, grifos nossos)

Na fala emerge a imagem do antigo CNPq, cuja sede se situava na Av. Marechal Câmara, no Rio de Janeiro, reforçando a idéia de transformação do Órgão na “casa de cientistas”, uma vez que até 1974 o CNPq atendia apenas a demanda da comunidade científica. O entrevistado chama a atenção para a perda da memória do Órgão, devido à evasão dos técnicos mais experientes.

CABEAR retoma a falta de poder do técnico como consequência da falta de capacidade de argumentação.

[...] Eu, inclusive, **vivi momentos diferentes**, em que **o corpo técnico da coordenação não tinha capacidade de argumentação na decisão dos projetos**, quanto ao mérito. E não precisa ser especialista da área, mas precisa ter a capacidade, entende? Quer dizer, você sabe, quer dizer, mesmo não sendo da área você sabe quando a proposta é boa ou não. Isso eu acho que o CNPq foi perdendo. **Eu acho que hoje deve estar pior ainda**, não é? Mas, por isso, é que eu digo que ele [o técnico] não tinha poder, não tinha poder, porque não tinha essa capacidade... (CABEAR, 2007, grifos nossos).

O entrevistado rememora tempos em que o corpo técnico não tinha capacidade de argumentação na decisão de projetos e relaciona a falta de poder com essa falta de capacidade.

A precária situação atual dos técnicos é reforçada na fala de CABRIN, como reflexo das administrações recentes: baixos salários; muita cobrança e pouco reconhecimento; imposições hierarquizadas; perda de staff. O entrevistado compara a situação dos técnicos de hoje com os da década de 1980, trazendo o passado como referência, para evidenciar a difícil situação atual e evidencia a percepção de o “desmantelamento” começou na administração de Gerhard.

[...] Minha percepção é que a **auto-estima dos técnicos do CNPq se revela baixíssima**, e pelo que venho observando depois que saí de lá, só vem piorando. O stress do pessoal é enorme. Cobra-se muito deles, se reconhece muito pouco e não se escuta nada da parte dos técnicos de área alguma. Tudo tem sido normalizado de cima para baixo, **sem nenhum reconhecimento da equipe técnica**. Os **salários reduziram muito**. Quando entrei no CNPq, ganhava mais de quatro mil dólares - hoje o salário

médio está muito mais baixo, sobretudo no início de carreira. **Houve uma perda muito grande no staff do CNPq.** Antes todos os técnicos do CNPq eram muito respeitados em toda parte, inclusive no ambiente da academia. Quando íamos visitar universidades e centros de pesquisa, o pessoal tratava com muito respeito os técnicos do CNPq.

...**Esses técnicos hoje, quando comparado aos técnicos da década de 1980... São muito menos preparados.** O que deixa a gente sempre em dúvida se concurso é a melhor forma de renovar os quadros de pessoal. Fazer concursos com perspectivas salariais pequenas, não estimula o ingresso do pessoal mais qualificado.

[E isso é reflexo das administrações recentes]... **Eles querem esse perfil** – não discuta, não inove, **faça como estão mandando**, e os técnicos ficam apenas no instrumental. **Mas o pior resultado é a baixa auto-estima.**

Não sei se é muita digressão, mas você podia pegar uma estatística de atendimento psicológico às pessoas no RH. O surgimento desses programas data da administração do Gerhard, quando começou o grande desmantelamento do CNPq.[...] Foi a saída do Adrian e a entrada da administração do Gerhard. **O Adrian foi o último diretor que se preocupou com a questão salarial e de benefícios para os servidores** (CABRIN, 2006, grifos nossos).

A fala de CABRIN traz à tona o desenvolvimento de doenças vinculadas às contrariedades vivenciadas pelos servidores no ambiente de trabalho e a necessidade de institucionalização de um atendimento psicológico. A fala do técnico se refere ao período em que houve “redistribuição compulsória” de funcionários entre os órgãos do Poder Executivo, evidenciando a situação de “rebaixamento” dos técnicos - perda de status e de prestígio como fator principal. O entrevistado se refere ao CNPq como uma “casa adoecida” onde o atendimento psicológico era feito de forma a “apagar incêndios”, traduzindo a falta de apoio da administração.

[...]Isso foi em 1992, com o Collor. Quando houve a mudança lá na SEPLAN e que vieram pra cá, essas pessoas em específico, **elas vieram mais adoecidas** ainda, porque elas tinham um status lá muito grande e quando da vinda delas para o CNPq, **e o CNPq não tinha muito o que oferecer para elas, elas adoeceram.** Para mim particularmente, quando eu vim da SEI e vi uma casa adoecida, e as meninas do Serviço de Assistência Psicossocial(SAPS), ficavam apagando incêndio, atendendo as pessoas, eu comecei a discutir com as colegas que eram todas psicólogas e uma assistente social, que elas tinham que **institucionalizar aquele atendimento.** O SAPS é muito antigo, não sei o período específico... Ele é anterior a 1990... É anterior, exatamente. Mas ele fazia um serviço assistencial só. Depois ele começou a fazer um serviço de escuta e as meninas não tinham consultório e atendiam aqui e vinha muita gente... Aí vimos a necessidade de institucionalizar essa escuta porque a **demandava era grande**, mas eu acho que o marco, você vai encontrar esses indicadores mais cruéis que eu vou trazer pra você.(CABRIN, 2008, grifos nossos).

O enunciado discursivo sinaliza: “cinco anos, cinco suicídios”; 30% de alcoolismo”: indicadores cruéis que evidenciaram a necessidade da institucionalização do Serviço de Assistência Psicossocial (SAPS).

[...]Nós tivemos em cinco anos, e pra mim foi **um marco do programa qualidade de vida, em cinco anos, cinco suicídios, esse é um fator grave e um indicador muito cruel de uma carreira.** [...] **Aí, os dados de alcoolismo, os dados de tabagismo, isso tudo foi aumentando.** Por exemplo, nessa mesma época a OMS preconiza que 10% de uma população adocece acometida pelo alcoolismo. Nós fomos contar os nossos alcoólatras conhecidos, não os anônimos, os conhecidos e dava mais que 10%, dava **30% da casa adoecida naquela época, na época do SAPS e foi como surgiu todo esse movimento.** E outro dado que para mim, na época, foi assustador, foi a questão do suicídio. Nós entramos em pânico, pensamos que deveríamos fazer alguma coisa e aí começamos a ouvir especialistas, conhecemos vários especialistas na área para desencadear o Programa Qualidade de Vida, e eu acho que esse programa é um marco (CABCQV, 2008, grifos nossos).

A percepção de uma instituição adoecida remete às altas incidências de doenças físicas e psicológicas no quadro de servidores da instituição.

A fala de CABMA chama a atenção para a necessidade de ações mais humanizadas, depois de diagnóstico de pesquisa (suicídio, casos de depressão, doenças emocionais geradas no trabalho) como estratégia para maior produtividade, com vistas a um enfoque menos assistencialista e mais institucional.

[...] Em 1996... O que tinha de psicólogos na casa foi reunido numa única área, que era a área de benefícios e assistência, e a assistência era nesse enfoque muito social. Então, além de constituir todos os especialistas nessa área de conhecimento, o gestor começou a receber demandas de servidores e resolveu então, fazer uma pesquisa. Na época não tinha esse nome, clima organizacional, mas foi feita essa pesquisa em 1996 e em 1997, que se apresentou para a diretoria um retrato da casa, um raio- X que assustou todo mundo. **Questões de suicídio, casos de depressão, doenças emocionais geradas no trabalho.** Então, diante desse quadro institucional, desse retrato institucional, a diretoria permitiu que ações mais humanizadas fossem tratadas. Então abriu a concessão de atendimento clínico, psicológico, apoio no caso da pessoa ter algum problema com falta de recursos para medicamento para alguma doença ela poderia também recorrer a essa área e teria uma assistência. Então, houve uma assistência social humanizada e a partir daí é que a coisa começou a tomar um rumo cada vez mais institucional, ou seja, saindo do enfoque assistencialista e passando até para um enfoque mais estratégico, uma vez que você tratando as pessoas você, conseqüentemente, obteria melhor desempenho, maior produtividade, motivação [...] esse relatório de avaliação de 96, o que a gente pode ver se ainda tem... A gente pode ter... Eu não estava na área ainda, eu tenho quase certeza de que a gente tem a apresentação que foi levada à diretoria como resultado, obviamente mais enxuto, isso tudo não foi passado na íntegra porque tem muitas coisas pessoais, mas o que foi possível divulgar, foi divulgado. Para você vai ser interessante, porque lá demonstrava assim:

“havia um amor à instituição e, infelizmente, eu estava doente por causa dela”, da própria instituição.

[...] Só sei que a última pesquisa feita aqui na área foi em 2002 para 2003 e aí o **quadro só se agravou.** O que a gente tem de **doenças emocionais, depressão,**

tentativa de suicídio, síndrome do pânico, é comum demais aqui no CNPq. Agregado a isso, dependência química em altíssimo nível, das mais diversas drogas... A dependência química na visão psicológica é um suicídio, é também uma forma de você buscar uma fuga. Então, em 2002/2003 houve uma nova pesquisa que foi apresentada, mais não foi possível apresentar para a casa inteira. Pediu-se para que não se divulgasse mais. E a gente vinha com toda uma proposta de trabalho para dar conta daquele resultado, o que também não foi possível “esquecer”. Então se arquivou, os dados foram divulgados no nível de diretoria e não mais se trabalhou sobre isso e essas pesquisas a gente não divulga para não ter problema. [...] Isso, houve uma consultoria também, são ações extremamente sérias de profissionais com respaldo, que não quiseram negligenciar o problema... O que mais chama a atenção, principalmente na primeira pesquisa, havia ainda um padrão de vida bom dos servidores, os salários, apesar de terem caído bastante, ainda se mantinham mais ou menos equilibrados diante da economia, e, no entanto, as pessoas completamente desmotivadas, doentes e o CNPq ainda tendo uma imagem positiva lá fora...

[...] E na última reunião com o nosso presidente, que há um ano assumiu, um ano não, seis meses, que assumiu no meio do ano, declarou que ficou impressionado com o nível de competência e dedicação dos servidores. Isso porque foi uma das primeiras vezes, das primeiras experiências que ele tem de um orçamento, do que foi orçado ter sido executado e ele está muito bem impressionado com a casa. Na realidade, **o que nós recebemos aqui na área de recursos humanos é o resultado da última pesquisa, cada vez pior, cada vez mais grave, no sentido de que aumentou o quantitativo de pessoas doentes**, o quantitativo de afastamentos médicos. (CBMA, 2008, grifos nossos).

CBMA comenta, ainda, o agravamento do quadro anterior identificado em nova pesquisa (2002/2003) que foi silenciada pela administração do Órgão: “Pediu-se para que não se divulgasse mais”. Emerge na fala o silenciamento imposto à pesquisa e à proposta de trabalho feita com base nos resultados. A censura se evidencia na construção “a gente não divulga para não ter problemas”.

Na fala é possível constatar a percepção de que os usuários e o próprio presidente do CNPq fazem uma excelente avaliação da instituição, em função do orçamento ter sido executado a contento da comunidade científica. Essa perspectiva retoma a representação do CNPq como agência pagadora (banco), sem qualquer papel técnico relevante na implantação da política do fomento.

[...] E aí, entra uma outra questão, por exemplo, apesar de ter havido uma reestruturação nos recursos humanos... Saem recursos humanos e entram pessoas, ainda hoje, **o que a diretoria vê no setor de recursos humanos é a área de pagamento, férias. Não sabem que diante de todo esse quadro, cada vez é maior número de afastamentos médicos, licenças e geralmente das licenças, 90% das licenças, você pode ver... São doenças emocionais e o restante LER** (Lesões por Esforços Repetitivos), mais ou menos isso aí[...] O CNPq não tem apresentado, não tem acompanhado a realidade das demais instituições públicas no nível de aposentadorias, porque **o trabalho que a gente tem feito aqui para tentar trabalhar**

esse “adocimento”, para minimizar, para atenuar essa realidade é enorme, é exaustivo e não há um reconhecimento da casa. (CABMA, 2008, grifos nossos).

A fala do técnico CBMA traduz indignação diante da postura da direção do Órgão que ignora o quadro apresentado nos Relatórios e não percebe a relevância do atendimento. Pode-se depreender da fala que, enquanto os pagamentos de bolsas e auxílios estiverem sendo feitos de acordo com o calendário estabelecido, os servidores continuarão sendo avaliados como eficientes e o CNPq parabenizado pelo desempenho.

[...]Cá entre nós, dá vontade às vezes de **“deixar pipocar”, deixar entrar com as aposentadorias, deixar as pessoas “surtarem”**, se o termo é esse, para ver se as pessoas olham aqui pra gente, se dá algum apoio, porque não há, a gente fica aqui trabalhando sem apoio, e dar margem para acabarem com isso, porque só um missionário, para mim as pessoas que trabalham aqui são missionárias, levantando uma bandeira... **Porque é triste você receber um colega seu que ocupou cargo, que tem um nível intelectual, uma pessoa maravilhosa, mas completamente fora de equilíbrio.** Isso é muito triste e você **sabe que adoeceu aqui dentro**, obviamente por **questão salarial, mas tem também a questão da gestão.** [A instituição faz parte da vida da gente]... Você passa quanto tempo aqui? Você passa mais tempo aqui do que muitas vezes com sua família no dia-a-dia... A sua vida produtiva está toda aqui e tem muita coisa a ser feita. Trabalho é saúde, é o que a gente mais escuta nas reuniões aqui, trabalhar faz parte, **se você não tiver um reconhecimento do trabalho que você desempenha, receber o que você tem de direito dentro do que você realiza, você adoece.** E é o que mais a gente tem visto aqui. (CBMA, 2007, grifos nossos).

É possível evidenciar o total descolamento do discurso institucional em relação à prática da área de recursos humanos. O slogan “saem recursos humanos e entram pessoas” não é traduzido na prática, pois o setor continua a ser considerado pela administração como de “pagamento de pessoal e gerenciamento de férias”. Os técnicos se percebem como missionários, explicitando a inexistência de apoio por parte das administrações do Órgão, trabalhando em função de comprometimento pessoal com a amenização dos problemas.

A situação apresentada pelos técnicos do CNPq, a partir de 1985, conjuga uma série de fatores que incidiram sobre a instituição de forma mais perversa do que em outros órgãos do Poder Executivo. Reconhecemos que os reflexos negativos da implantação do RJU foram percebidos de forma generalizada por todos os órgãos do Poder Executivo. No caso do CNPq, quando o RJU foi implantado em 1990, a instituição já vinha se ressentindo fortemente do impacto da criação do MCT com a perda das atribuições institucionais e a drenagem de boa parte do quadro técnico mais qualificado para o novo órgão. Portanto, os efeitos constatados

assumiram proporções graves diante da crise de identidade institucional, que se refletiu numa crise de identidade técnica-funcional.

Com a aplicação da política neoliberal do governo Collor, a partir de 1990, cujos efeitos foram devastadores nas equipes e atividades de planejamento do Órgão, a crise se instalou assumindo caráter permanente. Quando analisamos entrevistas com técnicos pertencentes aos quadros do IPEA, por exemplo, constatamos que essa instituição e seu quadro técnico, embora tenha sofrido os abalos do desmonte da estrutura de planejamento do governo federal e os efeitos dos baixos salários, manteve de alguma forma o seu status e a competência de seu quadro técnico. A representação dos técnicos relativa à instituição continua inabalável, assim como a representação de si.

No caso do CNPq, fatores como representação institucional, salários, representação de si, foram absolutamente solapados devido o efeito cumulativo de ações desencontradas e inconseqüentes de gestores personalistas que atuaram na instituição nos momentos de crise.

Status e Salário do Técnico do CNPq

As perdas salariais começaram a ocorrer após a implantação do RJU, em dezembro de 1991, quando a isonomia de vencimentos entre os três Poderes atingiu apenas os funcionários do Executivo. No caso do CNPq, constatou-se um processo de achatamento salarial entre os cargos de nível superior e médio, até a equiparação aos menores valores pagos no Executivo. Como decorrência, houve aumento da evasão de pessoal e a perda de qualidade dos serviços oferecidos pela instituição.

Acompanhando a reflexão de Bourdieu (1989) referente ao “campo político”, compreendemos o campo da C&T ao mesmo tempo como campos de forças e de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. Não se trata, portanto, de um império, mas do lócus onde são gerados, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc. Nesse sentido, o

deslocamento da função de “coordenação do SNDCT” do CNPq para o MCT, foi resultante de embates de forças políticas envolvendo interesses pessoais, de grupos e partidários, no campo (como pudemos analisar no tema Planejamento de C&T e Governos Civis). Esse movimento, por sua vez, produziu profunda ressignificação no poder simbólico dos referidos órgãos, inscrevendo o Ministério da Ciência e Tecnologia como o novo “coordenador do Sistema” e apagando o CNPq dessa antiga função. Tal deslocamento, realizado sem um projeto coerente por parte dos governantes, produziu situações conflituosas e de concorrência que envolveram ambas as instituições num embate ferrenho pela primazia da competência técnica e política.

Como decorrência inelutável desse processo de “inscrição e apagamento” e da consciência de que a participação política no campo exige competência social e técnica, o jogo simbólico do poder no campo se refletiu no quadro técnico do CNPq como uma percepção de rebaixamento, desprestígio, ou melhor, perda de status social. Some-se ainda a essa situação a promoção de uma “drenagem de competências técnicas” do CNPq para o MCT que agravou sensivelmente o processo político de “apagamento” do primeiro. Inicialmente, a perda de poder no campo, depois a perda da competência técnica interna. Todo esse processo pode ser apreendido pela análise das falas dos técnicos do CNPq, bem como as conseqüências físicas e psicológicas dele decorrentes.

A fala de CALYN sobre baixos salários e clima ruim de trabalho faz emergir a desmotivação e a percepção de esvaziamento da instituição. O entrevistado ilustra a desmotivação atual por meio do exemplo do baixo número de pessoas que assumem as vagas disponibilizadas pelos concursos.

[...] Hoje, você para contratar uma pessoa **você faz um concurso, no fim, a metade nem assume, não é, porque o salário é tão ridículo** que nem assume e o clima de trabalho é tão ruim que muita gente vai embora... E quando chega o tempo da aposentadoria, você se arranca, não é? E eu acredito que **a memória do CNPq hoje está muito perdida, você hoje conta nos dedos o número de pessoas que podem lhe contar alguma história, não é?** (CALYN, 2007, grifos nossos)

A fala apresenta a estagnação e a perda de espaço, quando da criação do MCT, como fatores que impediram a evolução do CNPq cujas atividades são mantidas “naquela coisa provinciana”.

[...] voltando para o CNPq eu percebo hoje, **apesar de eu ter saído em oitenta e sete, eu acho que o CNPq ainda está naquela coisa muito provinciana**, não é? Naqueles programinhas (...), ele não se modernizou ainda. E eu acho que ele perdeu muito espaço também naquela época, quando... da criação do MCT, do Ministério da Ciência e Tecnologia. O próprio **CNPq tinha seu papel na política, na formulação de política de C&T**. Na medida em que foi criado o Ministério... Houve uma resistência até o CNPq se aculturar nesse processo. Então eu me lembro que o próprio Roberto Santos... Eu acho que esse foi um período ruim também, sabe? Porque eu acho que virou... Ficou assim... O Ministério ali e o CNPq pra cá, então ficou sempre havendo uma **disputa política**. E **eu mesmo fui (...) vítima nesse processo político naquela época...** (CAYA, 2007, grifos nossos)

A percepção de uma “resistência até uma aculturação” reflete o embate empreendido pelas equipes técnicas do CNPq na disputa pela manutenção de programas e projetos no Órgão. A aculturação referida ocorreu com o êxodo dos técnicos mais qualificados.

A questão dos procedimentos relativos à contratação de pessoal aparece na fala de CABTER, abaixo:

[...] O que veio a mudar um pouco foi essa **forma de contratação, que não era por seleção. Isso foi, mais ou menos, a partir de oitenta e cinco**, quando o que prevalecia era aquele **critério de quem indicou**. Então vinha aquela leva, muitos vieram assim e foram contratados só com o nome, sabe? **Aí alguém indicava várias pessoas, eram relações e relações** e, quando não dava tempo, porque estava para fechar a folha, então o pessoal mandava só o nome e eram contratados assim. **Depois eu providenciava a lotação**, aonde é que ia entrar... **Foi mais ou menos em oitenta e cinco**. Eu lembro disso porque, até hoje, às vezes, as meninas me procuram, para saber sobre a contratação do pessoal de oitenta e cinco. (CABTER, 2006, grifos nossos).

O critério da indicação, reconhecido como marca do clientelismo dos governos militares, persistiu durante a Nova República, tornando-se conhecido na imprensa como “os trens da alegria”. Evidenciam-se as velhas práticas invadindo os novos tempos.

A força do técnico é percebida na fala de CABMG, a partir da conquista de uma identidade própria, mesmo diante de um processo de desvalorização. Tal identidade, enquanto categoria, é decorrência da consciência assumida de seu papel na sociedade e na burocracia estatal.

[...] Depois, eu acho que ele [o técnico] tem uma desvalorização, mas ele ganha, **ele ganha força porque conquista uma identidade e ele passa a ter poder próprio e conflito com o que ocorre**, não é? Com as forças existentes, e são vários grupos... Tem a força da comunidade e as forças na burocracia estatal. Então ele **passa a ter um papel importante, um papel conquistado**, entende? **Não aquele papel que ele tinha anteriormente, como mero instrumento**. Quer dizer, é uma leitura que estou fazendo aqui, entende? É uma percepção... (CABMG, 2006, grifos nossos).

A partir da instauração do processo de redemocratização política, em 1985, constata-se a politização do funcionalismo público traduzida na instituição de organismos sindicais. No caso do CNPq, concomitantemente e em decorrência das perdas institucionais evidencia-se a organização política dos servidores em torno da ASCON, cuja atuação no período, foi considerada como das mais combativas no âmbito do serviço público vinculado ao Executivo.

Mais uma vez o esvaziamento do CNPq é evidenciado, agora na fala de CABTER, relacionado à gestão de Sarney, quando da criação do Ministério, no âmbito da reforma promovida na Nova República.

[...] Em oitenta e cinco... É, **foi na gestão do Sarney** que veio a criação do Ministério, naquela reforma que fizeram na época da Nova República. Um **grande número de técnicos saiu do CNPq nessa época e foi para o Ministério**, lembra? E eu lembro que saiu muita gente... Eu sei que foi muita gente para lá. Olha, eu não me lembro dos nomes, eu não me lembro muito bem. A parte mais burocrática do pessoal, ligada às atividades burocráticas, elas não foram, permaneceram lá no CNPq... **Foi o pessoal mais técnico, da área de planejamento**, que eu lembro, agora eu não lembro exatamente quem foram as pessoas. (CABTER, 2006, grifos nossos).

A percepção de que o pessoal mais técnico migrou, tendo as atividades burocráticas permanecido no CNPq, é reforçada.

A fala do entrevistado, mesmo se referindo a “garra” com que o pessoal trabalhava, evidencia o medo do esvaziamento e a insegurança em função da falta de definição das competências de cada um, por ocasião da criação do MCT.

[...] Um sentimento que prevalecia na época, era aquele **medo de que o CNPq fosse esvaziado... Ainda não estavam bem definidas as competências de cada um [CNPq e MCT] até onde ia, não é?...** Realmente foi uma época em que as **pessoas se sentiram muito inseguras**, todas. [...] Por que viram que estavam tirando as suas competências e que elas estavam sendo transferidas para outro órgão. E o receio? O que vai ficar aqui no CNPq, **o que a gente vai fazer aqui?...** Mas por outro lado tem

aquela questão da civilidade muito forte. **As pessoas mais antigas, naquela época, vestiam a camisa do CNPq. Por quê?** (gaguejou de emoção) Vestiam a camisa do CNPq, o pessoal era muito mais unido... **Não sei se era corporativismo, não... (silêncio) Não sei, não sei se no começo o pessoal trabalhava com muito mais garra, se dedicava mais, eu vejo isso por mim também. Não sei se é porque tinha um retorno daquilo que você fazia, aquilo tinha um resultado.** Depois com a dificuldade de fazer as coisas, de implementar os projetos, eu acho que isso tudo foi se perdendo. Eu tenho impressão que é isso, entendeu?... Eu acho que o maior impulsionador disso daí era a motivação, eram os resultados que se alcançava naquela época. Acreditávamos naquilo. A autonomia que o CNPq tinha para as realizações, tudo o que se investia tinha um resultado e você via o resultado lá na frente... **Eu lembro com muita saudade disso aí, muita saudade mesmo.** (CABTER, 2006, grifos nossos)

O entrevistado destaca a transformação do CNPq em executor do fomento e concessão de bolsas com a retirada da cabeça pensante do Órgão, na criação do MCT, colocando em evidência as disputas de poder no campo da C&T e a referência ao passado.

[...] O CNPq sofreu um grande **esvaziamento com a criação do MCT**, quando alguns colegas foram para o MCT e outros ficaram no CNPq. E parece que houve certa competição entre CNPq e MCT. **Os que ficaram no CNPq não aceitavam a coordenação do MCT e então houve uma disputa por poder e o CNPq foi prejudicado porque o MCT tinha mais poder formal.** Alguns colegas que passaram do CNPq para o MCT, levaram também os respectivos programas de fomento. Por questões de atribuição funcional, eles tinham mais cargos, e o CNPq foi esvaziado. Então eu acho que é uma pena, **tiraram a cabeça pensante do CNPq e o deixaram só a execução do fomento e concessão de bolsas. Eu acho que houve um retrocesso.** O pouco de planejamento que a gente fazia e tentando balizar internamente as ações dos Comitês Assesores, não existe mais. Isso foi tudo cortado e o próprio MCT não assumiu essa postura. **Outro problema surgiu a partir de 1988, quando começaram os concursos públicos. Os melhores quadros do CNPq prestaram esses concursos e foram trabalhar na Câmara e Senado Federal, onde se ganha mais...** (CABID, 2006, grifos nossos).

A percepção de que no embate de forças com o Ministério, o CNPq perdeu a posição devido apenas ao poder formal, permite a interpretação de que, na perspectiva técnica o MCT não teria chance.

A rememoração do passado evidencia o comprometimento com a organização e a imagem valorizada do CNPq.

[...]Olha, deixa eu te contar... Na época que eu te falei que estava fazendo o primeiro plano de cargos e salários, nós fomos fazer esse trabalho e preparamos algumas pessoas das unidades também e nós fomos fazer. Passamos um tempo por todas as unidades e eu lembro que **as pessoas, principalmente da área de ciência e tecnologia, trabalhavam não era pelo salário não, pelo que iam ganhar.** Eu lembro quando eu estava em Manaus, estava para sair uma extensão de uma pesquisa de campo, e era uma disputa para participar daquelas atividades, **era uma satisfação do**

peessoal. Daqui a gente não imaginava que pudesse chegar àquele ponto, sabe, das pessoas que tinham acabado de sair de uma malária, e estavam lá brigando para ir também. Então, é isso, só para te confirmar que não era só aqui, lá nós todos também sentíamos assim, **as pessoas tinham participavam, trabalhavam como muita satisfação sabe? Então era a motivação que impulsionava os trabalhos lá, naquela época.**

...Era um comprometimento com a organização. Mas o CNPq também na época, **tinha outra imagem.** Deixa eu te contar... Na época, tinha uma pessoa que é muito conhecida, ele era professor de uma faculdade do interior, alguma coisa assim. Ele me contou que quando ele procurou o CNPq, ele veio para cá, se arrumou todo e coisa e tal, aí ele imaginou que aqui fosse uma catedral (risos). Onde ele ia encontrar **os supra-supra da ciência e tecnologia** (risos)... **Então, a imagem que o CNPq tinha na época era essa, de ser quase um órgão inacessível, assim, sabe? Onde se reuniam as melhores cabeças.** As pessoas tinham um outro conceito do que era o CNPq... Daí, era o **reflexo da valorização que tinha a ciência e tecnologia, não é?** (CABTER, 2006, grifos nossos).

5.4.4 SUBTEMA B4: LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Gestão Gerhard/Goldemberg

Embora a presente análise faça referência à Liberdade de Expressão, as falas aqui analisadas já foram apresentadas no subtema Planejamento e Gestão. Assim, tendo em vista evitar a repetição das mesmas apresentamos a análise fazendo apenas referência às falas consideradas.

CABLOR refere-se à censura que Goldemberg promoveu na divulgação dos números de Auxílios concedidos nesse período destacando a existência de “um buraco” na série histórica do CNPq. Censura de informação em pleno governo democrático. A fala integral foi analisada no Cenário B Planejamento de C&T e os governos civis.

As falas fazem referência à reunião de julgamento do CA-5 de 1991, quando os dirigentes do Órgão forçaram a realização do julgamento sem a existência de recursos financeiros, mesmo diante das sinalizações dos técnicos que entraram em greve. As falas se referem a “mentira”, a “farsa”.

Gestão Mares Guia

O Informe Estatístico do CNPq

Relato do episódio do “Informe Estatístico do CNPq” pelo técnico CABMG que comprometia a gestão de Mares Guia. O entrevistado remete-se à análise dos dados estatísticos do orçamento do CNPq no período de 1980 a 1992, sob sua coordenação, com o alerta de “à beira do colapso”. A ausência do presidente do CNPq, Mares Guia, a reprimenda (sabão) e a tentativa de censura do Informe (ordem de recolhimento) são destaques nas falas do técnico CABMG.

Sobre a criação do CCT, no período da ditadura e as reuniões que eram públicas e passaram a ser realizadas com as portas fechadas, logo após 1985.

[...]Esse Conselho Científico e Tecnológico era formado de representantes de cada ministério que atuavam na área de ciência e tecnologia[...]. Se reuniam lá no CNPq, na sala Álvaro Alberto [...] **com um detalhe, na ditadura, as reuniões eram absolutamente abertas. Não se fechavam portas. Tem um livrinho aí do CNPq, que tem foto e você vê vários técnicos sentados nas laterais, assistindo. Quando houve a democratização eles trancaram as portas, lembra?** (CABCRA, 2006, grifos nossos)

5.4.5 SUBTEMA B5: ESPÍRITO DE CORPO

Segundo Durkheim (1989), quanto mais uma instituição é forte, mais ela tem condições de se impor aos indivíduos e, no caso, os corpos profissionais ilustram essa teoria. O espírito de corpo molda a existência de cada atividade no seio da instituição, acompanhadas por práticas profissionais características à missão institucional, forjadas no curso das convivências.

No caso do CNPq, percebemos em ambos os Cenários que os quadros técnicos se caracterizaram como segmentos institucionais conscientes de estarem inseridos nas estruturas do Estado, mas cuja percepção de reconhecimento de legitimidade ocorre apenas no Cenário A. Quando a instituição atravessou momentos de crise, os funcionários expressaram

resistência às ameaças através do espírito de corpo, que se traduziu num fenômeno de auto-defesa, de retraimento coletivo, se transformando num bloco, que agia de maneira a conservar o estatuto que ameaçado. No espírito de corpo, a defesa coletiva dos valores e da missão da instituição, refletia a defesa dos servidores, pois havia uma estreita identificação pessoal, de cada servidor, com a identidade da instituição. Tal relação ficou evidenciada nas falas dos sujeitos da pesquisa, relativas ao período dos governos militares e foi percebida, já bastante desgastada, até o final da gestão Pavan (1989), isto é, até o fim do governo da Nova República.

A partir do governo Collor, e a introdução de medidas administrativas que extinguiram atividades consideradas vitais à instituição, como no caso do planejamento, o espírito de corpo, já bastante fragmentado deu lugar ao corporativismo, compreendido aqui como um mecanismo de união, fortalecimento e defesa dos servidores públicos federais, ligados ao Executivo, decorrente dos efeitos da implantação do RJU e do avanço da mentalidade neoliberal na administração do Estado.

Considerando as representações de perda das atribuições políticas do CNPq, a desvalorização das atividades técnicas e a extinção das áreas de planejamento institucional, agravadas pelas perdas salariais, o sentimento de identificação do servidor com a instituição passou a assumir um caráter negativo, de desvalorização. Esse processo de resignificação onde a instituição deixou de significar distinção e passou a significar decadência, varreu completamente os vestígios do espírito de corpo evidenciado no período anterior. Portanto, o período relativo a existência de um espírito de corpo, se caracterizou nos governos militares e estava atrelado à percepção de distinção, tanto institucional, como individual e do coletivo de servidores.

O termo corporativismo deve assumir conotação negativa apenas quando as reivindicações de uma categoria não são legitimadas socialmente, quando não se justificam perante as de outras categorias e na relação com a sociedade e com o bem público (COELHO, 2008)⁹⁵.

⁹⁵ COELHO, M. Francisca P. Entre o sindicato e a política. ADUnB: 30 anos de resistência. Brasília: ADUnB, 2008.

Na perspectiva de nossa pesquisa a fala de CABMRO permite a percepção da insatisfação dos servidores com o trabalho, o que se traduz no não-cumprimento do horário de trabalho atualmente.

[...] Uma coisa que você que está lá no CNPq, você deve estar sentindo isso muito mais que eu. Por exemplo, **hoje é raro você encontrar alguém no CNPq às nove e meia da manhã. Quatro e meia, cinco horas da tarde**, você não acha mais ninguém! A sensação que dá, é que o **peçoal está insatisfeito** com o trabalho. (CABMRO, 2007, grifos nossos)

A memória do comprometimento e do espírito de corpo “d’aquele tempo” é evidenciada e a criação do MCT é relacionada ao esvaziamento do CNPq. O entrevistado ressalta a satisfação do trabalho e fala de sua experiência em que buscava o que desse a ele mais gratificação e não alto salário.

[...] Naquele tempo, **ninguém fazia questão de horário**, não. Você tinha tarefas a cumprir! Nós tivemos um ano em que nós tivemos até nove reuniões de Comitê Assessor, em um ano! Imagina! O Comitê Assessor é aquele trabalho danado para todo mundo! Era o pessoal que cuidava das passagens, diárias em hotel/ era a gente que cuidava das planilhas, que tinha que fazer as pré-análises, ver relatórios, enfim... Era um sufoco! Todo mundo... E ninguém se queixava disso. **Hoje a impressão que a gente tem é que está todo mundo insatisfeito!** É... Está faltando alguma coisa. E foi se perdendo isso ao longo do tempo... **A criação do MCT contribuiu muito para esse esvaziamento intelectual do CNPq... Realmente!** E olha, com sinceridade, me dá uma tristeza muito grande de sentir o que está acontecendo com o CNPq. A quase totalidade das pessoas com que eu encontro e eu encontro muita gente, porque eu ainda mantenho a conta lá no banco, então eu estou sempre lá. Todas as pessoas que eu encontro, eu não encontro nenhuma que me diga: olha! Tá legal. **Isso me deixa triste sabe...** É aquela história, **metade da minha vida produtiva eu passei lá dentro, sabe? Eu ajudei a construir aquilo!** E como todos nós que passamos por lá ajudou. E de repente **vira fumaça?!** Isso realmente me **deixa triste!** Os momentos de trabalho, as coisas todas que se fez naquele momento, sabe? Eu **tenho lembranças...** [...] As lembranças das coisas do CNPq, para mim, são muito agradáveis!...Eu assumi o CNPq como uma instituição mesmo! Eu costumo dizer... E procuro orientar meus filhos nessa direção... É a questão que eu chamo do dinheiro muito caro. Quer dizer, você às vezes tem um salário muito bom, mas um ambiente de trabalho que não lhe dá satisfação. Fica um dinheiro muito caro! Não é? Então, eu sempre procurei me pautar por isso. Claro que o dinheiro é importante! Você... nesse mundo não vive sem ter dinheiro! Mas eu sempre fui atrás de um dinheiro mais barato! Não pelo maior salário, mas aquele que me desse mais gratificação! Por isso é que eu fiquei esse tempo todo no CNPq. Eu me sentia bem naquela casa... **Eu fiz grandes amigos lá dentro... E tive muuuita satisfação com o trabalho que eu fazia! ...**

[...]É exatamente o que eu disse, **havia o tal espírito de corpo!** Uma época em que a gente ao dizer: eu trabalho no CNPq, **a gente estufava o peito, a gente tinha orgulho da Casa!** Então, quando você chegava a pegar o cartão com as Armas da República e o símbolo do CNPq, olha... Funcionário do CNPq! Isso era motivo de orgulho para

todos! Tanto que eu comentei com você... Quando a gente vê essa coisa desmoronando, dói, dói na gente! (CABMRO, 2007, grifos nossos).

O presidente Gerhard é percebido como “executor da primeira ceifada violenta na capacidade de planejamento do CNPq”. O sujeito aponta Gerhard como tendo interferido na capacidade de estruturação do CNPq, que tinha uma postura colaborativa e permite inferir que o dirigente favoreceu uma vocação oposicionista nos servidores.

[...] Agora em relação ao professor Gerhard ele foi o principal executor da primeira ceifada violenta na capacidade de planejamento, na capacidade de estruturação que a Casa tinha, na capacidade que a Casa tinha de oferecer um contraponto colaborativo, vamos dizer assim. Ela não tinha uma vocação oposicionista absolutamente, jamais teve na história do CNPq, o CNPq não tinha tradição oposicionista por parte dos técnicos, muito pelo contrário, era uma postura contributiva de qualidade [...] com eficiência, um trabalho estratégico feito com algum nível de metodologia com algum comprometimento com a instituição. (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

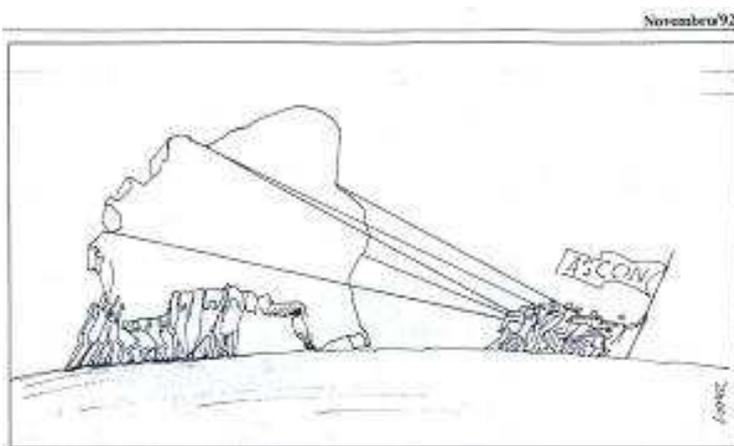


Figura 3 - ASCON - Jornal da ASCON - Ano VII, Nº 25

As medidas administrativas que extinguiram setores e atividades percebidas como fundamentais para a instituição, deslocando servidores e aprofundando a evasão técnica, teriam provocado, segundo o entrevistado, a recrudescência do corporativismo dos servidores.

A fala de CABMIGO aponta a existência do corporativismo no momento da ditadura em função de o CNPq ser uma instituição nacional que gerava orçamento participativo e era pesado do ponto de vista burocrático.

[...] a gente não pode deixar de considerar que o **período anterior é uma ditadura**, e que grande parte das contratações foram feitas durante esse período, vamos dizer, que se rendiam a **critérios do poder estabelecido naquela época** [...] pelo menos na parte administrativa do CNPq, o CNPq era uma instituição muito grande maior do que ele é hoje. Naquele momento ela era **uma instituição nacional, gerenciava um orçamento significativo, mais do que isso, diversas instituições estavam espalhadas**, enfim, não eram um aparelho menor, era um aparelho de certa forma pesado do ponto de vista burocrático. Nesse aspecto a crítica a algum corporativismo, cnpquiano desde **aquele momento talvez a gente tenha que admitir que ele existia, não que ele fosse dominante, mas efetivamente algum tipo de corporativismo existe, existiu** e sempre existirá em toda instituição, agora daí... (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

É possível percebermos que as noções de espírito de corpo e corporativismo se confundem na fala do entrevistado, na referência ao período da ditadura militar.

O entrevistado comenta a realização do julgamento do CA 05/91 pelo CNPq, que não foi pago, e evidencia o jogo político, bem como a briga de posicionamentos não só internos ao Órgão, mas também com o posicionamento do governo federal.

[...] Antes de mil novecentos e noventa e um temos que retomar Mil novecentos e noventa, né? Nós tivemos um julgamento anteriormente, que foi comprometido num discurso e não foi pago. Em noventa e um foi o... Que foi realizado fora do CNPq [durante a greve].

Isso, e por quê? Por que isso aconteceu dessa forma? Porque já no ano anterior, por conta desse oclamento e da capacidade de planejamento, que diminui a capacidade de articulação do CNPq em garantir recursos pra área, em parte, porque havia realmente uma disposição do governo federal, da política geral de governo, de cortar investimentos na área, foi feita uma reunião anterior e tinha sido divulgado lá nos resultados de aprovado, aprovado, aprovado e nada de ser pago, então como é que vamos fazer outro julgamento, não foi pago nada disso, não, mas vai sair dinheiro, vai sair dinheiro, não vai sair dinheiro, não vai sair dinheiro, vai, não vai, ficou essa briga de posicionamentos. Chamado pela ASCON, **o corpo técnico associado diretamente ao fomento, se posicionou no sentido de que não havia condições de realização do julgamento**, não por outra coisa, mas porque os próprios, parte dos comitês de assessores rejeitavam a realização do julgamento **porque ainda não tinha sido pago, porque eles tinham se reunido seis meses antes para aprovar e não tinha sido pago nada**, então se reunir de novo, sendo que aquele que tinha sido aprovado não tinha sido pago. [...] o fato é que, em determinado momento, os processos foram retirados daqui de dentro, porque a alegação da direção é de que não haveria clima para realização do julgamento aqui por conta da greve dos servidores do CNPq. (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

A fala evidencia o momento mais drástico de ruptura entre os técnicos e a comunidade. O entrevistado sustenta que havia forte articulação entre os servidores, os técnicos e os comitês assessores e que o julgamento não se sustentava dentro dessas condições.

[...] O que não procede, havia uma articulação forte entre os servidores, os técnicos do CNPq e os comitês assessores e **havia uma percepção técnica e política do tema que o julgamento não se sustentava dentro dessas condições**. Talvez tenha sido o momento mais drástico de ruptura entre os técnicos do CNPq e a comunidade. Naquele momento, vamos dizer, sejam chamadas as falas pela direção, qualquer sorte de argumentos, os processos foram tirados de dentro do CNPq e foram para outro espaço físico. **E foram julgados, foram analisados sem a presença de técnicos do CNPq, só com a presença de coordenadores...** Quando da operacionalização da tentativa de pagamento desses processos julgados em mil novecentos e noventa e um,

nós, o CNPq veio a ter dificuldade. Em mil novecentos e noventa e quatro e mil novecentos e noventa e cinco ainda há registros de **processos que foram julgados e não pagos** entre noventa e noventa e um. Porque noventa e um ficou famoso por conta da quebra, mas ela é uma quebra derivada de uma condição anterior e de uma condição onde de certa forma os servidores do CNPq, pela primeira vez, tentaram peitar efetivamente a direção e a comunidade científica...(CABMIGO, 2006, grifos nossos)

A perda das atribuições do CNPq para o MCT é percebida como perda de espaço, onde um organismo amplo, de repente forma um cabeção que não podia falar, pensar, reclamar. O entrevistado destaca o reconhecimento posterior de que os servidores estavam certos quanto ao fato de o julgamento não se sustentar. Ainda vale ressaltar que o documento (ata) não revelava de forma fidedigna a dificuldade da reunião do CCCA.

[...] Na época existia a figura do CCCA, a Comissão dos Coordenadores de Comitês Assessores, reuniões posteriores do CCCA, já na minha gestão, acho que já em noventa e dois, reunião do CCCA refez a leitura, o reconhecimento de que o julgamento de fato não se sustentava e não deveria ter sido feito e que os servidores do CNPq estavam certos. Deve ter numa ata, isso é capaz de ter numa ata do CCCA. A abordagem, então, bem nesses termos mesmo do reconhecimento, por conta de que o julgamento de noventa e dói, estava comprometido, com muita gente não querendo vir realizar, por quê? Porque o de noventa e um não tinha sido pago.

...De fato, vamos dizer assim, durante esse período aí, se observadas as vitórias [da direção] do CNPq, foi exatamente quando a gente foi perdendo os pedaços, né? Perdemos as Agências, depois se perdeu os Institutos, um após o outro... Vamos dizer aquilo que é de um organismo, anteriormente concebido como bem amplo algo amplo, de repente forma um cabeção mesmo, e um cabeção que não podia nem falar, não podia pensar, não podia nem reclamar.

[...] Eu não tenho muita esperança de ver o tema abordado na ata com a mesma dimensão que ele foi discutido na mesa do CCCA, é claro que foi uma reunião difícilíssima, porque a gente estava em greve na época. E um dos propósitos da reunião era ter o apoio, a compreensão senão o apoio Mas foi especificamente mencionado reconhecimento dos coordenadores em relação a impropriedade total dos acontecimentos de mil novecentos e noventa e um, isso aí eu tenho certeza de que em algum lugar, deveria ter ao menos um registro, porque houve a percepção, e foi rápida, né? Um ano e pouco depois, mas não o suficiente para que, o espectro da parceria entre técnico e comitê assessor fosse reconstituído. Me pareceu que houve naquele momento um cisma um pouco mais grave nesse relacionamento e que deixou de ser institucional padrão. Em determinados pontos da casa ainda conseguem manter um grau razoável de interação do técnico com o... Comitê; a maior parte hoje [dos técnicos] está subjogado absolutamente.(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

O entrevistado faz um questionamento sobre o que seria corporativismo, quando a pauta de reivindicação era a defesa da ciência e da tecnologia em geral, mas reconhece que algumas questões tiveram o vício do corporativismo negativo.

[...] O que seria esse corporativismo? O que levava um técnico na administração Gerhard, na administração Mares Guia a entrar em greve e a colocar na pauta de reivindicações como primeiro item a defesa da ciência e da tecnologia nacional? Que corporativismo era esse? Veja, de um lado você tem o que o coletivo conseguia passar oficialmente na mesa de negociação, os documentos, além disso, você tem uma ação institucional que vai além do discurso, né? Vamos dizer, no dia a dia, no cotidiano das decisões institucionais que eram tomadas. Nos aspectos administrativos, evidentemente algumas questões tivessem o vício do corporativismo negativo, não da defesa da corporação... (CABMIGO, 2006, grifos nossos)

Referência a existência do corporativismo positivo, ligado à defesa dos interesses da corporação e também do corporativismo negativo, travestido, ligado à obtenção de vantagens pessoais.

[...] O corporativismo existe sim e é um aspecto positivo dentro desse componente que é exatamente a defesa dos interesses da corporação, da institucionalidade, da transparência, que é parte do corporativo. Aí, existe um outro aspecto, o aspecto corporativista negativo, francamente negativo, que se escamoteia, que se esconde por trás dessa ação absolutamente correta, absolutamente adequada aos estilos institucionais, que vem travestido, escamoteado, num conjunto de interesses que fogem ao corporativismo, que são determinadas manutenções de vantagens pessoais, determinados níveis de articulação por cargos, determinados espaços de poder dentro da instituição que eram resolvidos fora desse espectro corporativista...(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

A gestão Mares da Guia percebida como representante da manutenção do corporativismo positivo e Gerhard como aquele que quebrou essa estrutura institucional. Gerhard é acusado de quebrar a estrutura de planejamento, a capacidade de reação, de organização e a situação interna da Casa.

[...] ao que eventualmente se referia o professor Mares Guia, só que ele fez uma generalização, ele pegou esse espectro que era minoritário na época, mantido sobre controle, mantido envergonhado à época, justamente pela robustez de elementos institucionais corporativos, corporativistas em seu sentido positivo, né, como eu sempre considerei o sentido do termo, é, que conseguiu manter essa, essa condição saudável, do ponto de vista da instituição, gerenciável, não vai se querer que uma instituição seja perfeita que não tenha problemas... Ao contrário do Gerhard, que foi quebrando essa estrutura institucional, que tinha aí robustez, que dava transparência, que dava visibilidade à ação de planejamento. O que ele fez, quando ele quebrou essa estrutura que estava ali? Ele permitiu que essa estrutura para-institucional, corporativista, focada nesses aspectos pessoais, na manutenção de grupos, alcançasse uma determinada condição que até hoje não foi alterada. Então, aquele momento foi o momento da guinada, né, quando o Gerhard, quebrou a estrutura de planejamento da Casa, ele não quebrou só o planejamento, ele quebrou a capacidade de reação, a capacidade de organização e a situação interna da casa, pelo menos ele bateu duramente nessa capacidade, batida duramente ela reagiu, através do processo associação...(CABMIGO, 2006, grifos nossos).

A “queixa do corporativismo” aparece com a queda do regime militar. O entrevistado afirma que o corporativismo passa a existir depois da queda do regime militar, pois a política assume uma visão mais partidária, e os interesses dos técnicos passam a ser defendidos em detrimento dos interesses da instituição, já que os técnicos passam a ter consciência do seu papel e do seu direito.

[...] a crítica do corporativismo vai aparecer... mais em função de um outro momento. Nessa época lá da primeira fase... Que eu não conheci bem, mas conheci muito as pessoas, que viviam a opção deles e convivi com a repressão até 85, até essa fase que eu me lembro, eu não lembro de ter havido nenhuma queixa de corporativismo do pessoal do CNPq. **Havia uma identidade, uma relação muito forte, com as lideranças científicas** e com o poder do Estado. Os órgãos eram uma ponte, **não havia essa coisa de corporativismo, ele vai surgir depois, com a queda do regime militar. Quando a política assume uma visão mais partidária, mais ideológica.** E o grupo, o nosso grupo de técnicos e de servidores passa a perceber não só melhor o seu papel, o seu direito na organização, como passa também a ter uma visão mais crítica do seu trabalho, entende? Então isso conflita com os interesses dos outros atores, com as lideranças científicas, com o poder instalado. **Então, aí vem a queixa do corporativismo, porque o pessoal está mais preocupado com os seus interesses, os técnicos passam a se preocupar com os seus problemas e não apenas com os da organização, da ciência, e tal, entende?** Quer dizer, passam a agir de uma maneira defensiva, para assegurar seus direitos, etc. Então é uma visão que surge depois. Até 85, ela não havia, não havia porque não havia nenhuma mobilização política.

...[essa reação] não só de defesa, como também de buscar conquistas, não é? De buscar o reconhecimento do seu papel. De não ser um mero objeto ali dentro... E a mobilização de defesa surgiu quando a instituição começou a ser ameaçada, e aí eu acho que teve lógica essa manifestação de defesa. No primeiro momento foi de conquista e no segundo de defesa, com o Collor e tal, foi de defesa, mas no primeiro foi mais de conquista, não é? Quer dizer, foi mais de busca de reconhecimento político do papel do técnico (CABMG, 2006, grifos nossos)

A valorização do técnico, na ditadura, é percebida apenas como instrumento da tecnocracia do Estado, onde o saber era valorizado e concebido como poder sem que houvesse a constituição de uma identidade. Posteriormente, o técnico ganha identidade própria, em detrimento da desvalorização a que é submetido nos governos civis, a partir da compreensão de seu papel e de seus direitos como servidor público.

[...] É realmente complicado comparar [o status dos técnicos na época dos governos da ditadura e depois de 1985]. Porque ao mesmo tempo em que **na ditadura ele tinha uma valorização, porque era um instrumento da tecnocracia e tal**, ele também era algo assim que **não tinha uma valorização própria, entende? Não tinha uma identidade própria...** Identidade própria... Era só um instrumento. Depois, eu acho

que ele tem uma desvalorização, mas ele ganha, ele ganha força porque conquista uma identidade e ele passa a ter poder próprio e conflito com o que ocorre, né? Com as forças existentes, e são vários grupos... Tem a força da comunidade e as forças na burocracia estatal, né? Então ele **passa a ter um papel importante, um papel conquistado**, entende? Não aquele papel que ele tinha anteriormente, como mero instrumento. Quer dizer, é uma leitura que estou fazendo aqui, entende? É uma percepção...(CABMG, 2006, grifos nossos)

A fala relaciona a perda dos técnicos do CNPq com as perdas do serviço público em geral. O entrevistado amplia a discussão salarial para o serviço público como um todo. Destaca, ainda, o surgimento de carreiras de Estado e a de gestor de planejamento como mais valorizada.

[...] [as perdas salariais dos técnicos] foram bastante contundentes. Mas aí a gente tem que analisar também, e eu não estou vendo assim só do lado do técnico, mas do lado de **todo serviço público**, mais geral, entende? A situação e o tratamento... a questão salarial, os benefícios que se tinha não eram limitados, não eram privilégio dos técnicos, embora houvesse mesmo uma hierarquia salarial forte, né? **Naquele momento do milagre o CNPq tinha uma estrutura de status**, né? Então realmente se tinha uma **situação privilegiada que depois entrou numa vala comum**. O que eu estou questionando é que **isso não acontece apenas com o técnico**. Acho que não, porque a gente convivia com outros grupos como o nosso, de técnicos... Eu acho que **quando desvalorizou foi geral, entende?** Não foi só do técnico do planejamento. Bom, tem que ver a questão dos nichos, inclusive, depois surgiu uma carreira com classificação de cargos e salários... As carreiras de Estado. A carreira de gestão, hoje. O cargo de gestão e planejamento, hoje tem uma função de status muito mais elevado do que tinha antes, né? Então... Quer dizer **é complicado a gente dizer que os técnicos tinham um tratamento privilegiado em relação, por exemplo, às demais categorias de servidores**. Havia realmente um plano de indicar os salários, né? Mas a hierarquia existe até hoje, em todo lugar, né? Talvez até mais... Eu já passei por hierarquias até mais distanciadas, mas quando houve a queda foi geral. Não era só do fato de estar no planejamento, porque eu conheci o pessoal de planejamento de outras instituições (CABMG, 2006, grifos nossos).

O planejamento na estrutura da máquina do Estado percebido a partir da carreira de gestão criada no governo Fernando Henrique Cardoso.

[...] [valorização do planejamento na estrutura do Estado] É... Mas na **estrutura da máquina do Estado eu acho que ele tem um papel de destaque**, ele tem uma carreira, né? E que não foi do Lula, vem lá do Fernando Henrique, que trouxe essa **carreira de gestão**, né? Mas eu não sei se eles têm realmente hoje o mesmo destaque que tinham antes.

[A competência política hoje, supre a necessidade de você ter técnicos de planejamento? **Talvez os governos militares dependessem mais do técnico em função de uma competência política muito menor**... Eu acho que realmente o técnico hoje que está ligado a uma estrutura política, de poder partidária, ou alguma

coisa é mais valorizado, mas não pelo fato dele ser técnico de planejamento. O fato dele ser técnico de planejamento não é o fator decisivo do poder dele, não é?(CABMG, 2006, grifos nossos).

A carreira de gestor é percebida como contradição dentro reforma administrativa do Estado, que buscava extirpar a tecnocracia. O entrevistado CABCRA defende, ainda, que não há como o Estado deixar de existir e compara o pensamento do estado mínimo com a ilusão do liberalismo americano.

[...] Foi uma acusação que se fez ao meio dos servidores. Eles diziam que eles tinham todos os meios. Eu lembro que eu tive debates abertos públicos, com os membros da comunidade, o Isaías Raw, o Fernando Reinach, e outros, o Gilberto Velho. Porque eles nos acusavam e eu dizia para eles o seguinte: “eu não estou aqui discutindo o papel do órgão que eu trabalho, vocês são passageiros, vocês vão embora e nós vamos ficar”.

[...] A argumentação deles, em essência, era esta: nós somos a comunidade científica, eles diziam, nós somos diferentes do usineiro, nós não usamos o Estado para enriquecer. Aí eu disse; olha o usineiro também não necessariamente, mas é pra ter as facilidades e aqui também é pra ter as facilidades, é claro, em graus diferentes, mas cada qual na sua, mas são facilidades. Eles diziam que eram diferentes, eles diziam que o CNPq tinha uma tradição da ciência, a comunidade científica tinha que ser tratada em um fórum especial. Eles colocavam, era uma argumentação corporativista, eu me lembro que eu fui debater, eu me lembro perfeitamente de episódios quando, a gente agora vê um cara criticando o Lula, aparece muito na televisão, um cara que depois veio a ser diretor do CNPq, um cara do Rio Grande do Sul. Esse cara tem a ética da política, ele tem um livro sobre isso. E foi o famoso caso em que ele pegou o dinheiro dos auxílios do CNPq, do comitê assessor, que ele fazia parte, aliás, na comissão de coordenador daquele comitê e pegou setenta e cinco por cento dos recursos daquele julgamento para o projeto dele, ele deu o parecer sobre o próprio projeto e autorizou setenta e cinco por cento dos recursos para ele mesmo. Eu me lembro que no jornal da ASCON eu escrevi um artigo sobre isso. E isso chegou no CCCA, no Conselho Deliberativo eles criaram uma comissão e me procuraram, eles foram lá na ASCON querendo saber, eu falei eu contei, foi isso, isso, isso e isso. (CABCRA, 2006, grifos nossos)

A fala permite a percepção da comunidade científica como corporativista, a partir de relato que evidencia o favorecimento pessoal.

[...] Aí eles viraram para mim e disseram: queremos o nome para expulsar do nosso meio. Aí **eu disse para eles que não dava o nome**, se eu quisesse dar nome eu teria colocado no jornal, mas eu disse pra eles o seguinte: eu não estou discutindo nomes, **eu estou discutindo a maneira como o órgão atua, porque ele não é o único caso, existem vários casos, porque o sistema funciona de uma tal maneira que isso é permitido**, eu escrevi, está lá no artigo, eu contei o episódio, mas discuti o mecanismo de funcionamento de distribuição de recursos dentro do CNPq, e é isso que eu quero discutir com os senhores, é isso que os funcionários querem discutir, nós que estamos aqui dentro vivemos essas coisas, vocês vêm aqui, passam dois dias e vão embora, **vocês não sabem o que se passa, nós sabemos**. Aí eu dei exemplos, sem citar nomes...que tinham recebido dinheiro, estava em uma lista do CNPq, **o CNPq**

tinha uma lista negra, eu falei: vocês sabem disso, o CNPq tem uma lista negra, não que o CNPq recuse recursos para ele. O CNPq não nega para essas pessoas que estão na lista negra, mas são pessoas que nunca prestaram conta de dinheiro que pegaram. Falei: olha, tem um cara famoso. Até brinquei com eles, disse que ia dar uma pista: É físico.

...**Ele pegou um dinheiro enorme do CNPq para fazer um seminário internacional e não prestou contas, foi um negócio que rolou passagens, estadias, aluguéis de lugares e tal, foi um dinheiro enorme em um seminário internacional**, até hoje não prestou conta, como o CNPq tem que prestar contas ao Tribunal de Contas, esse negócio foi em branco, então esse cara está em uma lista negra que não é do CNPq, mas é desse sistema de verificação do uso do dinheiro público. Nós indagamos: vocês sabiam disso? Não, nós não sabíamos que existia isso. Pois tem, essas são pessoas a quem o CNPq deu dinheiro. Agora **pessoas de peso, pessoas de nome, pessoas interligadas com política, que vão lá e falam com o ministro, vão lá e falam com o Presidente da República, e aí não dá...** Nós da ASCON, eu até disse assim: Nós da ASCON somos contra isso e acredito que os senhores também. Então o que nós temos que fazer? **Vamos mudar o sistema, no dia em que os senhores se dispuserem a mudar o sistema eu digo o nome, mas agora não, porque o que vai acontecer é que vocês vão pegar esse cidadão, vão execrar e dizer: “pronto, está resolvida a questão!”**, quando não está resolvida, o problema continua sem solução. Aí eles não aceitaram, aí eu escrevi um artigo falando deles, citando o nome deles que tinham ido a minha sala, dizendo que infelizmente era uma conversa que tinha empacado nesse negócio do nome.(CABCRA, 2006, grifos nossos)

CABCRA tece crítica à forma como o Órgão atua, referindo-se a um sistema que possibilita favoritismo pessoal. O entrevistado faz referência a uma lista de pesquisadores beneficiários que nunca prestaram conta do dinheiro que receberam (“lista negra do CNPq”), e exemplifica com um caso de um “físico famoso” que recebeu dinheiro para um seminário internacional. A percepção da falta de disposição política para mudar o sistema é evidenciada na fala do sujeito.

O entrevistado relata sua tentativa de denúncia no jornal da ASCON e da sua interferência na criação de bolsa vitalícia, por meio de fala em debate na televisão.

[Os artigos saíram] no jornal da ASCON, foram dois artigos. O primeiro que eu fiz a coisa e conto e peço a mudança... E depois que eu lamento que os caras não tenham criado uma comissão para que eu denunciasse o nome. Aí eu disse, não eu não vou denunciar, porque não é isto que é o problema, se os senhores forem fazer a mudança eu depois digo, agora, agora não. E eles não fizeram mudança, até hoje a mudança não foi feita. **E essas coisas vão correndo no CNPq e a gente sabe disso, [...] a gente sabe das coisas escabrosas que acontecem com esse negócio do dinheiro, gente que se sabe que não está produzindo nada, a gente conhece, pelo menos eu conheço na minha área, que não está produzindo, mas continua recebendo.** Recentemente, eu já estava aposentado, e isso daqui tem o que, uns dois anos, um ano, um ano e meio, a televisão, **a TV Câmara me convidou para participar de um debate lá sobre ciência e tecnologia** e tal. Aí eu estava aqui com o jornalzinho da SBPC, que chegou pra mim, aí eu falei, não é possível meu deus do céu, **o presidente do CNPq queria tornar certas bolsas, em bolsas vitalícias, quer dizer, o cara se aposenta, sai do laboratório e continua recebendo.** Aí eu fui nesse programa e quem estava lá, tinha alguns deputados, eram quatro deputados e duas pessoas que não eram deputados,

uma era o Rodrigo Rollemberg, que era secretário do ministério e eu, eu fui. Aí tal, não sei o que, aí eu disse, **“olha, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Rodrigo, posso?”** **“Pode, evidentemente, fique a vontade”.** **Aí eu disse: “Rodrigo me explica aí como é essa bolsa vitalícia.”** **Aí ele: eu não sei.** Pois é, foi o CNPq e tal... Eu disse: Olha Rodrigo, eu fui vinte e dois anos do CNPq e acho o CNPq um órgão fantástico, importante, o negócio então não é esse discurso, você conhece isso? Ele disse; não eu não estava sabendo. Eu falei: **pois é, saiu aqui no jornalzinho da SBPC. Aí eu brinquei: o meu medo é que depois que seja criada a bolsa vitalícia, no dia seguinte acrescente-se que ela é também hereditária, aí vai ficar uma maravilha, passa para o filho e tal,** e o país está dando esse dinheiro aí. Então eu quero saber, porque eu acho isso um absurdo. Daí, ai meu Deus, no dia seguinte, quem me liga? - o assessor do atual Presidente do CNPq (Erney) dizendo “não, o presidente vai dar um esclarecimento na televisão”. Aí eu falei:

“Olha, se ele me atacar eu vou responder”... Eu mandei recado. “Você diz a ele, você me conhece e ele tem que me conhecer, eu apenas quis saber do secretário do ministério o que significava aquela bolsa, eu não ataquei, nem falei do presidente nem nada e tal”. “Ah, eu sei, porque eu pedi cópia do que a televisão mandou, nós vimos.” Aí eu: “ tudo bem, eu não ataquei, agora se ele me atacar eu vou responder, aí eu vou dizer o que eu sei dessa administração.” Não, pode deixar”.

Aí o Presidente foi lá e esclareceu que era uma proposta. Proposta, porra nenhuma, já estava, a SBPC já estava festejando. Eles não implementaram daquele jeito, porque eu fiz aquilo, eu fui lá e falei na televisão... Foi uma denúncia, foi uma denúncia feita sem grande escarcéu. Eu falei: Rodrigo, explica aqui pra gente isso. Porque eu virei e disse assim: eu estou fazendo essa pergunta por que nós temos aqui vários deputados. Estava o Valter Pinheiro sentado do meu lado, do PT da Bahia, o cara era firme. Eu falei; **temos aqui vários deputados, que pelo que me consta são os deputados que fazem, elaboram, aprovam e discutem o orçamento. Se a bolsa é vitalícia, o orçamento daqui a dois anos já deve estar prevendo, hoje você lança aqui, o cara está lá, então o CNPq também está legislando,** também já está fazendo, é vitalícia e tal, então os deputados aqui também tem isso. Aí o Valter disse: pois é eu quero saber, eu não estou entendendo.

Ele deu a maior força. Depois esse assessor não me ligou mais, eu nunca mais falei com ele, eu disse para ele: olha, fulano, não gostei, nós sempre tivemos uma visão compatível. Esse negócio todo que você está dizendo aí é absurdo e você está compactuando com isso, cara. “É, mas ele é boa gente tem que ver o lado positivo. Eu falei para ele: Essa é a frase que serve para todos os presidentes, todos os presidentes têm um lado positivo, você pode discordar e tal. Aí ficou assim. (CABCRA, 2006, grifos nossos).

A percepção da inexistência de um acompanhamento por parte da sociedade, das resoluções tomadas pelos gestores do CNPq, justifica a denúncia feita na televisão. O sujeito utiliza a ironia ao se referir à bolsa vitalícia “o meu medo é que depois que seja criada a bolsa vitalícia, no dia seguinte acrescente-se que ela é também hereditária, aí vai ficar uma maravilha, passa para o filho e tal...”

O entrevistado menciona a dificuldade de convivência no Órgão com os técnicos ocupantes de cargos de chefia: “o pior inimigo não era a direção, eram os colegas que ocupavam cargos”. Trata-se do que Bourdieu (1989) denominou “capital delegado da autoridade política”, um tipo de capital social delegado ao funcionário, produto da

transferência limitada e provisória, por vezes renovável, mas detido e controlado pela instituição. Esse capital obedece à lógica da investidura que se realiza pelas nomeações jurídicas, que ao mesmo tempo em que designam o indivíduo para determinado cargo, definem suas atribuições e retribuições.

No caso em análise, a retribuição pela fidelidade do servidor é feita pela gratificação de função. As vantagens oferecidas, em troca de fidelidade, são expressas na transferência de alguma competência institucional de decisão e pelo pagamento de remuneração percentual ao salário. No CNPq, num período em que os salários estavam extremamente defasados, uma gratificação de função representava uma diferença importante no orçamento pessoal, transformando-se num instrumento da administração de cooptação de técnicos. Por outro lado, as exigências para mantê-la sempre foram altas, tendo em vista a condição permanente de apoiar as decisões tomadas pela administração superior.

Embora a fala do entrevistado permita evidenciar o orgulho desse período, em que os embates se constituíam num esforço “para melhorar a Casa”, o desgaste entre os servidores e o grupo pertencente aos cargos de confiança mostra-se penoso e difícil de ser contornado, evidenciando a dificuldade no trato e na convivência com os colegas comissionados.

Eu sempre achei, que é o seguinte, e quando eu penso naquele período eu fico **muito orgulhoso**, porque eu acho que a gente deu uma contribuição no esforço de **melhorar a Casa**. Era difícil, porque uma das coisas que eu aprendi na prática, e que eu já sabia teoricamente, é que o Darcy [Ribeiro] faz uma **distinção** entre o **patriciado e o patriarcado**. Então ele diz o seguinte: Um representa as elites, que é o patriarcado, mas tem o patriciado, que é gente que **não é da elite, mas serve à elite por razões financeiras**. Lá no CNPq eu também tenho que ter uma compreensão um pouco humana disso, eu vejo assim. O pior inimigo que eu enfrentei naquela época não era a direção do CNPq. A direção do CNPq agiu como direção, eu não esperava nada, eu me impus, eles me respeitavam e tal, mas me sacaneavam também, eles tentavam me sacanear. Mas o pior do CNPq eram os nossos colegas que ocupavam cargos, e **tinha alguns que eram especialmente f...da p..... Cacete... Como são f... da p...!** (CABCRA, 2006, grifos nossos).

A relação elaborada na fala, entre as chefias do CNPq e as noções de patriciado e patriarcado ilustra o sentimento de indignação, nos permitindo perceber um sentido de traição e de dificuldade na superação das situações passadas, quando o verbo ora é usado no passado, ora no presente.

5.4.6 SUBTEMA B6: SABER TÉCNICO INSTITUCIONAL

O que observamos na análise das falas dos sujeitos é a representação de perda do saber técnico que era específico às atividades desenvolvidas no CNPq, ainda na década de 1980. Com a supressão das atribuições do Órgão e o fim das atividades desenvolvidas à época, ocorreu também a dispersão gradativa das competências individuais, ocasionando a fragmentação e o paulatino apagamento do saber técnico da instituição. A competência de formular políticas; criar, acompanhar e elaborar programas e projetos; analisar as políticas de formação de recursos humanos e apoio à pesquisa; elaborar indicadores; analisar e propor prioridades; gerenciar os julgamentos, etc. eram atividades específicas que geraram um saber específico, um saber técnico institucional, percebido como perdido pelos técnicos do CNPq, no Cenário B.

As falas já apresentadas no subtítulo Perfil e Status do Técnico nos permitem a percepção de que a retirada da competência de coordenação do SINDCT, do CNPq, promoveu um grave êxodo de seus recursos humanos, uma vez que os profissionais especializados em políticas de C&T, programas e projetos, seguiram em grande número a transferência de suas atividades. Alguns grupos permaneceram ainda na instituição por alguns anos, em função da preservação de um espaço para o planejamento institucional do fomento. A partir da extinção das atividades de planejamento no Órgão, em 1990, a saída desses técnicos foi muito impactante, pois já se tratava de competências remanescentes.

O êxodo de servidores gerou uma “ausência de conhecimento técnico” nas atividades desenvolvidas no CNPq, que associada à contratação de grande número de funcionários terceirizados promoveu a perda do saber técnico institucional. Essa percepção de saber técnico é representada pelos sujeitos da pesquisa como uma das características do período anterior, considerado como o auge das competências do Órgão.

Nessas condições, sem perspectiva de atuação que exigisse maiores conhecimentos especializados, e a limitação existente para a realização de concursos públicos, o quadro de servidores da instituição foi sendo remanejado e levado a uma agenda de atividades

operacionais, cada vez mais restrita à conferência de documentos e acompanhamento de processos e, portanto, cada vez mais burocratizada (ver as falas de CABEAR, CABRIN, CALYN, CABMRO, no subtema Perfil e Status do Técnico, item Perfil de Competências).

A adaptação dos técnicos remanescentes da década de 1980, às novas condições, pode ser comparada a um processo de mutilação de competências profissionais, cujas consequências advindas desse deslocamento os transformaram na geração adoecida, da qual falam os psicólogos do trabalho, os terapeutas e os psiquiatras. São os mesmos que expressaram como dor física as percepções de perda “dói muito”, “sinto muita dor”, “como dói”, “doe demais” - para se referirem às situações vivenciadas no passado e reconstruídas pela memória, no presente. A dor da perda do status, do espírito de corpo, do prestígio, dos bons salários, das atividades complexas e valorizadas. A dor da perda do paraíso.⁹⁶

Muito embora as administrações posteriores tenham investido no discurso do “trabalho mais humano”, o que percebemos é a adoção de práticas rotinizadas de atividades fragmentadas, sem exigência de reflexão, envolvimento intelectual e pessoal. O que fica evidenciado na falas dos sujeitos é a massificação da execução em detrimento da concepção. Novos saberes foram desenvolvidos, novas competências foram criadas, sem dúvida.

A geração de técnicos da segunda metade da década de 1990 é aquela forjada na institucionalização de práticas fundamentadas no discurso das políticas neoliberais, cujos constantes deslocamentos promovidos no trabalho da instituição, não permitiram o desenvolvimento de experiências ou construção de narrativas coerentes para as suas vidas (SENNET, 2002), uma terem sido fundadas no efêmero, no superficial, no rapidamente consumível.

O que percebemos no CNPq foi o desencontro de gerações, a ausência de lugares comuns de passagens, de vivências, ou melhor, de convivências. Não houve a transferência de uma memória institucional construída, na prática cotidiana, pois as rupturas ocorridas na trajetória da instituição promoveram inflexões, alteraram caminhos, não permitindo que as histórias fossem contadas.

⁹⁶ Ver subtema Perfil do Técnico, item Perfil e Competência, falas de CBMA e CABQCQV.

5.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES CENÁRIO B

Governos Civis (1985-1995)

O período se caracteriza pelas manifestações das expectativas populares quanto a redemocratização política do País, inserida no imaginário social que tomou forma nos enunciados discursivos produzidos por Tancredo Neves sob a designação de Nova República, fundamentalmente voltados para a construção do futuro e a transformação social. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a presidência do Brasil em meio a muitos questionamentos sobre o processo de redemocratização do País, devido a sua atuação de apoio ao regime militar, em períodos anteriores. Apesar dos receios iniciais seu governo garantiu a volta dos princípios democráticos tão esperados pela sociedade mas apresentou graves problemas econômicos .

Os discursos referentes a C&T foram enunciados a partir de um complexo arranjo político que promoveu um grande deslocamento no campo, com a criação do MCT, tendo Renato Archer como seu primeiro ministro. Tal medida levou a que o MCT passasse a ser o coordenador do SNDCT e, portanto, assumisse o espaço anteriormente ocupado pelo CNPq. Construções discursivas como “rompimento de laços de dependência, “Brasil, grande futuro”, C&T como investimento prioritário” integram as falas dos governantes, desse período de transição.

A comunidade científica foi chamada a colaborar mediante compromisso do governo de abertura de espaços de participação no processo decisório das políticas do setor. Tal compromisso se efetivou com a indicação de Crodowaldo Pavan para a presidência do CNPq, em 1986. A partir da criação do MCT a comunidade científica ganhou efetivo espaço nos centros decisórios de C&T, passando, particularmente no CNPq a direcionar as prioridades na aplicação de recursos. Dessa forma, destituído do papel de formulador de políticas e coordenador do campo de C&T, o CNPq voltou à sua antiga função de fomentar a formação de recursos humanos e a realização de pesquisas, nas diversas áreas do conhecimento.

As redes de sustentação político-partidárias ficaram evidenciadas pelo embate permanente entre o Ministro Archer e o Presidente Sarney, antigos inimigos políticos no estado do Maranhão, em todo o processo de indicação para os cargos a serem preenchidos tanto no MCT, como no CNPq. A percepção dessas redes trouxe à tona questões como o clientelismo, interesses de grupos, e atuações autoritárias no campo de C&T.

A competência do planejamento governamental das políticas do campo de C&T passou para o MCT, permanecendo o CNPq, ainda nesse período com o planejamento institucional do fomento. No governo Sarney foi elaborado o IPND-NR, sem política explícita para a área de C&T, tendo sido abandonado logo após a sua divulgação, muito embora a Constituição Federal, aprovada em 1988, tenha sido inédita ao estipular diretrizes para o campo de C&T.

No período dos governos civis é a figura de Renato Archer que surge como grande referência para a área de C&T, devido ao seu passado vinculado ao Almirante Álvaro Alberto e a área de C&T. O Ministro aparece nas falas dos sujeitos como o grande MENTOR do período, dotado de competência e perfil político partidário.

Nos primeiros meses de governo na Nova República evidenciou-se a presença de políticos nos postos de comando do campo da C&T. Para o CNPq foi indicado o ex-governador da Bahia, Roberto Santos, que permaneceu no cargo apenas o tempo suficiente para a definição do perfil político dos ministérios.

Gestão Roberto Santos

A rápida gestão do primeiro presidente do CNPq, na Nova República, Roberto Santos, se caracterizou pelo fim de todos os projetos e programas em andamento, durante a gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, com exceção dos convênios internacionais em andamento. A indignação quanto a extinção do NPCT do CNPq e depois o CPCT no Ministério é recorrente nas falas dos técnicos, considerada a perda da capacidade de reflexão sobre política de C&T, conduzindo o CNPq a uma burocracia.

As falas apontaram um período de grande esvaziamento das competências técnicas do CNPq, em função da evasão do quadro técnico para o MCT. Em decorrência, ficou evidenciada a séria hostilização dos técnicos transferidos pelos antigos colegas que permaneceram no CNPq.

A percepção dos técnicos é de que o MCT falhou em assumir as funções do CNPq, em função da inexistência de um projeto para o Ministério, tendo ocorrido, no período, a desarticulação do SNDCT. O CNPq teria voltado a ser um grande balcão de atendimento aos interesses da comunidade científica, como era anteriormente a década de 1970.

Gestão Pavan

A gestão de Pavan representou a participação da comunidade científica nos postos decisórios da política de C&T. Sua passagem pelo CNPq ficou caracterizada por atuações político-partidárias, na figura de seu diretor de planejamento, vinculado ao PMDB e a Ulisses Guimarães; pelo representante da ASCON, ligado ao PDT e a Leonel Brizolla; e ainda um expressivo grupo de técnicos em planejamento simpatizantes do PT. No que se refere às mudanças ocorridas no MCT no período de Pavan, no CNPq, houve quatro titulares na pasta de C&T, o que representou um período de grande instabilidade para o CNPq. As falas fazem referência a grandes embates em todas as instâncias do Órgão, inclusive no Conselho Deliberativo, desnudando o aparente consenso dos cientistas no campo da C&T.

A partir de então, o perfil dos gestores do CNPq foi o de cientistas e pesquisadores apoiados por partidos políticos. Destaca-se a vinda de assessores e staffs específicos a cada gestor, sem conhecimento mínimo do campo.

Esse período é marcado pelo fortalecimento da Associação dos Servidores do CNPq (ASCON) que assumiu através de seus representantes política incisiva, reivindicatória e participante nos rumos e atividades da instituição.

O planejamento é compreendido pelos governantes, como uma atividade inviável em momentos de inflação e endividamento externo, ficando o período marcado pela desestruturação do aparelho de planejamento do Estado. No tocante ao CNPq as atividades de

planejamento foram direcionadas para o fomento institucional. Esse momento ficou especialmente marcado pela duplicação do número das bolsas de estudos, a partir da atuação de técnicos em planejamento da instituição.

Gestão Gerhard

Em 1990, com a posse de Fernando Collor na Presidência da República assumiu a Secretaria de C&T (após extinção do MCT), o físico José Goldemberg caracterizando o período mais crítico do CNPq, segundo as falas dos sujeitos. Período considerado o mais crítico para o CNPq, caracterizado politicamente pelo avanço do “centrão” e pelo contingenciamento de recursos para C&T. Para a presidência do CNPq foi designado o também físico Gerhard Jacob, principal protagonista do episódio do “cheque sem fundos dos comitês assessores”, quando do julgamento de processos do fomento sem os recursos necessários.

A gestão de Gerhard ficou representada como aquela que acabou com a atividade de planejamento no CNPq, pela ausência de transparência e pelo autoritarismo. Período marcado pela extinção de vários setores que davam sustentação às atividades de planejamento do Órgão, como a Coordenação de Estudos, a biblioteca especializada em políticas de C&T (CPO).

As falas evidenciaram a existência de uma concepção autoritária de planejamento institucional que refletia apenas a vontade do presidente do CNPq. Período de grandes embates envolvendo o gestor e o quadro técnico do Órgão, devido a inexistência de recursos para realização do julgamento dos Comitês Assessores relativo ao ano 1991, contrariamente às declarações dos dirigentes aos comitês assessores e à toda comunidade científica. A realização do julgamento sem a presença dos técnicos foi assegurada pela direção do CNPq, resultando no maior endividamento da história do Órgão. Momento de drástica ruptura dos técnicos com a comunidade científica.

Gestão marcada por grande interveniência pessoal do secretário Goldemberg nas atividades do CNPq inclusive censurando a divulgação das informações referentes à concessão de Auxílios financeiros a pesquisa, nesse período.

Gestão Mares Guia

O gestor assumiu pouco antes do impeachment de Collor, sendo sua atuação lembrada por embates com os servidores do CNPq, devido ao autoritarismo e a censura na divulgação de dados estatísticos relativos ao fomento do CNPq. Período marcado pelo poder da escrita dos técnicos que denunciaram a utilização de recursos públicos no custeio de passagens para viagens pessoais do gestor, provocando sua exoneração do cargo (Onde está Wally?)

O período do governo Itamar Franco é considerado como de quebra do autoritarismo do governo Collor, quando ocorreu a recuperação do valor das bolsas de estudo. No que se refere à gestão de Mares Guia iniciada no período Collor, evidenciou-se a prática da censura, a ausência do gestor nas atividades do Órgão, culminando com grande movimentação de servidores, exigindo sua exoneração.

Gestão Lindolpho de Carvalho Dias

Gestão marcada pelo revanchismo do presidente do Órgão que foi vice na administração exonerada. Promoveu a desestruturação financeira da ASCON, suspendendo a autorização de administração dos convênios médicos pela Associação.

SUBTEMAS

Tecnocracia

Destaque para muitas iniciativas de técnicos que acarretaram grandes ganhos para o fomento institucional, como a duplicação do número de bolsas, a criação do PIBIC e do RHAE, ocorridas até 1990, mas sempre na perspectiva de ausência de poder decisório.

Foi constatada forte reação quanto ao uso do termo tecnocrata para caracterizar a atuação dos técnicos no período. Ficou evidenciada a percepção de que, com a evasão da

competência técnica e a retirada do NPCT do CNPq houve um encaminhamento para a atuação burocrática. A recorrência na percepção de que a utilização do termo é destinada a desqualificar a atuação do técnico que aponta as irregularidades do sistema; uma estratégia da outra parte, isto é, de alguns membros da comunidade científica pertencentes a grupos privilegiados que não admitem a utilização de instrumentais que identifiquem os desvios ocorridos no sistema. Exemplo dado da estatística e dos grupos de pesquisa do CNPq, instrumentos subutilizados para a avaliação e acompanhamento do setor de C&T no Brasil.

A função do técnico foi percebida como de elaborar instrumentais para subsidiar as decisões governamentais – o saber alimentando o poder, com grande defesa do planejamento participativo. Constatamos a vinculação do termo tecnocracia à imposição do planejamento autoritário.

Perfil e status do Técnico

Devido ao grande esvaziamento de competências técnicas no CNPq e em função da exclusão do Órgão do processo político do campo de C&T, houve forte percepção de que a perda de prestígio do Órgão, perda de status institucional se refletiu na perda de prestígio dos técnicos, afetando profundamente o desempenho das atividades. A percepção de perda da importância política do Órgão foi relacionada à perda de atribuições, ocasionando a decadência, simbolizada na degradação do salário.

A saída de técnicos qualificados, a partir de 1990, também devido à abertura de concursos públicos para postos mais valorizados e entrada de funcionários sem o mesmo comprometimento foi percebida como um período marcado pela incapacidade de técnicos dialogarem com os comitês assessores. O RJU teria transformado o CNPq em repartição pública e seus servidores em simples funcionários.

A situação foi considerada precária: baixos salários, desmotivação e pouco reconhecimento. O RJU foi considerado como referencial da queda dos salários, provocado pelo achatamento das tabelas e, conseqüentemente, como do fim da distinção interna.

A partir da gestão Gerhard o CNPq é percebido como uma “casa adoecida”. O adoecimento dos servidores é apontado em virtude da imagem negativa da instituição, perda de prestígio, baixos salários e ausência de realização profissional. Pesquisa realizada por psicólogos da área de recursos humanos do Órgão foi silenciada pela administração, em função do elevado número de suicídios, casos de depressão, síndrome do pânico, alcoolismo e drogadização em geral, entre os servidores. As administrações atuais continuam ignorando os levantamentos.

Liberdade de Expressão

Período marcado por administrações autoritárias que confiscaram instrumentos estatísticos, proibiram circulação de informes técnicos sobre a concessão de auxílios, omitiram a falta de recursos financeiros em julgamentos do fomento e utilizaram de revanchismo político para desarticular a associação de servidores.

Goldemberg e CNPq

A percepção dos técnicos é de que a atuação do físico Goldemberg, em relação ao CNPq, enquanto secretário de C&T, no governo Collor, foi de frustração e revanchismo por não ter sido presidente do Órgão, em 1980. A atuação do então secretário de C&T em reunião de avaliação das atividades da instituição foi lamentada pelos entrevistados, por ter desqualificado a equipe técnica do Órgão.

Espírito de Corpo/Corporativismo

A constante referência a existência de um espírito de corpo no período relativo aos governos militares faz emergir a percepção do corporativismo no período dos governos civis, em função da politização das administrações e dos servidores. Os técnicos, ao assumirem perspectivas de atuação político-partidárias, se organizaram em torno da ASCON, passando a reconhecer seu papel na administração do Estado e não apenas na instituição.

Constatamos nesse período, uma identificação gradual dos servidores do CNPq com os demais servidores públicos federais do Executivo, quando ocorreram as adesões às greves gerais e uma maior articulação com entidades sindicais como o SINDSEP e o CONDSEF.

Saber Técnico Institucional

As falas foram recorrentes em relacionar a perda do saber técnico como decorrência do esvaziamento do Órgão em virtude da criação do MCT, em 1985. A contratação de novos servidores, que não absorveram a cultura da instituição, é percebida como geração sem comprometimento institucional.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Escrever a história é gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão... É uma operação que envolve fabricar o objeto, organizá-lo no tempo e no espaço e a encenação de um relato (Michel de Certeau – A Escrita da História)

A presente pesquisa se constituiu na perspectiva de que a escrita da história é parte de uma operação intelectual e política, que associa determinadas práticas a um lugar social de produção e a um produto específico: o texto histórico (DE CERTEAU, 1982). Neste sentido, o estudo da construção da trajetória das atividades de gestão e planejamento do CNPq, a partir das representações de seus técnicos, foi a busca da compreensão de como a interpretação do passado é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos, produzindo percepções e significados diversos.

A opção metodológica pela construção de cenários referentes aos governos militares e civis, no período 1975-1995, nos permitiu a análise da relação dialógica estabelecida entre ambos no decorrer da pesquisa, onde a intertextualidade construída na relação das falas dos sujeitos estabeleceu a complexa vinculação entre história e memória. Nesse sentido foi possível analisar como o passado continua ativo no presente, uma vez que a memória é a representação de um fato ou de uma situação mediante uma ação interiorizada no sujeito, constituindo uma memória-imagem, que segundo Raphael Samuel⁹⁷, se expressa em representações. Tais representações não implicam na visão exata do passado tal como foi, mas como é representada na memória coletiva, ou melhor, como os indivíduos a perceberam e por que a perceberam de determinada maneira.

A partir dessa compreensão constatamos que o passado não se apagou completamente, mas se reatualizou no espaço dialógico de disputas de poder, onde os discursos e as atividades empreendidas no decorrer do período relativo aos governos militares alimentaram e informaram permanentemente a construção dos discursos e projetos referentes aos governos

⁹⁷ SAMUEL, R. Teatro da memória. Projeto Historia. Cultura e Representação. São Paulo, nº 14, fevereiro, 1997, p. 44.

civis. As análises evidenciaram o estabelecimento de um campo de significados simbólicos que deu sustentação aos dois Cenários em questão.

As idéias de país, desenvolvimento, ciência e tecnologia constituíram-se no universo simbólico de sustentação dos discursos dos sujeitos; nos governos militares, ancoradas na perspectiva da segurança nacional e desenvolvimento; e nos governos civis, na perspectiva da democracia. Inseridos nesse universo simbólico é que os discursos dos sujeitos sobre a trajetória do CNPq adquiriram significados.

Nesse sentido, o Cenário A se apresentou como um período de produção de representações relativas à importância da C&T, onde se inseriu a reconfiguração do CNPq e sua inscrição histórica enquanto órgão coordenador do SNDCT, e de produção de práticas específicas para o campo de C&T.

A reconfiguração do CNPq em 1974 ocorreu imersa no imaginário remanescente da Guerra Fria, fortalecido pelos discursos governamentais fundados na idéia de desenvolvimento e segurança nacional, onde a ciência e a tecnologia foram consideradas fatores condicionantes do progresso econômico, social e de alinhamento aos países desenvolvidos. Sabiamente, a aura do Conselho Nacional de Pesquisas, fundado em 1951, foi preservada enquanto instituição do Estado voltada para o apoio à ciência, mantendo assim, a comunidade científica vinculada ao novo projeto de introdução do fator tecnológico nas prioridades do Estado. Essa estratégia de manutenção da identidade dos cientistas com a instituição reconfigurada impediu a ruptura da comunidade científica com os governantes. A manutenção da sigla CNPq reforçou a intenção na reprodução de sentidos vinculados ao antigo Conselho, embora num contexto de reformulação de objetivos.

Os discursos dos governantes moldaram a criação de um sofisticado aparato de Estado voltado para o desenvolvimento da ciência associada a produção de tecnologia nacional, configurando um novo campo social, de característica híbrida, materializado e instituído pelo discurso jurídico-legal, a partir do qual, no Brasil, a associação dos termos ciência e tecnologia fez sentido na expressão C&T. A utilização do conceito de campo (BOURDIEU) na perspectiva da história cultural, como ferramenta teórica para a compreensão da estruturação e funcionamento do setor de ciência e tecnologia, nos permitiu

colocar em evidência os embates por poder e dominação percebidos pelos sujeitos da pesquisa, evidenciando a postura da comunidade científica em negar a pluralidade do campo e reivindicar permanentemente o controle do CNPq com a perspectiva do desenvolvimento científico e de apoio à comunidade científica.

A questão da tecnocracia foi visível no contexto dos governos militares, quando alguns técnicos se reconheceram como tecnocratas, destacando a importância do planejamento realizado no período, bem como os avanços alcançados na elaboração de alguns de instrumentos, como por exemplo, as Ações Programadas em C&T. Por outro lado, os técnicos entrevistados que vivenciaram o Cenário B reagiram fortemente ao termo tecnocrata, considerando-o pejorativo, embora se reconhecessem como técnicos. As falas apresentaram a mesma defesa da atividade de planejamento evidenciando que o emprego da palavra tecnocrata remete a uma estratégia enunciativa que também é representação das relações sociais (CHARTIER, 2004). Assim, percebemos que o sentido não existe em si, ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que é produzido (ORLANDI, 2003). No período dos governos militares, ser reconhecido como tecnocrata foi considerado uma distinção, o que no período dos governos civis assumiu caráter pejorativo, conotação negativa, em virtude do termo estar imantado de significações advindas das idéias de elite pertencente aos centros de decisão e poder, planejamento normativo-impositivo, inexistência de espaços políticos de discussão, enfim, práticas autoritárias características da ditadura militar.

Consideramos ainda, que na perspectiva do período referente ao governo Geisel, os técnicos do CNPq estavam diretamente ligados à equipe do Ministro Reis Velloso e, portanto, vinculados aos objetivos e metas definidas pelo governo em circunstâncias de absoluta hipertrofia do Poder Executivo, quando havia uma identificação considerável com os discursos governamentais, onde C&T foram colocadas como fatores condicionantes do desenvolvimento nacional.

A partir de 1980 com a mudança da equipe de governo, a desvalorização das atividades de planejamento em face da situação econômica do País, e o aumento da pressão social pelo fim da ditadura, constatamos uma alteração substancial nas atividades dos técnicos. As falas nos apresentaram profissionais voltados para a criação de mecanismos de

decisão participativos, como pudemos constatar na questão da operacionalização do SNDCT a partir da gestão Lynaldo.

Percebemos com clareza o perfil dos gestores do período, “dando o tom”, ou seja, se refletindo na composição de suas equipes técnicas e configurando suas práticas. Quanto mais próximos do período duro da ditadura, maior a intenção de definição das práticas, em função da determinação do alcance dos objetivos estabelecidos nos planos. E no sentido inverso, quanto mais avançado o processo de abertura política maior a flexibilidade dos planos e dos instrumentos de participação das entidades do SNDCT e, principalmente da comunidade científica no estabelecimento de políticas e prioridades para as diversas áreas do conhecimento.

A partir de 1985 as falas dos sujeitos apresentam um período de grande politização do CNPq, tanto na perspectiva de seus gestores como do quadro de servidores. Assim como em toda a sociedade brasileira, as reivindicações por maior participação nas decisões do campo, agora sob a coordenação do MCT, aumentaram consideravelmente. A comunidade científica, através de ação organizada junto ao governo da Nova República, conquistou maiores espaços de participação nas definições das políticas de C&T, assumindo gradativamente o controle do CNPq. Por outro lado, o quadro de servidores do Órgão alcançou um nível de consciência e organização política que levou a uma série de embates e questionamentos quanto às reformas promovidas na instituição

As falas referentes ao período da Nova República, apontam novas práticas associadas a uma atuação política, como o caso da negociação junto ao Congresso Nacional, de emendas e projetos de lei voltados para o aumento de bolsas. Paralelamente, novos instrumentos de acompanhamento e avaliação das atividades de C&T são criados, como o Currículo Lattes e os Diretórios de Pesquisa, permitindo a visibilidade dos recursos investidos e dos grupos de pesquisadores beneficiados, viabilizando a elaboração de um panorama da pesquisa no Brasil.

Embora num cenário de governos civis, pressupostamente democráticos, onde o planejamento perdeu sua força e os técnicos o seu prestígio, as falas registraram o autoritarismo e a prática da censura como marca das gestões relativas ao período. O termo tecnocrata voltou a ser invocado, agora como estratégia dos beneficiários do sistema de

fomento para desqualificar o trabalho das equipes técnicas especializadas na elaboração de dados estatísticos, que tornaram visíveis os grupos de pesquisadores que detém a maior concentração dos recursos da C&T no País. Novamente o uso do termo aparece vinculado ao período autoritário da ditadura, descredenciando, mesmo considerando que ao final de 1995, os técnicos do CNPq encontravam-se imersos numa estrutura burocrática, onde as atividades desenvolvidas haviam sido limitadas ao acompanhamento administrativo de processos do fomento.

O período relativo aos governos militares foi considerado pelos sujeitos da pesquisa, como o auge da valorização da C&T no Brasil, onde a atividade de planejamento foi consagrada como instrumento de formulação de políticas públicas para o campo, por meio da elaboração dos PBDCTs, envolvendo o investimento de grande soma de recursos financeiros. O CNPq enquanto coordenador do SNDCT desenvolveu suas atividades em meio a muito prestígio político e apoio dos governantes, o que se refletiu diretamente na valorização de seus servidores por meio de excelentes salários. Enquanto instituição considerada estratégica, cujas atividades eram consideradas prioritárias no âmbito das políticas do Estado, produziu um quadro de servidores qualificados, comprometidos com a missão institucional e, sobretudo, prestigiados, tanto pela instituição, que valorizava sua atuação como necessária e imprescindível, como pela sociedade que reconhecia no CNPq um órgão vinculado ao poder e à uma elite intelectual.

As falas referentes ao período foram recorrentes ao considerar a importância da atuação do Ministro Reis Velloso como o responsável pela criação do SNDCT e da reconfiguração do CNPq, o que nos levou a considerar a existência de um ideólogo, como figura central, nos deslocamentos promovidos na trajetória do CNPq nos dois Cenários estudados.

No governo Geisel, a figura do ministro Reis Velloso surge como mentor e executor do projeto de formação do campo de C&T no Brasil; dotado de competência, poder e grande ascendência sobre o presidente da República. As análises nos levaram a considerá-lo como o pólo irradiador de poder para o CNPq, dando sustentação à autoridade de um técnico, como gestor do Órgão, José Dion, para implantar as transformações planejadas no antigo Conselho Nacional de Pesquisas e na formação e sustentação da rede de proteção (comentada pelos

entrevistados), que garantia liberdade de expressão aos técnicos da instituição. O ministro Reis Velloso é representado pela idéia do saber- poder, que consagrou as atividades de planejamento no período, e cuja atuação qualificou e valorizou a figura do técnico no sistema.

Devido à dispersão da equipe de planejamento do período Geisel, no governo Figueiredo constatamos um vácuo na liderança governamental do campo. Analisando o quadro político da época, percebemos que a indicação de Mário Henrique Simonsen para a pasta do planejamento e do professor Maurício Matos Peixoto para a presidência do CNPq, significou um retrocesso em relação aos esforços empreendidos pelo governo anterior. A substituição de Simonsen por Delfim Neto, que não tinha qualquer afinidade particular com o campo de C&T, permitiu a atuação das redes de relacionamentos políticos e pessoais de Goldemberg e Lynaldo, na concorrência pelo cargo de presidente do CNPq. A indicação de Lynaldo garantiu minimamente a retomada do projeto anterior e a contenção do avanço da comunidade científica sobre o campo, por mais um período.

No governo Figueiredo, constatamos o silenciamento dos discursos governamentais relativos à importância da C&T para o desenvolvimento nacional, evidenciando que os esforços empreendidos para a implantação de um projeto de criação e desenvolvimento do campo de C&T no Brasil, ocorreram especificamente no governo Geisel, mediante a atuação política do Ministro Velloso. Por consequência, a estrutura de planejamento do campo, herdada por Lynaldo, no governo Figueiredo, foi legitimada a duras custas, devido à retração promovida pelo ministro Delfim nas atividades de planejamento do governo federal.

O discurso da importância da C&T como alavanca do desenvolvimento nacional justificou a reconfiguração do CNPq em 1974, produzindo representações e práticas que foram assimiladas pelo quadro técnico da instituição. A convicção de estar trabalhando para o desenvolvimento do País e contribuindo para o fortalecimento da ciência e tecnologia nacional acompanhou as falas relativas ao período.

Naturalmente, o espírito de corpo foi se constituindo e imantando cada vez mais os indivíduos à missão institucional, através de laços de solidariedade coletiva que garantiram uma representação da instituição como “a casa”, expressa constantemente nas falas, para

designar o CNPq. Em momento algum das falas identificamos qualquer referência negativa à ditadura, no que se referiu à liberdade dos técnicos no exercício de suas funções; muito embora todos tenham declarado repúdio às perseguições políticas e torturas. Surpreendentemente as falas convergiram para a percepção da existência de uma rede protetora, que garantia a liberdade de expressão e os espaços de discussão e criatividade. O CNPq foi reconstituído, no período, como uma instituição prestigiosa, importante para a comunidade científica, protetora e provedora das necessidades de seus servidores, estabelecidos sob o teto de uma grande família.

Os técnicos se referiram às suas práticas sempre por meio do discurso da competência e eficiência, como decorrência da qualificação ideal dos indivíduos. A representação de técnicos competentes se estabeleceu claramente nas falas relativas às atividades desenvolvidas junto à comunidade científica, gerando a oposição CNPq x comunidade científica, onde a titulação acadêmica autorizava a argumentação. O técnico representado como competente nunca é percebido como instrumento da ditadura, mas sempre como defensor dos interesses do desenvolvimento nacional e da boa aplicação dos recursos públicos.

O prestígio reconhecido no Órgão se espelhava pelos servidores, na representação de si e se consubstanciava na liberdade de atuação, nos altos salários e no *status* social, gerando práticas de consumo, de vestuário e de reconhecimento social distintivo. O período dos governos militares surge vinculado a representações de consagração das atividades de planejamento, ao prestígio político do CNPq e à distinção dos técnicos.

O Cenário B se evidenciou como um momento de tentativa de apagamento das representações e práticas relativas ao CNPq do período militar, através da inscrição, na história, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

O início da Nova República marcou o deslocamento da coordenação do campo de C&T do CNPq para o MCT com suas respectivas atribuições. Na fala dos sujeitos da pesquisa, a criação do MCT surge como um projeto pessoal do ministro Renato Archer, cujo apoio político vinha de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães. O Ministro Archer surge na Nova República, como o ideólogo do MCT, numa relação dialógica com o Ministro Reis Velloso, nos governos militares. Com a posse de José Sarney, seu inimigo político no

Maranhão, na Presidência da República, o Ministro não teria conseguido a força necessária para estabelecer um ministério independente. Daí o MCT ter se constituído a expensas do CNPq.

As representações relativas ao período dos governos civis surgem invariavelmente vinculadas à criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e ao avanço da comunidade científica no controle do campo da C&T. A transferência dos técnicos mais qualificados juntamente com as atribuições institucionais de coordenação da política de C&T para o Ministério é percebida como uma grande perda de poder, de prestígio e, principalmente, de competência técnica.

O Ministério é percebido como uma instituição inapta a assumir o antigo papel do CNPq, em função da ausência de políticas consistentes para o campo de C&T. Constatamos grande hostilidade dos sujeitos em relação à idéia do Ministério.

O espírito de corpo evidenciado no Cenário A surge pulverizado pela evasão de grande número de servidores, e a ascensão da comunidade científica aos postos de gestão do CNPq é percebida como a transformação do Órgão na casa do cientista, quando o papel do técnico foi limitado as atividades de organização e implementação do fomento.

A organização política dos servidores em torno da ASCON representou a tomada de consciência dos técnicos de seu papel na instituição, de seus direitos, não mais como instrumentos do poder, mas como atores participantes das transformações políticas do momento. A desarticulação das instâncias de planejamento do Órgão, durante a gestão de Gerhard Jacob, no governo Collor, é representada como um golpe duro e fatal na instituição e, conseqüentemente, nos seus servidores, uma vez que a capacidade de planejamento havia sido, até então, a razão da centralidade assumida pelo CNPq no sistema.

A vinculação da perda da competência técnica à diminuição do poder aquisitivo dos salários, em virtude da inflação e do advento do Regime Jurídico Único que transformou o quadro de servidores do CNPq em funcionários públicos, colocou em evidência a fragmentação do espírito de corpo. A percepção de valores antes enaltecidos como prestígio e competência desapareceu.

O sentimento de pertencimento a uma instituição importante e poderosa deu origem a uma organização política que agiu em defesa da instituição, contra o desmonte promovido pelas gestões neoliberais. O período foi marcado por embates, agora numa perspectiva interna, de subcampo, contra o corporativismo negativo da comunidade científica, a censura na divulgação de dados estatísticos, bem como pelo alinhamento da ASCON com outras instituições públicas federais nas reivindicações relativas a salários e planos de carreira.

O resultado dessas transformações ocorridas no período dos governos civis é apontado como um efeito devastador sobre a auto-estima dos técnicos e demais servidores, gerando representações de si negativas, com conseqüências desastrosas na qualidade de vida dos indivíduos.

O processo de apagamento ao qual foi submetido o CNPq no período compreendido entre 1985-1995 nos induz a refletir a respeito da enorme dificuldade existente no apagamento das práticas de seu quadro técnico. Constatamos que, enquanto as representações do CNPq como “cabeça do sistema” foram vocalizadas e reivindicadas, a luta dos servidores do Órgão pela manutenção de suas práticas institucionais foi incessante, a despeito das novas formas de gestão do trabalho, surgidas no contexto de flexibilização e reforma do Estado, a partir do governo Collor. Nesse período, o discurso de modernização e racionalização das atividades foi assumido pelos gestores como forma de superação dos problemas econômicos e sociais e de ajustamento ao processo de globalização em andamento.

Os efeitos provocados pela transformação do trabalho técnico, no decorrer das gestões que se sucederam na esteira das políticas neoliberais, se traduziram no fim da especialização das atividades e na mudança constante de áreas de atuação, afastando os sujeitos de suas áreas de formação. A substituição das atividades técnico-científicas por procedimentos burocráticos rotinizados instituiu a obrigação de dobrar-se diante das demandas do momento imediato, bem como de desenvolver a capacidade de largar suas atividades e desprender-se do próprio passado (SENNET, 2002).

Na perspectiva de enxugamento e de privatização das instituições públicas, os concursos públicos foram proibidos e a terceirização de serviços foi adotada como forma de

compensação do déficit de pessoal, numa perspectiva temporária. No CNPq, o processo de desqualificação da atividade técnica permitiu que as funções anteriormente exercidas por técnicos mais qualificados fossem exercidas por servidores menos capacitados, e que as atividades de nível administrativo fossem terceirizadas.

Dessa forma, o apagamento das práticas vinculadas ao “CNPq coordenador do sistema” foi se efetivando. Novos discursos sobre a nova missão da instituição foram produzidos, gerando novas representações e novas práticas institucionais, na tentativa de estabelecimento de clivagens, com vistas ao impedimento da circularidade do saber técnico institucional, desenvolvido pelos servidores do período anterior.

E nesse sentido, a experiência vivenciada pelos técnicos remanescentes da geração anterior é considerada como de sofrimento, pelos especialistas em doenças do trabalho, onde organização do trabalho é considerada a força indutora dos sujeitos para a doença mental. Segundo Dejours (1992), quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos indivíduos, quando não existem possibilidades de adaptação entre a organização e o desejo dos indivíduos, então surge um sofrimento patogênico.

A fala dos técnicos especialistas em qualidade de vida indicou, entre outros problemas detectados, a depressão como uma das doenças mais diagnosticadas no Órgão. “*A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento improdutivo*” (DEJOURS, 1992, p. 49). Nessa perspectiva, a formação da representação de si está diretamente relacionada com a forma como o sujeito se relaciona com o significado de seu trabalho, e ainda, como o prestígio e a importância da instituição se refletem na sua autoimagem de servidor. Surge, assim, o técnico irônico, que não se leva a sério por estar sempre sujeito à mudanças. O fracasso passa a ser uma perspectiva de vida, e é assumido como uma responsabilidade pessoal, situação em que emerge o sentimento de ter sido traído pela instituição, bem como a sensação de responsabilidade a respeito do que poderia ter feito para evitar a situação e a busca de motivos externos para culpar (ANTUNES, 2000).

Pollak (1992) chama a atenção para a estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Na construção da

identidade dos indivíduos o sentimento de pertencimento a um grupo, no sentido moral e psicológico, assume extraordinária importância, e quando rompidos provocam fenômenos patológicos, uma vez que “...a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva [...] fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (POLLAK, 1992, p. 204)

A criação do MCT, que identificamos como uma ruptura na trajetória do CNPq, não se reduz aos efeitos de deterioração do sistema, mas se caracteriza como uma passagem entre algo que acaba e algo que começa. Marca uma nova fase em que o CNPq, enquanto instituição pública, cujas proporções foram sensivelmente reduzidas, se tornou incapaz de dominar as forças que se infiltraram em suas estruturas, uma vez que o poder instalado no comando pertence a um grupo social que se estabeleceu como proprietário e que monopoliza os seus instrumentos. Ao mesmo tempo em que gere, fomenta seus próprios interesses (DE CERTEAU, 1995).

A dispersão de seu quadro técnico mais qualificado, no decorrer da década de 1990, e a contratação de pessoal temporário, terceirizado, impediu a convivência da nova geração de concursados pós ano 2000 com os quadros mais experientes de servidores, detentores de práticas que refletiam o saber técnico institucional do CNPq.

A expulsão das iniciativas para a marginalização atesta, enfim, um apagamento da diversidade. O que se perde desse modo, o que é eliminado publicamente é aquilo que sempre suscitou e fecundou até agora a vida cultural e biológica das sociedades humanas: as diferenças qualitativas. O conformismo triunfa com o desenvolvimento quantitativo em posse dos mesmos grupos. Seu sucesso camufla oposições internas; constrange o heterogêneo a ressurgir apenas sub-repticiamente. Parece carecer, portanto, de existência social. (DE CERTEAU, 1995, p.201).

O que se procurou registrar aqui foi um percurso até agora mantido na sombra, desconhecido por essa nova geração de servidores, e que é construído pelas memórias das experiências vividas por aqueles que deram vida ao CNPq num determinado período de sua história, cravada em matizes diferenciados daqueles pintados nos discursos oficiais dos gestores. Mas é preciso ter em mente que, em cada grupo, as relações com o passado são múltiplas e freqüentemente conflitantes e que, a partir da memória individual ou coletiva, estabelecem representações “verdadeiras” com a realidade do passado, mas com diferentes

modalidades da verdade. A tarefa dos historiadores é, simultaneamente, reconhecer a força de tais representações e propor, a partir de critérios de investigação e de métodos de aproximação crítica, um conhecimento submetido aos controles epistemológicos da pesquisa.

Dessa forma, o conhecimento que emerge do passado nos permite perceber um movimento resultante dos jogos de poder instaurados nas relações sociais, que toma forma nos enunciados discursivos dos dominantes promovendo intenções de inscrições e apagamentos que alcançam tanto as instituições como os sujeitos. Esse movimento se insinua nos processos de mudanças, na intenção de anular o passado e descredenciar as experiências vividas diante do novo, com vistas a instituir um agora, pretensamente novo, que não se realiza. Assim, ao invés de interpretarmos os resultados da pesquisa como simples conclusões chamamos a atenção para a emergência de novas possibilidades de interpretação, “novas abordagens, novos objetos,” que nos permitem perceber a história do tempo presente como um processo de construção permanente, inacabado, uma vez que, “por sua própria natureza, o conhecimento histórico é provisório e incompleto” (THOMPSON, 1978, p.231).

Como pudemos evidenciar, a memória individual e coletiva reconstrói permanentemente as vivências anteriores, fazendo do passado um invasor do presente, que se instala e se instaura numa relação dialógica interminável, invisível, criadora de parâmetros e comparações, produtora de contrastes. Tal constatação nos permite considerar como alcançados, os objetivos propostos inicialmente em nossa pesquisa, entendendo que ela própria é um produto vivo, resultante da reconstrução dessa memória que continua insistindo em não se apagar.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Tradução Lólio Lourenço. São Paulo: Ática, 1989.
- ALBAGLI, S. Marcos institucionais do Conselho Nacional de Pesquisa. *Perspicillum*, Rio de Janeiro: MAST/CNPq, v. 1, n. 1, maio 1987.
- ALBAGLI, S. *Ciência e Estado no Brasil moderno: um estudo sobre o CNPq*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, L.C. Ações Programadas do CNPq - III PBDCT. *Revista Brasileira de Inovação*. Rio de Janeiro: FINEP, vol.3, nº. 1, p. 201-211, jan./jun. 2004.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Tradução Lélío L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989
- ANTONACCI, M. A.M. *A vitória da razão (?)*. O Idort e a sociedade paulista. São Paulo: MarcoZero/CNPq, 1993. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1986.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- AQUINO, A.J.A. O programa de auxílio à pesquisa do CNP na área de Química. *Química Nova*, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, jan. 1986.
- ARCHER, R.. *Ciência e Tecnologia: soberania e bem-estar*. Vol. 1. Brasília: MCT/CNPq, 1985.
- ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO CNPq. *JÁ-Jornal da ASCON*. Devastação no CNPq. Brasília, nº 25, ano VII, novembro, 1992.
- ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO CNPq. *Jornal da ASCON*. Onde está Wally? Brasília, nº 28, abril, 1993.
- AVERBURG, M. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES, vol. 12, nº 24, dezembro 2005.
- BACZCO, B. Imaginário Social. *Enciclopédia Einaudi*, nº 5, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1999.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. De Michel Lahud e Yara F. Vieira, São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, M. de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J.(orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 221.

BENDIX, R. *Work and Authority in Industry*. New York: John Willey & Son, 1968.

BIAGI, O. L. O imaginário da Guerra Fria. *Revista Regional de História*, vol. 6, nº 1, Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 2001.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília;EdUnB, 2000.

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL,1989a.

BOURDIEU, P. *La noblesse d'État: grandes ecoles e esprit des corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989b.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R.Silveira e Denise M. Pegorin. São Paulo:Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli e outros. São Paulo: Edusp, 1998.

BRASIL. *Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)*.

BRASIL. *Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1971)*.

BRASIL. *LEI Nº 6.151, de 04 de dezembro de 1974*. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), para o período de 1975 a 1979. Diário Oficial da União, de 06 de dezembro de 1974.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Rio de Janeiro: SG/IBGE, 1974.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980-1985)*. CNPq, 1980.

BRASIL. *LEI Nº 7.486, de 06 de junho de 1986*. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989.

República Federativa do Brasil, Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Brasília: CCS/SEPLAN, junho, 1986.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Relatório de atividades 1985*. Brasília: MCT/CNPq, 1986.

BRUM, A.J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. São Paulo:Vozes, 2002.

BRUNETTI, J.L. et al. CNPq: um enteadado da política oficial. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*. Brasília: CNPq/UNESCO, v. 2, 1983.

BURKE, P. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria X. Santos, Bauru, São Paulo:EDUSC, 2004.

CAMPOS M., N.A. *Os reflexos das teorias de administração dos processos de produção na gestão dos trabalhadores do Estado*. Dissertação de mestrado. Brasília: Departamento de Sociologia, UnB, 1995.

CAGNIN, M.A.H. Ação do Fomento do CNPq na área de Química. *Química Nova*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, abr. 1981.

CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice*. Trad. port., Rio de Janeiro: Summus, 1977.

CORREIO BRAZILIENSE. *DF. CNPq*. Brasília, 29 de julho de 1990, p. 2.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARVALHO, J.F. Entidades e organizações incumbidas da atribuição dos meios. *Política Científica*. São Paulo:Perspectiva, 1972

CARVALHO, J. M. Os positivistas e a manipulação do imaginário. *A formação das almas: o imaginário e a formação da república no Brasil*. São Paulo: Cias das Letras, 1995.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II*. Tradução L. Valle, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CASTORIADIS, C. Feito e a ser feito. *As encruzilhadas do labirinto V*. Tradução L. Valle, Rio de Janeiro: DP&A , 1997.

COSTA,C.B. e MAGALHÃES, N.A. *Contar história, fazer História: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

COVRE, M. L. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. "A visão do historiador modernista", in: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.216-217.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, R. *Inscrever e Apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Trad. Luzmara C. Ferreira. São Paulo:UNESP, 2007.

COMTE, A. *Sistema de filosofia positiva*, 6 vol. Paris: Avezac Lavigne, 1893.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *O Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: planejamento e acompanhamento de ciência e tecnologia*, s/d.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Relatório de atividades 1955*. Rio de Janeiro, CNPq, 1956.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *O Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: planejamento e acompanhamento de ciência e tecnologia*. CNPq s/d.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional*. Brasília: CNPq, 1980.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. CNPq: *Origens e perspectivas*. Brasília: CNPq/SEPLAN, 1984.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Cinquentenário do CNPq: notícias sobre a pesquisa no Brasil*. Brasília, DF: CNPq, 2001.

DAL ROSSO, S.; TEIXEIRA, J.G.L.C. *Os mistérios da caixa preta: mecanismos de participação na política de ciência e tecnologia*. Brasília, CPO/CNPq, texto 15, 1985.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2002.

DE CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobranszky. Campinas, SP:Papirus, 1995.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes do fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana I. Paraguay e Lúcia L. Ferreira. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. José Pedro Machado, vol. V. Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1952.

Dicionário Etimológico Resumido. Antenor Nascentes. Instituto Nacional do Livro/Ministério de Educação e Cultura, 1966.

Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras Vol VI. Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, 1972.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Encyclopaedia Britannica do Brasil. Cia Melhoramento de São Paulo, 1975.

Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa (pós-75).

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, II Vol – G – Z. Academia das Ciências de Lisboa e da França Calouste Gulbekian. Editorial Verbo, 2001

Dicionário Houaiss. Rio de Janeiro; Objetiva, 2003.

DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Volume I. Tradução de Eduardo Freitas e Inês Mansinho. Lisboa: Presença, 1989.

DUTRA, E. *IBAD: Sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ECKERT, C. e ROCHA, A.L.C. (orgs.) *Horizontes Antropológicos: cultura oral e narrativa*. Porto Alegre: PPGAS, ano 5, nº 12, dezembro, 1999.

ERBER, F. A política industrial e de comércio exterior: uma avaliação. *Perspectivas da economia brasileira - 1992*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

EVANS, Peter. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, A.M. *A Construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: UnB/ANPOCS/CNPq, 1990.

FERRARI, Amilcar. *José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil*. Brasília: Paralelo 15/CAPE, 2001.

FERREIRA, J.P. Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*. Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1973.

FERREIRA, R. Origens da atividade científica no Brasil. *Ciência e Cultura*, nº 30 (11), Novembro, 1975.

FERREIRA, M.deM. (org.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERREIRA, M.deM. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FONSECA, V. *Depoimento concedido à Casa de Oswaldo Cruz*, em entrevista realizada por Nara Azevedo e Wanda Hamilton, de junho a outubro de 1995, no Rio de Janeiro. A íntegra deste depoimento encontra-se no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz

FRANK, R. La mémoire et l'histoire. VOLDMAN, D. (org.) *La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales Cahiers de L'IHTP*, novembre, 1992, p. 65-72.

FROTA MOREIRA. Prioridades e objetivos nacionais de desenvolvimento. *Política Científica*, São Paulo: Perspectiva, 1972.

GALLUP, Instituto de Opinião Pública. O que o brasileiro pensa da ciência e tecnologia? *Relatório de Pesquisa*. Brasília: MCT/CNPq/MAST, jan.-fev. 1987.

GARCIA, J. C. V. *Álvaro Alberto: a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000.

GARCIA, R. C. A reorganização do processo de planejamento do governo federal. *Texto para discussão*, 726. Brasília: IPEA, maio 2000.

GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOES, P. Criação do potencial científico nacional. *Política Científica*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOUVÊA, G.P. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.

Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Laudelino Freire, da Academia Brasileira de Letras. Ed: Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1954.

Grande Dicionário da Língua Portuguesa. José Pedro Machado, V. VI. Ed. Alfa: Lisboa, 1991.

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto "ideologia". *Coleção Os Pensadores*, 48, São Paulo: Abril, 1975.

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa. *Racionalidad de la acción y racionalización social*, I. Madrid: Taurus, 1988.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. Conceito de Iluminismo. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KANTOROWICZ, Ernst. H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KESSLER, M.C. L'idéologie des hauts fonctionnaires. CHEVALIER, J. *Discours et idéologie*. Paris: PUF, 1980.

KOSELLECK, R. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma P. Maas e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-Rio, 2006.

LAFER, C. *JK e o Programa de Metas (1956-1961)*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LATOUR, B. *La fabrique du droit, une ethnographie du Conseil d'Etat*. Paris: La Découverte, 2002.

LESSA, C. Quinze anos de política econômica. *Cadernos do IFCH*, nº 4. São Paulo: UNICAMP, 1975.

LE GOFF, Jacques (org.). Memória e História. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LOPES, C.T.G. *Planejamento, Estado e crescimento*. São Paulo: Pioneira, 1990.

LOPES, J. L. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio M. Santeiro. Porto Alegre, RS: Globo, 1954.

MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. Tradução de Sérgio M. Santeiro. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.

MARTINS, C.E. Tecnocracia ou tecnoassessoria. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 10 (2), Julho/Setembro, 1970.

MARTINS, C.E. *Tecnocracia e capitalismo: a política dos técnicos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1974.

MARTINS, C.E. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARTINS, G.M. As dez pragas do fomento: alguns pontos críticos sobre o fomento de “balcão” e o papel do CNPq. Subsídios para a Comissão da ASCON, coordenadora dos debates dos servidores sobre o papel do CNPq. Brasília, 20/04/1989 (original datilografado).

MARTINS, L. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. *Cadernos ENAP*, nº 8. Brasília: ENAP, 1997.

MATHIAS, K.S. *A militarização da burocracia*. São Paulo: UNESP, 2004.

MATUS, C. *Estratégia y Plan*. México: Siglo XXI, 2ª. Ed., 1978.

NEVES, T. *Discursos da Nova República*. Brasília: Senado Federal, 1985.

GEISEL, E. *Discursos (1973-1979)*. Brasília: Biblioteca do Exército, 1974.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1994.

MEIHY, J.C.S.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, C. *O legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/CNPq. *O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia?* Relatório de Pesquisa. Brasília: MAST/GALLUP, janeiro-fevereiro, 1987

MORCELI, M.A. *Auxílio à pesquisa em geociências no período 1979-1984*. Rio de Janeiro. CNPq/PADCT, Mimeo, 1985.

MOREL, R. L. de M. *Ciência e Estado: a política científica e tecnológica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOTTA, F.C.P. *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOTOYAMA, S. (org.). *50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes*. São Paulo: FAPESP, 2002.

MOTOYAMA, S. *História da ciência: ciência e tecnologia e a história da dependência do Brasil*. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 15. n. 3, maio/jun, 1984.

NICOLETTI, L. *Participação da comunidade científica na política de ciência e tecnologia: O CNPq*. Brasília, CPO/CNPq, texto 15, 1985.

Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos. Vol. IV Q-Z. Cia. Melhoramentos, São Paulo, 1969.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2003.

ORTIZ, R. (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, L.C.B. *Sociedade estatal e tecnocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PEREIRA, L.C.B. *Tecnoburacracia e contestação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

POCHMANN, Márcio. Para onde aponta a economia brasileira neste final de século? *Revista ADUSP*. São Paulo: EDUSP, p. 15-21, dezembro, 1998.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. "O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum", in: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

POPKEWITZ, T. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 75, agosto, 2001, p. 111-148.

RAMOS, P.A. *Como agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963

RAPPEL, E. O retrato de um paradoxo brasileiro. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v.12 n. 2, abr/jun, 1981.

REY, Fernando G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Tradução de Marcel A. F. Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIBEIRO, M.J.F.; BARBOSA FILHO. *O CNPq e a institucionalização da ciência no Brasil*. Brasília, Xerox, 1979.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*, Vol. 1. Tradução de Constança M. Césari. São Paulo: Papyrus, 1994.

ROMANI, J. P. *Apoio institucional à ciência e tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: CET/SUP/CNPq, Xerox, 1977.

SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAINT-SIMON. *L'Industrie*, tomo III. Paris, 1821.

SALLES Fº, S. Política de ciência e tecnologia no II PBDCT (1976). *Revista Brasileira de Inovação*, v. 2, nº 1, jan./jun., 2003.

SALIBA, E.T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira- da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SAMUEL, R. Teatro da memória. *Projeto Historia*. Cultura e Representação. São Paulo, nº 14, fevereiro, 1997, p. 44.

SANT'ANNA, V. M. *Ciência e sociedade no Brasil*. São Paulo, dezembro, 1974. Dissertação de Mestrado Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

SANTOS, W.G. Teoria política e prospectos democráticos. *Revista Dados*, nº. 6, 1969.

SARNEY, J. *Ciência e Tecnologia: soberania e bem-estar*. Vol. 1. Brasília: MCT/CNPq, 1985.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Jornal da Ciência*, ano VII, nº 261, 02/10/1992.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT/Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução Lygia A. Watanabe. São Paulo: Cia da Letras, 1993.

SEPLAN, Presidência da República. *Diretrizes gerais de política econômica: notas para o IPND da Nova República*. Brasília: CCS/SEPLAN, maio, 1985.

SILVA, B. *Taylor e Fayol*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

SILVA, T.T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. SILVA,T.; GENTILI, P. (orgs.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, H.G. de. Desenvolvimento científico e tecnológico. Ação ao nível federal. *Anais do 1º Simpósio Anual sobre Ciência e no Desenvolvimento do País*. São Paulo: ACIESP, 1978.

TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M.C. *Reflexões sobre o Estado e planejamento*. Rio de Janeiro:IEI/UFRJ, Textos para Discussão, 154, junho, 1987.

TAYLOR, F.W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1987.

THOMPSON, P. *A voz do passado – história oral*. Tradução de Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia F. Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VARGAS, N. Gênese e difusão do Taylorismo no Brasil. *Revista Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1985.

VELHO, G. Observando o familiar. *A Aventura Sociológica – objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* . NUNES, E.O. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1982.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen E.Barbosa. Brasília: EdUnB, 1991.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene Q.F. Szmrecsányi. São Paulo:Pioneira, 1996.

ANEXO A – ARTIGO “AS DEZ PRAGAS DO FOMENTO”

ANEXO B – A MEMÓRIA DO CNPq – COOE/SUP/CNPq

ANEXO C – CARTA DE PEDIDO DE DEMISSÃO DE IVAN ROCHA NETO - 1991

ANEXO D – CHARGE: ONDE ESTÁ WALLY?

ANEXO E – MODELO DE CARTEIRA FUNCIONAL DO CNPq

VALIDO SOMENTE EM COR AZUL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - ARMAS DA REPÚBLICA

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

NOME

Aux. Administrativo

CARGO OU FUNÇÃO

05/12/1972 -X-

EXPEDIDA EM VÁLIDA ATÉ

POLEGAR DIREITO



CARTÃO DE IDENTIDADE

INSTITUTO DE PATOLOGIA PURA E APLICADA

**ANEXO F –
INFORME ESTATÍSTICO DO CNPq (abril, 1993)**

**ANEXO G - A DEVASTAÇÃO DO CNPq e DOCUMENTOS DOS SERVIDORES
ENVIADOS À ADMINISTRAÇÃO DO CNPq**

ANEXO H – JORNAL DA CIÊNCIA – SBPC
02/10/1992 – Ano VII, nº 261

ANEXO I - RECORTE DE JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE
DE 29/07/1990
Reunião de José Goldemberg e técnicos do CNPq